

História de Israel e dos povos vizinhos

Volume 2
DA ÉPOCA DA DIVISÃO DO
REINO ATÉ ALEXANDRE MAGNO

Herbert Donner

**História de Israel
e dos povos vizinhos**

Volume 2:

**Da época da divisão do reino
até Alexandre Magno**

Com um olhar sobre a história
do judaísmo até Bar Kochba



1997

Os direitos desta edição pertencem à:

Editora Sinodal
Rua Amadeo Rossi, 467
93030-220 São Leopoldo – RS
Tel.: (051) 590-2366
Fax: (051) 590-2664

Co-editora:
Editora Vozes
Rua Frei Luís, 100
25689-900 Petrópolis – RJ
Tel.: (0242) 43-5112
Fax: (0242) 42-0692

Capa: Editora Sinodal

Tradução: Claudio Molz
Hans A. Trein

Revisão: Nelson Kilpp
Enio R. Mueller
Luís M. Sander

Coordenação editorial: Luís M. Sander

Série: Estudos Bíblico-Teológicos AT-9

Publicado sob a coordenação do Fundo de Publicações Teológicas/Instituto Ecumênico de Pós-Graduação (IEPG) da Escola Superior de Teologia (EST) da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).

A publicação desta obra contou com recursos provenientes de INTER NATIONES, Bonn, República Federal da Alemanha.

Arte-finalização: Con-Texto Gráfica e Editora
Impressão: Gráfica Editora Pallotti

CIP – BRASIL CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
Bibliotecária responsável: Rosemarie B. dos Santos CRB 10/797

D686h Donner, Herbert
História de Israel e dos povos vizinhos / Herbert Donner ; tradução de Claudio Molz e Hans Trein. -- São Leopoldo : Sinodal; Petrópolis : Vozes, 1997.
v. – (Grundrisse zum Alten Testament)
Conteúdo: v.2. Da divisão do reino até Alexandre Magno.
Título original: Geschichte des Volkes Israel und seiner Nachbarn in Grundzügen 2.
ISBN 85-233-0465-7
1. Teologia Bíblica. 2. Antigo Testamento. I. Título. II. Série.

CDU 22.08
222

Sumário

| | |
|--|-----|
| <i>Parte 4: Judá e Israel como membros do sistema siro-palestinense de pequenos estados</i> | 273 |
| Capítulo 1: A decadência do reino de Davi e a dissolução da união pessoal entre Judá e Israel | 273 |
| 1.1. Jeroboão I, filho de Nebate (927-907) | 281 |
| 1.2. Roboão (926-910) | 285 |
| Capítulo 2: O Reino de Judá até o rei Azarias | 288 |
| Capítulo 3: O Reino de Israel até o rei Jeroboão II | 299 |
| 3.1. Israel sob a dinastia de Onri | 303 |
| 3.2. Israel sob a dinastia de Jeú | 318 |
| <i>Parte 5: O período assírio</i> | 331 |
| Capítulo 1: Povos e estados do Oriente Antigo na 1ª metade do 1º milênio a.C. até o fim do império neo-assírio | 331 |
| Capítulo 2: A guerra siro-efraimita e o fim do Reino de Israel | 349 |
| Capítulo 3: O Reino de Judá sob a supremacia dos assírios | 363 |
| Capítulo 4: A crise assíria da religião israelita | 377 |
| Capítulo 5: O ocaso do império neo-assírio e a reforma do rei Josias | 387 |
| <i>Parte 6: O período babilônico</i> | 409 |
| Capítulo 1: Povos e estados do Oriente Antigo até a ascensão dos persas | 409 |
| Capítulo 2: O ocaso do Reino de Judá | 421 |

| | |
|---|-----|
| 3.1. Babilônia | 435 |
| 3.2. Palestina | 439 |
| <i>Parte 7: O período persa</i> | 443 |
| Capítulo 1: Povos e estados do Oriente Antigo na 2ª metade do 1º milênio a.C. até Alexandre Magno | 443 |
| Capítulo 2: O início da restauração em Jerusalém e Judá | 459 |
| Capítulo 3: A conclusão da restauração em Jerusalém e Judá | 472 |
| 3.1. Neemias | 476 |
| 3.2. Esdras | 483 |
| Capítulo 4: O século obscuro | 490 |
| Olhar para o futuro: As linhas principais da história do judaísmo palestinese no período helenístico-romano até a Segunda Revolta Judaica | 497 |
| 1. Alexandre e os diádocos | 499 |
| 2. A Revolta dos Macabeus e a dinastia hasmonéia | 506 |
| 3. A Palestina sob o domínio dos romanos | 512 |
| 4. As duas revoltas judaicas | 519 |
| Tabela cronológica | 527 |

Parte 4

Judá e Israel como membros do sistema siro-palestinense de pequenos estados

Capítulo 1

A decadência do reino de Davi e a dissolução da união pessoal entre Judá e Israel

“E eis aqui está quem é maior do que Salomão” (Mt 12.42; Lc 11.31). Esta frase, com a qual terminou o capítulo sobre Salomão do primeiro volume¹, fala de uma diferença de hierarquia que o historiador pode venerar tranquilamente, mas para cuja fundamentação e explicação ele não pode contribuir em nada. É grande a tentação de falar sobre diferenças de hierarquia por assim dizer simples com vistas a Davi e Salomão e seus sucessores. Não foram quase todos os sucessores fracos e sem importância, medidos pelo exemplo dos antecessores? Quem assim julga simplifica demais e esquece que a tarefa do historiador não pode consistir em pesar e, dependendo do caso, “considerar leve demais”. Esquece, sobretudo, que as condições históricas devem ser consideradas de modo tão cuidadoso quanto possível. Essas condições, a época e as circunstâncias, não eram favoráveis para os sucessores de Salomão. Salomão ainda não estava reunido a seu pai há muito tempo — se se pode dizê-lo assim, variando uma fórmula veterotestamentária corrente —, e o reino unido fundado por Davi se desintegrou.

As fontes veterotestamentárias para os acontecimentos depois da morte de Salomão são avaliadas de maneira diversa; também a participação deuteronomista em sua preparação e composição é controversa. Martin Noth² acreditava ter de supor a existência de uma narrativa profética de extensão considerável

1 Veja vol. 1, p. 265. Cf. também J. BOWMAN, Solomon and Jesus, *Abr Nahrain*, 23:1-13, 1984/85.
2 M. NOTH, *Überlieferungsgeschichtliche Studien*, 2. ed., 1957, pp. 79s.

sobre o tema “Jeroboão e o profeta Aías de Silo” (1 Rs 11.29aβb-31,36αc,37; 12.1-20,26-31; 14.1-18), que o deuteronomista encontrou, retrabalhou e inseriu no conjunto de sua exposição. Essa narrativa relata primeiramente a respeito da designação de Jeroboão pelo profeta Aías de Silo, ocorrida quando Salomão ainda vivia, e a respeito da promessa de que Jeroboão alcançaria o domínio sobre dez tribos de Israel: um cálculo aritmético inexato e problemático de modo geral; talvez esse resultado tenha sido obtido desconsiderando Judá, por ser área de domínio dos davididas, e deixando fora Levi e Simeão³. Segue-se a isso, então, o relato sobre o cumprimento dessa promessa através da não-renovação da união pessoal entre Judá e Israel. Jeroboão, agora rei do Reino do Norte, Israel, logo mais se desvia do verdadeiro caminho, erguendo “bezerros de ouro” em Betel e Dã, e recebe, através do profeta Aías, uma profecia de ameaça da parte de Javé que lhe anuncia não apenas a morte de seu filho adoecido, mas também sua própria morte e o fim de sua casa.

Entretanto, devem-se manifestar dúvidas quanto à análise impressionante de Noth. Elas surgem principalmente a partir de 1 Rs 12.1-20, um relato no qual não apenas Aías de Silo não desempenha o menor papel, mas no qual nem mesmo Jeroboão aparecia originalmente. Jeroboão só aparece bem no início (vv. 2s.) como um lampejo⁴, para em seguida desaparecer completamente de cena e reaparecer apenas ao final (v. 20), por ocasião de sua aclamação. Em 12.1-19, Roboão e os delegados das tribos do norte agem sozinhos, e o relato termina com as palavras: “Assim Israel se mantém rebelado contra a casa de Davi até o dia de hoje.” Isto seguramente não é uma “narrativa profética”, mas uma pequena obra historiográfica autônoma sobre o tema da dissolução da união pessoal: uma obra que não está interessada primordialmente nas pessoas agentes e muito menos em Aías e Jeroboão, mas sim no fato histórico indicado pela frase final⁵. O paralelo mais próximo em termos de gênero é a história sobre a sucessão no trono de Davi⁶; o que foi dito anteriormente em relação a ela⁷ poderia ser repetido aqui. A única conexão objetiva entre 12.1-19 e o precedente consiste em que a promessa de designação feita a Jeroboão não se podia cumprir antes que Israel do norte se tivesse libertado do domínio da dinastia davídica: portanto, 12.1-19 cria o pressuposto para o cumprimento da palavra de Javé em 11.31. O esquema “promessa e cumprimento”, porém, é

um meio interpretativo teológico-histórico corrente dos deuteronomistas, e não é por acaso que o v. 15bβ, que estabelece a conexão com a designação de Jeroboão, apresente inconfundivelmente traços do estilo deuteronomista. Semelhante é a situação de 12.26-31: trata-se de um trecho retrabalhado intensamente pela redação deuteronomista, se não até formulado por ela, sobre medidas governamentais pertinentes à política cultural de Jeroboão, cujo material poderia proceder dos anais dos reis de Israel. Permanecem 11.29-40⁸ e 14.1-18, dois conjuntos narrativos que, de fato, tratam do tema “Jeroboão e Aías de Silo” e estão em conexão um com o outro. Ambos foram retrabalhados pela redação deuteronomista de modo tão acentuado que sua forma original quase não mais pode ser reconstruída de maneira confiável. De modo geral deve-se levar em consideração que a compilação e redação dos materiais dificilmente foram obra de um único historiógrafo deuteronomista, mas devem ser distribuídas por várias redações deuteronomistas em seqüência⁹.

Portanto, dispomos das seguintes fontes, de valor e peso diferentes, para o período imediatamente posterior à morte de Salomão: 1. uma obra historiográfica novelística sobre a dissolução da união pessoal entre Judá e Israel (1 Rs 12.1-19); 2. informações sobre política e religião no período de Jeroboão e Roboão, originárias, em parte, dos anais dos governos e retrabalhadas à maneira deuteronomista (1 Rs 12.25-32; 14.19-31); 3. narrativas proféticas retrabalhadas pela redação deuteronomista (1 Rs 11.29-40; 12.21-24; 14.1-18)¹⁰. A partir dessas fontes pode-se, com distanciamento crítico, obter um quadro dos acontecimentos que é confiável nas linhas principais, se bem que de modo algum completo.

O príncipe herdeiro que subiu ao trono depois da morte de Salomão foi Roboão, o filho de uma amonita do harém real que se chamava Naamá. Supõe-se que tenha sido o filho mais velho de Salomão. Roboão assumiu o governo aparentemente sem dificuldades em Jerusalém e Judá. Também é difícil imaginar de onde tais dificuldades poderiam ter vindo. Jerusalém e Judá estavam inclinadas à idéia dinástica e consideravam a sucessão no trono pelo neto de Davi como legítima, se não como evidente. É concebível que Salomão tenha tirado lições dos distúrbios ocorridos em torno da sucessão no trono por volta

³ Cf. K.-D. SCHUNCK, *Benjamin*, 1963, pp. 139-153 (BZAW, 86); M. NOTH, *Könige*, pp. 159s. (BK XI, 4).

⁴ O v. 2 e o nome Jeroboão, no v. 3, são provavelmente costuras redacionais com o material narrativo precedente.

⁵ Cf. I. WILLI-PLEIN, *Erwägungen zur Überlieferung von 1.Reg. 11,26-14,20*, ZAW, 78:8-24, 1966.

⁶ Também o próprio M. NOTH se manifesta mais reticentemente no comentário sobre Reis (BK XI, 4, pp. 244-246 e 268-270), reconhecendo a autonomia original das tradições avulsas, especialmente de 12.1-19.

⁷ Compare especialmente 1 Rs 12.15αc com 2 Sm 17.14!

⁸ Vol. 1, pp. 240-242.

⁸ Cf. H. WEIPPERT, *Die Ätiologie des Nordreiches und seines Königshauses (1 Reg 11,29-40)*, ZAW, 95:344-375, 1983.

⁹ A resultados semelhantes nos traços básicos já chegou A. JEPSEN, *Die Quellen des Königsbuches*, 2. ed., 1956, pp. 5s. Cf. também J. DEBUS, *Die Sünde Jerobeams*, 1967 (FRLANT, 93). Um panorama do estado da pesquisa sobre a Obra Historiográfica Deuteronomista é oferecido por H. WEIPPERT, *Das deuteronomistische Geschichtswerk; sein Ziel und sein Ende in der neueren Forschung*, ThR, 50:213-249, 1985.

¹⁰ 1 Rs 13 não entra em cogitação como fonte histórica; por último, cf. T. B. DOZEMAN, *The Way of the Man of God from Judah; True and False Prophecy in the Pre-Deuteronomic Legend of I Kings 13*, CBQ, 44:379-393, 1982.

do fim da vida de seu pai, Davi, e tenha proclamado, a tempo e com determinação, a Roboão como príncipe herdeiro.

Entretanto, entre as tribos do Norte, no velho reino de Saul, as coisas não eram tão fáceis. Que o Reino do Norte de modo algum estava disposto a aceitar sem mais nem menos a monarquia dinástica da família de Davi já se mostrara enquanto ainda vivia o fundador da dinastia, por ocasião da rebelião do benjaminita Seba (2 Sm 20)¹¹. No Norte estava vivo o antigo ideal carismático, que praticamente proibia reconhecer de modo tácito os reis de Jerusalém e de Judá também como reis de Israel do norte. Podia-se esperar, no mínimo, que o sucessor do trono davídico se apresentasse aos delegados das tribos do Norte, para receber deles, expressa e especialmente, a aclamação e, assim, renovar a união pessoal com base na qual Davi havia reinado sobre Judá e Israel¹². Não sabemos se Salomão fez isso, mas queremos crer que sim, embora a tradição não relate nada a respeito — a não ser que se pudesse extrair uma referência oculta a isso da história do sonho de Salomão no templo de Gibeom (1 Rs 3.4-15), que está ligada ao ritual da subida ao trono através do “pedido de coroação” (vv. 5,9).

Em todo caso, para Roboão parece ter estado claro que, ao assumir o governo em Jerusalém e Judá, ele não havia se tornado, por assim dizer automaticamente, rei também sobre Israel do norte. Por isso foi, certo dia, até Siquém para, num local rico em tradições, obter a dignidade régia sobre Israel através de aclamação. Isto, porém, era muito mais difícil do que ele esperara. Não sabemos se os delegados das tribos do Norte em princípio tinham uma atitude positiva frente a uma renovação da união pessoal ou se nem ponderavam seriamente o reconhecimento do filho de Salomão. Sabemos, contudo, que eles lhe apresentaram seus gravames: ou para obrigá-lo a uma espécie de capitulação eleitoral, ou com o objetivo de derrubá-lo por assim dizer já nas questões preliminares. O gravame principal era a dura corvéia que Salomão havia imposto a Israel (1 Rs 5.13-18; 9.15-23; 11.28)¹³. Pode-se, além disso, pensar nas obrigações de pagamento de tributo no contexto da divisão salomônica das províncias, que sem dúvida foram sentidas como opressivas (1 Rs 4.7)¹⁴. Se Salomão de fato cometeu o erro, em termos de política interna, de

excluir o Sul judaíta do sistema de tributos, então a amargura das tribos do Norte seria mais compreensível ainda. O que é que os davididas estavam pensando ao lidarem assim com os homens livres do Reino de Israel? Já o domínio de Davi sobre Israel, nos últimos anos de sua vida, havia se aproximado do despotismo, e não é de se supor que sob Salomão tenha sido melhor. Mas agora, por ocasião da mudança de governo, as tribos do Norte viram chegar a oportunidade de fazer valer sua vontade política e de pôr fim à tirania da casa de Davi.

Os anciãos de Israel falaram, portanto, a Roboão: “Teu pai fez pesado nosso jugo; agora, pois, alivia tu a dura servidão de teu pai e seu pesado jugo que nos impôs, e nós te serviremos.” (1 Rs 12.4.) Decerto eles não falaram exatamente estas palavras a ele; este deve ter sido apenas o sentido do que disseram. Pois a questão necessitava de concretização e de uma fundamentação detalhada. Também é questionável se ela foi formulada logo de início como condição para uma futura submissão; e, por fim, dificilmente o autor da obra historiográfica estava pessoalmente presente. Em todo caso, Roboão pediu e recebeu três dias de tempo para pensar. Durante esse tempo ele convocou o conselho da coroa, cujos membros haviam vindo junto para Siquém ou foram chamados a vir urgentemente de Jerusalém. Com isso, porém, começou sua desgraça, pois o conselho da coroa, ao que parece, não era um grêmio uniforme, mas consistia, por um lado, de conselheiros velhos, encanecidos a serviço de Salomão e, por outro lado, de pessoas jovens que o próprio Roboão havia convocado¹⁵. Desse grupo misto dificilmente se podia esperar um parecer comum. Assim, repetiu-se a trágica experiência que já Absalão havia feito com seus conselheiros (2 Sm 17)¹⁶, agora ainda aumentada pelo problema das gerações¹⁷. Os conselheiros velhos recomendaram a Roboão ceder e cumprir as exigências dos conselheiros com seus anciãos de Israel; certamente por trás disso estava a ponderação de que mais tarde — depois da aclamação — sempre se poderiam apertar de novo as rédeas. Os conselheiros jovens, contudo, aconselharam a não entrar, de forma alguma, em negociações, mas a bancar, desde o início, o homem forte: “Assim falarás a este povo que disse: Teu pai fez pesado nosso jugo, mas tu alivia-o de sobre nós; assim lhe falarás: Meu dedo mínimo

11 Veja vol. 1, p. 247.

12 M. WEIPPERT, Scheideweg, pp. 93-96, avalia as coisas de outro modo, a saber, como tentativa dos delegados do Reino do Norte de voltar à legitimidade violada por Salomão, i. é, de reativar o caráter contratual das relações do Norte com a dinastia davídica e, sob esta condição, acitar a monarquia dinástica dos davididas. Por trás desta concepção encontra-se um mal-estar em relação ao modelo “designação — aclamação”, defendido por Alt, i. é, em relação à importância de uma concepção ideológico-régia para avaliar o curso efetivo dos acontecimentos.

13 Veja vol. 1, pp. 258s.

14 Veja vol. 1, pp. 262s.

15 A. MALAMAT, Kingship and Council in Israel and Sumer, a Parallel, JNES, 22:247ss., 1963, tentou interpretar esse lado-a-lado nos termos de um sistema de duas câmaras; todavia, para isso a base textual é estreita demais. Cf. também A. MALAMAT, Organs of Statecraft in the Israelite Monarchy, BA, 28:34-65, 1965; D. G. EVANS, Rehoboam's Advisers at Shechem and Political Institutions in Israel and Sumer, JNES, 25:273ss., 1966; E. LIPINSKI, Le récit de 1 Rois XII 1-19 à la lumière de l'ancien usage de l'Hebreu et de nouveaux textes de Mari, VT, 24:430-437, 1974; M. WEINFELD, The Counsel of the “Elders” to Rehoboam and Its Implications, Maarav, 3:27-53, 1982.

16 Veja vol. 1, pp. 246s.

17 Cf. J. CONRAD, Die junge Generation im Alten Testament, 1970; J. MacDONALD, The Status and Role of the Na'ar in Israelite Society, JNES, 35:147-170, 1976; H.-P. STÄHLI, Knabe — Jüngling — Knecht; Untersuchungen zum Begriff na'ar im AT, 1978 (Beiträge zur biblischen Exegese und Theologie, 7).

é mais grosso do que os lombos de meu pai. Assim que, se meu pai vos impôs jugo pesado, eu ainda vô-lo aumentarei; meu pap vos castigou com açoites, porém eu vos castigarei com escorpiões!” (1 Rs 12.10s.) É claro que eles não sugeriam seriamente que ele devesse falar-lhes estas palavras. A formulação radical e enfática indica, de certa forma, o denominador comum ao qual, segundo a opinião dos jovens conselheiros, Roboão deveria reduzir sua resposta. Por trás disso, no entanto, encontra-se um juízo político errôneo e funesto: a saber, o juízo de que aqui estaria em jogo uma questão de autoridade e prestígio. Talvez os conselheiros jovens fossem preferencialmente jerosolimitas e, como tais, não entendessem que ainda nem se podia falar de autoridade e prestígio de Roboão no Norte. Provavelmente eles não estavam em condições de distinguir entre a situação de Judá/Jerusalém e aquela do antigo Reino do Norte. Ter seguido o conselho de seus companheiros jovens foi a tolice e a desgraça de Roboão.

Segundo a convicção do historiador, porém, foi mais do que isso: foi vontade de Javé que isso acontecesse. Javé fizera ocorrer uma guinada, uma peripécia, para que a fatalidade tomasse seu curso (1 Rs 12.15). Ora, depois da peripécia segue-se a catástrofe, no drama clássico. Os anciãos de Israel deram o troco a Roboão desligando-se, de uma vez por todas, da dinastia davídica: “Que parte temos nós com Davi? Não há para nós herança no filho de Jessé! A vossas tendas, ó Israel! Cuida agora de tua casa, ó Davi!” (1 Rs 12.16)¹⁸. Roboão, inconcebivelmente obcecado, piorou ainda mais as coisas fazendo uma última proposta de negociação e enviando como negociador justamente o ministro da corvéia, Adorão, que já servira a seu avô, Davi¹⁹. O velho homem foi apedrejado até a morte e o próprio Roboão apenas teve tempo de pular em seu carro e fugir para Jerusalém.

O resultado desse processo é designado de modo inexato e equívoco com o termo corrente “divisão do reino”. Pois não se tratou da divisão de um reino unificado, mas sim da não-renovação da união pessoal entre Judá e Israel que existira sob Davi e Salomão. Tratava-se da consolidação e do enrijecimento do velho dualismo entre Norte e Sul, que havia sido apenas encoberto temporariamente pela união pessoal, mas de modo algum eliminado por ela. Não se quis compreender isso em Jerusalém e Judá, e falou-se de uma separação injuriosa de Judá por parte de Israel (1 Rs 12.19), também em tempos posteriores (Is 7.17). A esperança de reunificação sempre permaneceu viva e foi cultivada no Sul²⁰. Israel do norte, contudo, de modo algum aspirava à reconstrução daquela unidade, já sempre quebradiça. Alegrava-se, antes, com sua liberdade e com

o fato de ter conseguido expressar em termos políticos seus sentimentos, de estranheza em relação à dinastia davídica. Finalmente, Javé tinha de novo as mãos livres para colocar um novo homem no trono real, como o havia feito outrora com Saul.

Nesse caso, a questão pessoal não causava a menor dificuldade, pois há muito um homem apropriado estava à disposição e se mantinha pronto. Era o efraimita Jeroboão, filho de Nebate, que, graças à sua eficiência, já sob Salomão havia chegado até o posto de “capataz da corvéia da casa de José” (*sebel bet Yôsef*, 1 Rs 11.28). Portanto, ele havia sido uma espécie de funcionário da corvéia de um território sob a supervisão do ministro da corvéia, Adorão. 1 Rs 11.29ss. relata que Javé, através do profeta Aías de Silo, fizera designar rei sobre Israel a esse Jeroboão já enquanto Salomão ainda vivia²¹. Isso, evidentemente, pode ser um reflexo da convicção posterior de que as coisas devem ter-se dado assim, pois também se narra a respeito de Davi que o vidente Samuel o havia ungido rei enquanto Saul ainda vivia (1 Sm 16)²². Mas é igualmente concebível que atrás dessa tradição de saga se encontre uma memória histórica confiável em seu cerne; pois de fato não demorou até que ocorresse uma desavença entre Salomão e Jeroboão. O jovem esperançoso e ambicioso fugiu a tempo para o Egito, o clássico país de refúgio de todos os perseguidos políticos na Palestina, e lá recebeu asilo político do faraó Shoshenk I, fundador da 22ª dinastia líbia²³. Depois da morte de Salomão, ele viu chegada sua hora. Quando voltou para a pátria, se antes ou depois dos acontecimentos de Siquém, não é mais possível verificar exatamente²⁴. Em todo caso, ele estava a postos quando se precisou dele, e os anciãos de Israel do norte não titubearam em fazer dele rei sobre Israel por aclamação (1 Rs 12.20).

Assim, pouco depois da morte de Salomão, despedaçou-se o núcleo do império erigido por Davi. Era ainda apenas uma questão de tempo até que as regiões exteriores que sob Salomão ainda não se haviam desligado reconquistassem sua autonomia. No caso do reino dos amonitas, isso deve ter acontecido com bastante rapidez, pois a relação dos davididas com Amom era determinada

21 Cf. A. CAQUOT, Ahiya de Silo et Jéroboam I^{er}, *Semítica*, 11:17-27, 1961; H. SEEBASS, Zur Königs-erhebung Jerobeams I, VT, 17:325-333, 1967; H. WEIPPERT (v. acima nota 8).

22 Veja vol. 1, p. 223.

23 Veja infra, p. 335.

24 A história de Jeroboão tem uma detalhada recensão grega paralela ao texto massorético (1 Rs 12.24a-z LXX^B) no códice Vaticanus da LXX, sobre cujo valor histórico a discussão ainda não está encerrada. Cf. J. DEBUS, *Die Sünde Jerobeams*, 1967, pp. 55-92 (FRLANT, 93); D. W. GOODING, *The Septuagint's Rival Versions of Jeroboam's Rise to Power*, VT, 17:173-189, 1967; M. ABERBACH & L. SMOLAR, *Jeroboam's Rise to Power*, JBL, 88:69-72, 1969; R. W. KLEIN, *Jeroboam's Rise to Power*, JBL, 89:217s., 1970; R. P. GORDON, *The Second LXX Account of Jeroboam: History or Midrash?*, VT, 25:368-393, 1975.

18 É quase literalmente a fórmula que se encontra em 2 Sm 20.1!

19 Veja vol. 1, pp. 238, 264.

20 Cf. Is 8.23b-9.6; Ez 37.15-28; Os 2.1-3 e passim.

por união pessoal²⁵, e é difícil imaginar que Roboão pudesse manter a coroa amonita, uma vez que, desde a declaração de independência de Israel, estava-lhe cortado o acesso direto à Transjordânia pelo Vale do Jordão. E, caso Jeroboão se tenha considerado “herdeiro” da coroa amonita, a independência de Amom talvez levasse um pouco mais de tempo, mas não muito. Lamentavelmente a tradição nada nos informa a respeito; as inscrições em monumentos amonitas, encontradas nas últimas três décadas, são um pouco mais recentes e não se manifestam sobre o relacionamento com Israel²⁶. Numa só palavra: não é possível indicar uma data exata da declaração de autonomia do Estado de Amom²⁷. No que diz respeito aos filisteus, eles devem ter perdido logo seu *status* de vassallos²⁸ e recuperado sua independência. Embora sobre isso também não haja notícia, talvez possamos chegar a essa conclusão indiretamente, a partir do programa de construção de fortificações de Roboão²⁹. Estranhamente, num primeiro momento Moabe parece ter permanecido vassalo do Reino do Norte, Israel, tendo se tornado livre só após a morte do rei Acabe (852); entretanto, devido ao caráter dúbio da retrospectiva histórica da inscrição de *Meshah*, isso não é certo³⁰. Edom, por sua vez, após os primeiros esforços de independência empreendidos quando Salomão ainda vivia ou pouco depois de sua morte³¹, só se desligou definitivamente de Judá sob o rei Jeorão (852/47-845)³².

Portanto, a não-renovação da união pessoal foi a hora do nascimento de um novo sistema de estados na Palestina e Síria Central, mais exatamente: a hora do renascimento de um sistema de estados pequenos e autônomos, assim como existiam antes de Davi. O pêndulo da história havia oscilado muito para um lado sob Davi; agora voltava à sua posição de descanso. Os dois estados israelitas encontravam-se agora diante da tarefa de consolidar, cada um por si, sua existência para dentro e para fora, instalando-se como membros do sistema siro-palestinense de pequenos estados. A solução dessa tarefa era muito mais

difícil no norte israelita do que no sul judaíta, pois, enquanto que em Judá a dinastia davídica dava ao Estado um centro e apoio firme, em Israel a continuidade da monarquia estivera, por assim dizer, interrompida pela união pessoal com Judá e Jerusalém. A rigor, teria sido preciso estabelecer a conexão com o reino de Saul, porém praticamente nada havia restado dele. A isso somava-se a situação geográfica: Israel do norte, com seu território heterogêneo, com suas montanhas e planícies, sua conexão com as grandes estradas que interligavam a Ásia e a África, o Mar Mediterrâneo e as regiões da Península Arábica, corria perigo, era vulnerável e estava muito mais exposto a uma agressão por inimigos externos do que Judá, em seu relativo isolamento e distância. As fontes não fluem exatamente de maneira muito abundante, mas permitem a reconstrução de no mínimo alguns traços fundamentais do curso seguinte da história.

1.1. Jeroboão I, filho de Nebate (927-907)

O novo rei de Israel encontrava-se inicialmente diante da pergunta sobre onde iria residir. Gibeá (*Tell el-Ful*), a residência de Saul, não entrava seriamente em cogitação por causa da proximidade geográfica com o Reino do Sul, Judá: estava localizada a cerca de 5 km ao norte de Jerusalém, junto à estrada principal e dentro da área fronteiriça que logo mais se tornaria objeto de confrontos militares³³. Segundo 1 Rs 12.25, Jeroboão I ampliou e transformou em residências as localidades de Siquém (*Tell Balata*), nas montanhas da Samaria, e Penuel (*Tilal edh-Dhahab*), na Transjordânia junto ao Jaboque. Segundo 1 Rs 14.17, entretanto, ele também usava Tirza (*Tell el-Far'a*) como capital. Em geral, interpretou-se essa pluralidade de residências em termos de uma sucessão histórica: p. ex., de tal modo que Jeroboão, sob o impacto da campanha do faraó líbio Shoshenk I³⁴ na Palestina, tivesse abandonado Siquém, evadindo-se para Penuel, na Transjordânia, para posteriormente, por razões desconhecidas, não voltar para Siquém, mas sim escolher Tirza como residência. Embora não se possa excluir esta possibilidade, ela não é, por fim, muito provável. A pluralidade de cidades se explica com maior naturalidade pela suposição de que Jeroboão, pelo menos nos anos iniciais, exercesse seu reinado de maneira ambulante, i. é, utilizasse as residências mencionadas ao mesmo tempo. Como paralelo distante, pode-se lembrar os castelos imperiais alemães da Idade Média³⁵.

25 Veja vol. 1, p. 233.

26 Quanto a todas as questões referentes aos amonitas, v. agora U. HÜBNER, *Die Ammoniter*; Untersuchungen zur Geschichte, Kultur und Religion eines transjordanischen Volkes im 1. Jahrtausend v. Chr., 1992 (ADPV, 16). Nas pp. 15-120 dessa obra as inscrições amonitas são tratadas detalhadamente.

27 Antigamente costumava-se supor que o primeiro rei amonita autônomo ou ao menos extravetoretamentário estivesse documentado na chamada inscrição monolítica de Salmaneser III no ano de 853 a.C., col. II, linha 95: “Ba’sa, filho de Ruhubi, de ^{KUR}A-ma-na-a-a.” Entretanto, Amom, em textos cuneiformes, no mais sempre é ^{KUR(URU)}Bit-Am-ma-na ou algo similar, uma vez também ^{KUR}ba-an-Am-ma-na-a-a (cf. em hebraico *b’ne Ammon*) na carta de Ninrode, nº 16, linha 36. Além disso, Ruhubi aponta para (*Bet*) *R’hob*, i. é, a região em torno do Antilibano setentrional. Cf. corretamente TGI, 2. ed., p. 50 (onde, no entanto, se pensa na cordilheira de Amanus, o que dificilmente é acertado) e U. HÜBNER, *Die Ammoniter*.

28 Veja vol. 1, p. 231.

29 Veja infra, pp. 285s.

30 Veja infra, pp. 317-320.

31 Veja vol. 1, p. 260.

32 Veja infra, p. 293.

33 Veja infra, p. 289s.

34 Veja infra, p. 286s.

35 J. P. J. OLIVIER, In Search of a Capital for the Northern Kingdom, JNSL, 11:117-132, 1984, adverte contra o uso acrítico do termo “capital”.

Sobretudo, porém, Jeroboão I viu-se diante da necessidade de tornar-se atuante no que diz respeito à política de culto e religião, pois o Reino do Norte, Israel, ao contrário de seu vizinho judaíta, não possuía, tanto quanto podemos perceber, um santuário supra-regional para o Deus estatal Javé, em todo caso, nada que pudesse ser comparado, mesmo aproximadamente, a Jerusalém. Ora, pode-se dizer que essa carência talvez pudesse ser agüentada, já que tal santuário provavelmente deveria estar ligado à residência do rei e Jeroboão não possuía uma residência fixa, ao menos não no início de seu governo. Mas a isso se acresce outra dificuldade. Deve-se contar com a possibilidade de que não apenas em Judá, mas também entre as tribos do Norte, o templo de Javé em Jerusalém, construído por Salomão, fosse considerado cada vez mais um santuário de importância supra-regional. Lá estava a arca de Javé, que, na época pré-estatal, havia sido objeto de culto justamente das tribos da Palestina Central, sobretudo de Efraim e Benjamim³⁶, e pode ter atraído romeiros piedosos dessa região e talvez também de regiões israelitas mais distantes³⁷: uma conseqüência da política cultural de Davi. Não é necessário nem verossímil imaginar que logo se tenha desenvolvido um abrangente e regrado sistema de peregrinações a Jerusalém, como se tornou habitual na época pós-exílica em conseqüência da reforma cultural realizada por Josias³⁸. Basta perfeitamente supor que a situação tenha sido muito mais modesta e a abrangência, menor. Jeroboão I deve ter se dado conta de que com isto estavam colocados perigos políticos para o Reino do Norte, pois se romeiros de Israel do norte peregrinassem para Jerusalém, podia acontecer que eles fossem influenciados pela propaganda pró-davídica, talvez até se tornassem instrumentos de tal propaganda, colocando em perigo a existência do Reino de Israel a partir de dentro.

Jeroboão parece ter estado decidido a não fracassar em termos de política religiosa como seu antecessor, Saul³⁹, mas a conseguir controlar as coisas, limitando ou até impedindo as romarias do norte para o sul⁴⁰. Assim ele erigiu, no território de seu Estado, dois santuários reais para Javé, por assim dizer conforme o modelo do templo real davídico em Jerusalém. O relato sobre isso (1 Rs 12.26-29), porém, está claramente moldado pela redação deuteronomista e não descreve de modo preciso as razões e os resultados da política religiosa do rei, fazendo-o à luz da teoria deuteronomista posterior. Porém os fatos básicos nele contidos dificilmente podem ser postos em dúvida. Jeroboão esco-

36 Veja vol. 1, pp. 229s.

37 Ela já tivera esse fascínio na época pré-estatal, quando ainda se encontrava em Silo; cf. 1 Sm 1.3, 21.

38 Veja infra, pp. 381ss. Quanto à questão, cf. H. DONNER, *Aufsätze zum Alten Testament*, 1994, pp. 189ss., especialmente pp. 195-198 (BZAW, 224).

39 Veja vol. 1, pp. 212s.

40 Diferentemente M. WEIPPERT, *Scheideweg*, pp. 96-98.

lheu a localização de seus santuários com notável habilidade. Instalou um deles em Betel (*Betin*), santa desde os tempos mais remotos, que, além disso, tinha a vantagem de estar situada na estrada para Jerusalém. Aqui, romeiros vindos do norte podiam ser facilmente “interceptados” e induzidos, com maior ou menor pressão, a ficar em Betel. O segundo santuário real foi para o extremo norte, para Dã (*Tell el-Qadi*), sobre cuja pré-história religiosa não se conhece praticamente nada; ela dificilmente poderia resistir a uma comparação com Betel⁴¹. Talvez Jeroboão esperasse que os moradores do norte galileu tomassem a existência do santuário real em Dã como motivo para nem sequer iniciarem sua peregrinação para o sul. Mas naturalmente não sabemos isso; também não podem ser desconsideradas as distâncias e o relativo isolamento geográfico da Galiléia.

Entretanto, nenhum dos dois santuários reais possuía um objeto central de culto comparável à arca de Javé. Por isso, Jeroboão mandou colocar uma imagem áurea ou dourada de um touro em Betel e em Dã, os famosos “bezerros de ouro”, cuja interpretação é extremamente difícil e controversa⁴². Pensou-se em estandartes de deuses, i. é, símbolos taurinos presos a varas ou barras⁴³, ou em pedestais em forma de animal, sobre os quais se imaginava que Javé estivesse de forma invisível⁴⁴, ou em autênticas imagens de deus, i. é, representações de Javé, que originariamente pertencia ao tipo do deus da tempestade (tipo Hadade), podendo ser perfeitamente representado por um touro⁴⁵. Não se pode optar com segurança por uma dessas possibilidades ou outras semelhantes, ainda mais porque possivelmente também ainda se deva distinguir entre as intenções e opiniões de Jeroboão I e seus conselheiros, por um lado, e as opiniões de seus contemporâneos e, mais ainda, dos pósteros, por outro lado. Como quer que seja, os adoradores piedosos devem ter se atido àquilo que viam: o touro dourado, que, para eles, representava o Deus estatal, Javé, mas que também podia ser considerado símbolo de um dos deuses cananeus da tempestade, dos quais inicialmente Javé não se distinguiu muito.

41 Isso, entretanto, não deveria fazer com que se descartem inteiramente Dã e seu “bezerro de ouro” como polêmica judaíta posterior. É o que fazem, p. ex., J. A. MONTGOMERY & H. S. GEHMAN, ICC, 2. ed., 1951, pp. 255 e 258; M. NEWMAN, *The People of the Covenant*, 1962, pp. 182s., entre outros.

42 Cf. resumidamente J. HAHN, *Das “Goldene Kalb”*; die Jahweverehrung bei Stierbildern in der Geschichte Israels, 1981, especialmente pp. 338-352, 1981 (bibl.) (EH XXIII, 154); além disso, também G. GARBINI, *Troni, sfingi e sirene*, AION, 41:301-307, 1981, e N. WYATT, *Of Calves and Kings; the Canaanite Dimension in the Religion of Israel*, SJOT, 6:68-91, 1992.

43 Cf. O. EISSFELDT, *Lade und Stierbild* [1940/41], in: *Id.*, *Kleine Schriften*, vol. 2, pp. 282-305, especialmente pp. 291ss.

44 Esta é a *communis opinio* desde A. ALT, art. *Jahwe*, in: *Reallexikon der Vorgeschichte*, vol. 6, 1926, p. 148. Cf. também H. T. OBBINK, *Jahwebilder*, ZAW, 47:267-269, 1929, e numerosas exposições da história e da religião de Israel, também a 1ª edição deste livro.

45 M. WEIPPERT, *Scheideweg*, pp. 98s., com referências bibliográficas.

O rei não impediu isso, não o conseguiu impedir e talvez nem tenha tentado⁴⁶. O relato deuteronomista, em todo caso, deixa entrever que, o mais tardar sob as condições do henoteísmo ascendente, e muito mais sob o signo do Deuterônomo, a adoração das imagens de touro tinha de ser encarada como idolatria⁴⁷.

É provável que o santuário de Dã tenha perdido importância rapidamente; mais tarde ele não aparece mais na tradição. Betel, contudo, experimentou uma ascensão brilhante, florescendo como santuário real até o final do Reino de Israel⁴⁸. Assim, pelo menos um dos santuários justificou as expectativas que Jeroboão I havia associado à sua instalação. Não é possível reconhecer se e em que medida sua tentativa de estabelecer uma espécie de ordem de festas para o culto estatal (1 Rs 12.32s.) teve êxito e futuro.

Ao lado disso, possuímos uma nota em 1 Rs 12.31 (cf. 13.33) segundo a qual Jeroboão I promoveu, no país, os santuários de Javé nos altos, praticando, neste caso, uma política de pessoal não muito clara. Ele instalou nesses santuários sacerdotes oriundos do povo, que não eram levitas; feriu, portanto, o privilégio sacerdotal da tribo de Levi, naquele tempo já consolidado ou ainda em formação — a não ser que a nota espelhe a teoria de um redator posterior, que quisesse acrescentar aos pecados de Jeroboão também o “pecado” de desconsiderar o privilégio dos levitas, que, historicamente, ainda nem existia.

Jeroboão I certamente nunca sonhou que entraria na consciência da posteridade como rei exemplar da apostasia de Javé. Ele deve essa reputação duvidosa aos historiadores deuteronomistas, que o acusaram de instalar e manter os dois santuários reais e repreenderam constantemente seus sucessores por terem andado “no pecado de Jeroboão, com o qual ele induziu Israel ao pecado, a fim de provocar a ira de Javé”⁴⁹. Por que julgavam assim? Porque os santuários reais não estavam de acordo com a exigência de centralização

do culto feita em Dt 12, que o rei Josias de Judá havia aplicado a Jerusalém em 622 a.C.⁵⁰. Disso, porém, Jeroboão simplesmente não podia saber nada, pois o Dt só surgiu séculos mais tarde, o que, por seu turno, os deuteronomistas, que o consideravam discurso de Moisés, não podiam saber. Diante dessa situação complicada, é-se obrigado a dizer que, em última análise, Jeroboão I fracassou com sua política cultural: Jerusalém, contra a qual ele erigira seus santuários reais, acabou levando a melhor.

1. 2. Roboão (926-910)

Também para o rei no trono de Davi as coisas não foram fáceis, se bem que a situação em Jerusalém e Judá fosse mais estável do que no Norte israelita. Embora Roboão, do ponto de vista da política externa, estivesse diante de um montão de destroços, internamente a continuidade da monarquia dinástica facilitava a conexão com o que já existia. De qualquer modo, também aqui havia problemas. Em primeiro lugar, depois da não-renovação da união pessoal entre Judá e Israel, Jerusalém de modo algum continuava sendo uma capital localizada favoravelmente. O princípio de que Davi tronava acima do dualismo entre Norte e Sul⁵¹ havia perdido sua razão de ser; além disso, Jerusalém situava-se fora do centro e próxima à fronteira com Israel do norte. Contudo, Roboão e todos os seus sucessores assumiram essas desvantagens. Afinal, em Jerusalém havia sido investido um capital enorme; não se podia simplesmente desistir dele. E, além disso, a cidade facilmente poderia tornar-se um pomo de discórdia; pois quem podia garantir que a tribo de Benjamim, em grande parte pertencente a Israel do norte, não voltaria a renovar sua reivindicação teórica de posse da cidade (Jz 1.21)? Portanto, Roboão permaneceu em Jerusalém e de lá, após uma pausa temporária, atçou a guerra fratricida entre Judá e Israel, certamente também para conquistar espaço livre em torno de sua capital (1 Rs 12.21-24; 14.30).

Se podemos dar crédito à lista conservada apenas em 2 Cr 11.5-12, então a diminuição de poder do Sul judaíta reflete-se da maneira mais inequívoca no programa de fortificações ao qual, seguindo o exemplo de seu pai, Roboão se dedicou com energia e fervor⁵². Conforme esta lista, o rei colocou um cordão de fortificações ao redor do núcleo do território judaíta, protegendo-o para

⁴⁶ Poderia ter sido precisamente a intenção de Jeroboão construir uma ponte de ligação, em termos de política religiosa, para a população cananéia de seu Estado através da escolha justamente desses objetos e, deste modo, contribuir para a solução do problema dos cananeus; cf. S. HERRMANN, *Geschichte*, pp. 245s. Mas não o sabemos.

⁴⁷ Isto pode ser percebido a partir do teor da descrição, mas não a partir da fórmula interpretativa de 1 Rs 12.28 colocada na boca de Jeroboão; quanto a isso, cf. H. DONNER, “Hier sind deine Götter, Israel!”, in: *Aufsätze zum Alten Testament*, pp. 67-75. Aliás, a circunstância de que essa fórmula retorna quase que literalmente em Êx 32.4 mostra que a saga do bezerro de ouro é uma etiologia polêmica, com a qual a imagem do touro, interpretada como ídolo — evidentemente de maneira singular — foi retrojetada para o período mosaico; veja vol. 1, p. 121. Com isso ela adquiriu a conotação daquilo que é exemplarmente abominável, assim como, para a consciência posterior de Israel, tudo que é exemplar tinha suas raízes no período salvífico clássico.

⁴⁸ Cf. Am 7.10-17; 2 Rs 17.24-28.

⁴⁹ Cf. 1 Rs 15.26,34; 16.19,26 e passim, em formulações levemente variáveis. Cf. J. DEBUS, *Die Sünde Jerobeams*, 1967 (FRLANT, 93); E. T. MULLEN, *The Sin of Jeroboam; a Redactional Assessment*, CBQ, 49:212-232, 1987.

⁵⁰ Veja infra, pp. 400s.

⁵¹ Veja vol. 1, pp. 227-230.

⁵² Cf. fundamentalmente G. BEYER, *Das Festungssystem Rehabeams*, ZDPV, 54:113-134, 1931; além disso, também P. WELTEN, *Geschichte und Geschichtsdarstellung in den Chronikbüchern*, 1973, pp. 11-15 (WMANT, 42).

todos os lados. A seqüência dos locais de fortificações, no entanto, só tem lógica, em termos geográficos, nos primeiros quatro nomes; no restante ela está consideravelmente fora de ordem e precisa ser refeita de maneira crítica. O melhor a fazer é partir dos primeiros quatro nomes, seguindo, então, a linha sobre a região montanhosa na direção sul, dobrando para oeste ao sul de Hebrom e, então, de volta para o norte. Desse modo resulta a seguinte seqüência: 1. Belém (*Bet Lahm*), 2. Etã (*Hirbet el-Hoh*), 3. Tecoa (*Hirbet Tequ'*), 4. Bete-Zur (*Hirbet et-Tubeqa*), 5. Hebrom (*el-Halil*), 6. Zife (*Tell Zif*), 7. Adoraim (*Dura*), 8. Maressa (*Tell Sandahanne*), 9. Laquis (*Tell ed-Duwer* ou *Tell 'Etnu?*), 10. Adulão (*Hirbet esh-Sheh Madhkur*), 11. Socó (*esh-Shuweke*), 12. Azeca (*Tell Zakariye*), 13. Gate (*Tell eç-Çafi?*), 14. Zorã (*Çar'a*), 15. Aijalom (*Yalo*). As diversas estações desse sistema dificilmente distam mais de 5 km uma da outra. A Bete-Horom inferior (*Bet 'Ur et-tahta*), que Salomão havia fortificado⁵³, não é mencionada; talvez pertencesse ao território do Reino do Norte. Sobretudo, porém, cai na vista que a planície litorânea e a Baía de Berseba não estão encerradas por esse cinturão de fortificações. Isso poderia significar que os filisteus — com exceção da cidade de Gate, que seguidamente mudava de dono — haviam reconquistado sua autonomia e que a região meridional, outrora simeonita, agora não pertencia mais ao Reino de Judá. “Agora”, isto é quando? A listagem cronista poderia ser muito bem compreendida a partir da época de Roboão — se não houvesse razões consideráveis para pensar que surgiu apenas no tempo do rei Ezequias, antes de 701 a.C., ou, mais provavelmente, no tempo de Josias, portanto na segunda metade do séc. 7 a.C.⁵⁴. Da maneira como estão as coisas, a pergunta precisa ficar em aberto por enquanto. Mas também sem a lista de fortificações permanece correto que o Reino do Sul, Judá, em comparação com o Reino do Norte, Israel, ficava afastado das principais vias de trânsito. A partir de agora ele se encontrava numa situação de calma, por assim dizer, o que favorecia seu conservadorismo e obstinado apego à monarquia davidica.

Finalmente, não se deve deixar de mencionar um acontecimento político externo, embora tenha significado pouco e quase não tenha atingido Judá. No 5º ano de governo de Roboão (922), o faraó Shoshenk I empreendeu uma

campanha militar na Palestina⁵⁵. Ele estava na tradição dos faraós do Império Novo egípcio. Os motivos de sua investida militar são desconhecidos; talvez ele fosse de opinião que a antiga hegemonia egípcia sobre a Palestina de modo algum estava extinta e que deveria ser novamente imposta. Shoshenk mandou afixar uma extensa lista das localidades conquistadas — às vezes talvez apenas visitadas — numa das paredes externas meridionais do grande templo de Amom em Tebas-Karnak, no chamado portal dos dinastas de Bubástis⁵⁶. Nessa lista faltam completamente localidades do núcleo do território judaíta, as montanhas e a região de colinas⁵⁷. Isso corresponde a 1 Rs 14.25-28, segundo o qual Roboão ofereceu o tesouro do palácio e do templo de Jerusalém para comprar a liberdade para si e sua zona de domínio⁵⁸. Shoshenk avançou até o território do Reino de Israel, alcançou a Planície de Meguido e de lá, ao que parece, enviou unidades de suas tropas para diversas direções do país, também para a Transjordânia. Em Meguido até deixou uma estela com seu nome, conservada fragmentariamente⁵⁹. Entretanto, essa campanha militar dificilmente foi mais do que uma demonstração de poder com a finalidade de mostrar que, depois de longa pausa, o Egito estava novamente se erguendo. Shoshenk I não estava em condições de exercer em termos práticos a suserania sobre a Palestina. Jeroboão I, contudo, deve ter entrado em grandes apuros; sobre os efeitos disso lamentavelmente nada ficamos sabendo⁶⁰.

53 Veja vol. 1, p. 261.

54 Assim, em primeiro lugar, E. JUNGE, *Der Wiederaufbau des Heerwesens des Reiches Juda unter Josia*, 1937, pp. 37ss.; cf., além disso, A. ALT, *Festungen und Levitenorte im Lande Juda*, in: *Kleine Schriften*, 1952, vol. 2, pp. 306-315; V. FRITZ, *The "List of Rehoboam's Fortresses" in 2 Chr. 11:5-12 — a Document from the Time of Josiah*, *Eretz-Israel*, 15:46-53, 1981; N. NA'AMAN, *Hezekiah's Fortified Cities and the LMLK Stamps*, *BASOR*, 261:5-21, 1986; Y. GARFINKEL, *2 Chr 11:5-10: Fortified Cities and the lmlk-Stamps — Reply to N. Na'aman*, *BASOR*, 271:69-73, 1988; N. NA'AMAN, *The Date of 2 Chr 11:5-10 — a Reply to Y. Garfinkel*, *ibid.*, pp. 74-77; S. HERRMANN, *The So-Called "Fortress System of Rehoboam"*, *II Chr 11,5-12: Theoretical Considerations*, in: *Yadin Memorial Volume*, 1989, pp. 72-78.

55 Quanto ao assunto e quanto ao problema cronológico não-resolvido, veja infra, p. 336, com a nota 14.

56 Publicação: *Reliefs and Inscriptions at Karnak*; vol. III: *The Bubastide Portal*, 1954 (Oriental Institute Publications, 74). Cf. J. SIMONS, *Handbook for the Study of Egyptian Topographical Lists relating to Western Asia*, 1937, pp. 89-101, 178-186; M. NOTH, *Die Schoschenkliste [1937/8]*, in: *Abhandlungen*, vol. 2, pp. 73-93; B. MAZAR, *The Campaign of Pharaoh Shishak to Palestine*, *SVT*, 4:57-66, 1957; S. HERRMANN, *Operationen Pharaos Schoschenks I im östlichen Ephraim*, *ZDPV*, 80:55-79, 1964; D. B. REDFORD, *Studies in the Relations between Palestine and Egypt during the 1st Millennium B.C. II: The 22nd Dynasty*, *JAOS*, 93:3-14, 1973; K. A. KITCHEN, *The Third Intermediate Period in Egypt (1100-650 B.C.)*, 1973, pp. 432-447; P. GALPAZ, *The Reign of Jeroboam and the Extent of Egyptian Influence*, *BN*, 60:13-19, 1991.

57 Só aparecem algumas localidades no sul de Judá e no Neguebe, como quer que isso deva ser interpretado. Será que não faziam parte do Reino do Sul, Judá?

58 Nem todos os nomes da lista egípcia de Shoshenk são identificáveis. Todavia, o fato de o paralelo cronista, 2 Cr 12.2-12, mencionar também uma série de localidades judaítas deve ser o resultado de especulações exegético-geográficas.

59 C. FISHER, *The Excavation of Armageddon*, *Oriental Institute Communications* 4, fig. 7A/B, 9, 1929.

60 Quanto à mudança de residência, veja supra, pp. 281s.

Capítulo 2

O Reino de Judá até o rei Azarias

O que é conhecido do século e meio de história do Reino de Judá até o início do período assírio devemos, sobretudo, aos extratos comentados dos historiadores e redatores deuteronomistas procedentes dos anais dos reis de Judá¹. Isso é ruim, pois reduz o material àquilo que os deuteronomistas consideraram importante e digno de ser comunicado e obriga o historiador a escrever a história com base em informações selecionadas de forma acrítica, mesmo que em muitos casos sejam informações confiáveis. Disso não pode resultar muito mais do que um esqueleto, cuja pobreza é mais lastimável ainda porque praticamente não há fontes fora do AT disponíveis para esse período. Todavia, há pelo menos uma exceção: a respeito dos acontecimentos relacionados à revolta do rei Jeú de Israel², que não deixou de ter consequências também para Judá, os deuteronomistas acolheram em sua exposição duas pequenas obras historiográficas (2 Rs 9.1-10.27; 11.1-20) fielmente e sem alterações essenciais. Acrescentam-se a isso múltiplos fragmentos avulsos e relatos do cronista (2 Cr 13-26), cuja origem, em regra, é completamente obscura — isso se não foram até desenvolvidos exegeticamente a partir do material dos Livros dos Reis — e que se subtraem inteiramente ao controle histórico.

É óbvio que as histórias dos dois estados israelitas não transcorreram separada e independentemente uma da outra. Antes, os eventos e desdobramentos no Sul e no Norte estavam interligados de várias maneiras e em graus

1 Bibliografia selecionada a respeito dos anais e da obra deuteronomista de moldura: S. R. BIN-NUN, *Formulas from Royal Records of Israel and Judah*, VT, 18:414-432, 1968; W. DIETRICH, *Prophetic und Geschichte; eine redaktionsgeschichtliche Untersuchung zum deuteronomistischen Geschichtswerk*, 1972 (FRLANT, 108); H. WEIPPERT, *Die "deuteronomistischen" Beurteilungen der Könige von Israel und Juda und das Problem der Redaktion der Königsbücher*, *Biblica*, 53:301-339, 1972; E. CORTESE, *Lo schema deuteronomistico per i re di Giuda e d'Israele*, *Biblica*, 36:37-52, 1975; A. SOGGIN, *Der Entstehungsort des deuteronomistischen Geschichtswerkes*, *ThLZ*, 100:3-8, 1975; T. VEIJOLA, *Das Königtum in der Beurteilung der deuteronomistischen Historiographie*; *Annales Academiae Scientiarum Fennicae B* 198, 1977; J. VAN SETERS, *Histories and Historians of the Ancient Near East: The Israelites*, Or, 50:137-185, 1981. Em minha opinião, a concepção de G. GARBINI, *Le fonti citate nel "Libro dei Re"*, *Henoah*, 3:26-46, 1981, de que os "anais" nada mais seriam do que uma invenção deuteronomista não tem nenhuma probabilidade histórica.

2 Veja *infra*, pp. 318-324.

diversos. Mas a autonomia dos dois estados não mais se perdeu, e, apesar de destinos comuns, cada um deles tomou seu próprio caminho. Este é o motivo da exposição separada da história de Judá e de Israel nesse período — na medida em que se queira chamar de exposição histórica o que foi possível realizar aqui. Além disso, a separação oferece uma vantagem que não deve ser subestimada: a vantagem do duplo ângulo de visão. Acontecimentos e personagens que diziam respeito tanto a Israel quanto a Judá podem ser observados e apreciados a partir de dois lados.

Durante a época de Roboão e de Jeroboão I não se conseguiu resolver satisfatoriamente o problema das divisas entre Judá e Israel³. Sobretudo o Reino de Judá devia estar interessado numa solução o mais favorável possível desse problema, pois a fronteira meridional de Israel passava a apenas poucos quilômetros ao norte de Jerusalém, através do divisor de águas da região montanhosa. Essa proximidade da divisa significava um perigo constante para a segurança de Jerusalém — especialmente porque a única direção de onde Jerusalém podia ser atacada com perspectivas de êxito era o norte. Ao norte de Jerusalém, antepõe-se à área urbana uma esplanada relativamente plana e bastante elevada, sobre a qual podiam entrar em formação de ataque unidades de tropas de possíveis inimigos sem serem impedidos pelos vales profundos do leste, oeste e sul de Jerusalém. Essa esplanada se estende mais ou menos 14 km para o norte do Scopus (*Ras el-Musharif*) até a cumeada de *el-Bire* e *Ramalla*. O general e depois imperador romano T. Flávio Vespasiano e seu filho Tito agiram acertadamente em termos estratégicos quando mandaram executar o ataque das legiões no ano de 70 d.C. a partir do Monte Scopus. Seus antecessores entre os conquistadores de Jerusalém provavelmente não agiram de outra maneira.

Desse modo, não pode causar espécie que os reis judaítas estivessem grandemente interessados em empurrar a fronteira setentrional de seu território o mais longe possível para o norte, para proporcionar em torno de Jerusalém um espaço livre. Num primeiro momento, nem Roboão nem seu filho e sucessor, Abias (910-908), conseguiram fazer isso. Ambos os lados exauriram suas forças em escaramuças fronteiriças que não levavam a nenhuma solução clara (1 Rs 14.30; 15.7)⁴. A questão só se decidiu sob o sucessor de Abias, Asa (908-868). Durante seu governo, a guerra fratricida entre Judá e Israel

3 Cf. A. S. van der WOUDE, *Zur Geschichte der Grenze zwischen Juda und Israel*, in: *New Avenues in the Study of the Old Testament*, 1989, pp. 38-48 (OTS, 25).

4 A narrativa cronista a respeito de uma vitória contundente de Abias sobre Jeroboão I (2 Cr 13.3-20) é "uma composição do cronista sem utilização de fontes mais antigas" (P. Welten), "outro dos romances históricos prediletos do cronista *ad majorem Dei gloriam*" (W. F. ALBRIGHT, *AASOR*, 4:124s., 1924). Cf. P. WELTEN, *Geschichte und Geschichtsdarstellung in den Chronikbüchern*, 1973, pp. 116-129, (WMANT, 42); T. WILLI, *Die Chronik als Auslegung*, 1972, pp. 175, 188 (FRLANT, 106).

chegou a seu ápice e foi travada com uma sanha antes não conhecida (1 Rs 15.16-22). Num primeiro momento, Israel ficou em vantagem, e seu rei Baasa pôde avançar com suas tropas até Ramá (*er-Ram*). Ele ocupou a localidade e logo começou com obras de fortificação; agora dominava não apenas a estrada principal sobre o divisor de águas da região de montanhas, junto ao qual se situava Ramá, mas também a maioria dos outros caminhos de acesso a Jerusalém, com exceção de uma rota oriental, muito difícil de percorrer.

Com isso Asa entrou numa situação extremamente aflitiva, da qual não conseguiu se safar de outro modo senão através de um refinado estratagema político. Pôs-se em contato diplomático com os arameus de Damasco e, por meio de presentes, induziu o rei arameu Ben-Hadade a romper seu pacto com Israel⁵ e invadir o extremo norte do país. De repente, de maneira totalmente inesperada para Baasa, apareceram unidades araméias na margem setentrional da Galiléia, ameaçando as localidades de Abel-Bete-Maaca (*Tell Abil el Qamh*), Ijom (*Tell Dibbin* em *Merdj 'Ayun*), Dã (*Tell el Qadhi*) e o antigo território da tribo de Naftali. Esse perigo obrigou Baasa a retirar suas forças do sul e a desistir de Ramá. Asa avançou imediatamente, não concluindo, no entanto, de sua parte, a fortificação iniciada de Ramá, mas empurrando a divisa ainda mais ou menos 4 km para o norte, até aquele ponto onde a estrada principal passa pelo desfiladeiro do *Wadi Djilyan*. Depois, utilizando o material de construção que Baasa teve de abandonar em Ramá, ele erigiu duas fortificações fronteiriças contra o Reino de Israel: Mispa (*Tell en-Naçbe*), diretamente junto ao *Wadi Djilyan*, e Geba (*Djeba'*), no lado sul do *Wadi eç-Çuwenit*, em frente a Micmás (*Muhmas*). As escavações feitas no *Tell en-Naçbe* não apenas praticamente garantiram a identificação com Mispa, antes controversa, mas, além disso, revelaram que o local originalmente deve ter sido um bastião do Reino de Israel contra Judá. Asa simplesmente assumiu essa fortificação fronteiriça, talvez já construída por Jeroboão I, reorientando-a, através de reformas precárias, para o norte⁶. Com isso — aé onde sabemos — os combates de fronteira estavam encerrados. Depois disso, a linha divisória nas montanhas parece não se ter alterado mais.

Não é possível reconhecer ao certo como o rei Asa procedeu com a região conquistada. Se for permitido fazer uma inferência a partir de um tempo posterior, então ele e seus sucessores não anexaram essa região a Judá, mas sim ao território da cidade-Estado de Jerusalém (*m^esibbe Y^erushalayim*, “arredores de Jerusalém”, 2 Rs 23.5). Isso teria sido politicamente esperto, pois assim não havia necessidade do consentimento da tribo de Benjamim, cuja

área, antes pertencente ao reino de Saul, a partir de agora estava dividida em duas partes. A parte maior pertencia ao Sul. No Vale do Jordão não houve mudanças de divisa: o território de Jericó era e permanecia israelita (1 Rs 16.34). Contudo, na região de colinas, Judá pôde, já antes de Asa, obter um pequeno ganho de área em relação a Israel, a saber, Aijalom (*Yálo*), que sob Salomão pertencera à 2ª província do Reino de Israel⁷ — isto, porém, só a partir da premissa de que a lista de fortificações de Roboão, na qual aparece Aijalom (2 Cr 11.10), de fato seja do tempo de Roboão⁸. Segundo 1 Rs 15.13, Asa afastou sua mãe Maaca do cargo de rainha-mãe (*g^ebira*), aparentemente por causa de delitos religiosos ou político-religiosos. Seja como for, pode-se depreender disso que a rainha-mãe não era apenas a mãe do rei, mas detentora de um autêntico cargo com direitos e obrigações que não mais podem ser definidos com exatidão⁹.

De modo geral, é de se lamentar muito a precariedade do relato deuteronomista sobre o período do reinado de Asa, que, afinal, durou 41 anos¹⁰; pois os anais devem ter contido informações sobre a consolidação do Estado judaíta depois do término dos combates de fronteira. Nada disso é relatado. O leitor dificilmente se consola ao ficar sabendo que Asa, quando velho, sofreu de doença nos pés (1 Rs 15.23). Ou será que *raglayim* (“pés”) faz uma referência eufemística à região genital¹¹? Será que Asa sofreu de algum mal na próstata? Neste caso pelo menos o historiador da medicina teria seu quinhão.

Sob o rei Asa e seus sucessores houve um período mais longo de paz entre os estados-irmãos¹². A proposta de paz partiu de Israel, onde, entre 878 e 845, os reis da dinastia de Onri detinham o domínio¹³. Esses onridas viam-se colocados diante de difíceis problemas políticos externos e, sobretudo, internos, e tinham um vivo interesse em eliminar os ônus da discórdia entre irmãos. 1 Rs 22.45 transfere o término da situação de guerra para o tempo de Josafá de Judá (868-847). Contudo, deve-se considerar que a raiz verbal *shlm* no hifil pode significar tanto “fazer as pazes” quanto “manter a

7 Veja vol. 1, p. 262.

8 Veja supra, p. 286.

9 Cf. H. DONNER, Art und Herkunft des Amtes der Königinmutter im AT [1959], in: *Aufsätze zum Alten Testament*, 1994, pp. 1-24 (BZAW, 224); N.-E. A. ANDREASEN, The Role of the Queen Mother in Israelite Society, CBQ, 45:179-194, 1983; Z. BEN-BARAK, The Status and Right of the Gebira, JBL, 110:23-34, 1991.

10 O relato fornecido em 2 Cr 14.8-14, sobre atividades bélicas de Asa contra um exército cuxita(!) na região de colinas e na planície litorânea meridional, assim como 2 Cr 13.3-20 (veja acima nota 3), é uma composição do cronista sem valor de fonte histórica, em todo caso não para o tempo de Asa. Cf. P. WELTEN, op. cit., pp. 129-140.

11 Cf. Êx 4.25; Is 6.2; 7.20.

12 Cf. H. L. GINSBERG, The Omrid Davidic Alliance and Its Consequences, in: 4. *World Congress of Jewish Studies*; Papers I, 1967, pp. 91-93.

13 Veja infra, pp. 302ss.

5 Cf. W. THIEL, *Hefer b'rit*; zum Bundbrechen im AT, VT, 20:214-225, 1970.

6 Cf. C. C. McCOWN & J. C. WAMPLER, *Tell en-Nasbeh Excavated under the Direction of the Late W. F. Badé*, vols. I/II, 1957.

paz¹⁴, e, assim, poderia também haver aqui uma referência a um acordo de paz entre Onri ou Acabe de Israel e Asa de Judá, que Josafá não desrespeitou.

Em todo caso, as circunstâncias de poder vigentes fizeram com que os reis davídicos de Judá, situado periféricamente, não demorassem a ficar sob a influência dos enérgicos soberanos do Reino do Norte — e isso em grau tal que se é tentado a falar de uma velada relação de vassalagem de Judá para com Israel. Segundo 1 Rs 22.2-38, Josafá era aliado do rei de Israel nas guerras do Reino do Norte contra os arameus¹⁵, em refregas em torno da posse da fortaleza de Ramote em Gileade (*Tell er-Ramith*). Conforme 2 Rs 3.4-27, o mesmo Josafá marchou junto com o rei de Israel numa campanha contra os moabitas, que, sob seu rei *Mesha*, procuravam desvencilhar-se das cadeias israelitas de vassalagem¹⁶. Em ambos os casos, no entanto, não se trata de extratos deuteronomistas dos anais dos reis de Judá ou Israel; 1 Rs 22 é, antes, uma narrativa histórica novelística e 2 Rs 3 uma lenda profética do ciclo das tradições sobre Eliseu. Deve-se contar com a possibilidade de que os nomes dos reis Acabe, Jorão e Josafá não sejam originais nesses textos. Possivelmente um deuteronomista tenha, por critérios próprios, fixado cronologicamente narrativas que antes tratavam de reis anônimos dos reinos do Norte e do Sul. Mais confiável é a nota dos anais de 2 Rs 8.28: Acázias de Judá (845) prestou auxílio militar ao onrida Jorão nas guerras contra os arameus junto a Ramote em Gileade¹⁷. Por fim, chegou-se até a uma relação de cunhadio entre as duas casas reais: o judaíta Jeorão (852/47-845), pai de Acázias, casou com uma filha ou irmã de Acabe de Israel, chamada Atalia (2 Rs 8.18,26)¹⁸. É compreensível que essa ligação não tenha surgido sem ponderações políticas: ela visava ajudar a consolidar a paz e a amizade entre Israel e Judá.

Sobre a situação política externa e interna do Reino de Judá sob Josafá, Jeorão e Acázias só bem pouco é conhecido além disso. Um registro dos anais informa que, no tempo de Josafá, Edom continuava sendo um país submisso, dirigido por um governador judaíta (*niçcab*) (1 Rs 22.48). Além disso, Josafá tentou reativar a navegação comercial de seu ancestral Salomão no Mar Vermelho (1 Rs 22.49s.). Mas a tentativa malogrou-se. Não se podia falar de viagens lucrativas para Ofir, o país do ouro, pois já no porto de Eziom-Geber (*Djeziret Fira'un*) os navios se evidenciaram como impróprios para o mar. Talvez Josafá tenha se limitado a mandar reformar os velhos e, entretanto, apodrecidos navios mercantes de Salomão¹⁹. Ele rejeitou uma proposta de

participação do rei Acázias de Israel; provavelmente estava interessado em preservar sua autarquia tanto quanto possível, pelo menos na esfera econômica²⁰. Sob o governo de Jeorão de Judá ocorreram, por fim, o desligamento definitivo dos edomitas e a restauração da monarquia edomita (2 Rs 8.20-22). Embora Jeorão pareça ter conseguido um êxito militar parcial, não pôde deter o curso dos acontecimentos²¹.

No ano de 845 a.C. o entrelaçamento político e familiar dos davididas com seus primos da dinastia de Onri se encaminhou na direção de um trágico apogeu. Como já foi dito, Acázias de Judá prestou auxílio militar ao último onrida, Jorão, nas batalhas contra os arameus em torno de Ramote em Gileade (2 Rs 8.28). Durante esses combates Jorão foi ferido e se dirigiu a Jezreel (*Zer'in*) para se tratar. Lá os reis de Israel possuíam um palácio; a localidade era uma espécie de segunda residência ao lado de Samaria²². Também Acázias veio a Jezreel, para fazer uma visita ao doente. Nesse instante começou a revolta do oficial do exército popular israelita, Jeú, que pôs fim ao domínio dos onridas e sobre cujo transcurso estamos bastante bem informados através de uma pequena obra historiográfica em 2 Rs 9-10²³. O usurpador, Jeú, apareceu em Jezreel e matou o rei Jorão. Acázias de Judá, que acabou entrando sem querer nesses distúrbios, tentou escapar depressa com seu carro de combate para Jerusalém, mas a fuga fracassou: Jeú o perseguiu, alcançou-o na altura de Ibleão (*Hirbet Bel'ame*) e o matou (2 Rs 9.27s.). Com isso, o trono davídico havia ficado vago e deveria, como sempre até então, iniciar-se em Jerusalém o processo normal de sucessão. Mas isso não aconteceu. Judá e Jerusalém assistiram, antes, a um macabro poslúdio onrida, sobre cujo transcurso e fim relata novamente uma pequena obra historiográfica em 2 Rs 11²⁴;

14 Cf., p. ex., Dt 20.12.

15 Veja infra, pp. 304s.

16 Veja infra, pp. 317-320.

17 Cf. também 2 Rs 9.27.

18 Cf. H. T. KATZENSTEIN, *Who Were the Parents of Athaliah?*, *IEJ* 5:194-197, 1955.

19 Veja vol. 1, p. 253.

20 O extraordinariamente extenso trecho cronista a respeito de Josafá (2 Cr 17.1-21.1) contém materiais de diversas espécies que podem ser levados em consideração como fontes para as formas e ordens da vida da comunidade pós-exílica, mas não para o Judá pré-exílico. A respeito dos fundamentos da "historiografia terciária", cf. sempre T. WILLI, *Die Chronik als Auslegung*, 1972 (FRLANT, 106). Cf. ainda G. N. KNOPPERS, *Reform and Regression; the Chronicler's Presentation of Jehoshaphat*, *Biblica*, 72:500-524, 1991.

21 Em minha opinião, a interessante tentativa de J. STRANGE, *Joram, King of Israel and Judah*, VT, 25:191-201, 1975, de demonstrar que os reis Jeorão de Judá e Jorão de Israel são a mesma pessoa não é convincente.

22 Veja infra, p. 310.

23 Veja infra, pp. 318s.

24 Cf. W. RUDOLPH, *Die Einheitlichkeit der Erzählung vom Sturz der Athalia*, in: *Festschrift Alfred Bertholet*, 1950, pp. 473-478; É. PUECH, *Athalie, fille d'Achab et la chronologie des rois d'Israël et de Juda*, *Salamanticensis*, 28:117-138, 1981; C. LEVIN, *Der Sturz der Königin Athalia*, 1982; J. van DORP, *Opstand tegen Atalja (2 Koningen 11)*, *Amsterdamse cahiers voor exegete en Bijbelse theologie*, 7:70-82, 1986. M. LIVERANI, *L'histoire de Joas*, VT, 24:438-453, 1974, com base numa comparação com a estela de Idrimi e da chamada apologia do rei hitita Hattushili III, defendeu a idéia de que 2 Rs 11 seria um escrito propagandístico para legitimar a ascensão ao trono do príncipe Joás. Esta determinação não teria de estar necessariamente em contradição com a qualificação "obra historiográfica", dada acima.

pois, quando a notícia da morte de Acazias chegou a Jerusalém, a rainha-mãe, Atalia, uma mulher disposta a tudo, não hesitou um instante em tomar as rédeas do governo em suas próprias mãos. Para assegurar sua autocracia, mandou eliminar todos os integrantes masculinos ainda vivos da dinastia davídica. Com isso ela interrompeu violentamente a sucessão davídica e desprezou o elemento constitutivo da monarquia judaíta. Foi o que hoje chamaríamos de golpe de Estado.

O procedimento de Atalia de fato teria podido significar o fim da dinastia de Davi, se a princesa Jeoseba não tivesse conseguido esconder secretamente o pequeno príncipe Joás, filho de Acazias, salvando-o de sua avó. O davidida ainda era um lactente, não tendo completado um ano de vida. Jeoseba, num primeiro momento, o escondeu no quarto de dormir de sua ama. Posteriormente ele foi levado ao templo de Javé e lá se criou. Conseguiram ocultar sua existência de Atalia durante seis anos (845-840). É preciso tentar imaginar isso! O templo de Javé era vizinho imediato do palácio real; a distância era menor do que 200 m. Será que Atalia não mandou investigar o paradeiro de seu neto? Será que, no fim, nem sabia de sua existência? Terá sido realmente possível fazer uma criança pequena se criar, debaixo da janela da avó sedenta de sangue, por assim dizer, sem que isso chamasse a atenção? Percebe-se que as circunstâncias devem ter sido mais complicadas do que o expõe a pequena obra historiográfica em forma de resumo novelístico. Contudo, uma coisa em todo caso está bem clara: independentemente dos detalhes, tudo isso não poderia ter dado certo se o golpe de Estado de Atalia tivesse contado com a simpatia e o apoio dos círculos de sacerdotes e nobres de Jerusalém.

Pormenores a respeito da autarquia de Atalia, que chegou a durar seis anos, não nos são transmitidos. Provavelmente ela mandou construir aquela “casa de Baal” de cuja destruição se fala mais tarde (2 Rs 11.18). Ao que parece, a “casa” estava localizada perto do templo de Javé e poderia ter sido uma espécie de capela particular de Atalia, que, como integrante da casa de Onri, como cunhada ou filha de Jezabel, pode ter sido veneradora de Baal²⁵. Será que ela tentou propagar o culto a Baal em Jerusalém e talvez em Judá? O fato de o sacerdote de Javé, Joiada, ter atuado como cabeça da contrarrevolta e de a conspiração ter sido articulada no templo de Javé poderia permitir essa conclusão. Mas não o sabemos e de modo algum precisamos de tal suposição, visto que os motivos políticos que, por fim, levaram à queda de Atalia são plenamente suficientes para explicá-la. Era evidente: uma interrupção drástica da dinastia davídica, como Atalia a havia provocado, não podia ser tolerada por muito tempo nem pelos sacerdotes nem pela aristocracia rural judaíta. Os círculos conservadores deviam, antes, ter o maior interesse em res-

taurar a velha ordem das coisas. Isto valia, em primeiro lugar, para os abastados proprietários de terra de Judá — o chamado ‘*amm ha’areç*’ —, que em todos os tempos eram tidos como reduto de espírito conservador e como suporte confiável da dinastia davídica²⁶. Essa aristocracia rural foi mobilizada pelo sacerdote Joiada, quando o tempo lhe pareceu maduro e o príncipe Joás já era suficientemente crescido para ser apresentado como sucessor no trono. Além disso, Joiada assegurou o apoio dos mercenários; nem mesmo neles Atalia pôde se fiar no final de seu reinado.

Após cuidadosos preparativos, num sábado, Joás foi proclamado e ungido rei no templo²⁷. Quando ficou sabendo disso, Atalia apareceu no templo gritando: “Conspiração, conspiração!”, porém foi imediatamente presa por oficiais do exército popular e, pouco depois, morta no átrio do palácio. No próprio templo seguiu-se uma festiva cerimônia de firmação de aliança: “E Joiada fez aliança entre Javé e o rei e o povo, para serem eles o povo de Javé; como também entre o rei e o povo.” (2 Rs 11.17.) A necessidade dessa aliança está suficientemente esclarecida quando se considera que, depois da interrupção da seqüência normal na sucessão, era preciso fazer um novo começo. Entre Javé e o povo, os antigos parceiros da aliança, é introduzido o rei. Quase parece que a aliança especial de Javé com a dinastia de Davi (2 Sm 7; Sl 132.12) estaria sendo compreendida aqui como caso especial da aliança de Javé com seu povo escolhido: um estágio avançado da teologia da aliança, promovido por uma já enraizada acomodação à dinastia davídica²⁸. Depois de tudo isso, a aristocracia rural de Judá era senhora da situação em Jerusalém. Ao final da história sente-se algo da atmosfera e intui-se a *posteriori* quais foram os círculos nos quais Atalia havia podido apoiar-se: “Todos estes conduziram do templo de Javé o rei e, pelo caminho da porta da guarda, vieram ao palácio real; e Joás sentou-se sobre o trono dos reis. Alegrou-se todo o ‘*amm ha’areç*’, mas a cidade ficou tranqüila, depois que mataram a Atalia à espada junto ao palácio do rei.” (2 Rs 11.19b-20.)

25 Veja infra, pp. 310s.

26 Cf. 2 Rs 14.21; 21.24; 23.30. Quanto a configuração, história e funções da aristocracia rural judaica, cf. E. WÜRTHWEIN, *Der ‘amm ha’areç im Alten Testament*, 1936 (BWANT, 69); A. SOGGIN, *Der judäische ‘amm ha’areç und das Königtum in Juda*, VT, 13:187-195, 1963; R. de VAUX, *Le sens de l’expression ‘peuple du pays’ dans l’AT et le rôle politique du peuple en Israël*, RA, 58:167-172, 1964; E. W. NICHOLSON, *The Meaning of the Expression ‘Am-ha’ares’ in the Old Testament*, JSS, 10:59-66, 1965; S. TALMON, *Die Geschichte des ‘amm ha’areç im Königreich Juda*, *Beth Miqra*, 12,3:27-55, 1966/7 (hebraico); ID., *The Judean ‘am ha’ares in Historical Perspective*, in: *4. World Congress of Jewish Studies*; Papers I, 1967, pp. 71-76; A. H. J. GUNNEWEG, *‘m h’rç — A Semantic Revolution*, ZAW, 95:437-440, 1983.

27 Cf. J. TREBOLLE BARRERA, *La Coronación de Joás (2 Re. 11)*; Texto, Narración y Historia, *Estudios Bíblicos*, 41:5-16, 1983.

28 S. HERRMANN, *Geschichte*, p. 280, considera o registro como deuteronomista: tratar-se-ia de uma interpretação deuteronomista dos acontecimentos sob a perspectiva da unidade ideal entre Deus, o rei e o povo contra o culto a Baal. Diferentemente G. FOHRER, *Der Vertrag zwischen König und Volk in Israel*, in: *Studien zur alttestamentlichen Theologie und Geschichte*, 1969, pp. 330-351 (BZAW, 115).

Do período seguinte novamente não se sabe muito. Joás (840-801), chegado ao governo aos 7 anos, deve ter tido, no princípio, um tutor e conselheiro. Poder-se-ia imaginar muito bem o sacerdote Joiada na função de regente — e justamente isto fez o cronista (2 Cr 24.2s.,15s.,22). Mais tarde, Joás dedicou-se a trabalhos de restauração urgentemente necessários no templo salomônico (2 Rs 12.5-17)²⁹. Baixou um decreto real segundo o qual a receita do templo deveria ser empregada em trabalhos de restauração. No entanto, as coisas não chegaram a avançar direito, pois os sacerdotes se apropriavam de dinheiro. Para remediar a situação, Joiada inventou — *sit venia verbo* — o gazofilácio. Uma caixa com uma fenda foi colocada na entrada do templo e vigiada pelos guardas. Desse modo, o dinheiro das coletas não chegava mais diretamente às mãos dos sacerdotes. De tempos em tempos, presumivelmente com intervalos regulares, funcionários reais procediam ao esvaziamento da caixa sob a orientação do chefe da administração civil (*sofer*). O dinheiro era, então, passado para os encarregados das brigadas de construção e empregado por eles de modo conveniente. Tudo isso são detalhes sem importância, sobre os quais só ficamos sabendo algo porque daí se desenvolveu uma instituição permanente que, 200 anos mais tarde, teria conseqüências significativas (2 Rs 22.3-7)³⁰. Os historiógrafos deuteronômistas dificilmente tiraram isso dos anais régios, mas, antes, de uma crônica do templo que também utilizaram em outras ocasiões³¹.

Supõe-se que proceda da mesma fonte a informação a respeito de um incidente de política externa digno de nota (2 Rs 12.18s.): o rei arameu Hazael, de Damasco, conseguiu invadir a Palestina e conquistar a cidade de Gate. Quando ele se armava para o ataque a Jerusalém, Joás lançou mão do tesouro do templo e do palácio e comprou sua liberdade. Sobre os antecedentes e as conseqüências desse acontecimento não sabemos simplesmente nada. Será que Hazael agia como aliado dos filisteus? Sobre isso nada se informa nos anais régios de Israel, apesar de se ter de supor que isso estivesse registrado lá; pois os arameus não podiam chegar até Gate sem passar por território israelita. Depois de governar por 40 anos, a respeito dos quais, no mais, lamentavelmente não somos informados de nada³², Joás de Judá foi vítima de uma revolta palaciana, tendo sido assassinado por dois de seus serviçais (2 Rs 12.21s.).

Entretanto, isso não acarretou perigo para a sucessão davídica. Amazias,

filho de Joás (801-773)³³, ascendeu ao trono e mandou executar os assassinos de seu pai (2 Rs 14.5s.). 2 Rs 14.7 relata a respeito dele dizendo que obteve uma vitória sobre os edomitas num “vale do sal” (*ge hammelah*), no mais desconhecido, e depois conquistou a cidade de Sela’, “rocha”, à qual deu o nome de Jocteel. A identificação desta Sela’ com a posterior Petra já é muito antiga³⁴, porém incorreta por várias razões³⁵. A vitória sobre os edomitas não passou de um êxito parcial; não se podia pensar numa restauração da hegemonia judaíta sobre Edom. Na época de Amazias, também o relacionamento com Israel do norte parece ter estado temporariamente perturbado. 2 Rs 14.8-14 relata a respeito de uma guerra esquisita, que estourou porque Amazias havia desafiado o neto de Jeú, Jeoás de Israel, para uma medição de forças militares. Ocorreu uma batalha em Bete-Semes (*er-Rumele* junto a ‘*En Shems*) na região de colinas judaíta, em cujo decurso os judaítas foram derrotados e Amazias, preso. No entanto, os inimigos não o retiveram, mas sim o mandaram de volta para Jerusalém. Aí os israelitas do norte destruíram uma parte do muro da cidade e saquearam o tesouro do templo e do palácio³⁶. Esse acontecimento, cujos antecedentes permanecem obscuros, parece não ter tido conseqüências desvantajosas para Judá. Isto é tudo que ficamos sabendo a respeito do reinado de Amazias, com exceção de alguns registros enigmáticos e presumivelmente não-históricos do cronista³⁷. Por fim, o rei foi atingido pelo mesmo destino que seu pai, Joás. Ele conseguiu escapar ainda a tempo de uma revolta palaciana e fugir para Laquis. Aí, contudo, os conspiradores o alcançaram e o assassinaram. Novamente foram os proprietários de terra de Judá, o ‘*amm ha’areç*’³⁸, que impediram uma interrupção da sucessão no trono davídico. O príncipe herdeiro, Azarias, de 16 anos, foi proclamado rei e ascendeu ao trono (2 Rs 14.19-21).

O nome do filho e sucessor de Amazias é transmitido de forma dupla: como Azaria(hu)³⁹ e Uzia(hu)⁴⁰, que de modo algum significam a mesma coisa⁴¹. Azarias/Uzias (773-736?) era contemporâneo de Jeroboão II de Israel⁴²,

29 Cf. V. HOROVITZ, Another Fiscal Practice in the Ancient Near East; 2 Kings 12:5-17 and a Letter to Esarhaddon (LAS 277), JNES, 45:289-294, 1986; C. LEVIN, Die Instandsetzung des Tempels unter Joasch ben Ahasja, VT, 40:51-88, 1990, considera o trecho uma construção tardia.

30 Veja infra, p. 399.

31 1 Rs 14.25-28; 15.15; 2 Rs 12.18s.; 16.10-18.

32 Veja, porém, infra, p. 297.

33 A cronologia de Amazias causa dificuldades; cf. os cálculos em A. JEPSEN, BZAW, 88:38, 1964.

34 Cf. a Peshitta (*Rqm = Reqem*); além disso, Josefo, Ant. IV,7,1, e Eusébio, Onomastikon der biblischen Ortsnamen, ed. por E. KLOSTERMANN. GCS: *Eusebius Werke*, vol. III,1 (1904, reimpressão 1966), 142,7s., 144,7-9.

35 Provavelmente Sela’ é idêntico a es-Sil’ entre et-Talila e Buçera. Cf. quanto a isso M. LINDNER, *Petra und das Königreich der Nabatäer*, Lebensraum, Geschichte und Kultur eines arabischen Volkes der Antike, 1970, 5. ed. 1989, pp. 271-285; E. A. KNAUF, *Supplementa Ismaelitica* 13; Edom und Arabien, BN, 45:62-79, especialmente p. 71, 1988.

36 A esse acontecimento devemos a informação presumivelmente originária de uma crônica do templo.

37 P. ex., a informação de que Amazias teria alistado mercenários de Israel do norte para a guerra contra os edomitas (2 Cr 25.6-10,13).

38 Veja supra, pp. 294s.

39 2 Rs 14.21; 15.1,6-8,27.

40 2 Rs 15.13,30,32,34; Os 1.1; Am 1.1; Is 1.1; 6.1.

41 Quanto a ambos os nomes, v. PIAP 28, 55.

42 Veja infra, pp. 326-328.

sob cujo governo o Reino do Norte experimentou um apogeu tardio. Isso parece não ter ficado sem efeitos também sobre Judá⁴³; também lá reinavam paz e prosperidade. Segundo 2 Rs 14.22, Uzias ocupou a extremidade setentrional do Golfo de Ácaba e edificou lá a fortaleza de Elate⁴⁴. Como sempre, o cronista sabe ainda mais (2 Cr 26.6-15). Assim, o rei teria lutado contra os filisteus e conquistado as cidades de Gate, Jabne e Asdode⁴⁵. Atribuem-se-lhe também batalhas contra inimigos árabes⁴⁶. Amom teria sido obrigado a lhe entregar tributos — o que dificilmente se pode acreditar⁴⁷. O cronista também menciona atividades de Uzias referentes à política interna: trabalhos de fortificação em Jerusalém, agricultura e colonização no deserto ao sul, armamento do exército permanente. Neste caso, em geral não se sabe ao certo se tais informações remontam a fontes mais antigas ou se são resultado da exegese cronista do material dos Livros dos Reis. Isto também se aplica aos últimos anos de Uzias, nos quais ele sofreu de uma doença contagiosa de pele⁴⁸, tendo de ser isolado. Os negócios de governo foram assumidos pelo príncipe herdeiro Jotão (2 Rs 15.5) como co-regente⁴⁹. O cronista comunica (2 Cr 26.23) que Uzias não foi sepultado no mausoléu da família davídica, mas sim “no campo junto ao sepulcro dos reis”. Habitualmente se atribui esta informação a uma confiável tradição local de Jerusalém, uma vez que aparentemente os restos mortais desse rei ainda teriam sido trasladados⁵⁰ bem mais tarde — por volta do nascimento de Cristo. No entanto, não se deve excluir a possibilidade de que o cronista tenha desenvolvido a nota exegeticamente a partir de 2 Rs 15.5, sendo que ele pode perfeitamente ter preservado um fato histórico⁵¹.

43 R. FEUILLET, Les villes de Juda au temps d'Ozias, VT, 11:270-291, 1961.

44 Cf. E. A. KNAUF, op. cit. (nota 35), p. 72. Diferentemente N. NA'AMAN, Azariah of Judah and Jeroboam II of Israel, VT, 43:227-234, 1993.

45 Quanto a isso, cf. P. WELTEN, op. cit., pp. 153-163.

46 Cf. E. A. KNAUF, Mu'näer und Mëuniter, WdO, 16:114-122, 1985.

47 Cf. U. HÜBNER, Die Ammoniter, 1992, p. 188.

48 Não pode ter sido lepra, que surgiu na Palestina apenas no séc. 1 a.C.; cf. E. V. HULSE, PEQ, 107:87-105, 1975, e J. ZIAS, Death and Disease in Ancient Israel, BA, 54:147-159, 1991.

49 A co-regência causou confusão cronológica; cf. A. SOGGIN, Das Erdbeben von Am 1.1 und die Chronologie der Könige Ussia und Jotham von Juda, ZAW, 82:117-121, 1970.

50 Cf. E. SUKENIK, An Epitaph of Uziah, King of Judah, Tarbiz, 2:288-292, 1931; ID., PEFQSt, 1931, pp. 217-221; G. GARBINI, L'iscrizione del re Uzzia, OrAnt, 24:67-75, 1985, considera a inscrição uma falsificação. A respeito da necrópole dos aristocratas e dos funcionários públicos, cf., de resto, D. USSISHKIN, The Necropolis of the Kingdom of Judah at Silwan, Jerusalém, BA, 33:34-46, 1970.

51 Cf. T. WILLI, op. cit, pp. 122s.

Capítulo 3

O Reino de Israel até o rei Jeroboão II

Também para a história do Reino do Norte, Israel, entre Jeroboão I e o início do período assírio, a Obra Historiográfica Deuteronomista é a fonte literária principal. Contudo, o que existe em termos de tradição é muito mais rico do que no caso do Reino do Sul, Judá — embora naturalmente não o seja em todos os sentidos desejados. Concretamente, cabe distinguir:

1. os extratos deuteronomistas dos anais régios de Israel¹;
2. as sagas a respeito da atuação do profeta Elias, que, em parte, já existiam reunidas num ciclo de sagas em época pré-deuteronomista (1 Rs 17.1-19.18; 21; 2 Rs 1.2-17)²;
3. as sagas sobre a atuação do profeta Eliseu, provavelmente em parte também já coletadas e registradas numa fase pré-deuteronomista (1 Rs 19.19-21; 2 Rs 2.1-25; 3.4-8.15; 13.14-21)³;
4. duas narrativas históricas novelísticas sobre as guerras de Israel contra os arameus (1 Rs 20.1-43; 22.1-38)⁴;
5. a obra historiográfica a respeito da revolta de Jeú (2 Rs 9.1-10.27)⁵.

1 Veja supra, p. 288 com nota 1.

2 Quanto à análise e interpretação, cf. H. GUNKEL, *Elias, Jahve und Baal*, 1906 (Religionsgeschichtliche Volksbücher, 2, 13/16); A. JEPSEN, *Nabi*, in: ID., *Soziologische Studien zur alttestamentlichen Literatur und Religionsgeschichte*, 1934, pp. 58-72; M. NOTH, *Überlieferungsgeschichtliche Studien*, 2. ed., 1957, pp. 72-87; G. FOHRER, *Eliä*, 2. ed., 1968 (ATHANT, 53); L. BRONNER, *The Stories of Elijah and Elisha*, 1968 (Pretoria Oriental Series, 6); O. H. STECK, *Überlieferung und Zeitgeschichte in den Elia-Erzählungen*, 1968 (WMANT, 26); G. HENTSCHEL, *Die Eliaerzählungen; zum Verhältnis von historischem Geschehen und geschichtlicher Erfahrung*, 1977 (Erfurter Theologische Studien, 33); R. B. COOTE, ed., *Elijah and Elisha in Socioliterary Perspective*, 1997.

3 Quanto à análise e interpretação, cf. A. JEPSEN, and the Accounts of the Omride Wars, JBL, 85:4 tliche Untersuchungen zur vorklassischen nord: Propheten — Gottesmänner; die Kompositionsg (Münchener Universitätschriften, Arbeiten zu Te

4 Cf. A. JEPSEN, *Nabi*, 1934, pp. 89-92; J. M. MIL ZAW, 80:337-342, 1968; B. O. LONG, *Histo* 35:405-416, 1985; H. WEIPPERT, *Ahab el c* 1.Kön 22, *Biblica*, 69:457-479, 1988.

5 Quanto ao caráter, veja infra, p. 319.

. M. MILLER, *The Elisha-Cycle* (MITT, *Elisa*; traditionsgeschich- 1972; H.-J. STIPP, *Elischa — khus und verwandte Texte*, 1987 1 Testament, 24). cts of Jehoahaz (1. Kings 20.22), Fictionalizing Imagination, VT, schichtliche Untersuchungen zu

Para o período do reinado de Jeroboão II (787-747) e para a situação social em Israel no séc. 8 a.C. em geral, entra em cogitação como fonte o livro de Amós. Além disso, devem ser utilizadas, a partir de agora, as inscrições analísticas dos reis do império neo-assírio⁶; aliás, em geral as fontes extra-veterotestamentárias diretas começam a fluir de modo mais abundante.

Sem qualquer dúvida, o Reino do Norte, Israel, assumiu a parte muito mais difícil do que o Sul judaíta na herança do império davídico-salomônico. Isso tinha razões diversas, dentre as quais as geográficas merecem especial atenção. O território de Israel era, já em termos físicos e geográficos, mais multiforme do que o território do Reino do Sul, Judá; sobretudo, porém, situava-se mais favoravelmente do ponto de vista da geografia de trânsito e, por isso, corria maior perigo. Israel tinha ligação com a planície litorânea e o Mar Mediterrâneo ao norte e ao sul do Monte Carmelo. Sua localização no cruzamento de estradas com muito trânsito de norte a sul e de leste a oeste tinha por consequência que Israel era constantemente obrigado a assegurar e defender seu território em quase todas as direções: a planície litorânea ao sul do Carmelo contra os filisteus, a Planície de Aco contra possíveis inimigos vindos do norte, que podiam utilizar a costa fenícia como via de acesso, a Galiléia Superior e a Transjordânia Setentrional contra os arameus de Damasco, a Transjordânia Meridional contra os moabitas. Muito diferentemente do Estado-irmão, Judá, Israel se encontrava, de certo modo, na esteira da história; era participante passivo ou ativo dos destinos do corredor siro-palestinense como um todo e, por conseguinte, de todo o Oriente Próximo. Tanto mais teria necessitado de uma liderança unitária, firme e continuada. Contudo, justamente isso faltou muitas vezes, sobretudo no início e mais para o final da história do Reino do Norte. As razões disso não estão bem claras. Não se pode excluir a possibilidade de que se trate de efeitos tardios do antigo ideal do rei carismático que pode ter permanecido mais vívido em Israel do que em Judá e talvez tenha contribuído para fazer com que, por vezes, a monarquia israelita se tornasse uma grandeza frágil, insegura e ameaçada. Porém, olhando mais de perto, isso é apenas um sintoma da agitação histórica do Reino de Israel, que, até seu ocaso no ano de 722 a.C., não só foi muitas vezes ameaçado a partir de fora, mas também castigado em seu interior por revoltas e usurpações.

Entretanto, desde o início não faltaram iniciativas e tentativas de uma consolidação dinástica da monarquia. Após a morte de Jeroboão I, seu filho Nadabe (907-906) ascendeu ao trono israelita (1 Rs 15.25-32). Provavelmente sua candidatura já fora preparada e colocada em andamento enquanto Jero-

6 Traduções: D. D. LUCKENBILL, *Ancient Records of Assyria and Babylonia*, 1/2, 1926/7; AOT, 2. ed.; ANET, 3. ed.; TGI, 3. ed.; A. JEPSEN, *Von Sinuhe bis Nebukadnezar* 1975; TUAT 1,4; de resto, v. infra, 331s.

boão ainda vivia; precisamente Jeroboão, melhor do que outros, deve ter sabido que a monarquia carismática significava um perigo para a consistência do Estado. Ora, Nadabe de modo algum cometeu o erro com o qual outrora o saulida Isbaal havia jogado fora sua chance⁷: ele não ficou sentado em sua residência de Tirza (*Tell el-Far'a*), deixando que as coisas acontecessem por si, mas tomou a iniciativa e marchou com o exército popular contra os filisteus. Talvez ele esperasse por sucesso militar seguido de aclamação pelo exército popular, o que possibilitaria certa continuidade com a monarquia militar de Saul. No entanto, isso não chegou a acontecer, pois no acampamento militar de Gibetom (*Tell el Melat*, mais ou menos a 5 km a sudoeste de Gezer⁸) Baasa de Issacar — talvez designado para tal⁹ — levantou-se contra ele e o matou¹⁰. Com isso, porém, as ações bélicas do Reino do Norte contra os filisteus não estavam encerradas. Elas ocorreram, em sua maioria, na região de Gezer (*Tell Djezer*), portanto na extremidade ocidental do antigo cinturão meridional de cidades cananéias¹¹, a partir de onde se podia chegar com facilidade tanto à região montanhosa judaíta quanto à região montanhosa efraimita-samaritana. Não sabemos se os filisteus tinham algo assim em mente; aliás, de modo geral os antecedentes políticos das guerras contra os filisteus permanecem obscuros. Será que eles aspiravam restabelecer sua hegemonia sobre a Palestina, assim como era antes de Davi? Ou será que as hostilidades partiam de Israel? Uma coisa, porém, é claramente perceptível: há muito os filisteus haviam reconquistado sua autonomia política. Não se podia mais falar da existência de vassalagem como sob Davi e talvez ainda sob Salomão.

Depois de sua ascensão ao trono, o novo rei Baasa (906-883) exterminou totalmente os integrantes masculinos da família de Jeroboão I. Isso passa a ser a prática de todos os usurpadores no Reino do Norte, embora talvez nem sempre tenham conseguido fazê-lo inteiramente. Apesar de ter durado 23 anos, praticamente nada ficamos sabendo a respeito do reinado de Baasa (1 Rs 15.33-16.7) — naturalmente com exceção de sua derrota na guerra fronteiriça contra Asa de Judá, por causa da intervenção dos arameus (1 Rs 15.16-22)¹². Baasa foi sucedido por seu filho, Elá (883-882): isso foi novamente uma tentativa de formar uma dinastia, porém muito menos auspiciosa do que no caso anterior, pois enquanto o exército popular estava mais uma vez em

7 Veja vol. 1, pp. 218s.

8 Assim segundo G. von RAD, PJB, 29:30-42, 1933; Z. KALLAI, *Historical Geography of the Bible*, 1986, pp. 81s.; diferentemente K. ELLIGER, BHH 1, pp. 566s. (Gibetom = 'Aqir; *Tell el Melat* = *Altaqu*, Elteke).

9 Cf. 1 Rs 16.1s.

10 O deuteronomista indica que o tempo de governo de Nadabe foi de dois anos. Isso somente significa que ele governou pouco mais de um aniversário de outono; veja vol. 1, pp. 265-268.

11 Veja vol. 1, p. 142.

12 Veja supra, pp. 289s.

luta contra os filisteus, Elá de modo algum aspirava obter fama em batalhas. Ele fez aquilo que, a seu tempo, Isbaal fizera: ficou em Tirza na boa vida. Mas a alegria durou pouco. Durante um banquete na casa do ministro do patrimônio público (*'asher 'al-habbayit*), um dos comandantes da corporação dos carros de guerra reais, um homem chamado Zinri, se levantou contra ele e o matou (1 Rs 16.8-14). Também Zinri não marchou contra os filisteus, mas primeiramente pôs mãos à obra para exterminar a família de Baasa. Para isso, porém, não teve muito tempo, pois seu reinado não durou mais do que sete dias (1 Rs 16.15-20). Era evidente que o exército popular junto a Gibetom, onde eram derramados sangue e suor, não podia simplesmente aceitar as revoltas palacianas e usurpações que ocorriam na capital. As unidades do exército proclamaram rei o general Onri, que imediatamente parou a guerra contra os filisteus e marchou contra Tirza. Zinri, cercado na cidade e sem esperança, pôs fogo ao palácio e morreu em meio às chamas.

Chama a atenção o fato de que Onri não obteve logo um reconhecimento irrestrito como rei de Israel. Apareceu um segundo pretendente ao reinado, de origem desconhecida, chamado Tibni, que conseguiu atrair uma parte da população israelita para seu lado (1 Rs 16.21s.). Os antecedentes são desconhecidos. Teria Onri sido alguém não designado, ao passo que Tibni teria sido um *designatus*? Ou atrás dessa rivalidade se escondem tensões entre a assembléia do povo (Tibni) e o exército (Onri)¹³? Em todo caso, demorou mais ou menos quatro anos até que Onri se impôs sobre o rei concorrente. Não sabemos como isto aconteceu, mas provavelmente não foi através de guerra; talvez Tibni simplesmente tivesse morrido.

Quando Onri assumiu o governo (882/878-871), começou uma fase de consolidação da monarquia israelita do norte. A sucessão de revoltas e usurpações, que haviam dado o que fazer a Israel até então, estava interrompida. Agora formaram-se, uma após a outra, duas dinastias, que juntas governaram Israel por cerca de 130 anos — entre 878 e 747 a.C. —, sendo que cada uma delas forneceu quatro reis para o trono do Reino do Norte. A passagem de uma dinastia para a outra, no entanto, foi marcadamente por uma revolta em grande estilo, que transcorreu de modo bem clássico com designação, aclamação e todos os efeitos colaterais. Dificilmente será possível esclarecer inteiramente como se pôde chegar a essa formação dinástica bastante duradoura. É compreensível que pesquisadores do AT críticos, de modo crescente, vejam as coisas inversamente: a monarquia dinástica, tanto em Judá quanto em Israel, teria sido o normal, ao passo que as revoltas e usurpações teriam

13 Cf. A. SOGGIN, Tibni, King of Israel in the First Half of the 9th Century; Old Testament and Oriental Studies, *Biblica et Orientalia*, 29:50-55, 1975.

sido a exceção. A discussão a esse respeito se exaure em ensaios retóricos; nem uma nem outra opinião é historicamente comprovável.

3.1. Israel sob a Dinastia de Onri

Na primeira metade do séc. 9 a.C., o Reino do Norte, Israel, viu-se diante de significativos problemas políticos internos e externos, que nunca antes se haviam colocado com tal intensidade. As tarefas diante das quais se encontravam os reis da dinastia de Onri exigiam elevado grau de prudência e diplomacia. Primeiramente, deve-se constatar que os onridas — sobretudo o fundador da dinastia, Onri (882/878-871), e seu filho, Acabe (871-852) — não eram faltos desses atributos: eles contam entre os soberanos mais talentosos e enérgicos no trono de Israel. Através de uma atuação planejada e coerente foram capazes de pilotar a nave do Estado por entre consideráveis perigos políticos internos e externos. Se, ainda assim, algumas de suas soluções com o tempo se mostraram equivocadas e insustentáveis — sobretudo no setor da política interna —, então isso também se deve à circunstância de que nunca se conseguia calcular com precisão as condições cambiantes da situação política, o que, justamente nessa fase da história de Israel, podia facilmente levar a equívocos políticos. Não é difícil, em retrospectiva, demonstrar aos onridas as razões de seu fracasso. No entanto, o historiador não deveria, por causa disso, se esquecer de apreciar as realizações deles¹⁴.

O principal problema de política externa que dava o que fazer aos reis da dinastia de Onri era o perigoso robustecimento do império neo-assírio¹⁵, que se preparava para tomar conta do corredor siro-palestino. O AT silencia a respeito disso, pois o perigo dos assírios ainda não se tornou imediatamente agudo para Israel em termos de política territorial e, por isso, provavelmente estava fora do interesse dos historiadores. Mais pormenores acerca da expansão assíria para o oeste e sudoeste estão contidos nas inscrições dos reis assírios¹⁶. Segundo elas, foi Assurnasirpal II (884-858) o primeiro que investiu para além das fronteiras do núcleo do território assírio sobre os dois lados do

14 Quanto a todos os problemas desse período, cf. a minuciosa monografia de S. TIMM, *Die Dynastie Omri*; Quellen und Untersuchungen zur Geschichte Israels im 9. Jh., 1982 (FRLANT, 124); quanto à complementação geográfica e topográfica, cf. ID., *Die territoriale Ausdehnung des Staates Israel zur Zeit der Omriden*, ZDPV, 96:20-40, 1980.

15 Veja infra, pp. 337ss. Cf. M. WEIPPERT, *Scheideweg*, pp. 99-102. Sua proposta é inteiramente convincente e ocasionou a mudança desta exposição em relação à 1ª edição deste livro.

16 Cf. fundamentalmente W. SCHRAMM, *Einleitung in die assyrischen Königsinschriften*, 2. Teil: 934-722 v. Chr., 1973 (HdO I, volume complementar 5,1). Quanto ao complexo, cf. também S. TIMM, op. cit., pp. 181-200.

Alto Tigre, para a Síria Setentrional e Central, transformando aqueles pequenos principados em vassallos obrigados a pagar tributo. Seu filho e sucessor, Salmaneser III (858-824), continuou essa política de expansão em estilo maior ainda¹⁷. Em seu 6º ano de governo (*palu*), em 853 a.C., defrontou-se na Síria com uma coalizão antiassíria sob a liderança de Damasco, cujas tropas reunidas o enfrentaram junto a Cárcar (*Hirbet Qerqur*) no Baixo Orontes. Salmaneser mandou relatar a respeito da batalha junto a Cárcar em várias inscrições, de maneira mais detalhada no chamado Monólito, coluna II, linhas 79-102¹⁸. Segundo este texto, faziam parte dessa coalizão nada menos do que 12 dinastias do norte e do centro da Síria, liderados por

IdAdad-'id-ri [*KURSha-jimeri-shu* = Hadadezer de Arã (i. é, Damasco)]¹⁹

Ir-hu-le-e-ni [*KURAmat-a-a* = Irhuleni²⁰ de Hamate (*Hama*) junto a Orontes

Ia-ha-ab-bu [*KURSir-'i-la-a-a* = Acabe de Israel.

A força de combate de Acabe é indicada como sendo de 2 mil carros de combate e 10 mil soldados²¹: são cifras consideráveis, mas deve-se ter em mente que os reis assírios e seus escrivães tinham a mesma relação despreocupada com cifras elevadas que os narradores e historiógrafos do AT. Obviamente a batalha de Cárcar terminou com uma vitória de Salmaneser III: se assim não fosse, nada saberíamos a respeito dela. Contudo, parece que as unidades das tropas assírias também foram muito sangradas; pois, ao que tudo indica, a “vitória” assíria não teve conseqüências militares e políticas imediatas para os aliados. Nos anos seguintes, Salmaneser III apareceu mais três vezes na Síria (849, 848, 845)²² e teve de se defrontar repetidamente com a coalizão muito tenaz. Israel não é mais mencionado como adversário, apenas Arã-Damasco, Hamate e o total de “12 reis da costa marítima”, que parece ser uma expressão estereotipada tomada dos relatos sobre a batalha de Cárcar. Entretanto, é inteiramente improvável que Israel como terceira maior força, tenha saído da coalizão após Cárcar; afinal, a coalizão foi bem-sucedida e

deteve o colosso assírio nada menos que quatro vezes no norte da Síria. Somente após a transição do poder em Damasco, que passou de Hadadezer para o usurpador Hazael, antes de 841 a.C., a coalizão antiassíria se rompeu, de modo que nas campanhas dos anos de 841, 838 e 837 Arã-Damasco enfrentou sozinho os assírios²³.

Se isso é assim, as não muito numerosas informações do AT sobre os confrontos bélicos dos reis da dinastia de Onri com os arameus de Damasco precisam ser avaliadas de modo diferente do que se fez até agora. No caso das duas narrativas de guerras contra os arameus em 1 Rs 20 e 22 a questão é simples; pois é inteiramente improvável que essas guerras tenham ocorrido durante o reinado de Acabe, como a presente redação final quer fazer crer. No material básico da narrativa, só se fala de um rei anônimo de Israel, e não é de se crer que Hadadezer de Damasco tenha empreendido ações bélicas contra um aliado muito importante imediatamente após a batalha de Cárcar. Deve-se, portanto, contar com a possibilidade de que um deuteronomista tenha situado as tradições originalmente anônimas de maneira anacronística no período de Acabe de Israel. Com as sagas sobre Eliseu em 2 Rs 6.8-7.20 acontece o mesmo: também elas falavam originalmente de modo anônimo a respeito de um “rei de Israel” e foram inseridas só secundariamente na descrição deuteronomista do reinado do onrída Jorão. O fato de o adversário arameu, tanto aqui quanto lá, chamar-se Ben-Hadade chama a atenção, mas não quer dizer muito, pois houve pelo menos três reis com esse nome no trono damasceno²⁴, e, além disso, não é de se excluir a possibilidade de que o nome “Ben-Hadade” (em aramaico: *Birhadad*) fosse tido, em Israel, como, por assim dizer, nome de rei paradigmático dos arameus. Já Alfred Jepsen²⁵ defendeu, com boas razões, a idéia de que as narrativas sobre as guerras contra os arameus só cabem na época da dinastia de Jeú, e o mesmo se aplica também à tradição sobre Eliseu. Resta, assim, apenas a nota dos anais contida em 2 Rs 8.28s., segundo a qual houve combates junto a Ramote (*Tell er-Ramit* ou *er-Ramta*?) na Transjordânia Setentrional²⁶. Não existem quaisquer razões para que essa nota não seja considerada fidedigna. Ela assinala a mudança da política arameia em relação ao Reino de Israel depois da usurpação de Hazael e do fim da coalizão antiassíria anteriormente liderada por Hadadezer.

17 Cf. H. TADMOR, *Assyria and the West; the 9th Century and Its Aftermath*, in: H. GOEDICKE & J. J. ROBERTS, eds., *Unity and Diversity; Essays in the History, Literature and Religion of the Ancient Near East*, 1972, pp. 36-48; G. LAMBERT, *The Reigns of Assurnasipal II and Shalmaneser III; an Interpretation*, *Iraq*, 36:103-109, 1974.

18 Transcrição em WEIPERT, *Edom*, pp. 600s. Traduções: AOT, 2 ed., 340s.; ANET, 3. ed., 278s.; TGI, 3. ed., 49s.; TUAT I,4, 360-362.

19 Cf. F. M. TOCCI, *Damasco e sha-imerishu*, *RSO*, 35:129-133, #60.

20 Nos portões de bronze de *Balawat*, seu nome aparece na forma *Urhileni*; cf. S. TIMM, op. cit., p. 188.

21 Por um erro, os 10.000 soldados faltam na transcrição de M. WEIPERT (nota 18).

22 As abonações se encontram em M. WEIPERT, *The Relations of the States East of the Jordan with the Mesopotamian Powers during the 1st Millennium B.C.*, in: A. BADIDI, ed., *Studies in the History and Archaeology of Jordan*, 1987, vol. 3, p. 97 com notas 2-3.

23 Abonações em ID., *ibid.*, p. 97, nota 5.

24 Cf. R. de VAUX, *La chronologie de Hazael et de Benhadad III, rois de Damas*, *RB*, 43:512-518, 1934; J. A. DEARMAN & J. M. MILLER, *The Melqart Stele and the Ben Hadads of Damascus; two Studies*, *PEQ*, 115:95-101, 1983.

25 A. JEPSEN, *Israel und Damaskus*, *AfO*, 14:153-172, 1941-44; cf. também C. F. WHITLEY, *The Deuteronomistic Presentation of the House of Omri*, *VT*, 2:137-152, 1952; O. H. STECK, op. cit., pp. 131-144; S. TIMM, op. cit., pp. 241-245.

26 Cf. também 2 Rs 9.1ss.

Tudo isso tem como conseqüência que os cálculos da cronologia de Begrich-Jepsen, na qual este livro se baseou, precisam ser corrigidos para baixo neste ponto, embora certamente não apenas aqui²⁷. Jepsen indica para Jorão, o último onrida, os anos de 851-845, e para Jeú, 845-818. Entretanto, segundo tudo o que vimos acima, a revolta de Jeú não pode ter ocorrido antes de 841 a.C. As propostas de outros cronologistas, p. ex. de K. T. Andersen (Jorão: 853/52-842/41; Jeú: 842/41-815/14) ou de E. R. Thiele (Jorão: 852-841; Jeú: 841-814/13), devem ser mais corretas, a despeito de todas as incertezas que permanecem.

Resolutos e planejados foram também os esforços dos onridas pela consolidação da política interna de seu Estado. Entretanto, deve-se de antemão ter clareza de que os lampejos do AT podem levar e de fato levaram a tentativas de reconstrução diferenciadas e controversas. Em todo caso, fica claro que aqui, como tantas vezes, o historiador é obrigado a reconstruir, se não quiser se limitar a alinhar fatos áridos e desconexos, como, p. ex., foi inevitável fazer no capítulo anterior. Neste sentido, deve-se dar preferência àquela reconstrução que permite juntar as informações avulsas do AT de modo que se forme, da melhor e mais evidente maneira, uma imagem global de probabilidade histórica — sem, porém, dogmatizar tal imagem global, pois uma imagem global baseada em reconstrução que não seja passível de crítica não existe nem pode existir. A reconstrução clássica dos princípios da política interna onrida devemos a Albrecht Alt²⁸. Desde o início, ela não ficou sem crítica e também no presente precisa se expor a questionamentos críticos muitas vezes justificados²⁹. Contudo, não foi substituída por uma concepção nova e sustentável em todos os sentidos. Por isso, a reconstrução de Alt serve de base para a descrição que se segue e será ampliada de tal maneira que as vozes críticas, na medida do possível, sejam ouvidas.

Albrecht Alt reduziu os traços fundamentais da política interna onrida ao denominador comum da resolução do relacionamento problemático entre Israel e Canaã. Já neste ponto manifestam-se as primeiras dúvidas. Pode-se, afinal, ainda contar com a existência de cananeus como uma grandeza etnicamente definível na 1ª metade do séc. 9 a.C.? Para que aqui não surjam quaisquer equívocos: não o sabemos exatamente. Lembremo-nos: na época davídico-salomônica a autonomia política das cidades-Estado cananéias havia sido destruída³⁰. Com isso, sem dúvida, passou a ocorrer um processo de integração em relação ao qual não se pode dizer precisamente até que ponto

ele medrou no tempo dos onridas. É de se supor que se tenha desenvolvido bastante, talvez ao ponto de não ser mais possível distinguir etnicamente entre israelitas e cananeus, se é que isso alguma vez foi possível. Agora, porém, deve-se considerar o seguinte: os cananeus outrora haviam residido preferencialmente nas velhas cidades fortificadas das planícies, p. ex. naquelas que faziam parte do antigo cinturão setentrional de cidades cananéias³¹, mas também na região de colinas e nas montanhas de Samaria. Muitas dessas cidades, se não todas, remontam amplamente ao período “pré-israelita”. Elas se distinguíam, nas formas de vida e nas tradições, dos novos assentamentos “israelitas”, surgidos desde a Idade do Ferro I, e isso seguramente não de modo fundamental, mas com vistas a urbanidade, modo de vida, pensamento e religião. Também no séc. 9, ainda fazia uma diferença considerável viver em Siquém (*Tell Balata*) ou, p. ex., em Lebona (*Lubban*). É claro que aquilo que “Canaã” uma vez representara não havia simplesmente se extinguido ou fundido. A herança cananéia, cultura e costumes cananeus ainda estavam vivos, a rigor em toda parte, mas especialmente nas cidades. Isso também se aplica à religião. O conflito entre a religião cananéia de Baal e a exigência de exclusividade de Javé, em Israel — a qual atingiu sua culminância justamente no período dos onridas³², segundo o que consta nas tradições de Elias —, permaneceria incompreensível se não houvesse círculos mais ou menos “cananeus” ou “cananeizados”, nos quais Javé era um Deus entre outros, e, por outro lado, círculos “israelitas”, cujo Deus principal ou, em todo caso, Deus estatal, se não até Deus único em sentido monolátrico, era Javé. Numa só palavra: no séc. 9 a.C., o conceito “cananeu” deve ser definido não em termos étnicos, e só restritamente em termos políticos, mas, antes, em termos sociológicos e religiosos. Assim definido, ele faz sentido, e é assim que será empregado no que se segue.

Ora, de fato o Reino do Norte, Israel, assumiu, também no que tange o problema dos cananeus, a parte mais difícil da herança davídico-salomônica. Antes da formação do Estado, havia muito mais cidades cananéias no território do Reino do Norte do que na parte meridional das montanhas da Palestina Central, pobre em cidades; também se pode lembrar mais uma vez a abertura geográfica do Norte ao trânsito. Os onridas podiam tentar resolver os problemas daí resultantes de duas maneiras:

1. Eles podiam tentar integrar as partes “cananéias” e as partes “israe-

27 Veja vol. 1, pp. 265-268.

28 A. ALT, *Der Stadstaat Samaria*, in: ID., *Kleine Schriften*, 1954, vol. 3, pp. 258-302.

29 Cf. o resumo de S. TIMM, op. cit., pp. 270-288, e de resto passim.

30 Veja vol. 1, pp. 230s.

31 Veja vol. 1, p. 142.

32 Veja infra, pp. 312-314. Cf. também M. WEIPPERT, *Synkretismus und Monotheismus; religionsinterne Konfliktbewältigung im alten Israel*, in: J. ASSMANN & D. HARTH, eds., *Kultur und Konflikt*, 1990, especialmente pp. 161s. (Edition Suhrkamp, Neue Folge, 612); R. ALBERTZ, *Religionsgeschichte Israels in alttestamentlicher Zeit*, 1992, vol. 1, pp. 229-244 (ATD.E, 8/1).

litas” da população da forma mais ampla possível, apagar suas diferenças — sobretudo suas diferenças religiosas —, se não até eliminá-las, contribuindo assim para a tendência à integração que, de qualquer modo, estava atuante há muito. Essa política, entretanto, acarretava o risco de que não se poderia prever, sem mais nem menos, que forças e reações seriam liberadas, p. ex., por parte de grupos rigorosamente fiéis a Javé. Não havia quaisquer garantias de que contribuir para o processo de integração não iria reforçar ou até mesmo criar resistências.

2. Eles podiam, ainda, tentar manter ambas as partes da população tão separadas quanto possível, reagir, portanto, contra a tendência à integração e empreender uma política interna coerentemente dualista. Também esta solução não estava isenta de perigos; ela implicava opor-se ao processo de fusão há muito atuante, nadar contra a correnteza. E também não se podia prever se essa política seria suficiente para os grupos especialmente fiéis a Javé.

Se os onridas não quisessem abdicar de todo da política interna, tinham de assumir riscos. Ora, ao que parece, Salomão já havia dado um passo na direção da segunda possibilidade: havia justaposto, com direitos iguais, distritos tribais israelitas e distritos citadinos cananeus, mas certamente os tratou de modo independente uns dos outros³³. Parece que os onridas percorreram este caminho até o fim, optando pela solução dualista do problema dos cananeus.

Segundo 1 Rs 16.24, Onri comprou de um particular, cujo nome é indicado como sendo Semer (em hebraico: *Shemer*), por dois talentos, i. é, mais ou menos 60 kg de prata, na forma da lei, um extenso terreno formado de uma colina e começou a construir nele uma cidade, a que deu o nome de *Shomeron*, “Samaria”³⁴. Ora, tal transação com terras nem poderia ter ocorrido, segundo o direito fundiário israelita vigente, pois, tanto quanto se pode depreender, Javé era tido como proprietário de todas as terras em Israel, de modo que a compra e a venda de terrenos estavam teoricamente proibidas³⁵. Por isso pode-se supor que o vendedor tenha sido um cananeu e que o negócio tenha sido concretizado à moda cananéia. Entre os cananeus o comércio de terrenos provavelmente fazia parte dos costumes legais rotineiros³⁶, en-

quanto que somos vividamente informados, através da história da vinha de Nabote (1 Rs 21), sobre como um israelita reagia a uma oferta de compra de terra. Seja como for: em todo caso, Onri elevou Samaria à categoria de residência, onde passou a morar no 6º ano de seu governo, depois de ter vivido durante os primeiros tempos em Tirza, como seus antecessores. Essa mudança é iluminada de modo surpreendente pelos resultados das escavações feitas em Tirza (*Tell el-Far‘a*)³⁷ e Samaria (*Sebaste*)³⁸. Em Tirza começou-se, na 1ª metade do séc. 9 a.C., a erigir um palácio sobre as ruínas decorrentes do incêndio de uma edificação mais antiga (o palácio de Zinri?). Mas certo dia o trabalho na nova construção deve ter sido suspenso repentinamente: o palácio ficou inacabado, e nada testemunha de maneira mais inequívoca a interrupção dos trabalhos do que uma grande pedra quadrada, já talhada, que não mais foi utilizada e simplesmente ficou ao lado do lugar que lhe estava reservado. Por outro lado, antes do séc. 9, a colina de Samaria não era tão povoada que fosse digna de menção, e, mesmo que não se possa falar exatamente de solo virgem no que diz respeito à história de povoamento, tratava-se, em todo caso, da fundação de uma nova cidade. Nessa nova fundação, Onri e mais ainda seu filho Acabe investiram um capital considerável; em poucos anos eles literalmente tiraram do chão uma cidade residencial respeitável³⁹. Disso dão testemunho as escavações. A tradição literária só menciona poucos detalhes: uma “casa de marfim” de Acabe (1 Rs 22.39), i. é, um palácio com ornamentos de marfim⁴⁰, que de fato foram encontrados em Samaria em vários estilos egípcios⁴¹, e um templo a Baal (1 Rs 16.32; 2 Rs 10.18ss.)⁴², do qual não é mais possível comprovar vestígios arqueológicos, por razões a serem discutidas mais tarde⁴³.

Será que, com a construção de sua nova residência, os onridas perse-

33 Veja vol. 1, pp. 262s.

34 Em aramaico: *Shan‘rin*; em grego: *Samareia*. Quanto à questão, cf. também L. E. LAGER, *Shemer's Estate*, BASOR, 277/78:93-107, 1990.

35 Cf. Lv 25.23.

36 Quanto ao direito fundiário, cf. F. HORST, *Das Eigentum nach dem Alten Testament* (1949), in: ID., *Gottes Recht*, 1961, pp. 203-221. Certamente S. TIMM, op. cit., pp. 143-145, tem razão quando — como também outros — objeta que não se pode, a partir de um negócio de compra relativo ao direito privado, concluir a que povo pertence o vendedor. Com efeito não se pode excluir a possibilidade de que também em Israel, contra toda a teoria, tenha se desenvolvido um comércio particular de compra e venda de terra. No entanto, chama a atenção o fato de que, em todos os negócios de terra testemunhados no AT, o

vendedor sempre é um cananeu: Abraão compra o terreno e a gruta de Macpela do hitita Efrom (Gn 23); Jacó compra um terreno junto a Siquém dos filhos de Hamor (Gn 33.19); Davi compra uma eira do jebusita Araúna (2 Sm 24.18ss.). A preferência de compra (Jr 32.6) e o direito de reacquirição (Rt 4) no âmbito intrafamiliar são institutos jurídicos de tipo especial, não sendo simplesmente idênticos ao comércio particular de compra e venda de terra. De resto, não se pode atribuir muita importância ao nome do vendedor transmitido em 1 Rs 16.24. Ele visa explicar o nome da cidade de Samaria através de uma etiologia etimológica (*Shemer* → *Shomeron*).

37 Cf. o resumo de R. de VAUX, *Thirza*, in: *Archaeology and Old Testament Study*, 1967, pp. 371ss. (com bibliografia); A. CHAMBON, *Tell El-Far‘ah 1: L'Âge du Fer*, 1984.

38 Cf. REISNER-FISHER-LYON, *Harvard Excavations at Samaria 1908-1910*, I/II, 1924; J. W. CROWFOOT et al., *Samaria Sebaste*, I-III, 1938-1957; J. B. HENESSY, *Excavations at Samaria-Sebaste*, 1968, *Levant*, 2:1-21, 1970.

39 Cf. R. DUSSAUD, *Samarie au temps d'Achab*, *Syria*, 6:314-338, 1925; *Syria*, 7:9-29, 1926.

40 Quanto ao tempo de Jeroboão II, cf. Am 3.15.

41 Cf. J. W. & G. M. CROWFOOT, *Samaria-Sebaste II: Early Ivories from Samaria*, 1938.

42 Assim, em todo caso, segundo o texto massorético; quanto à crítica, cf. S. TIMM, op. cit., pp. 32s.

43 Veja infra, pp. 323s.

guiam um objetivo político, ou a fundação de Samaria nada mais era do que o resultado da inquietude de Onri e da vontade de construir de Acabe? Para responder esta pergunta, devem-se reunir os seguintes pontos de vista:

1. Onri provavelmente comprou a área de um cananeu conforme princípios jurídicos cananeus; em todo caso, através da compra a área se tornou propriedade pessoal dele e de sua família.

2. Onri ou Acabe conferiram à cidade um *status* jurídico especial que, mais tarde, ainda foi respeitado por Jeú no contexto de sua revolta (2 Rs 10.1ss.)⁴⁴.

3. Sob Acabe a cidade recebeu um centro sacro através da construção de um templo a Baal (1 Rs 16.32).

4. O mais cedo desde Onri e o mais tardar desde Acabe, os reis de Israel ainda possuíam uma segunda residência: Jezreel (*Zer'in*), na margem oriental da planície do mesmo nome (1 Rs 21; 2 Rs 9-10)⁴⁵.

Se se consideram todos esses pontos de vista em conjunto, pode-se concluir que os onridas se deixaram inspirar pela situação reinante no Reino do Sul, Judá. O paralelo com Jerusalém, em sua posição especial frente a Judá, é evidente. Portanto, Samaria provavelmente foi uma cidade-Estado autônoma que se contrapunha ao território do Reino do Norte, Israel: seja porque ela, como propriedade privada dos onridas, desde o início nem chegou a ser incorporada no território de Israel, seja porque, num segundo passo, fora secundariamente desmembrada dele. Os onridas governavam em Samaria como reis de cidades-Estado cananeus da mesma maneira como os davididas em Jerusalém. Eles unificaram o senhorio sobre Israel e Samaria numa união pessoal⁴⁶. Contudo, pode-se ir um passo mais adiante. A existência paralela de duas residências e o cultivo do culto de Baal em Samaria sugerem que Samaria devia ser tida como o centro do Reino de Israel segundo seu componente “cananeu”, ao passo que Jezreel devia ser considerada centro do mesmo Reino segundo seu componente “israelita”. Se isso estiver correto, então se trata de uma medida planejada de política interna nos moldes de uma solução dualista do problema dos cananeus. Em Samaria, os onridas eram, por

assim dizer, reis “cananeus”, e em Jezreel, reis “israelitas”. Eles procediam de acordo com o princípio: aos cananeus um cananeu e aos israelitas um israelita!

A problemática dessa concepção tinha de tornar-se patente o mais tardar no momento em que se fizessem notar conseqüências político-religiosas. Isso ocorreu em breve. Parece que já Onri começou a estabelecer relações amistosas com os centros comerciais da costa fenícia, provavelmente por razões econômicas e político-comerciais, devido aos mercados para o excedente agrícola e tendo em vista uma participação no comércio de longa distância no Mar Mediterrâneo⁴⁷. Essa política de amizade com os fenícios teve seu apogeu sob Acabe. Ele decidiu casar com a princesa fenícia “Jezabel, filha do rei sidônio Etbaal” (1 Rs 16.31). Gerações posteriores não hesitaram em incluir esse casamento nos débitos de Acabe como o cúmulo da perversidade: não porque ele tivesse casado com uma estrangeira — isso já havia acontecido várias vezes — mas, porque, aparentemente em conexão com a mudança de Jezabel para Samaria, mandou construir um templo para “o Baal” na capital (1 Rs 16.31-33).

Neste ponto surgiu muita confusão. O nome do “rei dos sidônios” (*melek sidonim*) foi vocalizado pelos massoretas como “Etbaal”: um erro fácil de corrigir, visto que a forma correta do nome, *Itto-Ba'al*, “Com ele está Baal”, é conhecida a partir de textos fenícios, acádicos e gregos⁴⁸. Em Josefo, *Itto-Ba'al* aparece como rei da cidade de Tiro no séc. 9 a.C.; as informações por ele processadas sobre a história fenícia provêm de Menandro de Éfeso e de um autor chamado Diôn, no mais desconhecido. Ora, a ciência veterotestamentária deixou-se esmagar pela autoridade de Josefo. Reiteradamente leu-se 1 Rs 16.31 de certa maneira à luz de Josefo: Jezabel era, na verdade, uma princesa de Tiro; seu pai era chamado de “rei dos sidônios” apenas porque “sidônios” era um conceito coletivo para “fenícios”, sobre os quais *Itto-Ba'al* de Tiro tinha a hegemonia; o Baal que Jezabel trouxe consigo e cujo culto Acabe instalou e cultivou em Samaria era o Deus da cidade de Tiro, Melcart⁴⁹; o casamento de Acabe até trouxe um ganho territorial para Israel na medida em que o Carmelo, que na época de Salomão talvez fora perdido para Tiro, agora em todo caso se tornou novamente israelita, etc. Sobre essas suposições foram erigidas impressionantes construções hipotéticas. O mérito de tê-las dissolvido criticamente cabe a Stefan Timm⁵⁰. Ele demonstrou de maneira convincente que as tradições de Menandro em Josefo não entram em cogitação para a reconstrução da história fenícia dos sécs. 10-8 a.C. Josefo, por seu turno, fixou cronologicamente essas informações, que — caso sejam aprovei-

44 Quanto à crítica, cf. S. TIMM, op. cit., pp. 145-147.

45 Cf. B. D. NAPIER, *The Omrides of Jezreel*, VT, 9:366-378, 1955; M. OEMING, *Der Tell Jesreel (Hirbet Zer'in)*; *Studien zur Topographie, Archäologie und Geschichte, Jahrbuch des Deutschen Evangelischen Instituts für Altertumswissenschaft des Heiligen Landes*, 1:56-8, 1989; H. G. M. WILLIAMSON, *Jezreel in the Biblical Texts*, *Tel Aviv*, 18:72-92, 1991.

46 A considerável objeção de G. BUCCELLATI, *Cities and Nations of Ancient Syria*, *Studi Semitici*, 26:186s., 1967, afirmando que neste caso se deveria supor, contra toda a probabilidade, que o direito estatal tivesse surgido a partir de um contrato privado de compra não resiste a um exame acurado. Pois não é necessário fazer essa suposição — de fato improvável. Esta apontar para a propriedade privada dos onridas em Samaria, paralelamente à propriedade privada dos davididas em Jerusalém, obtida através de conquista: decisiva é a propriedade privada, e não a forma de seu surgimento.

47 M. WEIPPERT, *Scheideweg*, p. 102.

48 Quanto ao grego *Ithóbalos*, cf. F. Josefo, c. Apion, I,18 (§§ 112s., 116 Niese), e Ant., VIII,13,1s. (§§ 144, 147 Niese); IX,6,6 (§ 283 Niese), e passim.

49 Quanto a esse deus, cf. C. BONNET, *Melqart; cultes et mythes de l'Héraclès tyrien en Méditerranée*, *Studia Phoenicia*, 8, 1988.

50 Op. cit., pp. 200-231.

táveis historicamente — se referem a um período muito posterior, para apoiar suas informações tomadas do AT em autores extrabíblicos de língua grega. Deve-se abandonar Menandro como “fonte” histórica para o período dos onridas, bem como todas as conclusões daí tiradas. Jezabel era uma princesa fenícia de Sidom.

Pode-se, no máximo, presumir que o templo de Samaria dedicado a Baal tivesse algo a ver com Jezabel. Se isso for correto, não é suficiente considerá-lo somente como lugar de cultivo da religião pátria de Jezabel e de seu séquito fenício⁵¹; pois um local desses dificilmente teria desencadeado a tempestade que, de fato, aconteceu. É mais plausível que se tratasse de uma medida tomada no contexto da política interna dos onridas, ou, mais exatamente, de um ato de política cultural com o qual Acabe queria dar à metrópole cananéia de seu Estado um nimbo sacro semelhante àquele que Jerusalém havia recebido através do traslado da arca de Javé por Davi (2 Sm 6)⁵², e que também existia nos santuários régios israelitas de Betel e Dã desde Jeroboão I (1 Rs 12.26-29)⁵³. O templo de Baal em Samaria era uma espécie de santuário central para os “cananeus” no Reino do Norte, Israel.

A política religiosa dos onridas logo trouxe à luz forças contrárias no lado israelita do Reino do Norte, produzindo homens que defendiam a exigência de exclusividade por parte de Javé e lutavam por essa exigência com um rigor até então desconhecido. Isso de modo algum é evidente, pois a mera existência do culto a Baal em Samaria dificilmente poderia acarretar uma confrontação entre Javé e Baal e um recrudescimento da luta, há muito em curso, de Javé contra o baalismo em geral. Sob o reinado dos onridas, Samaria era uma reserva do cananeísmo, um Estado dentro do Estado. Sua constituição cültica não podia questionar seriamente, em Israel, a exigência de exclusividade por parte de Javé. Todavia, Martin Noth⁵⁴ defendeu a opinião de que já “a existência daquele culto estrangeiro com seu respectivo pessoal cültico tinha de despertar a reação das velhas e rigorosas tradições das tribos israelitas, para as quais a rigorosa exclusividade da adoração de Javé em Israel constituía uma exigência incondicional”. Este juízo, no entanto, desconhece que em Samaria não estavam em pauta simplesmente interesses israelitas — desconsiderando inteiramente que, por certo, não se podia falar de “rigorosa exclusividade da adoração de Javé” no Israel dos primeiros tempos da monarquia. A reação de Israel, portanto, não poderia se dirigir contra a existência do

culto samaritano a Baal em si, mas no máximo contra a casa real que ficou comprometida por tê-lo protegido. Além disso, é improvável que o poder central tivesse trabalhado no sentido de impor aos israelitas simples o culto do Baal samaritano.

Nesta questão, se gosta de pensar na esposa do rei, Jezabel, empurrando-lhe a culpa⁵⁵. O próprio Acabe teria se aferrado à fé em Javé e apenas não teria possuído a energia necessária para opor-se com eficácia à propaganda cültica de Jezabel. Tais juízos subestimam Acabe e superestimam Jezabel, cuja influência por certo podia ser ponderável em casos isolados, mas dificilmente estava em condições de contrariar os fundamentos da política interna onrida. Se isso tudo for descartado, então devem ter ocorrido desdobramentos que não podiam ser previstos sem mais nem menos pelos reis e que revelaram de modo inesperado a problemática da concepção dualista; numa só palavra: os onridas perderam o controle sobre sua política religiosa. Só se pode presumir como isso aconteceu efetivamente: p. ex., a partir de seu centro, Samaria, o cananeísmo difundiu forças religiosas para o interior do Reino, valendo-se, p. ex., dos funcionários do aparelho administrativo, que provavelmente eram todos, ou pelo menos em sua maioria, cananeus cidadãos e que, em todo caso, embora atuassem no interior do país, permaneciam ligados à capital, Samaria. Por outro lado, círculos fiéis a Javé em Israel podiam rebelar-se em princípio contra a política de sua casa real, simpática aos cananeus, de certa forma compreendendo erroneamente o dualismo da concepção: e justo isso tinha de provocar um confronto de Javé, não diretamente com o Baal de Samaria, mas sim com a postura “duoteísta” dos reis.

Vestígios na tradição veterotestamentária revelam que algo semelhante, de fato, aconteceu. A figura central da resistência israelita contra a política religiosa dos onridas foi um grande solitário: o profeta Elias, de Tisbe na Transjordânia⁵⁶. Lamentavelmente as sagas sobre Elias (1 Rs 17-19; 21; 2 Rs 1)⁵⁷ permitem só em sentido muito restrito uma reconstrução do transcurso da crise da religião israelita provocada pelos onridas. Elas estão interessadas na pessoa do profeta e não primordialmente nas circunstâncias e nos desdobramentos que levaram à sua atuação. Em todo caso, tratava-se de uma crise, e a questão é, apenas, como interpretá-la. Modelos ideativos mais antigos — que desembocam na suposição de que a cananeização latente da religião javista, em andamento desde a tomada da terra, teria atingido agora um estágio

51 Neste contexto gosta-se de apontar para as capelas que Salomão mandara construir no Monte das Oliveiras (1 Rs 11.7). Quanto a isso, veja vol. 1, p. 253.

52 Veja vol. 1, pp. 229s.

53 Veja supra, pp. 282-284.

54 M. NOTH, *Geschichte Israels*, 9. ed., 1981, p. 221.

55 Cf. o belo capítulo intitulado “Alte und neue Urteile über Isebel” em S. TIMM, op. cit., pp. 288-303, e J. SOGGIN, Jezabel, oder die fremde Frau, in: coletânea em homenagem a H. Cazelles, 1981, pp. 453-459.

56 Até agora o lugar não foi satisfatoriamente localizado. Uma sugestão (*Hirbet el-Hedamus*, não longe de *Listib*) encontra-se em S. MITTMANN (veja infra, nota 104), p. 222, nota 34.

57 Quanto à análise científico-literária, cf. agora A. J. HAUSER & R. GREGORY, *From Carmel to Horeb; Elijah in Crisis*, 1990 (JSOT, Suppl. Ser., 85).

agudo e desencadeado as forças contrárias — não correspondem mais àquilo que sabemos ou que podemos justificadamente supor sobre o caráter da religião israelita no início da monarquia⁵⁸. A religião israelita não foi infectada por Baal, mas, por assim dizer, esteve desde o início saturada de Baal. A crise consistia no fato de que precisamente isso começou, devido à política interna onrida que fomentava a separação, a tornar-se consciente — ou, dito de maneira mais cautelosa, que a consciência disso, já existente há mais tempo, agora começou a tornar-se aguda. De modo um tanto incisivo se poderia dizer: o Deus Javé, que obviamente sempre existiu para “Israel”, que é o Deus nacional de ambos os reinos, mostra-se agora, no divisor de águas da política onrida, como uma grandeza anticananéia. Que ele não tinha nada a ver com Canaã e devia ser adorado em Israel com rigorosa exclusividade tornou-se visível diante do pano de fundo do generalizado fortalecimento do cananeísmo promovido pelos onridas. Javé ganhou estatura, perfil e estilo na crise — assim, pois, os onridas criaram, por assim dizer, as condições para a atuação do profeta Elias, e seu mérito quanto à exigência de exclusividade por parte de Javé em Israel não é menor do que o dele.

É isso o que podemos dizer sobre os aspectos gerais. Nossos conhecimentos sobre o transcurso concreto da crise são escassos. Não sabemos com exatidão em que medida os reis promoveram deliberadamente o fortalecimento do cananeísmo. No que se refere ao próprio Acabe, ele estava amarrado pelo dualismo de sua política interna. Poderia ser que, interiormente, ele tenha estado mais do lado cananeu. Para isso aponta a circunstância de que demonstrou iniciativa pessoal quando da construção de Samaria e da instituição do culto de Baal ali, enquanto que parece ter tido uma atitude de mera tolerância para com os interesses “israelitas”. Instrutiva é, neste contexto, a história da vinha ou do pomar de Nabote (1 Rs 21), a qual revela que Acabe havia perdido o conceito e a compreensão da inalienabilidade da terra (em hebraico: *nah^ala*), que pertencia a Javé. Entretanto, ele se conformou, embora rangendo os dentes, com a rejeição de sua oferta de compra pelo jezreelita Nabote. Ficou reservado a Jezabel, que não tinha qualquer compromisso com as complicadas tradições fundiárias israelitas, arrebatar ao final o terreno desejado para os bens da coroa através de uma violação flagrante dos costumes e do direito⁵⁹. Por outro lado, não se pode deixar de ver que Acabe se esforçou para

respeitar a religião e o direito de Israel. A saga sobre o julgamento de Deus no Carmelo (1 Rs 18.17-40) mostra que, como rei de Israel, ele também podia agir inteiramente em favor de interesses israelitas.

Essa é a mais grandiosa das narrativas sobre Elias. Apesar de toda a estilização e idealização, ela projeta uma luz clara sobre a situação reinante na época dos onridas em termos de política interna e religiosa. Para compreendê-la, deve-se considerar que o Carmelo, desde sempre e até tempos tardios, era uma montanha de deuses⁶⁰. Se lá, segundo 1 Rs 18.30, Elias restaura um altar de Javé derrubado, então isso significa que, presumivelmente na época de Davi e Salomão, o Carmelo havia trocado de proprietário divino. No tempo de Acabe, porém, Baal estava novamente lá. Com a sentença divina, Javé, através de Elias, retoma de novo a posse do monte. Expressou-se a suposição de que por trás disso pudessem estar se ocultando contendas territoriais com as cidades costeiras fenícias⁶¹.

Acabe deu a seus dois filhos, Acazias e Jorão, que o sucederam no trono, nomes com o elemento teofórico “Javé”. Sob esses dois reis, ao que parece, nada mudou nos princípios da política interna onrida. A saga de Elias, em 2 Rs 1, segundo a qual Acazias, quando moribundo, mandou buscar um oráculo do *Ba'al Zebub* cananeu⁶² em Ecrom, não deve ser supervalorizada; ela ilumina sobretudo a postura pessoal do rei numa situação aflitiva. E, conforme 2 Rs 3.2, sob Jorão parece ter-se chegado praticamente a um esplendor “pró-israelita” na política religiosa. No entanto, a informação de que “ele eliminou

BOHLEN, *Der Fall Naboth*, 1978 (Trierer Theologische Studien, 35); Z. BEN-BARAO, The Confiscation of Land in Israel and the Ancient Near East, *Shnaton*, 5-6:101-117, 1982; M. OEMING, Naboth, der Jesreeliter; Untersuchungen zu den theologischen Motiven der Überlieferungsgeschichte von 1 Reg 21, *ZAW*, 98:363-382, 1986; A. ROFÉ, The Vineyard of Naboth; the Origin and Message of the Story, *VT*, 38:89-104, 1988; E. MARTIN-ACHARD, Le vignes de Naboth (1 Rois 21) d'après des études récentes, *Études Théologiques et Religieuses*, 66:1-14, 1991.

60 Cf. Tácito, *Hist.*, II, 78,3; Suetônio, *Vita Caesarum*, VIII,5.

61 Bibliografia selecionada: A. ALT, Das Gottesurteil auf dem Karmel, in: *ID., Kleine Schriften*, 1935, vol. 2, pp. 135-149; O. EISSFELDT, Der Gott Karmel, *Sitzungsberichte der Deutschen Akademie der Wissenschaft Berlin*; Klassische Sprachen, Literatur, Kunst, 1,8-10, 1953; K. GALLING, Der Gott Karmel und die Ächtung der fremden Götter, in: *Geschichte und Altes Testament*; coletânea em homenagem a A. Alt, 1953, pp. 105-25; D. R. AP-THOMAS, Elijah on Mount Carmel, *PEQ*, 92:146-155, 1960; H. H. ROWLEY, Elijah on Mount Carmel, *Bulletin of the John Rylands Library Manchester*, 43:190-219, 1960/1; E. WÜRTHWEIN, Die Erzählung vom Gottesurteil auf dem Karmel, *ZThK*, 59:131-144, 1962; Y. AHARONI, Mount Carmel as Border, in: *Archäologie und Altes Testament*; coletânea em homenagem a K. Galling, 1970, pp. 1-7; A. JEPSEN, Elia und das Gottesurteil, in: *Near Eastern Studies in Honor of W. F. Albright*, 1971, pp. 291-306; H. SEEBASS, Elia und Ahab auf dem Karmel, *ZThK*, 70:121-136, 1973; E. WÜRTHWEIN, Zur Opferprobe Elias 1 Reg 18,21-39, in: *Prophet und Prophetenbuch*; coletânea em homenagem a O. Kaiser, 1989, pp. 277-284 (BZAW, 185).

62 I. é, “Baal das moscas”; originalmente, porém, decerto *Ba'al Zbul*, “príncipe Baal”; cf. M. HELD, The Root *zbl/sbl* in Akkadian, Ugaritic and Biblical Hebrew, *JAOS*, 88:90-96, 1968; cf. ainda O. H. STECK, Die Erzählung von Jahwes Einschreiten gegen die Orakelbefragung Ahasjas (2 Kön 1,2-8,17), *EvTheol*, 27:546-566, 1967.

58 Cf. H. DONNER, Die Verwerfung des Königs Saul [1983], in: *ID., Aufsätze zum Alten Testament*, 1994, pp. 144s.

59 Bibliografia selecionada mais recente: K. BALTZER, Naboth Weinberg (1. Kön 21); der Konflikt zwischen israelitischem und kanaanischem Bodenrecht, *Wort und Dienst*, 8:73-88, 1965; F. I. ANDERSEN, The Socio-Juridical Background of the Naboth Incident, *JBL*, 85:46-57, 1966; P. WELTEN, Naboths Weinberg (1. Kön 21), *EvTheol*, 33:18-32, 1973; H. SEEBASS, Der Fall Naboth in 1. Reg XXI, *VT*, 24:474-488, 1974; E. WÜRTHWEIN, Naboth-Novelle und Elia-Wort, *ZThK*, 75:375-397, 1978; R.

a coluna de Baal que seu pai fizera” lamentavelmente não é transparente. Disso o deuteronomista concluiu que Jorão se distanciou da linha político-cúltica de seu pai, dando-lhe, por isso, notas melhores do que a seus antecessores e sucessores. Contudo, são completamente incompreensíveis as razões que poderiam ter levado Jorão a eliminar a estela de Baal. Teria sido uma medida em conformidade com a exigência de exclusividade de Javé? Ou apenas um assunto de importância limitada que dizia respeito ao templo de Baal em Samaria?

Tanto mais deve-se contar com a possibilidade de que a esposa de Acabe, Jezabel, tenha favorecido o cananeísmo. Como rainha-mãe, ela deve ter tido certa influência no governo de seus filhos, Acazias e Jorão⁶³. Entretanto, as informações veterotestamentárias devem ser tratadas com especial precaução; devido a seu caráter de sagas proféticas, deve-se contar com a presença de unilateralidades e exageros. Por certo, é pouco provável que Jezabel tenha, por assim dizer, passado a uma agressão aberta contra “Israel”. Dificilmente Acabe teria tolerado que ela questionasse os traços fundamentais de sua política religiosa. Mas, para tornar compreensíveis os lampejos do AT, de maneira alguma é necessário supor que tenha havido uma agressão direta; pois a perturbação do equilíbrio político e religioso ocorreu na forma de um fortalecimento lento do cananeísmo no país, mediado por funcionários cananeus ou cananeizados, e tinha de parar no momento em que, em Israel, se levantaram forças contrárias que haviam assumido a causa da luta contra Baal e pela exigência de exclusividade de Javé. É compreensível que o cananeísmo tenha procurado impor-se contra isso, e precisamente para isso Jezabel deve ter dado sua contribuição. Aqui se encaixam “os 450 profetas de Baal que comem na mesa de Jezabel” (1 Rs 18.19). Aqui cabem, além disso, vestígios de medidas antiisraelitas: a perseguição a profetas de Javé sob os auspícios de Jezabel e a destruição de altares de Javé (1 Rs 18.4,10,13; 19.2,10,14)⁶⁴. A tradição registra a postura indecisa do povo, o qual Elias acusa de “mancar em ambos os lados” (1 Rs 18.21). O número dos que ficaram firmes, cujos joelhos não se dobraram diante de Baal e que não o beijaram, é indicado como de apenas 7 mil em Israel (1 Rs 19.18). Ocorreram atos de violência, e o povo ficou profundamente inseguro.

O mais tardar sob o governo de Acazias (851-851) ou de Jorão (851-845)

63 Veja supra, p. 291, nota 9, e A. BRENNER, Jezabel, *Shnaton*, 5:27-39, 1982.

64 O quanto as tensões chegavam até as proximidades do rei se evidencia na circunstância de que o ministro do patrimônio estatal, Obadias, se engajou ao lado dos fiéis a Javé. Ele escondia em cavernas os profetas de Javé que Jezabel mandava perseguir (1 Rs 18.3). De resto, cf. A. S. PEAKE, Elijah and Jezabel, *Bulletin of the John Rylands Library Manchester*, 11:296-321, 197; H. PARZEN, The Prophets and the Omri Dynasty, *HTHR*, 33:69-96, 1940; R. SMEND, Der biblische und der historische Elias, *SVT*, 28:167-184, 1975.

tornou-se claro: as forças pró-javistas só tinham chance se deslocassem a luta do plano religioso para o político. Era necessário pôr fim à política interna dualista dos reis da casa de Onri. Isto, por sua vez, dadas as circunstâncias, não podia ocorrer de outra forma do que eliminando a dinastia de Onri e liquidando a cidade-estado de Samaria, o refúgio do cananeísmo. Esse assunto foi resolvido, de uma forma cabal e sem deixar nada a desejar, por um oficial do exército popular israelita chamado Jeú, filho de Ninsi. Atrás dele estavam os fiéis a Javé de Israel, à frente de todos o profeta Eliseu e seus companheiros profetas. Não foi por acaso que a tradição posterior transformou Eliseu num discípulo e seguidor do grande Elias (1 Rs 19.19-21; 2 Rs 2.1-18).

Antes de tratar da revolta de Jeú, devem-se acrescentar ainda algumas poucas informações relativas à política interna e externa. A respeito de Acabe se afirma que ele se interessou em ampliar e fortificar cidades israelitas (1 Rs 22.39); lamentavelmente não ficamos sabendo quais. Contudo, a reconstrução de Jericó, que 1 Rs 16.34 situa no tempo de Acabe, não é histórica. O registro faz parte da maldição de Josué sobre Jericó (Js 6.26) e foi colocado após 1 Rs 16 por um revisor deuteronomista, a fim de comprometer Acabe⁶⁵. Não muito tempo depois de morte de Acabe, também Moabe recuperou sua autonomia política (2 Rs 1.1). A saga de Eliseu, em 2 Rs 3.4-27, narra uma campanha malograda do rei de Israel — segundo a cronologia deuteronomista, foi Jorão — contra o rei Meshá de Moabe⁶⁶.

Desse rei possuímos duas inscrições originais: a grande estela de Meshá (KAI 181), encontrada em 1868 em *Diban*, e uma inscrição fragmentária que apareceu em 1960 em *el Kerak*⁶⁷. Esta última, com exceção do nome paterno de Meshá — *Kmshty* —, em nada contribuiu para elucidar a situação histórica. No entanto, a grande inscrição de Meshá é uma inestimável fonte extrabíblica para a história moabita e israelita de meados do séc. 9 a.C.⁶⁸. Em primeiro lugar, ela permite reconhecer que

65 Cf. S. TIMM, op. cit., pp. 48s., e veja vol. 1, p. 185 com nota 12.

66 Cf. K.-H. BERNHARDT, Der Feldzug der drei Könige, in: *Schalom*; Festschrift A. Jepsen, 1971, pp. 11-22; J. R. BARTLETT, The “United” Campaign against Moab in 2 Kings 3:4-27, in: J. F. A. SAWYER & D. J. A. CLINES, eds., *Midian, Moab and Edom*, 1983, pp. 135-146; J. B. BURNS, Why did the Besieging Army Withdraw? (II Reg 3,27), *ZAW*, 102:187-194, 1990.

67 Publicadas por W. L. REED & F. V. WINNETT, A Fragment of an Early Moabite Inscription from Kerak, *BASOR*, 172:1-9, 1963.

68 Traduções e bibliografia: AOT, 2. ed., 440-442; ANET, 3. ed., 320s.; TGI, 3. ed., 51-53; KAI II, 3. ed., 1973, 168-179; R. E. MURPHY, Israel and Moab in the 9th Century B.C., *CBQ*, 15:409-417, 1953; J. LIVER, The Wars of Meshá, King of Moab, *PEQ*, 99:14-31, 1967; J. C. L. GIBSON, *Syrian Semitic Inscriptions*; Vol. 1: Hebrew and Moabite Inscriptions, 1971, pp. 71-83; E. LIPINSKI, in: W. BEYERLIN, ed., *Religionsgeschichtliches Textbuch zum Alten Testament*, 1975, pp. 253-257 (ATD E, 1); S. TIMM, op. cit., pp. 158-171 (bibl.); S. H. HORN, The Discovery of the Moabite Stone, in: *The Word of the Lord Shall Go Forth*; coletânea em homenagem a D. N. Freedman, 1983, pp. 497-505; J. A. DEARMAN, *Studies in the Meshá Inscription and Moab*, 1989 (Archaeology and Biblical Studies, 2); K. A. D. SMELIK, The Literary Structure of King Meshá's Inscription, *JSOT*, 46:21-30, 1990; A. LEMAIRE, La stèle de Meshá et l'histoire de l'ancien Israël, in: *Storia e tradizioni di Israele*; coletânea em homenagem a A. Soggin, 1991, pp. 143-169.

Dibom (*Diban*), a cidade natal de Meshá, já havia caído em mãos moabitas mais cedo. Esta cidade e toda a região até *Madeba* há muito faziam parte da esfera de domínio — efetivo ou pelo menos reivindicado teoricamente — de Moabe e foram, no máximo, ocupadas brevemente por Israel. O ataque de Moabe contra a região ao norte do Arnom (*Sel el-Modjib*), apesar do *status* de vassalagem, certamente já havia começado antes da época dos onridas; o AT silencia a respeito. Além disso, a inscrição menciona o nome de Onri e de seu filho (linhas 4-6): sob ambos a vassalagem moabita havia continuado sem mudanças ou fora renovada. O reinado de Onri e a metade do reinado de seus filhos são indicados como sendo de 40 anos na linha 8. Em comparação com a cronologia deuteronomista (33 anos para o período total da dinastia onrida), esse número parece muito arredondado para cima⁶⁹. Em todo caso, depois da morte de Acabe, Meshá conseguiu terminar definitivamente com a vassalagem de Moabe em relação ao Reino do Norte, Israel. A inscrição foi feita somente após a morte de Jorão e a revolta de Jeú; ela olha em retrospectiva para esses acontecimentos e declara, exagerando, que Israel “arruinou-se para sempre” (linha 7). Além de recuperar a independência, Meshá conseguiu aumentar consideravelmente o território moabita: ao final ele englobava todo o planalto ao norte do Arnom até uma linha imaginária na altura da extremidade setentrional do Mar Morto. Em vários pormenores, também nas indicações topográficas, a inscrição não é inteiramente compreensível; além disso, o final do texto está mal conservado. Entretanto, ela fala com clareza a respeito da conquista e fortificação de localidades no *mishor*, i. é, no *Belqa* Meridional, outrora pertencentes a Gade: Mádeba (*Madeba*), Baal-Meom (*Ma'in*), Atarote (*Ataruz*), Quiriataim (*Hirbet el-Qureye*), Nebo (*Hirbet el-Muhayyit*), Jaaz (*Hirbet el-Medeyine* no curso superior do *Wádi'l-Wála?*)⁷⁰ e outras mais. Numa só palavra: uma expansão territorial significativa, que indica que os onridas e os ninsidas, que os sucederam, não tiveram sucesso militar nem político na Transjordânia.

3.2. Israel sob a Dinastia de Jeú

A revolução política em cujo decurso a dinastia de Onri perdeu o trono de Israel do norte foi desencadeada, segundo a convicção do historiógrafo de 2 Rs 9-10, por uma resolução de Javé⁷¹. Javé havia visto a miséria de seu povo

69 Poder-se-ia evitar a dificuldade se, com G. WALLIS, ZDPV, 81:180-186, 1965, se pudesse traduzir o termo *hcy* por “parte”, ao invés de, em termos numéricos, por “metade”. Embora, neste caso, a cronologia ainda não esteja inteiramente correta (veja também S. HERRMANN, *Geschichte*, p. 271), ela pelo menos concorda mais ou menos com a do AT.

70 Cf. A. DEARMAN, *The Location of Jahaz*, ZDPV, 100:122-125, 1984. Mas talvez se deva preferir a equiparação — apenas considerada por Dearman — com *Hirbet el-Rumel*, que não fica distante (E. A. Knauf por carta).

71 Cf. H. GUNKEL, *Der Aufstand des Jehu* 2. Kön 9,1-10,27 (1913), in: ID., *Geschichten von Elisa*; *Meisterwerke hebräischer Erzählkunst*, 1927, vol. I, pp. 67-94; J. C. TREBOLLE-BARRERA, *Jehú y Joáz*, *Texto y Composición Literaria de 2 Reyes 9-11*, 1984; L. M. BARRÉ, *The Rhetoric of Political Persuasion; the Narrative Artistry and Political Intentions of II Kings 9-11*, 1988 (CBQ, Mon. Ser., 20); Y. MINOKAMI, *Die Revolution des Jehu*, 1989 (Göttinger Theologische Arbeiten, 38).

na crise cananéia e resolvido eliminar a monarquia arruinada dos onridas e fazer chegar ao trono um novo homem, através de designação e aclamação — como outrora no caso de Saul.

2 Reis 9.1-10.27 seguramente não faz parte das narrativas de Eliseu, como antigamente se gostava de supor⁷², mas é uma obra historiográfica com traços nove-
lísticos, comparável à obra historiográfica sobre a sucessão no trono de Davi⁷³ e àquela sobre a dissolução da união pessoal entre Judá e Israel⁷⁴. Os fatos e as ocorrências comunicadas merecem, em geral, confiança, embora se deva admitir que o autor estilizou, não desprezando os recursos da exposição dramática e deixando-se guiar por interesses concretos⁷⁵. Apesar dessas restrições que recomendam cautela, a obra é uma fonte histórica excelente e provavelmente também mais ou menos contemporânea; ao mesmo tempo, é uma das peças mais brilhantes da arte narrativa hebraica.

O novo homem era o oficial do exército popular (*çar hahayil*) Jeú, filho de Josafá, filho de Ninsi. Ele se encontrava na fortaleza de Ramote (*Tell er-Ramit*), na Transjordânia Setentrional, onde as tropas do Reino do Norte se defrontavam com os arameus de Damasco, numa guerra de trincheiras nada desgastante, mas aparentemente monótona⁷⁶. O rei Jorão havia sido ferido durante as operações militares precedentes, mais agitadas, e partido para Jezreel, para aí recuperar-se inteiramente. As tropas tinham de passar um tempo sem comandante-em-chefe, o que dificilmente representava uma desvantagem, visto que, ao que tudo indica, havia uma pausa nas refregas militares com os arameus.

Relata-se que, um dia desses — no ano de 841 a.C.? —, apareceu um enviado do profeta Eliseu em Ramote, um membro daquela corporação de profetas extáticos cujo chefe era Eliseu. Diz-se que ele chamou Jeú à parte e, a sós, o designou e ungiu rei de Israel. Então ele teria desaparecido com a mesma rapidez com que aparecera. Quando Jeú voltou para a companhia de seus camaradas oficiais, eles lhe perguntaram, com visível interesse, o que “esse louco” (*hamm^eshugga'*) queria dele. Inicialmente Jeú hesitou, mas então contou o que lhe havia acontecido. Aí os oficiais tomaram suas vestes, estenderam-nas nos degraus e gritaram: “Jeú é rei!” Com isto, o oficial do exército popular havia se tornado por direito (*de iure*) rei de Israel, por meio de designação e aclamação. Contudo, ele ainda não o era de fato (*de facto*), pois o onrida Jorão ainda estava vivo — embora ferido — em sua residência

72 Cf., p. ex., O. EISSFELDT, *Einleitung in das Alte Testament*, 3. ed., 1965, p. 396, e a nota anterior.

73 Veja vol. 1, pp. 240-242.

74 Veja supra, pp. 274s.

75 Quanto à caracterização, cf. S. TIMM, op. cit., pp. 136-142.

76 Veja supra, p. 305.

em Jezreel. Presumivelmente teria havido várias possibilidades de eliminar essa dificuldade. Jeú escolheu a solução sangrenta, o extermínio de todos os integrantes masculinos da dinastia de Onri, começando pelo rei doente, Jorão.

Assim começou a revolta (em hebraico: *qesher*). Em primeiro lugar, Jeú obrigou os oficiais das tropas israelitas a manter rigoroso segredo, para que a notícia dos planos da revolução não chegassem antes do tempo em Jezreel e Jorão não tivesse tempo para tomar medidas contrárias. Depois subiu em seu carro de guerra e correu com um pequeno grupo de leais seguidores pelo Vale do Jordão e pela Baía de Bete-Seã, subindo pelo vale do Rio de Golias (*Nahr Djalud*) para chegar à grande planície em cuja extremidade oriental se situava Jezreel. O vigia na ameia decerto enxergou inicialmente à distância uma nuvem de poeira que se aproximava cada vez mais e não prometia nada de bom. Avisado, Jorão mandou mensageiros, que, no entanto, se juntaram imediatamente aos conspiradores que se aproximavam com rapidez — por certo foi-lhes explicado que isso seria de bom alvitre.

O autor da obra historiográfica narra os acontecimentos dramáticos de modo brilhante, com os recursos artísticos da teicoscopia e da rápida mudança de cenários. Num momento, o leitor está junto com o vigia na torre e grita suas observações para a cidade lá embaixo, cada vez mais apavorado à medida que a nuvem de poeira se aproxima; em outro momento, está com os mensageiros lá fora, junto de Jeú e seu bando, tornando-se testemunha da breve e dura troca de palavras entre o usurpador e os mensageiros. Em breve não pode mais haver dúvidas na cidade: “O guiar do carro parece como o de Jeú, filho de Ninsi, pois guia furiosamente!” (9.20.) Nessa situação ameaçadora, Jorão decide ir ao encontro do renitente oficial do exército popular. Entrementes Jeú já havia se aproximado tanto que o encontro dos dois se deu no terreno do jezreelita Nabote, perto da cidade, portanto lá onde outrora o profeta Elias havia enfrentado Acabe (1 Rs 21). Isto, naturalmente, é um encontro que chama a atenção e levanta suspeitas, como quer que se queira avaliá-lo. Jorão grita para Jeú: “Tudo em ordem, Jeú?” Este responde: “Que ordem, se a prostituição e as inúmeras feitiçarias de tua mãe Jezabel continuam!” (9.22.) Aí Jorão reconheceu que não havia mais nada a salvar e se voltou para fugir. Jeú, contudo, acertou-lhe o coração por trás, de modo que o rei esvaiu-se em sangue dentro de seu carro.

O infeliz rei Acazias de Judá, que se encontrava em companhia de Jorão⁷⁷, fugiu na direção de Jerusalém. Conseguiram distanciar-se uns 15 km: junto a Jibleão (*Hirbet Bel'ame*), os perseguidores o alcançaram e acertaram.

⁷⁷ Veja supra, p. 293.

Pouco depois ele faleceu em Meguido, não resistindo a seus ferimentos. Seu corpo foi levado a Jerusalém e sepultado no jazigo familiar dos davididas. É em vão buscar pelos motivos que poderiam ter levado Jeú a assassinar o rei judaíta. Não é possível reconhecer razões políticas; também a eliminação de uma testemunha proeminente é sem sentido, visto que a questão já há muito tempo não mais exigia sigilo. Desse modo, chega-se à suposição de que a paixão revolucionária de Jeú tenha causado esse assassinato. Em todo caso, esse acontecimento revela que, naquele tempo, a situação do Reino do Sul, Judá, deve ter sido lastimável, se um usurpador do Reino do Norte não precisava dominar suas paixões e podia mandar matar um davidida sem ser castigado por isso.

Depois da eliminação dos dois reis, Jeú entrou em Jezreel como vitorioso. A rainha-mãe Jezabel ainda fez uma última e desesperada tentativa de fazer valer a autoridade da casa onrida. Ela apareceu, enfeitada e maquiada, na janela de aparições do palácio real, reuniu seu orgulho e gritou na direção do pátio: “Zinri, o assassino de seu senhor, vai bem?” (9.31)⁷⁸. A comparação com esse amador, que não havia sido rei por mais de uma semana⁷⁹, deve ter irritado Jeú; de qualquer maneira, ela era correta apenas em parte e revelava que a filha do rei fenício não havia compreendido nada da essência da monarquia carismática em Israel. A Jeú não custou mais do que um aceno e um chamado para fazer com que dois eunucos derrubassem Jezabel janela afora. Seu corpo estatelou-se sobre o calçamento do pátio, e os cavalos de Jeú a esmagaram com suas patas. Jeú, porém, adentrou o palácio e promoveu um banquete. Seu golpe de Estado estava consumado e ele próprio havia se tornado *de facto* rei de Israel.

Pendente, contudo, ainda estava o problema da outra residência onrida, da cidade-Estado de Samaria. Jeú parece ter tido consciência — bem nos termos da concepção dualista dos onridas — de que, conseguindo a dignidade de rei de Israel, não havia se tornado automaticamente também rei da cidade de Samaria. Ele respeitou o *status* político especial de Samaria e começou uma correspondência diplomática com a aristocracia urbana de Samaria, da qual o autor da obra historiográfica transmitiu excertos provavelmente autênticos ou, pelo menos, bastante fidedignos⁸⁰. Entretanto, essa troca de cartas, como toda

⁷⁸ Se ela de fato disse estas palavras, isso não sugere que ela tenha tentado seduzir Jeú, como supõe S. B. PARKER, *Jezebel's Reception of Jehu*, *Maarav*, 1:67-78, 1978/9.

⁷⁹ Veja supra, p. 302.

⁸⁰ Essa correspondência corrobora fortemente a teoria de A. Alt. Quem quiser eliminá-la precisa supor que as cartas sejam um “artifício literário” do qual não se podem tirar conclusões históricas; cf., p. ex., S. TIMM, op. cit., pp. 145s. Isto, no entanto, não é provável em vista do caráter global de 2 Rs 9-10. E, mesmo que fosse correto, se, portanto, o historiógrafo e não Jeú tivesse escrito tais cartas, seria preciso explicar como ele chegou a isso e o que queria com elas. A teoria do artifício desloca o problema de Jeú

correspondência diplomática, não era inteiramente inofensiva, mas sim temperada com ameaças maciças e pérfidas por parte de Jeú. Numa primeira carta, Jeú, referindo-se à existência de ainda numerosos onridas, intimou os anciãos da cidade de Samaria a colocar um rei à sua frente e defendê-la. Contra quem? Isto não é dito, mas não era difícil de adivinhar. Os aristocratas de Samaria adivinharam. Foram tomados pelo pavor e se apressaram em comunicar a Jeú sua submissão: nada lhes estaria mais distante do que colocar um rei sobre si.

Então Jeú escreveu uma segunda carta, dizendo que estaria disposto a aceitar a rendição, mas tinha de colocar uma condição. Isso era de se esperar, e assim reza o excerto do escrito: “Se quereis ficar comigo e ouvir minha voz, então tomai as cabeças de vossa dinastia e vinde até mim a Jezreel, amanhã a esta hora!” (10.6)⁸¹. Tratava-se, neste caso, de uma formulação complicada, que deixava a verdadeira intenção de Jeú vaga e ambígua; pois a palavra hebraica *rosh* significa “cabeça” como parte do corpo e, em sentido figurado, “cabeça, chefe”⁸². O escrito, portanto, deixava em aberto se se referia aos anciãos da família onrida ou às cabeças dos membros da casa real. Os aristocratas de Samaria não interpretaram por muito tempo; tomaram a intimação ao pé da letra e, assim, a compreenderam corretamente; pois obviamente o usurpador estava interessado no extermínio de toda a família onrida. Assim, os integrantes masculinos da casa real foram assassinados, e suas cabeças foram decepadas e transportadas a Jezreel em balaios. Jeú mandou colocá-las do lado de fora de um dos portões de Jezreel em dois montes: 70 cabeças, 35 por monte. Ele teve o descaramento de, na manhã seguinte, aparecer diante do povo horrorizado e dizer: “Vós não tendes culpa! Eu, porém, me revoltei contra meu senhor e o matei. Mas quem é que matou todos estes?” (10.9.)

Depois disso, Jeú foi para Samaria. A caminho, encontrou 42 príncipes judaítas que aparentemente ainda não haviam ficado sabendo nada de preciso sobre o que acontecera em Israel. Sem mais nada, eles foram mortos e atirados numa cisterna. O motivo desse assassinato em massa é tão obscuro quanto o motivo do assassinato precedente do rei Acazias de Judá. Além disso, os antecedentes são obscuros: os fatos não podem ter ocorrido de modo tão

para o autor de 2 Rs 9-10. — Quanto ao material das cartas, cf. de modo geral D. PARDEE, *Handbook of Ancient Hebrew Letters; a Study Edition*, 1982 (Society of Biblical Literature: Sources for Biblical Study, 15).

81 O texto massorético diz: “as cabeças dos homens dos filhos de vosso senhor” (*rashe 'anshe b'ne donekem*). Isto não faz muito sentido. O termo *'anshe*, “homens”, falta em alguns manuscritos hebraicos e não tem equivalente na recensão luciana da LXX, na Peshitta e na Vulgata. Deve tratar-se de um acréscimo interpretativo que torna a questão inequívoca demais cedo e colide com “os filhos de vosso senhor”, que se segue (ou será que se deve ler, com poucos manuscritos hebraicos, *bet*, “casa”, em vez de *b'ne*, “filhos”?).

82 Cf. J. R. BARTLETT, *The Use of the Word rosh as a Title in the Old Testament*, VT, 19:1-10, 1969.

simples como são contados. Mais adiante no caminho, Jeú teve um segundo encontro: deparou com Jonadabe, filho de Recabe, o chefe da seita dos recabitas, adeptos fanáticos de Javé, e o fez subir em seu carro. Os recabitas levavam uma existência singular e especial em Israel: embora vivessem na terra cultivada, tinham costumes nomádicos e se abstinham, com rigor, dos hábitos vinculados à agricultura⁸³. Jonadabe era um expoente de círculos extremamente fiéis a Javé, comparável aos profetas Elias e Eliseu nas intenções, embora provavelmente não no que diz respeito aos meios. Confraternizando com esse homem, Jeú identificou sua política com os objetivos daqueles grupos que, em Israel, defendiam a exigência de exclusividade de Javé. Com isso, a revolta sangrenta foi mais uma vez fundamentada e legitimada em termos religiosos aos olhos do próprio Jeú, de uma parte de seus contemporâneos e do historiógrafo.

Chegando a Samaria, Jeú exterminou o que ainda houvesse restado da família onrida. Então organizou uma grande festa com sacrifícios para o Baal samaritano e convidou a comunidade cültica cananéia da cidade e do campo para participar. Ele alegou querer cultivar o culto de Baal ainda mais intensivamente do que o haviam feito os onridas. Neste ponto, o autor estilizou de novo fortemente. Em todo caso, o mero fato tinha de parecer como um raio de esperança para os aflitos samaritanos; pois parecia que Jeú queria iniciar a sucessão dos onridas em Samaria bem ao estilo dos mesmos, fazendo-se consagrar rei da cidade por Baal, assim como havia sido consagrado rei de Israel por Javé. Mas obviamente tudo não passava de engano — e isto os convidados deveriam ter percebido o mais tardar quando receberam vestes festivas especiais da rouparia, tendo de entregar as armas junto com seus próprios pertences. Mas talvez isso fosse praxe em festas com sacrifícios; caso contrário, Jeú dificilmente teria tido êxito e teria despertado a desconfiança dos convidados.

Desse modo, os acontecimentos se encaminharam para seu fim. Jeú, oficiando como sacerdote, mal havia preparado o holocausto para Baal, quando, a um sinal seu, mercenários invadiram o local e abateram tudo o que estava vivo, causando um terrível banho de sangue. Eles profanaram o templo de Baal e atiraram os corpos dos abatidos até dentro do Santo dos Santos. O edifício foi demolido, os objetos de culto quebrados e queimados; e, como se isso ainda não fosse suficiente, Jeú mandou cavar fossas de latrina no terreno santo. Com isso, Jeú havia tomado da cidade de Samaria tudo o que até então

83 Cf. Jr 35. Quanto ao problema dos recabitas: S. ABRAMSKY, *The House of Rechab, Eretz-Israel*, 8:255-264, 1967; F. S. FRICK, *The Rechabites Reconsidered*, JBL, 90:279-287, 1971; W. McKANE, *Jeremiah and the Rechabites*, ZAW, 100, Suppl.:106-123, 1988.

constituíra sua vida própria: a dignidade sacra e grande parte dos habitantes cananeus ou cananeizados⁸⁴. Ele substituiu a política interna dualista dos onridas por uma nova ordem unitária e, por meio da violência, pôs fim à crise cananéia no Estado e na religião⁸⁵.

A revolta de Jeú, o banho de sangue que ele causou, o abalo da estrutura do Estado daí decorrente: tudo isso levou o Reino do Norte à beira do abismo. O Israel da dinastia de Jeú foi um Israel sem forças, ameaçado, oprimido⁸⁶. O próprio Jeú, sobre o qual no mais pouco sabemos (2 Rs 10.32-36), ao que parece não teve condições de continuar a política externa dos onridas. As relações amistosas com as cidades costeiras fenícias provavelmente terminaram, e com toda a certeza acabou a relação fraterna com Judá, que agora se soltou do reboque do Reino do Norte. Jeú não participou de empreendimentos antiassírios — ao contrário do que fizera Acabe⁸⁷. Ele também não se deixou envolver nos constantes conflitos dos assírios com os arameus de Damasco, mas apressou-se a adotar uma política amistosa para com Assur. Quando de uma campanha de Salmaneser III na Síria, no ano de 841, ele pagou tributo ao grande rei⁸⁸. No chamado obelisco negro de Salmaneser⁸⁹, podemos vê-lo prostrado diante do grande senhor, tendo atrás de si os serviçais com as

84 Deve-se contar com a possibilidade de que o autor da obra historiográfica tenha simplificado os eventos exageradamente. Dificilmente Jeú conseguiu eliminar de um só golpe toda a adoração a Baal em Samaria e talvez até fora dela; cf. também a nota, ainda que breve e enigmática, de 2 Rs 13.6.

85 Cf. de modo geral J. M. MILLER, *The Fall of the House of Ahab*, VT, 17:337-342, 1967, e, quanto à avaliação religiosa, H. DONNER, *Herrscher gestalten in Israel*, *Verständliche Wissenschaft*, 103:69-71, 1970.

86 Cf. J. B. KNOTT, *The Jehu Dynasty; an Assessment Based upon Ancient Near Eastern Literature and Archaeology*, 1971 (Diss. phil. Emory University).

87 Veja supra, pp. 303s.

88 Uma concepção diferente acerca dos motivos políticos da transição da dinastia dos onridas para a dos ninsidas é esposada por M. C. ASTOUR, 841 B.C.: *The First Assyrian Invasion of Israel*, JAOS, 91:383-389, 1971, e por G. W. AHLSTRÖM, *The Battle at Ramoth-Gilead in 841 B.C.*, BEATAI, 13:157-166, 1988: o que ocasionou a mudança não foram razões de política interna, e sim de política externa. As usurpações ocorridas em Damasco e em Israel foram obra de partidos pró-assírios nas cortes e nos exércitos, que, por iniciativa própria ou então sob a influência direta de Salmaneser III, procuraram pôr fim à política antiassíria da antiga e ainda existente coalizão de Cárcar. Os dois autores mencionados se diferenciam consideravelmente na reconstrução dos detalhes mas sem dúvida ambos apresentaram “especulações historicamente controladas” (v. vol. 1, pp. 134-136) que merecem consideração. Nem todos os argumentos contrários podem ser expostos aqui. J. A. OGGIN, *Einführung in die Geschichte Israels und Judas*, 1991, p. 147, sustentou, contra Astour, que, segundo as inscrições de Salmaneser, não se pode falar da existência de uma política pró-assíria de Hazael a qual se poderia esperar, nem em 841 nem nos anos subseqüentes. Ahlström, por sua vez, tem consideráveis dificuldades para explicar suficientemente a exposição bíblica discrepante, não só com vistas à motivação político-religiosa da revolta de Jeú, mas também em relação às operações bélicas de Jorão com os arameus, que, afinal, são mencionadas em dois contextos literários diferentes (anais: 2 Rs 8.28, obra historiográfica: 9.14). Acrescenta-se a isso o fato de que a suposta simultaneidade da campanha assíria contra Arã-Damasco em 841 a.C. com a guerra de Jorão de Israel contra os arameus, que de fato se oporia contra a confiabilidade histórica das informações bíblicas, de modo algum é imperiosa.

89 Gravuras: ANEP, 2. ed., 351-355.

dádavas, e por cima, em escrita cuneiforme, os dizeres: *‘Ja-ú-a mar ‘Hu-um-ri-i* — “Jeú, filho de Onri”⁹⁰. Ao que parece, os assírios nem tomaram conhecimento ou não consideraram importante a mudança no trono ocorrida em Israel. Eles chamavam Jeú de “filho de Onri”, como se nada houvesse acontecido. Simplesmente manteve-se a designação sob a qual um rei israelita tinha entrado pela primeira vez no horizonte de Assur. Nisso se percebe que peso o Reino do Norte tinha aos olhos do grande rei assírio e de seus conselheiros políticos.

A desistência de atividade política externa por parte de Jeú fez com que, nos tempos subseqüentes, Israel se tornasse presa fácil do Estado dos arameus de Damasco. Pouco antes da revolta de Jeú, provavelmente em 842 a.C., um homem chamado Hazael ascendeu ao trono em Damasco, também ele um usurpador (2 Rs 8.7-15)⁹¹. A tradição conta que ele teria sido designado rei pelo profeta Eliseu: um rei dos arameus por um profeta de Javé! Também a tradição de Elias revela que Jeú e Hazael podiam ser vistos em conjunto (1 Rs 19.15-17). No início, entretanto, Jeú teve paz por alguns anos, pois as forças de Hazael estavam ocupadas com a luta contra Salmaneser. De 841 a 837, os assírios apossaram Damasco, mas não a conseguiram conquistar e tiveram de dar-se por satisfeitos com o saque e a devastação das cercanias (do oásis *el-Ghuta*).

Depois de 837, Salmaneser III não apareceu mais na Síria, e agora Hazael tinha as mãos livres para consolidar e ampliar o poder de seu Estado arameu e também para voltar-se imediatamente contra Israel. As conseqüências desse acossamento por parte dos arameus foram catastróficas para Israel. Israel não tinha nada digno de menção para contrapor aos arameus, e, além disso, a luta parece ter sido travada com particular crueldade. Por muito tempo Hazael ainda permaneceu na consciência de Israel como um inimigo especialmente perigoso e temido (2 Rs 8.11s.). Naturalmente o ataque arameu se dirigiu primeiro contra a Transjordânia. Neste, o Reino do Norte perdeu quase todo o seu território transjordânico: segundo 2 Rs 10.32s., exageradamente, até Aroer (*Hirbet ‘Ara‘ir*) junto ao Arnom, que certamente era moabita. Em breve, porém, Hazael também apareceu na Cisjordânia. Aqui cabe um registro dos anais dos reis judaítas ou de uma crônica do templo (2 Rs 12.18s.), segundo o qual o arameu — talvez como aliado dos filisteus, que estavam novamente

90 P. K. McCARTER, “Yaw, Son of ‘Omri”: a Philological Note on Israelite Chronology, BASOR, 216:5-7, 1974, interpreta o nome como referente a Jorão e não a Jeú; cf. também E. R. THIELE, BASOR, 222:19-23, 1976. Contra isso, porém, M. WEIPERT, *Jau(a) mar Humri* — Joram oder Jehu von Israel?, VT, 28:113-118, 1978. Cf. também B. HALPERN, *Yaua, Son of Omri, Yet Again*, BASOR, 265:81-85, 1987.

91 Cf. ainda a inscrição sobre uma estátua de basalto de Salmaneser III de Assur em KAH I,30,25-27 = E. MICHEL, WdO, 1:57-63, 1947; AOT, 2. ed., 344; ANET, 3. ed., 280; TUAT I,4, 365.

se agitando — conquistou a cidade de Gate⁹². O Reino do Norte estava tão fraco que a passagem do inimigo não pôde ser impedida. Em geral, as perdas humanas e materiais de Israel devem ter sido consideráveis. 2 Rs 13.7 relata que, sob o filho de Jeú, Jeoacaz (814-802?), restariam ainda do exército israelita apenas 10 mil homens da infantaria, 50 cavaleiros e 10 carros de guerra. Entretanto, a sorte da guerra às vezes também se voltava em favor de Israel. 2 Rs 13.4s., 23-25 relata êxitos dos reis Jeoacaz e Joás (802-787) contra os arameus, talvez condicionados também por uma mudança no trono de Damasco⁹³.

As guerras contra os arameus da 2ª metade do séc. 9 e do 1º terço do séc. 8 a.C. permaneceram por longo tempo na memória dos pós-tumos. Ainda em meados do séc. 8, o profeta Amós, em seu grande poema contra as nações, censura a crueldade com que os arameus devastaram a Transjordânia (Am 1.3-5). Aparentemente, os êxitos dos arameus também animaram e mobilizaram outros velhos adversários: os filisteus (Am 1.6-8), os amonitas (Am 1.13-15)⁹⁴ e os moabitas (2 Rs 13.20). Ainda depois de Amós — mais ou menos em 730 — o profeta Isaías diz, no contexto de uma retrospectiva histórica sobre os castigos infligidos por Javé a Israel: “Então Javé fez com que seus adversários se tornassem grandes, e seus inimigos ele instigou: os arameus do oriente e os filisteus do ocidente, estes comeram de boca cheia!” (Is 9.10s.)

Sob o governo de Jeroboão II (787-747), o último rei da dinastia dos ninsidas digno de menção, Israel experimentou novamente um período de florescimento⁹⁵. Pressuposto para isso foi a lenta diminuição do poder do Estado arameu de Damasco, desencadeada e promovida pela revitalizada política de expansão dos assírios. Na virada do séc. 9 para o séc 8 a.C., Adadnari III marchou nada menos do que quatro vezes sobre o oeste (805, 804, 802, 796)⁹⁶. Numa dessas campanhas, provavelmente na do ano de 796, ele sitiou Damasco e obrigou o rei dos arameus à sujeição e ao pagamento de tributos. Várias inscrições relatam a esse respeito; e uma delas — achada em *Tell er-Rimah*, no Iraque, em 1967 — contém a mais antiga abonação assíria de “Samaria” e do nome do rei Joás. Aí se diz que Adadnari teria recebido

92 Veja supra, p. 296.

93 Será que cabe nesse contexto a nota de 1 Rs 20.34, situada no período de Acabe, segundo a qual Samaria e Damasco celebraram uma espécie de tratado comercial?

94 Uma posição crítica é assumida por U. HÜBNER, *Die Ammoniter*, 1992, pp. 297-301, que, com razão, chama a atenção para o fato de que nenhuma das estrofes do poema contra as nações de Am 1.3-2.5 — quer sejam “autênticas”, quer não — pode ser datada com segurança.

95 Cf. M. HARAN, *The Rise and Decline of the Empire of Jeroboam ben Joash*, VT, 17:266-297, 1967; E. LIPINSKI, *Jéroboam II et la Syrie*, in: *Storia e tradizioni di Israele*; coletânea em homenagem a A. Soggin, 1991, pp. 171-176.

96 Cf. M. WEIPPERT, *Die Feldzüge Adadnararis III. nach Syrien; Voraussetzungen, Verlauf, Folgen*, ZDPV, 108:42-67, especialmente 49-53, 1992.

tributos de numerosos dinastas vassallos, entre eles (linha 8) *ma-da-tu sha IJa-'a-su* KURSa-me-ri-na-a-a: “o tributo de Joás de Samaria”⁹⁷. Esse acontecimento, passageiro como todos os empreendimentos assírios daquele tempo, dificilmente terá encerrado de repente a guerra israelita-araméia. De qualquer modo, porém, a partir de agora os arameus tinham de contar novamente com a Assíria, e não eram mais tão móveis como antes em termos políticos e militares. A pressão assíria crescia constantemente, de modo que Jeroboão II conseguiu não apenas lograr êxitos militares momentâneos; parece, antes, ter conseguido restabelecer a integridade territorial do Reino do Norte. 2 Rs 14.25 informa: “Restabeleceu ele o território de Israel, desde *Lébo-Hamat* até o mar da estepe, segundo a palavra de Javé, Deus de Israel, a qual falara por intermédio de seu servo Jonas, filho de Amitai, o profeta, o qual era de Gate-Hefer.” Lamentavelmente este registro não é de todo claro no que diz respeito à topografia. Pensa-se provavelmente nos pontos fronteiriços setentrional e meridional que Jeroboão II reconquistou. O “mar da estepe” (*yam ha'araba*) é o Mar Morto, caracterizado mais de perto pela palavra *'araba*, que aqui não se refere à depressão ao sul do Mar Morto, mas ao Vale meridional do Jordão, na região de Jericó⁹⁸. Isso, contudo, não é uma região da Transjordânia no sentido restrito. Por outro lado, nem sequer é certo se no caso de *Lébo-Hamat* se trata do nome de uma localidade ou da designação de uma região.

Presentemente, em regra, se supõe tratar-se do nome de uma localidade: em egípcio *R'b'w* (= *L-b-w*), em assírio *URULab'u* ou *URULa-ba-'a-u*⁹⁹ = em árabe *Lebwe* na *Biqa'* Setentrional, entre o Líbano e o Antilíbano¹⁰⁰. O paralelismo com o “mar da estepe”, entretanto, depõe, antes, em favor de uma designação de região. Mas qual é a região que entraria em cogitação? Vindo da Transjordânia Setentrional¹⁰¹, não se chega a Hamate (*Hama*), no Médio Orontes, mas sim a Damasco; também a região de Dã (*Tell el-Qadhi*)¹⁰² está localizada longe demais no sul. Portanto, será que se tem em mente a saída setentrional da *Biqa'*? Isso indicaria uma enorme expansão da área de

97 Publicação: S. PAGE, *A Stela of Adadnirari III and Nergal-eres from Tell al Rimah, Iraq*, 30:139-153, 1968, tabuinhas XXXIX-XLI. Bibliografia: H. DONNER, *Adadnirari III. und die Vassallen des Westens*, in: *Archäologie und Altes Testament*; coletânea em homenagem a K. Galling, 1970, pp. 49-59; A. MALAMAT, *On the Akkadian Transcription of the Name of King Joash*, BASOR, 204:37-39, 1971; A. R. MILLARD, *Adad-Nirari III, Aram and Arpad*, PEQ, 105:161-164, 1973; A. R. MILLARD & H. TADMOR, *Adad-Nirari III in Syria; Another Stela Fragment and the Dates of His Campaigns*, Iraq, 35:57-64, 1973; H. TADMOR, *The Historical Inscriptions of Adad-Nirari III*, Iraq, 35:141-150, 1973; M. ELAT, *The Campaigns of Shalmaneser III against Aram and Israel*, IEJ, 25:25-35, 1975.

98 Cf. Dt 4.49; Js 3.16; 5.10; 2 Rs 25.5; Am 6.14.

99 Tiglat-Pileser III, *Kleine Inschrift II,50* e *Inschrift ND 2437*.

100 O material e alertas quanto a interpretações equivocadas encontram-se em O. EISSFELDT, *Der Zugang nach Hamath*, in: ID., *Kleine Schriften*, 1971, vol. 5, pp. 205-211. Cf. ainda M. WEIPPERT (nota 94), p. 59, nota 100.

101 Assim M. NOTH, *Geschichte*, p. 228.

102 Assim R. NORTH, *Phoenicia-Canaan Frontier Lébo' of Hama*, MUSJ, 46:5:71-103, 1970.

domínio israelita para o norte, o que é difícil de imaginar historicamente e corresponde, antes, ao ideal do império davídico (Nm 13.21; 34.8; 1 Rs 8.65)¹⁰³.

Em todo caso, algum território deve ter sido conquistado na Transjordânia: segundo Am 6.13, os israelitas se vangloriavam de ter reconquistado Lo-Debar¹⁰⁴ e Carnaim (*Tell 'Ashtara* junto a *Sheh Sa'd*)¹⁰⁵; esta última localidade se situava ao norte do Rio Jarmuque, já em solo da Síria Central.

Jeroboão II era rei de um Estado em paz com as outras nações; interiormente reinavam bem-estar e um grau considerável de prosperidade econômica (2 Rs 14.23-29). Talvez se pudessem saber pormenores a esse respeito a partir do *corpus* de óstracos de Samaria¹⁰⁶, se compreendêssemos esses textos melhor e pudéssemos datá-los com mais precisão. Trata-se de comprovantes de recebimento de diversas quantidades de vinho e óleo provenientes de regiões não muito distantes de Samaria: ou fornecimentos de bens provenientes das propriedades régias à corte em Samaria (Martin Noth), ou de contribuições para pagamento do tributo ao grande rei assírio (Yigael Yadin). A datação oscila entre as duas últimas décadas do séc. 9, a 1ª metade do séc. 8 (Johannes Renz) e o reinado dos reis Menaém (747-738) e Pecaías (primavera de 737-736), de Israel. É digno de nota que nos textos apareçam nomes de clãs manassitas que são conhecidos a partir de Js 17.2 (Abiezer, Heleque, Semida): um sinal da solidez e durabilidade da estrutura dos clãs. Todavia, a riqueza e fama no Estado não cresciam, agora, de modo uniforme, mas se concentravam nas cidades, sobretudo em Samaria¹⁰⁷. O desenvolvimento promoveu o processo de desigualdade social do povo, já em curso há mais tempo, dividindo-o em ricos e pobres, senhores e escravos, latifundiários e agricultores com pouca terra ou sem nenhuma terra¹⁰⁸. O brilho do reinado de Jeroboão II encobriu só imperfeitamente os males sociais, a corrupção na administração e no exercício da justiça. Estes eram evidentes, sobretudo para Javé, e tornaram-se tema de todo um âmbito de pregação na atividade profética de Amós de Tecoá — aquele Amós que enxergou o perigo assírio se aproximando ameaçadoramente no horizonte político de seus dias, sem o mencionar pelo nome: “Pois eis que levantarei sobre vós, casa de Israel, uma nação, diz Javé, o Senhor dos Exércitos, a qual vos oprimirá desde *L^obo-Hamat* até o Vale da *'Araba!*” (Am 6.14.)

103 Em 2 Rs 14.28 as palavras “e que ele recuperou Damasco e Hamate para Israel (leia-se *Fyisra'el* em vez de *lhuda b'yisra'el*)” são sem dúvida um acréscimo posterior e exagerado.

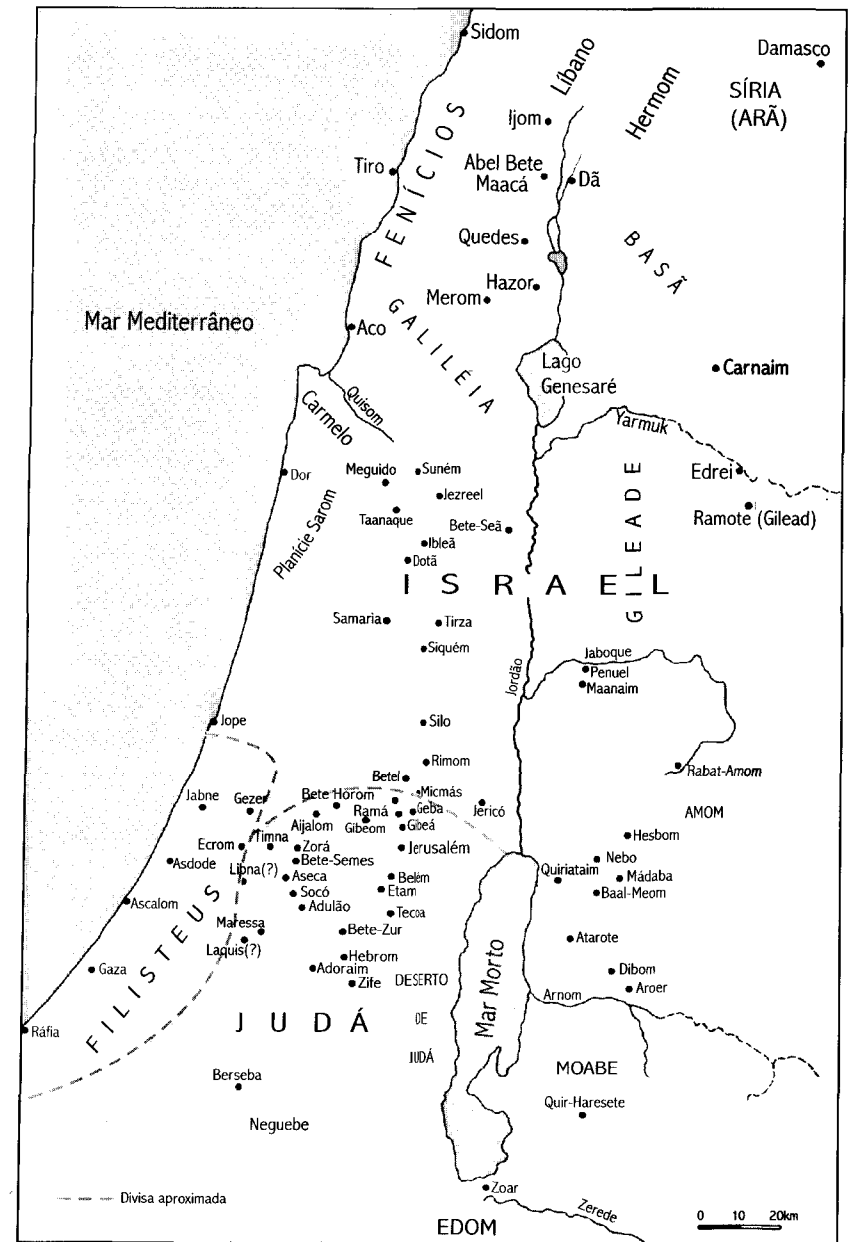
104 Cf. 2 Sm 9.4s.; 17.27; Js 13.26 (Lidbir). O lugar não está identificado. Um panorama da discussão e uma nova proposta (*Hirbet Hamid*, no curso superior do *Wadi Kufirini*) encontram-se em S. MITTMANN, *Beiträge zur Siedlungs- und Territorialgeschichte des nördlichen Ojordanlandes*, ADPV, 1970, 242-246.

105 Cf. D. KELLERMANN, ZDPV, 97:45-61, 1981.

106 Apresentação e interpretação detalhada do material em J. RENZ, *Die althebräischen Inschriften; Teil 1: Text und Kommentar*, in: *Handbuch der althebräischen Epigraphik*, 1955, vol. 1, pp. 79-110; nesta publicação também se encontram referências bibliográficas completas para uma investigação paleográfica acurada.

107 Cf. Am 3.9-15; 4.1-3; 6.1-7.

108 Cf. Am 2.6-8; 5.7,10-12; 6.12; 8.4-7.



Mapa 4: Judá e Israel na época da monarquia

Parte 5

O período assírio

Capítulo 1

Povos e estados do Oriente Antigo na 1ª metade do 1º milênio a.C. até o fim do império neo-assírio

Exposições abrangentes ou parciais: v. vol. 1, pp. 32s. E. Cassin; J. Bottéro; J. Vercoutter, eds., *Die altorientalischen Reiche*, 1967, vol. III (Fischer Weltgeschichte, 4); *The Cambridge Ancient History* [= CAH], vol. II,2, cap. XXXV. III, caps. I-VIII, XII-XV.

Egito: E. Meyer, *Gottesstaat, Militärherrschaft und Ständewesen*, 1928 (Sitzungsberichte der preussischen Akademie der Wissenschaften, philosophisch-historische Klasse); H. von Zeissl, *Äthiopien und Assyrer in Ägypten*, 1944, 2. ed. 1955 (ÄF, 14); J. von Beckerath, *Tanis und Theben*, 1951; P. G. Elgood, *Later Dynasties of Egypt*, 1951; K. A. Kitchen, *The Third Intermediate Period in Egypt (1100-650 B.C.)*, 1973.

Mesopotâmia: A. T. E. Olmstead, *History of Assyria*, 1923, 3. ed. 1968; S. Smith, *Early History of Assyria*, 1928; W. von Soden, *Der Aufstieg des Assyrischen Reiches als geschichtliches Problem*, 1937 (AO, 37); id., *Herrscher im Alten Orient*, 1954 (Verständliche Wissenschaft, 54); J. A. Brinkman, *A Political History of Post-Kassite Babylonia (1158-722 B.C.)*, 1968 (AnOr, 43); A. L. Oppenheim, *Ancient Mesopotamia*, 3. ed., 1968; M. Cogan, *Imperialism and Religion; Assyria, Judah and Israel in the 8th and 7th Centuries B.C.*, 1974 (SBL Monograph Series, 19).

Regiões periféricas: W. Hinz, *Das Reich Elam*, 1964 (Urban Taschenbücher, 82); M. Riemschneider, *Das Reich am Ararat*, 1966; B. B. Piotrovskij, *Il regno di Van-Urartu*, 1966; D. Frankel, *The Ancient Kingdom of Urartu*, 1979.

Fontes: J. H. Breasted, *Ancient Records of Egypt*, 5 vols., 1906/07, reimpressão 1962; D. D. Luckenbill, *Ancient Records of Assyria and Babylonia*, 2 vols., 1926/7; R. Borger, *Einleitung in die assyrischen Königsinschriften*; 1. Teil, 1961 (HdO I,

Ergänzungsband 5); W. Schramm, *Einleitung in die assyrischen Königsinschriften*; 2. Teil: 934-722 v.Chr., 1973 (HdO I, Ergänzungsband 5); R. Borger, *Handbuch der Keilschriftliteratur*, 3 vols., 1967-1975; A. K. Grayson & H. Goedicke, *Assyrian Royal Inscriptions 2*; from Tiglath-Pileser I to Ashurnasir-apli II, 1976 (Records of the Ancient Near East, 2); F. M. Fales, ed., *Assyrian Royal Inscriptions; New Horizons in Literary, Ideological, and Historical Analysis*, 1981 (Oriens Antiquus Collectio, 17).

— A mais nova tradução dos textos históricos da Babilônia e Assíria para o alemão se encontra em: TUAT I-III.

A periodização do tempo em séculos e milênios é de uma artificialidade magnífica e obstinada. Ela não periodiza também simultaneamente a história. Do ponto de vista histórico, o 2º milênio a.C. já chegou ao fim mais ou menos em 1200 a.C., e as novas forças que iriam determinar a história do Oriente Antigo na 1ª metade do 1º milênio já começaram a se fazer sentir mais ou menos em 1100 a.C. O ano de 1000, em cuja proximidade se deu a formação dos dois reinos israelitas em solo palestinese, é um ano morto dentro da história geral do Oriente Antigo, pelo menos na medida em que se refere às civilizações e potências junto ao Nilo e na Mesopotâmia, nas quais o historiador sempre tem de pensar por primeiro. Aqui residem as razões pelas quais faz tanto tempo que nesta exposição não aparece mais um capítulo sobre “Povos e estados do Oriente Antigo”¹. Em vista da complicação histórica, não era recomendável dividir os assuntos e inseri-los na descrição do período de formação do Estado e da época inicial e média da monarquia de Israel e de Judá. A tal fragmentação, que acarreta um quadro confuso do curso dos acontecimentos, deve-se preferir a tentativa de um quadro panorâmico.

Aproximadamente em 1200 a.C., o movimento dos povos marítimos havia destruído o engenhoso sistema de equilíbrio de forças entre as grandes potências, construído durante a 2ª metade do 2º milênio a.C., ou eliminando completamente as próprias grandes potências, como os hititas da Ásia Menor, ou fazendo-as retroceder para seus territórios originais, como o Egito e os estados mesopotâmicos. Justamente por isso a história de Israel, mas também a história dos estados transjordanianos marginais e dos estados arameus da Síria, puderam se desenvolver e desdobrar da forma até agora descrita em seus traços fundamentais. Entretanto, as potências situadas junto aos rios não permaneceram por toda a eternidade em situação de isolamento e fraqueza. Elas se recuperaram: de maneira irregular, com oscilações e reverses, ao longo de períodos mais breves ou mais longos — contudo, de tal modo que, mais dia,

menos dia, transpuseram novamente suas divisas, estabeleceram relações amistosas ou hostis entre si e começaram a participar novamente da configuração do destino do corredor siro-palestinese.

Desta vez, entretanto, não foi o Egito que deu o primeiro passo — como na metade do 2º milênio a.C.²; pois o país do Nilo havia se esgotado em grau particularmente elevado, mergulhando numa situação de exaustão, dissolução e destruição da qual só se recuperou muito devagar, de maneira quase imperceptível nos primeiros séculos. Isso de modo algum havia sido consequência do ataque dos povos marítimos; antes, estes apenas haviam reforçado internamente e tornado visível para fora a tendência ao declínio que já vinha de longa data. Depois da morte de Ramsés III, o último soberano importante da 20ª dinastia, o Império Novo definiu-se irresistivelmente. Em rápida seqüência se sucederam nada menos do que oito reis, todos eles com o nome de Ramsés: Ramsés IV-XI (1153-1070). Sob seu governo a situação se encaminhou para uma catástrofe. O enfraquecimento do poder central, a ampla independência do Alto Egito e do Baixo Egito, a rivalidade dos templos — que haviam ascendido a uma condição de extraordinário poderio econômico — entre si e contra a monarquia, a crescente depauperação do proletariado urbano dos pequenos artesãos e trabalhadores de necrópoles, ainda reforçada por catástrofes naturais: tudo isso e muito mais fez com que se aproximasse cada vez mais a ruína do domínio ramessida. Sob Ramsés XI estouraram levantes de trabalhadores e de mercenários em Tebas, em Tebaida e no Médio Egito; eles se estenderam por mais ou menos seis meses. As camadas populacionais socialmente dependentes tentaram tomar seu destino em suas próprias mãos, apoiadas por mercenários líbios, contra a coroa e mais ainda contra o representante do mais forte poder econômico do país, o “Primeiro Profeta de Amom, Rei dos Deuses”, i. é, o sumo sacerdote tebano Amenófis.

Ramsés não estava em condições de controlar os distúrbios. Temporariamente a ordem foi restabelecida pela intervenção militar do vice-rei de Cuxe, Panehesi. Todavia, um novo homem, de origem não-régia e, em geral, obscura, já havia conseguido ascender devagar e com determinação: Herihor; conforme sua titulação, provavelmente era proveniente do estamento dos oficiais e “porta-abanadores à direita do rei”. Ainda em vida de Ramsés XI, ele acumulou sucessivamente os mais altos cargos do Estado: vice-rei de Cuxe — o que lhe conferiu considerável poder militar; vizir do Alto Egito, o segundo cargo civil mais alto depois do faraó; sumo sacerdote de Amom-Re de Tebas. Em sua pessoa se uniam os poderes secular e espiritual. É controvertido se Herihor o conseguiu ainda antes da morte de Ramsés XI ou só depois dela:

1 O primeiro e até agora único capítulo está no vol. 1, pp. 33-49.

2 Veja vol. 1, p. 35.

em todo caso, ele finalmente assumiu a plena titulação de rei. A formulação é característica: “Hórus: touro forte, filho de Amom; rei do Alto e do Baixo Egito, senhor dos dois países: primeiro profeta de Amom; filho biológico de Re: filho de Amom Herihor”. Aqui se juntam elementos da antiga titulação régia faraônica, de modo pouco claro e não muito congruente com a realidade, com as particularidades da carreira de Herihor; pois este de modo algum era “senhor dos dois países”; não era portador da dupla coroa. Antes, estabeleceu-se ao mesmo tempo no Baixo Egito uma dinastia autônoma com sede em Tanis (*Çan el-Hagar*): Smendes (em egípcio: *Nesibanebdyed*), que talvez tivesse sido vizir do Baixo Egito e possivelmente haja ascendido ao trono por intermédio de sua mulher Tentamum, uma princesa ramessida (?). O conjunto do reino, portanto, estava praticamente dividido, e o clássico dualismo egípcio havia adquirido forma política. De agora em diante o tema histórico se chama “Tanis e Tebas”, sendo que se deve observar que, estranhamente, os sumos sacerdotes tebanos sempre concederam uma espécie de realeza superior à dinastia tanítica.

Com Herihor e Smendes, na teoria a rigor apenas com Smendes, começa a 21ª dinastia (cerca de 1069-945)³. Nessa época — deve-se considerar que esta é a época da formação dos reinos israelitas! — concretizou-se no Egito um ideal de Estado extremamente singular: a idéia do Estado divino de Amom-Re, especialmente em Tebas, mas também em Tanis⁴. Amom-Re, que desde a 18ª dinastia há muito já estivera a caminho da teocracia, era tido agora, em sentido rigorosamente teocrático, como rei do Egito, e os soberanos terrenos encaravam-se como seus funcionários executivos, i. é, como representantes de partes da abrangente soberania que residia no próprio Amom. Por causa dessa teoria, os faraós taníticos também se designavam como “sumos sacerdotes de Amom-Re de Tanis”, embora o deus doméstico de sua dinastia fosse Sete, do Baixo Egito. Na prática, Amom reinava principalmente por intermédio do oráculo. É provável que a idéia de Estado divino só tenha sido plenamente concretizada em Tebas; no que diz respeito a Tanis, porém, as fontes são muito mais escassas. Em todo caso, sob a cobertura dessa construção teológico-política prosseguiu a desagregação interna, ao mesmo tempo em que florescia a teologia de Amom — uma situação que existira de maneira análoga e semelhante na época de Amarna⁵. De política externa não se podia nem falar: a reputação do Egito no exterior caiu a abaixo de zero. Nada atesta mais inequivocamente a discrepância entre a elevada idéia de Estado divino e

a lamentável realidade do que o relato de viagem de Wen-Amom, originário desta época, o qual viajou para Biblos, no 5º ano da monarquia dupla de Herihor/Smendes, a fim de comprar madeira, onde não foi tratado como representante de uma grande potência, mas como um pedinte importuno⁶. Entre Tanis e Tebas havia, de resto, uma relação preponderantemente amistosa. Não houve conflitos para cuja resolução os efêmeros e epigonais sucessores de Herihor e de Smendes não estivessem dispostos ou tivessem condições.

Com o passar do tempo, líderes de mercenários líbios ganharam o poder de fato no Médio e no Baixo Egito. Os líbios, perigosos adversários do Egito sob Merenptah e Ramsés III⁷, haviam sido assentados como colonos militares egípcios sob os ramessidas posteriores, e seus líderes, que se denominavam “chefes superiores de Meshwesh”, conseguiram, mediante a formação de um poder doméstico local, uma influência cada vez maior. Assim pôde acontecer que, pela primeira vez desde o tempo dos hicsos, estrangeiros ascenderam de novo ao trono dos faraós⁸, sem serem considerados como soberanos estrangeiros, pois há muito estavam plenamente egipcizados. A partir de Bubástis (*Tell Basta* junto a *Zaqazik*), o general líbio Shoshenk I fundou sua monarquia inicialmente no Baixo Egito; depois, sob seu próprio governo e sob o governo de seus primeiros sucessores, Osorcon I e Taquelotis I, ela se estendeu também ao Médio Egito e, em todo caso, não deixou de influenciar o Alto Egito. Shoshenk I (945-924)⁹ é o primeiro soberano da chamada época dos bubastidas, contados como 22ª e 23ª dinastia (945-730) de acordo com Maneton¹⁰.

Em princípio, a situação interna não mudou. Os bubastidas não fundaram um poder central unitário e inequívoco. Eles não tocaram na idéia de Estado divino, contudo dominaram, pelo menos temporariamente, Tebas e por conseguinte o Alto Egito por meio da secundogenitura, i. é, investiam príncipes da própria casa como sumos sacerdotes de Amom-Re de Tebas. Eles também eram aparentados e entrelaçados com outros centros de poder — p. ex., Heracleópolis, Mênfis —, de modo que se poderia dizer que, a rigor, o Egito estava estruturado de maneira federalista e o rei dos bubastidas era apenas *primus inter pares*¹¹. De fato, no entanto, os bubastidas detinham o controle

6 Tradução: A. ERMAN, *Die Literatur der Ägypter*, 1923, pp. 225-237; AOT, 2. ed., 71-77; ANET, 3. ed., 25-29; TGI, 3. ed., 41-48; E. BLUMENTHAL, *Altägyptische Reiseerzählungen*, 1982, pp. 27-40, 47-52 (Reclam, 928).

7 Veja vol. I, p. 46.

8 Cf. K. JANSEN-WINKELN, *Der Beginn der libyschen Herrschaft in Ägypten*, BN, 71:78-97, 1994.

9 Quanto à cronologia problemática, cf. K. A. KITCHEN, *Late Egyptian Chronology and the Hebrew Monarchy*, JNES, 5:225-233, 1973.

10 Cf. K. BAER, *The Libyan and Nubian Kings of Egypt; Notes on the Chronology of Dynasties XXII and XXIV*, JNES, 32:4-25, 1973.

11 Também uma classificação clara das dinastias não é possível: a 23ª dinastia de Petubastis corre, por mais ou menos cem anos, ao lado da 22ª.

3 A cronologia egípcia da época tardia é confusa, incerta e controversa. Todas as indicações de ano têm apenas valor aproximativo. Sigo a abordagem de W. HELCK, *Geschichte des alten Ägypten*, 1968 (HdO, I, 1, 3).

4 Cf. H. KEES, *Herihor und die Aufrichtung des thebanischen Gottesstaates*, *Nachrichten der Göttinger Gesellschaft der Wissenschaft, philosophisch-historische Klasse*, 1, 2, 1936; ID., *Die Hohenpriester des Amun von Kamak von Herihor bis zum Ende der Äthiopenzeit*, 1961 (Probleme der Ägyptologie, 4).

5 Veja vol. I, pp. 40-43.

na medida em que eram reis fortes. Quanto mais fracos eles eram, tanto mais incisivamente os pequenos dinastas locais — sobretudo no Delta do Nilo — podiam fazer suas exigências de independência e não raro também concretizá-las. É óbvio que, sob tais condições, uma política externa muito eficaz não era possível. De qualquer modo, os bubastidas tomaram a peito o cultivo das relações com os oásis ocidentais e sua colonização. Shoshenk I e Osorcon I renovaram as relações com Biblos¹². E a grande exceção na abstinência dos bubastidas em termos de política externa naturalmente é a já mencionada¹³ campanha — espetacular, mas a rigor sem maiores consequências — de Shoshenk I contra a Palestina no 5º ano de Roboão de Judá¹⁴.

No séc. 8 a.C., o domínio dos bubastidas chegou ao fim. Na Núbia formou-se um Estado forte, independente do Egito, com seu centro em Napata, junto a *Djebel Barkal*, perto da 4ª catarata do Nilo. Os soberanos nativos desse reino, fortemente egipcizados, em breve começaram a invadir o Egito. Com eles o Egito entrou no chamado período etíope: a 25ª dinastia (cerca de 751-664). Os reis têm nomes núbios, cuja expressão fonética não é muito segura e que, por isso, são reproduzidos de maneira diversa: Cashta ou Cushta, Pianki ou Pi, Shabaca, Shabaco ou Shebico (716-701), Shabatata ou Shebitco (701-690) e Taharca (690-554). Os etíopes eram adoradores piedosos do deus Amom-Re em forma de carneiro; em Napata eles copiaram, até certo ponto, o Estado divino tebano. Num momento não exatamente conhecido, o rei Cashta conseguiu sujeitar Tébaida aparentemente sem violência. Os últimos bubastidas não puderam oferecer nenhuma resistência a isso; também no Baixo Egito seu domínio só era ainda nominal. Cashta aparentou sua casa com a dos bubastidas e estabeleceu no Estado divino tebano a dinastia feminina das “esposas de Deus”, cujo cargo era passado adiante por meio de adoção.

Aproximadamente em 730, formou-se uma coalizão anti-etíope dos principados do Médio e Baixo Egito que, no mais, rivalizavam entre si; aparentemente eles reconheceram o perigo que os ameaçava da parte dos etíopes. Mas o empreendimento fracassou: o rei Pianki ou Pi, filho de Cashta, num contra-

ataque, conseguiu submeter temporariamente todas as regiões do território do Egito sob seu cetro. Ele relata a respeito disso em sua famosa estela de Napata, do 21º ano de seu governo, uma das mais belas e vívidas inscrições régias egípcias¹⁵. Quando havia retornado a Napata — os etíopes sempre conservavam um pé em sua pátria e aí também se faziam sepultar, junto a *Kurru* —, o Médio e o Baixo Egito desintegraram-se novamente em principados autônomos, entre eles a efêmera 24ª dinastia de Tefnakhte de Saís e de seu filho Bocoris. Esse estado de interinidade durou até mais ou menos 715 ou um pouco mais tarde. Shabaca, o irmão de Pianki, submeteu todo o Egito ao domínio etíope durante seu reinado e o de seu sucessor, Shabatata. Sob esses reis, e também ainda sob Taharca, a política externa ganhou novamente primazia¹⁶. Eles se mostraram interessados na situação reinante no corredor siro-palestinense, mas lá toparam com o império dos assírios em franca expansão, o qual pôs fim ao domínio etíope por volta de 664¹⁷. Os etíopes voltaram para casa, e a partir de então passaram a dirigir-se para o sul e fundaram a nova capital, Méroe, perto da foz do Atbara com o Nilo, que só foi conquistada e destruída em 350 d.C. por Ezana de Axum.

Portanto, o reordenamento da situação no Oriente Próximo não partiu do Egito. Partiu da Mesopotâmia, mas não da antiga civilização da Babilônia, mas sim dos assírios de ambos os lados do Alto Tigre. A ascensão do império neo-assírio à posição de potência dominante no Oriente Próximo de modo algum foi repentina, mas aconteceu passo a passo. O resultado foi um grande império de uma espécie totalmente nova: uma estrutura de poder sem igual, que determinou os destinos do Oriente Próximo durante séculos.

Uma primeira investida para a construção da grande potência assíria foi empreendida por Tiglate-Pileser I (1117-1077) ainda antes da virada do milênio¹⁸. Ele transpôs as fronteiras do território original da Assíria, no Alto Tigre, invadindo o sistema dos estados sucessores siro-hititas na Mesopotâmia Superior e no norte da Síria, e se preparou para tomar posse da herança do Novo Império hitita¹⁹. Suas campanhas o conduziram à região do ex-império de

12 Veja dois fragmentos de estátuas desses faraós com inscrições feridas achados em Biblos (KAI 5-6).

13 Veja supra, pp. 286s.

14 Aqui existe um problema cronológico ainda não resolvido até estemomento. Os anos fixados, com boas razões, pelos egiptólogos para Shoshenk I (945-924) não conferem com a cronologia de Roboão (926-910) calculada por J. Begrich e A. Jepsen. Segundo K. T. Andersen, Roboão governou de 932/1-916/15; segundo E. R. Thiele, de 931/30-913. O sincronismo judaíta-egípcio de 1 Rs 14.25, portanto, atrapalha o sistema cronológico de Begrich/Jepsen. Em algum lugar deve haver um erro. G. GARBINI, *Storia e ideologia nell'Israele antico*, 1986, pp. 28ss., supõe que ele se encontra nas informações bíblicas: na realidade a campanha teve lugar nos últimos anos de Salomão. — Quanto às questões objetivas, cf. também D. B. REDFORD, *Studies in Relations between Palestine and Egypt during the 1st Mill. B.C. II; the 22nd Dynasty*, JAOS, 93:3-17, 1973.

15 Cf. A. J. SPALINGER, *The Military Background of the Campaign of Piye (Piankhy)*, *Studien zur altägyptischen Kultur*, 7:273-301, 1979; N.-C. GRIMAL, *La stèle triomphale de Pi(ankhy) au Musée de Caire*; Je 48662 et 47086-47089, IFAO, *Mém.* 105, 1981; A. NICCACCIO, *Egitto e Bibbia sulla base della stele di Piankhi*, *Studium Biblicum Franciscanum*; *Liber Annuus*, 32:7-58, 1982; ID., *Su una nuova edizione della stele di Piankhi*, *ibid.*, 447-460.

16 Quanto às possibilidades militares limitadas, cf. A. J. SPALINGER, *Notes on the Military in Egypt during the XXVth Dynasty*, *Journal of the Society for the Study of Egyptian Antiquities*, 11:37-58, 1981.

17 Veja infra, pp. 345s.

18 Sigo a cronologia de E. CASSIN e R. LABAT em: *Fischer Weltgeschichte*, 3/4, 1966/7. Quanto às questões objetivas, cf. E. WEIDNER, *Die Feldzüge und Bauten Tiglatpilersers I*, *AFO*, 18:342ss., 1958.

19 Cf. J. D. HAWKINS, *Assyrians and Hittites*, *Iraq*, 36:67-83, 1974.

*Mitanni-Hanigalbat*²⁰, a *Kummuh*, às terras de Naíri até o Lago Van, e à Babilônia. Sobretudo, porém, ele foi o primeiro dos reis assírios a alcançar a costa do Mediterrâneo, recebendo tributos de Sidom, Biblos e Arvade²¹. Não havia dúvida: futuramente tinha de se contar com a Assíria; ela estava em vias de sair de seu isolamento e, pelo visto, aspirava desempenhar o papel de uma potência-líder.

No entanto, a política de Tiglate-Pileser I não foi coroada de êxitos duradouros. Não se chegou à constituição de formas sólidas de supremacia assíria nas regiões subjugadas; tributos²² e o seqüestro ocasional de dinastas como reféns de modo algum eram suficientes. Faltava ainda uma concepção político-militar clara, sem a qual um império não pode surgir, muito menos subsistir. Além disso, as forças de Tiglate-Pileser estavam ocupadas por infundáveis combates contra os arameus (*Aramu, Ahlamu*). As perdas humanas e materiais da Assíria devem ter sido enormes. Desse modo, a primeira tentativa ruiu. Os fracos sucessores de Tiglate-Pileser não tinham condições de continuar a política expansionista, e essa fraqueza favoreceu, o mais tardar desde Ashur-rabi II (1010-970), a estrutura de estados arameus autônomos na Mesopotâmia Superior e na Síria: *Bit-Adini* em ambos os lados da curva do Eufrates com a capital *Til Barsip (Tèll Ahmar)*, *Bit-Bahiani* junto ao Alto *Habur* com a capital *Guzana (Tèll Halaf)*, *Bit Agusi* ao redor de Alepo (*Halab*) e *Arpade (Tèll Refad)*, *Ja'udi-Sam'al (Zincirli)*²³, etc. Mesmo na Babilônia os arameus (caldeus) chegaram ao poder e à formação de principados, entre os sécs. 11 e 9. Uma fase passageira de política assíria ofensiva sob Ashur-dan II (935-912) não conseguiu alterar em nada essa situação.

O verdadeiro início do império neo-assírio localiza-se no período de governo de Adadnarari II (912-891)²⁴. A partir de então não interessava mais aos soberanos assírios apenas a conquista passageira de amplos territórios, mas em grau crescente também a incorporação definitiva de regiões conquistadas ao Estado assírio. A premissa principal para isso era um governo centralista e enérgico. O rei, como mandatário do deus imperial Assur, estava à testa de um imenso exército de funcionários civis e militares, que eram obrigados a lhe prestar contas da mesma forma que ele a deus. A isso somou-se, como condição prévia da política externa imperialista, a formação e a manutenção de

um exército permanente de grande força combativa, com destacamentos de carros de guerra²⁵ e, pela primeira vez, também com uma cavalaria, que podia entrar em combate com extrema rapidez e eficácia. Nenhuma crueldade do ofício da guerra era estranha aos grandes reis, seus oficiais e soldados; onde encontravam resistência, deixavam atrás de si povoações sem vida e terra queimada. As unidades de tropas assírias foram, durante séculos, o pavor dos povos do Oriente Antigo²⁶.

Adadnarari II atacou de modo planejado para todos os lados: as terras de Naíri e até o Lago Úrmia, a Babilônia, mas sobretudo os estados arameus do oeste. A novidade em sua política de expansão contra as regiões da Mesopotâmia Superior imediatamente vizinhas à Assíria consistia em não as deixar por conta própria, depois de as ter conquistado e obrigado a pagar tributo, mas em passar a incorporá-las administrativamente em seu império, como províncias com governadores assírios e guarnições. Por certo, tudo isso era apenas um começo; mas, de qualquer forma, Adadnarari II colocou, por assim dizer, a pedra fundamental para o clássico sistema provincial assírio, que os soberanos dos séculos seguintes continuaram a erigir passo a passo²⁷. Seu filho, Tuculti-Ninurta II (891-884), prosseguiu com êxito essa política, sobretudo na direção do oeste (*Harran*) e do norte, contra o reino dos urarteus.

Assurnasirpal II (884-858)²⁸ representa o primeiro ponto alto da história do império neo-assírio, rica em destaques. Ele reuniu em si a inexorabilidade e inescrupulosidade do guerreiro com a prudência e tenacidade de quem tem de ordenar o país internamente. Depois de numerosas edificações nas antigas capitais Assur e Nínive, ele mandou construir uma nova residência para si e sua corte: Calah (*Nimrud*), uma Babilônia assíria²⁹. Providenciou o material necessário e as pessoas através de suas campanhas, que o conduziram em todas

20 Veja vol. 1, pp. 39s.

21 Cf. TUAT I,4,356s. Quanto a isso, cf. também Y. IKEDA, *Assyrian Kings and the Mediterranean Sea; the 12th to 9th Centuries B.C.*, *Abr Nahrain*, 23:22-31, 1984/85.

22 Cf. fundamentalmente W. J. MARTIN, *Tribut und Tributleistungen bei den Assyrem*, 1936 (*Studia Orientalia* VIII,1).

23 Cf. B. LANDSBERGER, *Sam'al*; *Studien zur Entdeckung der Ruinenstätte Karatepe*, 1948 (*Veröffentlichungen der Türkischen Historischen Gesellschaft* 7,16); quanto a isso as inscrições KAI 24-26 e 214-221.

24 Textos: J. SEIDMANN, *Die Inschriften Adadnararis II*, *Mitteilungen der Altorientalischen Gesellschaft*, 9,3, 1935.

25 Cf. B. HROUDA, *Der assyrische Streitwagen*, *Iraq*, 25:155-158, 1963; F. MALBRAN-LABAT, *L'armée et l'organisation militaire de l'Assyrie*, 1982.

26 Cf. W. von SODEN, *Die Assyrer und der Krieg*, *Iraq*, 25:131-144, 1963.

27 Cf. fundamentalmente E. FORRER, *Die Provinzeinteilung des assyrischen Reiches*, 1921; quanto a uma parte, também K. KESSLER, *Untersuchungen zur historischen Topographie Nordmesopotamiens*, 1980 (*BTAVO*, B 26).

28 Cf. W. RÖLLIG, *Assur — Geißel der Völker; zur Typologie aggressiver Gesellschaften*, *Saeculum*, 37:116-127, 1986.

29 O palácio colossal de Assurnasirpal II em Calah é o primeiro monumento arquitetônico imperial na Assíria: de proporções enormes, com chapas em relevo e inscrições de calcário e alabastro, com enormes esfinges junto aos portais (hoje no Museu Britânico), ele atesta tanto o florescimento da arte neo-assíria quanto a megalomania do construtor, cujos sucessores continuaram a construir grandes palácios no local. Gravuras: AOB, 378-80: ANEP, 2. ed., 646ss.; R. D. BARNETT & W. FORMAN, *Assyrische Palastreliefs* (s. d.); R. D. BARNETT & M. FALKNER, *The Sculptures of Assur-nasir-apli II (883-859 B.C.), Tiglathpileser III. (745-727 B.C.), Esarhadon (681-669 B.C.) from the Central and South-West Palaces at Nimrud*, 1962. Cf. K.-H. BERNHARDT, *Die Umwelt des Alten Testaments*, 1967, vol. 1, pp. 175-178 (bibl.).

as direções, como a seus antecessores, e, pela primeira vez desde Tiglate-Pileser I³⁰, novamente até o Mar Mediterrâneo. Assurnasirpal ainda não conseguiu transferir, de modo planejado, o sistema provincial assírio para regiões fora da Mesopotâmia. Em lugar disso, porém, continuou, em grande estilo, a montar um cinturão de estados vassallos ao redor do núcleo do território assírio. Os dinastas das regiões atingidas por suas expedições militares eram obrigados a pagar tributos regularmente e, muitas vezes, também a colocar à disposição tropas auxiliares. A liberdade de ação política destes dinastas era restrita, e quem conspirasse ou se rebelasse contra a Assíria era imediatamente substituído por um dinasta-vassallo pró-assírio. Nova era também a prática de Assurnasirpal de reconstruir cidades destruídas, às vezes em regiões muito distantes, ocupá-las com guarnições e utilizá-las como bases de ação assírias. Mesmo assim, o cinturão de vassallos era e permanecia um foco de insegurança para o império assírio. Isso valia ainda sob Salmaneser III (858-824/23), que, em essência, continuou sem alterações a política interna e externa de seu pai. Ele invadiu pela primeira vez a região da Síria Central, que não havia sido tocada anteriormente pela expansão assíria³¹. Aí seu adversário principal era o Estado arameu de Damasco, contra o qual travou guerras demoradas e movimentadas³². A vontade de subjugar a Síria obrigou Salmaneser a eliminar a autonomia política de *Bit-Adini*, que lhe obstruía o caminho para o oeste, e a empreender várias campanhas contra os pequenos estados em ambos os lados da porta ciliciana: *Kue*, *Milid*, *Gurgum* e *Kummuh*. No entanto, também ele não obteve êxitos duradouros. Embora recebesse muitas vezes o tributo “de todos os reis de *Hatti*” — assim os assírios denominavam os estados siro-hititas aramizados do norte da Síria —, não podia evitar que eles reiteradamente se ajuntassem contra ele. Também a famosa batalha de Cárcar, (*Hirbet Qerqur*) junto ao Orontes (853)³³, contra uma coalizão de 12 dinastas sírios sob a liderança de Damasco e Hamate não levou a uma definição³⁴. No norte da

30 Veja supra, pp. 337s.

31 Textos: AOT, 2. ed., 340-344; ANET, 3. ed., 276-280; TGI, 3. ed., 50s.; TUAT I,4, 360-367; E. MICHEL, Die Assur-Texte Salmanassars III, in: WdO, vols. I-IV, 1947-1967, em seqüências; G. G. CAMERON, The Annals of Shalmaneser III, King of Assyria; a New Text, *Sumer*, 6:6-26, 1951; F. SAFAR, A Further Text of Shalmaneser III from Assur, *Sumer*, 7:3-21, 1951; J. LAESOE, A Statue of Shalmaneser III from Nimrud, *Iraq*, 21:147-157, 1959; J. V. KINNIE-WILSON, The Kurba'il-Statue of Shalmaneser III, *Iraq*, 24:90-155, 1962; P. HULIN, The Inscription on the Carved Throne-Base of Shalmaneser III, *Iraq*, 25:48-69, 1963; quanto a isso, cf. A. T. E. OLSTEAD, Shalmaneser III and the Establishment of Assyrian Power, *JAOS*, 41:345-382, 1921; G. LAMBERT, The Reigns of Assurnasirpal II and Shalmaneser III; an Interpretation, *Iraq*, 36:103-109, 1974; M. LAT, The Campaigns of Shalmaneser III against Aram and Israel, *IEJ*, 25:25-35, 1975.

32 Veja supra, pp. 303ss.

33 Cf. W. H. SHEA, A Note on the Date of the Battle of Qarqar, *JCS*, 29:240-242, 1977, e J. A. BRINKMAN, A Further Note on the Date of the Battle of Qarqar and Neo-Assyrian Chronology, *JCS*, 30:173-175, 1978.

34 Veja supra, pp. 304s.

Assíria Salmaneser topou com o reino de Urartu em franca ascensão, o qual no período seguinte — primeiramente sob o rei Sardur I (cerca de 832-825) — tornou-se um dos principais adversários de Assur, não raro fazendo causa comum com dinastas da Síria Setentrional e Central contra a Assíria.

Não é fácil fazer um resumo conclusivo da política de expansão de Salmaneser III: ele demonstrou com eficácia para todos os lados o poder da Assíria em não menos do que 27 campanhas, arrecadou infundáveis tributos e fez o território assírio avançar para o oeste através da subjugação de *Bit-Adini*, sem, no entanto, conseguir controlar a constante inquietação entre os vassallos. Sua velhice foi turvada por distúrbios políticos internos: estourou uma revolta sob a liderança de seu filho, Assur-dan-apli, à qual aderiram importantes cidades assírias, e que levou a uma guerra civil, à qual só Shamshi-Adad V (823-810) conseguiu pôr fim. Seu filho Adadnari III (811-781) ainda era menor de idade quando ascendeu ao trono; sua mãe, Samuramat — a Semíramis da saga grega — exerceu a regência nos primeiros tempos. Ele retomou a política de seu avô Salmaneser III na Síria, sem conseguir ir muito além dele³⁵. Sobretudo, porém, melhorou o relacionamento com a Babilônia, outrora várias vezes perturbado e particularmente hostil sob Shamshi-Adad V³⁶: melhorou-o em termos de paz e amizade. A Babilônia, entretanto, era e continuava sendo um elemento de insegurança dentro do império neo-assírio. Isso se devia sobretudo ao fato de que nenhum dos grandes reis assírios ousava incorporar a Babilônia no sistema provincial assírio. Nesses rudes guerreiros do norte vivia o respeito pelo vizinho país babilônico, a mãe de sua cultura e seus costumes, de sua língua, escrita e religião. A Babilônia simplesmente não podia ser medida com o mesmo critério como qualquer outra região extra-assíria. Desse modo, os soberanos assírios reconheciam a realeza babilônica e se asseguravam em relação a ela através de relações amistosas, através do *status* de vassalagem, através da prática de eles mesmos ascenderem ao trono babilônico, governando em união pessoal, ou ainda através da instituição de vice-reis da dinastia assíria, segundo o princípio da secundogenitura. Em todo caso, porém, a Babilônia conservou um *status* especial, permanecendo para os assírios um objeto de admiração respeitosa ou de ódio amargo³⁷.

Após um último período de fraqueza sob os três sucessores de Adadna-

35 Textos: TUAT I,4, 367-369. Cf. M. WEIPPERT, Die Feldzüge Adadnararis III. nach Syrien; Voraussetzungen, Verlauf, Folgen, *ZDPV*, 108:42-67, 1992.

36 Cf. J. A. BRINKMAN, A Preliminary Catalogue of Written Sources for a Political History of Babylonia: 1160-722 B.C., *JCS*, 16:83-109, 1962; ID., Foreign Relations of Babylonia from 1600 to 625 B.C.; the Documentary Evidence (Summary), *American Journal of Archaeology*, 76:271-281, 1972.

37 Cf. ID., Babylonia under the Assyrian Empire, 745-627 B.C., in: M. T. LARSEN, ed., *Power and Propaganda*, 1979, pp. 223-250.

rari III, Tiglate-Pileser III (745-727) ascendeu ao trono assírio no ano de 745³⁸. A ele estava reservado conduzir o império neo-assírio ao apogeu do poder e consumir a ascensão da Assíria. Tanto em termos de política interna quanto externa, desde o primeiro dia de seu governo soprou um vento muito forte, que fazia perceber que assumira o comando um homem cuja vontade de consumir o império não podia ser detida por nada e por ninguém. Logo ele se ocupou com o reordenamento do sistema de administração dentro dos territórios já conquistados do império. Visto que se esboçava uma perigosa concentração de poder nas mãos dos governadores provinciais (*shakin mati*) nas províncias antigas e, em parte, consideravelmente grandes, ele deu a maior importância à constituição de distritos administrativos menores, que estavam subordinados a um “administrador” (^{LUEN.NAM}, *bel pahati*) com poderes restritos. As grandes províncias não foram propriamente eliminadas, mas seus governadores foram, em grande parte, privados de seu poder. Desse modo, Tiglate-Pileser III garantiu funcionalidade e eficiência para seu próprio poder central. Sobre essa base repousava sua concepção de política externa, cuja novidade e eficácia não correm o risco de serem enfatizadas em demasia. Tiglate-Pileser não se interessava mais em apenas vincular pequenos estados vizinhos à Assíria na forma de uma relação de vassalagem mais ou menos frouxa, mas sim em ocupar inteiramente o maior número deles. Ele desenvolveu um sistema de gradual aniquilamento da autonomia política dos pequenos estados com o objetivo de incorporá-los na estrutura das províncias assírias. Os níveis desse sistema e os estágios do procedimento daí resultante podem ser descritos, de maneira esquemática e um tanto simplificada, como se segue:

1º estágio: Constituição de um relacionamento de vassalagem através de demonstração do poderio militar assírio; obrigação ao pagamento de tributos regulares, na maioria das vezes anuais, e, dependendo das circunstâncias, exigência de tropas auxiliares. Neste sentido o procedimento de Tiglate-Pileser quase não se distingue do de seus antecessores atuantes em termos de política externa. Ele pôde assumir um “cinturão de vassalos”, i. é, um número considerável de pequenos estados no 1º estágio de vassalagem, já quando iniciou seu governo. Tratava-se apenas de lembrar incisivamente esses vassalos de sua vassalagem para com a Assíria e de conquistar novos.

2º estágio: Em caso de comprovação ou apenas suspeita de conspiração antiassíria, imediata intervenção militar, eliminação do vassalo infiel e insta-

38 Textos: AOT, 2. ed., 345-348; ANET, 3. ed., 282-284; TGI, 3. ed., 51-59; TUAT I,4, 370-378; P. ROST, *Die Keilschrifttexte Tiglat-Pileasers III. nach den Papierabklatschen und Originalen des Britischen Museums*, 1893, 2 vols.; H. W. F. SAGGS, *The Nimrud Letters*, 1952, *Iraq*, 17(1955)-36(1974), em seqüências; H. TADMOR, *Introductory Remarks to a New Edition of the Annals of Tiglat-Pileser III*, *Proceedings of the Israel Academy of Sciences and Humanities*, 2, 1967.

lação de um dinasta pró-assírio, na medida do possível originário da dinastia hereditária. Em conexão com isso, não raro ocorriam reduções drásticas do território: as partes anexadas do território eram transformadas imediatamente em províncias assírias ou entregues como feudo a vassalos vizinhos e fiéis a Assur. Naturalmente, nesse 2º estágio aumentava em grau considerável a pressão militar e diplomática da Assíria sobre o Estado-vassalo, os tributos obrigatórios eram elevados e a política externa era mantida sob constante controle.

3º estágio: Ao menor sinal de um empreendimento antiassírio, nova e definitiva ocupação militar, eliminação do dinasta-vassalo, liquidação da autonomia política do Estado e estabelecimento de uma província assíria (*pahatu*) com um administrador assírio e o necessário corpo de funcionários. Medidas paralelas no 3º estágio: construção de novas fortificações, assentamento de colônias militares, mas sobretudo a deportação da elite nativa e o assentamento forçado de uma elite estrangeira. A prática da deportação tinha por objetivo tirar as lideranças da população autóctone do país ocupado, tornando-a desse modo incapaz de agir politicamente. A Assíria esperava que fosse mais fácil governar e manter sob controle a mistura de povos surgida dessa maneira³⁹.

É óbvio que Tiglate-Pileser III não podia se ater rigorosamente a esse sistema em todos os casos. Constelações especiais exigiam exceções à regra e bastante elasticidade da política externa assíria. Assim, já em 743, Tiglate-Pileser viu-se diante de uma coalizão antiassíria dos estados arameus de *Arpade*, *Milid*, *Gurgum*, *Cumuh*, do norte da Síria, e provavelmente de mais alguns outros, que criam ter chegado o momento de livrar-se da pressão assíria e, para tanto, haviam assegurado o apoio de Sardur III de Urartu (cerca de 765-733)⁴⁰. Os parceiros da coalizão encontravam-se todos no 1º estágio de vassalagem. Tiglate-Pileser não hesitou em sufocar a rebelião: derrotou Sardur III junto ao Eufrates, sitiou Arpade (*Tell Refad*) até 740 e a transformou em província assíria, como também o fez com o Estado vizinho de *Unqi*. Quanto aos outros vassalos, porém, ao contrário da prática exercida em outros casos, ele não interveio na situação dinástica, mas se deu por satisfeito em castigá-los com reduções de território. Portanto, Arpade passou do 1º estágio imediatamente para o 3º, os outros para o 2º estágio de forma diversificada. Não conhe-

39 Cf. B. ODED, *Mass Deportations and Deportees in the Neo-Assyrian Empire*, 1979; J. SCHARBERT, *Zwangsumsiedlungen in Vorderasien zwischen dem 10. und dem 6. Jh. v. Chr. nach altorientalischen und biblischen Quellen*, 1988; N. NA'AMAN, *Population Changes in Palestine Following Assyrian Deportation*, *Tel Aviv*, 20:104-124, 1993.

40 Do período anterior a essa coalizão procedem os textos arameus das três estelas de *Sfire*, que contêm alianças entre *Mati'ilu* de Arpade e *Barga'ya* de KTK (KAI, 222-224). Além da bibliografia mencionada em KAI, 3. ed., cf. especialmente J. A. FITZMYER, *The Aramaic Inscriptions of Sefire*, *Biblica et Orientalia*, 19, 1967, e, quanto a KTK, R. DEGEN, in: *WdO*, vol. IV, pp. 48-60, 1967. Cf., de resto, M. ASTOUR, *The Arena of Tiglathpileser III's Campaign against Sarduri II (743 B.C.)*, *Assur*, 23, 1979.

ceмос as razões. Será que Tiglate-Pileser ainda estava inseguro quando de sua primeira intervenção na Síria? Em todo caso, os acontecimentos revelam que o rei assírio estava em condições de agir elasticamente na política externa. A Assíria precisava de duas coisas: de uma concepção clara e objetiva e de um homem que a soubesse interpretar e manejar soberanamente para aumentar o império.

Aqui não é o lugar de reconstituir em pormenores como Tiglate-Pileser III e seus sucessores, Salmaneser V (727-722), Sargom II (722-705)⁴¹ e Senaqueribe (705-681)⁴², unificaram paulatinamente todo o Oriente Próximo sob seu cetro. Este, em todo caso, foi o resultado: um resultado que determinou de modo decisivo sobretudo também os destinos do corredor siro-palestinese⁴³. Entretanto, alguns pontos frouxos e inseguros se conservaram nesse formidável sistema imperial, principalmente em sua periferia. Já foi mencionada a posição especial da Babilônia⁴⁴. Também Tiglate-Pileser III a respeitou. Alguns anos antes de sua morte, ele próprio ainda ascendeu ao trono babilônico sob o nome de *Pulu*⁴⁵; seus primeiros sucessores fizeram o mesmo. Até o final do império neo-assírio, as antigas e ricas metrópoles comerciais na costa fenícia não foram transformadas em províncias assírias. Elas conservaram uma autonomia política relativa no marco do 1º ou 2º estágio de vassalagem. A razão disso naturalmente não residia na incapacidade dos assírios, mas sim na necessidade de tratar os fenícios com cuidado para continuar valendo-se de sua ampla rede de relações comerciais⁴⁶, que abrangia todo o Mar Mediterrâneo, em benefício do interior e, por conseguinte, da Assíria⁴⁷. Também ao sul

do corredor os assírios permitiram a existência de uma série de pequenos estados meio autônomos, apesar de justo lá estourarem reiteradamente rebeliões, obrigando Assur a intervenções militares: Judá, as cidades-Estado da pentápole filistéia — com exceção de Asdode, que se tornou temporariamente uma província assíria⁴⁸ — e os estados periféricos de Amom, Moabe e Edom, na Transjordânia. Com isso se tentava conservar esses pequenos estados como estados-tampões contra o Egito, para evitar que as fronteiras do Egito e do gigantesco império assírio se tocassem diretamente⁴⁹; também razões econômicas — no caso de Edom, p. ex., por causa do comércio de cobre e incenso — podem ter tido certa importância.

No tempo de Tiglate-Pileser III e de seus primeiros sucessores, havia nessa política uma prudente auto-restrição em vista do crescente poder da 25ª dinastia etíope⁵⁰. Quando, contudo, esse poder estava em vias de desaparecer, Assaradão (681-669) considerou conveniente colocar a pedra final no edifício do império neo-assírio através da conquista do Egito⁵¹. No ano de 674 ele empreendeu uma primeira campanha, porém foi derrotado junto a *Sha-awe* (= Sile, a fortificação fronteiriça egípcia de *Ti*). Mas em 671 os exércitos assírios penetraram irresistivelmente no Egito e conquistaram Mênfis. O faraó Taharca fugiu para a Tebaida. No Delta e em partes do Egito Central, os assírios formaram pequenos distritos administrativos. Ao fazê-lo, apoiaram-se nos dinastas distritais egípcios nativos, que deixavam no cargo, subordinando-os, no entanto, ao controle de administradores assírios. O próprio Assaradão assumiu fanfarronescamente o título de “rei dos reis de Musur (Baixo Egito), Patros (Alto Egito) e Cuxe (Etiópia)”, que nem de longe correspondia à realidade. Se os faraós estrangeiros, líbios e etíopes, de modo algum haviam sido considerados dominadores estrangeiros pelos egípcios, isso naturalmente não se aplicava aos assírios. Neles concentrou-se todo o ódio, e não admira que, já em 670, tenham estourado rebeliões por toda parte; elas motivaram a

41 Textos: AOT, 2. ed., 348-352; ANET, 3. ed., 284-287; TGI, 3. ed., 60-65; TUAT I,4, 378-387; D. G. LYON, *Keilschrifttexte Sargons, Königs von Assyrien (722-705 v. Chr.), nach den Originalen neu herausgegeben...*, 1883 (Assyriologische Bibliothek, 6); H. WINCKLER, *Die Keilschrifttexte Sargons nach den Papierabklatschen und Originalen neu herausgegeben*, 1889, 2 vols.; A. G. LIE, *The Inscriptions of Sargon II, King of Assyria*; I. The Annals, 1929; A. T. E. OLMSTEAD, *The Text of Sargon's Annals*, AJSL, 47:259-280, 1930/1; C. J. GADD, *Inscribed Prisms of Sargon II from Nimrud, Iraq*, 16:173-201, 1954; W. MAYER, *Sargons Feldzug gegen Urartu — 714 v. Chr.: eine militärhistorische Würdigung*, MDOG, 112:13-33, 1980; NA'AMAN & R. ZADOK, *Sargon II's Deportations to Israel and Philistia (716-708 B.C.)*, JCS, 40:36-46, 1988.

42 Textos: AOT, 2. ed., 352-354; ANET, 3. ed., 287s.; TGI, 3. ed., 67-69; TUAT I,4, 388-392; D. D. LUCKENBILL, *The Annals of Sennacherib*, 1924 (The University of Chicago, Oriental Institute Publications, 2); A. HEIDEL, *The Octagonal Sennacherib Prism in the Iraq Museum*, *Sumer*, 9:117-187, 1953.

43 Veja infra, p. 374.

44 Veja supra, p. 341.

45 M. ANBAR, *Poul roi d'Assyrie et Tiglath-Pilnéser roi d'Assyrie*, *EtI*, 48:7, 1989.

46 Cf. S. MOSCATI, *Die Phöniker*; von 1200 v. Chr. bis zum Untergang Karthagos, in: *Kindlers Kulturgeschichte*, 1966; W. A. WARD, ed., *The Role of the Phoenicians in the Interstion of Mediterranean Civilization*, 1968; A. PARROT; M. H. CHÉHAB; S. MOSCATI, *Die Phönizier*; die Entwicklung der phönizischen Kunst von den Anfängen bis zum Ende des dritten punischen Kriegs, 1977.

47 Cf. B. OJED, *The Phoenician Cities and the Assyrian Empire in the Time of Tiglathpileser II*, ZDPV, 89:38-49, 1973; M. COGAN, *Tyre and Tiglath-Pileser III*; *Chronological Notes*, JCS, 25:96-99, 1973; J. N. POSTGATE, *The Economic Structure of the Assyrian Empire*, in: M. T. LARSEN, ed., *Power and*

Propaganda, 1979, pp. 193-221. — Acontecimentos como os ocorridos no ano de 677, quando Assaradão conquistou Sidom, integrando-a na administração assíria e denominando-a de *Kar-Ashur-aha-iddina*, “Castelo ou Porto de Assaradão”, permaneceram episódicos. Cf. também J. ELAYI, *Les cités phéniciennes et l'empire assyrien à l'époque d'Assurbanipal*, RA, 77:45-58, 1983; ID., *Les relations entre les cités phéniciennes et l'empire assyrien sous la règne de Sennachérib*, *Semitica*, 1985.

48 Veja infra, p. 367.

49 Cf. R. FOLLET, “Deuxième Bureau” et information diplomatique dans l'Assyrie des Sargonides, RSO, 32:61-81, 1957; M. ELAT, *The Economic Relations of the Neo-Assyrian Empire with Egypt*, JAOS, 98:20-34, 1978.

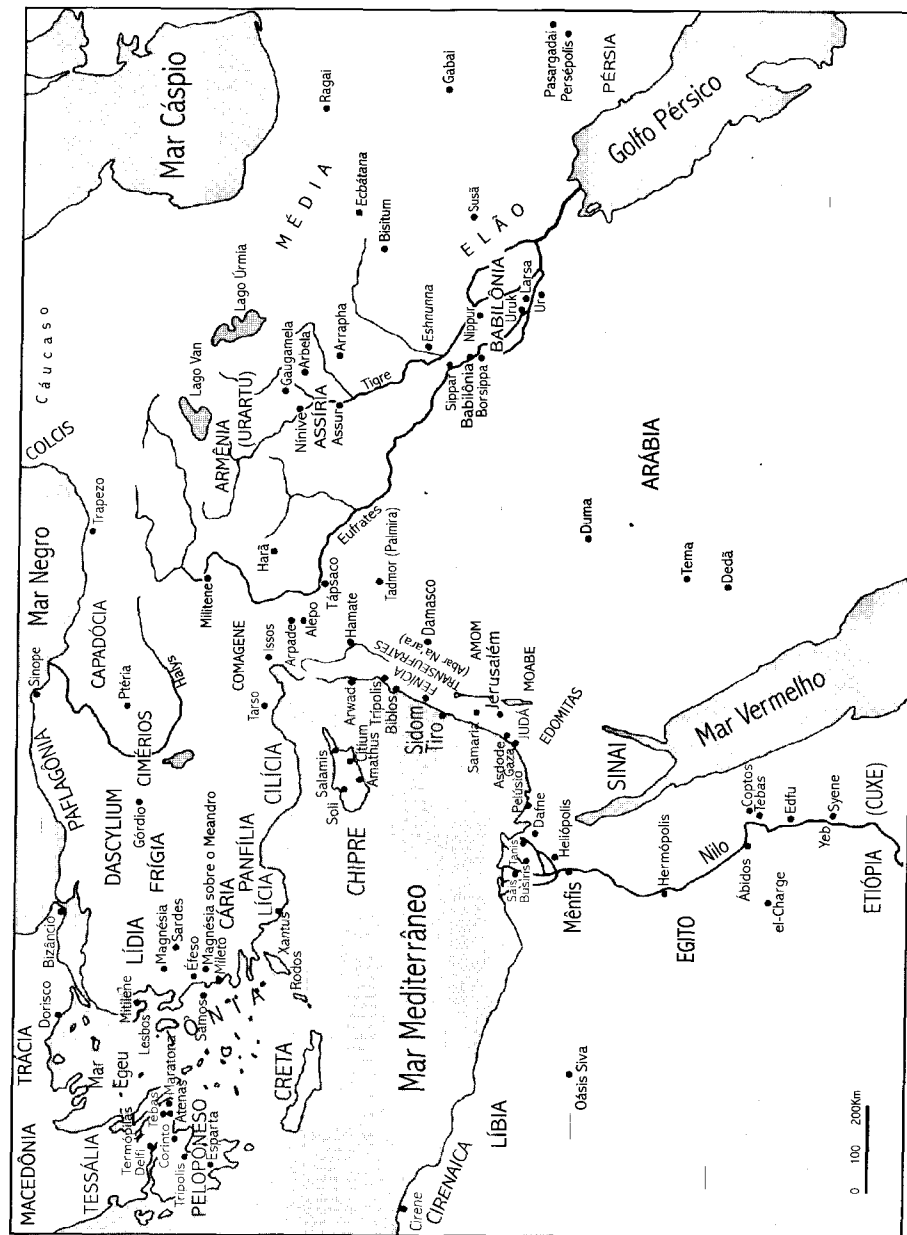
50 Veja supra, p. 336s.

51 Textos: AOT, 2. ed., 354-358; ANET, 3. ed., 289-294; TGI, 3. ed., 70; TUAT I,4, 393-399. Cf. R. BORGER, *Die Inschriften Asarhaddons*, AfO, Beiheft 9, 1956, reimpressão 1967; D. J. WISEMAN, *The Vassal Treaties of Esarhaddon*, Iraq, 20:1-99, 1958; A. J. SPALINGER, *Esarhaddon and Egypt; an Analysis of the 1st Invasion of Egypt*, Or, 43:295-326, 1974; ID., *The Foreign Policy of Egypt Preceding the Assyrian Conquest*, *Chronique d'Egypte*, 53:22-47, 1978.

última campanha de Assaradão (669), na qual ele faleceu. A insegurança que surgiu com a ascensão de Assurbanípal (669-cerca de 630)⁵² ao trono foi aproveitada por Taharca para recuperar Mênfis e o Delta. Todavia, em 667 ele foi expulso pelo general (*turtanu*) de Assurbanípal e a situação anterior foi restabelecida. Depois da morte de Taharca (664), seu sobrinho Tanutamom, o último faraó da 25ª dinastia, fez uma nova tentativa. Contudo, as coisas não estavam auspiciosas para ele: os assírios mantiveram Mênfis, conquistaram também Têbas e, com isso, ganharam o Alto Egito. Agora o Egito estava em paz, se assim se pode dizê-lo. O domínio dos assírios durou até 655. Durante pouco menos de uma década o império neo-assírio se estendia da primeira catarata do Nilo até o Mar Mediterrâneo e do planalto iraniano até o Golfo Pérsico.

Entretanto, essa ascensão do império ao apogeu trazia em si o germe de sua queda. De certa forma, ela representou a virada decisiva no drama da história assíria, pois agora a Assíria havia alcançado os limites extremos de suas possibilidades, e isto não como conseqüência de uma primeira expansão impetuosa, mas sim depois de séculos de exaustivo trabalho em prol da conservação, segurança e ampliação da consistência interna e externa do império. A conquista do Egito era comparável à euforia que precede a morte. O quanto, no fundo, a Assíria já estava debilitada, o próprio Assurbanípal pôde sentir amargamente durante seu longo reinado. Ele representava um outro tipo de soberano no trono assírio do que havia sido a maioria de seus antecessores. Culto e instruído, tinha gosto pela literatura e ciência, pelo cultivo das belas artes e por tudo que pode tornar a vida aprazível. Sua grande biblioteca, que foi achada em Nínive, com razão alcançou fama mundial. Tudo isso não significa que ele houvesse sido um homem fraco e indeciso. Antes, lutou encarniçadamente e quase sem tréguas, e isso era necessário, pois o império havia ultrapassado seu apogeu, passando cada vez mais para a defensiva. Ora, um império que não é ou não pode mais ser ofensivo, no fundo já deixou de existir, mesmo que sua consistência exterior ainda possa ser mantida penosamente por algum tempo.

Assurbanípal consumiu as forças do império e a si mesmo em infundáveis guerras defensivas para todos os lados. Ele não pôde evitar que, em 655, o Egito, sob Psamético I, o fundador da 26ª dinastia, recuperasse sua inde-



Mapa 5: O Império Neo Assírio

52 Textos: M. STRECK, *Assurbanipal und die letzten assyrischen Könige bis zum Untergang Niniveh's*, 1916, 3 vols. (Vorderasiatische Bibliothek, 7); T. BAUER, *Das Inschriftenwerk Assurbanipals vervollständigt und neu bearbeitet*, 1933 (Assyriologische Bibliothek, NF 1-2); A. C. PIEPKORN, *Historical Prism Inscriptions of Ashurbanipal I*, 1933; A. R. MILLARD, *Fragments of Historical Texts from Nineveh: Ashurbanipal, Iraq*, 30:98-111, 1968; J. E. READE, *The Rassam Obelisk, Iraq*, 42:1-22, 1980. Cf. E. BADOLI et al., *Studies on the Annals of Assurbanipal; I. Morphological Analysis, Vicino Oriente*, 5:13-73, 1982. Cf. também TUAT I,4, 399-401.

pendência⁵³. Entre 652 e 648 travou-se a funesta guerra fratricida de Assurbanípal contra seu irmão Shamashumukin, o vice-rei da Babilônia⁵⁴. Embora Assurbanípal tenha permanecido senhor da situação⁵⁵, o império saiu enfraquecido das confrontações. A isso se somavam lutas constantes contra estados vizinhos, p. ex. Elão, contra vassalos desobedientes e contra proto-árabes do deserto⁵⁶. O sul da Mesopotâmia tornou-se um foco de inquietações especialmente perigoso⁵⁷. Com Assurbanípal o período assírio no Oriente Próximo chegou ao fim. Quando ele faleceu, mais ou menos em 630, era apenas ainda uma questão de poucos anos até que novas potências em ascensão acabassem com os restos do império neo-assírio e repartissem entre si sua herança.

Capítulo 2

A guerra siro-efraimita e o fim do Reino de Israel

Depois da morte de Jeroboão II¹, a dinastia fundada por Jeú no Reino do Norte chegou rapidamente ao fim. Primeiro, o filho de Jeroboão, Zacarias (747), ascendeu ao trono. Contudo, após seis meses já houve distúrbios, em cujo decurso o rei foi morto por um usurpador chamado Salum, filho de Jabes. Este, por sua vez, desfrutou de um período de governo de apenas um mês; depois disso caiu pela mão de um homem que havia se evidenciado como o personagem mais forte durante os distúrbios: Menaém, filho de Gadi, de Tirza (*Tell el-Far'a*). Durante os quase dez anos de governo de Menaém (747-738), Israel voltou à situação de relativa calma (2 Rs 15.8-22).

Entretanto, essa foi a calma antes da tempestade, pois nessa época o império neo-assírio sob Tiglate-Pileser III tornou-se um fator de poder de primeira ordem, cujos efeitos os estados do corredor siro-palestinense tinham de sentir em breve. Nos dois primeiros anos de seu governo, Tiglate-Pileser III esteve ocupado exclusivamente no norte e no leste de seu império. Mas já em 743 ele marchou contra Arpade, na Síria Setentrional (*Tell Refad*)², e em 738 atacou, pela primeira vez e logo em grande escala, a Síria Central. Aí destruiu uma coalizão antiassíria de dinastas sírios, anexando grandes partes do Estado arameu de Hamate (*Hama*)³, que, ainda um século antes, havia sido um dos principais adversários de Salmaneser III junto a Cárcar no Orontes⁴. Esse sucesso teve grande repercussão entre os pequenos estados vizinhos, que de repente se reencontraram como lindeiros do colosso assírio e foram tomados

53 Veja *infra*, pp. 410s.

54 Quanto à história preliminar, cf. S. AHMED, Ashurbanipal and Shamash-shum-ukin during Esarhaddon's Reign, *Abr-Nahrain*, 6:53-62, 1965/6; R. C. STEINER & C. F. NIMS, Ashurbanipal and Shamash-Shum-Ukin; a Tale of Two Brothers from the Aramaic Text in Demotic Script; Part 1, *RB*, 92:60-81, 1985.

55 Cf. M. COGAN & H. TADMOR, Ashurbanipal's Conquest of Babylon; the First Official Report — Prism K, *Or*, 50:229-240, 1981.

56 Cf. M. WEIPPERT, Die Kämpfe des assyrischen Königs Assurbanipal gegen die Araber, in: *WdO*, vol. VII, pp. 39-85, 1973/4; *WdO*, vol. VIII, pp. 64, 1975/6; I. EPH'AL, *The Ancient Arabs*, 1982; E. A. KNAUF, *Ismael*, 1985, 2. ed. 1989, passim (ADPV); ID., *Supplementa Ismaelitica*, *BN*, 20:34-36, 1983.

57 Cf. S. AHMED, *Mesopotamia in the Time of Ashurbanipal*, 1968 (Studies in Ancient History, 2).

1 Veja *supra*, pp. 326-328. Cf. também N. NA'AMAN, Historical and Chronological Notes on the Kingdoms of Israel and Judah in the 8th Century B.C., *VT*, 36:71-92, 1986.

2 Cf. M. WEIPPERT, Zur Syrienpolitik Tiglathpilesers III, in: H. NISSEN & J. RENGGER, eds., *Mesopotamien und seine Nachbarn*; politische und kulturelle Wechselbeziehungen im alten Vorderasien vom 4.-1. Jahrtausend v.Chr., 1982, pp. 395-408 (Berliner Beiträge zum Vorderen Orient, 4).

3 A saber, as partes que antigamente pertenceram ao reino de *Nuhashe* (*Luhuti*, *L'Sh*) e cuja capital fora *Hatarikka* (no AT: Hadraque); cf. M. NOTH, La'asch und Hazrak [1929], in: *Aufsätze*, vol. 2, pp. 135-147.

A própria cidade de Hamate com suas circunvizinhanças ainda não foi integrada ao sistema provincial assírio.

4 Veja *supra*, pp. 304s. Cf. K. KESSLER, Die Anzahl der assyrischen Provinzen des Jahres 738 v.Chr. in Nordsyrien, in: *WdO*, vol. VIII, pp. 49-63, 1975.

pelo pavor. Uma série de estados a sudeste da Ásia Menor, as cidades litorâneas fenícias de Tiro⁵ e Biblos, a maioria dos estados da Síria Central e Setentrional e até uma rainha árabe chamada Zabibe apressaram-se a pagar contribuições ao grande rei assírio e a assegurar-lhe sua submissão. A lista dos tributários foi preservada duplamente: nos anais de Tiglate-Pileser III, col. III, linhas 150-154, e numa estela do Irã⁶, col. II, linhas 3-19. Entre eles encontravam-se (segundo os anais, linha 150): ¹*Mi-ni-hi-im-me* ^{URU}*Sa-mi-ri-na-a-a* = Menaém de Samaria e ¹*Ra-hi-a-nu* ^{KUR}*Sha-imeri-shu-a-a* = Raçyan de Damasco⁷.

Ambos os estados, Damasco e Israel, realizaram, com sua sujeição, a renovação do 1º estágio de vassalagem, no qual haviam estado — pelo menos teoricamente — desde o tempo de Salmaneser III. Poderia ser que, neste caso, Menaém de Israel⁸ também tivesse segundas intenções: consolidar sua monarquia talvez ainda frágil, cimentando-a com a autoridade do grande senhor. Pode ser, portanto, que os acontecimentos nem lhe tenham sido inteiramente inoportunos. Em todo caso, para conseguir arrecadar a soma da contribuição, ele fez uma invenção digna de nota: o imposto *per capita*. Os 1.000 talentos de prata⁹ exigidos segundo 2 Rs 15.19s. foram repartidos entre os proprietários de terra obrigados a servir o exército (em hebraico: *gibbore hahayil*), de modo que couberam 50 siclos a cada um. Se esses números estiverem aproximadamente corretos, então deve ter havido mais ou menos 60 mil proprietários de terra no Israel daquele tempo.

Não é inteiramente certo se o Estado dos davididas foi atingido por esses acontecimentos. Mas é verossímil. Embora ele não seja mencionado em nenhuma das listas de tributários, na linha 103 dos anais¹⁰ aparece um ¹*Az-ri-ja-a-u* ^{KUR}*Ya-u-da-a-a* como adversário dos assírios, que pode ser idêntico a Azarias/Uzias de Judá (773-736)

— se a cronologia de Alfred Jepsen estiver correta¹¹. Na verdade, não se sabe bem quem mais poderia ter sido¹²; pois entre os reis do Estado sírio setentrional de *Ya'udi-Sam'al* não existe ninguém com esse nome. Mesmo assim, a questão é e permanece esquisita. É difícil de se imaginar que o rei Uzias ou os políticos que o representavam — é provável ele já estivesse doente há muito¹³ — tivessem desempenhado certo papel ou até mesmo o papel principal¹⁴ numa coalizão antiassíria cujo núcleo estava localizado claramente na Síria Central. Que razões, poderiam ter movido justamente o distante Judá a mobilizar a Síria contra Tiglate-Pileser III, até os altos das montanhas de Amanus, ou mesmo a apenas participar de tal empreendimento? A pergunta tem de ficar em aberto.

Nos quatro anos seguintes, a Síria e a Palestina tiveram paz, pois Tiglate-Pileser III estava ocupado noutra parte. Só em 734 as coisas mudaram. Para esse ano a lista de epônimos assíria, Cb I¹⁵, registra uma campanha *a-na* ^{KUR}*Pi-lis-ta* = para a Filistéia¹⁶. Pelo menos duas inscrições fragmentárias de Tiglate-Pileser — a chamada Inscrição Menor I e um texto de *Nimrud* — fornecem informações mais exatas sobre esse empreendimento¹⁷. Ficamos sabendo que a ação militar do grande rei dirigiu-se principalmente contra a cidade filistéia de Gaza¹⁸, cujo rei, *Hanunu*, não esperou que se chegasse a um embate armado, e fugiu para o Egito. Contudo, é um tanto improvável que, nesse contexto, Tiglate-Pileser tenha separado a parte setentrional da planície litorânea palestinese do Reino do Norte, Israel, constituindo-a como província assíria de *Du'ru*, a fim de conseguir uma possibilidade de passagem livre para o sul — como até agora se supunha; a província deve ter sido instituída apenas após a chamada guerra siro-efraimita. Em todo caso, porém, ele aproveitou a oportunidade para instalar uma base de apoio militar na localidade de *Nahal Muçur* junto ao “riacho do Egito” (*Wadi'-'Arish*)¹⁹; talvez mais tarde essa

5 Segundo M. COGAN, op. cit. (veja supra, pp. 344s., nota 47), a série de dinastas citadinos de Tiro é: Tuba'il (até 738), Hiram II (738-734/2), Metenna (734/2-727), Luli (727-701).

6 L. D. LEVINE, *Two Neo-Assyrian Stelae from Iran*, Royal Ontario Museum, 1972 (Art and Archaeology, Occasional Paper, 23). Quanto a isso, cf. L. D. LEVINE, *Menaem and Tiglath-Pileser: a New Synchronism*, BASOR, 205:40-42, 1972, e o ensaio fundamental de M. WEIPPERT, *Menaem von Israel und seine Zeitgenossen in einer Steleninschrift des assyrischen Königs Tiglatpileser III. aus dem Iran*, ZDPV, 89:26-53, 1973.

7 Trata-se do rei Rezim (*R^cçin*) de Arã-Damasco, diversas vezes mencionado no AT (2 Rs 15.37; 16.5s.; Is 7.1,4,8; 8.6; 9.10). Seu nome está vocalizado de maneira errônea: em aramaico antigo *Radyan*, também escrita com “q” (inscrição da estela II, linha 4: ¹*Ra-qi-a-nu*), em aramaico mais recente também *Ra'yan* (= *Ra-hi-a-nu*), transformado corretamente no cananeu em *Raçyan*, ao qual correspondem perfeitamente as consoantes do texto bíblico (RÇYN).

8 W. H. SHEA, *Menaem and Tiglath-Pileser III*, JNES, 37:43-49, 1978, data o tributo no ano de 740 e a morte de Menaém no ano de 739.

9 Apesar de alguns aspectos estranhos, 2 Rs 15.19s. por certo se refere ao tributo do ano de 738. Tiglate-Pileser III aparece com seu nome babilônico de trono Pulu, que naquela época ainda nem usava. Crítico é o posicionamento de O. LORETZ & W. MAYER, *Pulu-Tiglatpileser III und Menaem von Israel nach assyrischen Quellen und 2. Kön 15,19-20, UF, 22:221-231, 1990.*

10 Fragmento de cerâmica K 6205 = Anais, linhas 102-120.

11 Assim H. M. HAYDN, *Azariah of Judah and Tiglathpileser III*, JBL, 28:182-199, 1909; D. D. LUCKENBILL, *Azariah of Juda*, AJSL, 41:217-232, 1924/5; H. TADMOR, *Azriyau of Yaudi*, ScrH, 8:232-271, 1961. Cf. também M. WEIPPERT (veja supra, p. 349, nota 2), p. 396, notas 14-16. De opinião diferente, mas dificilmente acertada, é N. NA'AMAN, *Sennacherib's "Letter to God" on His Campaign to Judah*, BASOR, 214:25-39, 1974.

12 Cf. também 2 Rs 15.17,23: contemporaneidade de Azarias e Menaém.

13 Veja supra, p. 298.

14 Assim M. WEIPPERT, op. cit. (veja supra, nota 6), p. 32.

15 No período neo-assírio, os assírios datavam segundo listas nas quais os anos eram assinalados através dos nomes dos reis e de altos funcionários do império, na maioria das vezes acrescentando ainda um acontecimento destacado. Essas listas são denominadas de cânone(s) de epônimos. Edição: A. UNGNAD, *Reallexikon der Assyriologie*, 1938, vol. 2, pp. 412-457.

16 A. UNGNAD, op. cit., p. 431.

17 Cf. A. ALT, *Tiglatpileser III erster Feldzug nach Palästina* (1951), in: ID., *Kleine Schriften*, vol. 2, pp. 150-162.

18 Quanto às relações entre os assírios e os filisteus, cf. H. TADMOR, *Philistia under Assyrian Rule*, BA, 29:86-102, 1966.

19 N. NA'AMAN, *The Brook of Egypt and the Assyrian Policy on the Egyptian Border*, *Shnaton*, 3:138-158, 1978/9, identifica o “riacho do Egito” com o *Nahal B'sor*, mencionado em 1 Sm 30.9s.,21, a respeito do qual, todavia, ninguém sabe exatamente onde deve ser procurado.

base pudesse lhe servir de trampolim para o Egito. O procedimento de Tiglate-Pileser nessa zona periférica no sul do corredor diferenciou-se de sua prática em outros casos: depois do regresso bastante rápido do dinasta da cidade de Gaza, que havia fugido, Tiglate-Pileser o tratou com clemência, restituindo-lhe seus antigos direitos; ou seja: desistiu de enquadrar Gaza no 2º estágio de vassalagem²⁰. É provável que ele tenha feito isso porque dificilmente se poderia controlar com eficácia um território no 2º estágio de vassalagem que estivesse separado do território provincial assírio por uma zona de estados que se encontravam no 1º estágio de vassalagem.

A campanha do ano de 734 realizou-se na vizinhança mais próxima do Reino do Sul, Judá. Ela demonstrou ao dauidida Acáz (741-725 ou 744-729), pela primeira vez e bem de perto, como os assírios lidavam com resistências que se lhes opunham²¹. Os efeitos dessa aula demonstrativa não deixaram de se fazer sentir. Quando, no final da primavera ou no verão de 734, Rezim de Damasco e Peca de Israel (735-732)²² tentaram envolver o rei Acáz numa coalizão antiassíria, ele opôs uma resistência pertinaz a essa proposta. A partir disso desenvolveu-se a chamada guerra siro-efraimita²³, sobre cujas origens, decurso e conseqüências estamos bem informados através de três diferentes grupos de fontes literárias:

1. os excertos que os deuteronomistas extraíram dos anais dos reis de Israel e Judá, que, porém, não se encontram numa exposição contínua, mas estão distribuídos por diversos trechos sobre os reis dos Reinos do Norte e do Sul (2 Rs 15.29s.,37; 16.5-9)²⁴;

2. os ditos de dois profetas israelitas que levantaram suas vozes incisivamente nesse período de crises, um em Jerusalém e o outro em Israel (Is 7.1-17; 8.1-15; 10.27b-34; 17.1-11; Os 5.1s.; 5.8-6.6; 8.7-10);

3. as inscrições de Tiglate-Pileser III²⁵, a saber, Anais, linhas 195-240, ND 4301 + 4305²⁶ e III R 10, n.º 2 (= a chamada Inscrição Menor I)²⁷.

20 Veja supra, pp. 342s.

21 A impressão terrível causada pelas unidades militares assírias foi descrita magnificamente alguns anos mais tarde pelo profeta Isaías: Is 5.26-29. Gravuras relativas ao armamento das tropas assírias se encontram, p. ex., em AOB, 132-141, e ANEP, 3. ed., 336-373.

22 A informação de 2 Rs 15.27 de que Peca teria governado 20 anos é errada.

23 Essa designação esquisita tornou-se habitual. Ela se baseia no fato de antigas traduções (LXX, Vulgata) e depois delas também a de Lutero terem reproduzido “Ará, aranzus” com “Síria, sírios”. Efraim representa *pars pro toto* o Reino do Norte, Israel; cf. também Is 7.2.

24 E. BEN-ZVI, Tracing Prophetic Literature in the Book of Kings; the Case of II Kings 15,37, ZAW, 102:100-105, 1990, esposa a concepção de que 2 Rs 15.37 não seria uma nota dos Anais, mas proviria de uma fonte profética distante da tradição de Isaías.

25 Cf. E. VOGT, Die Texte Tiglat-Pileasers III. über die Eroberung Palästinas, *Biblica*, 45:348-354, 1964.

26 D. J. WISEMAN, *Iraq*, 18:117ss., 1956.

27 P. ROST, op. cit. (veja supra, p. 342, nota 38), pp. 78ss. Traduções de três textos mencionados: AOT, 2. ed., 346-348; ANET, 3. ed., 282-284; TGI, 3. ed., 57-59; TUAT I, 371-374, 376-378.

Com o auxílio dessas fontes, os traços principais dos acontecimentos podem ser reconstruídos fidedignamente, embora boa parte dos bastidores, pormenores e dados cronológicos permaneça controversa²⁸. Deve-se levar em consideração especialmente a tradição profética em Isaías e Oséias, da qual se podem extrair mais percepções do que se esperaria à primeira vista²⁹.

Primeiramente a narração dos acontecimentos principais: Rezim de Arã-Damasco e Peca de Israel — ambos os estados estavam no 1º estágio de vassalagem desde 738 — consideraram favorável o momento para se unir numa coalizão antiassíria, a fim de livrar-se, de uma vez por todas, da pressão assíria. Eles se esforçaram por ampliar sua base de ação política e, sobretudo, militar e, por isso, tentaram induzir o dauidida Acáz de Judá — inicialmente decerto por meios diplomáticos — a participar da conspiração. Acáz, entretanto, não enxergou, nem para si nem para Judá, motivos para se envolver numa aventura antiassíria; talvez tenha avaliado como desfavoráveis — se o fez, foi com razão! — as chances de êxito do empreendimento. Ele recusou. Os aliados, por seu turno, acreditavam não poder de modo algum abrir mão de Judá como participante da coalizão e, por isso, se decidiram pela guerra. Eles aglutinaram forças de combate no território do Reino do Norte, Israel, e se prepararam para avançar contra Jerusalém, não para invadir Judá militarmente, mas para destituir o dauidida renitente e fazer com que um arameu dócil, chamado *Ben Tãb’el*³⁰ (“filho de Tabeel”), assumisse o trono judaíta. É claro que as forças militares de Judá deveriam ser poupadas tanto quanto possível, visto que mais tarde os aliados ainda precisariam delas contra a Assíria. Acáz se viu em grandes apuros, pois era de se prever que Jerusalém não poderia

28 Cf. J. BEGRICH, Der syrisch-ephraimitische Krieg und seine weltpolitischen Zusammenhänge [1929], in: ID., *Gesammelte Studien*, pp. 99-120; B. ODED, The Historical Background of the War between Rezin and Pekah against Ahaz, *Tarbiz*, 38:205-224, 1968/9; ID., The Historical Background of the Syro-Ephraimite War Reconsidered, *BA*, 34:153-165, 1972; H. CAZELLES, La guerre syro-ephraimite dans le contexte de la politique internationale, in: *Storia e tradizioni di Israele*; coletânea em homenagem a A. Soggin, 1991, pp. 31-48. Importante para a avaliação de determinadas fórmulas literárias da tradição historiográfica: H. TADMOR & M. COGAN, Ahaz and Tiglath-Pileser in the Book of Kings; *Historiographic Considerations*, *Biblica*, 60:491-508, 1979.

29 Quanto a isso, cf. A. ALT, Hosea 5,8-6,6; ein Krieg und seine Folgen in prophetischer Beleuchtung [1919], in: ID., *Kleine Schriften*, vol. 2, pp. 163-187; H. DONNER, *Israel unter den Völkern*; die Stellung der klassischen Propheten des 8. Jh. v.Chr. zur Aussenpolitik der Könige von Israel und Juda, pp. 1-63, 1964 (SVT, 11); J. M. ASURMENDI, *La Guerra Siro-Efraimita*; Historia y Profetas, 1982 (Instituto Español Bíblico y Arqueológico de Jerusalén, 4); M. E. W. THOMPSON, *Situation and Theology*; Old Testament Interpretations of the Syro-Ephraimite War, 1982; A. S. van der WOUDE, Bemerkungen zum historischen Hintergrund von Hos 5,8-6,6, in: *Storia e tradizioni di Israele*, 1991, pp. 299-308. Como representantes de posições de *outsider* podem ser considerados: S. A. IRVINE, *Isaiah, Ahaz and the Syro-Ephraimite Crisis*, 1990 (SBL, Diss. Ser., 123), e B. RICKERT, König Ahas und der Prophet Jesaja; ein Beitrag zum Problem des syrisch-ephraimitischen Krieges, *ZAW*, 99:361-384, 1987; este último nega, seguindo antecessores, a autenticidade de Is 7.1-9 e encara a guerra em seu todo como uma ficção.

30 Is 7.6: *Tãb’al* = tendenciosamente: “bom não!”; com a LXX e Esdras deve-se vocalizar *Tãb’el*.

agüentar por muito tempo um sítio por parte das tropas israelitas e araméias unidas. Nessa situação ele resolveu — contra o conselho enfático do profeta Isaias! — chamar os espíritos dos quais Judá não conseguiu mais se livrar depois. Ele enviou uma contribuição a Tiglate-Pileser III com o pedido de que este o apoiasse contra Rezim e Peca. Com isso se colocou voluntariamente no 1º estágio de vassalagem. Tiglate-Pileser aproveitou, sem delongas, a oportunidade de sufocar no nascedouro uma conspiração dirigida contra ele. Vindo do norte, ele avançou com seu exército contra os aliados, obrigando-os, com isso, a arrostar o confronto militar muito mais cedo do que eles tinham esperado e querido. Rezim e Peca tiveram de retirar imediatamente suas forças armadas de Jerusalém para jogá-las contra os assírios³¹. Obviamente, porém, isso não adiantou muito, pois não havia como enfrentar as unidades assírias. Ainda assim, Rezim conseguiu resistir por algum tempo em Damasco: a cidade caiu só em 732 diante do ataque assírio. Tiglate-Pileser houve por bem eliminar totalmente e já naquele momento esse adversário perigoso. Passou por cima do 2º estágio de vassalagem e transformou Arã-Damasco numa província assíria. Mas ainda antes disso, portanto em 733, ele apareceu em Israel e reduziu sensivelmente o território de Peca: anexou a Galiléia e Gileade, transformou essas duas regiões nas províncias de *Magiddu* e *Gal'ad[af]*³², talvez também tenha constituído então a província costeira de *Du'ru* (= Dor, *el-Burdj* junto a *et-Tantura*) e restringiu Peca ao território remanescente, um Estado truncado, reduzido à região de Efraim. Deportou a classe alta urbana das regiões conquistadas “para Assur”, enquanto que a população rural nativa permaneceu no país e, segundo prática assíria corrente, recebeu uma classe alta estrangeira. Tiglate-Pileser não precisou intervir no poder governamental do Estado truncado de Efraim, pois o rei Peca, logo após sua derrota, foi vítima de uma conspiração originária do partido favorável a Assur em Samaria. O cabeça da conspiração, um homem chamado Oséias, filho de Elá, foi confirmado por Tiglate-Pileser como dinasta-vassalo dependente do Estado truncado³³. Com isso, o Reino do Norte ingressou no 2º estágio de vassalagem em relação à Assíria.

31 O estratagema político de livrar-se de inimigos perigosos através da intervenção provocada de um terceiro gozava de notável popularidade entre os sécs. 10 e 8 a.C. Casos bem semelhantes encontram-se: 1) em I Rs 15.16-22 (Asa de Judá contra Baasa de Israel com a ajuda de Arã-Damasco; veja supra, pp. 289s.); 2) em KAI, 24.5-8 (Kilamuwa de Ja'udi-Sam'al contra o rei de Danuna com a ajuda de Salmaneser III); 3) talvez também em KAI, 202 A, 4-17 (Zakir de Hamate e L'SH contra uma coalizão de dez sob a liderança de Arã-Damasco com ajuda de quem? Não o sabemos; o texto está destruído.).

32 Quanto à forma do nome, cf. M. WEIPPERT, GGA 224, 1972, pp. 154s. Desde A. JIRKU, *Der angebliche assyrische Bezirk Gilead*, ZDPV, 51:249-253, 1928, não mais cessaram as dúvidas quanto à instituição da província de Gileade, apesar de A. ALT, *Kleine Schriften*, vol. 2, pp. 202s. Cf. também H. TADMOR, *The Southern Border of Aram*, IEJ, 12:114-122, 1962.

33 No ano de 731, Oséias pagou tributo a Tiglate-Pileser III na cidade babilônica meridional de *Sarrabanu*; cf. R. BORGER & H. TADMOR, *Zwei Beiträge zur alttestamentlichen Wissenschaft auf Grund der Inschriften Tiglatpilesers III*, ZAW, 94:244-251, 1982.

Embora se possa delinear um panorama dos acontecimentos em traços gerais, os detalhes são problemáticos. No tocante ao final da guerra siro-efraimita, porém, não pode haver dúvida: ele coincide com a ocupação de Damasco em 732. Contudo, não se reconhecem tão claramente os inícios. Joachim Begrich³⁴ partiu da pressuposição correta de que as atividades bélicas propriamente ditas se desenrolaram entre a primavera de 735 — a data em que Peca subiu ao trono³⁵ — e 733, a data do início da ação punitiva assíria contra Damasco. Isto é de fato inquestionável. Entretanto, a campanha de Tiglate-Pileser III contra Gaza no ano de 734³⁶ — com toda a probabilidade na primavera/verão deste ano — se situa no meio desse período. Qual é a relação dessa campanha com a guerra siro-efraimita? Não o sabemos ao certo. Begrich supôs que os eventos bélicos tenham tido lugar antes da campanha assíria contra Gaza — portanto, certamente antes de junho/julho de 734 — e que ela tenha representado o início da ação punitiva contra os participantes da coalizão antiassíria. Ora, aqui reside a dificuldade: não sabemos precisamente quem, além de Israel e Damasco, ainda fazia parte da coalizão antiassíria. Inteiramente certo, na verdade, é apenas que o rei Hirão (*Hirimu*) de Tiro participou da coalizão; é a respeito dele que Tiglate-Pileser diz expressamente que havia conspirado com Rezim³⁷. De resto, em suas inscrições Tiglate-Pileser externase de modo genérico e amplo sobre seus adversários, sem os diferenciar de acordo com as conspirações ou em termos de tempo. Nunca é inteiramente seguro que os numerosos dinastas que ele afirma ter subjugado estejam relacionados em termos políticos ou cronológicos. Se, portanto, J. Begrich e outros depois dele supuseram que a coalizão antiassíria que desencadeou a guerra siro-efraimita tivesse compreendido, além de Israel e de Damasco, também as cidades costeiras filistéias, talvez os estados periféricos da Transjordânia³⁸ e, por certo, em segundo plano o Egito, essa suposição em todo caso não tem uma base textual inequívoca — desconsiderando inteiramente o fato de que os estados transjordânicos e o Egito nem são mencionados.

Esse estado de coisas também torna problemáticas as demais conclusões de Begrich: Tiglate-Pileser teria tentado em 734, através de sua investida na planície costeira filistéia, impedir a intervenção dos egípcios, cuja vinda deveria ser esperada dali. A fuga de *Hanunu* de Gaza para o Egito e a entrega de

34 Veja supra, nota 28.

35 Considerações a respeito da cronologia — de modo algum inteiramente segura — em H. J. COOK, *Pekah*, VT, 14:121-135, 1964; E. R. THIELE, *From Pekah to Hezekiah*, VT, 16:83-103, 1966.

36 Veja supra, pp. 351s.

37 ND 4301 + 4305; cf. TGI, 3. ed., 57.

38 Estes, talvez sob Tiglate-Pileser, entraram no 1º estágio de vassalagem. Veja infra, p. 359, e cf. B. ODED, *Observations on Methods of Assyrian Rule in Transjordan after the Palestinian Campaigns of Tiglath-Pileser III*, JNES, 29:177-186, 1970. Uma posição crítica é adotada por U. HÜBNER, *Die Ammoniter*, 1992, p. 190.

sua cidade, que aparentemente se deu sem combates, teriam tido o objetivo de, no momento de maior aflição, mobilizar o auxílio armado egípcio. A campanha do ano de 733 contra Damasco teria, então, ocorrido a partir da Filistéia, onde os exércitos assírios passaram o inverno de 734 para 733. Tudo isso é questionável. Em nenhum lugar aparece qualquer palavra a respeito de uma participação do Egito. Não é plausível o argumento corroborante de Begrich de que Acaz, ante a aproximação das forças armadas israelitas-araméias, poderia ter solicitado ajuda ao Egito, se este não tivesse sido um dos parceiros da conspiração antiassíria; pois uma intervenção militar do Egito contra Israel e Damasco em todo caso seria problemática: com grande probabilidade ela teria transformado Judá em palco de guerra e, além disso, dirigido, em tempo inoportuno, a atenção dos assírios para o sul do corredor, onde seus interesses estavam em jogo. A reinstalação de *Hanunu* de Gaza como príncipe-vassalo teria sido muito estranha se este, num momento imediatamente anterior, tivesse tentado obter auxílio egípcio, mesmo que sem êxito. Que os exércitos assírios tenham passado o inverno na planície litorânea filistéia é possível, mas não comprovável e talvez nem mesmo verossímil. Não é possível deduzir dos anais, linhas 203-209, que Tiglate-Pileser tenha tido de conquistar Damasco a partir do sul, vindo, portanto, de Gaza: é verdade que lá se mencionam várias localidades situadas ao sul de Damasco³⁹, mas isso após a informação sobre a ocupação de Damasco e a devastação do oásis (*el-Guta*). É difícil dizer se o tempo entre a primavera de 735 até junho/julho de 734 era suficiente para as negociações em torno da coalizão entre Damasco e Israel, para o primeiro contato diplomático com Judá, para a recusa de Acaz, para as atividades bélicas propriamente ditas, para a solicitação de ajuda de Acaz ao grande rei e para o avanço do exército assírio. Uma coisa pode-se excluir sem receio: que a guerra siro-efraimita tenha ocorrido ao mesmo tempo que a campanha de Tiglate-Pileser contra a Filistéia; pois dificilmente se poderia julgar os aliados capazes do erro político e estratégico de atrair sobre si, através de medidas militares, a atenção dos assírios presentes na planície litorânea. Portanto, parece aconselhável separar a campanha de 734 da guerra siro-efraimita — como o fez Albrecht Alt⁴⁰ — datando esta depois daquela.

Se se considerarem as distâncias, a geografia e os costumes das potências beligerantes no Oriente Antigo, então é provável que Tiglate-Pileser tenha chegado à planície litorânea filistéia o mais tardar em abril/maio de 734, ficando ali até junho/julho. As negociações em torno da coalizão entre Damasco e Israel e a tentativa de persuadir Judá a participar podem ter ocorrido durante

esse tempo ou também já anteriormente. É fácil imaginar que a passagem dos assírios por território israelita tenha reforçado o clima antiassírio na corte e talvez também entre o povo, de modo que os negociadores damascenos tenham encontrado ouvidos abertos. De qualquer modo, é nesse estágio inicial que, em todo caso, cabe Is 17.1-11, um dito no qual o profeta vê o planejado empreendimento antiassírio fadado à catástrofe⁴¹. A concentração das tropas aliadas em Efraim é pressuposta em Is 7.1-17⁴²: ela só ocorreu após a saída do exército assírio da planície litorânea, visto que os aliados devem ter evitado operar militarmente no alto das montanhas, durante a presença dos assírios no litoral. Portanto, Is 7.1-17 se situa no tempo posterior a junho/julho de 734. Naquele tempo Acaz esperava pelo ataque dos aliados e provavelmente também já considerava o pedido de auxílio a Tiglate-Pileser — contra o conselho de Isaías, que enxergava nisso não apenas falta de confiança em Javé, mas também contava com a possibilidade de que o ataque nem se realizasse: “Não temas, nem se desanime teu coração por causa destes dois tocos de tições fumegantes, apesar da ira de Rezim e dos arameus e do filho de Remalias! (Is 7.4.) (...) Pois antes que este menino saiba desprezar o mal e escolher o bem, será desamparada a terra, ante cujos dois reis tu tremes de medo.” (Is 7.16.) Se, porém, a ofensiva dos aliados contra Jerusalém tivesse se dado logo após a conversa de Isaías com o rei (Is 7), então duas coisas permaneceriam incompreensíveis:

1. Acaz deve ter enviado o pedido de auxílio a Tiglate-Pileser III ainda no ano de 734. Se ele fez isso, então é de se perguntar por que Tiglate-Pileser teria esperado até 733 para tomar alguma providência. Isso não era de seu feito nem teria sido prudente.

2. Deve-se julgar o profeta Isaías capaz de não apenas bagatelizar o processo militar diante de sinais claramente reconhecíveis de perigo iminente — a ofensiva dos aliados contra Jerusalém! —, mas de contar expressamente com uma persistência mais prolongada das tensões (“antes que o menino saiba...” — Is 7.16)? Não se o deve julgar capaz disso, pois ele era um homem muito perspicaz e tinha um discernimento político sadio.

Então, porém, deve-se contar com a possibilidade de a marcha sobre Jerusalém ter ocorrido apenas pouco antes da intervenção dos assírios, portanto em 733⁴³. Isto significaria que os planos dos aliados não mais se concretizaram

41 Os vv. 5a,6-9 devem ser vistos como interpretações posteriores.

42 Também esse texto foi enriquecido por acréscimos: vv. 1aBb (a partir de 2 Rs 16.5); 5b; 8b; 15; talvez também 17 (?).

43 Para essa diferença de tempo é possível apresentar mais um argumento, porém muito hipotético. Em Is 7.14 é anunciado como iminente o nascimento de uma criança que deverá receber o nome de Emanuel, “Deus está conosco”, e isto para sinalizar que Javé está com Judá e que por isso não há motivos para desanimar. A identidade desse Emanuel é controvertida. Se ele tiver sido um filho do profeta Isaías — uma suposição que, apesar das reflexões inteligentes de M. GÖRG, Hiskija als Immanuel; Plädoyer für

39 *Hadara* = *el-Hadr*, a sudoeste de Damasco; *Kuruçça* = *Breça* em *Djcin*; *Irma* = ‘*Ilma* em *Hauran*; *Mctuna* = *el-Imtune*, ao norte de *Hauran*. As localizações dos dois primeiros lugares são incertas.

40 Veja supra, nota 17.

em 734. Não se conhecem as razões, mas é possível imaginar algumas. O ano não estava mais em seu início. Se Jerusalém não pudesse ser tomada de um só golpe, então era necessário preparar-se para um sítio mais demorado. Talvez os recursos militares não parecessem suficientes para isso ou a época do ano muito avançada, de modo a se temer uma interrupção infrutífera do sítio, porque os agricultores queriam voltar para casa, para seus campos. Além disso, deve-se levar em consideração que, aparentemente, a coalizão havia se constituído com muita rapidez. Talvez resultassem disso diferenças de opinião política ou estratégica entre os aliados, relativas à continuidade das ações conjuntas. Não o sabemos. Em todo caso, na primavera de 733 o plano foi retomado e então implementado sem delongas. Nessa situação se encaixa Is 10.27b-34⁴⁴. Os aliados não avançaram sobre Jerusalém, como se deveria esperar, vindos do norte na estrada principal ao longo do divisor de águas da região montanhosa, mas sim numa via secundária mais difícil a leste, passando por Rimom (*Rammun*), Micmás (*Muhmas*), Geba (*Djeba'*) até Nobe (no *Ras el-Musarif*). O sentido desse avanço dificultoso era evitar a fortificação judaíta fronteira de Mispa (*Tèll en-Nasbe*) e só chegar à estrada principal ao sul dela.

Nessa situação cheia de perigo, Isaías não contava mais — como um ano antes — com a não-realização do ataque, mas sim com um milagre de Deus em favor de Acaz e Jerusalém. Disso se segue que a política de busca de apoio junto à Assíria, tão duramente condenada por Isaías, ainda não havia sido concretizada⁴⁵. Acaz hesitou, até o último momento, enviar a delegação até Tiglate-Pileser III. Ele só decidiu fazê-lo quando não enxergou outra saída. Isaías 8.5-8⁴⁶; 8.9-10⁴⁷; 8.11-15; Os 5.8-9 pressupõem esse estado de coisas. Difícilmente passou muito mais de uma semana até que o exército assírio se colocou em marcha. Com a notícia de seu avanço, os aliados tiveram de retirar suas tropas de Jerusalém. Os judaítas imediatamente avançaram na brecha e conquistaram um pedaço de território efraimita: Os 5.10. Num período de tempo de provavelmente apenas poucas semanas, mais ou menos entre maio e julho de 733, a coalizão entrou em colapso. Tiglate-Pileser III sitiou Damasco e

invadiu Israel do norte. Enquanto que foi detido diante de Damasco pela força de defesa de Rezim até 732, o empreendimento contra Israel obteve imediatamente o êxito desejado: a passagem do Reino de Israel para o 2º estágio de vassalagem. Oséias 5.1s.; 5.11; 8.7-10; 5.12-14; 5.15-6.6 pressupõem esse resultado, e o fazem nessa seqüência cronológica.

Depois da conquista de Damasco e da instalação de Oséias (731-723) como rei-vassalo de Efraim, a situação do sistema estatal siro-palestinese permaneceu inalterada por quase uma década. A intervenção de Tiglate-Pileser III na estrutura dos pequenos estados do corredor siro-palestinese teve um efeito paralisador duradouro sobre os desejos de emancipação dos vassalos. Foi a calma depois da tempestade. Isso se aplica também a Judá e ao Estado truncado de Efraim: ambos permaneceram na condição de vassalos da Assíria, sem empreender qualquer tentativa de libertação. Quase todos os estados do corredor siro-palestinese pagavam tributo a Tiglate-Pileser. O grande rei os menciona várias vezes, da forma mais completa na inscrição de cerâmica K 3751 (= II R 67), linhas 7'-12': Kummuh, Kue, Biblos, Hamate, Sam'al, Gurgum, Milid, Tuna, Tuhana, Ishtunda, Arvade, Amom, Moabe⁴⁸, Ascalom, Judá⁴⁹, Edom e Gaza. Esta é uma lista impressionante, cuja ordem geográfica, porém, deixa a desejar. Além disso, é uma lista que se formou aos poucos⁵⁰, que não se deve confundir, p. ex., com uma enumeração dos parceiros de coalizão da guerra siro-efraimita. Falta Oséias de Efraim. Isto é estranho, pois o texto não é anterior a 729. Será que esse Oséias era tão insignificante que nem mesmo valia a pena citá-lo como tributário? Não o sabemos. Em todo caso, a situação permaneceu inalterada, também quando Tiglate-Pileser III morreu em 727 e seu filho Salmaneser V ascendeu ao trono assírio. Nem Acaz nem Oséias cederam à tentação de aproveitar politicamente em seu benefício a situação de crise que sempre surgia quando havia uma troca no trono do império assírio.

No ano de 724, entretanto, Oséias de Efraim achou que havia chegado a hora de romper a fidelidade à Assíria. Suspendeu os pagamentos de tributo a Salmaneser V e começou a fazer contatos diplomáticos com o Egito, a fim de receber cobertura política e, se fosse o caso, também militar (2 Rs 17.4).

Com quem ele negociou lá? Lamentavelmente não o sabemos. Naquela época

eine typologische Identifikation, BN, 22:107-125, 1983, ainda continuamente parecendo provável —, então está claro que o nascimento do filho de Isaías Rápido-Despojo-Presa-Segura (*Maher-shalal-hash-baz*), em Is 8.1-4, não pode ter ocorrido antes de no mínimo 10-11 meses depois do nascimento de Emanuel. Também Is 8.1-4 ainda está sob o signo da guerra siro-efraimita. Esta ponderação, naturalmente, vale apenas supondo-se que a mesma mãe tenha tido ambos os filhos.

44 O v. 34 é um acréscimo.

45 Tudo isso, naturalmente, só vale sob a premissa de que eu tenha localizado Is 10.27b-34 de maneira historicamente correta; cf. H. DONNER, *Israel unter den Völkern*, 1964, pp. 30-38; além disso: ID., *Der Feind aus dem Norden*, ZDPV, 84:46-54, 1968. A tese que sustento encontrou pouca ressonância. Diferentemente, p. ex., H. WILDBERGER, *Jesaja*, 1972, pp. 423-435 (BK, 10).

46 Sem *'Immanu-'el* no v. 8.

47 Sem *ki 'Immanu-'el* no v. 10.

48 Pormenores sobre as relações de Moabe com a Assíria a partir das cartas de Ninrode em H. DONNER, *Neue Quellen zur Geschichte des Staates Moab in der 2. Hälfte des 8. Jh. v. Chr.*, *Mitteilungen des Instituts für Orientforschung*, 5:155-187, 1957; E. OLÁVARRI, *Moab en Nuevo Documento Asirio del s. VIII a.C.*, *Estudios Bíblicos*, 21: 315-324, 1962; S. MITTMANN, *Das südliche Ostjordanland im Lichte eines neuassyrischen Keilschriftbriefes aus Nimrud*, ZDPV, 89:15-25, 1973.

49 *Já-ú-ha-zi* ^{KUR} *Já-ú-da-a-a*, i. é, Jeoacaz (*Y^cho'ahaz*) = forma completa do nome de Acaz.

50 Cf. M. WEIPPERT, op. cit. (veja supra, nota 6), p. 53.

o Egito estava sob o signo do poderio crescente da 25ª dinastia etíope. Contudo, os etíopes ainda não haviam conseguido unificar todo o Egito sob seu cetro, desconsiderando o sucesso momentâneo do faraó Pianki mais ou menos em 730. No Delta do Nilo e no Egito Central havia muitos principados parciais autônomos, entre eles a chamada 24ª dinastia de Tefnakte de Saís e de seu filho Bocoris⁵¹. É mais provável que Oséias tenha se dirigido a um ou mais desses dinastas do que aos etíopes geograficamente muito distantes. 2 Rs 17.4, entretanto, sabe exatamente: Oséias negociou com “So”, o rei do Egito⁵². Este não é Tefnakte de Saís sob o cognome que o identificava como encarnação de Hórus, *Sj’-ib*⁵³, também não o lugar chamado Saís⁵⁴ ou *s’w*, “o saíta”⁵⁵; mas, com toda a probabilidade, não é outra coisa do que o termo egípcio para designar o rei⁵⁶: *nj-sw.t > nsw.t > nsw > So*⁵⁷. Numa só palavra: também 2 Rs 17.4 não o sabe melhor do que nós.

Independentemente de como se examine a questão, a ação de Oséias foi um equívoco político de graves conseqüências. Não é possível entender como ele chegou a arriscar um levante justamente em 724. Não dispomos de inscrições de Salmaneser V, mas também não há quaisquer indícios de que o império neo-assírio estivesse metido numa crise política interna ou externa. Oséias devia saber que provavelmente teria de enfrentar a Assíria em todo o seu poderio indiviso — ou então pelo menos forças que seriam perfeitamente suficientes para aniquilá-lo. Além disso, de modo algum ele tinha atrás de si um Egito unido, que pudesse ser seriamente tido como contrapeso frente à Assíria. Não sabemos se outros estados siro-palestinos participaram da conspiração: se isto houvesse ocorrido em maiores proporções, talvez tivéssemos um vestígio disso; se, no entanto, as proporções foram pequenas, então dificilmente isso teria representado um acréscimo de forças que pudesse transformar o empreendimento em algo auspicioso. Oséias de Efraim não tinha qualquer chance. Talvez ele tenha sido pressionado pelo partido antias-

sírio na corte de Samaria, ameaçado de ser derrubado do trono e, dessa maneira, forçado a adotar uma política antiassíria em tempo inoportuno⁵⁸.

O que tinha de vir, veio sem demora: Salmaneser V não titubeou um momento sequer em subjugar violentamente o movimento dirigido contra ele. Conseguiu apoderar-se da pessoa do rei Oséias (2 Rs 17.4). A capital Samaria, contudo, conseguiu resistir por três anos — incluindo o ano da rebelião — ao sítio assírio (2 Rs 17.5). Só em 722, pouco antes da morte de Salmaneser V e do início do governo de Sargom II, a cidade caiu ante a ofensiva assíria (2 Rs 17.6). Embora Sargom II tenha se gloriado várias vezes da conquista de Samaria em suas inscrições, pode ser tido como certo que a cidade caiu ainda sob Salmaneser V⁵⁹. Contudo, foi Sargom que tirou então as conseqüências políticas da vitória. O Estado truncado de Efraim foi transformado na província assíria de *Samerina*, a quarta e última província em solo do Reino de Israel⁶⁰. A classe alta foi deportada para a Mesopotâmia e a Média (2 Rs 17.6), e uma nova elite foi trazida, sobretudo da Babilônia e da Síria Central (2 Rs 17.24). Como era de se esperar, o Egito nem chegou a aparecer. Com isso deixou de existir o último resto do Reino do Norte, Israel: o reino outrora fundado por Saul havia ido a pique.

Da província assíria de *Samerina* — aqui, aliás, está a origem do uso do nome “Samaria” como designação de uma região — não se ouve falar muito no período seguinte⁶¹. A reflexão deuteronômista de 2 Rs 17.7-41 fundamenta pormenorizadamente por que tudo tivera de acontecer desse modo. Ela contém algumas informações concretas, cuja origem, entretanto, é desconhecida, e talvez nem mesmo todas fizessem originalmente parte desse contexto. De qualquer modo, está claro que a população sofreu uma sangria considerável por causa da deportação. Num de seus textos⁶², Sargom II indica que o número de deportados foi de 27.280; eles nunca mais regressaram. A nova elite, de

51 Veja supra, p. 337.

52 Antigamente se acreditava poder identificar esse So’ (vocalizado *Sewou* de modo semelhante) com um general egípcio que é mencionado nas inscrições de Sargom II: *ʾSb-ʾe-(e) LU-tar-ta-nu KUR-Mu-ḥu-ri*. Deve-se desistir desta igualação desde que R. Borger percebeu que o urolograma SIPA, “pastor”, não foi lido silabicamente como *sib* no período neo-assírio. Portanto, isso significa: SIPA *ʾe-(e) = Re-ʾe-ʾe-(e)*, genitivo de *re-ʾu*, “pastor”. Cf. R. BORGER, *Das Ende des ägyptischen Feldherrn Sibʾe*, JNES, 19:48ss., 1960; H. GOEDICKE, *The End of “So, King of Egypt”*, BASOR, 11:64ss., 1963.

53 Assim R. SAYED, *Tefnakht ou Horus SIʾ-(IB)*, VT, 20:116-118, 1970, e D. L. CHRISTENSEN, *The Identity of “King So” in Egypt (2 Kings XVII 4)*, VT, 39:140-153, 1989.

54 Assim H. GOEDICKE, 727 v.Chr., WZKM, 69:1-19, 1977, e J. DAHL, *The Problem of “So, King of Egypt” in 2 Kings XVII 4*, VT, 42:289-301, 1992.

55 Assim D. B. REDFORD, *A Note on II Kings 17.4*, *Journal of the Society for the Study of Egyptian Antiquities*, 11:75s., 1981.

56 G. W. AHLSTRÖM, *Kung So och Israels undergång*, *Svensk Exegetisk Årsbok*, 54:5-19, 1989.

57 Cf. R. KRAUSS, *So, König von Ägypten — ein Deutungsvorschlag*, MDOG, 110:49-54, 1978.

58 Quanto a essa questão, cf. também J. H. HAYES & J. K. KUAN, *The Final Years of Samaria (730-720 B.C.)*, *Biblica*, 72:153-181, 1991.

59 Assim segundo a Crônica Babilônica CT 34,47, col. I, linhas 27-32 (AOT, 2. ed., 359s.; ANET, 3. ed., 301s.; TGI, 3. ed., 60; TUAT I,4, 401s.). Cf. H. TADMOR, *The Campaigns of Sargon II of Assur, a Chronological-Historical Study*, JCS, 12:22ss., 77ss. (especialmente 33-40), 1958; cf. também E. VOGT, *Biblica*, 39:535-541, 1958; B. BECKING, *The Fall of Samaria; an Historical and Archaeological Study*, in: M. WEIPPERT, ed., *Studies in the History of the Ancient Near East*, 1992, vol. 2; S. TIMM, *Die Eroberung Israels (Samarías) 722 v.Chr. aus assyrisch-babylonischer Sicht*, in: WdO, vols. 20/21, pp. 61-82, 1989/90; N. NAʾAMAN, *The Historical Background to the Conquest of Samaria (720 B.C.)*, *Biblica*, 71:206-225, 1990.

60 Cf. A. ALT, *Das System der assyrischen Provinzen auf dem Boden des Reiches Israel [1929]*, in: ID., *Kleine Schriften*, vol. 2, pp. 188-205.

61 Quanto a alguns contratos comerciais de Gezer e Samaria: K. GALLING, *Assyrische und persische Präfekten in Geser*, PJB, 31:75-93 (especialmente 81-86), 1935; A. ALT, *Lesefrüchte aus Inschriften*; 4. Briefe aus der assyrischen Kolonie in Samaria, PJB, 37:102-104, 1941. Cf. ainda R. REICH & B. BRANDT, *Gezer under Assyrian Rule*, PEQ, 117:41-54, 1985.

62 Cf. TGI, 3. ed., 60s.

onde quer que tenha vindo, com o passar do tempo se misturou com a população autóctone. No que diz respeito à política religiosa, aparentemente os assírios deixaram as rédeas soltas: a nova elite trouxe junto seus deuses⁶³, e a população israelita continuou a adorar a Javé — e certamente não apenas a Javé (2 Rs 17.29-34). Os sacerdotes do santuário real de Betel haviam sido exilados. Quando, porém, irrompeu uma praga de leões, atribuiu-se isso à vingança do deus do país, de modo que o rei da Assíria mandou um sacerdote deportado de Javé retornar a Betel (2 Rs 17.25-28); aí ele deve ter dado continuidade ao culto a Javé. Contudo, não sabemos nem aproximadamente de que época provém essa história⁶⁴. Depois, pelo menos mais duas vezes chegaram levas de novos colonos ao país: sob Assaradão (Ed 4.2; Is 7.8b) e sob Assurbanípal (Ed 4.10). Eles certamente modificaram ainda mais a composição da população. Dificilmente estaremos equivocados ao supor que aqui esteja pelo menos uma das raízes do progressivo alheamento do antigo Norte israelita em relação a Judá. Mais tarde, no período pós-exílico, esse alheamento se solidificaria cada vez mais, até se chegar ao chamado cisma samaritano⁶⁵. Em todo caso, o Norte, outrora no centro do jogo de forças no corredor siro-palestinense, por ora saiu de cena. Beneficiária, a longo prazo, desse desenvolvimento iniciado pelos assírios foi Jerusalém.

63 Em 2 Rs 17.30s. os nomes desses deuses estão transmitidos num estado tão lastimável, que quase não se os pode utilizar: *Sukkot-Benot*, *Nergal*, *'Ashima*, *Nibhaz* (ou *Nibhaz*), *Tartaq*, *'Adrammelek* (*'Adarmelek*) e *'Anammelek*. *Nergal* é uma divindade babilônica, e *'Ashima* está documentado em textos de *Tayma* (cf. KAI, 228,3.16, onde se deve ler *'shim* ao invés de *'shyr*); cf. A. LIVINGSTONE, *Atlat*, 7:111, 1983. Será que os outros deuses e toda a lista são produto de especulação erudita posterior? Cf. também J. EBACH & U. RÜTERSWORDEN, *ADRMLK*, "Moloch" und Ba'al ADR; eine Notiz zum Problem der Moloch-Verehrung im alten Israel, *UF*, 11:219-226, 1979.

64 O antigo santuário de Silo (*Hirbet Selun*) parece não ter sido desmido já antes de 1000 a.C., mas sim apenas agora, em conexão com o fim do Reino do Norte. Cf. J. von ROSSUM, *Wanneer is Silo verwoest?*, *NTT*, 24:321-332, 1969/70; R. A. PEARCE, *Shilo and Jer.* VII 12.14 & 15, *VT*, 23:105-108, 1973; D. G. SCHLEY, *Shiloh*; a Biblical City in Tradition and History, 1989 (*JSOT*, Suppl. Ser., 63); N. P. LEMCHE, *Mysteriet om det frosvundene tempel*, *Svensk Exegetisk Arsbok*, 54:118-126, 1989.

65 Veja infra, pp. 492-494.

Capítulo 3

O Reino de Judá sob a supremacia dos assírios

A mudança no trono de Salmaneser V (727-722) para Sargom II (722-705) de modo algum se deu de maneira tão tranqüila como aquela ocorrida no ano de 727, de Tiglate-Pileser III para Salmaneser V; pois Sargom chegou ao poder como usurpador, por meio de um golpe de Estado, apoiado num partido revoltoso na velha capital, Assur, cujos privilégios já Tiglate-Pileser havia reduzido consideravelmente e que, sob Salmaneser V — se é que se pode dar crédito ao sucessor —, mais uma vez fora penalizada com a retirada da isenção de impostos e com a obrigação à corvéia. Os acontecimentos estão envoltos em escuridão. Parece que Salmaneser foi eliminado violentamente, longe de sua capital, pouco depois do final do sítio de Samaria¹. Sobre a origem do usurpador não é possível descobrir nada. Ele não fala a respeito. Talvez tenha sido oficial; também já foi tido como um filho de Tiglate-Pileser III². Nem mesmo seu nome é conhecido sem sombra de dúvida; pois "Sargom", em acádio: *Sharru-kenu*, "rei legítimo", certamente era um nome de trono que ele só assumiu quando iniciou seu governo, a fim de encobrir a ilegitimidade de sua sucessão no trono. Além disso, o nome continha um programa de política externa, pois assim chamara-se o famoso fundador do império, Sargom I da Suméria e Acádia (por volta de 2350 a.C.).

Naturalmente, Sargom II tinha de agradar os grupos que o ajudaram a chegar ao poder. Neste contexto provavelmente se encaixam a restituição dos privilégios aos cidadãos das cidades de Assur e Harã (libertação da corvéia, isenção de impostos e taxas alfandegárias), várias vezes relatada nas inscrições, e a liberação dos templos nestas cidades de todas as obrigações fiscais. Isso rendeu a Sargom o apoio dos magnatas da economia do país e dos sacerdotes; contudo, significava ao mesmo tempo certa mudança de pesos no setor da política interna, cujos efeitos é difícil estimar. Em todo caso, os primeiros meses de governo do usurpador não foram isentos de dificuldades, cuja superação demandou grande prudência, inteligência e determinação.

1 Veja supra, p. 361.

2 E. UNGER, *Sargon II. von Assyrien, der Sohn Tiglatpilesers III.*, 1933.

É óbvio que tudo isso tinha conseqüências em termos de política externa: o estalar das vigas no gigantesco império não podia passar despercebido e ficar sem conseqüências no cinturão de províncias e estados-vassallos. Se é que isso jamais fosse acontecer, então parecia que agora havia chegado a hora de os subjugados livrarem-se das amarras assírias e recuperarem a autonomia política. Como se obedecessem a um comando, em diversas partes do império começaram a estourar levantes pouco depois de Sargom ascender ao trono: *Ummanigash* (a rigor, *Humbannikash*) de Elão avançou, vindo do leste; na Babilônia, o arameu (caldeu) *Marduk-apla-iddina* — o Merodaque-Baladã do AT³ — ambicionava o trono; no oeste levantaram-se coalizões sob *Ilu-bi'di* (ou *Yau-bi'di*) de Hamate e *Hanunu* de Gaza. Sargom agiu com inteligência, fechando com *Marduk-apla-iddina* primeiramente uma espécie de acordo de moratória, que rendeu a este o trono babilônico em 721⁴. Mas ele hesitou demais, e isso deu aos vassallos na Síria e na Palestina oportunidade para consolidar suas alianças antiassírias; pois estava claro que nenhum dos pequenos estados do corredor poderia enfrentar a Assíria sozinho. Parece que se constituíram dois centros de resistência, a respeito dos quais não se pode dizer com exatidão se e até que ponto estavam de comum acordo. Na Síria Central, *Ilu-bi'di*, o rei do Estado restante de Hamate, que se encontrava no 2º estágio de vassalagem, reuniu uma coalizão formada pelos estados-vassallos de Arpade e Simirra e pelas províncias de Damasco e *Samerina*. A estrutura de domínio assírio deve ter se abalado consideravelmente no oeste, se até províncias participavam de tais empreendimentos. Na Palestina, *Hanunu* de Gaza⁵, o dinasta filisteu já conhecido do tempo de Tiglate-Pileser III, procurou conexão com o Egito; além disso, se esforçou em obter a adesão de Judá e provavelmente também de algumas tribos árabes do deserto. Os historiógrafos deuteronomistas omitiram essas negociações de coalizão, silenciando acerca delas. Sabemos a respeito disso exclusivamente através de um dito do profeta Isaías, que com certeza cabe nessa época (Is 14.28-32):

- (28) No ano da morte do rei Acaz foi pronunciada a seguinte sentença:
 (29) Não te alegres, tu, toda a Filistéia, por estar quebrada a vara que te feria!
 Pois da estirpe da cobra sairá uma áspide, e seu fruto será uma serpente voadora:
 (30b) “este irá” matar “tua semente” de fome e diminuir o que restar de ti.
 (31) Uiva, ó porta! Grita, ó cidade! Treme, ó Filistéia! Pois do norte vem fumaça e ninguém “conta” suas fileiras!
 (32) E o que se deve responder aos mensageiros estranhos? Que Javé fundou a Sião! E “nele” encontrarão refúgio os miseráveis de seu povo,

³ Veja infra, p. 371.

⁴ *Marduk-apla-iddina* havia recebido antes apoio militar por parte dos elamitas; cf. J. A. BRINKMAN, *Elamite Military Aid of Merodach-Baladan*, JNES, 24:161-166, 1965

⁵ Veja supra, pp. 351 e 356.

(30a) e os mais pequenos serão apascentados e os empobrecidos encontrarão paz.⁶

O título do dito (v. 28) é secundário e também não se enquadra cronologicamente⁷. Pode-se perceber que Isaías era contrário à adesão de Judá à coalizão antiassíria. Essa adesão também não se realizou. Judá permaneceu neutro, e lamentavelmente não sabemos se essa prudente política de neutralidade foi concretizada ou ao menos promovida pela influência do profeta. Em todo caso, o rei Ezequias manteve-se cauteloso e evitou, num primeiro momento, envolver-se em empreendimentos dirigidos contra a Assíria.

No ano de 720 a.C. havia chegado a hora: Sargom II começou a colocar ordem na situação reinante no oeste de seu império⁸. Primeiro, derrotou os aliados da coalizão setentrional junto a Cárcar (*Hirbet Qerqur*) no Baixo Orontes, conquistou e destruiu Hamate, aprisionou *Ilu-bi'di* e recrutou tropas e material bélico para seu exército em Hamate. Hamate ingressou no 3º e último estágio de vassalagem; tornou-se província assíria. Depois disso, Sargom dirigiu-se ao sul, derrotou *Hanunu* de Gaza e seu aliado egípcio *Re'u*⁹ junto a *Rapihu* (*Refah*), cerca de 25 km a sudoeste de Gaza, pondo, com isso, fim à conspiração. *Hanunu* foi deportado; Gaza ingressou no 2º estágio de vassalagem. Não é possível dizer se isso também aconteceu com as outras cidades filistéias que parecem ter participado, segundo Is 14.29,31. O egípcio *Re'u*, general (*tartanu*) de um dos dinastas parciais do Delta do Nilo, recolheu-se para sua pátria logo após a batalha perdida. Seu senhor, *Pir'u shar* ^{KUR}*Muçuri*, “faraó, o rei do Egito”, levou tributos a Sargom, provavelmente com a intenção de evitar mais seqüelas políticas do empreendimento malogrado. Teria ele sido Bocoris, o filho de Tefnakte de Saís¹⁰? Ninguém o sabe.

Nos anos seguintes, Sargom II estava ocupado no noroeste, norte e nordeste de seu império, abafando os anseios emancipatórios de vassallos maiores ou menores ou então prestando auxílio a vassallos em apuros: em 719 entre os maneus, ao sul do Lago Úrmia, em 718 em Tabal, no leste da Ásia

⁶ Por razões de conteúdo o v. 30a se encaixa depois do v. 32, no final do dito. V. 30b: Leia-se, segundo a LXX, 3ª pessoa masculino singular, *w^hhemil*, em lugar da 1ª pessoa, *w^hhematti*, e *zar'ek* em lugar de *sharshek*, “tua raiz”, que entrou a partir do v. 29. — V. 31: *kullek* talvez deva ser cortado, como glosa do v. 29. Deve-se preferir a versão de I Q Is^a, *moded*, em lugar de *boded*, que não tem sentido. — V. 32: Leia-se com I Q Is^a *ubo* em lugar de *ubah?* — Cf. de modo geral H. DONNER, *Israel unter den Völkern*, 1964, pp. 110-113; A. K. JENKINS, *Isaiah 14.28-32 — An Issue of Life and Death*, *Folia Orientalia*, 21:47-63, 1980 (a eliminação do v. 30 não é convincente); B. GOSSE, *Isaie et las traditions sur Isaie d'Isaie 36-39 et Isaie 20,1-6*, BZ. NF, 35:97s., 1991.

⁷ A passagem de Acaz para Ezequias é cronologicamente incerta: Begrich e Jepsen indicam o ano de 725, Thiele 716/5, Andersen 715/4. Nenhuma destas datas entra seriamente em cogitação para Is 14.28-32.

⁸ AOT, 2. ed., 348s.; ANET, 3. ed., 284s.; TGI, 3. ed., 62; TUAT I,4, 383 e textos afins.

⁹ Veja supra, p. 360, nota 52.

¹⁰ Veja supra, pp. 337 e 360.

Menor, em 717 em Carquemis (*Djerablus*), e também nos anos seguintes aqui e ali. A força motora de fundo era o império de Urartu, que, sob Rusa (cerca de 730-714), o sucessor de Sardur III, estava novamente se expandindo e tornando-se poderoso e cujos interesses colidiam com os da Assíria em toda parte, mas especialmente em *Muçaçir*, junto ao curso superior do Grande Zab¹¹. Essas confrontações proporcionaram uma pausa para o corredor siro-palestinese recuperar o fôlego.

Do ano de 716 é-nos transmitida uma medida que se referia à margem meridional da Palestina, embora de modo algum tenha estourado aí um levante¹². Em 720, Sargom não apenas destruíra a localidade de *Rapihu* (*Refah*), mas também deportara grande parte da população, criando assim um vácuo que agora considerava correto preencher. Segundo prática assíria corrente, ele assentou deportados de outras partes do império na vizinhança do ponto de apoio de *Nahal Muçur*, construído em 734 por Tiglate-Pileser¹³. Confiou o cargo de inspetor dessa nova colônia ao xeique (*nasiku*) da localidade de Labã (*Tell Abu Seleme?*), fiel a Assur e situada perto de *Rapihu*. Isso tinha a vantagem de colocar firmemente em mãos assírias a zona — diluída em termos de política demográfica — situada entre o império neo-assírio e o Egito e de tornar a posição da Assíria frente ao Egito mais forte do que antes. Os efeitos não se fizeram esperar: Sargom II recebeu o tributo de *Shilkanni*¹⁴, rei do Egito, decerto um pequeno dinasta, no mais desconhecido, do Delta Oriental do Nilo¹⁵.

Pouco tempo depois ocorreram novamente distúrbios na planície costeira filistéia. A respeito disso informam a grande inscrição suntuosa e um fragmento de prisma de Sargom II¹⁶, e ainda, do AT, Is 20, uma narrativa em prosa¹⁷ semelhante às lendas de Isaías transmitidas em 2 Rs 18.13-20.19 (Is 36-39). Sargom data os acontecimentos em seu 11º ano de governo, portanto em

712/11. Isaías 20, porém, ensina que a história prévia remonta pelo menos até 713, senão mais longe ainda. O rei da cidade de Asdode (*Esdud*) na Filistéia, chamado *Azuri*, havia naquela época suspenso os pagamentos de tributo à Assíria e tentado formar uma coalizão antiassíria com a Filistéia, Judá, Moabe, Edom e o Egito¹⁸. Não se sabe ao certo que razões o levaram a isso; talvez um dos motivos tenha sido a instalação de uma colônia assíria em e ao redor de *Rapihu*, em 716, que dificultou o acesso ao Egito para os vassallos do sul. Pelo que se pode ver, num primeiro momento Sargom conseguiu controlar a situação sem recorrer a uma ação militar. Ele depôs sumariamente *Azuri* e entronizou ao irmão deste, *Ahimiti*, como dinasta da cidade de Asdode. Com isso a questão poderia estar liquidada. Mas a aristocracia urbana de Asdode não aceitou a decisão do grande rei e ajudou um homem chamado *Yamani* a assumir o poder; este, sem delongas, retornou à política antiassíria de *Azuri*.

No ano de 711, Sargom considerou inevitável uma intervenção militar. No início desse ano ele estava ocupado em passar o pequeno Estado de Gurgum, no norte da Síria, do 2º para o 3º estágio de vassalagem, i. é, em transformá-lo numa província assíria. É provável que de lá ele tenha mandado para a Palestina um destacamento do exército sob o comando de um general (*tartanu*) que sitiou e conquistou Asdode, *Gimtu* (= Gate, *Tell eç-Çafi?*) e *Asdudimmu* (i. é, Asdode junto ao mar, *Minet el-Qal'a*). O esperado auxílio militar do Egito, com o qual também o profeta Isaías parece ter contado (Is 20.4s.), mais uma vez não se concretizou. Mesmo assim, *Yamani* fugiu para o Egito e lá pediu asilo político. No Egito, o etíope Shabaca, que chegara ao governo em 716, entretanto havia subjugado os principados do Delta e unificado o país¹⁹. Ele não viu motivo algum para desafiar o perigoso vizinho assírio e entregou *Yamani*. O que se seguiu só era ainda uma questão administrativa. A classe alta das localidades filistéias conquistadas foi deportada, colonos estranhos foram assentados, e a região foi transformada numa província assíria a cargo de um administrador (*bel pahati*). Os demais participantes da coalizão aparentemente haviam se retirado da causa em tempo e escaparam apenas com um susto. Isso aconteceu também com Ezequias de Judá, ao qual Isaías havia recomendado insistentemente que ficasse de fora²⁰. Ele se retirou e, com isso, deteve por exatamente uma década a catástrofe de Judá.

No período subsequente, Sargom II dedicou-se principalmente à pacificação da Babilônia, a cujo trono ele próprio ascendeu em 710, e à ampliação de sua nova residência, *Dur-Sharruken*, “castelo de Sargom” (*Horçabad*).

11 Cf. R. FOLLET, RSO, 32:61-81, 1957.

12 Cf. E. F. WEIDNER, Shilkan(he)ni, König von Musri, ein Zeitgenosse Sargons II; nach einem neuen Bruchstück der Prisma-Inschrift des assyrischen Königs, AfO, 14:40-53, 1941-44; G. RYCKMANS, *Shilkan-ni, Shi-il-he-ni* = arabe préislamique *Shhn?*, *ibid.*, pp. 54-56. Quanto à avaliação, cf. A. ALT, Neue assyrische Nachrichten über Palästina; I. Zur Besetzung des palästinischen ägyptischen Grenzgebietes [1945], in: ID., *Kleine Schriften*, vol. 2, pp. 226-234.

13 Veja supra, p. 351.

14 Assim o nome definitivo; cf. W. F. ALBRIGHT, Further Light on Synchronisms between Egypt and Asia in the Period 935-685 B.C., BASOR, 141:23-27, 1956.

15 A identificação, recomendada por Albright e outros, de *Shilkanni* com um dos reis chamados Osorcon (em egípcio: *Wsrkn*) da 23ª dinastia de Tanis malogra por causa da cronologia. A 23ª dinastia é mais ou menos contemporânea da fase tardia da 22ª dinastia líbia e acabou por volta de 730 a.C. No entanto, poderia ter sido um Osorcon totalmente desconhecido de outro modo.

16 ARAB II, §§.62, 193-195; AOT, 2. ed., 350s.; ANET, 3. ed., 286s.; TG, 3. ed., 63s.; TUAT I, 4, 381s., 384s.

17 Cf. Z. J. KAPERA, Biblical Reflections of the Struggle for Philistia at the End of the Eighth Century B.C., Part II: Analysis of the Chapter XX of the Book of Isaiah, *Fofo Orientalia*, 22:277-294, 1981-84.

18 Cf. A. ALT, Neue assyrische Nachrichten über Palästina; II. Zur Errichtung der Provinz Asdod [1945], in: ID., *Kleine Schriften*, vol. 2, pp. 234-241.

19 Veja supra, pp. 336s.

20 Cf. H. L. GINSBERG, Reflexes of Sargom in Isaiah after 715 B.C.E., JAOS, 88:47-53, 1968.

Enquanto ele viveu, não houve mais levantes na Síria e na Palestina; o golpe contra Asdode havia abafado os anseios emancipatórios dos vassallos. Só em 705, depois da morte de Sargom e da ascensão ao trono de seu filho, Senaqueribe (705-681), começou a haver novamente inquietações no sudoeste do império. Desta vez foi Ezequias de Judá (725-697)²¹, até então tão cauteloso, que, por razões desconhecidas, considerou chegada a hora de adotar uma política antiassíria. A mudança no trono de Assur pode tê-lo encorajado. Enquanto que em anos anteriores vários outros haviam tentado atraí-lo para conspirações, agora ele próprio tentava criar uma aliança antiassíria sustentável. Sobre isso e sobre os acontecimentos daí resultantes informam as seguintes fontes:

1. As inscrições de Senaqueribe²², entre elas em especial o chamado cilindro de Taylor (um prisma hexagonal de cerâmica), cols. II, 34-III, 41²³, o prisma de Chicago, a inscrição taurina de Nínive²⁴, além dos relevos sobre a conquista de Laquis encontrados no palácio de Senaqueribe em Nínive²⁵.

2. 2 Rs 18.7: um excerto deuteronomista dos anais dos reis de Judá.

3. Tradições de Isaías, mais precisamente: a) ditos do profeta Isaías²⁶ (18; 30.1-5; 31; 22.1-14; 1.4-9); b) Lendas sobre a atividade de Isaías (2 Rs 18.13-20.19 = Is 36-39)²⁷.

É evidente que se trata de fontes de valor sumamente diverso. Sua confiabilidade e possibilidade de aproveitamento — sobretudo das lendas de

Isaías — são controversas. O historiador não pode fazer mais do que se empenhar pelo mínimo que se possa assegurar criticamente²⁸.

Ezequias de Judá tornou-se *spiritus rector* de uma coalizão antiassíria de estados da parte meridional do corredor siro-palestinense. Não é mais possível delimitar exatamente a extensão dessa coalizão, pois não sabemos se foram co-conspiradores de fato e desde o início os estados que mais tarde pagaram tributo a Senaqueribe. Em todo caso, participaram as cidades filistéias de Ascalom ('*Asqalan*') e Erom (*Hirbet el Muqanna'*); além disso, provavelmente as cidades costeiras fenícias de Arvade (*Arwad er-Ruad*), *Samsimuruna* (?), Biblos (*Djbel*) e Sidom (*Çayda*), dificilmente também os estados periféricos da Transjordânia: Amom, Moabe e Edom²⁹. No ano de 705 ou talvez 704, os aliados suspenderam de comum acordo e de uma só vez os pagamentos de tributos ao grande rei. Além disso, ainda tentaram obter cobertura e apoio junto ao etíope Shabaca do Egito. Durante as negociações apareceram em Jerusalém as figuras estranhas dos mensageiros etíopes que causaram grande sensação, também no profeta Isaías (Is 18.1s.):

- (1) Ai da terra onde há o roçar de muitas asas, “pela qual cruzam os rios”;
- (2) que envia navios pelo Nilo e barcos de papiro sobre as águas, Ide, mensa-

21 Também a cronologia de Ezequias não é muito segura: Begrich indica os anos de 725/24-697/96, Jepsen 725-697 (ou 728-700), Thiele 716/15-687/86, Andersen 715/14-697/96. Quanto aos problemas, cf. S. H. HORN, *The Chronology of King Hezekiah's Reign*, AUSS, 2:18-26, 1964; E. R. THIELE, *The Azariah and Hezekiah Synchronisms*, VT, 16:103-107, 1966; J. B. PAYNE, *The Relationship of the Reign of Ahaz to the Accession of Hezekiah*, *Bibliotheca Sacra*, 125:40-52, 1968.

22 Uma compilação completa do material encontra-se em R. BORGER, *Babylonisch-assyrische Lesestücke*, 2. ed., 1979, pp. 64ss. (73ss.). Cf. também o panorama com indicações bibliográficas em E. VOGT, *Sennacherib und die letzte Tätigkeit Jesajas*, *Biblica*, 47:427-437, 1966. Com especial consideração da composição literária dos textos: H. SAUREN, *Sennacherib, les Arabes, les déportés Juifs*, in: *WdO*, vol. 16, pp. 80-99, 1985.

23 AOT, 2. ed., 352-354; ANET, 3. ed., 287s.; TGI, 3. ed., 67-69; TUA I, 4, 388-391.

24 Todas as inscrições encontram-se também em D. D. LUCKENBILL, *The Annals of Sennacherib*, 1924 (The University of Chicago, Oriental Institute of Publications, 2), e em ARAB II.

25 AOB, 2. ed., 137-141; ANEP, 2. ed., 372s.; agora compilados, primeiramente reproduzidos e desenhados em D. USSISHKIN, *The Conquest of Lachish by Sennacherib*, 1982.

26 A enumeração segue a cronologia relativa. Quanto aos pormenores, cf. H. DONNER, *Israel unter den Völkern*, 1964, pp. 117-139; O. KAISER, *Die Verkündigung des Propheten Jesaja im Jahre 701*, ZAW, 81:304-315, 1969; H. BARTH, *Die Jesaja-Worte in der Josiazzeit*, 1971 (WMANT, 48).

27 Cf. A. van der KOOIJ, *Das assyrische Heer vor den Mauern Jerusalems im Jahr 701 v.Chr.*, ZDPV, 102:93-109, 1986; L. CAMP, *Hiskija und Hiskijabild*; *Analyse und Interpretation von 2. Kön. 18-20*, 1990 (Münchener Theologische Abhandlungen, 9).

28 Bibliografia selecionada: W. RUDOLPH, *Sanherib in Palästina*, PJB, 25:59-80, 1929; A. ALT, *Die territorialgeschichtliche Bedeutung von Sanheribs Eingriff in Palästina* [1930], in: ID., *Kleine Schriften*, vol. 2, pp. 242-249; H. HAAG, *La campagne de Sennacherib contre Jérusalem en 701*, RB, 58:348-359, 1951; H. H. ROWLEY, *Hezekiah's Reform and Rebellion*, *Bulletin of the John Rylands Library*, Manchester, 44:395-431, 1962; L. L. HONOR, *Sennacherib's Invasion in Palestine*, 1966; S. H. HORN, *Did Sennacherib Campaign once or twice against Hezekiah?*, AUSS, 4:1-28, 1966; B. S. CHOLDS, *Isaiah and the Assyrian Crisis*, in: *Studies in Biblical Theology*, II, 3, 1967; J. B. GEYER, *2 Kings XVIII 14-16 and the Annals of Sennacherib*, VT, 21:604-606, 1971; W. von SODEN, *Sanherib vor Jerusalem 701 v.Chr.*, in: *Antike Universalgeschichte*; coletânea em homenagem a H. E. Stier, 1972, pp. 43-51; N. NA'AMAN, *Sennacherib's "Letter to God" on His Campaign to Judah*, BASOR, 214:25-39, 1974; A. F. RAINEY, *Taharqa and Syntax*, *Tel Aviv*, 3:38-41, 1976; R. E. CLEMENTS, *Isaiah and the Deliverance of Jerusalem*, 1980 (JSOT, Suppl. Ser., 13); G. GARBINI, *Il bilinguismo dei Giudei*, *Vicino Oriente*, 3:209-223, 1980; A. CATASTINI, *Il quattordicesimo anno del regno di Ezechia (II Re 18,13)*, *Henoch*, 4:257-263, 1982; M. HUTTER, *Überlegungen zu Sanheribs Palästinafeldzug im Jahre 701 v.Chr.*, BN, 19:24-30, 1982; T. VUK, *Wiedererkaufte Freiheit*; *der Feldzug Sanheribs gegen Juda nach dem Invasionsbericht 2.Kön 18,13-16*, 1984; W. H. SHEA, *Sennacherib's Second Campaign*, JBL, 104:401-418, 1985; A. R. MILLARD, *Sennacherib's Attack on Hezekiah*, *Tyndale Bulletin*, 36:61-78, 1985; E. VOGT, *Der Aufstand Hiskias und die Belagerung Jerusalems 701 v.Chr.*, 1986 (AnBib, 106); F. J. GONÇALVES, *L'expédition de Sennacherib en Palestine dans la littérature hébraïque ancienne*, 1986 (Études Bibliques NS, 7); C. BEGG, *"Sennacherib's Second Palestinian Campaign"*; *an Additional Indication*, JBL, 106:685s., 1987; F. J. YURKO, *The Shabaka-Shebiktu Coregency and the Supposed Second Campaign of Sennacherib against Judah*, JBL, 110:35-45, 1991.

29 Quanto às relações cambiantes de Judá com os estados transjordânicos, cf. H. L. GINSBERG, *Judah and the Transjordan States from 734-582 B.C.*, in: *Alexander Marx Jubilee Volume*, 1950, pp. 347-368. Quanto à abstinência antiassíria de Amom, v. U. HÜBNER, *Die Ammoniter*, 1992, pp. 192-194.

geiros velozes, a um povo de homens altos e de pele brunida, temido em todos os lugares, um povo que balbucia e esmaga!³⁰

Nos anos iniciais da aliança, o profeta levantou sua voz várias vezes, alertando contra o pacto com o Egito. Ele não via nenhuma chance de êxito e aconselhou a neutralidade, como já o fizera antes. Não se limitou simplesmente a fazer valer a autoridade de Javé, mas buscou razões e argumentos. Indicou, p. ex., que haveria um confronto entre os assírios e os egípcios na planície litorânea, uma medição de forças da qual Javé não iria querer participar. Javé, de sua parte, tencionaria permanecer neutro e assistir ao embate como observador desinteressado (Is 18.3s.):

- (3) Vós, todos os habitantes do mundo, e vós, “todos” os moradores da terra, quando se arvorar a bandeira nos montes, olhai; e quando se tocar a trombeta, escutai.
- (4) Porque assim disse Javé: Quero ficar quieto e olhar de meu lugar, como o calor abrasivo do sol, como a nuvem “no tempo da colheita”.³¹

Se, porém, o próprio Javé se mantém neutro, então uma tomada de partido, qualquer que seja, da parte de Judá está fora de questão. A neutralidade de Javé implica, por via de consequência, a neutralidade de Judá na qualidade de seu povo eleito. Em outra passagem Isaías chamou a atenção para o fato de que a aliança com o Egito não poderia ser seriamente considerada como um pacto entre dois parceiros com os mesmos direitos e ao menos aproximadamente com a mesma força. Antes, Judá estaria se dirigindo ao Egito “para buscar proteção no castelo de faraó e encontrar refúgio na sombra do Egito” (Is 30.2). Ele percebeu de maneira inteiramente correta que os egípcios seriam onerados com a responsabilidade principal pelo sucesso dos planos: uma questão muito problemática, visto que o Egito várias vezes já se havia evidenciado como um parceiro não-confiável. Sobretudo, porém, para Isaías a aliança com o Egito não era outra coisa do que uma quebra de confiança para com Javé e, já por isso, estava fadada ao fracasso (Is 31.1,3):

- (1) Ai dos que descem ao Egito em busca de socorro e se estribam em cavalos; que confiam em carros, porque são muitos, e em cavaleiros, porque são fortes, mas não atentam para o Santo de Israel, nem buscam a Javé.
- (3) Pois os egípcios são seres humanos e não Deus; seus cavalos são carne e

30 V. 1: a oração atributiva **sher me'eber f'nah're Kush*, “que fica além dos rios de Cuxe”, deve ser uma glosa geográfica erudita. Em lugar disso, deve-se colocar a oração atributiva do final do v. 2, onde é supérflua por motivos de métrica e de conteúdo, atrás do v. 1a, abrindo mão de 'arço, “sua terra”. — V. 2: Elimine-se, segundo a LXX, a preposição *b* antes de *k'le* e talvez também *'el-'am*.

31 V. 3: antes de *shok'ne* talvez se deva complementar *kól*. — V. 4: talvez *'elay*, “para mim”, deva ser riscado, da mesma forma como o supérfluo *b'hom* (em vez disso *b'qaçir* ou *beyom qaçir*, conforme as traduções antigas?).

não espírito. Quando Javé estender sua mão, cairão por terra tanto o auxiliador quanto o ajudado.³²

O que importa, em primeiro lugar, não é que os anúncios do profeta de fato se cumpriram e que os acontecimentos confirmaram sua visão das coisas como correta. Essencial é apenas que dessa vez ele não conseguiu se impor com suas advertências e não foi ouvido pelos políticos responsáveis que cercavam Ezequias. As negociações em torno da coalizão foram continuadas. *Padi* de Ecom, o dinasta fiel a Assur, parece ter-se oposto aos planos, num primeiro momento. Contudo, entrou em conflito com sua própria aristocracia urbana, que o depôs e entregou, acorrentado, a Ezequias.

Conforme 2 Rs 20.12-19 = Is 39, as relações diplomáticas de Ezequias se estendiam até a Babilônia. Aí, o arameu *Marduk-apla-iddina II*, que já fora rei da Babilônia de 721 a 710, impôs-se, após a morte de Sargom II, contra um homem chamado *Marduk-zakir-shumi*, estabelecendo um segundo domínio que durou nove meses, até que Senaqueribe o derrotou e expulsou. Esse Merodaque-Baladã, como o AT o denomina, enviou uma delegação a Jerusalém, onde foi recebida de maneira muito cortês e com a qual Ezequias negociou. A narrativa tem um colorido fortemente lendário; também é controvertido se a delegação veio nos anos anteriores a 710 ou no ano de 705/4. Apesar de algumas dúvidas, a última data é mais provável³³. No entanto, certamente não foi Ezequias que procurou atrair o babilônio para a aliança, mas sim o inverso: o babilônio estava à procura de aliados contra o golpe assírio que era de se esperar³⁴. Ezequias talvez tenha se sentido bajulado. Não é provável que ele tenha contado com grandes vantagens políticas advindas dessa ligação.

Portanto, o empreendimento estava cuidadosamente preparado e foi colocado em prática num momento oportuno; desta vez prometia sucesso — se é que se podia acreditar em sucessos duradouros contra o império neo-assírio. De fato, num primeiro momento as perspectivas pareciam boas; pois, embora a mudança no trono assírio houvesse ocorrido de forma legítima e sem dificuldades políticas internas perceptíveis, Senaqueribe teve de lutar duramente nos primeiros anos para impor seu domínio e a segurança das fronteiras do império contra Elã, a Babilônia e os povos montanheses do norte, na região de Zagros. Só no ano de 701 a.C. ele estava em condições de dedicar-se à Síria e à Palestina. Já o avanço dos exércitos assírios difundiu pavor em toda

32 O v. 2 é uma interpretação. — V. 3: *w'yaħdaw kullam yiklayun*, “e todos eles perecerão conjuntamente”, talvez seja uma glosa.

33 Cf. J. A. BRINKMAN, Merodach-Baladan II, in: *Studies Presented to A. L. Oppenheim*, 1964, pp. 6-53; H. WILDBERGER, *Jesaja*, 1981, pp. 1469-1481 (BK, X,17, 18); C. T. BEGG, 2 Kings 20:12-19 as an Element of the Deuteronomic History, CBO, 48:27-38, 1986; ID., Hezekiah's Display, BN, 38/39:14-18, 1987.

34 Flávio JOSEFO, Ant. X,2,2 (§ 30 Niese) compreendeu isso corretamente: “O rei babilônio Baladas enviou mensageiros com presentes a Ezequias e mandou propor-lhe amizade e aliança.”

O dinasta *Mitinti* de Asdode do ano de 701 a.C. constitui um problema em termos de história territorial. Em 711, Asdode se havia tornado província assíria⁴⁵. O epônimo do ano de 669, *Shamash-kashid-ayabi*, era administrador de Asdode⁴⁶. Ou os assírios voltaram a transformar Asdode, antes de 701, num principado semi-autônomo (2º estágio de vassalagem), para mais tarde — por razões desconhecidas — instituir aí novamente uma província, ou acharam oportuno conceder relativa autonomia ao dinasta filisteu, sob a supervisão de administradores assírios. A segunda solução teria sido algo intermediário entre o 2º e o 3º estágio de vassalagem — talvez isso se aplicasse, de modo geral, a todas as cidades filistéias. A mobilidade dos assírios, em termos de política territorial, é notória e se confirma pelo modo como lidaram com Judá.

É necessário que fique claro que o antigo Reino de Judá, outrora fundado em Hebrom pelos anciãos e por Davi (2 Sm 2.1-4)⁴⁷, havia deixado de existir com a medida político-territorial tomada por Senaqueribe⁴⁸. Ezequias estava restrito à cidade-Estado de Jerusalém. Isto não significa outra coisa do que a passagem do 1º para o 2º estágio de vassalagem, com diminuição de território, mas sem interferência na situação dinástica. Mas os sucessores de Ezequias até Zedequias⁴⁹ não eram todos reis de Judá? Isto está correto e mostra que a solução territorial do ano de 701 não foi duradoura. Talvez ela tenha sido concebida como provisória desde o início, pois Senaqueribe, como seus antecessores, provavelmente estava interessado em manter vivos alguns estados-tampão semi-autônomos na parte meridional do corredor siro-palestinese. Dentro dessa concepção, a cidade-Estado de Jerusalém sem o território de Judá era de pouca utilidade. Portanto, os davididas podiam ter a esperança de receber Judá de volta; para isso só era necessário que os assírios abolissem, por via administrativa, a ordem criada em 701. Isso aconteceu o mais tardar sob Manassés, mas talvez até enquanto Ezequias ainda vivia. Em todo caso, da catástrofe de 701 os reis no trono de Davi tiraram a única consequência política possível: até o ocaso do império neo-assírio, na 2ª metade do séc. 7 a.C., o sul da Palestina teve paz. Não aconteceu mais nenhum levante⁵⁰.

45 Veja supra, p. 367.

46 Cf. M. FALKNER, *Die Eponymen der spätassyrischen Zeit*, AfO, 17:100-120, 1954-56.

47 Veja vol. 1, p. 223.

48 Cf. A. ALT, op. cit. (veja supra, nota 28); M. ELAT, *On the Political Status of Judah after Sennacherib's Conquest of Lachish*, *Yediot*, 31:140-156, 1966/7; ID., *The Political Status of the Kingdom of Judah within the Assyrian Empire in the 7th Century B.C.E.*, in: Y. AHARONI, ed., *Investigations at Lachish*, 1975, pp. 61-70. Se é possível descobrir pormenores sobre a distribuição do território judaíta aos dinastas filisteus a partir dos carimbos de jarras é uma questão em aberto; cf. P. WELTEN, *Die Königs-Stempel; ein Beitrag zur Militärpolitik Judas unter Hiskia und Josia*, 1969 (ADPV), e D. USSISHKIN, *The Destruction of Lachish by Sennacherib and the Dating of the Royal Judean Storage Jars*, *Tel Aviv*, 4:28-60, 1977; H. D. LANCE, *The Royal Stamps and the Kingdom of Josiah*, *HThR*, 64:315-332, 1971.

49 Veja infra, pp. 426ss.

50 Cf. C. D. EVANS, *Judah's Foreign Policy from Hezekiah to Josiah*, in: C. D. EVANS, ed., *Scripture in Context*, 1980, pp. 157-178; A. S. BULBACH, *Judah in the Reign of Manasseh as Evidenced in Texts during the Neo-Assyrian Period and in the Archaeology of the Iron Age*, *Dissertation Abstracts International*, 42:809s., 1981/82.

Lamentavelmente é muito pouco o que de resto ainda ficamos sabendo a respeito dos períodos de governo de Ezequias e de seus sucessores, Manassés (696-642) e Amom (641-640), com exceção de questões político-religiosas que serão tratadas em separado no próximo capítulo. Em 2 Rs 18.8 se diz que Ezequias teria derrotado os filisteus até Gaza: trata-se de uma informação que não se pode enquadrar historicamente em nenhum lugar⁵¹. Entretanto, merece menção uma obra de Ezequias cujo resultado pode ser admirado ainda hoje, assim como, de modo geral, a área urbana de Jerusalém cresceu e se modificou consideravelmente sob Ezequias e Manassés⁵². O rei tornou o abastecimento de água de Jerusalém independente em relação à fonte de Giom (*'En Sitti Maryam*), localizada fora dos muros da cidade, provavelmente no contexto da ameaça assíria do ano de 701 a.C. Ele mandou cavar um túnel de mais ou menos 513 m de comprimento por entre as rochas, por baixo da colina sudeste de Jerusalém, que conduzia a água da fonte até o tanque de Siloé (*'En Silwan, el-Birke*), a oeste da extremidade meridional da colina (2 Rs 20.20; mais exatamente em 2 Cr 32.30)⁵³. Duas equipes de construtores trabalharam simultaneamente, vindo de ambos os lados, uma ao encontro da outra, e no ponto em que se encontraram foi afixada, para comemorar o acontecimento, a inscrição de Siloé que hoje se encontra no Museu de Antiguidades de Istambul⁵⁴.

A política externa de Manassés permaneceu inalteradamente fiel a Assur⁵⁵. Não se pode excluir totalmente a possibilidade de ele ter sido convocado uma vez para ir a Nínive — talvez sob Assurbanípal. Será que ele se tornou politicamente suspeito durante o desligamento do Egito do império neo-assírio sob Psamético I⁵⁶ ou por ocasião da guerra fratricida de Assurbanípal contra Shamashumukin⁵⁷? Se foi assim, então a questão em todo caso não teve quaisquer consequências perceptíveis. O relato de 2 Cr 33.10-13, segundo o qual Manassés teria sido levado acorrentado para a Babilônia e de novo solto por um ato de clemência de Javé, poderia ter ampliado de forma especulativa e, com isso, tornado quase irreconhecível um fato histórico possivelmente a

51 Quanto ao problema, cf. H. TADMOR, *Philistia under Assyrian Rule*, BA, 29:86-102, 1966; S. MITTMANN, *Hiskia und die Philister*, JNSL, 16:91-106, 1990.

52 Cf. M. BROSHI, *The Expansion of Jerusalem in the Reigns of Hezekiah and Manasseh*, IEJ, 24:21-26, 1974.

53 Cf. R. WENNING & E. ZENGER, *Die verschiedenen Systeme der Wassernutzung im südlichen Jerusalem und die Bezugnahme darauf in biblischen Texten*, UF, 14:279-294, 1982. Uma alternativa nova e, em minha opinião, convincente, desenvolvida com base nos dados arqueológicos e literários, é a de W. USSISHKIN, *The Water Systems of Jerusalem during Hezekiah's Reign*, AAT, 30:289-307, 1995.

54 J. RENZ, *Die althebräischen Inschriften*, Teil 1, in: *Handbuch der althebräischen Epigraphik*, 1995, vol. I, pp. 178-189 (bibliografia).

55 Ele aparece como tributário numa inscrição de Assaradão anterior a 669: AOT, 2. ed., 357s.; ANET, 3. ed., 291; TGI, 3. ed., 70; TUAT I,4, 397.

56 Veja infra, p. 410.

57 Veja supra, p. 348.

ele subjacente⁵⁸. Por fim, depois de um breve período de governo, Amom foi vítima de uma revolta palaciana⁵⁹; em consequência disto, a aristocracia rural judaíta deu a coroa real a Josias, que tinha 8 anos de idade (2 Rs 21.23s.). Com isso, Judá entrou no grande prelúdio da última fase de sua existência.

Capítulo 4

A crise assíria da religião israelita

A descrição do transcurso da história do Reino do Sul, Judá, deve ser interrompida neste ponto, para voltar a atenção a um fenômeno político-religioso que, sem dúvida, está ligado à soberania assíria sobre Judá: a afluência de cultos e objetos de culto assírios para Jerusalém e Judá e a crise assíria da religião israelita provocada por esse fato. O problema deve ser discutido por dois motivos: por um lado, porque os efeitos da soberania assíria sobre a religião e, por conseguinte, sobre a vida no Estado-vassalo de Judá por si só já merecem interesse histórico; por outro, porém, por causa da importância da questão para aspectos essenciais da política e reforma do rei Josias¹. Com a menção do nome de Josias, entretanto, imediatamente se indica a dificuldade frente à qual se encontra o historiador; pois os respectivos textos veterotestamentários provêm predominantemente da Obra Historiográfica Deuteronomista, e, para os deuteronomistas, Josias foi a figura régia central depois de Davi, comparável a nada e a ninguém mais senão apenas justamente a Davi. Isso nutre a suspeita — que chega, aqui e ali, às raias da certeza — de que os deuteronomistas mediram os antecessores de Josias pela figura de Josias, plasmando os relatos de tal forma que esses antecessores aparecessem como precursores ou antípodas do grande rei. Em outras palavras: deve-se descontar a participação deuteronomista nos textos, e quer parecer que, depois disto, não sobraria muita coisa. A situação das fontes, portanto, não é favorável para a investigação, e a mesma coisa se aplica também aos textos assírios que deveriam fornecer informações sobre a política religiosa dos assírios nas regiões subjugadas; esses textos, em sua maioria, são ambíguos e difíceis de ser interpretados. Todavia, deve-se arriscar uma tentativa: nem tudo é deuteronomista e nem tudo é duvidoso².

58 Cf. E. L. EHRLICH, Der Aufenthalt des Königs Manasse in Babylon, ThZ, 21:281-286, 1965.

59 A tentativa de A. MALAMAT, The Historical Background of the Assassination of Amon, King of Judah, IEJ, 3:26ss., 1953, de colocar o assassinato de Amom em conexão com a grande revolta contra Assurbanipal em 640/39 permanece especulativa. Naturalmente pode ter existido um partido antiassírio em Jerusalém. Entretanto, não sabemos se ele de fato tentou forçar uma política antiassíria de emancipação em 640.

1 Veja infra, pp. 391ss.

2 Em primeiro lugar devem-se mencionar três importantes monografias: J. W. MACKAY, *Religion in Judah under the Assyrians 732-609 B.C.*, 1973 (Studies in Biblical Theology, II,26); M. COGAN, *Imperialism and Religion; Assyria, Judah and Israel in the 8th and 7th Centuries B.C.*, 1974 (SBL, Mon. Ser., 19); H. SPIECKERMANN, *Juda unter Assur in der Sargonidenzeit*, 1982 (FRLANT, 129). Cf., além disso, também L. W. FULLER, *The Historical and Religious Significance of the Reign of Manasseh*, 1912; E. NIELSEN, Politiske forhold og kulturelle strømninger i Israel og Juda under Manasse, *Dansk Teologisk*

Duvidoso, e isso no sentido de em grande parte incompreensível, é 2 Rs 16.10-16: um texto de origem obscura, que certamente não é uniforme do ponto de vista literário e em alguns pontos está mal conservado. O texto parece sugerir que já o primeiro contato do Reino de Judá com o império neo-assírio teve conseqüências para a política cultural. Fica-se sabendo que o rei Acaz, depois de ingressar no 1º estágio de vassalagem, no ano de 732 a.C., foi a Damasco para se encontrar com Tiglate Pileser III. Aí ele viu um altar cujas medidas e modelo mandou na frente para Jerusalém, a fim de copiá-lo para o templo de Javé. Não é relatado de que altar se tratava. Será que foi um altar damasceno-araméu ou um altar assírio? E se tiver sido este último, será que foi o altar do culto estatal assírio imposto à província de Damasco, ou um altar privado dos funcionários assírios que tinham de administrar a província?

A apreciação da questão é dificultada pelo fato de não sabermos precisamente se os assírios exigiam a instalação do culto estatal assírio oficial nas províncias, se distinguiam entre províncias e estados-vassallos³, ou se deixavam a questão religiosa por conta do fervor submissivo dos vassallos e governadores de província. Nas inscrições reais assírias encontram-se, de fato, algumas poucas indicações que revelam que, às vezes, os assírios exigiam a instalação de seu culto imperial nas regiões subjugadas ou que eles mesmos o instalavam: sob Tiglate-Pileser III, em Gaza; sob Sargom II, na terra oceânica ao sul da Babilônia e entre os maneus ao norte de Assur; sob Assaradão, no Egito⁴. Isso não é muito, e mesmo que seja complementado por reflexões sobre a ideologia bélico-religiosa dos assírios⁵, não surge um quadro claro. Será que os assírios sempre procediam desse modo, ou apenas em alguns casos, sob determinadas circunstâncias? Será que havia método por trás disso, ou dependia do capricho do respectivo grande rei e de seus conselheiros? O que significava exatamente e na prática a “introdução do culto estatal assírio”, e sobretudo, o que significava isso depois que as tropas assírias haviam se retirado? Qual era a relação entre o exercício do culto assírio como “exigência” e aquele realizado de qualquer modo pelos funcionários assírios — pelo menos nas províncias — e aquele que os vassallos realizavam voluntariamente, por razões de lealdade?

Tidsskrift, 29:1-10, 1966 (um resumo em inglês in: *4th World Congress of Jewish Studies*; Papers Vol. I, 1967, pp. 103-106); B. OTZEN, *Israel under the Assyrians; Reflections on Imperial Policy in Palestine*, *Annual of the Swedish Theological Institute*, 11:96-110, 1977/8. Uma posição crítica em relação a Spieckermann é adotada, entre outros, por M. COGAN, *Judah under Assyrian Hegemony; a Reexamination of Imperialism and Religion*, *JBL*, 112:403-414, 1993.

³ Assim M. COGAN, *Imperialism and Religion*, pp. 49ss.

⁴ Os textos estão compilados, apresentados e comentados em H. SPIECKERMANN, op. cit., pp. 322-344.
⁵ ID., op. cit., pp. 344-362.

Todas estas perguntas não podemos responder com segurança. Sobre tudo, porém, não fica claro se o altar de Acaz tem qualquer coisa a ver com isso. Embora o texto o sugira — Acaz encontra-se com o soberano assírio em Damasco! —, chama a atenção o fato de que o novo altar parece ser usado no culto regular a Javé: o altar de bronze mais antigo de 1 Rs 8.64 é colocado de lado por causa dele e reservado para uma utilização não detalhada (v. 15). Será que redatores encobriram a verdadeira situação — de modo que, portanto, Acaz teria de fato dedicado o novo altar ao culto estatal assírio — ou será que o rei se apresentava publicamente como zeloso adorador de Javé, enquanto utilizava o altar mais antigo, colocado de lado, para a prática tão discreta quanto possível do culto assírio dele exigido⁶? Uma vez que, de fato, ignoramos tudo isso e que as outras fontes a serem levadas em consideração⁷ silenciam sobre o assunto, em todo caso não deveríamos superestimar as medidas político-culturais de Acaz. Quaisquer que tenham sido, elas provavelmente eram de importância secundária.

Semelhante é a situação no caso da chamada reforma cáltica do rei Ezequias, sobre a qual 2 Rs 18.4 informa o seguinte: “Removeu os altos, quebrou as estelas (massebas), deitou abaixo os postes sagrados (axerás) e fez em pedaços a serpente de bronze que Moisés fizera, porque até aquele dia os filhos de Israel lhe queimavam incenso e lhe chamaram de *Nehushtan*.” Procurou-se relacionar o conteúdo deste breve relato com as iniciativas antiassírias de Ezequias⁸. De fato, é plausível supor que Ezequias, quando suspendeu a fidelidade à Assíria em 705 ou 704, tenha passado a eliminar demonstrativamente símbolos culturais assírios entrementes introduzidos, para manifestar sua independência também em termos de política cultural. No entanto, isso é especulação; não se o pode depreender do texto de 2 Rs 18.4; pois, por um lado, a tradição veterotestamentária — desconsiderando-se aquele altar duvidoso de Acaz — não fornece quaisquer indícios de que a afluência de objetos de culto assírios já tenha iniciado antes de 705, e, por outro lado, é impossível relacionar de modo convincente as relatadas medidas da reforma de Ezequias com o culto assírio. O que são altos, estelas (massebas), postes sagrados (axerás) e uma imagem de serpente? São referências à esfera religiosa cananéia e ao culto cananeizado a Javé. Contudo, acresce-se a isto que a tríade “altos, massebas, axerás” cabe no contexto da teologia deuteronômista⁹. É

⁶ A última solução, obviamente especulativa, em *ibid.*, pp. 362-369.

⁷ P. ex., o profeta Isaías e os chamados relatos de reforma em 2 Rs 18.4 e 23.4-20.

⁸ P. ex., ainda M. NOTH, *Geschichte*, p. 241; S. HERRMANN, *Geschichte*, pp. 316s. Cf. ainda, em parte com uma postura crítica, A. K. JENKINS, *Hezekiah's Reform and Deuteronomic Tradition*, *HTHR*, 72:23-43, 1979; L. K. HANDY, *Hezekiah's Unlikely Reform*, *ZAW*, 100:111-115, 1988; L. CAMP, *Hiskija und Hiskijabild; Analyse und Interpretation von 2.Kön 18-20*, 1990 (Münchener Theologische Abhandlung, gen. 9); R. ALBERTZ, *Religionsgeschichte Israels in alttestamentlicher Zeit*, 1992, pp. 280-290 (ATD.E, 8/1).

⁹ Cf. 1 Rs 14.23; 2 Rs 17.10; 21.3; 23.8.

plausível suspeitar que os deuteronomistas tenham medido Ezequias por Josias e o transformado numa espécie de “pré-reformador”¹⁰.

O ceticismo de Julius Wellhausen quanto à chamada reforma de Ezequias¹¹ tinha boas razões. Contudo, não se deveria estender esse ceticismo também à serpente de bronze, pois a nota de que Moisés teria fabricado esse símbolo cultural¹² não pode ser deuteronomista, visto que os deuteronomistas não teriam atribuído a autoridade de Moisés justamente a um objeto sobre cuja eliminação queriam relatar. Existia, portanto, em ou junto a Jerusalém um culto à serpente que provavelmente era de origem cananéia-jebusita¹³, o qual foi sofrivelmente javeizado e por certo era popular. Por que Ezequias mandou eliminá-lo, não sabemos, mas é certo que ele o fez. Neste caso, portanto, e talvez ainda além disso, Ezequias interveio nas questões religiosas de Jerusalém de modo “purificador”: provavelmente tratava-se de ações bastante modestas, mas que deram ao deuteronomista o oportuno pretexto para estilizar o rei como precursor de Josias¹⁴. Não se deveria chamar isso de “reforma do culto”; também não é possível reconhecer nessas ações tendências antiassírias, e ainda não se pode falar de uma crise assíria da religião israelita.

Portanto, deve ser tido como provável que o afluxo de objetos de culto assírios a Jerusalém e Judá não tenha ocorrido já no séc. 8, mas apenas no séc. 7 a.C. Também a conjuntura política global sugere isso. Desde a subjugação de Ezequias por Senaqueribe, ocorrida em 701, os davididas se encontravam numa deprimente relação de dependência com os assírios. A fronteira meridional da província assíria de *Samerina* passava poucos quilômetros ao norte de Jerusalém. Senaqueribe havia tomado o cuidado de se opor a eventuais tendências emancipacionistas dos davididas através da separação do interior de Judá e através de altas contribuições¹⁵. De fato, nem Ezequias nem Manassés jamais ousaram se rebelar novamente. Assaradão, que conduziu o império neo-assírio ao apogeu de seu poderio e de sua extensão territorial através da conquista do Egito, menciona Manassés de Judá ao lado de um grande número de vassalos do corredor siro-palestinese obrigados a pagar tributo¹⁶,

e o fato de que Assurbanípal adotou essa lista ao pé da letra¹⁷ mostra que durante seu reinado nada mudou. Aparentemente a submissão dos davididas deixava tão pouco a desejar que os assírios em algum momento — talvez ainda enquanto Ezequias era vivo — decidiram abolir a ordem territorial criada em 701 e restabelecer o território do Reino de Judá. É provável que com isso a velha ordem, válida antes de 701, não tenha sido simplesmente restituída, pois o novo domínio dos davididas decerto se baseava na decisão do grande rei e não na concordância livre dos “homens de Judá”. Todavia, também é possível que tais sutilezas do direito político não tivessem importância.

Nesse período se situa a instituição de cultos assírios oficiais e semi-oficiais, principalmente em Jerusalém, mas por certo também em Judá: cultos que — exigidos ou não pelos assírios — em todo caso eram promovidos pelos reis davidicos como sinal de sua lealdade para com Assur. Com isso estava dada simultaneamente a possibilidade de influência da religião assírio-babilônica sobre a religião de Javé, qualquer que tenha sido a extensão dessa influência¹⁸. Para uma cautelosa reconstrução e reconstituição das circunstâncias, dispomos das seguintes fontes:

1. o relato sobre a reforma cáltica do rei Josias em 2 Rs 23.4-20,24¹⁹;
2. o relato sobre o reinado do rei Manassés em 2 Rs 21.1-18 (especialmente vv. 1-9).

A seqüência cronologicamente invertida se justifica, pois não pode haver dúvida de que o relato sobre Manassés não só é fortemente retrabalhado pelos deuteronomistas, mas inclusive plasmado segundo o modelo do relato sobre Josias. Sua inferioridade literária é evidente²⁰. Os deuteronomistas fizeram de Manassés uma espécie de figura de contraste para Josias: ao primeiro foi atribuída tanta monstruosidade quanto o segundo foi coberto de glória. Con-

10 Assim, de modo convincente, H. SPIECKERMANN, op. cit., pp. 170-175.

11 J. WELLHAUSEN, *Prolegomena zur Geschichte Israels*, 6. ed., 1905, pp. 25 e 47s.; *Israelitische und jüdische Geschichte*, pp. 124s.

12 Quanto a isso, veja a saga etiológica de culto em Nm 21.4-9. Cf. também J. ASURMENDI, Entorno a la serpente de bronce, *Estudios Bíblicos*, 46:283-294, 1988.

13 Será que “a pedra da serpente (Zoelete) junto à fonte de Rogel” (1Rs 1.9) tem algo a ver com isso?

14 Cf. também 2 Rs 18.22.

15 Veja supra, p. 373.

16 Prisma B, col. V, linha 55: *Me-na-si-i shar* ^{KUR} *Ya-u-di* (com pequenas variações de escrita). Cf. R. BORGES, *Die Inschriften Assarhaddons*, 1956, p. 60; AOT, 2. ed., 357; ANET, 3. ed., 291; TGI, 3. ed., 70; TUAT I,4, 397; WEIPPERT, Edom, pp. 127 e 130.

17 Prisma C, col. II, linha 27': *Mi-in-se-e shar* ^{KUR} *Ya-u-di*. Cf. R. BORGES, *Babylonisch-assyrische Lesestücke*, 2. ed., 1979, p. 93; WEIPPERT, Edom, p. 141.

18 As descrições completas da religião assírio-babilônica não são muito numerosas: M. JASTROW, *Die Religion Babyloniens und Assyriens*, 1905-1912; É. DHORME, *La religion assyro-babylonienne*, 1910; B. MEISSNER, *Babylonien und Assyrien*, vol. 2, 1925; R. DUSSAUD & É. DHORME, *Les anciennes religions orientales*, in: *Mana*; Introduction à l'histoire des religions, vol. I,2, 1949; J. BOTTÉRO, *La religion babylonienne*, 1952; S. H. HOOKE, *Assyrian and Babylonian Religion*, 1953; T. JACOBSEN, *Treasures of Darkness and a History of Mesopotamian Religion*, 1976; H. RINGGREN, *Die Religionen des Alten Orients*, 1979, pp. 113-184 (ATD.E Sonderband). Quanto à situação no período dos sargonidas, cf. também E. G. KLAUBER, *Zur Politik und Kultur der Sargonidenzeit*; *Untersuchungen auf Grund der Brieftexte*, *AJSL*, 28:101-133, 1911/12; ID., *Politisch-religiöse Texte aus der Sargonidenzeit*, 1913; W. von SODEN, *Religiöse Unsicherheit, Säkularisierungstendenzen und Aberglaube zur Zeit der Sargoniden*, in: *Studia Biblica et Orientalia III: Oriens Antiquus*, 356-367, 1959.

19 Veja infra, pp. 393ss.

20 A comprovação, por último, em H. SPIECKERMANN, op. cit., pp. 160-170.

tudo, dificilmente eles teriam podido fazer isso se a tradição sobre Manassés não contivesse, de fato, algumas informações mais antigas e não-deuteronomistas que se podiam retomar (no mínimo 2 Rs 21.5,7a). Além disso, eles estavam historicamente com a razão na medida em que os cultos assírios eliminados por Josias deviam ter surgido antes, ao longo do séc. 7, i. é, principalmente durante os 55 anos de governo de Manassés (696-642), em relação aos quais os últimos anos de Ezequias e o episódio de Amom (641-640) quase não tinham importância e os primeiros anos de Josias, antes da reforma, tinham de ficar de fora por causa da teoria deuteronomista da total irrepreensibilidade deste rei. A descrição, portanto, deverá basear-se sobretudo no relato sobre a reforma de Josias; outros textos mantêm com ele no máximo uma relação de complementação e confirmação.

2 Reis 23.4 relata que na área sagrada de Javé em Jerusalém havia instalações cúlticas (em hebraico: *kelim*, “utensílios”) destinadas “a Baal, a Axerá e a todo o exército celestial”. É perfeitamente possível que também os altares de 2 Rs 21.3s. fizessem parte desses “utensílios”, mesmo que, do ponto de vista literário, devam ser atribuídos aos deuteronomistas. Eles não se encontravam em algum dos átrios, mas sim na nave central (*hekal*) do templo; meteram-se, portanto, na linha reta entre a entrada e a arca de Javé que estava na escuridão do Santo dos Santos. Não é possível apurar com toda a segurança a quem estavam consagrados. No entanto, a combinação “Baal, Axerá e exército celestial” sugere que se veja em Baal e Axerá “interpretações cananêias” para divindades assírias. O mais provável é que se trate de *Ashur* e *Ishtar*, i. é, do deus imperial assírio e da deusa do amor e da batalha, que, num avanço histórico-religioso sem precedentes, ascendera da posição subalterna de serva e concubina do deus dos céus, *Anu*, para a condição de sua legítima esposa e em seguida, sucessivamente, de esposa de todos os deuses imperiais mesopotâmicos.

Ashur e *Ishtar* eram, de modo especial, representantes religiosos do império neo-assírio; a localização de seu culto na nave central do templo é bem compreensível. Por que seus nomes são “o Baal” e “a Axerá”? No que diz respeito a Baal, deve-se considerar, em primeiro lugar, que há muito tempo esse apelativo não designava mais uma figura divina cananêia, mas havia se tornado uma espécie de expressão coletiva para designar o culto aos ídolos e o paganismo²¹. Essa generalização possibilitou sua aplicação também a *Ashur*, que pode ter sido facilitada pelo fato de, em acadico, se denominar esse Deus como a todos os grandes deuses masculinos — de *belu*, “Senhor”

(= Baal)²². E a *Ishtar* correspondiam, no âmbito semita ocidental, as deusas *'Atirat*, *'Anat* e *'Attart* (Astarte), que se assemelhavam tanto que não era possível distingui-las²³. No AT, a designação “Axerá” permite perceber ou ao menos supor um pano de fundo assírio nas seguintes passagens: Mq 5.13; Dt 16.21s.; 2 Rs 21.7a — e também a “rainha dos céus” (*malkat hashamayim*) de Jr 7.18 e 44.17-19 não é ninguém outra senão *Ishtar*²⁴.

Por fim, o “exército celestial”, ao qual igualmente estavam dedicados altares em ambos os átrios do templo (2 Rs 23.12; 21.5), nada mais é do que um conceito coletivo para designar divindades celestes e astrais assírio-babilônicas²⁵. O culto astral é especificado de tal modo em 2 Rs 23.5 que se consegue perceber facilmente as analogias assírio-babilônicas: *hashe-mesh*, “o sol” = *^dShamash*; *hayyare^ah*, “a lua” = *^dSin*; *hammazalot*, “as posições, figuras zodiacais” = *manzalatu / mazzalatu*, “posições, constelações”²⁶. Deve-se considerar que, ao longo de sua história, a religião assírio-babilônica se transformara cada vez mais numa religião astral. Não apenas as divindades que, como *^dShamash* e *^dSin*, representavam por natureza corpos celestes, mas todos os deuses grandes e pequenos foram relacionados a astros fixos, planetas e figuras estelares. Justamente do período neo-assírio existem extensas listas com enumerações dos astros e das divindades a eles ligadas.

Não admira que tais concepções agora também se introduzissem em Jerusalém, e, se 2 Rs 23.5 relata que se ofereceram incenso para as divindades astrais, também há testemunhos assírio-babilônicos disso²⁷. Nesse mesmo contexto cabem ainda os “cavalos que os reis de Judá dedicaram ao sol na entrada do templo de Javé, perto da cela (*lishka*) do camareiro Natã-Meleque, que se situava em Parvarim, e os carros do sol”, mencionados em 2 Rs 23.11. Cavalos e carros são atributos correntes de deuses assírios e babilônicos e simultaneamente utensílios de culto²⁸. O deus do sol, *^dShamash*, p. ex., tinha um carro “atrelado a equinos que corriam fogosamente”, no qual o cocheiro *Bunene* o conduzia pelo céu durante o dia e pelo mundo subterrâneo durante a noite²⁹. Possivelmente também os “altos das figuras dos sátiros” (2 Rs 23.8b),

22 Cf. G. van DRIEL, *The Cult of Ashur*, 1969 (Studia Semitica Neerlandica, 13); W. G. LAMBERT, *The God Ashur*, *Iraq*, 45:82-86, 1983.

23 H. SPIECKERMANN, op. cit., pp. 212-221.

24 Um dos epítetos correntes de *Ishtar* é *sharrat shame*, “rainha dos céus”; cf. K. I. TALLQVIST, *Akkadische Götterepitheta*, *Studia Orientalia*, 7:239s., 1938.

25 H. SPIECKERMANN, op. cit., pp. 221-225.

26 Pormenores em ID., *ibid.*, pp. 271-276.

27 Uma descrição muito boa da “forma tardia da religião assíria” em *ibid.*, pp. 229-306.

28 *Ibid.*, pp. 252-256.

29 Cf. B. MEISSNER, *Babylonien und Assyrien*, 1925, vol. 2, p. 20. Pode-se ponderar se o singular *to harna* = hebraico: *mirkebet*, sugerido pela LXX em 23.11, merece a preferência em relação ao plural do texto massorético.

²¹ Cf. H. SPIECKERMANN, op. cit., pp. 200-225.

que não estavam dentro da área do templo, mas logo do lado de fora dos muros da cidade, assinalavam influência assírio-babilônica³⁰: não que esses demônios em forma de sátiros houvessem sido emprestados da Assíria, mas sim no sentido de que foram promovidos pelo sistema de demônios assírio-babilônico. Por fim, no que diz respeito às casas de prostituição cultural na área do templo mencionadas em 2 Rs 23.7, quis-se pensar na influência da prostituição cultural assírio-babilônica (hierodulia). Contudo, isso é muito incerto e pouco verossímil; pois a expressão *q^edeshim* (feminino: *q^edeshot*) designa pessoal cultural inferior, que realizava serviços subalternos no templo³¹.

Também no campo os dauidas promoviam ou toleravam a entrada do culto assírio. Ouvimos falar dos “altos nas cidades de Judá e nos arredores de Jerusalém” (2 Rs 23.5; cf. 21.3), nos quais eram realizados cultos assírios por pessoal cútico especialmente escolhido para esse fim, os *k^emarim*³². Não sabemos que relação tinham com os altos de Javé no país (2 Rs 23.8,15,19s.). Talvez se deva contar com a existência de uma espécie de mistura³³.

Além da instituição de cultos assírios regulares, observa-se uma afluência de usos e costumes assírios, sobretudo na aristocracia jerosolimita. Detalhes a respeito disso encontram-se em Sf 1.1-6,8s. Ambos os ditos são dirigidos contra os habitantes de Jerusalém, o segundo expressamente contra o funcionalismo e contra os príncipes régios. O profeta os acusa de se terem aberto a costumes religiosos estrangeiros: sobre os telhados de suas casas eles se prostram diante do exército celestial, trajam vestes estrangeiras — provavelmente assírias — e, quando entram numa casa, pulam graciosamente por cima da soleira³⁴. Usos e modas assim têm uma base e uma coloração religiosas, e não admira que, segundo Sf 1.4, Javé declare que “exterminará o resto de Baal”³⁵.

De modo geral, torna-se evidente uma problemática distorção do culto por elementos alienígenas, sobretudo no templo de Jerusalém. Ela dificilmente poderia ficar sem conseqüências para a religião de Javé: é precisamente isso

30 Leia-se *bamot hass^e‘irim* em vez de *bamor hass^e‘arim*, do texto massorético. Quanto aos *s^e‘irim*, “sátiros”, cf. Is 13.21; 34.14; Lv 17.7; 2 Cr 11.15.

31 Cf., p. ex., Is 9.23,27 e M. I. GRUBER, *The Qadesh in the Book of Kings and in Other Sources*, *Tarbiz*, 52:167-176, 1982/3.

32 Cf. H. SPIECKERMANN, op. cit., pp. 85s.

33 Quanto ao problema histórico-religioso do culto nos altos, cf. também H. BALZ-COCHOIS, *Gomer; der Höhenkult Israels im Selbstverständnis der Volksfrömmigkeit; Untersuchungen zu Hosea 4.1-5.7*, 1983 (EH, XXIII 191).

34 Cf. H. DONNER, *Die Schwellenhüpfer; Beobachtungen zu Zeph 1.8s.*, *Journal of Semitic Studies*, 15:42-55, 1970.

35 Assim literalmente. Ou será que a suposição um tanto aventureira de se ler *‘ashur* em lugar de *sh^e‘ar*, feita por O. PROCKSCH no aparato da BHK, 3. ed., poderia estar correta?

que está em pauta quando aqui se fala da crise assíria da religião israelita. A questão fica clara se se consideram as conseqüências práticas da existência de cultos assírios nos átrios e na nave central do templo. Antigamente, só Javé havia conferido ao templo um nimbo sacro e um cunho cútico, pairando sobre a arca na escuridão do Santo dos Santos. O olhar do israelita que entrava no átrio pelo grande portal no leste dava diretamente no Santo dos Santos, ganhando alvo e direção pela presença de Javé. Essa linha reta de direcionamento estava agora no mínimo perturbada, se não interrompida. Entre a pessoa que entrava e o aposento da arca estavam os altares e emblemas de divindades assírias que atraíam sobre si o olhar com a força — quase irresistível, para um oriental — da contemplação do primeiro plano. Javé passou, por assim dizer, para o segundo plano. Em vista da íntima ligação entre representação sensorial e imaginação mental não era mais do que natural que Javé fosse sendo, de certo modo, empurrado para os fundos, tanto no culto quanto na vida e no pensamento religiosos dos israelitas. Que isso de fato ocorreu, percebe-se na repreensão do profeta Sofonias, que passou a atuar quando o veneno da influência assíria já havia produzido seus efeitos por longo tempo. Sofonias 1.12 fala de pessoas que haviam perdido a força motriz da religião de Javé — comparável ao fermento que produz a fermentação no vinho. Elas dizem para consigo: “Javé não faz o bem nem o mal” — i. é, ele não faz absolutamente nada, é um “deus ocioso” que fica em segundo plano, desalojado pelos deuses assírios, diante dos quais se evidenciara como inferior. A conseqüência prática dessa contemplação é que os jerosolimitas “se desviaram de Javé e não buscam nem perguntam por ele” (Sf 1.6).

Será possível tornar esse processo mais compreensível ainda do ponto de vista da história das religiões? Apesar de toda a incerteza, vamos ao menos tentá-lo. Deve-se perguntar de que modo ocorreu a recepção religiosa dos cultos assírios em Jerusalém e Judá. Embora não o saibamos exatamente, parece que os elementos assírios encontraram seu lugar no ideário religioso dos israelitas próximo daquilo que designamos como “cananeu”, uma expressão já há muito destituída de significado étnico. Originalmente as divindades assírio-babilônicas se relacionavam sobretudo com fatos da natureza, quando não eram praticamente representantes de fenômenos naturais; entretanto, no curso da história elas haviam se transformado cada vez mais em representantes religiosos do império neo-assírio e com isso haviam ganho, de certo modo, um perfil histórico — em especial para os territórios subjugados³⁶. Seria de se supor que também os jerosolimitas e judaítas as houvessem percebido como

36 Cf. B. ALBREKTSON, *History and the Gods; an Essay on the Idea of Historical Events as Divine Manifestations in the Ancient Near East and in Israel*, 1967 (Coniectanea Biblica, OT Series, 1).

grandezas históricas e chamado por seus nomes. Todavia, esse não é o caso. Antes, é a ligação das divindades estrangeiras com a natureza que foi decisiva para sua recepção. Isso de modo algum se aplica apenas aos deuses cuja ligação com a natureza era evidente — como *Shamash*, *Sin* e o exército celestial —, mas também àqueles que, em sentido eminente, haviam se tornado expressão de uma grandeza política, como, p. ex., *Ashur* e *Ishtar*.

Desse modo, as divindades do panteão assírio-babilônico adquiriram uma grande proximidade interior com as divindades cananéias da natureza e da vegetação, ou, como também se poderia dizer, do componente cananeu da religião palestinese-israelita. Em Jerusalém, os deuses imperiais assírios perderam seu cunho individual e histórico ao ponto de se poder chamá-los de Baal e Axerá. Nisso consiste o sentido da expressão “interpretação cananéia”, utilizada acima³⁷; ela não significa interpretação por parte de cananeus. Em tudo isso se percebe que a religião cananéia — ou melhor: o componente cananeu da religião de Javé — sofreu uma promoção e um reavivamento no decurso da crise assíria. A analogia com a crise fenícia, na época da dinastia dos onridas³⁸, torna-se plausível; e, no fundo, é muito apropriado que os deuteronomistas já tenham feito essa comparação. O dito profético deuteronomista de 2 Rs 21.10-15 anuncia um castigo no qual Javé estenderá “o cordel de Samaria” por sobre Jerusalém e Judá e colocará “o prumo da casa de Acabe”. E um redator deuteronomista tardio houve por bem acrescentar à informação deuteronomista sobre os altares de Manassés para Baal e Axerá: “como Acabe, o rei de Israel, havia feito” (2 Rs 21.3).

De tudo isso se depreende que a afluência de divindades e cultos assírios estimulou o “cananeísmo” e, por conseguinte, também o processo de amálgama da religião de Javé com elementos cananeus, que nunca havia cessado totalmente. Portanto, são principalmente dois fatos que caracterizam a crise assíria da religião israelita: o ataque efetivo contra a forma e a substância da religião de Javé e o estímulo da crise latente do cananeísmo.

37 Veja supra, p. 382.

38 Veja supra, pp. 307-317.

Capítulo 5

O ocaso do império neo-assírio e a reforma do rei Josias

Depois da morte de Assurbanípal¹, ocorrida mais ou menos em 630, o império neo-assírio foi ao encontro de seu fim de maneira bastante rápida e irresistível. Suas forças estavam esgotadas, a autoridade moral do último grande soberano assírio se fora, o território mesopotâmico original estava exaurido e dilacerado por um grande número de agrupamentos e partidos em conflito. O império mundial estava maduro para o ocaso. Só faltava um impulso de fora para fazê-lo cair definitivamente. O impulso veio, mais ou menos ao mesmo tempo, do norte e do sudeste, onde surgiram dois adversários do império assírio que este não conseguiria dominar por muito tempo: os medos do planalto iraniano, que avançavam para o sul e para o oeste sob os reis Fraorte e Quiaxares (em babilônio: *Umakishar*), e a Babilônia aramaizada, cujas forças antiassírias lentamente se tornavam cada vez mais fortes².

É possível fazer afirmações sobre os acontecimentos desses anos obscuros e movimentados desde que não se dispõe mais apenas das relativamente poucas inscrições dos últimos reis assírios e das informações dos historiógrafos que escreviam em grego (Heródoto, Berossos³), mas também de crônicas babilônicas que cobrem esse espaço de tempo total ou parcialmente. Sobre os anos de 616-609 somos informados pela “Crônica de Gadd”⁴, sobre o período entre 626 e 556 pelas crônicas babilônicas do Museu Britânico, editadas por D. J. Wiseman⁵; a isso se acrescentam fragmentos⁶. Essas crônicas permitem, aqui e ali, uma percepção muito detalhada, mas, às vezes,

1 O ano de sua morte não é certo: ele faleceu o mais cedo em 631 e o mais tarde em 627. Quanto aos problemas cronológicos, cf. M. FALKNER, *Die Eponymen der spätassyrischen Zeit*, AfO, 17:100-120, 1954-56; J. OATES, *Assyrian Chronology, 631-612 B.C.*, *Iraq*, 27:135-159, 1965; A. K. GRAYSON, *The Chronology of the Reign of Ashurbanipal*, ZA, 70:227-245, 1980/81.

2 Veja infra, pp. 412s.

3 Cf. S. M. BURSTEIN, *The Babyloniaca of Berossus*, 1978 (SMONANE, 1/5).

4 C. J. GADD, *The Fall of Niniveh; the Newly Discovered Babylonian Chronicle*, Nr. 21901 in the *British Museum*, 1923.

5 D. J. WISEMAN, *Chronicles of Chaldaean Kings* (1956), 2. ed., 1961; cf. também A. K. GRAYSON, *Cronache dell'impero neo-babilonese (626-556 a.C.)*, BeO, 6:191-206, 1964.

6 A. R. MILLARD, *Another Babylonian Chronicle Text*, *Iraq*, 26:14-35, 1964.

também apenas modesta do curso da história. Elas fornecem um arcabouço de nomes, fatos e números: matéria-prima para o historiador⁷.

Assurbanípal deixou o império para seu filho *Ashur-etel-ilani*, do qual não se sabe muito além de que ele gozava do apoio do exército sob o general *Sin-shum(a)-lishir*, que suprimiu uma tentativa de usurpação. *Ashur-etel-ilani* parece ter falecido logo (em 627?). Em todo caso, depois de um interregno que durou alguns meses, durante os quais *Sin-shum(a)-lishir* cuidou da administração, o domínio passou para um segundo filho de Assurbanípal, chamado *Sin-shar(ra)-ishkun*⁸. Os pormenores da troca de governantes não são conhecidos com exatidão, e também já se defendeu a tese de que, depois da morte de Assurbanípal, houve apenas um rei sucessor, a saber, *Ashur-etel-ilani*, cujo nome de trono babilônico teria sido *Sin-shar(ra)-ishkun*⁹. De qualquer modo, nos primeiros anos a Assíria ainda conseguiu manter-se, mesmo que sofrivelmente. Todavia, em 627 faleceu ou caiu o procurador assírio *Kandalanu*, o qual Assurbanípal havia instalado na Babilônia depois do fim de seu irmão Shamashumukin (648), e com isso começaram as dificuldades. As cidades da Babilônia nas quais estavam estacionadas guarnições assírias reconheceram *Sin-shar(ra)-ishkun*, mas não a própria Babilônia. No sul da Babilônia, especialmente no distrito de *Bit-Yakiní* e nas terras marítimas junto ao Golfo Pérsico, estouraram levantes da população aramaica (caldéia), instigados e liderados por *Nabu-apla-uçur* (Nabopolassar), cuja soberania, num primeiro momento, foi reconhecida por *Sin-shar(ra)-ishkun*. Nabopolassar era o homem do futuro. Ele avançou, saqueou Uruk com auxílio elamita, confrontou-se com unidades assírias em Nippur, que o obrigaram a bater em retirada para Uruk, mas foram por ele aí derrotadas. Em 626, Babilônia, sitiada pelos assírios, conseguiu livrar-se e ofereceu a dignidade régia a Nabopolassar. Com isso estava pregado o primeiro prego no caixão assírio. Em 623 ocorreu um levante do distrito de *Der* contra os assírios, e, mais ou menos ao mesmo tempo, os medos, provavelmente sob Fraorte, avançaram contra Nínive¹⁰. O resultado dos acontecimentos permanece obscuro, uma vez que as crônicas babilônicas se interrompem por alguns anos. Pode-se perceber ainda, mal e mal,

que os assírios, duramente atingidos, receberam ajuda de dois aliados: ao norte, de modo involuntário, dos bandos de cavaleiros citas cuja pátria provavelmente se situava nas estepes do sul da Rússia, e dos egípcios da 26ª dinastia sob Psamético I (664-610)¹¹.

Heródoto (II,157) relata que Psamético I sitiou Asdode por 29 anos. Por trás dessa informação, obviamente incrível, pode-se perceber pelo menos o interesse dos faraós saítas no corredor siro-palestinense. Além disso, Heródoto (I, 105) informa que os citas passaram por toda a Síria e a Palestina e só foram parados por Psamético junto a Ascalom. Antigamente, esse chamado assalto dos citas era muito utilizado para explicar o “inimigo do norte” mencionado em Sofonias e Jeremias¹². Contudo, Heródoto é a única testemunha desse evento. Provavelmente trata-se de um reflexo dos esforços egípcios para neutralizar politicamente os povos do norte, por certo sobretudo no interesse da pretensão egípcia de hegemonia sobre a Palestina e a Síria Central¹³.

Num primeiro momento, os citas frearam a expansão dos medos para o sul; mais eles provavelmente não conseguiram¹⁴. Os egípcios, por sua vez, estavam politicamente muito mais interessados na questão. Eles partiam da ponderação de que talvez agora fosse possível fazer valer a antiga pretensão de soberania egípcia sobre a parte meridional do corredor siro-palestinense, da qual teoricamente nunca haviam desistido. Os egípcios desejavam uma Assíria fraca como Estado-tampão contra os medos e os babilônios, já que se podia imaginar como eles se comportariam enquanto herdeiros do império neo-assírio. Por isso, firmaram uma aliança com a Assíria e procuraram salvar esse candidato à morte com todos os meios, também militares. Em 616 o medo Quixares derrotou os citas; ao mesmo tempo, Nabopolassar infligiu uma derrota ao exército assírio junto a *Qablinu*, no Médio Eufrates, avançou rio acima até os afluentes *Habur* e *Balih*, preparando-se para atacar a capital, Assur. Esse ataque duplo já poderia ter custado a vida à Assíria; entretanto, Psamético I enviou tropas que conseguiram rechazar Nabopolassar, passando agora ele próprio a ser sitiado na fortificação de *Tekrit*, junto ao Tigre. No norte, entretanto, os medos ameaçavam o distrito de *Arrapha*.

7 Cf. ainda G. MORAWE, Studien zum Aufbau der Neubabylonischen Chroniken in ihrer Beziehung zu den chronologischen Notizen der Königsbücher, EvTheol, 26:308-330, 1966; A. K. GRAYSON, Assyrian and Babylonian Chronicles, in: *Texts from Cuneiform Sources*, 1975; R. A. PARKER & W. H. DUBBERSTEIN, *Babylonian Chronology 626 B.C.-A.D. 75*, 1971. Traduções (de excertos) nas coletâneas: AOT, 2. ed., 362-365; ANET, 3. ed., 303-305; TGI, 3. ed., 9-63; TUAT I,4, 401-405.

8 Cf. J. READE, The Accession of Sinsharishkun, JCS, 23:1-9, 1970.

9 Cf. R. BORGER, Mesopotamien in den Jahren 629-621 v.Chr., *Wiener Zeitschrift für die Kunde des Morgenlandes*, 55:62-76, 1959; ID., Der Aufstieg des neubabylonischen Reiches, JCS, 19:59-78, 1965.

10 Heródoto 7, 102.

11 Veja infra, pp. 410s.

12 Cf., p. ex., F. WILKE, Das Skythenproblem im Jeremiabuch, in: coletânea em homenagem a R. Kittel, 1913, pp. 222-254, (BWAT, 13).

13 Quanto ao problema dos citas, cf. H. CAZELLES, Sophonie, Jérémie, et les Scythes en Palestine, RB, 74:24-44, 1964; R. P. VAGGIONE, Over all Asia?: the Extent of the Scythian Domination in Herodotus, JBL, 92:523-530, 1973. Cautelosamente otimista é a opinião de E. YAMAUCHI, The Scythians; Invading Hordes from the Russian Steppes, BA, 46:90-99, 1983, e R. LIWAK, *Der Prophet und die Geschichte*; eine literar-historische Untersuchung zum Jeremiabuch, 1987, pp. 136-147 (BWANT, 121).

14 O papel dos *Ummam-manda*, também em expansão, não está inteiramente claro. Em todo caso, eles não eram citas; cf. B. LANDSBERGER & T. BAUER, ZA, 37:81-83, 1927.

Quando os egípcios interromperam o infrutífero sítio de *Tékrit* e desapareceram, não havia mais como manter a situação. Em 614, Quiaxares conquistou *Tarbiçu* (*Sharif-Han*) e Assur, uma logo após a outra. Nabopolassar firmou um pacto com os medos, que, segundo uma informação de Berossos, teria sido selado pelo casamento de um príncipe babilônio com uma princesa meda. Depois de uma vitória parcial de *Sin-shar(ra)-ishkun* no ano de 613, havia chegado a hora: em 612 a.C., a coalizão medo-babilônica conseguiu conquistar Nínive, após um sítio de três meses¹⁵. Esse foi o golpe mortal para o império neo-assírio. No velho território original assírio aconteceu uma carnificina horrível. As cidades no Alto Tigre foram arrasadas. Provavelmente *Sin-shar(ra)-ishkun* e sua família pereceram nas chamas do castelo real de Nínive.

A queda de Nínive assustou todo o Oriente Próximo, mas também causou, ao mesmo tempo, um grande alívio por causa da libertação do jugo assírio. A mais de 1.000 km de distância, o profeta Naum celebrou a vitória dos medos e babilônios como sendo uma vitória de Javé, que presenteou Judá com a liberdade:

Eis sobre os montes os pés do que anuncia boas-novas, do que anuncia a paz!
Celebra tuas festas, ó Judá, cumpre teus votos, porque o homem vil já não passará por ti; ele está inteiramente exterminado. (Na 2.1.)

E sobre a própria fortaleza de Nínive o profeta exultou:

Não há remédio para tua ferida; tua chaga é incurável; todos os que ouvirem tua fama baterão palmas sobre ti; porque, sobre quem não passou continuamente tua maldade? (Na 3.19)¹⁶.

Em retrospecto e diante da queda do império neo-assírio, não se pode deixar de sentir uma admiração apavorada pelas realizações dos grandes reis e de seus funcionários, que haviam conseguido erguer, organizar, dominar e manter por tanto tempo um complexo imperial que o Oriente não conhecera até então. Isso também se aplica ao corredor siro-palestinese, que, de início, fora um barômetro confiável para medir a força e a fraqueza relativas deste império. Entretanto, por mais que os pequenos estados desse território houvessem dado trabalho aos assírios no séc. 8 a.C., eles ficaram completamente pacificados no séc. 7. Também o declínio e o colapso final do império assírio parecem não ter tido efeitos políticos dignos de menção sobre as províncias e os estados-vassalos do oeste — até onde sabemos. A dura dominação dos assí-

rios aparentemente havia quebrado a vontade de resistir; o oeste do império permaneceu em estado de paralisia, também durante o período de governo de Assurbanípal, repleto de crises, e mesmo após sua morte. Por certo essa impressão pode estar condicionada pela situação das fontes e, portanto, ser errônea ou mesmo simplória. No entanto, chama a atenção o fato de que não se ouve falar absolutamente nada a respeito de uma política antiassíria no corredor siro-palestinese.

Existe, contudo, uma exceção. Um único entre os vassalos assírios do sudoeste teve capacidade de reconhecer os sinais dos tempos e tirar proveito político da decadência do poder assírio: o rei Josias de Judá (639-609), uma das figuras mais brilhantes, talentosas e fascinantes no trono de Davi, o último grande rei do Reino do Sul¹⁷. Apesar de todos os retoques e idealizações deuteronômistas que sua figura sofreu, pode-se supor que já seus contemporâneos o considerassem a corporificação das esperanças vivas na história do povo de Israel, o ungido de Javé por excelência, o verdadeiro e digno descendente de Davi. Josias é o rei da “reforma josiânica”, que levou seu nome. Iríamos entender essa reforma de maneira completamente errônea se quiséssemos contemplá-la exclusivamente sob o aspecto político interno e externo do antagonismo com a Assíria; pois a reforma foi substancialmente desencadeada e condicionada também pelo surgimento do Deuterônomo: pelo aparecimento de um livro sagrado cujos efeitos sobre a história da religião e do pensamento de Israel, do judaísmo, do cristianismo e do islamismo não podem ser suficientemente valorizados. Na reforma josiânica, motivos políticos e religiosos formaram uma ligação indissolúvel. No entanto, já aqui deve-se alertar que o momento histórico era menos favorável aos ideais e à obra de Josias do que o próprio Josias pode ter acreditado; e por causa disso ele acabou fracassando, levando grandes expectativas junto para a sepultura. A rigor, com Josias termina a história dos reis de Israel; o que ainda se seguiu não foi muito mais do que um poslúdio. A história do período dos reis de Israel fora iniciada pela grande e trágica figura de Saul. Ela findou com Josias nas dimensões de grandeza e tragédia que são adequadas a tal final.

Depois dessa antecipação, porém, não se deve ocultar que as concepções dos exegetas e historiadores sobre Josias e sua reforma se distanciam muito umas das outras — não menos do que sobre os temas clássicos da história de Israel até a chamada tomada da terra. Isso já se aplica à avaliação das fontes,

15 Cf. D. STRONACH & S. LUMSDEN, UC Berkeley's Excavations at Niniveh, BA, 55:227-233, 1992.

16 Seguindo *îasis*, na LXX, provavelmente deve-se ler *geha* em lugar de *keha*, “extinção”, do texto massorético; contudo, naturalmente poderia tratar-se também de uma simples troca *g/k*. — Cf. H. W. F. SAGGS, Nahum and the Fall of Niniveh, JThST.NS, 20:220-225, 1969, a respeito de Na 2.7-9. J. JEREMIAS, *Kultprophetie und Gerichtsverkündigung in der späten Königszeit*, 1970, pp. 1-35, especialmente 53-55 (WMANT, 35), procurou situar Naum num período anterior, compreendendo-o como contemporâneo do jovem Sofonias.

17 Cf. O. PROCKSCH, König Josia, in: coletânea em homenagem a T. Zahn, 1928, pp. 19-53; F. M. CROSS & D. N. FREEDMAN, Josiah's Revolt against Assyria, JNES, 12:56-58, 1953; W. E. CLABURN, The Fiscal Basis of Josiah's Reforms, JBL, 92:11-22, 1973; G. W. AHLSTRÖM, Royal Administration and National Religion in Ancient Palestine, in: *Studies in the History of the Ancient Near East*, 1982, vol. 1; N. NA'AMAN, The Kingdom of Judah under Josiah, *Tel Aviv*, 18:3-71, 1991.

que nem de longe são tão boas e detalhadas como se desejaria. De qualquer modo, possuímos sobre o reinado de Josias — que ascendeu ao trono judaíta como garoto de 8 anos¹⁸ — o relato de 2 Rs 22-23, que, por sua vez, constitui a fonte da descrição cronista de 2 Cr 34-35. Os deuteronomistas inseriram esse relato na moldura habitual para a descrição do governo dos reis israelitas e judaítas (2 Rs 22.1s.; 23.25-30).

A análise literária e a avaliação histórica desse relato foram e ainda são controvertidas¹⁹. Isso tem principalmente duas razões: 1. O texto, sem dúvida alguma, é composto. Isso evoca perguntas que só dificilmente podem ser respondidas com um grau suficiente de certeza ou até mesmo de probabilidade. Acaso trata-se de uma composição de várias partes originalmente autônomas ou da refundição redacional de um único texto básico? Será que a redação deuteronomista aconteceu em vários estágios e, em caso positivo, em quais? Até que ponto os redatores deuteronomistas desfiguraram a reforma josiânica, alterando-a através de sua interpretação? Quem sabe até tenham chegado a criar determinados “fatos” por meio da interpretação? É possível reverter os processos de redação e revisão²⁰? 2. A reforma josiânica foi desencadeada, pelo menos segundo o relato bíblico, pelo achado de um “livro da lei” (em hebraico: *sefer hattora*) no templo de Javé em Jerusalém. Com relação a isto surgem perguntas históricas: de fato foi assim, ou a ligação entre a reforma e o livro é obra dos revisores deuteronomistas? Será que o livro achado era de fato o Deuteronômio? Certamente não o Dt em sua forma canônica definitiva, mas numa forma primitiva. Como, porém, era esse Deuteronômio primitivo? Ou tratava-se de um outro livro que serviu de base para a reforma? Quais são as conseqüências resultantes das respostas a estas perguntas para a descrição do caráter e da dimensão da reforma²¹?

18 Veja supra, p. 376.

19 Um breve panorama da pesquisa se encontra em H. SPIECKERMANN, *Juda unter Assur in der Sargonidenzeit*, 1982, pp. 17-30 (FRLANT, 129).

20 Uma seleção da bibliografia mais recente (os trabalhos mencionados contêm, em regra, mais do que apenas análises literárias): W. DIETRICH, *Prophezie und Geschichte*, 1972 (FRLANT, 108); ID., *Josia und das Gesetzbuch* (2. Reg XXII), VT, 27:13-35, 1977; H. HOLLENSTEIN, *Literarkritische Erwägungen zum Bericht über die Reformmassnahmen Josias*; 2 Kön XXIII 4ff., VT, 27:321-336, 1977; M. ROSE, *Bemerkungen zum historischen Fundament des Josia-Bildes in II Reg. 22f.*, ZAW, 89:50-63, 1977; H.-D. HOFFMANN, *Reform und Reformen*; *Untersuchungen zu einem Grundthema der deuteronomistischen Geschichtsschreibung*, 1980, especialmente pp. 169-270 (ATHANT, 66); H. SPIECKERMANN, op. cit., pp. 46-160. C. LEVIN, *Joschija im deuteronomistischen Geschichtswerk*, ZAW, 96:351-371, 1984; N. LOHFINK, *The Cult Reform of Josiah of Judah: II Kings 22-23*, in: *Ancient Israelite Religion*; coletânea em homenagem a M. Cross, 1987, pp. 459-475; P. TAGLIACARNE, “*Keiner war wie er*” — *Untersuchung zur Struktur von 2 Könige 22-23*, 1989. Um panorama é oferecido por B. GIESELMANN, *Die sog. josianische Reform in der gegenwärtigen Forschung*, ZAW, 106:223-242, 1994.

21 Bibliografia selecionada (os trabalhos mencionados contêm, em regra, também análises crítico-literárias): G. HÖLSCHER, *Komposition und Ursprung des Deuteronomiums*, ZAW, 40:161-255, 1922; ID., *Das Buch der Könige, seine Quellen und seine Redaktion*, in: coletânea em homenagem a H. Gunkel, pp. 158-213, 1923 (FRLANT, 36/1); K. BUDDÉ, *Das Deuteronomium und die Reform König Josias*, ZAW,

É óbvio que aqui não podemos entrar numa discussão crítica pormenorizada de todos esses problemas. Não se pode fazer mais do que a tentativa de passar mais ou menos ileso entre os extremos e seguir um caminho que conduza sofrivelmente por entre o matagal das opiniões. Ao fazer isso, dois pontos de vista nos servirão de diretrizes: o relato a respeito do reinado de Josias merece mais confiança do que poderia parecer depois de uma primeira análise crítica; e, embora os revisores deuteronomistas tenham interferido com retoques e estilizações, não alteraram totalmente o fundamento histórico.

Desconsiderando as peças da moldura deuteronomista, 2 Rs 22-23 contém um relato coerente e substancialmente coeso, retrabalhado pelos deuteronomistas, sobre o período de governo de Josias. Este relato pode ser dividido nos seguintes trechos:

1. 22.3-13: uma narrativa sobre o achado e os destinos do “livro da lei”, o documento da reforma josiânica. A narrativa é anterior ao exílio e apenas levemente retrabalhada pelos deuteronomistas (v. 13).

2. 22.14-20: o oráculo da profetisa Hulda, fortemente redigido pelos deuteronomistas em vários estágios, se é que não foi criado por eles.

3. 23.1-3: o relato sobre a firmação do pacto de Josias, com participação deuteronomista no v. 1.

4. 23.4-15, 19s., 24: um relato substancialmente autêntico e anterior ao exílio sobre as medidas de reforma de Josias, com leves retoques deuteronomistas (vv. 13s.) e uma interpretação deuteronomista (v. 24). É verossímil que uma fonte oficial tenha servido de base para esse relato, mesmo que essa fonte — como muitas vezes se supôs — não tenham sido os anais dos reis de Judá²².

5. 23.21-23: o relato sobre a Páscoa josiânica como encerramento de toda a exposição²³.

44:177-224, 1926; A. BENTZEN, *Die josianische Reform und ihre Voraussetzungen*, 1926; D. W. B. ROBINSON, *Josiah's Reform and the Book of the Law*, 1951; A. JEPSEN, *Die Reform des Josia* [1959], in: *Der Herr ist Gott*, 1978, pp. 132-141; E. W. NICHOLSON, *Josiah's Reformation and Deuteronomy*, *Transactions of the Glasgow University Oriental Society*, 20:77-84, 1963/4; N. LOHFINK, *Die Bundesurkunde des Königs Josias*, *Biblica*, 44:261-288, 1963; J. M. GRINTZ, *Die Erzählung von der “Reform” des Josia und das Deuteronomium*, *Beth Miqra*, 11(4):3-16, 1965 (hebraico); L. ROST, *Zur Vorgeschichte der Kulturreform des Josia*, VT, 19:113-120, 1969; J. LINDBLOM, *Erwägungen zur Herkunft der josianischen Tempelurkunde*, *Scripta Minora Regiae Societatis Humaniorum Letterarum Lundensis*, 1970-71, vol. 3; J. R. LUNDBOM, *The Law Book of the Josianic Reform*, CBQ, 38:293-302, 1976; E. WÜRTHWEIN, *Die josianische Reform und das Deuteronomium*, ZThK, 73:395-423, 1976; W. DIETRICH, *Josia und das Gesetzbuch*, VT, 27:13-35, 1977; R. ALBERTZ, *Religionsgeschichte Israels in alttestamentlicher Zeit*, 1992, pp. 304-360 (bibliografia) (ATD.E, 8/1).

22 Cf. R. MEYER, *Auffälliger Erzählungsstil in einem angeblichen Auszug aus der “Chronik der Könige von Juda”*, in: coletânea em homenagem a F. Baumgärtel, 1959, pp. 114-123; H. SPIECKERMANN, op. cit., pp. 120-130.

23 Não consigo compartilhar um ceticismo maior — como, p. ex., o de H. SPIECKERMANN, que considera 23.9, 15, 19s., 21-23 exclusivamente deuteronomistas.

Resta ainda 23.16-18: um acréscimo deuteronomista tardio que se reporta à lenda sobre o profeta em 1 Rs 12.33-13.32, e que aqui pode ser deixado totalmente de lado. A descrição cronista em 2 Cr 34-35 não tem qualquer espécie de valor autônomo como fonte histórica: como de costume, ela é uma refundição (epítome) do material prévio dos Livros dos Reis, e tudo o que vai além desse material prévio foi obtido por via exegetica.

Isso não mais é controvertido hoje entre os historiadores críticos — com uma exceção: a cronologia da reforma josiânica. Ao passo que, segundo a narrativa de 2 Rs 22-23, a reforma foi desencadeada pelo achado do “livro da lei” feito em 622, segundo 2 Cr 34.3-7 (33) ela começa muito antes: a primeira conversão de Josias a Javé, aparentemente ainda em nível pessoal e privado, ocorreu em seu 8º ano de governo (632), quando o rei tinha 16 anos de idade, e o início de sua obra reformadora se deu no 12º ano de governo (628), o 20º ano de vida do rei²⁴. A essa cronologia aderiram numerosos exegetas e historiadores — sobretudo seguindo a T. Oestreicher²⁵. Ela parecia oferecer a vantagem de uma interpretação da reforma josiânica não influenciada pelo “livro da lei”. O quadro, então, se apresentava de tal modo que a reforma já estava em andamento há seis anos quando o “livro da lei” apareceu. Este, então, não teria desencadeado a reforma, mas deu-lhe um novo impulso e outra direção. No entanto, essa concepção não é consistente²⁶, pois desconhece e subestima os fundamentos da historiografia cronista. A imagem cronista de Josias fazia parecer impossível a suposição de que justamente esse rei pudesse ter esperado até o 18º ano de seu governo para começar com a reforma. Além disso, segundo a convicção cronista, a lei mosaica nunca fora totalmente esquecida; já antes de Josias ela havia liberado, mais de uma vez, forças reformadoras (até com Manassés: 2 Cr 33.15-17!); por isso, o livro achado em 622 só pode ter sido um exemplar a mais da lei há muito conhecida. Por fim, era fácil para o cronista extrair exegeticamente a piedade do jovem Josias a partir da parte do oráculo de Hulda dirigida a ele (2 Rs 22.18-20).

É recomendável começar com o relato sobre as medidas reformadoras de Josias (2 Rs 23.4-15, 19s., 24). Nenhum dos atos de reforma aí descritos é datado; no entanto, nada depõe contra a possibilidade de que eles observem uma seqüência pelo menos aproximadamente cronológica. Trata-se exclusivamente de medidas de política cultural com o objetivo de eliminar tudo o que fosse religião alienígena, não-israelita, não-javista — numa só palavra: com o objetivo da *pureza do culto*, seja ela entendida como for. Num primeiro momento, poder-se-ia pensar que o sentido dessas medidas se esgote nisso;

que elas se restrinjam ao setor do culto e da religião, sejam um assunto, por assim dizer, puramente “eclesial”. No entanto, isso naturalmente não existe. A reforma cultural de Josias foi, no mínimo, também expressão de uma concepção política global, dentro da qual a pureza do culto era apenas um aspecto entre outros. Para reconhecer isto, não se deve prestar atenção apenas àquilo que aconteceu, mas considerar também onde algo acontecia. É necessário classificar e distinguir as medidas reformadoras de Josias em termos locais e territoriais. Disso resulta o seguinte:

1. *Jerusalém*: Na capital Jerusalém, que, como cidade-Estado, havia sido outrora domínio de seus pais, Josias agiu em duas esferas.

a) *Área do templo*: Aqui Josias ordenou a eliminação de todos os elementos cúlticos assírios que haviam invadido a área sagrada de Javé durante os decênios anteriores (23.4, 6s., 11s.)²⁷. Ele mandou retirar os utensílios do culto a “Baal, Axerá e todo o exército celestial” da nave central do templo e queimá-los no Vale do Cedrom (*Wádi en-Nar*). Afastou a Axerá e demoliu as casas de prostituição sagrada. Nos átrios do templo, eliminou os cavalos e carros do deus do sol *Shamash*, assim como os altares nos telhados dedicados ao exército celestial.

b) *Área urbana*: Na área urbana de Jerusalém, Josias mandou eliminar locais de culto, originalmente cananeus e não assírios, que haviam sido promovidos e revitalizados no decurso da crise assíria da religião israelita (23.8, 10, 13). Ele derrubou os “altos dos sátiros”²⁸, profanou o local de culto no Vale de Hinom (*Wadi er-Rababe*), ao sul de Jerusalém, e destruiu os santuários nos altos, sobre o “monte da abominação” a leste da cidade, que haviam sido instalados por Salomão (1 Rs 11.7s.)²⁹ e que ainda existiam mais ou menos miseravelmente.

2. *Arredores de Jerusalém*: Segundo 23.5, as medidas de Josias também atingiram o território da cidade-Estado de Jerusalém (*m^essibe Y^erushalayim*), que desde Asa de Judá³⁰ ia até Mispa (*Tèll en-Naçbe*) e Geba (*Djeba*) ao norte e que, ao sul, provavelmente terminava nas elevações ao norte de Belém. Também aqui Josias eliminou os locais de culto aos deuses assírios *Shamash*, *Sin* e aos deuses do zodíaco e todo o exército celestial junto com o respectivo pessoal cúltico (*k^emarim*). Muito provavelmente também altos cúlticos “cananeus” foram vítimas do extermínio.

24 Provavelmente isso se refere à data de sua maioridade em assuntos de culto e de serviço militar; cf. os comprovantes em H. SPIECKERMANN, op. cit., p. 33, nota 5.

25 T. OESTREICHER, *Das deuteronomische Grundgesetz*, 1923 (Beiträge zur Förderung christlicher Theologie, 27,4).

26 Quanto à crítica, cf. H. SPIECKERMANN, op. cit., pp. 30-41.

27 Veja supra, pp. 381-384.

28 Veja supra, p. 383s.

29 Veja vol. 1, p. 253.

30 Veja supra, pp. 289-291.

3. *Cidades de Judá*: Josias não agiu diferentemente nas localidades do Reino de Judá, “de Geba até Berseba” (23.5,8a).

Numa só palavra: Josias acabou com a crise assíria em Jerusalém e Judá através de rigorosas medidas de extermínio, ou, mais exatamente: eliminou os motivos da crise. Isso, no entanto, com toda a certeza era bem mais do que o desejo de alcançar pureza do culto, pois na época do pleno poder do império neo-assírio dificilmente um pequeno rei judaíta teria podido ousar agir assim como Josias estava agindo. Depois da catástrofe de 701 a.C. e diante da vizinhança direta do colosso assírio, os reis no trono de Davi tiveram todos os motivos para usar de cautela e lealdade para com a Assíria. Vista dessa perspectiva, a eliminação dos locais e dos utensílios de culto assírios sob Josias foi um inequívoco “não” à soberania assíria. A reforma do culto, portanto, também é expressão da *política de emancipação* que Josias promovia frente à Assíria. Em nenhum lugar é relatado — e também não é verossímil — que ele houvesse rompido formalmente sua condição de vassalo, p. ex. suspendendo os pagamentos de tributo e talvez até empenhando-se em formar alianças antiassírias. Ele certamente reconheceu que algo assim nem seria necessário. O moribundo gigante assírio não estava mais em condições de intervir em nenhum lugar. Não havia razões para esperar demonstrações de poder por parte da Assíria, muito menos depois dos acontecimentos do ano de 623 a.C.³¹ A vassalagem dos pequenos estados do corredor siro-palestinese só existia no papel. Era inteiramente suficiente comportar-se como se não mais houvesse soberania assíria. Isso, na situação de Josias, era uma política realista, que ele não hesitou em praticar.

A revista geográfica, porém, ainda não terminou. Segundo 23.15, Josias profanou e destruiu o velho santuário régio de Betel (*Betin*), outrora construído por Jeroboão I³². Portanto, ele foi além do território de Jerusalém e Judá, entrando na província assíria de *Samerina*. Isso pode ter ocorrido um pouco mais tarde, de certo modo numa segunda investida³³. Por fim, ele até passou a

31 Veja supra, p. 388.

32 Veja supra, pp. 282s.

33 Cf. H. W. WOLFF, *Das Ende des Heiligtums in Bethel*, in: ID., *Gesammelte Studien*, 1970, pp. 442-453. G. S. OGDEN, *The Northern Extent of Josiah's Reform*, *Australian Biblical Review*, 26:26-34, 1978; não inteiramente sem ressalvas também G. W. AHLSTRÖM, *King Josiah and the *dwd* of Amos VI.10*, *Journal of Semitic Studies*, 26:7-9, 1981. — É óbvio que a profanação do santuário de Betel seria interpretada pelos deuteronomistas como término do “pecado de Jeroboão” e receberia sua inteira aprovação. No entanto, a suposição de que o próprio acontecimento não passe de uma invenção deuteronomista *ad maiorem regis gloriam* (assim H. SPIECKERMANN, op. cit., pp. 112-116) não é convincente, em minha opinião; pois o que vale para a identidade do documento da reforma também precisa valer aqui: a saber, que “os deuteronomistas escreviam para judaítas cujos pais em grande parte haviam sido contemporâneos de Josias” (p. 155). A existência ou não-existência de um santuário da envergadura de Betel dificilmente podia furtar-se ao controle.

eliminar os “santuários dos altos” (*batte habbamot*) nas cidades da província de *Samerina* e a exterminar seus sacerdotes (*koh^aanim*). A observação de que nisso se manifesta um objetivo de política religiosa completamente novo da reforma será colocada de lado por um momento. Aqui interessa sobretudo a geografia. Ela demonstra que Josias de modo algum se satisfaz com uma política emancipacionista em relação à Assíria, mas que aproveitou a perda de poder do império para passar à *anexação de territórios*. Ele tomou a província de *Samerina*, que ficara praticamente sem dono; e é provável que o tenha feito sem sequer usar força militar. Talvez isso só tenha acontecido depois da queda de Nínive, no ano de 612 a.C. No último ano de seu governo e de sua vida, Josias operou inclusive no território da província de *Magiddu* (23.29s.), mesmo que apenas quando havia motivos³⁴. Não é possível imaginar aonde isso ainda pudesse ter levado se, no ano de 609, em Meguido, não se houvesse posto um fim repentino e violento à vida do rei³⁵.

Isso tudo leva a mais uma reflexão, que mostra que a política de Josias ainda não está suficientemente descrita com os conceitos de emancipação e anexação. Ocorre que as áreas das quais ele começou a apoderar-se estavam situadas no território do antigo Reino do Norte, Israel, cujo último resto de autonomia os assírios haviam eliminado em 722 a.C. Aí os reis no trono de Davi não se haviam intrometido há mais de três séculos, desde a não-renovação da união pessoal³⁶. Portanto, a ação de Josias constituía nada menos do que a tentativa de restabelecer a situação vigente sob Davi e Salomão, uma política de *restauração* sob novas condições. Josias considerou chegado o momento de transformar em realidade o velho e nunca extinto ideal do reino davidico-salomônico unido. Ele se preparava para realizar aquilo que o profeta Isaías havia anunciado cem anos antes: a reunificação do Norte israelita com o Sul judaíta (Is 8.23b-9.6)³⁷. O fato de ele não ter conseguido isso não se deveu à ausência de concepção ou falta de energia. Foi, antes, resultado de uma situação mundial alterada que não permitia mais o estabelecimento de um

34 Veja infra, p. 406.

35 Reflexões sobre se e em que medida Josias ampliou e fortificou seu território também para o oeste e para o sul são tão especulativas quanto as suposições sobre a reorganização da estrutura e da administração do Reino de Judá sob Josias. Quanto à primeira questão, as pessoas gostam de referir-se a achados arqueológicos (resumo em J. H. HAYES & J. M. MILLER, eds., *Israelite and Judaeon History*, pp. 464-466), especialmente aos chamados selos reais (P. WELTEN, *Die Königstempel*; ein Beitrag zur Militärpolitik Judas unter Hiskia und Josia, 1969 [ADPV]). Quanto à segunda questão, o ponto de partida são, sobretudo, as listas veterotestamentárias de localidades; veja vol. 1, pp. 153s. Contudo, deve-se ter o maior cuidado nestas questões, visto que tanto as fontes arqueológicas quanto as literárias são ambíguas.

36 Veja supra, p. 278.

37 Cf. A. ALT, *Jesaja 8,23-9,6; Befreiungsnacht und Krönungstag* [1951], in: ID., *Kleine Schriften*, vol. 2, pp. 206-225; J. A. EMERTON, *Some Linguistic and Historical Problems in Is VIII,23*, *Journal of Semitic Studies*, 14:151-175, 1969. D. L. CHRISTENSEN, *Zephania 2,4-15: A Theological Base for Josiah's Program of Political Expansion*, *CBQ*, 46:669-682, 1984, tenta algo semelhante em relação a Sf 2.

reino como nos tempos de Davi e Salomão. A obra de Josias fracassou por causa do antagonismo entre o ideal e a realidade.

Isso, entretanto, aplica-se apenas ao setor da política externa e não, ao mesmo tempo, também a um aspecto essencial — o mais essencial — da reforma josiânica, que até agora ficou fora de consideração. Em 2 Rs 23.8a se diz: “A todos os sacerdotes trouxe das cidades de Judá, e profanou os altos em que os sacerdotes incensavam, desde Geba até Berseba.” Poderia parecer, à primeira vista, que essa medida fizesse parte dos procedimentos adotados contra o culto assírio no interior de Judá. O texto, porém, contradiz isso, pois ele usa o termo *kohⁿnim* para designar “sacerdote”. No entanto, *kohen* justamente não designa o sacerdote de um culto alienígena, mas sim o sacerdote de Javé. Josias, portanto, profanou os antigos altos de sacrifício para Javé, os quais existiam em todos os lugares do país, desde os inícios da história israelita, e concentrou os sacerdotes desempregados na capital, Jerusalém. O resultado dessa medida foi a secularização do campo e a centralização do culto de Javé junto ao templo salomônico em Jerusalém.

À pureza do culto somou-se a *unidade do culto* — e isso não se torna compreensível a partir da política antiassíria de Josias, mas deve ter sido desencadeado por um impulso que até então nem sequer se manifestara. É certo que, do ponto de vista do direito político, Josias provavelmente não extrapolou suas competências. A antiga união pessoal entre Jerusalém e Judá parece não ter existido mais depois de 701 a.C. Desde então, o poder político dos davididas não se assentava mais sobre a livre concordância dos homens de Judá, mas sobre um decreto do grande rei assírio³⁸. Josias, portanto, não precisava da aprovação dos anciãos judaítas quando começou a secularizar o país. Contudo, o que significa isso em vista da inaudita intervenção na tradição de Israel, em vista da eliminação de tudo aquilo que, desde os tempos mais antigos, havia sido caro e valioso para Israel?

A idéia de unidade do culto estava em crassa contradição com aquilo que havia se formado ao longo da história da religião de Israel. O fato de Josias ter podido fazer isso sem ser varrido do mapa mostra que o impulso desencadeador deve ter sido suficientemente forte para logo superar também as resistências. É-se tentado a dizer: o próprio Deus tinha de ter ordenado a centralização do culto, e isso de maneira digna de crédito, de modo que ninguém pudesse dizer que o rei a inventara. Aliás, Josias também praticou a centralização do culto nos territórios anexados. Afinal, Betel era um dos mais antigos e distintos santuários de Javé existentes em Israel³⁹. E também os santuários

dos altos nas cidades de Samaria (23.19s.) eram, pelo menos em parte, santuários de Javé. A seus sacerdotes, no entanto, Josias não concentrou em Jerusalém, mas mandou exterminá-los⁴⁰. As razões disso não são conhecidas. Talvez os sacerdotes houvessem se oposto à política de Josias, tendo de pagar por isso com a vida. Mais uma vez, levanta-se a pergunta: como tudo isso foi possível⁴¹?

Este é o lugar para falar do achado do “livro da lei” que, segundo a descrição de 2 Rs 22-23, desencadeou a reforma josiânica. No 18º ano de governo do rei — portanto, em 622 a.C. —, o chanceler Safã dirigiu-se ao templo salomônico para aí acompanhar a contagem do dinheiro, como era costume desde Joás de Judá⁴². Nessa oportunidade, o sacerdote Hilquias lhe entregou “o livro da lei”, explicando que o teria “achado” no templo. Através da intermediação do chanceler, esse livro envolto pelo véu do mistério chegou às mãos e aos ouvidos do rei, o qual ficou profundamente consternado por causa dele e decidiu mandar buscar um oráculo da profetisa Hulda, a mulher do camareiro real⁴³. O oráculo deixou claro que, a rigor, as disposições do livro deveriam ter sido cumpridas desde sempre. Javé estaria irado pelo fato de isso não ter acontecido e traria infortúnio sobre Jerusalém e Judá. O rei Josias, contudo, que se dobrara humildemente diante de Javé, não teria de sofrer a desgraça e iria juntar-se a seus pais em paz⁴⁴. O rei tomou a decisão de colocar imediatamente em prática as disposições do livro. Ele convocou uma assembléia no templo e leu o “livro da aliança” (*sefer habb^hrit*), declarando-o como o documento da aliança válida a partir daquele momento, numa solene cerimônia para selar a aliança: “O rei se pôs de pé junto à coluna e fez aliança ante o Senhor, para o seguirem, guardarem seus mandamentos, seus testemunhos e seus estatutos, de todo o coração e de toda a alma, cumprindo as palavras desta aliança que estavam escritas naquele livro; e todo o povo anuiu a esta aliança” (2 Rs 23.3)⁴⁵.

40 Quanto a eventuais vestígios da política de Josias para com os sacerdotes em algumas listas veterotestamentárias de localidades: A. ALT, Bemerkungen zu einigen jüdischen Ortslisten im Alten Testament [1951], in: ID., *Kleine Schriften*, vol. 2, pp. 289-305; ID., Festungen und Levitenorte im Lande Juda [1952], in: *ibid.*, pp. 306-315. Cf. também B. MAZAR, The Cities of the Priests and Levites, SVT, 7:193-205, 1960; J. M. MILLER, The Korahites of Southern Judah, CBQ, 32:58-68, 1970.

41 Que isso absolutamente não tenha sido possível é a opinião daqueles que consideram a reforma de Josias, incluindo a centralização do culto, como uma ficção exílica ou pós-exílica; cf., além de algumas das obras mencionadas nas notas 20 e 21, F. FORESTI, Storia della relazione di Dtn 16,18-18,22 e le sue connessioni con l'opera storica deuteronomistica, *Teresianum*, 39:1-199, 1988.

42 Veja supra, p. 296.

43 Cf. J. PRIEST, Huldah's Oracle, VT, 30:366-368, 1980; L. K. HANDY, The Role of Huldah in Josiah's Cult Reform, ZAW, 106:40-53, 1994; U. RÜTERSWORDEN, Die Prophetin Hulda, AAT, 30:234-242, 1995.

44 É compreensível que esse oráculo tenha se tornado um grato campo de atividade interpretativa deuteronomista, em especial aquela parte (vv. 18-20) que diz respeito unicamente a Josias.

45 Cf. M. J. PAUL, Josiah's Renewal of the Covenant (II Kings 22-23), BETL, 94:269-276, 1990.

38 Veja supra, pp. 373s.

39 Cf. Gn 28.10-22:2

Que espécie de livro era este? É antiga — e remonta aos pais da Igreja, como Jerônimo, Crisóstomo e Procópio de Gaza — a convicção de que se tratava da forma primitiva do Deuterônomo. Ela foi elevada ao *status* de uma tese fundamentada cientificamente no início do séc. 19 por Wilhelm M. L. de Wette⁴⁶: em sua *Dissertatio critica, qua Deuteronomium a prioribus Pentateuchi libris diversum alius cuiusdam recentioris auctoris opus esse monstratur*, de 1805, e em *Beiträge zur Einleitung in das Alte Testament*, vol. I, de 1806. Visto que a narrativa de 2 Rs 22.3-20 não apresenta o conteúdo, mas sim os efeitos que o livro provocou, a tese só pode ser fundada em indícios. Há vários deles; são de peso variado, mas em seu conjunto conduzem a um grau muito elevado de verossimilidade, para não dizer que conduzem à certeza. São os seguintes:

1. A fórmula “de todo o coração e de toda a alma” de 2 Rs 23.3 é uma citação — aliás incompleta — tomada do preâmbulo do Deuterônomo (Dt 6.5).

2. Josias ordenou a celebração de uma festa da Páscoa, “como está escrito nesse livro da aliança” (2 Rs 23.21-23). Essa Páscoa não corresponde a Êx 12, mas sim à ordem deuteronomica sobre a Páscoa: Dt 16.1-8⁴⁷.

3. O livro josiânico era considerado muito antigo. Já “nossos pais” (22.13) não o haviam seguido, e a Páscoa exigida por suas determinações não fora mais celebrada “desde o tempo dos Juizes” (23.22). O Deuterônomo se apresenta como documento do tempo de Moisés.

4. O não-cumprimento das disposições do livro estava sujeito a ameaças que constavam nele mesmo (22.16,19). O Deuterônomo contém tais advertências, ameaças e maldições⁴⁸.

Entretanto, além do ideal de pureza do culto, como Josias o praticava⁴⁹, sobretudo o ideal de unidade do culto é um dos assuntos principais da lei deuteronomica. O corpo do Deuterônomo começa em Dt 12 com um texto pormenorizado no qual se desdobra a exigência de centralização do culto⁵⁰ com todas as condições e conseqüências. Todavia, em nenhum lugar se fala de Jerusalém; sempre se fala apenas, de maneira neutra, do “lugar que Javé escolherá, para ali pôr seu nome”, ou “ali fazer habitar seu nome” (Dt 12.5 e

passim). Não é certo nem verossímil que o autor ou os autores do Deuterônomo quisessem que Jerusalém fosse vista como o único santuário central. Pelo menos Jerusalém não é mencionada; certamente por muitas razões, não por último porque o Deuterônomo foi formulado como discurso de despedida de Moisés às tribos israelitas pouco antes do início da tomada da terra. Contudo, para o jerosolimita Josias estava claro que isso se referia a Jerusalém: fazia-se necessário, em todo caso, um ato interpretativo — e como Josias poderia ter sequer cogitado de outro lugar que não Jerusalém, onde se encontrava o templo de Salomão?

Também de resto, interpretar era o imperativo do momento, pois não poderia deixar de acontecer que o rei entrasse em conflito com as disposições do livro quando da realização da exigência de centralização do culto. Isso aconteceu, p. ex., no caso da solução do difícil problema do destino a ser dado aos sacerdotes levitas dos santuários de Javé no interior que ficaram desempregados com a centralização do culto. O próprio Deuterônomo não consegue resolver isso de outro modo do que recomendando esses sacerdotes à assistência social das comunidades locais (Dt 12.12,19 e passim). Além disso, existe uma lei especial sobre sacerdotes (Dt 18.1-8), na qual se ordena que seja facultada aos sacerdotes que o desejarem a participação ativa no culto do santuário central: “E quando vier um levita de alguma de tuas cidades, de todo o Israel, onde ele habita, para o lugar que Javé escolher — e ele pode vir quando bem quiser! —, então lhe é permitido realizar seu serviço sacerdotal em nome de seu Deus, Javé, tão bem como todos os seus irmãos levitas que lá estão a serviço de Javé.” (Dt 18.6s.)

Josias, sem dúvida, reconheceu logo quais as dificuldades e os perigos que a concretização dessas disposições acarretaria. No templo de Jerusalém exerciam sua função os zadoquidas, que decerto resistiriam à iminente degeneração da ordem cultural; obviamente também aspectos econômicos tinham aí uma importância considerável. Além disso, era preciso contar com a possibilidade de que os levitas do interior, privados de suas funções e rendimentos, viessem a constituir um perigoso foco de inquietação em termos de política interna. Josias adiantou-se e não deixou a situação chegar a esse ponto. Ele resolveu concentrar os levitas do interior em Jerusalém, contra o Deuterônomo — ou melhor: interpretando o Deuterônomo de seu jeito —, porém não lhes deu acesso ao serviço sacerdotal no templo. 2 Rs 23.9 diz: “Mas os sacerdotes dos altos não podiam sacrificar sobre o altar do Senhor em Jerusalém; antes, comiam pães asmos em meio a seus irmãos.” Com isso Josias tinha os levitas juntos num só lugar e sob controle. Não é de se excluir a possibilidade de que ele tenha começado a ocupá-los com trabalhos subalternos no templo, i. é, a transformá-los numa espécie de clero menor. Este, em todo caso, é o resultado do processo que ora começava. Encontramos os

46 Cf. R. SMEND, W. M. L. de Wettes Arbeit am Alten und am Neuen Testament, 1958.

47 Cf. L. ROST, Josias Passa [1968], in: ID., Studien zum Alten Testament, 1974, pp. 87-93 (BWANT, 101); J. HALBE, Passa-Massot im deuteronomischen Festkalender, ZAW, 87:147-168, 1975; M. DELCOR, Reflexions sur la Pâque du temps de Josias d'après 2 Rois 23,21-23, Hénoc, 4:205-219, 1982.

48 Cf., p. ex., “guarda-te!” em Dt 12.13,19,30; 15.9; “para que bem te suceda a ti (e a teus filhos)” em Dt 12.25,28; 19.13; 22.7; “para que vivas” em Dt 16.20; 25.15; “Israel ouvirá e temerá” em Dt 21.21 — bem especialmente nos capítulos finais 27, 28 e 30.15-20; quanto a estes, no entanto, é muito duvidoso que tenham feito parte do “Deuterônomo primitivo”.

49 Compare, p. ex., Dt 17.3 com 2 Rs 23.5.

50 Cf. também M. WEINFELD, Cult Centralization in Israel in the Light of a Neo-Babylonian Analogy, JNES, 23:202-212, 1964.

levitas como servidores do templo, distintos dos sacerdotes, em período pós-exílico⁵¹ e também ainda no NT⁵².

Só essa observação, à qual se poderiam acrescentar ainda outras, já depõe contra a concepção de que o Deuteronomio tenha sido redigido como escrito programático *ad hoc* para a reforma josiânica. A interpretação josiânica do Deuteronomio não deve nos induzir a considerar o livro de certa forma como um trabalho feito por encomenda do rei⁵³, e nem, aliás, a supor, sem mais nem menos, que Jerusalém ou Judá seja seu local de origem. Certamente o Deuteronomio é um programa de restauração; no entanto, é e permanece questionável se era um programa para aquele tipo de restauração posto em prática por Josias. Aqui, porém, é preciso conceder que não sabemos nada de realmente certo a respeito da proveniência e da autoria do Deuteronomio. Neste ponto também não queremos entrar no debate a respeito disso⁵⁴. Indicamos apenas que também o território do antigo Reino do Norte, Israel, foi tido como possível região de origem do Deuteronomio⁵⁵. Isso poderia ser corroborado por evidentes semelhanças com a atividade profética de Oséias e com aquelas porções do Pentateuco que, por tradição, se denominam “eloístas”. Também a lei sobre os reis, em Dt 17.14-20, talvez aponte nessa direção; aliás, a imagem da monarquia que nela se esboça é mais um argumento contra a possibilidade de que o próprio Josias tenha motivado a redação do Deuteronomio. Quer ele seja proveniente de círculos situados nas províncias assírias do antigo Reino do Norte, Israel, que estavam aguardando o final do domínio assírio e cultivavam idéias de restauração, quer tenha surgido em algum lugar em Judá ou, quem sabe, até em Jerusalém — de que maneira o livro, por fim, chegou ao templo de Jerusalém e às mãos do sacerdote Hilquias, isto nós não sabemos; e também não deveríamos tentar preencher as lacunas de nosso saber com fantasias romanescas.

Para a pesquisa sobre o Deuteronomio os problemas de sua origem e autoria são de grande importância e interesse; a mesma coisa não se aplica à história da reforma josiânica. Outra observação é muito mais importante e, além

disso, apropriada para acrescentar mais um argumento em favor da identidade — reiteradamente contestada — do documento da reforma josiânica com o Deuteronomio. Se partirmos da pressuposição de que o relato de 2 Rs 22-23, apesar de toda a estilização, possui credibilidade histórica pelo menos em seus traços básicos, então teremos como resultado que Josias não engenhrou sua obra reformadora, visando a pureza e unidade do culto, em noites de insônia, mas que ela lhe foi exigida pela autoridade de Javé — por mais que essa exigência possa ter coincido com as próprias concepções, planos e tendências do rei. No entanto, a autoridade de Javé não chegou até Josias como era usual até então: pela intermediação de um mensageiro profético⁵⁶, através de sonhos⁵⁷ ou de alguma outra maneira tradicional⁵⁸. Ela chegou até ele na forma de um livro: um livro ao qual se devia obedecer incondicionalmente, um livro que continha e descrevia a vontade de Javé, e isso de modo incontestável, completamente convincente para o rei e para seus contemporâneos.

Numa só palavra: a autoridade de Javé alcançou o rei por meio de um livro sagrado, com o qual até era possível impor medidas impopulares como a centralização do culto. Ora, se não queremos contar com a possibilidade de que esse livro tenha sumido do mapa e não tenhamos mais nenhum vestígio dele, então somos remetidos automaticamente ao Deuteronomio; pois a santidade — para não dizer: a canonicidade qualitativa do Deuteronomio — não se constituiu apenas com o passar do tempo, mas existia desde o princípio. O “Deuteronomio primitivo” — independentemente da extensão que tenha tido — é o primeiro escrito veterotestamentário que conhecemos que entrou no mundo com a nobreza original de um livro sagrado, e suas refundições e complementações posteriores conservaram e reforçaram esse caráter⁵⁹. Encontra-se um número considerável de sinais que qualificam escritos sagrados como tais⁶⁰ já no próprio Deuteronomio e — pressupondo sua identidade com o documento josiânico da aliança — na história de seu achado e sua promulgação sob Josias.

Obviamente não se pode esperar que as características clássicas do conceito qualitativo de cânone judaico e cristão posterior⁶¹ pudessem ser apli-

51 Cf. Nm 3.5ss.; Ez 44.11 e passim.

52 Cf. Lc 10.30-37.

53 Essa suposição antiga e venerável goza agora, mais uma vez, de crescente popularidade; cf., p. ex., B. Y. SUZUKI, *A New Aspect on Occupation Policy by King Josiah; Assimilation and Codification in View of Yahwism*, AJBI, 18:31-61, 1992. O mesmo se aplica à suposição de que o livro deva ter surgido em círculos levíticos; cf. G. BETTENZOLI, *I Leviti e la riforma deuteronomistica*, *Rivista di Storia e Letteratura Religiosa*, 22:3-25, 1986.

54 Cf. S. LOERSCH, *Das Deuteronomium und seine Deutungen*, 1967 (SBS, 22); E. W. NICHOLSON, *Deuteronomy and Tradition; Literary and Historical Problems in the Book of Deuteronomy*, 1967; M. WEINFELD, *Deuteronomy and the Deuteronomistic School*, 1972.

55 Cf. K. GALLING, *Das Königsgesetz im Deuteronomium*, ThLZ, 76:133-138, 1951; A. ALT, *Die Heimat des Deuteronomiums*, in: ID., *Kleine Schriften*, vol. 2, pp. 250-271.

56 Cf. Is 7; Jr 38 e passim.

57 Cf. 1 Rs 3.4-15.

58 Cf. 1 Sm 14.36ss.; 2 Sm 2.1.

59 Cf. H. DONNER, “Wie geschrieben steht”; *Herkunft und Sinn einer Formel* [1992], in: ID., *Aufsätze zum Alten Testament*, 1994, pp. 224-238 (BZAW, 224).

60 A melhor descrição é a de J. LEIPOLDT & S. MORENZ, *Heilige Schriften; Betrachtungen zur Religionsgeschichte der antiken Mittelmeerwelt*, 1953.

61 Cf. H. DONNER, *Gesichtspunkte zur Auflösung des klassischen Kanonbegriffes bei Joh. St. Semler*, in: *Fides et Communicatio; coletânea em homenagem a M. Doerne*, 1970, pp. 56-68.

cadadas de maneira simples e sem exceção ao Deuteronomio, de modo que, por assim dizer, se precisasse apenas “conferir” uma por uma. Isso não entra em cogitação já pelo fato de que o Deuteronomio surgiu antes do verdadeiro período dos escritos sagrados⁶². Mas a pretensão com que ele se apresenta e as circunstâncias concomitantes — que ele próprio se atribui ou que logo lhe são atribuídas — permitem perceber inequivocamente: o Deuteronomio é uma forma primitiva daquilo que posteriormente seria e se chamaria de Escritura Sagrada. Já a conexão com a revelação no monte de Deus, no deserto (Dt 1.6ss.; 4.12-14; 5.20-30; 18.16-19; 28.69), e o caráter de discurso de despedida de Moisés (Dt 3.28; 4.21s.; 31; 34) são indicações de que a autoridade de Javé e de Moisés recebeu forma duradoura e compromissiva no Deuteronomio. Esta é uma das condições para que escritos se tornem sagrados, mas ainda não é um distintivo formal e inequívoco de um escrito sagrado. Entretanto, a situação é diferente no tocante às seguintes características encontradas no próprio Deuteronomio e no relato do achado:

1. a nobreza de nascimento, i. é, a origem em tempos primitivos — antes do início da tomada da terra —, em conexão com a pseudepigrafia, a atribuição a uma grande figura do passado⁶³;
2. as circunstâncias misteriosas da descoberta ou do achado (2 Rs 22)⁶⁴;
3. a condição de escrito, i. é, o fato de que a forma escrita está dada desde o princípio e transparece claramente até mesmo através da ficção do discurso (Dt 6.7; 11.19; 17.18s.; 27.3,8; 28.58,61; 30.10; 31.9-13,24s.);
4. a fórmula canônica para assegurar a integridade do texto, a chamada fórmula de Ptahhotep (Dt 4.2; 13.1)⁶⁵;
5. a proclamação pública (2 Rs 23.2)⁶⁶;
6. a disposição do espaço físico para a proclamação pública, a existência de um púlpito de leitura ou algo similar (2 Rs 23.3)⁶⁷;
7. a guarda em local sagrado, p. ex. no templo (Dt 17.18; 31.26; 2 Rs 22.8)⁶⁸;
8. a interpretação da atuação profética como atividade literária sagrada e do profeta como autor de textos sagrados e, ligada a isso, a suposição da

existência de uma sucessão profética (sucessão no cargo) durante o período de revelação canônica (Dt 18.9-22)⁶⁹.

9. a circunstância de que, em pouco tempo, o livro tornou-se o primeiro objeto de referência para a “fórmula canônica de remissão” (“como está escrito” e semelhantes)⁷⁰.

Fica muito difícil compreender a coincidência de “reforma (especialmente centralização do culto) — documento autoritativo da reforma (escrito sagrado) — Deuteronomio enquanto Escritura Sagrada” como resultado de uma construção deuteronomista posterior. Além disso, a reforma josiânica também é uma data extraordinariamente significativa na história da religião e do pensamento de Israel porque nela, pela primeira vez, um livro sagrado teve vez e efeito. A reforma de Josias é o prelúdio para o período pós-exílico dos escritos sagrados⁷¹. Deve-se contar com a possibilidade de que o Deuteronomio tenha exercido influência sobre a vida e o pensamento de Josias e de seus contemporâneos jerosolimitas e judaítas em assuntos que transcendem os temas gerais da reforma — ou, então, pudesse ter exercido, se a era josiânica não houvesse terminado de repente, de maneira inesperada e trágica.

Depois da conquista de Nínive pelos babilônios e medos unificados, no ano de 612 a.C., a chama de vida do império assírio ainda não estava completamente apagada. Houve ainda um poslúdio, pouco significativo para a história da Assíria, mas tanto mais importante para o corredor siro-palestinense. Unidades assírias dispersas juntaram-se sob a liderança do príncipe *Ashur-ubalit* II na Mesopotâmia Superior e, com apoio egípcio, constituíram um efêmero resto de Estado assírio com centro em *Harran*, na curva do Eufrates. Mas já em 610, os adversários conseguiram expulsar *Ashur-ubalit* de seu ninho de defesa, correndo com ele até a Síria Setentrional. Com isso o epílogo assírio poderia ter acabado. Entretanto, no ano de 609 aconteceu mais uma vez uma virada em favor dos assírios. Era o segundo ano de governo do faraó egípcio Neco II (610-595), filho de Psamético I, que estava disposto a continuar seguindo a política pró-assíria de seu pai. Ele estava interessado em manter o que restava do império assírio contra os babilônios e medos, que haviam se tornado ameaçadoramente fortes, e, nessa oportunidade, também em substituir

62 Veja infra, pp. 494-496.

63 LEIPOLDT & MORENZ, op. cit., pp. 24ss.

64 ID., ibid., pp. 28s.; cf. também J. HERRMANN, *Ägyptische Analogien zum Funde des Deuteronomiums*, ZAW, 28:291-302, 1908.

65 LEIPOLDT & MORENZ, op. cit., pp. 56ss.

66 ID., ibid., p. 101.

67 Ibid., pp. 105s.

68 Ibid., pp. 165ss.

69 Cf. H. DONNER, *Prophetie und Propheten in Spinozas Theologisch-politischem Traktat*, in: *Theologie und Wirklichkeit*; coletânea em homenagem a W. Thillhaas, 1974, pp. 31-50.

70 Cf. H. DONNER (v. nota 59).

71 Só é possível furta-se a essas conseqüências se — como o fazem E. WÜRTHWEIN (veja supra, nota 21) e outros — se nega decididamente credibilidade histórica ao relato de 2 Rs 22-23 e se contesta a historicidade da centralização do culto sob Josias. Em minha opinião, os argumentos para isso não são suficientes. Uma posição crítica quanto ao aproveitamento histórico da exposição bíblica é adotada também por J. DIEBNER & C. NAUERTH, *Die Inventio des sefaer hattôrah* in 2.Kön 22, DBAT, 18:95-118, 1984.

a velha pretensão de hegemonia assíria sobre a Palestina e a Síria Central pela egípcia, mais antiga ainda. Assim, em 609, ele se dirigiu para o norte⁷², à frente de uma tropa considerável, reconquistou *Harran* e restituiu a *Ashur-ubalit* II mais uma vez, por pouco tempo, seus direitos. Sobre esse acontecimento existe um registro em 2 Rs 23.29, talvez oriundo dos anais dos reis de Judá, que está deturpado por causa de um pequeno erro textual e, por isso, incorreto: “Nos dias de Josias subiu o faraó Neco, rei do Egito, contra (!) o rei da Assíria, ao Rio Eufrates.” A versão correta encontra-se nas crônicas babilônicas⁷³ e em Flávio Josefo, Ant. X,5,1 (§ 74 Niese): “Neco, o rei dos egípcios, recrutou um exército e dirigiu-se para o Eufrates, para guerrear com os medos e babilônios, que haviam destruído o império dos assírios; pois ele almejava colocar toda a Ásia (i. é, a Ásia Menor) sob seu domínio”⁷⁴.

Estava muito claro que os esforços egípcios para apoiar a dominação dos assírios em *Harran* não podiam estar no interesse de Josias. Sua política antiassíria de emancipação e anexação o colocou, de fato, do lado dos adversários da Assíria. Muito menos lhe interessava um restabelecimento da soberania egípcia na Palestina. Por isso, decidiu deter com meios militares a marcha do faraó Neco para o norte. Procurou compensar sua inferioridade militar através de uma estratégia habilidosa, aguardando os egípcios em Meguido: no clássico campo de batalha da Palestina, onde a estrada costeira, após circundar o pico do Carmelo, entra na planície. Lá ele podia postar-se de modo favorável e enfrentar os egípcios, presumivelmente vindos de um desfiladeiro nas montanhas (*Wadi ‘Ara*), a partir de um terreno controlável⁷⁵. Mas o plano deu errado, possivelmente sem que sequer tenha havido a batalha. Conforme 2 Rs 23.29, o faraó conseguiu, de maneira ignorada, apoderar-se da pessoa de Josias, e não hesitou em matá-lo. Com isso as tropas judaítas deram sua causa por perdida e se retiraram. Só o cronista contou com um confronto militar digno de menção (2 Cr 35.20-24). O corpo de Josias foi levado a Jerusalém e sepultado no jazigo hereditário da dinastia de Davi⁷⁶.

72 Cf. A. HJELT, Die Chronik Nabopolassars und der syrische Feldzug Nechos, in: coletânea em homenagem a K. Marti, 1925, pp. 142-147 (BZAW, 41); A. R. GREEN, Ashur-Uballit II and the Inscription 88 from Arad; an Observation, ZAW, 100:277-281, 1988.

73 BM 21901, reverso linhas 66-75; cf. D. J. WISEMAN, *Chronicles of Chaldaean Kings* [1956], 2. ed. 1961, pp. 62s.

74 De acordo com isso deve-se ler, em 2 Rs 23.29a, a preposição *al* em vez de *‘al*.

75 Trata-se da mesma situação topográfica de mais ou menos 850 anos antes, quando da vitória de Tutmósis III contra a coalizão sob a liderança do “miserável asiático de Qades”; cf. AOT, 2. ed., 83-87; ANET, 3. ed., 235-238; TGI, 3. ed., 14-20. A respeito dos caminhos para Meguido, veja A. ALT, PJB, 10:70-88, 1914.

76 A falta de clareza sobre o fim da vida de Josias ocasionou diversas reflexões e suposições: B. AHL-FRINK, Die Schlacht bei Megiddo und der Tod des Josias (609), *Biblica*, 15:173-184, 1937; B. COURROYER, Le litige entre Josias et Necho (II Chron XXXV, 20ss.), RB, 55:388-396, 1948; S. B. FROST, The Death of Josiah; a Conspiracy of Silence, JBL, 87:369-388, 1968; G. PFEIFER, Die Begegnung zwischen Pharao Necho und König Josia bei Megiddo, *Mitteilungen des Instituts für Orientalforschung*,

Este foi o fim do rei Josias, e junto com ele findou, num primeiro momento, também sua obra. Contudo, esse término foi exterior e não se realizou lá onde acontecem as coisas decisivas da história: nos corações e nos pensamentos das pessoas. Através da elevação de Jerusalém à condição de santuário central, através da proclamação do Deuteronômio e através do ideal régio corporificado em Josias, a reforma josiânica produziu efeitos imprevisíveis sobre a história de Israel, do judaísmo, do cristianismo e do islamismo: portanto, sobre a história da cultura, da religião e do pensamento de todo o mundo oriental e ocidental.

15:297-307, 1969; A. MALAMAT, Josiah's Bid for Armageddon, in: The Gaster Festschrift, 1973, pp. 267-278; ID., Megiddo, 609 B.C.: The Conflict Re-Examined, *Acta Antiqua Academiae Scientiarum Hungaricae*, 22:445-449, 1974; H. G. M. WILLIAMSON, The Death of Josiah and the Continuing Development of the Deuteronomistic History, VT, 32:242-248, 1982; ID., The Death of Josiah: Josephus and the Bible, ETL, 64:157-163, 1988; C. BEGG, The Death of Josiah in Chronicles; Another View, VT, 37:1-8, 1987; H. G. M. WILLIAMSON, Reliving the Death of Josiah; a Reply to T. C. Begg, *ibid.*, pp. 9-15.

Parte 6

O período babilônico

Capítulo 1

Povos e estados do Oriente Antigo até a ascensão dos persas

Exposições abrangentes e parciais: v. vol. 1, pp. 32s., e vol. 2, p. 331.

Egito: A. Wiedemann, *Geschichte Ägyptens von Psammetich I. bis auf Alexander den Grossen*, 1880; P.-G. Elgood, *Later Dynasties of Egypt*, 1951; F. Kienitz, *Die politische Geschichte Ägyptens vom 7. bis zum 4. Jahrhundert v.d.Z.*, 1953; H. de Meulenaere, *Herodotos over de 26ste Dynastie*, 1957 (Bibl. de Muséon, 27); M. F. Gyles, *Pharaonic Policies and Administration, 663 to 323 B.C.*, 1959; CAH III, caps. XII-XV.

Mesopotâmia: C. Bezold, *Ninive und Babylon*, 1903, 3. ed. 1909 (Monographien zur Weltgeschichte, 18); R. Koldewey, *Das wiedererstehende Babylon*, 4. ed., 1925; R. P. Dougherty, *Nabonidus and Belshazzar; a Study of the Closing Events of the Neo-Babylonian Empire*, 1929 (Yale Oriental Series, Researches, 15); E. Unger, *Babylon, die heilige Stadt, nach der Beschreibung der Babylonier*, 1931; H. W. F. Saggs, *The Greatness that Was Babylon*, 1962; R. Borger, *Der Aufstieg des neubabylonischen Reiches*, JCS, 19:59-78, 1965; K. Jaritz, *Der Untergang des babylonischen Reiches*, *Saeculum*, 19:143-155, 1968; CAH III, caps. IX-XI.

Regiões periféricas: F. W. König, *Älteste Geschichte der Meder und Perser*, 1934 (AO, 33,3/4); A. T. Olmstead, *History of the Persian Empire*, 1948; I. M. Djakonov, *Istorija Midii* [= História da Média], 1956; H. von der Osten, *Die Welt der Perser*, 1956; E. Herzfeld, *The Persian Empire*, 1968. — E. H. Minns, *Scythians and Greeks*, 1913; T. T. Rice, *Die Skythen*, 1957.

Fontes: v. também pp. 331s. — J. N. Strassmaier, *Babylonische Texte I-IV: Inschriften von Nabonidus, König von Babylon*, 1889; VI-VI: *Inschriften von Nabuchodonosor, König von Babylon*, 1889; B. T. A. Evetts, *Inscriptions of the Reigns of*

Evil-Merodach (B.C. 662-559), *Neriglissar* (B.C. 559-555) and *Laborosoarchod* (B.C. 555) = Strassmaier, *Babylonische Texte VI B*, 1892; S. Langdon, *Die Neubabylonischen Königsinschriften*, 1912 (Vorderasiatische Bibliothek, 4); C. J. Gadd, *The Harran Inscriptions of Nabonidus*, *Anatolian Studies*, 8:35ss., 1958; M. Dietrich, *Neue Quellen zur Geschichte Babyloniens I-III*, in: *WdO*, vol. 4, p. 61-103, 183-251, 1967/8; vol. 5, p. 51-56, 176-190, 1969/70; P.-R. Berger, *Die Neubabylonischen Königsinschriften; Königsinschriften des ausgehenden babylonischen Reiches* (626-539 a.Chr.), 1973 (AOAT, 4/1); A. K. Grayson, *Babylonian Historical-Literary Texts*, 1975 (Toronto Semitic Texts and Studies, 3).

O século entre o ocaso do império neo-assírio (aproximadamente 630-612) e a conquista de Babilônia pelo rei persa Ciro II (539) é designado como “período babilônico” com razão e por vários motivos. Por um lado, foi o império neobabilônico, sob a dinastia dos caldeus, que assumiu a herança da Assíria em amplas partes do antigo Oriente Próximo. Por outro lado, foi justamente esse império que deve ser tido como fator de poder determinante na história antiga do Oriente naquele período: uma estrutura de poder que colocou em segundo plano todas as outras potências orientais maiores e menores. E, por fim, não se pode ignorar a extraordinária influência cultural que se irradiava da Babilônia para os países do Oriente Próximo, de certo modo centrada e representada simbolicamente na cidade da Babilônia, construída com enorme luxo e esplendor, a capital do mundo de então.

Das potências do segundo plano fazia parte também o *Egito*, apesar de ter sido governado por uma dinastia importante e enérgica entre 664 e 525 a.C.: a 26ª dinastia de Saís, que, na verdade, pode ser considerada a última grande dinastia nacional na história do Egito pré-helenístico. Os monumentos egípcios legados pelos faraós de Saís não são muito numerosos. A partir de agora também se acrescentam como fontes as descrições de autores que escreviam em grego, sobretudo Heródoto e Flávio Josefo. O primeiro rei da 26ª dinastia, Psamético I (664-610)¹, era filho de um dinasta da cidade de Saís chamado Neco², muito estimado por Assurbanípal. Como seu pai, também Psamético foi inicialmente um vassalo assírio leal em Atribe e, depois da morte de Neco, em Saís; ele parece até ter usado o cognome babilônico de *Nabu-shezibanni*. Não se sabe com exatidão quando e como ele se livrou da soberania assíria. Isso deve ter acontecido em conexão com o enfraquecimento da Assíria por causa da guerra fratricida entre Assurbanípal e Shamashumukin³.

1 Cf. A. J. SPALINGER, Psammetichus I., King of Egypt, *Journal of the American Research Center in Egypt*, 15:49-57, 1978.

2 Ele é contado como Neco I, embora a rigor faça parte da história preliminar da 26ª dinastia.

3 Veja supra, p. 348.

Psamético mantinha relações com Shamashumukin e, de igual modo, com Gyges de Lídia, que o apoiou na organização de uma tropa combativa formada por mercenários cários e jônios⁴. O efetivo rompimento de sua vassalagem em relação à Assíria pode ter-se dado mais ou menos em 655 ou pouco depois. Nesse ano ele consumou a unificação do império apoderando-se de Tebaida por meios pacíficos: fez com que sua filha Nitocris fosse adotada pela “esposa do deus Amom”, Shepenupet II, irmã de Taharca, e fosse definida como sucessora. A teocracia tebana⁵, que até então sempre estivera ainda sob a influência etíope, foi conservada durante todo o período da 26ª dinastia, porém sob a supervisão política dos faraós de Saís. Durante todo o seu longo período de governo, Psamético se empenhou em organizar uma nova administração central⁶: tentou substituir, com êxito variado, os dinastas citadinos e distritais por funcionários régios que não tivessem vínculos feudais nem locais e pudessem ser dirigidos a partir do governo central em Saís. Ao reorganizar a situação, Psamético guiou-se por modelos de estrutura do Reino Antigo e do Império Novo. Esse traço restaurativo faz parte da chamada “renascença saítica”, à qual ainda retornaremos⁷. Já falamos a respeito do engajamento pró-assírio de Psamético I e de sua entrada na política da Ásia Menor, antes de 616⁸.

O sucessor de Psamético I, Neco II (610-595), continuou energeticamente a política asiática do pai. Por causa disso, o corredor siro-palestinese ficou novamente, por pouco tempo, sob a soberania egípcia⁹. Entretanto, essa fase já terminou em 605 a.C., quando o príncipe herdeiro babilônico Nabucodonosor derrotou os egípcios esmagadoramente junto a Carquemis (*Djerablus*). Em 605/4, os egípcios também perderam batalhas de retirada em Hamate, junto ao Orontes (*Hama*), e junto a Ascalom¹⁰; mas em 601 conseguiram defender-se com êxito contra um ataque de Nabucodonosor contra o próprio Egito. Segundo Heródoto II, 158s., Neco II empenhou-se pela ampliação da frota e pela ativação do comércio. Ele também tentou construir um canal do Nilo até o Golfo de Suez, passando pelo *Wadi et-Tumelat* e *Birket Timsah*, que, no entanto, assoreou-se rapidamente. Não conhecemos praticamente nada a respeito do período de governo de Psamético II (595-589), com exceção de uma

4 Os “homens de bronze” em Heródoto II, pp. 151s.

5 Veja supra, p. 334.

6 Cf. H. KEES, Innenpolitik der Saitenzeit, *Nachrichten der Göttinger Gesellschaft der Wissenschaften*, 1935, pp. 95ss.

7 Veja infra, p. 419.

8 Veja supra, p. 389.

9 Cf. S. SAUNERON & J. YOYOTTE, Sur la politique palestinienne des rois Saites, *VT*, 2:131-136, 1952.

10 Nesse contexto provavelmente se encaixa a carta aramaica do príncipe vassalo Adom (de Ascalom?) a Neco II com o pedido de apoio militar (KAI 266). Quanto a isso, cf. ainda S. H. HORN, Where and when Was the Aramaic Saqqara Papyrus Written?, *AUSS*, 6:29-45, 1968; W. H. SHEA, Ados's Letter and the Babylonian Chronicle, *BASOR*, 223:61-63, 1976; B. PORTEN, The Identity of King Adon, *BA*, 44:36-52, 1981.

campanha contra a Núbia no terceiro ano¹¹ e de uma expedição contra a Síria um ano depois¹². Seu sucessor Áprias (589-570) interveio, sem grande êxito, nos movimentos insurrecionais antibabilônicos na Palestina e na Síria Central¹³. Ele é o “faraó Hofra” de Jr 44.30. Seu problema principal era a crescente helenização do Egito, para a qual contribuíam não apenas os mercenários gregos no exército dos faraós saítas, mas também os comerciantes que abriam posto de comércio no Egito.

Quando, em 570, Áprias se deixou convencer por líbios invejosos a atacar militarmente a colônia grega de Cirene, isso lhe custou o trono¹⁴. O usurpador Amasis (570-526)¹⁵, um antigo general, o venceu e, com o auxílio dos líbios, fez-se proclamar faraó¹⁶. A rivalidade entre as colônias militares líbias e os gregos determinou a política interna dessa última fase do domínio saíta. Amasis adquiriu o título de “amigo dos gregos” (Heródoto II, 178) através de todo tipo de medidas pró-gregas: através da honrosa concentração dos mercenários gregos na antiga capital Mênfis, da instalação e proteção do grande posto comercial grego em Naucrates e coisas semelhantes. No entanto, provavelmente ele apenas queria frear a descontrolada difusão do helenismo constituindo centros controláveis. Nessa época, o Egito passou por um grande florescimento econômico. As relações exteriores de Amasis chegavam até Atenas, Esparta, Lindos — e até Polícrates de Samos¹⁷, com o qual, como se sabe, ele estava “em pé de guerra”, cheio de pavor “da inveja dos deuses”¹⁸. Também ele não pôde desfrutar a alegria indivisa da vida, especialmente não na segunda metade de seu período de governo, quando teve de assistir à irresistível ascensão do império persa sob Ciro II no horizonte distante, provavelmente ciente de que também o Egito, mais dia menos dia, se tornaria uma vítima dos persas. No ano de 525, Cambises rompeu as fortificações fronteiriças egípcias em Pelúsio (*Tell Farama*) e terminou com o domínio da 26ª dinastia¹⁹. Amasis falecera antes; seu filho Psamético III foi assassinado²⁰.

Na 2ª metade do séc. 7 a.C., a *Mesopotâmia* se encontrava sob o signo do ocaso do poder assírio e da ascensão da Babilônia caldéia. A Babilônia havia

sido crescentemente aramaizada desde o fim do 2º milênio a.C.²¹. Os caldeus eram um grupo forte de arameus na Babilônia Meridional, que se chamava *KURKaldû*, primeiramente sobretudo na província das terras marítimas perto do Golfo Pérsico. Sua presença é atestada aí desde o séc. 9 a.C.; entretanto, só no séc. 7 ascenderam à condição de camada dominante²². Nabopolassar (*Nabu-apla-uçur*, 625-605), o fundador da dinastia caldéia de Babilônia, provavelmente descendia da aristocracia caldéia das terras do mar. Já falamos de sua luta contra a Assíria e de sua entronização como rei da Babilônia²³. Aqui acrescentamos apenas que foi ele que colocou os fundamentos do império neobabilônico e que definiu os rumos da política interna e externa da Babilônia por pouco menos de um século. Como comandante militar Nabopolassar nem sempre teve sucesso; tanto mais, porém, o teve como diplomata. Depois da conquista de Nínive em 612 a.C. e da liquidação do que restava do Estado assírio de Harã (*Harran*)²⁴, ele conseguiu fixar de maneira cuidadosa, pacífica e vantajosa as respectivas esferas de interesse dos babilônios e medos. Para seu aliado Quiaxares, deixou o antigo território assírio original no Alto Tigre e a província de Harã; ele próprio herdou o resto mesopotâmico e siro-palestinense do império neo-assírio. O domínio sobre o corredor, entretanto, ainda tinha de ser imposto aos egípcios. No que diz respeito à política interna, Nabopolassar procurou dar formas sólidas ao império, apoiando-se na prática administrativa dos assírios. Sobretudo, porém, ele foi um grande construtor, dedicando-se com fervor à restauração de templos babilônicos, em especial para os deuses *Shamash* e *Marduk*, e naturalmente não por último na própria cidade da Babilônia. Seus trabalhos no templo de *Esangila*, dedicado a Marduk, e em sua famosa torre de degraus de *Etemenanki* (“casa do fundamento do céu e da terra”) são um prelúdio da grandiosa ampliação da cidade da Babilônia sob o governo de seu filho. A este, o príncipe herdeiro Nabucodonosor (*Nabu-kudurri-uçur*)²⁵, investiu, em seus últimos anos, como co-regente; alternava-se com o filho no supremo comando militar.

Nabucodonosor II (605-562) também foi aquele que terminou com o domínio passageiro do faraó Neco no corredor siro-palestinense. Isso aconte-

11 Cf. H. S. K. BAKRY, *Psammetichus II and His Newly Found Stele at Shellâl*, *OrAnt*, 6:225-244, 1967.

12 Cf. J. YOYOTTE, *Sur le voyage asiatique de Psammétique II*, *VT*, 1:140-144, 1951.

13 Veja infra, p. 430, e J. K. HOFFMEIER, *A New Insight on Pharaoh Apries from Herodotus, Diodorus and Jeremiah 46,17*, *Journal of the Society for the Study of Egyptian Antiquities*, 11:165-170, 1981.

14 Heródoto II, 161-163.

15 Cf. J. W. B. BARNES, *Egyptians and Greeks*, 1978 (*Papyrologica Bruxellensia*, 14).

16 Cf. J. YOYOTTE & S. SAUNERON, *Bulletin de l'Institut français d'archéologie orientale*, 50:157ss., 1952.

17 Heródoto III, 41-43.

18 F. SCHILLER, *Der Ring des Polykrates*.

19 Heródoto III, 11.

20 *Ibid.*, III, 15.

21 Cf. J. A. BRINKMAN, *A Political History of Post-Kassite Babylonia, 1158-722 B.C.*, 1968 (*AnOr*, 43); G. FRAME, *Babylonia 689-627 B.C.*; a Political History, 1992 (*Nederlands Instituut voor het Nabije Osten*, Publications de l'Institut Historique-Archéologique Néerlandais de Stamboul, 69).

22 Cf. J. A. BRINKMANN, *Notes on Aramaeans and Chaldaeans in Southern Babylonia in the Early 7th Century B.C.*, *Or*, 46:304-325, 1977.

23 Veja supra, p. 388.

24 Veja supra, p. 405.

25 A reprodução costumeira do nome, baseada no AT, corresponde menos bem às consoantes babilônicas do que a forma *Nebukadrez(z)ar*, igualmente documentada no A; cf. Jr 21.2; 29.21; Ez passim.

ceu na batalha junto a Carquemis, sobre cuja história prévia e transcurso estamos bastante bem informados a partir da crônica babilônica²⁶. Nos anos de 609-607 Nabopolassar lutara contra povos montanheses do norte, a fim de conseguir liberdade de ação para seu confronto com os egípcios. Em 606 ele atacou os egípcios, que mantinham uma cabeça de ponte junto a Carquemis, mas não conseguiu avançar direito. Depois de ter passado o comando para o príncipe herdeiro, as coisas andaram assim:

Ele (Nabucodonosor) marchou contra Carquemis, que fica na margem do Eufrates, e [contra o exército egípcio], que estava estacionado em Carquemis, cruzou o rio, e lutaram uns [...] com] os outros. E o exército do Egito recuou, e ele os [derrotou] até deixarem de existir. O resto do exército egípcio [...] que] escapara da derrota (tão velozmente que) nenhuma arma podia alcançá-los foi vencido pelas tropas babilônicas no distrito de Hamate, que os derrotaram de tal modo que nem um único homem voltou para sua pátria.²⁷

No fundo, isso foi tudo. As muitas campanhas seguintes de Nabucodonosor na Síria não foram muito mais do que “passeios militares”²⁸ sem resistência digna de nota. Isso se aplica também às duas intervenções em Judá e Jerusalém, em 598/7 e 587/6²⁹. Não se aplica, porém, ao ataque frustrado — pago com elevadas perdas — contra o Egito no inverno de 601/600³⁰. De resto, pouco se fica sabendo do próprio Nabucodonosor a respeito de seus empreendimentos militares: nada a respeito do suposto sítio de 13 anos contra Tiro³¹, nada sobre a anexação da Cilícia, entre 595 e 570, pouco sobre uma campanha contra Amasis do Egito, em 568. Nabucodonosor não deixou relatos de campanhas no estilo assírio, mas quase que exclusivamente inscrições em construções — estas, contudo, em número considerável. Como construtor ele seguiu as pegadas de seu pai; por toda parte restaurou velhos templos, completou a grandiosa ampliação da cidade da Babilônia e ergueu, não muito longe da cidade, o “muro dos medos”, entre *Sippar* e *Akshak*, cujo traçado ainda hoje é reconhecível na fotografia aérea³². Sob Nabucodonosor o Oriente Antigo tornou-se babilônico e a cidade da Babilônia tornou-se o centro do mundo conhecido de então.

Depois da morte de Nabucodonosor II (562), começou o ocaso do império neobabilônico. Esse declínio, que começou relativamente cedo, num primeiro momento não se devia à pressão de adversários externos fortes, mas ao enfraquecimento das forças da dinastia. Os sucessores de Nabucodonosor II não estavam inteiramente à altura das tarefas que a dominação e administração do império gigantesco lhes colocava; fracassaram sobretudo na solução das tensões políticas internas que empurravam o império cada vez mais para o ocaso. Pouco se sabe a respeito do filho de Nabucodonosor, *Amel-Marduk* (562-560)³³; conhece-se, pelo menos, o indulto do davidida deportado, Joaquim de Judá (2 Rs 25.27-30; Jr 52.31-34)³⁴. Seu sucessor se gloria de ser “realizador de obras piedosas” e “renovador de *Esangila* e *Ezida*”; ele também amealhou méritos através do restabelecimento de privilégios sacerdotais. Talvez se possa concluir disso que *Amel-Marduk* empreendeu a tentativa de uma política interna anticlerical: uma política que se dirigia contra os sacerdotes de Marduque da cidade da Babilônia, que se haviam tornado muito fortes sob Nabucodonosor. Ele pode ter fracassado exatamente nisso; pois seu sucessor, Neriglissar (*Nergal-shar(ra)-uçur*, 560-556)³⁵, um genro de Nabucodonosor, que possivelmente tomou parte no sítio e na conquista de Jerusalém em 587/6³⁶, chegou ao poder com a ajuda dos adversários de *Amel-Marduk*. Seu breve reinado já estava sob o signo da ascensão do império persa, sob Ciro II. De qualquer modo, ainda em 556 ele empreendeu uma campanha exitosa contra a Cilícia na Ásia Menor³⁷. No interior do império, porém, cresciam as tensões, provocadas pela rivalidade entre os sacerdotes atuantes nos templos dos grandes deuses: Marduque em Babilônia, *Shamash* em Larsa e *Sippar*, *Nannar-Sin* em Ur e Harã. Neriglissar não conseguiu equilibrar essas tensões; sua preferência unilateral pelos sacerdotes de Marduque mostrou que ele também nem queria fazer isso. Quando faleceu, a sucessão no trono foi violentamente interrompida pelo assassinato do príncipe herdeiro *Labashi-Marduk*.

Quem chegou ao poder foi um homem de Harã, o último rei do império neobabilônico: Nabonid (*Nabu-na'id*, 556-539), filho de um procurador (*shak-kanakku*) e príncipe (*rubu*), *Nabu-balassu-iqbi*, de resto totalmente desconhecido, e da sacerdotisa de *Sin* chamada *Adda-Guppi*. Nabonid é uma das

26 BM 21946, ap. D. J. WISEMAN, pp. 67-69; TGI, 3. ed., 73; TUAT I,4, 402s. Quanto a isso, cf. E. VOGT, Die Neubabylonische Chronik über die Schlacht bei Karbemis und die Einnahme von Jerusalem, SVT, 4:67-96, 1957.

27 TGI, 3. ed., 73; cf. TUAT I,4, 403. Essas informações clareiam passagens obscuras em Jr 46.2-12 e em Flávio JOSEFO, Ant. X, 11, 1 (§§ 219ss. Niese).

28 Assim R. LABAT, in: Fischer Weltgeschichte 4: Die altorientalischen Reiche III, 1967, p. 99.

29 Veja infra, pp. 424s., 429-431.

30 Cf. E. LIPINSKI, The Egyptian-Babylonian War of the Winter 601-600 B.C., AION, 22:235-241, 1972; H. J. KATZENSTEIN, “Before Pharaoh Conquered Gaza” (Jeremiah xlvii 1), VT, 33:249-251, 1983.

31 Cf. Ez 26.1-28.19; Flávio JOSEFO, Ant. X, 11, 1; c. Ap. I, 21.

32 Cf. XENOFONTE, *Anabasis*, II, 4, 12. Quanto às escavações a cerca de 20 km a sudoeste de Bagdá, cf. R. G. KILLICK, Northern Akkad Project: Excavations at *Habl a:Çahr*, Iraq, 46:125-129, 1984.

33 Cf. R. SACK, *Amel Marduk, 562-560 B.C.; a Study Based on Cuneiform, OT, Greek, Latin and Rabbinical Sources*, 1972 (AOAT, 4).

34 Veja infra, p. 426.

35 Cf. R. H. SACK, *Nergal-sharra-uzur, King of Babylon as Seen in the Cuneiform, Greek, Latin and Hebrew Sources*, ZA, 68:129-149, 1978/79.

36 Cf. Jr 39.3,13.

37 Crônica BM 25124 em D. J. WISEMAN, pp. 74-77, e A. K. GRAYSON, pp. 103s. Quanto à política da Cilícia de modo geral, cf. W. F. ALBRIGHT, *Cilicia and Babylonia under the Chaldaean Kings*, BASOR, 120:22-25, 1950.

figuras mais interessantes no trono babilônico. Suas inscrições, muitas vezes formuladas em língua e escrita babilônicas antigas, fizeram com que surgisse uma imagem dele que é errônea e necessita de correções: a imagem de um entusiasta idoso, alheio ao mundo, com interesse pela arqueologia, sem ambições políticas. Entrementes sabe-se que isso não está certo, embora não faltem traços excêntricos no caráter desse soberano³⁸.

Como vizinho imediato ao leste da Babilônia, no território do antigo Elá, estava a estirpe dinástica persa dos aquemênidas, que viviam em relação de dependência dos soberanos medos³⁹. Dessa estirpe promissora descendia Ciro II, que se emancipou paulatinamente dos medos e conseguiu, em torno de 550, vencer o rei dos medos, Astiages, pondo fim ao domínio medo⁴⁰. Em 549, ele conquistou Ecbátana, a metrópole meda situada no planalto iraniano, e a transformou no centro de seu novo império persa. Na Ásia Menor se estabeleceu novamente, pela primeira vez desde o colapso do Novo Império hitita, uma estrutura estatal maior: o império lídio, sob o rei — proverbialmente rico — *Kroisos* (Creso), que reprimiu a influência meda na Anatólia. Se Ciro quisesse assumir a herança meda em sua totalidade, era inevitável um confronto militar com a Lídia. Envolvido em preparativos para fazer isso, Ciro não tinha nenhum interesse de entrar em conflito com seu vizinho babilônico. Fez um gesto de boa vontade e deixou para Nabonid a província de Harã. Por meio desse hábil lance ele colocou aos pés de Nabonid sua cidade natal, podendo agora contar com a retaguarda livre. Nabonid foi de imediato para Harã e se pôs a reconstruir esplendorosamente o templo destruído de seu deus *Sin*, *Ehulhul*. A preferência unilateral e quase fanática pelos deuses *Sin* e *Shamash* lhe rendeu muitos inimigos, de maneira especial, naturalmente, entre os sacerdotes de Marduque na cidade da Babilônia. Entretanto, não chegou a haver um levante enquanto Nabonid era vivo: um sinal de que ele controlava firmemente a política interna.

38 Bibliografia a respeito de Nabonid: S. SMITH, *Babylonian Historical Texts Relating to the Capture and Downfall of Babylon*, 1924; J. LEWY, *The Late Assyro-Babylonian Cult of the Moon and Its Culmination at the Time of Nabonidus*, HUCA, 19:405-489, 1945/6; B. LANDSBERGER, *Die Basaltstele Nabonids von Eski-Harran*, in: *Halil Edhem Memorial Volume*, 1947, pp. 115ss.; J. M. WILKIE, *Nabonidus and the Later Jewish Exiles*, JThSt.NS, 2:36-44, 1951; W. RÖLLIG, *Erwägungen zu neuen Stelen König Nabonids*, ZANF, 22:218-260, 1964; H. TADMOR, *The Inscriptions of Nabonid: Historical Arrangement*, in: coletânea em homenagem a B. Landsberger, 1965, pp. 351-363; W. G. LAMBERT, *A New Source for the Reign of Nabonidus*, AfO, 22:1-8, 1968/9. Quanto à história posterior, cf. também: R. MEYER, *Das Gebet des Nabonid*, *Sitzungsberichte der Sächsischen Akademie der Wissenschaften, philologisch-historische Klasse*, 107,3, 1962; R. H. SACK, *The Nabonid Legend*, RA, 77:59-67, 1983. Textos referentes a Nabonid nas coletâneas de fontes: AOT, 2. ed., 36-370; ANET, 3. ed., 305-315; TGI, 66-70; TGI, 3. ed., 79-84; TUAT I, 4, 406s.

39 Quanto aos inícios da história dos aquemênidas, cf. P. de MIROSCHEJ, *La fin du royaume d'Anshan et de Sus et la naissance de l'Empire perse*, RA, 75:265-306, 1982.

40 Cf. D. SACCHI, *La data della vittoria di Ciro su Astiage*, *Parola e Passato*, 102:223-233, 1965.

Se, porém, deixando Harã para o caldeu, Ciro havia esperado desviar sua atenção das ambições persas de emancipação e expansão, que se tornavam cada vez mais claras, então ele se enganara. Dificilmente pode haver dúvida de que Nabonid percebeu essas intenções e não deixou que lhe vendassem os olhos. Em Harã ele não apenas se dedicou ao cultivo do culto a *Sin*, mas também transformou a cidade numa espécie de residência alternativa de seu império. Pode ser que caibam neste contexto também a enigmática expedição de Nabonid ao oásis intra-arábico de Temã (*Tayma*) e sua estada de muitos anos naquele lugar⁴¹. Numa de suas inscrições ele relata o seguinte:

Os filhos de Babilônia, Borsippa, Nippur, Ur, Uruk, Larsa, os sacerdotes e habitantes dos lugares sagrados de Akkad erravam, cometiam faltas e pecavam (...), falavam tão-só palavras falsas e injustas e se devoravam mutuamente como os cachorros. Permitiram que surgissem febre e fome em seu meio, de modo que a população decrescia. Eu, porém, fui para bem longe de minha cidade, Babilônia, tomando o caminho de Temã, Demã, *Padakku*, *Hibra*, *Yadiru* e até *Yatribu*, andando durante 10 anos para lá e para cá entre essas cidades; em minha cidade, Babilônia, contudo, não entrei.⁴²

Nabonid apresenta as coisas como se, ausentando-se, houvesse querido castigar os grupos rivais em termos de política interna. Esse certamente não foi o caso, mas não se pode excluir a possibilidade de que as tensões com os sacerdotes de Marduque de Babilônia fizessem parte das razões de sua “partida”. Por fim, devem ser mencionados aspectos econômicos: com o crescente assoreamento do Golfo Pérsico, o comércio de importação e exportação passava mais fortemente do que antes pelas vias das caravanas da Babilônia, passando por Temã, até o Egito⁴³, e o controle dessas vias pode ter parecido útil a Nabonid.

Seja como for, em todo caso Nabonid exagerou com sua estada na Arábia. O longo afastamento do centro de seu império não poderia deixar de ter conseqüências na política interna. Em Babilônia o rei se fez representar pelo príncipe herdeiro *Bel-shar(ra)-uçur* (Belsazar), sobre o qual logo se concentrou o ódio dos sacerdotes de Marduque. Além disso, Belsazar não foi feliz em sua política: não só representava seu pai ausente da capital, mas também levou sua política religiosa ao extremo. Ele chegou ao ponto de proibir a

41 Cf. W. F. ALBRIGHT, *The Conquests of Nabonidus in Arabia*, *Journal of the Royal Asiatic Society*, 1925, 293-295; W. G. LAMBERT, *Nabonidus in Arabia*, *Proceedings of the Seminar for Arabian Studies*, 2:53-64, 1972. Além disso, principalmente E. A. KNAUF, *Ismael*, 2. ed., 1989, pp. 74s. e os *Addenda* às pp. 148ss.

42 Cit. ap. R. LABAT, *Fischer Weltgeschichte 4: Die altorientalischen Reiche III*, 1967, p. 108.

43 Cf. A. L. OPPENHEIM, *Essay on Overland Trade in the First Millennium B.C.*, JCS, 21:236-254, 1967, publ. 1969.

realização da grande festa do ano novo, a festa principal do culto a Marduque. Não sabemos se Nabonid tinha conhecimento disso. A rigor, medidas desse tipo não podem ter correspondido à sua intenção; se por acaso as conhecia, então, por razões incompreensíveis, nada fez contra elas. As conseqüências não se fizeram esperar. Os sacerdotes de Marduque faziam cada vez mais uma ativa propaganda pró-persa, na qual Ciro era festejado como o libertador vindouro. As comunidades de exilados judeus na Babilônia aderiram a essa propaganda e esperavam de Ciro o fim de seu cativeiro⁴⁴. Belsazar era o homem mais odiado na cidade da Babilônia — um fato que encontrou sua expressão lendária no livro de Daniel (Dn 5), que é originário do séc. 2 a.C. A lenda, que deturpou gravemente os acontecimentos históricos subjacentes, lhes deu outras datas e os interpretou para tempos posteriores, é conhecida a partir da balada de Heinrich Heine: “Vejam! vejam! em branca parede surgiu como mão humana (...) Belsazar, porém, foi morto na mesma noite por seus servos.” Este quadro cabe bem nos últimos anos do império neobabilônico. O Menetequel foi dirigido contra esse império, e não contra o príncipe herdeiro.

No ano de 540 a.C., o velho Nabonid finalmente decidiu regressar a Babilônia. Mas ele chegou tarde demais. De nada adiantou ter mandado anunciar uma grande festa de ano novo para o início do ano de 539. A propaganda de Ciro ganhara terreno demais, e a marcha dos acontecimentos, depois de colocada em andamento, não podia mais ser sustada. Entrementes, Ciro havia derrotado Creso da Lídia em 547/6, conquistado sua metrópole, Sardes, e ampliado seus domínios até a costa oeste da Ásia Menor. Agora ele não precisava se preocupar com a segurança de seu império no sul e sudoeste. Assim, preparou-se para dar o golpe mortal na Babilônia. Quão pouco Nabonid podia se fiar em seus funcionários tornou-se visível quando o procurador da região a leste do Tigre, Gobrias, se bandeou repentinamente para o lado dos persas. Pouco depois, na batalha de Opis, nas proximidades de Sippar, o mesmo Gobrias venceu o príncipe herdeiro Belsazar e forçou a passagem sobre o Eufrates. A 12 de outubro de 539 a.C., os persas tomaram a cidade da Babilônia sem que houvesse combates⁴⁵. A respeito do fim da vida de Nabonid e de Belsazar não se conhece nada; dificilmente terá sido calmo e pacífico. No dia 29 de outubro de 539, Ciro entrou triunfalmente na cidade, saudado e festejado por aqueles que haviam depositado suas esperanças nele. Com isso o Oriente Próximo entrou no período persa.

Uma peculiaridade histórico-cultural da época descrita merece o interesse do historiador. No Oriente Antigo dos sécs. 6 e 7 a.C. observa-se em toda parte — tanto

quanto é possível reconhecer — uma tendência à restauração, a orientação pelo antigo e clássico, o voltar-se a fases anteriores da própria história, a idealização das circunstâncias de tempos imemoriais. Isto se aplica às artes plásticas, à língua, escrita e literatura, à religião e, até certo ponto, também à política. As pessoas se lembram da imensa e exemplar biblioteca de Assurbanípal em seu palácio em Nínive: uma biblioteca que, declaradamente, pretendia englobar toda a literatura suméria e acádica e que, afinal, a julgar pelo acervo encontrado, compreendia mais de 10 mil tabuinhas de argila com escrita cuneiforme. No período neobabilônico impera uma notável preferência por inscrições em linguagem e escrita babilônica antiga, podendo-se observar que os escribas freqüentemente não eram muito capazes no assunto. É como se alguém de nós quisesse redigir um texto na linguagem de *Os Lusíadas*. Os reis caldeus Nabopolassar, Nabucodonosor II e Nabonid cuidaram da restauração de antigos templos; quando estes já estavam, em grande parte, afundados na poeira — como no caso do templo de *Ebarra* em Larsa —, isso equivalia a uma escavação. Devotava-se cuidadosa atenção também aos documentos de fundação dos templos da antiguidade. Certa vez, Nabucodonosor informa, cheio de orgulho, ter achado um documento desses de ninguém menos do que do rei *Naram-Sin* de Acade (cerca de 2260-2223 a.C.). Poder-se-ia continuar com a enumeração de exemplos⁴⁶.

No Egito as coisas eram bem parecidas. Sob os faraós saítas da 26ª dinastia, imitavam-se, nas artes plásticas e nos relevos, os modelos do Reino Antigo, escreviam-se textos piramidais nas paredes das sepulturas e se formulavam inscrições em linguagem egípcia antiga. Lembremos, além disso, a imitação das circunstâncias do Reino Antigo e do Império Novo promovida por Psamético I — o Império Novo também já havia acabado há mais de meio milênio — quando da reorganização da administração imperial⁴⁷; lembremos também a inflação de títulos de funcionários do Reino Antigo na época dos saítas. Chega-se a falar da “renascença saítica”: uma expressão que deveria ser empregada com a mesma reserva⁴⁸ como o “iluminismo salomônico”⁴⁹. No Egito, isso tudo já começou mais cedo do que na Mesopotâmia. Já o faraó etíope Shabaca (716-701) deixou uma pedra, que hoje se encontra no Museu Britânico, com um texto teológico famoso que exhibe fortes ligações com Gn 1: o chamado monumento da teologia menfítica⁵⁰. Segundo as informações de Shabaca, o texto teria sido redigido segundo um modelo muito antigo, “carcomido por vermes”, e de fato ele está escrito em egípcio antigo, dando a impressão de originar-se do tempo do Reino Antigo. Investigações mais recentes, no entanto, mostraram que é muito provável que

46 Pelo que estou informado, a questão até agora não foi tratada monograficamente no que diz respeito à Mesopotâmia.

47 Veja supra, p. 411.

48 Cf. H. BRUNNER, Zum Verständnis der archaisierenden Tendenzen in der ägyptischen Spätzeit, *Saeculum*, 21:151-161, 1970.

49 Veja vol. 1, 256s.

50 Cf. A. ERMAN, Ein Denkmal memphitischer Theologie, *Sitzungsberichte der Preussischen Akademie der Wissenschaften*, 43:916ss., 1911; K. SETHE, *Dramatische Texte zu altägyptischen Mysterienspielen*, 1928, reimpr. 1964, vol. 1 (Untersuchungen zur Geschichte und Altertumskunde Ägyptens, X,1); H. JUNKER, *Die Götterlehre von Memphis*, 1939 (Abhandlungen der Preussischen Akademie der Wissenschaften, philosophisch-historische Klasse, 23).

44 Veja infra, p. 439.

45 Cf. S. SMITH, *Babylonian Historical Texts Relating to the Capture and Downfall of Babylon*, 1924; H. WOHL, A Note on the Fall of Babylon, *JANES*, 1,2:28-38, 1964.

ele só tenha sido formulado na época da 25ª dinastia⁵¹ ou no máximo — o que é menos verossímil, em minha opinião — sob a 19ª dinastia⁵². Se, porém, o monumento da teologia menfítica só afirma proceder do Reino Antigo, mas na verdade é um milênio e meio mais recente, então temos aí um caso em que a autoridade de um texto religioso aumenta por ter sido derivado de tempos imemoriais — exatamente como no caso do Deuteronômio, que, surgido no séc. 7 a.C., pretendia ser um documento de Moisés e era considerado como tal. Vê-se que Judá estava em meio a um movimento de restauração comum ao Oriente. O fato de a orientação pelo antigo e clássico, que pode ser observada em toda parte, ter suas conseqüências para o processo de sacralização de textos religiosos é óbvio e pode ser demonstrado detalhadamente no caso do Deuteronômio e seu destino.

Capítulo 2

O ocaso do Reino de Judá

Depois da morte do rei Josias, ocorrida no ano de 609 a.C. em Meguido¹, a aristocracia rural judaíta (*'amm ha'areç*)² interveio na sucessão no trono, levando o príncipe Jeoacaz ao trono de Davi (2 Rs 23.30). Parece que neste caso, pela primeira vez, não se seguiu o tradicional princípio de sucessão; pois uma comparação das indicações numéricas de Rs 23.31 e 23.36 mostra que o filho mais velho de Josias, o príncipe herdeiro Eliaquim, foi preterido em favor do mais novo. O motivo pode ter residido no fato de Jeoacaz prometer que daria continuidade à política de seu pai, ao contrário de seu irmão Eliaquim — e pode ter sido precisamente isto que se esperava e queria nos círculos da aristocracia rural judaíta. Num primeiro momento, a esperança não parecia enganosa. Não aconteceu nenhuma intervenção por parte dos egípcios, que agora exerciam novamente a hegemonia sobre a Palestina e uma parte da Síria. O faraó Neco II estava envolvido nos combates em torno de Harã³ e não podia se ocupar imediatamente com a situação do corredor siro-palestinense. Depois do término de sua campanha em agosto/setembro de 609, porém, ele tinha tempo para isso. Não regressou ao Egito, mas instalou seu quartel general em Ribla (*er-Rable*), no Médio Orontes, ao sul do Lago de *Homs* e não distante da saída setentrional do vale (*el-Biqa'*) entre o Líbano e o Antilíbano. Para aí mandou vir o davidida Jeoacaz, depois de este ter governado durante três meses⁴: ao que parece, para fazer o juramento de fidelidade, pois Jeoacaz apareceu voluntariamente e talvez sem maus pressentimentos. Contudo, quando este chegou a Ribla, foi imediatamente preso, despido de sua dignidade e levado ao Egito, onde seus rastros se perdem. Como se vê, Neco não estava disposto a tolerar ações autônomas em Judá. Com isso, destróçou todas as esperanças de que a obra da reforma josiânica fosse levada adiante. Em Jerusalém, as pessoas tiveram de tomar conhecimento disto, não podendo fazer nada mais do que lamentá-lo amargamente. Entre aqueles que lamentavam estava também o profeta Jeremias (22.10):

51 F. JUNGE, Zur Fehldatierung des sog. Denkmals memphitischer Theologie oder Der Beitrag der ägyptischen Theologie zur Geistesgeschichte der Spätzeit, *Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts Kairo*, 29:195-204, 1973.

52 H. A. SCHLÖGL, Der Gott Tatenen; nach Texten und Bildern des Neuen Reiches, *OBO*, 29:110-117 (especialmente), 1980.

1 Veja supra, p. 406.

2 Veja supra, pp. 295s.

3 Veja supra, pp. 405s.

4 Esse prazo de três meses corresponde com bastante precisão ao tempo em que Neco II operou na Mesopotâmia Superior; cf. a Crônica Gadd (BM 21901), reverso linhas 66-69 (D. J. WISEMANN, pp. 62s.; GRAYSON, p. 92).

“Não choreis o morto, nem o lastimeis; chorai amargamente aquele que sai; porque nunca mais tornará, nem verá a terra onde nasceu”⁵.

O faraó não deixou que os jerosolimitas e judaítas recuperassem o fôlego e voltassem a si, mas começou imediatamente a reordenar a situação em moldes egípcios. Ele instalou o preterido Eliaquim como rei-vassalo de Judá, mudando seu nome para Jeoaquim (608-598)⁶. Essa mudança de nome, sem maior importância objetiva, sem dúvida pretendia ser um ato de soberania, através do qual a vassalagem do davídica em relação ao Egito deveria ser expressa visivelmente. Neco impôs à terra de Judá uma contribuição de considerável monta: 100 talentos de prata e provavelmente 10 talentos de ouro⁷, i. é, mais ou menos 3.420 kg de prata e 342 kg de ouro⁸. Jeoaquim ficou com a tarefa de levantar essa soma enorme⁹. Além disso, é de se supor que Neco tenha anulado o ganho territorial que Josias conseguira às custas das províncias outrora assírias, restringindo Jeoaquim aos limites do período pré-josiânico. Talvez ele tenha tomado em suas próprias mãos a administração das províncias assírias em solo palestinese. Não o sabemos; o parco texto de 2 Rs 23.33-35 não permite perceber algo mais exato e não há informações egípcias a respeito disso.

Nada mudou na situação objetiva quando, depois da batalha em Carquemis no ano de 605, a hegemonia sobre o corredor siro-palestinese passou das mãos dos egípcios para as dos babilônios (Jr 46.2-12; 2 Rs 24.7)¹⁰. Os últimos anos do Reino de Judá que então se seguiram são menos bem conhecidos do que seria desejável¹¹. A Obra Historiográfica Deuteronomista relata a respeito deles em seus últimos capítulos (2 Rs 24-25), os quais, por sua vez, constituem a fonte da exposição cronista (2 Cr 36)¹². A isso se acrescentam partes do chamado “escrito de Baroque”, no livro de Jeremias¹³, a saber, principalmente

5 O morto é Josias e aquele que sai é Jeocaz (que em Jr 22.11 é denominado de Salum).

6 Isso é um nome de trono, mesmo que não adotado pelo próprio rei, mas atribuído pelo soberano. Quanto a possíveis vestígios da prática de nomes de trono, cf. A. M. HONEYMAN, *The Evidence for Regnal Names among the Hebrews*, JBL, 67:13-25, 1948.

7 Em 2 Rs 23.33 deve-se ler, segundo a LXX^L e a Peshitta, provavelmente “10 talentos” em vez de “um talento”, segundo o texto massorético; LXX^{BA} têm “100 talentos”.

8 Estima-se o peso do *shequel* em 11,4 g. Segundo o câmbio do dia 31.08.1984, 342 kg de ouro custavam DM 14.706.000,- (marcos alemães), e 3420 kg de prata custavam DM 2.394.000,-.

9 Ao fazê-lo, ele adotou um procedimento diferente do que adotara, a seu tempo, Menaém de Israel (2 Rs 15.20; veja supra, p. 350): não estabeleceu um imposto pessoal (soma fixa *per capita*), mas fixou o tributo dos cidadãos segundo a quantidade de seus bens.

10 Veja supra, pp. 413s.

11 Cf. A. MALAMAT, *The Kingdom of Judah between Egypt and Babylon; a Small State within a Great Power Confrontation*, in: *Text and Context*; coletânea em homenagem a C. Fensham, 1988, pp. 117-129. Quanto ao que a arqueologia talvez possa contribuir, cf. E. STERN, *Israel at the Close of the Period of the Monarchy; an Archaeological Survey*, BA, 38:26-54, 1975.

12 Cf. N. LOHFINK, *Die Gattung der “Historischen Kurzgeschichte” in den letzten Jahren von Juda und in der Zeit des Babylonischen Exils*, ZAW, 90:319-347, 1978.

13 Cf. G. WANKE, *Untersuchungen zur sogenannten Baruchschrift*, 1971 (BZAW, 122).

Jr 37-44, além de porções dispersas da tradição profética de Jeremias e Ezequiel. A situação das fontes de escrita cuneiforme não é particularmente boa. As inscrições dos reis caldeus contêm somente poucos dados históricos; trata-se de inscrições de construção¹⁴. A “Crônica Gadd” termina em 609 a.C. e as restantes crônicas babilônicas, publicadas por D. J. Wiseman, terminam em 594 a.C., no 11º ano de governo de Nabucodonosor II, para depois reaparecerem brevemente com uma referência a 557/6 a.C.¹⁵. Como fonte terciária, por fim, entra em cogitação a obra *Xaldaika*, composta no período selúcida (séculos mais tarde, portanto), do sacerdote babilônico Berossos, da qual estão conservados excertos em Flávio Josefo, Ant. X, 11, 1ss. (§§ 219ss., Niese)¹⁶.

Joaquim permaneceu vassalo babilônico durante três anos (2 Rs 24.1). Depois disso, ele passou a pensar em rompimento. No pano de fundo talvez estivessem insinuações da parte dos egípcios, que ainda não haviam desistido da luta pela hegemonia no corredor siro-palestinese e que podem ter prometido auxílio militar e cobertura de retaguarda ao rei. Isso poderia ter sido no ano de 603 ou 602 a.C. Contudo, cai na vista o fato de não haver qualquer informação a respeito de uma ação punitiva babilônica contra Judá e Jerusalém nesse ano e nos seguintes. Disso poder-se-ia concluir, primeiramente, que os babilônios precisaram de algum tempo para assumir de fato o domínio sobre os territórios que lhes couberam. Eles eram epígonos dos assírios e ainda não estavam suficientemente versados na técnica assíria de tratamento dos territórios periféricos. A informação da crônica BM 21946¹⁷ acerca de movimentos de tropas babilônicas no ano de 603 (ou 602?) a.C. é, por causa de seu mau estado de conservação, infelizmente inaproveitável; e o complemento “para *Hatti*”, comum desde D. J. Wiseman¹⁸, é problemático, mesmo que essa informação volte de modo estereotipado nos anos anteriores e posteriores¹⁹. Mas com referência ao inverno de 601-600 a.C., a mesma crônica²⁰ registra uma campanha fracassada contra o Egito, que, sob Neco II, havia avançado até o sul da Palestina²¹. Isto nutre a suspeita de que o rompimento de Jeoaquim com a Babilônia tenha ocorrido apenas entre 602 e 600 a.C., quando a derrota de Nabucodonosor II diante do Egito sinalizou um momento de fraqueza do império neobabilônico. Isto significaria ou que o dado dos “três anos” em 2 Rs 24.1 é arredondado e inexato, ou então que a vassalagem de Jeoaquim é contada a partir de 604 a.C.

14 Veja supra, p. 414.

15 Veja supra, pp. 387s.

16 D. SCHNABEL, *Berosos und die babylonisch-hellenistische Literatur*, 1923.

17 Anverso linhas 21-23 em A. K. GRAYSON, *Assyrian and Babylonian Chronicles*, 1975, pp. 41-44.

18 D. J. WISEMAN, pp. 70s.

19 Cf. N. NA’AMAN, *Nebuchadrezzar’s Campaign in Year 603 BCE*, BN, 62:41-44, 1992.

20 Reverso linhas 5-7 em GRAYSON, p. 101.

21 Cf. E. LIPINSKI, *The Egypto-Babylonian War in the Winter 601-600*, AION, 32:235-241, 1972.

Isto, por sua vez, poderia estar ligado ao fato de que havia falta de clareza quanto ao primeiro ano de Nabucodonosor II: embora 605 tenha sido seu ano de acesso ao trono, segundo a contagem babilônica o primeiro ano após o ano de acesso era tido como o primeiro ano de governo²². Em todo caso, inicialmente Nabucodonosor parece não ter tido condições de empreender mais do que incursões pequenas e ocasionais contra Judá. E é aqui que poderiam enquadrar-se os “bandos” de caldeus, edomitas²³, moabitas e amonitas de 2 Rs 24.2 como tropas auxiliares, se é que não correspondem mais à teoria deuteronomista do que à realidade histórica²⁴.

De qualquer modo, num primeiro momento quase nada aconteceu, e o castigo veio apenas no ano de 598 a.C. (2 Rs 24.10-17). Tropas babilônicas puseram-se em marcha, avançaram até Jerusalém e começaram a sitiá-la. O comando do exército aparentemente não se encontrava nas mãos do próprio soberano, mas nas de seus oficiais. A catástrofe não atingiu mais a Jeoquim, que provavelmente falecera durante o sítio, mas sim a seu filho Joaquim, sobre cuja cabeça estouraram as ondas que seu pai havia provocado. Depois de ter sido rei durante três meses (2 Rs 24.8), Joaquim abriu a cidade e, com isso, evitou um assalto das tropas babilônicas, bem como o saque e a destruição que nestes casos eram inevitáveis. Isso foi ainda em 598 ou já em 597: um problema cronológico extraordinariamente difícil e controverso, em cuja discussão não vamos entrar aqui²⁵. Se, porém, Joaquim havia esperado aplacar os babilônios através de sua capitulação, então se enganou. Nabucodonosor II estava firmemente decidido a fazer o pequeno Estado ao sul da Palestina passar para o 2º estágio de vassalagem²⁶, segundo o comprovado modelo assírio. Os assírios, a

seu tempo, não o haviam feito, e isso tinha de ser reparado agora, o mais rápido possível. Todos os acontecimentos e medidas que nos são transmitidos encaixam-se nesse quadro. As tropas babilônicas entraram em massa na cidade, levando junto o que não estava absolutamente seguro. O templo de Javé foi saqueado e suas preciosidades foram enviadas para a Babilônia, a fim de que o rei se alegrasse com elas²⁷. O próprio Joaquim teve de ir para o exílio na Babilônia, juntamente com numerosos membros da classe alta, da nobreza, dos sacerdotes, do estamento dos artesãos, inclusive sua mãe e as mulheres de seu harém. 2 Rs 24.14 fixa o número dos deportados em 10 mil²⁸; 24.16, porém, fala de 7 mil militares e mil artesãos. Entre os exilados também se encontrava o profeta Ezequiel (Ez 1.1-3).

No entanto, não ocorreu uma cópia exata da prática assíria de deportação. Os exilados não foram assentados à força numa das províncias distantes do império, mas levados “para Babel” (2 Rs 24.16), o que certamente significa: para a Babilônia e não apenas para a capital, Babilônia. Aí eles não se dissolveram entre a população nativa, pelo menos não no início, mas ficaram juntos e se empenharam pela conservação de suas peculiaridades, cultivando a esperança de um regresso em breve. Se podemos dar crédito a Jr 29²⁹, pelo menos nos traços básicos, então eles foram fortalecidos nisso por ninguém menos do que pelo profeta Jeremias, que ficara em Jerusalém e mantinha correspondência com os exilados:

Edificai casas e habitai nelas; plantai pomares e comei seu fruto! Tomai esposas e gerai filhos e filhas, tomai esposas para vossos filhos e dai vossas filhas a maridos, para quem tenham filhos e filhas; multiplicai-vos e não diminuais! Procurai o bem-estar “do país” para o qual eu (Javé) vos desterrei e orai por ele a Javé; porque seu bem-estar é vosso bem-estar!³⁰

Por incumbência de Javé, portanto, Jeremias aconselhou as pessoas a se prepararem para um longo cativeiro. E isso os deportados fizeram. O rei Joaquim, por sua vez, foi tratado brandamente³¹. Ele foi levado para a capital, Babilônia, juntamente com sua corte e lá gozou do *status* de prisioneiro de Estado. No palácio de Nabucodonosor II foram achados quatro documentos em escrita cuneiforme, um dos quais com a data de 592: notas de fornecimento de determi-

22 Cf. também U. WORSCHNECH, *War Nebukadnezar im Jahre 605 v.Chr. vor Jerusalem?*, BN, 36:57-63, 1987.

23 Ao invés de **ram deve-se ler *dom*; cf. WEIPPERT, *Edom*, pp. 343s. Diferentemente M. COGAN & H. TADMOR, *II Kings*, 1988, pp. 305-308; J. R. BARTLETT, *Edom and the Edomites*, 1989, pp. 148s.

24 Cf. Y. AHARONI, *Arad: Its Inscriptions and Temple*, BA, 31:2-3; 1968. J. M. MYERS, *Edom and Judah in the 6th and 5th Centuries B.C.*, in: *Near Eastern Studies*, 1971, pp. 377-392, especialmente 390-392; U. HÜBNER, *Die Ammoniter*, 1992, pp. 198s.

25 Cf., dentre a enorme quantidade de bibliografia: A. MALAMAT, *A New Record of Nebuchadnezzar's Palestinian Campaigns*, IEJ, 6:246-256, 1956; H. TADMOR, *Chronology of the Last Kings of Judah*, JNES, 15:226-230, 1956; M. NOTH, *Die Einnahme von Jerusalem im Jahre 597 v.Chr.* [1958], in: *Id.*, *Aufsätze*, vol. 1, pp. 111-132; J. P. HYATT, *New Light on Nebuchadnezzar and Judean History*, JBL, 75:277-284, 1965; S. H. HORN, *The Babylonian Chronicle and the Ancient Calendar of the Kingdom of Judah*, AUSS, 5:12-27, 1967; A. MALAMAT, *The Last Kings of Judah and the Fall of Jerusalem: a Historical-Chronological Study*, IEJ, 18:137-156, 1968; K. S. FREEDY & D. B. REDFORD, *The Dates in Ezechiel in Relation to Biblical, Babylonian and Egyptian Sources*, JAOS, 90:462-85, 1970; E. KUTSCH, *Das Jahr der Katastrophe: 587 v. Chr.; kritische Erwägungen zu neueren chronologischen Versuchen*, *Biblica*, 55:520-545, 1974; A. MALAMAT, *The Twilight of Judah in the Egyptian-Babylonian Maelstrom*, SVT, 28:123-145, 1975; A. R. GREEN, *The Chronology of the Last Days of Judah: Two Apparent Discrepancies*, JBL, 101:57-73, 1982; H. CAZELLES, *587 or 586?*, in *The Word of the Lord Shall Go Forth*; coletânea em homenagem a D. N. Freedman, 1983, pp. 427-435; G. GALIL, *The Babylonian Calendar and the Chronology of the Last Kings of Judah*, *Biblica*, 72:367-378, 1991; C. EDWARDS, *The Year of Jerusalem's Destruction: 2 Addaru 597 B.C. Reinterpreted*, ZAW, 104:101-106, 1992.

26 Veja supra, pp. 342s.

27 Cf. também Jr 27.18-22.

28 A partir da tradução de Lutero surgiu em alemão a expressão *ober(st)e Zehntausend* (literalmente: “os dez mil superiores, mais importantes, ricos”). Cf. também a lista dos deportados de Jr 52.28-30: 3.023 judaítas; portanto, se o número de 10 mil estiver mais ou menos correto, seriam cerca de 7 mil de Jerusalém.

29 M. DIJKSTRA, *Prophecy by Letter*, VT, 33:319-322, 1983, considera Jr 29.24-32 a cópia de uma carta autêntica de Jeremias.

30 V. 7: *Leia-se, segundo a LXX, ha'arec em lugar de ha'ir, “(d)a cidade”*. — A continuação, com a promessa de regresso após 70 anos, provavelmente é um acréscimo secundário.

31 Cf. W. F. ALBRIGHT, *King Joiachin in Exile*, BA, 5:49-55, 1942.

nadas quantidades de óleo de gergelim para diversos estrangeiros, entre eles 'Yá-'u'ú-kinu shar ^{KUR}Yá-a-hu-du (Yá-ú-du, Yá-ku-du), e para os “cinco filhos do rei de Judá”³². Conforme 2 Rs 25.27-30, Joaquim foi, por assim dizer, reabilitado por Amel-Marduk (Evil-Merodaque) no ano de 562. O grande rei trouxe o prisioneiro para sua mesa e, com isso, lhe concedeu uma espécie de anistia. Com esta informação termina a Obra Historiográfica Deuteronomista. Parece que esse acontecimento deve ser encarado como um raio de luz no horizonte: uma razão para depositar esperança, em relação ao futuro, no agir misericordioso de Javé para com seu povo golpeado³³.

Com a deportação ainda não estavam esgotadas as medidas tomadas para passar o Reino de Judá ao 2º estágio de vassalagem. Não é de se excluir a possibilidade de que Nabucodonosor II tenha realizado reduções de território — uma suposição, no entanto, que só pode apoiar-se em Jr 13.18s.:

(18) Dize ao rei e à rainha-mãe: Humilhai-vos, assentai-vos no chão; porque caiu “de vossa cabeça” a coroa de vossa glória!

(19) As cidades do sul estão fechadas, e ninguém há que as abra; todo o Judá foi levado para o exílio, todos cativos.³⁴

Segundo este texto, deve-se contar com a possibilidade de que Nabucodonosor tenha separado o Neguebe, i. é, a região meridional de Judá ao sul de Hebrom, deixando-a, talvez, para os edomitas³⁵. Neste caso, já em 598/7 Judá teria os limites que tinha, mais tarde, na época dos persas³⁶. Por fim, restava ainda resolver o problema do preenchimento da vaga do trono davídico. O grande rei decidiu-se por um tio de Joaquim, o terceiro dos filhos de Josias, chamado Matanias. Ele o entronizou em Jerusalém e mudou seu nome para Zedequias.

Zedequias (598/7-587/6) assumiu sem ter uma estrela favorável. Desde o início, ele nada mais era senão uma criação do grande rei babilônico e, além disso, por assim dizer, o administrador da massa ávida de seu irmão Jeoquim³⁷. Para dar conta dessa situação ou, ao menos, tirar dela o possível, teria sido

necessário um rei do calibre de Josias. Zedequias estava muito distante disso; a habilidade política, a força de vontade e o poder de realizar aquilo que se quer só raramente se encontram em duas gerações sucessivas de dinastas. Ninguém se admirará de que Zedequias, em tempo algum, tenha gozado de pleno reconhecimento entre a população de Jerusalém e Judá, muito menos entre os deportados na Babilônia. Tanto aqui quanto lá, quem era tido como rei legítimo era o exilado Joaquim, de acordo com o qual os exilados datavam os acontecimentos (Ez 1.2; 8.1; 20.1; 24.1; 33.21) e por cujo regresso se esperava na pátria (Jr 28.1-4)³⁸. Também o profeta Jeremias, que tinha freqüentes contatos com Zedequias e, por vezes, sobretudo nos últimos tempos, praticamente foi seu conselheiro secreto, muitas vezes formula juízos negativos sobre Zedequias, sem, no entanto, jogar contra ele o rei exilado, Joaquim (Jr 24; 34³⁹; 37-38). Pelo menos, certa vez Jeremias comparou os exilados na Babilônia a um cesto cheio de figos bons e deliciosos, Zedequias e seus sequazes, porém, a figos ruins, “que são tão ruins que não se os pode degustar” — e que, por isso, são jogados no lixo (Jr 24).

Com o tempo, também não podia ficar oculto a nenhuma pessoa inteligente que o Estado de Zedequias não medrava, mas vegetava miseravelmente. Ora, evidentemente não se podia esperar outra coisa, pois Judá se encontrava na condição de opressiva vassalagem, que de qualquer modo tornava a medrança e o florescimento impossíveis. Além disso, a maioria das forças experimentadas da velha classe alta fora deportada; o país sofrera um sangramento que representava perigo de vida. Zedequias tinha de tratar de achar novos funcionários e formar uma nova classe alta que sustentasse o Estado. Contudo, o número dos homens adequados escolhidos não era grande, e o rei também pode ter sido infeliz na escolha. Em todo caso, na corte de Jerusalém se ajuntaram elementos duvidosos, arrivistas, *parvenus*, que não reuniam, nem por origem nem por educação, os pressupostos necessários para assumir cargos de responsabilidade. Jeremias levantou sua voz contra essa gente, cuja influência perversa sobre o rei dotado de boa vontade ele percebia (Jr 38.22). Aqui, por certo, também reside o motivo principal por que o rei não seguiu o conselho bom e politicamente sensato do profeta. Pelo menos no final de seu governo, ele deve

32 A maneira de escrever os nomes varia. Cf. E. F. WEIDNER, *Mittheilungen Syriens offerts à M. René Dussaud*, 1939, pp. 923ss.; F. M. T. DE LIAGRE BÖHL, *Nebukadnezar in Jojachin*, in: *Opera Minora*, 1953, pp. 423-429; ANET, 3. ed., 308; TGI, 3. ed., 78s.

33 Cf. E. ZENGER, Die dt. Interpretation der Rehabilitierung Jojachins, BZ.NF, 12:16-30, 1968; J. D. LEVENSON, The Last Four Verses in Kings, JBL, 103:353-361, 1984; C. T. BEGG, The Significance of Jehoiachin's Release; a New Proposal, JSOT, 36:49-56, 1988; B. BECKING, Jehoiachin's Amnesty, Salvation for Israel?; Notes on II Kings 25,27-30, BETL, 94:285-293, 1990.

34 V. 18: Leia-se, segundo a LXX, Peshitta e Vulgata, *merashkemim* lugar de *mar^oshotkem*, “o lugar sobre vossas cabeças”, do texto massorético. Quanto aos pormenores cf. W. RUDOLPH, *Jeremia*, 3. ed., 1968, pp. 92, 96s. (HAT, I, 12).

35 Cf. J. LINDSAY, The Babylonian Kings and Edom, 605-550 BC., PEQ, 108:23-39, 1976.

36 Veja infra, pp. 464, 477s., e A. ALT, *Kleine Schriften*, vol. 2, p. 280s.

37 J. A. SOGGIN fala até de “uma espécie de administrador do império dotado de competências restritas”; cf. *Einführung in die Geschichte Israels und Judas*, 1991, p. 181.

38 O conflito de Jeremias com Hananias de Gibeom — independentemente de como se queira avaliar as questões histórico-traditivas e literárias referentes a Jr 27-28 — transmite um excelente quadro do ânimo dos anos iniciais de governo de Zedequias. Cf. H. SCHMIDT, Das Datum der Ereignisse von Jer 27 und 28, ZAW, 39:138-144, 1921; W. E. LEMKE, “Nebuchadrezzar, my Servant”, CBQ, 28:45-50, 1966; H. SEEBASS, Jeremias Konflikt mit Chananja, ZAW, 82:449-452, 1970; A. SCHENKER, Nebukadnezars Metamorphose vom Unterjocher zum Gottesknecht, RB, 89:498-527, 1982; C. F. FENSHAM, Nebukadrezzar in the Book of Jeremiah, JNSL, 10:53-65, 1982; H.-J. STIPP, *Jeremia im Parteienstreit*; Studien zur Textentwicklung von Jer 26,36-43 und 45 als Beitrag zur Geschichte Jeremias, seines Buches und jüdischer Parteien im 6. Jh., 1992 (BBB, Man).

39 Quanto a isso, M. DAVID, The Manumission of Slaves under Zedekiah, OTS, 5:63-79, 1948.

ter sabido que estava colocando a cabeça dentro do laço. Mas não conseguia se impor; faltava-lhe a força para concretizar, diante de fortes resistências, aquilo que reconheceu como certo (Jr 38.5).

Também no setor do culto no templo de Jerusalém ocorreram situações que lembram a crise assíria sob Manassés⁴⁰ — como se não tivesse havido reforma josiânica. No ano de 593/2, o profeta Ezequiel experimentou um arrebatamento visionário em que foi levado do exílio para dentro da área do templo de Jerusalém (Ez 8). Aqui Javé lhe mostrou os horrores que foram praticados no lugar sagrado. Ele viu uma “imagem de ciúmes” (*semel haqqin'a*) nas proximidades de um dos portais (vv. 3 e 5) — não se sabe ao certo o que pode ter sido isso, talvez um ortostato com representações míticas em relevo, como as que se conhecem sobretudo no norte da Síria⁴¹. Além disso, observou homens distintos oferecendo holocaustos diante de “imagens de vermes e gado” no escuro de uma câmara (vv. 10s.). Viu e ouviu mulheres chorando ao deus babilônico *Tamuz* (v. 14), um dos grandes deuses do Oriente que morrem e ressuscitam⁴². Ele registrou um verdadeiro culto de adoração ao deus do sol *Shamash* (v. 16): os adoradores estavam parados no átrio do templo, com a face voltada para o leste e as costas voltadas a Javé. Isso tudo é sintomático e, no fim das contas, nem chega a ser tão espantoso, se se ouve o que os idólatras dizem: “Javé não nos vê, Javé abandonou a terra” (v. 12). Esta citação, seja ela autêntica ou fictícia, é a expressão perfeita do ânimo reinante em Jerusalém e certamente também em Judá: Javé havia acompanhado os exilados para o exílio e deixado sozinhos os que ficaram para trás.

Assim, o navio-Estado de Zedequias movia-se em direção a seu naufrágio. O momento e os detalhes da decisão demente de tornar-se independente do império neobabilônico não são conhecidos. Não é de se excluir a possibilidade de que o impulso para isso tenha partido novamente do Egito. Aí, no ano de 595, Psamético II havia ascendido ao trono⁴³. Em 592 ou 591, ele apareceu na Palestina ou na costa fenícia, sem que alguém o impedisse, ao que parece. A cidade da Babilônia estava distante, e a supremacia babilônica nos territórios subjulgados certamente não era tão forte como outrora havia sido o poder assírio. Provavelmente não se tratava de uma campanha militar, mas, antes, de uma viagem com fins diplomáticos⁴⁴. Por volta dessa época — em todo caso, porém,

não muito tempo depois — o infeliz Zedequias decidiu-se pelo rompimento com a Babilônia. É plausível supor-se que ele tenha sido persuadido pelo Egito a dar esse passo, seja através de influência direta, seja por um partido antibabilônico e pró-egípcio, na corte em Jerusalém. Esta suposição é reforçada pelo fato de Zedequias realmente ter recebido auxílio militar egípcio durante o segundo sítio de Jerusalém (Jr 37.5). Contudo, é igualmente possível que o Egito tenha, por assim dizer, apenas saltado nesse trem que já estava em movimento. De qualquer modo, perguntamo-nos, estupefatos, o que os conselheiros políticos de Zedequias podem ter imaginado; pois era à soberania babilônica que eles deviam suas posições! Entretanto, sabemos exatamente o que um determinado e proeminente conselheiro do rei pensava: Jeremias não se cansou de alertar contra esse empreendimento suicida (Jr 37-38). Todavia, sua voz não foi ouvida, e mesmo que Zedequias talvez a tenha ouvido e até levado em consideração, ele não era suficientemente forte para opor-se, com eficácia, à insensatez política que irromperia em Jerusalém. Assim, veio o que tinha de vir: Nabucodonosor II decidiu acabar com a relativa autonomia política do Reino de Judá e passá-lo para o 3º estágio de vassalagem.

Mais uma vez apareceram exércitos babilônicos na Palestina, desta vez aparentemente sob o comando do próprio grande rei. Eles começaram o sítio de Jerusalém no dia 10.X do calendário babilônico, no ano de 589 ou 588 — dependendo de como se avalia a cronologia⁴⁵ —, e tomaram de assalto a cidade, depois de um ano e meio, no dia 9.IV do calendário babilônico, no ano de 587 ou 586. O interior de Judá pôde ser derribado com bastante rapidez. Apenas duas fortificações nas colinas ocidentais (Jr 34.7) opuseram uma resistência digna de menção: Laquis (*Tell ed-Duwer* ou *Tell 'Eton?*)⁴⁶ e Azeca (*Tell Zakariye*).

Vinte e um cacos de cerâmica, com inscrições, informam sobre o episódio do combate em torno dessas fortificações; eles foram encontradas em 1935 e 1938 numa câmara do portão do bastião sudoeste em *Tell ed-Duwer*: são os chamados óstracos de Laquis⁴⁷. Trata-se, em sua maioria, de cartas de oficiais de postos militares avançados, situados em localidades próximas, ao comandante do posto central. Elas fornecem um quadro sumamente vivo da situação desesperadora em que se encontrava Judá durante esse tempo. Uma das cartas (nº 4) talvez contenha uma indicação sobre a queda da fortificação de Azeca. Ela diz: “Que Javé permita que meu senhor ouça justamente

40 Veja supra, pp. 380ss.

41 Cf. W. ZIMMERLI, *Ezechiel*, 2. ed., 1979, pp. 214s. (BK, XIII).

42 Cf. E. M. YAMAUCHI, *Tammuz and the Bible*, JBL, 84:283-290 1965; ID., *Additional Notes on Tammuz*, *Journal of Semitic Studies*, 11:10-15, 1966.

43 Veja supra, pp. 411s.

44 W. HELCK, *Geschichte des alten Ägypten*, 1968, p. 254 (HdO vol. I,3,3), conta com a possibilidade de uma campanha que talvez tenha chegado a durar dois anos. Mas com que finalidade? E por que, de resto, nada se ouve a respeito? Cf. além disso, M. GREENBERG, *Ezeiel 17 and the Policy of Psammetichus II*, JBL, 76:304-309, 1957.

45 2 Rs 25.1-3; Jr 39.1s.; 52.4-6. Quanto às dificuldades da cronologia, veja supra, pp. 423s. com a nota 20. Tudo depende da data da primeira conquista de Jerusalém e do primeiro ano de governo de Zedequias, não necessariamente coincidentes. Infelizmente as crônicas babilônicas já terminam em 594.

46 Veja supra, p. 373 com a nota 38.

47 Textos, comentário e informações bibliográficas em J. RENZ, *Die althebräischen Inschriften*; Teil I, in: *Handbuch der althebräischen Epigraphik*, 1995, vol. 1, pp. 405-440.

agora (2) notícias aprazíveis! E agora: de acordo com tudo o que meu senhor ordenou (3) teu servo fez: anotei na tabuinha tudo exatamente (4) como [t]u me ordenaste. E se meu (5) senhor (me) ordenou em relação a Beth-Harrapid — lá não existe (6) (mais) viv'alma! E, no que diz respeito a Semahyahu, Shemayahu o tomou e (7) o levou à cidade. E eu — teu servo — não posso (8) mandar a teste[munha hoje] para lá, (9) só quando amanhecer novamente. (10) E (meu senhor) deve saber que estamos atentos às sinalizações de Laquis (11), de acordo com todos os sinais que (12) meu senhor dá, pois não podemos ver Azeca⁴⁸. Os defensores queixam-se amargamente do fato de existir gente em Jerusalém que mina a força de defesa do país (nº 6, linhas 5-7): “E eis que as palavras dos [superiores?] não são boas, (antes,) paralisam tuas (?) mãos [e] [fazem esmo]recer as mãos dos h[omens]...”⁴⁹. Isto se refere a pessimistas, derrotistas, civis da espécie do profeta Jeremias, a quem, de fato, altos funcionários em Jerusalém fizeram acusações bem semelhantes (Jr 38.4)⁵⁰. Outro texto (nº 3, linhas 13-18) relata que o superior comandante judaíta (*sr hçb' = sar haççaba*) Conias, filho de Elnatá, viajou para o Egito — será que queria mobilizar auxílio militar por lá? O fato de que algo assim era possível certamente é um sinal de que nem o anel de sítio ao redor de Jerusalém nem a ocupação do território de Judá podem ter sido muito firmes ou até sem brechas. De fato, o faraó Áprias (589-570)⁵¹ enviou uma tropa egípcia de auxílio, a qual, segundo Jr 37.5-11, teria conseguido alcançar uma suspensão temporária do sítio a Jerusalém. Isso não pode ter sido mais do que uma pausa para tomar fôlego. Depois disso, não se ouve mais nada a respeito dos egípcios; portanto, por motivos desconhecidos, em breve eles foram novamente embora.

Quando os babilônios, depois de um ano e meio de sítio, conseguiram abrir a primeira brecha no muro da cidade (2 Rs 25.4)⁵², ela estava esfomeada e exausta e não conseguiu mais resistir. Num primeiro momento, Zedequias conseguiu escapar; ele queria ir para a Transjordânia, talvez até os amonitas. Contudo, não alcançou seu objetivo. Junto a Lericó, no Vale do Jordão, patrulhas babilônicas prenderam a ele e a sua comitiva, levando-os até Ribla (*er-Rable*), na Síria Central, onde Nabucodonosor II instalara seu quartel general. Aí, Zedequias teve de assistir a seus filhos e membros de sua corte serem trucidados. A ele próprio o grande rei mandou cegar e transportar, acorrentado, para a Babilônia.

48 Traduzido substancialmente segundo J. RENZ, op. cit., pp. 421s. É possível que a distância do lugar do remete até Azeca fosse muito grande para ver os sinais, talvez porque a povoação não-localizada de Beth-Harappid, situada entre ambos os postos (?), falhasse na retransmissão dos sinais.

49 Texto hebraico: *whnh dbry.h[...]'l' tbn l[r]pt ydyk [wlhsh]qt yd;h'[nshm]*.

50 “Então disseram os funcionários (*hassarim*) ao rei: Esse homem tem de morrer! Porque ele, dizendo assim essas palavras, afrouxa (*m'rappe*) as mãos dos homens e guerra que restam nesta cidade, e as mãos de todo o povo; porque este homem não procura o bem-estar para o povo, e, sim, o mal!”

51 Veja supra, p. 412.

52 Cf. G. BRUNET, *Le prise de Jérusalem sous Sédécias; les ses militaires de l'hébreu bāqa'*, *Revue d'histoire des religions*, 167:157-176, 1965.

Mais ou menos um mês depois, no dia 7.V. do calendário babilônico, iniciaram o saque e a destruição total de Jerusalém (2 Rs 25.8ss.). O comando estava a cargo de um dos altos funcionários de Nabucodonosor, o chefe da guarda pessoal Nebuzaradâ (= *Nabu-shar(ra)-iddin[a]*). A cidade foi arrasada, e o templo salomônico, queimado de alto a baixo. Provavelmente a arca de Javé foi consumida nas chamas; ela não era um objeto de valor para os babilônios e, por isso, não foi levada para a Babilônia, como outras preciosidades⁵³. Nebuzaradâ também pôs a deportação em andamento⁵⁴. Ele mandou levar os altos funcionários e os líderes dos sacerdotes para o quartel general em Ribla, para que aí fossem executados (2 Rs 25.18-21). A população urbana e o resto da classe alta, na medida em que ainda existiam, foram colocados em marcha para a Babilônia, aumentando aí o número dos exilados de 598/7. Indicações de números se encontram apenas em Jr 52.28-32: 832 jerosolimitas; cinco anos depois, mais uma vez 745 judaítas — se os números estão corretos, pelo menos aproximadamente, então foram muito menos pessoas do que na primeira deportação. O profeta Jeremias foi preso temporariamente, mas solto em seguida; ele escapou do destino da deportação (Jr 39.11-40.6).

Lamentavelmente não é mais possível descobrir como Nabucodonosor lidou com o território do Reino de Judá do ponto de vista técnico-administrativo. Certo é apenas que ele não organizou Judá como província babilônica. Provavelmente subordinou o território ao governador da província de *Samerina*, como mais tarde também os persas o fizeram⁵⁵. Seria de se esperar que a administração fosse assumida por um funcionário babilônico subalterno que era responsável diante do procurador samaritano. Contudo, isto de modo algum ocorreu. Antes, Nabucodonosor encarregou um judaíta de Jerusalém da delicada missão de criar, de novo, uma situação ordenada na terra devastada e esvaída em sangue: Gedalias, filho de Aicão, neto do chanceler do governo de Josias, chamado Safã (2 Rs 22.12,14; Jr 26.24). Gedalias fixou residência não em Jerusalém, mas em Mispa (*Tell en-Naçbe*), talvez por causa da maior proximidade com a província de *Samerina* e, certamente, porque Jerusalém estava destruída e não podia ser utilizada como centro administrativo. Em Mispa, Gedalias residiu pouco tempo como comissário pacificador babilônico (2 Rs 25.22-26; Jr 40.7-43.7). Contudo, não demorou e ele e seus sequazes — em parte judaítas, em parte babilônios — foram assassinados por um grupo de fanáticos que havia conseguido safar-se da catástrofe indo para Amom. O líder dessa turba era um homem chamado Ismael, filho de Netanias, de linhagem

53 Cf. M. HARAN, *The Disappearance of the Ark*, *IEJ*, 13:46-58, 1963.

54 Quanto às questões cronológicas, cf. G. LARSSON, *When Did the Babylonian Captivity Begin?*, *JThSt.NF*, 18:417-423, 1967.

55 Veja infra, pp. 464s., 477s.

real⁵⁶. Depois desse ato sanguinário sem sentido, os assassinos decidiram furtar-se à vingança de Nabucodonosor e emigrar para o Egito, juntamente com os habitantes de Mispa⁵⁷. O profeta Jeremias, que também se mudara para Mispa, foi forçado, contra seu conselho e sua vontade, a juntar-se aos emigrantes. No Egito, ele ainda atuou por algum tempo como profeta (Jr 43.8-44.30); ninguém sabe por quanto tempo. Depois, seus vestígios se perdem em terras do Nilo.

Com isso terminou a existência do Reino do Sul, Judá. Com isso terminou também o epílogo pós-josiânico da monarquia no trono de Davi. Depois de um escasso meio milênio de existência, a monarquia esgotara seu papel. Entretanto, de modo algum desapareceu completamente. Permaneceu viva nas esperanças que desde sempre já se haviam associado a ela e que certamente também haviam sido nutridas pelos profetas pré-exílicos. Os grandes investimentos de Javé na monarquia davídica não podiam ter sido totalmente em vão. Um dia viria o Messias, o Ungido de Javé, um rei da linhagem de Davi, e acabaria com a aflição de seu povo. O profeta Ezequiel, que se encontrava entre os exilados na Babilônia e diante de uma situação de desesperada falta de perspectivas, não falou apenas do breve regresso dos exilados a ser efetuado por Javé, mas também da reunificação do Norte com o Sul e, por conseguinte, do restabelecimento do reino de Davi: “Assim disse Javé: Eis que eu tomarei os filhos de Israel de entre as nações, para onde eles foram, e os congregarei de todas as partes e os levarei para sua própria terra. Farei deles *uma só* nação na terra, nos montes de Israel, e *um só* rei será rei de todos eles. Nunca mais serão duas nações; nunca mais para o futuro se dividirão em dois reinos!” (Ez 37.21s.) Esta expectativa profética e as seguintes não se cumpriram. Contudo, a esperança não se apagou; foi, antes, levada para as épocas seguintes, sofrendo alterações e transformações.

56 Jr 40.14 informa que o rei dos amonitas, Baalis, teria sido o vedadeiro instigador do empreendimento. Quanto ao nome, cf. W. H. SHEA, *Mutilation of Foreign Names by Biblical Writers; a Possible Example from Tell el-'Umeiri*, AUSS, 22:111-115, 1984; L. G. HERR, *Is the Spelling of "Baalis" in Jer 40:14 a Mutilation?*, *ibid.*, pp. 187-191; ID., *The Servant of Baalis*, BA, 48:169-172, 1985; R. W. YOUNKER, *Israel, Juda, and Ammon and the Motifs on the Baalis Seal from Tell el-'Umeiri*, *ibid.*, pp. 173-179. Quanto à totalidade da questão, v. U. HÜBNER, *Die Ammoniter*, 1992, pp. 203-205.

57 A recensão de Jr 40.1-43.4 sobre o episódio de Gedalias-Ismael é muito mais detalhada, mas, do ponto de vista histórico, dificilmente confiável em tudo.

Capítulo 3

O exílio babilônico

Exposições abrangentes e parciais: C. F. Whitley, *The Exilic Age*, 1957; P. R. Ackroyd, *Exile and Restoration; a Study of Hebrew Thought of the Sixth Century BC*; id., *Israel under Babylonia and Persia*, 1970; J. D. Newsome, *By the Waters of Babylon; an Introduction to the History and Theology of the Exile*, 1979; — E. Klamroth, *Die jüdischen Exulanten in Babylonien*, 1912 (BWANT, 10); E. Janssen, *Juda in der Exilszeit*, 1956 (FRLANT, 51); R. Zadok, *The Jews in Babylonia in the Chaldean and Achaemenian Periods in the Light of the Babylonian Sources*, 1976, com complementações em Or, 51:391-393, 1982.

Nas décadas após o ocaso do Reino de Judá e da destruição de Jerusalém, começou, para Israel, a era da dispersão, da diáspora¹. Grupos consideráveis de pessoas de origem israelita viviam fora de sua pátria entre povos estranhos, e precisamente entre eles — embora de modo algum apenas entre eles — prepararam-se desdobramentos que, no tempo subsequente, haveriam de tornar-se significativos para a história do povo de Israel e do judaísmo. Isso é algo completamente novo, pois até então forças historicamente relevantes sempre haviam surgido e atuado na Palestina.

Não é fácil formar uma opinião a respeito de onde estavam os acentos principais da história israelita durante a época do exílio babilônico. Na Palestina, depois das duas deportações de 598/7 e 587/6 a.C., ficara para trás uma população que, quantitativamente, decerto não era pequena²: tratava-se sobretudo da população rural, em grande parte privada de sua camada de lideranças urbanas e incapacitada de agir politicamente (2 Rs 24.14; 25.12). No entanto, seria errado descartar, de certo modo, a Palestina e subestimá-la em sua importância³. Por outro lado, grupos populacionais consideráveis migraram para

1 O fato de também anteriormente já ter havido deportações não muda nada nessa realidade; veja supra, pp. 361s.

2 A estimativa de W. F. ALBRIGHT, *The Seal of Eliakim and the Latest Preexilic History of Judah*, JBL, 51:77-106, especialmente 87, 110s., 1932, de que se deve contar com no máximo 20 mil habitantes se baseia em dados arqueológicos problemáticos e deve ser muito baixa.

3 Veja infra, pp. 439-442.

o Egito, por último em conexão com o assassinato de Gedalias (2 Rs 25.26; Jr 41.17s.; 42; 43.7; 44.1). Pouco se ouviu falar a respeito deles. Dissolveram-se na diáspora egípcia, que estava se tornando cada vez maior e que mais tarde — sobretudo no período helenístico — alcançaria uma importância considerável.

Aqui é preciso antecipar um pouco. Como locais de moradia dos judeus emigrados para o Egito, Jr 44.1 menciona Migdol⁴, Tafnes (= Tahpanhes)⁵, Nofe (Mênfis; em egípcio: *Mn-nfr*) e Patros (no Alto Egito; em egípcio: *p't-t-rsj*, a “terra do sul”). Migdol e Tafnes eram fortificações fronteiriças no Delta Oriental do Nilo. Talvez os judeus tenham sido assentados ali como colonos militares. Este é, com certeza, o caso da colônia militar judaica na ilha do Nilo chamada Elefantina (denominação nativa: *Yeb*), junto a Assuã, que é atestada por numerosos textos aramaicos de perto do final do séc. 5 a.C.⁶. Não se sabe quando e por quem foi instalada essa colônia militar⁷. De qualquer modo, existe um texto — um requerimento ao governador da província de Judá, Bagoas (em aramaico: *Bgwhy*), do ano de 408 a.C.⁸ — que afirma ter sido o templo de Javé (sempre escrito *Yhw*) construído antes da conquista persa, em 525. O mais antigo papiro encontrado está datado no ano de 495⁹. Portanto, pode-se ir até o séc. 6, mas dificilmente até o séc. 7¹⁰. O fim da colônia militar se situa na época de pouco depois de 400 a.C.; os levantes egípcios contra os persas, que iniciaram em 404, prepararam seu ocaso. É duvidoso que a informação da Carta de Aristéias (cap. 13) de que judeus teriam servido como tropas auxiliares contra a Etiópia sob Psamético — I ou II? — tenha algum valor histórico. Contudo, naturalmente é correto que as razões da diáspora judaica pós-exílica do Egito remontam ao período pré-exílico. A fórmula genérica de Is 11.11 sobre os judeus da diáspora no “Egito (= Baixo Egito), Patros (= Alto Egito) e Cuxe (= Etiópia)” é inteiramente adequada¹¹. Esses judeus da diáspora estavam fortemente egipcizados, o que, por sua vez, pode ser depreendido dos textos de Elefantina — mas não apenas deles. É possível

reconhecer inequivocamente em toda parte a influência egípcia: nos nomes, na religião, no direito. Os colonos militares judeus de Elefantina também trilham caminhos próprios e peculiares em sua tradicional religião de Javé: não acharam nada de mal em invocar deuses como *Asham-Betel*, *Anat-Betel*, *Nabu* e outros, e até em associar com Javé uma deusa chamada *Anatyahu*. Onde coisas desse gênero são possíveis, não devemos nos admirar com a existência de um templo de Javé pós-josiânico fora de Jerusalém, nem supor, por exemplo, que tal templo já tenha de ter sido construído na época pré-josiânica. Em todo caso, da diáspora egípcia não houve nenhum regresso a Sião, também não depois de 525, quando isso, do ponto de vista político, teria sido perfeitamente possível. Contudo, a importância dessa região de diáspora para a história do judaísmo pós-exílico deve ser considerada muito grande.

Entretanto, a elite do povo fora levada para a Babilônia em ambas as deportações. Esses desterrados constituíam o verdadeiro grupo de exilados (em hebraico: *gola*; Ez 1.1; 3.11,15 e passim) e a eles ligaram-se grandes esperanças para o futuro. Em seu círculo atuaram os profetas Ezequiel e Dêutero-Isaías, reforçando a consciência de que Javé foi para o exílio com o verdadeiro e autêntico Israel.

3.1. Babilônia

Freqüentemente as pessoas têm uma imagem errônea da vida dos exilados na Babilônia. Mantêm-se concepções românticas, difíceis de erradicar, surgidas a partir de interpretações equivocadas de informações veterotestamentárias e nutridas pela piedade judaica e cristã. Vêem-se os deportados numa situação miserável, realizando duro trabalho escravo sob a opressão de capatazes estalando o relho, como um exército de prisioneiros dignos de compaixão. Após o fardo e a fadiga do dia, eles se assentavam junto às margens dos rios de Babilônia, quem sabe com suas correntes tilintando, e choravam ao se lembrarem de Sião (Sl 137.1). Tudo isso não corresponde à realidade. Por certo as fontes não chegam a fluir fortemente, mas o fazem com força suficiente para revelar que a imagem tradicional do cativo babilônico é incorreta. Os sofrimentos dos exilados eram interiores e não se baseavam em suas condições de vida. Uma parte da classe alta de Jerusalém e Judá, decerto sobretudo a corte do rei Joaquim, foi levada para a cidade da Babilônia, a metrópole do império (2 Rs 24.15; 25.27-30). Aí os banidos levavam uma vida razoavelmente confortável¹². A maior parte dos exilados foi assentada pelos babilônios em diversas colônias que possivelmente pertenciam à propriedade dos reis (terras da coroa). Aí eles viviam na condição de súditos

4 Não-localizado. Será idêntico ao Migdol de Êx 14.2 = uma localidade junto a *Tell el-Her*? Veja vol. 1, p. 110.

5 Em egípcio: *t'-h(t)-(n)-p'-nhsj*, “a fortaleza do núbio”. LXX: *Tafnas*, provavelmente idêntico a *Dafnai*, *Dafne* = *Defenne*, a sudoeste de Pelusium (*Tell Farana*).

6 Publicações (em parte também textos que não procedem de Elefantina): E. SACHAU, *Aramäische Papyri und Ostraka aus einer jüdischen Militär-Kolonie zu Elephantine*, 1911; A. E. COWLEY, *Aramaic Papyri of the 5th Century B.C.*, 1923; E. G. KRAELING, *The Brooklyn Museum Aramaic Papyri*, 1953; G. R. DRIVER, *Aramaic Documents of the 5th Century B.C.*, 1954; Z. SHUNNAR, Ein neuer aramäischer Papyrus aus Elephantine, in: F. ALTHEIM & R. STIEHL, eds., *Geschichte Mittelasiens im Altertum*, 1970, pp. 111-118. — Exposições: E. MEYER, *Der Papyrusfund von Elephantine*, 1912; A. VINCENT, *La religion des judéo-araméens d'Elephantine*, 1937; B. PORTEN, *Archives from Elephantine; the Life of an Ancient Military Colony*, 1968. Cf. também a coletânea de P. GRELOT, *Documents araméens d'Égypte*, 1972 (*Littératures anciennes du Proche Orient*, 5).

7 Cf. E. C. B. MacLAURIN, *The Date of the Foundation of the Jewish Colony at Elephantine*, JNES, 27:86-96, 1968.

8 COWLEY, nº 30, linhas 13s.

9 COWLEY, nº 1.

10 B. PORTEN, op. cit., pp. 8-13.

11 Como complementação, cf. W. KORNFELD, *Unbekanntes Diasporajudentum in Oberägypten im 5./4. Jh. v.Chr.*, *Kairos NF*, 18:55-59, 1976.

12 Veja supra, p. 425.

reassentados à força, mas de modo algum como escravos. Tinham relativa liberdade de ir e vir, podiam construir casas, cultivar plantações, praticar o comércio e levar uma vida normal, correspondente às circunstâncias (Jr 29). Administravam-se a si mesmos, sob a direção dos “anciãos entre os exilados”, ou “do povo”, ou até “de Israel” (Jr 29.1; Ez 8.1; 14.1; 20.1) — exatamente como na velha pátria. Permaneceram organizados em famílias (Ed 2 = Ne 7)¹³ e cultivavam suas genealogias (Ed 2.59; Ne 7.61). Alguns deles chegaram a um bem-estar considerável (Ed 1.6; 2.68s.). Até mesmo o comércio de escravos lhes era permitido (Ed 2.65). Em nenhum lugar está documentado que eles fossem obrigados à corvêia. Se este tivesse sido o caso, isso não os teria diferenciado da população babilônica nativa; também esta era convocada para a corvêia, por exemplo em projetos de construções régias.

O AT menciona várias dessas colônias de exilados; lamentavelmente só é possível localizar uma única de modo aproximado.

1. *Tel Abib* (Ez 3.15): “colina de espigas”. Provavelmente deve-se pensar numa etimologia hebraica popular do termo acádico *til abubi*, “colina do dilúvio, i. é, colina muito antiga”¹⁴. A colônia situava-se no Canal de Quebar, que, em acádico, ocorre como *nar ka-ba-ri*, “grande (?) canal”, em dois documentos da época de Artaxerxes I (465/4-425)¹⁵. Muito provavelmente ele é idêntico ao atual *Shatt en-Nil*, um vale largo situado a leste de Babilônia, na região do antigo Nippur. O acerto dessa avaliação é confirmado pelos documentos da importante casa comercial e bancária babilônica *Murashu & Filhos*, de Nippur, nos quais muitas vezes são citados parceiros comerciais com nomes judaicos justamente dessa região¹⁶. É verdade que esses textos só procedem da 2ª metade do séc. 5 a.C.; contudo, deve-se considerar que, de modo algum, todos os exilados regressaram à sua pátria após o fim do exílio¹⁷.

2. *Tel Harsha* (Ed 2.59; Ne 7.61): “colina de arado”, talvez igualmente uma etimologia hebraica popular¹⁸; não localizável.

13 Veja infra, pp. 465s.

14 Desde o Código de Hamurábi, *til abubi* está documentado várias vezes em textos acádicos; cf. CAD I, 1, p. 78.

15 H. HILPRECHT & A. CLAY, *The Babylonian Expedition of the University of Pennsylvania*, vol. IX, 1898, p. 26ss. Nº 4, 84.

16 ID., *Business Documents of Murashu Sons of Nippur Dated in the Reign of Artaxerxes I (464-424 B.C.)*, 1898; A. CLAY, *Business Documents of Murashu Sons of Nippur Dated in the Reign of Darius II (424-404 B.C.)*, 1904, com continuação em UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA MUSEUM, *Publications of the Babylonian Section*, vol. II, 1, 1912. Quanto a isso, cf. G. CARDASCIA, *Les archives de Murasu; une famille des hommes d'affaires babyloniens à l'époque perse (455-403 av. J.-C.)*, 1951; M. D. COOGAN, *Life in the Diaspora: Jews at Nippur in the 5th Century B.C.*, BA, 37:6-12, 1974; ID., *West Semitic Personal Names in the Murashû Documents*, 19% (Harvard Semitic Monographs, 7); R. ZADOK, *On West Semites in Babylonia during the Chaldean and Achaemenian Periods; an Onomastic Study*, 1977.

17 Veja infra, p. 465.

18 Cf. em acádico: *harashu*, “plantar árvores” (CAD VI, pp. 95s.) e *harshu*, “alimento, espécie de fruta” (CAD VI, p. 116).

3. *Tel Melah* (Ed 2.59; Ne 7.61): “colina de sal”¹⁹; não localizável.

4. *K^erub Addan Immer* (Ed 2.59; Ne 7.61): duas ou três localidades desconhecidas.

5. *Kasifya* (Ed 8.17): localização desconhecida.

Um dos objetivos da prática assíria de deportação consistira em fazer com que os deportados, na medida do possível, fossem absorvidos pela população nativa. Isso não aconteceu na Babilônia — pelo menos não num primeiro momento. Os babilônios parecem nem ter querido isso, senão dificilmente teriam instalado colônias coesas de exilados; pois nessas colônias a consciência nacionalista permaneceu viva e aí ardia a chama da esperança de regresso à pátria. Com exceção de indivíduos isolados que migraram para o ambiente babilônico, os exilados permaneceram juntos. Para eles a Babilônia era um país estranho e impuro (Ez 4.13): um país no qual não era possível se sentir em casa e no qual o legítimo culto a Javé não era viável. Este, desde a reforma josiânica, era permitido exclusivamente em Jerusalém. Neste aspecto a destruição do templo salomônico e a perda da arca nada haviam mudado, pois a eleição e a santidade do lugar não dependiam do prédio nem do objeto de culto²⁰. Assim, os exilados viviam da lembrança de Jerusalém, e a saudade da velha pátria, que na segunda geração certamente começou a esfriar, ligou-se com a idéia do culto jerosolimita a Javé e foi mantida viva desse modo (Sl 137).

Lamentavelmente não sabemos como se organizava a prática da religião nas colônias de exilados. Não existem quaisquer informações sobre a vida cultural. Naturalmente é plausível supor que tenham começado a se desenvolver as formas prévias e primitivas do posterior culto sinagoga; contudo, isso não está documentado em lugar algum. A formulação enigmática de Ez 11.16: “Eu (Javé), (apenas) por um pouco de tempo lhes servi de santuário”, poderia no máximo apontar para formas emergenciais do culto²¹. Além disso, é totalmente desconhecido o que aconteceu com o pessoal do culto de Jerusalém. O que faziam os sacerdotes, levitas, cantores e servidores do templo (*n^etinim*)²² no exílio? Dedicaram-se a profissões civis? Conservaram seu *status* religioso? Viviam juntos em determinadas colônias de exilados, p. ex. em *Kasifya* (Ed 8.15-20)? Tudo isso são coisas que não sabemos. Só é possível perceber ainda que, no exílio, tornaram-se importantes duas atitudes religiosas que, embora também já houvessem existido anteriormente, agora passaram a constituir

19 W. F. ALBRIGHT, JBL, 51:100s., 1932, também aqui supôs etimologia popular oriunda de “colina de marujos”; cf. em acádico: *malahu*. Incerto.

20 Cf. D. JONES, *The Cessation of Sacrifice after the Destruction of the Temple in 586 B.C.*, JThSt.NF, 14:12-31, 1963.

21 Cf. W. ZIMMERLI, *Ezechiel*, 2. ed., 1979, pp. 249s. (BK, XIII).

22 Cf. B. A. LEVINE, *The Netinim*, JBL, 82:207-212, 1963; J. P. WEINBERG, *N^etinim und “Söhne der Sklaven Salomos” im 6.-4. Jh. v.u.Z.*, ZAW, 87:355-371, 1975.

sinais da aliança entre Javé e seu povo esperançoso, adquirindo caráter confessional: o descanso no sábado (Ez 20.12ss.; 22.8,26; 23.38) e a circuncisão (Gn 2.1-4a P e 17 P)²³.

Obviamente, não se pode falar sobre religião no exílio babilônico sem lembrar os dois grandes profetas aos quais os exilados — ou pelo menos parte deles — deviam a reflexão e a renovação espiritual. Eles interpretaram a sina do povo como castigo de Javé e ensinaram a compreender o exílio não como o fim do passado, mas como o início do futuro.

1. *Ezequiel*: um jerosolimita procedente de círculos sacerdotais, já foi deportado em 598/7 e assentado em Tel Abibe junto ao Canal de Quebar em Nippur. Lá, em 593, ele vivenciou a vocação para profeta (1-3). Até 587/6, atuou quase exclusivamente como profeta de juízo, anunciando de maneira incansável, através de diferentes imagens e atos simbólicos, a queda de Jerusalém (1-24). Valendo-se de grandes retrospectivas teológico-históricas (16; 20; 13), ele ensinava a conceber a história de Israel como uma história da apostasia de Javé, à qual já teria se seguido o castigo e necessariamente teria de continuar se seguindo. Mas, depois de 587/6, tornou-se o profeta da renovação e restauração vindouras, da *restitutio in integrum*; considerava os exilados, entre os quais vivia e atuava (34-37), como portadores dessa restituição. Em nenhum lugar isso está expresso de modo mais grandioso do que na visão fantasmagórica da ressurreição dos ossos secos (37.1-14). Num vale, o profeta vê inúmeros esqueletos secos e esbranquiçados, que, a uma ordem de Javé, passam a cobrir-se de tendões, carne e pele, diante de seus olhos:

Então me disse: Filho do homem, estes ossos são toda a casa de Israel. “Eis que eles” dizem: nossos ossos se secaram, e pereceu nossa esperança; estamos de todo exterminados! Portanto, profetiza e diz-lhes: Assim diz o Senhor Javé: Eis que abrirei vossas sepulturas e vos farei sair delas, [...] e vos trarei à terra de Israel, para que saibais que eu sou Javé, quando eu abrir vossas sepulturas e vos fizer sair delas [...]. Porei em vós meu Espírito e vivereis, e vos estabalecerei em vossa própria terra. Então sabereis que eu, Javé, disse isto e o fiz, diz Javé. (37.11-14)²⁴.

Além disso, Ezequiel esperou e anunciou o restabelecimento da unidade de Israel: a concretização da velha esperança, nunca completamente abandonada, viva no Reino do Sul, Judá, de restauração do reino unido davídico-salomô-

23 Cf. N.-E. A. ANDREASEN, *The Old Testament Sabbath; a Tradition-Historical Investigation*, 1972 (SBL, Dissertation Series, 7); K. GRÜNVALDT, *Exil und Identität; Beschneidung, Passah und Sabbat in der Priesterschrift*, 1992 (BBB, 85).

24 No v. 11 deve-se ler *w^hhinne* em vez de *w^hhinne*, do texto massorético (cf. LXX, Vulg., Targ.). Nos vv. 12s., deve-se cortar, por ser glosa, ‘*ammi*, “meu povo”, q^z aparece duas vezes.

nico (34.17-31; 37.15-28). Por fim, Ez 40-48 contém um verdadeiro programa de restauração, o chamado “projeto de constituição” para o Israel ressurgido e unido. Esse projeto seguramente não provém do próprio profeta, mas poderia ter surgido em círculos de seus discípulos e seguidores no exílio babilônico²⁵.

2. *Dêutero-Isaías*: Assim se chama um profeta anônimo cujo legado literário se encontra em Is 40-55 e que atuou perto do final do exílio, nos anos 40 do séc. 6 a.C., em local desconhecido na Babilônia. Com grande ênfase ele anunciou a libertação e o retorno dos exilados, que se daria, segundo o modelo do êxodo do Egito, na forma de uma enorme procissão, liderada por Javé, através do deserto até Jerusalém (40.1-5; 43.14-20; 49.8-13; 52.7-12 e passim). A libertação e o regresso, porém, estão relacionados com a grande virada histórica que está ligada ao nome do rei da Pérsia, Ciro II²⁶. Dele Dêutero-Isaías esperava a derrubada do império neobabilônico e o fim do exílio (45.1-7 e passim): Ciro II é águia (46.11), justo (41.2), pastor (44.28) e messias (45.1)²⁷. Após o regresso e a entrada triunfal de Javé em Jerusalém, segue-se a grande restauração: a renovação de Jerusalém e do templo (49.14-21; 49.22s.; 51.1-3 e passim), paz e salvação para Israel (54.11-13), a volta à pátria de toda a diáspora (43.5-8) e a peregrinação dos povos ao Sião (49.23). Dêutero-Isaías apresentou e inculcou continuamente fé e esperança nos exilados. Assim como sua própria atividade profética é um sintoma da agitação frente à passagem iminente do domínio babilônico para o persa, uma grande agitação também deve ter partido dela e contagiado os exilados.

3.2. Palestina

Lamentavelmente só se sabe pouco sobre a situação da Palestina durante a época do exílio babilônico. No entanto, esse pouco exige também aqui uma correção das concepções correntes²⁸. A Palestina, em especial a região do findo Reino de Judá, de modo algum era um deserto escassamente habitado por pastores e agricultores pobres, como certas manifestações poéticas do AT

25 Cf. W. ZIMMERLI, *Planungen für den Wiederaufbau nach der Katastrophe von 587*, VT, 18:229-255, 1968; C. MACHOLZ, *Noch einmal: Planungen für den Wiederaufbau nach der Katastrophe von 587*, VT, 19:322-352, 1969.

26 Veja supra, p. 418, e infra, pp. 444ss.

27 O predicado Messias não deve ser entendido erroneamente: Ciro não é o soberano futuro de Israel, já que este se originará da dinastia de Davi, mas sim dominador do mundo, como Nabucodonosor em Jr 27.5s.

28 Cf. G. BUCCELLATI, *Gli Israeliti di Palestina al tempo dell'esilio*, BeO, 2:199-210, 1960; N. AVIGAD, *Seals of Exile*, IEJ, 15:222-230, 1965; S. HERRMANN, *Prophetie und Wirklichkeit in der Epoche des babylonischen Exils*, 1967, p. 32 (*Arbeiten zur Theologie*, 1); H.-P. MÜLLER, *Phönizien und Juda in exilisch-nachexilischer Zeit*, in: *WdO*, vol. VI, pp. 189-204, 1970/1.

poderiam fazer crer²⁹. É certo que a guerra havia sugado o país, a vida se tornara dura, mais dura do que antes. A população havia perdido a maior parte de suas lideranças intelectuais e políticas e se encontrava em opressiva dependência econômica. Uma expressão poética dessa situação é a coletânea de lamentos muito artísticos no Livro das Lamentações, o qual provavelmente surgiu não muito depois de 587/6 e foi, mais tarde, atribuído ao profeta Jeremias. Contudo, esses cânticos apresentam espantosamente poucos dados e informações concretas sobre a situação do país e de seus habitantes. Neles prevalece a queixa geral a respeito da miséria que atingiu Jerusalém e Judá; eles não são tanto um retrato, mas, antes, uma expressão das circunstâncias. De qualquer modo, é possível perceber ou, pelo menos, supor que os habitantes do país exausto ainda tinham de pagar tributos indiretos:

Nossa água por dinheiro a bebemos, por preço vem nossa lenha.

Nossos perseguidores estão como “um jugo” sobre nossos pescoços; trabalhamos até a exaustão, “e” não temos descanso. (Lm 5.4s.)³⁰.

O v. 5 permite concluir que havia corvéia, que era exigida da população, como também se depreende de Lm 5.13:

Os jovens têm de levar a mó, e os meninos tropeçam debaixo das cargas de lenha.

Em tudo isso faltava proteção eficaz por parte do poder estatal babilônico; o país estava à mercê de nômades salteadores:

Com perigo de nossas vidas providenciamos nosso pão, ameaçados pela espada do deserto. (Lm 5.9.)

Além dos nômades, eram sobretudo os edomitas³¹ que, nessa época, lucravam às custas de Judá. Talvez Nabucodonosor já lhes tenha deixado em 598/7 a parte meridional do Reino de Judá³². Além disso, porém, sem que se saiba como, eles souberam tirar partido da catástrofe do ano de 587/6; por isso, os judaítas lhes reservaram um ódio amargurado até depois do exílio³³. De resto, quase nada se sabe sobre a sina dos estados periféricos da Transjor-

dânia nessa época. Eles parecem ter sido atingidos pelos acontecimentos ocorridos em Judá no máximo de modo marginal e ter conservado inicialmente sua autonomia. Queremos deixar em aberto se a informação de Josefo, em Ant. X, 9, 7 (§ 181s. Niese), sobre uma campanha de subjugação de Nabucodonosor contra Amom e Moabe, no ano de 583/2, é fidedigna³⁴.

Face a tudo isso, não se poderá dizer que na Palestina houvessem reinado circunstâncias aprazíveis durante o período do exílio babilônico. Mas deve-se contar com a possibilidade de que, depois de diminuir a impressão imediata da catástrofe, tenha se estabelecido certa calma: por assim dizer, uma normalização da situação seguramente nada invejável. Também para a Palestina, o tempo do exílio foi uma fase de reflexão e renovação espiritual. É de se lamentar que saibamos tão pouco a respeito disso. Todavia, de qualquer modo deve-se lembrar que nessa época surgiram — quase que com certeza na Palestina³⁵ — a forma primitiva e a primeira configuração da Obra Historiográfica Deuteronomista³⁶. É verdade que nada se consegue depreender dela sobre a situação reinante na terra natal; ela termina com a catástrofe de 587/6 e com o epílogo sobre a reabilitação de Joaquim no ano de 562. Todavia, apenas o fato de ela ter surgido é sinal da existência de um trabalho intelectual vivo, de um esforço para superar o passado também no solo da Palestina.

Mesmo a voz do profetismo não emudeceu totalmente na Palestina³⁷. Mais ou menos na mesma época em que Dêutero-Isaías anunciava aos exilados o fim próximo de seu cativo, também na terra natal atuou um profeta do qual são transmitidas anonimamente três visões extáticas no Livro de Isaías: Is 21.1-10, 11-12, 13-17³⁸. O assunto dessas visões é a queda de Babilônia. O abalo que o império neobabilônico sofreu na última fase de sua existência foi registrado como que sismograficamente no distante oeste:

Então ergueu a voz e disse: Caiu, caiu Babilônia! E todas as imagens de seus deuses “jazem” despedaçadas por terra! (V. 9)³⁹.

29 Lm 1,1; 2,21s.; 5,1-18; Is 49,8; Jr 44,2 e passim.

30 V. 5: “sobre nosso pescoço somos perseguidos”, do texto massorético, não faz sentido. Símaco antepõe *zygós* = “ol (haplografia?). F. NÖTSCHER conjectura: “ol çawwarenu h³dafanu, “o jugo de nosso pescoço nos aperta”; cf. H.-J. KRAUS, *Klagelieder*, 4. ed., 1983, pp. 85 e 88 (BK, XX). Em vez de *lo*, do texto massorético, talvez se deva ler, com o *Qre*, *w³lo* (haplografia).

31 Cf. J. M. MYERS, *Edom and Judah in the 6th-5th Centuries B.C.*, in: *Near Eastern Studies*, 1971, pp. 377-392; J. LINDSAY, *The Babylonian Kings and Edom, 605-550 B.C.*, PEQ, 108:23-39, 1976; J. R. BARTLETT, *The Rise and Fall of the Kingdom of Edom*, PEQ, 104:26-37, 1972; ID., *From Edomites to Nabataeans; a Study in Continuity*, PEQ, 111:53-66, 1979.

32 Veja supra, p. 426.

33 Cf. Lm 4.21s. e os oráculos de Edom nos livros proféticos: Is 34; Jr 49.7-22; Ez 25.12-14; Ob; também a estrofe secundária de Edom em Am 1.11s.

34 Quanto a isso, cf. U. HÜBNER, *Die Ammoniter*, 1992, pp. 205-208.

35 Diferentemente A. SOGGIN, *Der Entstehungsort des dtr Geschichtswerkes*, ThLZ, 100:3-8, 1975.

36 A discussão sobre a história redacional dessa obra continua em andamento; cf. o panorama oferecido por R. SMEND, *Die Entstehung des Alten Testaments*, in: *Theologische Wissenschaft*, 3. ed., 1983, vol. 1, pp. 111-125 (bibliografia); além disso, R. E. FRIEDMAN, *The Exile and Biblical Narrative; the Formation of the Deuteronomistic and Priestly Works*, 1981 (Harvard Semitic Monographs, 22); R. D. NELSON, *The Double Redaction of the Deuteronomistic History*, 1981 (JSOT, Suppl. Series, 18).

37 Quanto a possíveis trechos da literatura profética, mesmo que não seja muito seguro que eles caibam neste contexto, cf. S. HERRMANN, *Die prophetischen Heilserwartungen im Alten Testament; Ursprung und Gestaltwandel*, 1965, passim (BWANT, 85); quanto a Jr 30-31, veja pp. 215-222.

38 Cf. H. WILDBERGER, *Jesaja*, 1978, pp. 761-803 (bibliografia) (BK, X).

39 Leia-se *shubb³ru*, segundo as traduções antigas e com I Q Is^a, em vez de *shibbar*, do texto massorético.

O fim da opressão chegou bem perto. Pode-se descrevê-lo com as categorias de dia e noite, como o crepúsculo antes do nascimento do sol:

Gritam-me de Seir: Guarda, a que horas estamos da noite? Guarda, a que horas? Respondeu o guarda: Vem vindo a manhã, mas ainda é noite. Se quereis perguntar, perguntai! Voltai! (Vv. 11s.)

O exílio babilônico foi uma época de miséria e opressão, mas também de mudança e reflexão. Podemos, no máximo, pressentir quanto daquilo que se tornou historicamente eficaz no período pós-exílico já fora preparado durante a época exílica. Ezequiel, Dêutero-Isaías, a Obra Historiográfica Deuteronomista e as Lamentações — a lembrança disso deveria guardar-nos de subestimar esse período da história de Israel⁴⁰.

Parte 7

O período persa

Capítulo 1

Povos e estados do Oriente Antigo na 2ª metade do 1º milênio a.C. até Alexandre Magno

Exposições abrangentes e panorâmicas: veja vol. 1, p. 33, e vol. 2, pp. 331 e 409. — T. Nöldeke, *Aufsätze zur persischen Geschichte*, 1887; J. V. Prasek, *Geschichte der Meder und Perser*, 1906/10, 2 vols.; P. Sykes, *A History of Persia*, 1915, 3. ed. 1930, reimpressão 1951, 2 vols.; E. Herzfeld, *Archaeological History of Iran*, 1935; G. C. Cameron, *History of Early Iran*, 1936; W. Hinz, *Iran*, 1938; H. H. Schaeder, *Das persische Weltreich*, 1941; H. S. Nyberg, Das Reich der Achämeniden, in: *Historia Mundi*, 1954, vol. 3, pp. 56-115; R. Ghirshman, *Iran*, 1955, 2. ed. 1964; A. T. Olmstead, *The History of the Persian Empire*, 1948, reimpressão 1959; R. Ghirshman, *Perse, Protoiraniens, Mèdes, Achéménides*, 1963; K. Galling, *Studien zur Geschichte Israels im persischen Zeitalter*, 1964 [= K. Galling, *Studien*]; H. Bengtson, ed., *Griechen und Perser; die Mittelmeerwelt im Altertum I*, 1965 (Fischer Weltgeschichte, 5); A. Bausani, *Die Perser, von den Anfängen bis zur Gegenwart*, 1965 (Urban Bücher, 87); W. Culican, *The Medes and Persians; Ancient Peoples and Places*, 1965; G. Wiessner, Das Reich der Perser, in: *Saeculum Weltgeschichte*, 1966, vol. 2, pp. 91-106; A. Dietrich; G. Widengren; F. M. Heichelheim, *Orientalische Geschichte von Kyrus bis Mohammed*, 1966 (HdO, I,2,4); G. Widengren, The Persians, in: *Peoples of Old Testament Times*, 1973, pp. 312-357; CAH IV; R. Mayer, Das achämenidische Weltreich und seine Bedeutung in der politischen und religiösen Geschichte des antiken Orients, BZ.NF, 12:1-16, 1968; W. D. Davies & L. Finkelstein, eds., *The Cambridge History of Judaism*; vol. I; Introduction; the Persian Period, 1984; P. Frei & K. Koch, *Reichsidee und Reichorganisation im Perserreich*, 1984 (OBO, 55); R. N. Frye, *The History of Ancient Iran*, 1984 (Handbuch der Altertumswissenschaft, 3/7); R. Zadok, Zur Geographie Babyloniens während des sargonidischen, chaldäischen, achämenidischen und hellenistischen Zeitalters, in: WdO, vol. 16, pp. 19-79, 1985.

40 Cf. também D. W. THOMAS, The Sixth Century B.C.: A Creative Epoch in the History of Israel, *Journal of Semitic Studies*, 6:33-46, 1961.

Fontes: J. N. Strassmaier, *Babylonische Texte X-XII: Inschriften von Darius, König von Babylon (521-485 v.Chr.)*, 1897; F. H. Weissbach, *Die Keilinschriften der Achämeniden*, 1911 (Vorderasiatische Bibliothek, 3); E. Herzfeld, *Altpersische Inschriften*, 1938, S. Graziani, I testi mesopotamici del regno di Ciro contenuti in BE VIII, AION, 43:1-31, 1983. — As fontes orientais fluem de modo relativamente escasso. Acresce-se a elas, porém, a tradição grega: principalmente Heródoto, Tucídides, Xenofonte, Ktesias, Diodoro, Estrabo, Isócrates, Plutarco e Flávio Josefo. Uma coletânea, tradução e comentário dos textos gregos e latinos sobre o judaísmo encontram-se em M. Stern, *Greek and Latin Authors on Jews and Judaism*; vol. I: From Herodotus to Plutarch, 1976.

Seqüência de governantes e período de governo dos grandes reis aquemênidas:

| | |
|-------------------------|-----------|
| Ciro II | 559-530 |
| Cambises II | 530-522 |
| Dario I Hystaspes | 522-486 |
| Xerxes I | 486-465/4 |
| Artaxerxes I Longimanus | 465/4-425 |
| Dario II | 424-404 |
| Artaxerxes II Mnemon | 404-359/8 |
| Artaxerxes III Ochus | 359/8-338 |
| Arses | 338-336 |
| Dario III Codomanos | 336-331 |

Quando, no ano de 539 a.C., Ciro II entrara triunfalmente na cidade da Babilônia e passara a residir no palácio dos reis caldeus, mandou fazer um cilindro de cerâmica no qual, em língua acádica, se podia ler o seguinte (linhas 20-35):

Eu, Ciro, o rei do império mundial, o grande e poderoso rei, o rei de Babel, o rei da Suméria e o rei de Acade (...), por cujo governo *Bel e Nabu* se afeiçoaram e cujo reinado desejavam para alegrar seu coração — depois de entrar pacificamente em Babel, sob júbilo e alegria, estabeleci a sede régia no palácio do soberano (...) Marduque, o grande senhor, alegrou-se com minhas [boas] ações. Ele abençoou graciosamente a mim, Ciro, o rei que o venera, e Cambises, meu filho biológico, assim como todas as minhas tropas. Em bem-estar nós [vivemos] alegremente diante dele (...) Sob a ordem de Marduque, o grande senhor, mandei que os deuses da Suméria e de Acade, os quais Nabonid havia trazido para Babel, causando a ira do senhor dos deuses, ocupassem em bem-estar uma morada agradável em seus santuários. Que todos os deuses que levei para suas cidades falem, dia após dia, diante de *Bel e Nabu* em favor do prolongamento de meu tempo de vida, que digam palavras em meu favor e falem a meu senhor,

Marduque: Em favor de Ciro, o rei que te venera, e seu filho Cambises (...).¹

Mais ou menos na mesma época, um sacerdote babilônico formulou um poema de insulto a Nabonid, o qual, lamentavelmente, está mal conservado e no qual se diz sobre Ciro:

(...) de Babilônia, ele lhes enviou a saudação de paz (...) aos deuses, ele se prostra (...) se preocupa (...) os deuses, masculinos e femininos, ele levou de volta para seus lugares de descanso (...) (aos) que haviam abandonado seus escrínios levou de volta para seus edifícios (...) ele reconciliou, apaziguou o ânimo deles (...) Babilônia reina alegria (...) as prisões se abrem (...) os que eram oprimidos pelos poderosos (...) olha-se para seu reinado (...).²

Isso são tons que até então não haviam sido ouvidos nem da boca de conquistadores nem de subjugados. Eles se agregam à ousadia de Dêutero-Isaías, que festejara o rei dos persas como “ungido” de Javé³. Eles também evidenciam que o comportamento de Ciro II em Babilônia, de fato, correspondeu às expectativas e esperanças que lá se haviam depositado nele. Uma nova era começara para os povos subjugados no império mundial persa⁴.

Eles tinham motivos para encarar as coisas desse modo, pois os grandes reis persas de fato seguiram caminhos próprios e novos no tratamento dispensado aos povos pertencentes a seu império. Eles fornecem o exemplo, raro na história mundial, de que se pode aprender dos erros dos antecessores. Seus antecessores haviam sido principalmente os assírios, já que estes, pela primeira vez na história do Oriente Antigo, haviam dominado enormes áreas de terra. O objetivo dos assírios fora eliminar, tanto quanto possível, a vida própria dos povos subjugados através de saques e destruição, através de deportações implacáveis, através de altos tributos e de um regime duro. Eles haviam almejado uma massa de povos cosmopolita o mais homogênea possível, sob liderança assíria. Peculiaridade, história, vida cultural, religiosa e cültica dos povos sujeitados lhes haviam sido profundamente suspeitas. Sua tentativa de pacificar o império estava fundada na violência. Essa política fracassara: havia-se evidenciado que a estrutura do império se partia fã logo o poderio militar da Assíria diminuía e a pressão arrefecia. Os aquemênidas estavam decididos a não repetir erros desse tipo. Eles procuraram basear sua política não na violência, mas na tolerância, e se ativeram a esse princípio com notável consequência não obstante a troca de soberanos dentro da dinastia. Nada se altera no estado de coisas pelo fato de o princípio ter passado mais e mais

1 A tradução segue substancialmente TUAT I,4, 407-410; veja também AOT, 2. ed., 368-370; ANET, 3. ed., 315s.; TGI, 3. ed., 82-84.

2 Da col. VI; a tradução segue TGI, 66-70. Veja também ANET, 3. ed., 315.

3 Veja supra, p. 439.

4 Cf. A. KUHRT, The Cyrus Cylinder and Achaemenid Imperial Policy, JSOT, 25:83-97, 1983.

para o segundo plano e ter se tornado teórico desde Xerxes I sob a pressão dos confrontos militares com os gregos: a consideração com os povos sujeitados teve de ser bastante restringida diante do enorme ônus material representado pelas guerras persas; e as regiões do império passaram crescentemente à condição de meros recursos da política imperial. Contudo, também sob os aquemênidas posteriores existem exemplos a mostrar que o princípio continuava em vigor e as pessoas se lembravam dele.

Em tudo isso, é necessário reagir contra avaliações errôneas. É claro que o conceito de “tolerância”, costumeiramente utilizado na descrição da política interna persa, não é melhor do que o “iluminismo salomônico”⁵ ou a “renascença saítica”⁶. Conceitos dessa espécie desencadeiam falsas associações na história do pensamento. No caso dos persas, obviamente não se tratava de tolerância nos moldes do relativismo filosófico, ou por consideração pela consciência dos outros, ou como virtude social. Não estamos na época do iluminismo europeu, que magnificou esse conceito. Não se tratava de tolerância como atitude mental, mas por calculismo: ela decorria da percepção de que assim o império mundial poderia ser dominado de maneira melhor e mais duradoura. Também de modo algum significava um regime frouxo; não queria dizer que o governo central afrouxasse as rédeas⁷. Os assuntos da política externa e o sistema de tributos permaneciam centralizados firmemente em Pasárgada, Persépolis, Susã ou Ecbátana, dependendo de onde os grandes reis residiam no momento⁸. Ações autônomas das partes que formavam o império não eram permitidas, e, onde ainda assim aparecessem, eram duramente reprimidas.

Com o passar dos anos, a estruturação técnico-administrativa do império ganhou em clareza e coerência: nas províncias o governo era exercido por governadores persas ou nativos, que eram responsáveis diante dos chefes das satrapias, e os sátrapas, por sua vez, prestavam contas ao grande rei. Reinava uma ordem hierárquica severa, e seria totalmente errado imaginar-se os aquemênidas como soberanos próximos ao povo por causa da “tolerância”. Eles eram déspotas diante dos quais todo o mundo — desde o sátrapa até o carregador simples — era tido como escravo. Todavia, nas questões da vida intelectual e religiosa dos povos subjugados, de sua peculiaridade e tradição, eles se evidenciavam como “tolerantes”. Não procuravam intervir para regular

e uniformizar, mas promoviam a religião e a cultura dos povos sujeitados⁹ e, não raro, até lançavam mão do recurso do decreto imperial para ordenar que os subjugados cultivassem suas tradições. Os efeitos desses princípios políticos se tornaram visíveis, p. ex., na questão das línguas. Embora, na medida do possível, se tivesse consideração pelas diversas línguas nacionais, a administração imperial demandava uma língua administrativa e diplomática única. Os aquemênidas não cogitavam impor ao império a língua persa. Em todo o Oriente Próximo, incluindo o Egito, já desde o séc. 7 a.C. o aramaico se disseminara; embora dificilmente tenha suprimido as línguas e os dialetos nativos em qualquer lugar, colocou-se sobre, abaixo ou ao lado deles e era falado ou, pelo menos, compreendido em quase todos os lugares. Os persas se aproveitaram dessa circunstância, elevando o aramaico à categoria de língua oficial do Estado. Por isso, fala-se da época do “aramaico imperial”, que, apesar de sua subdivisão em diversos dialetos locais, constituía um fermento de unidade do Oriente Antigo¹⁰. Enquanto que os testemunhos literários do aramaico arcaico eram relativamente raros, a partir de agora começa a ampla corrente de literatura em aramaico imperial, de todos os gêneros, em praticamente todas as partes do império, até as regiões periféricas da Ásia Menor e o Rio Indo. Na Ásia Menor, entretanto, os persas também admitiram o grego como língua oficial. O aramaico bíblico que encontramos em Ed 4.8-6.18; 7.12-26 e Dn 2.4-7.28 deve ser visto como um ramo do aramaico imperial.

O novo estilo da política persa mostrou-se de forma ainda mais inequívoca no tratamento das religiões e dos cultos dos povos sujeitados. Já falamos da política de equilíbrio que Ciro II implementou na Babilônia¹¹: ele não apenas se portou como zeloso adorador dos deuses babilônios, tendo à frente Marduque e *Nabu*, mas também procurou eliminar as conseqüências do favorecimento unilateral de *Sin* e *Shamash* por Nabonid, mandando devolver estátuas de deuses e utensílios cúlticos aos templos originais. Seu filho e sucessor Cambises, temido como déspota brutal e tenebroso, não procedeu de modo diferente depois da conquista do Egito (525). É verdade que lemos na tradição grega que ele teria sido um tirano religioso, teria mandado matar o touro de Apis e queimar a múmia do rei Amasis (Heródoto III, 16, 27, 29), etc.¹². Contudo, isso é propaganda para causar horror, cujas razões ainda

5 Veja vol. 1, pp. 256s.

6 Veja supra, p. 419.

7 Cf. J. P. WEINBERG, Zentral- und Partikulargewalt im achämenidischen Reich, *Klio*, 59:25-43, 1977.

8 Provavelmente, a maioria das residências persas deve ser entendida nos moldes do princípio do palatinado.

9 Cf. K. HEINZ, Religion und Politik in Vorderasien im Reich der Achämeniden, *Klio*, 69:317-325, 1987.

10 Cf. F. ROSENTHAL, *Die aramaische Forschung seit Th. Nöldekes Veröffentlichungen*, 1939; C. BROCKELMANN-A. BAUMSTARK, Aramäisch und Syrisch, in: *HdO*, vol. III,2, 1954.

11 Veja supra, pp. 444-446.

12 Essa imagem negativa de Cambises passa por Deodoro I,46,4, Estrabo XVII,1,27, Plutarco, *de Iside et Osiride* 44c, até Clemente de Alexandria, *Protreptikos* IV. Cf. I. HOFFMANN & A. VORBICHLER, Das Kambyesbild bei Herodot, *AfO*, 27:86-105, 1980; I. HOFMANN, Kambyes in Ägypten, *Studien zur altägyptischen Kultur*, 9:179-199, 1981.

podem ser percebidas. Existe um decreto de Cambises no qual ele diminuiu drasticamente os rendimentos dos sacerdotes nos templos do Egito¹³. Isso seguramente se deu tendo em vista a arrecadação estatal persa, mas não apenas por isso: Cambises, sem dúvida com o apoio de círculos egípcios, considerou politicamente necessário reprimir com vigor os sacerdotes que haviam se tornado ricos e poderosos demais — e política anticlerical, no Egito, desde sempre foi respondida com ódio e calúnia. Pode ser que as tropas persas, quando da conquista do Egito, também tenham saqueado ou destruído templos aqui e ali¹⁴; no entanto, isso não era a linha oficial da política persa, e o templo de Javé da colônia militar de Elefantina nada sofreu¹⁵.

A realidade era bem diferente da propaganda. A inscrição constante no chamado “Naóforo do Vaticano”¹⁶, do general saíta *Wds-Hr-rs-nt* (Udjahorresnet), que se bandeou para o lado de Cambises, comunica que este se empenhou pelo restabelecimento e pela prática do culto da deusa Neit de Saís. Segundo uma estela do templo de Serápis, em Mênfis, o touro de Ápis foi sepultado solenemente no 6º ano do governo de Cambises; o magnífico sarcófago de Ápis, doado por ele, foi achado¹⁷. No 3º ano de seu governo, Dario I ordenou que fossem coletadas as antigas leis dos egípcios até o 44º ano de Amasis; uma comissão trabalhou nisso durante 16 anos. A interpretação do que aconteceu é controvertida: ou tratava-se dos documentos de fundação e libertação para os templos — o que significaria que Dario passou a adotar uma política amistosa em relação aos sacerdotes¹⁸ — ou, então, de verdadeiras leis e ordens que o rei mandou codificar para ordenar a jurisprudence egípcia e, ao mesmo tempo, criar uma espécie de manual de direito na língua nacional para os funcionários do governo¹⁹. Além disso, Dario I é conhecido no Egito como construtor de templos (Híbis no oásis Charge, *el-Kab*, Mênfis, Busíris). Existe uma inscrição grega de Dario I, procedente da Ásia Menor, na qual se censura um funcionário persa responsável pelo patrimônio da coroa, chamado Gadates, porque ele desrespeitara os privilégios dos

13 W. SPIEGELBERG, *Die sog. demotische Chronik des Papyrus 115 der Bibliothèque Nationale zu Paris*, 1914, nº VI, pp. 32s.

14 Cf. Cowley, nº 30, linhas 13s.

15 Veja supra, pp. 434s.

16 G. BOTTI-ROMANELLI, *Le sculture del Museo Gregoriano greco-egizio*, 1951, 33, quadro 28. Quanto a isso, cf. A. B. LLOYD, *The Inscription of Udjahorresnet, a Collaborator's Testament*, JEA, 68:166-180, 1982.

17 Cf. também A. KLASSENS, *Cambyses en Égypte*, JEOL, 1946, p. 339ss.

18 Na tradição grega, então, ele é avaliado positivamente; cf. Heródotos II,110, e Deodoro I,95,4s.

19 Cf. N. REICH, *The Codification of the Egyptian Laws by Darius and the Origins of the “Demotic Chronicle”*, *Mizraim*, 1:78ss., 1933; E. SEIDL, *Ägyptische Rechtsgeschichte der Saiten- und Perserzeit*, 1956, p. 60.

sacerdotes do deus Apolo em Meandro e, assim, desprezara “a atitude (scil. do grande rei) para com os deuses”²⁰.

Testemunhos posteriores mostram que o “iranismo”, em ascensão desde Xerxes, i. é, a indiferença dos soberanos e o crescente rigor na exploração das satrapias, não questionou as linhas básicas dessa política. No ano de 419 a.C., Dario II decretou uma ordem da Páscoa para os judeus da colônia militar de Elefantina, enviada ao sátrapa do Egito²¹; portanto, ele próprio se preocupou com o culto dessa minoria. De textos administrativos pode-se depreender que ele se engajou fortemente em favor dos deuses babilônios e de seus templos: em Babilônia, Borsippa, Uruk e em outros lugares. Por fim, também é de interesse uma inscrição trilingüe (em grego, lício e aramaico) de Xantos, na Lícia; ela é do ano de 358 (governo de Artaxerxes III Ochos) e contém o decreto do sátrapa de Cária e Lícia, chamado Pixodaros, sobre a instalação de um culto local na fortificação de Orna. Os aristocratas de lá haviam decidido isso e o sátrapa concordou²². Evidentemente se encaixa neste contexto também o decreto de Ciro II a respeito da reconstrução do templo de Javé em Jerusalém²³.

Naturalmente, aqui não é lugar de apresentar a história do império persa, uma vez que esse império tinha uma extensão territorial que faz com que muitas de suas partes pareçam quase que irrelevantes para o Oriente Antigo e ainda mais para Israel. Precisamos contentar-nos com algumas linhas principais, complementadas por um panorama regional nas áreas do império persa situadas no Oriente Próximo.

Situa-se na época de Ciro II (559-530), o fundador do império²⁴, o primeiro contato dos persas com o mundo helênico: depois da conquista de Sardes e do fim do reino lídio sob Cresos, as cidades helênicas da Ásia Menor passaram ao domínio persa, inicialmente com exceção de Mileto, a qual recebeu um pacto de amizade. A construção jurídico-estatal do império era a da união pessoal entre os grandes territórios: Ciro era rei dos medos e persas; depois de 539 também se tornou rei da Suméria e de Acade, de Babilônia e das “quatro regiões do mundo”. A inclusão do Egito, que provavelmente já estava em seus planos, ele próprio não conseguiu mais efetivar — faleceu em 530, lutando contra os massagetas na fronteira oriental do império. Quem a

20 Cf. E. MEYER, *Die Entstehung des Judentums*, 1896, pp. 19s.

21 Cowley, nº 21; TUAT I,3, 253. Quanto a isso, cf. P. GRELOT, *Études sur le “Papyrus Pascal” d'Élephantine*, VT, 4:349-384, 1954; ID., *Le Papyrus Pascal d'Élephantine et le problème du Pentateuque*, VT, 5:250-265, 1955; ID., *Le Papyrus Pascal d'Élephantine: Essai de Restauration*, VT, 17:201-207, 1967.

22 H. METZGER; E. LAROCHE; A. DUPONT-SOMMER, *La stèle trilingue récemment découverte au Létôn de Xanthos*, CRAI, 1974, pp. 82-149.

23 Veja infra, pp. 460s.

24 Cf. H. LAMB, *Cyrus the Great*, 1961.

efetivou foi seu filho Cambises (530-522), que conquistou todo o Egito no ano de 525, anexando-o ao império.

Com isso, os persas reinavam desde a primeira catarata do Nilo até a Ásia Menor Ocidental e até o Indo: um império com uma extensão que o Mundo Antigo não conhecera até então. Não é inteiramente certo se Cambises, de fato, foi o autor do assassinato de seu irmão Bardya (em grego: Smerdes). Em todo caso, um “mágico” de nome Gaumata subleveu-se, apoiado nos sacerdotes, fez-se passar por Bardya e mergulhou o império numa grave crise dinástica²⁵. Cambises partiu do Egito, em 522, para ir até a Mesopotâmia e a Pérsia, mas faleceu durante a viagem, em algum lugar do corredor siro-palestinese²⁶. Ao trono ascendeu Dario I (522-486)²⁷, filho de Hystaspes, o sátrapa da Pártia, de uma linhagem lateral da estirpe aquemênida. Ele se casou com Atossa, filha de Ciro, certamente por motivos de legitimação, pôs fim à crise provocada por Gaumata e, em 521, abafou levantes na Média, em Elão e na Babilônia: os “reis de mentira” que, conforme a inscrição de Behistun²⁸, haviam tentado aproveitar-se do abalo da estrutura do império.

Depois da estabilização da situação, mais ou menos entre 518 e 514, Dario ocupou-se com o reordenamento e a estruturação interna do império²⁹. Ele reviu a divisão em unidades administrativas maiores, as chamadas satrapias (do persa *xshatrapavan* = sátrapa, “protetor do domínio”). O território total foi dividido em 23 satrapias; este número se alterou já sob o próprio Dario I e, mais tarde, muitas vezes mais³⁰. Para o Oriente Próximo são importantes as seguintes quatro satrapias: 1. *Babairu* (= Babilônia, i. é, Mesopotâmia); 2. *Atura* (= Assíria, no sentido de Síria), em acádio: *Eber Nari*, em aramaico imperial: *ʾAbar Nahʾara*, “Transeufrates” (ao pé da letra: “além do rio”, visto a partir da Pérsia e da Mesopotâmia), i. é, o corredor siro-palestinese³¹; 3. *Arabaya* (= Arábia do Norte); 4. *Mudraya* (= Egito). As satrapias tinham de pagar tributos regulares e cuidar do sistema de correios, o qual,

mais tarde, passando por Alexandre e os diádocos, se tornou exemplar para o *cursus publicus* romano. À frente da administração geral estava o grão-vizir (em persa: *hazarapatish*; em grego: *chiliarchos*). Dario I procurou resolver as dificuldades econômicas causadas pela existência, nas diferentes satrapias, de duas economias diferentes, uma baseada em dinheiro e a outra na troca de produtos naturais, introduzindo uma moeda imperial, o *dareikos*, de 8,42 g de ouro. Dario era um grande construtor: a fastosa ampliação das residências de Persépolis³² e Susa³³ deve-se essencialmente a ele. Em seu tempo situa-se o levante jônico (500/499-494), o prelúdio para as guerras persas, e o próprio início das guerras persas com a batalha de Maratona (490).

O governo de Xerxes (486-465/4) foi completamente determinado pelos conflitos com as cidades-Estado do continente grego, que o rei procurou subjugar — em última análise, debalde. Xerxes morreu assassinado em meio a sangrentos distúrbios por causa da sucessão no trono, dos quais saiu vitorioso seu filho mais moço, Artaxerxes I Longimanus (465/4-425)³⁴. Ele conseguiu conservar a integridade territorial do império contra levantes — sobretudo no Egito³⁵ — e contra os gregos. Seu filho Xerxes II governou apenas um mês e meio, quando foi derrubado por seu irmão Sogdianus, que, por sua vez, foi vítima do sátrapa da Hircânia, Oxos: este ascendeu ao trono assumindo o nome de Dario II (424-404). As guerras persas contra os gregos entraram num novo estágio: em lugar da política de equilíbrio entre Atenas e Esparta, adotada até então, a partir de 412 o império persa engajou-se do lado de Esparta contra Atenas³⁶; essa política foi promovida e sustentada principalmente pelo sátrapa de Sardes, Tissafernes. No ano de 404, Dario II perdeu o Egito³⁷. Sob Artaxerxes II Mnemon (404-359/8), o império chegou a um ponto baixo de seu poder. As rusgas do grande rei com seu irmão mais jovem Ciro, a respeito das quais Xenofonte relata em sua *Anabasis*, e os levantes e as guerras fratricidas dos sátrapas da Ásia Menor abalaram a estrutura do império. Depois disso, seguiu-se uma fase de restauração sob Artaxerxes III Ochos (359/8-338): o Egito foi reconquistado, pôs-se fim aos levantes das satrapias e o império foi mais uma vez reunido e representado com vigor. Dario III Codomanos (337-331) foi, por fim, vencido por mar e por terra pelos macedônios de Alexandre não pelo fato de que o império persa tivesse estado fraco, mas porque Alexandre era forte demais.

25 Cf. J. WIESEHÖFER, *Der Aufstand Gaumatas und die Anfänge Dareios' I*, Bonn, 1978 (dissertação); I. GERSHEVITCH, *The False Smerdis*, Act. Ant. H., 27:337-351, 1979; M. L. LANG, *Prexaspes and Usurper Smerdis*, JNES, 50:201-207, 1991.

26 E. BRESCIANI, *La morte di Cambise ovvero dell'empietà punita; a proposito della "Cronaca Demotica" etc.*, *Egitto e Vicino Oriente*, 4:217-231, 1981.

27 Cf. P. JUNGE, *Dareios I., König der Perser*, 1944; B. GALLOTTA, *Dario e l'Occidente prima delle guerre persiane*, 1980; H. KOCH, *Persien zur Zeit des Dareios; das Achaemenidenreich im Lichte neuer Quellen*, 1988.

28 TUAT I,4, 419-450.

29 As fontes são as inscrições reais persas de *Behistun*, *Naqsh-i-Rustam*, Persépolis, Susa e Heródoto III, 89ss.

30 Cf. O. LEUTZE, *Die Satrapieneinteilung in Syrien und im Zweistromland von 520 bis 320*, 1935 (Schriften der Königsberger Gelehrten Gesellschaft 11,4); A. FOUCHER, *Les satrapies orientales de l'empire achéménide*, CRAI, 1938, pp. 336ss.

31 Cf. A. F. RAINEY, *The Satrapy "Beyond the River"*, *AJBA*, 1,251-78, 1969.

32 Cf. E. F. SCHMIDT, *Persepolis*, 1953/57, 2 vols.; K. ERDMANN, *Persepolis; Daten und Deutungen*, MDOG, 92:21-47, 1960.

33 Cf. F. W. KÖNIG, *Der Burgbau zu Susa nach den Bauberichten des Königs Dareios I.*, 1935 (MVAeG, 35,1).

34 Cf. J. NEUFFER, *The Accession of Artaxerxes I*, *AUSS*, 6:60-87, 1968.

35 Veja infra, pp. 452s.

36 Cf. D. M. LEWIS, *Sparta and Persia*, 1977 (Cincinnati Classical Studies, NS, 1).

37 Veja infra, p. 453.

No Egito, depois de 525 a.C., os grandes reis persas governavam como faraós (27ª dinastia). Eles tentavam passar por soberanos egípcios e fazer política egípcia — o que só podiam conseguir de modo muito imperfeito, pois, afinal, eram muito mais do que faraós e precisavam considerar interesses que, muitas vezes, pouco ou nada tinham a ver com o Egito³⁸. Havia dois problemas principais, que eram difíceis para os persas no Egito: a relação com os ricos e poderosos sacerdotes dos templos e — ligados a isso — conspirações e levantes políticos no país do Nilo, habituado a conspirar. Certamente com o apoio de círculos intra-egípcios, Cambises, no geral, implementou uma política hostil aos sacerdotes³⁹. No que diz respeito à política externa, ele tentou eliminar concentrações de poder nas fronteiras egípcias, mas sem êxito: campanhas contra a Núbia e contra os líbios, no oásis de Siva, não proporcionaram um sucesso duradouro.

Quando, em 522, Cambises deixou o Egito por causa do caso Gaumata, lá ficou o sátrapa Ariandes, que governou até ser executado por Dario I no ano de 510. Sob Dario, o Egito foi organizado como 6ª satrapia, juntamente com os oásis do oeste e a Cirenaica⁴⁰. Com a conclusão do canal entre o Nilo e o Mar Vermelho⁴¹ iniciado por Neco II, Dario conectou a força econômica egípcia mais firmemente à economia das demais regiões do império. Ele realizou uma política interna amistosa para com os sacerdotes e mantinha o Egito, até Elefantina, firmemente em suas mãos. Marinheiros e soldados egípcios lutaram ao lado dos persas nas batalhas junto ao Cabo de Artemísio e junto a Platéia. Um levante que estourou no Delta, em 486⁴², só foi sufocado por Xerxes em 484. O próprio Xerxes não tinha grandes planos para o Egito; ele estava inteiramente orientado para o oeste e fixado na subjugação das cidades-Estado gregas. Consta que eliminou novamente privilégios sacerdotais, e a tradição egípcia o considerava um “criminoso” e seu assassinato (464) como castigo dos deuses.

Sob Artaxerxes I estourou no Delta, em 460, o levante de Inaros, o qual talvez fosse descendente dos reis saítas da 26ª dinastia⁴³. Inaros recebeu auxílio da frota ateniense, que estava ancorada em Chipre, e, na batalha de Papremis, derrotou o sátrapa persa Acaimenes, um irmão de Xerxes. Os persas concentraram sua resistência em Mênfis, e, em 454, o general Megabizos acabou com a aventura, derrotando e expulsando os atenienses, libertando Mênfis do sítio

e prendendo Inaros, que foi levado para a Pérsia, onde foi crucificado⁴⁴. Quando Heródoto viajou pelo Egito, em 450, o país estava pacificado. Megabizos, um neto do notável de igual nome que apoiara Dario I contra o mago Gaumata, depois de 454, tornou-se sátrapa de Transeufrates e, em 448, houve por bem insurgir-se contra o poder central. Não sabemos o quanto essa revolta, apoiada por mercenários gregos, se desenvolveu. Em todo caso, houve uma conciliação e um acordo entre Megabizos e Artaxerxes I. Em 410, sob Dario II, surgiram novos distúrbios, cujas razões e caráter não são claramente perceptíveis. Nesse contexto, foi destruído o templo de Javé na colônia militar judaica de Elefantina⁴⁵.

Artaxerxes II mal e mal ascendera ao trono, quando terminou o “primeiro domínio dos persas”: no ano de 404, o Delta do Nilo se separou do império persa sob a liderança de Amirtaios, que, segundo a contagem de Maneton, formou sozinho a 28ª dinastia; em 402 seguiu-se o Alto Egito. Em 399, Amirtaios foi eliminado por Neferites I, de Mendes; com ele começa a 29ª dinastia (399-380), cuja seqüência de reis é incerta⁴⁶. Com Nectanebos I (380-363), o Egito entrou na última fase de sua existência autônoma (30ª dinastia): experimentou, mais uma vez, uma prosperidade comparável à euforia de um doente antes da morte. Nectanebos I realizou uma política de alianças antipersas. A nível interno ele se tornou famoso favorecendo e construindo templos egípcios (em especial Philae, Edfu, Hermópolis, Saís), sempre orientado pelos ideais da 26ª dinastia⁴⁷. No ano de 360, seu filho Tacos (Teos) chegou a tentar uma ofensiva contra os persas: com o apoio do rei Agesilau de Esparta e do general Chabrias de Atenas, ele empreendeu uma campanha rumo à Palestina; esta campanha, no entanto, teve de ser suspensa porque no Egito começara um levante que acabou levando Nactanebo II (360-343) ao trono. Depois de vãs tentativas persas de reconquista (385, 373 e 350), Artaxerxes III conseguiu reconquistar o Egito no ano de 343 e fundar o “segundo domínio dos persas” (31ª dinastia, 343-332). O levante de um homem de origem obscura (núbia?), chamado Hababash (338), não passou de um episódio. No ano de 332, o último sátrapa persa, Mazaques, entregou o Egito para Alexandre Magno sem oferecer nenhuma resistência armada.

Sobre a *Mesopotâmia* se conhece menos⁴⁸. As fontes à nossa disposição são preponderantemente — mas não exclusivamente — textos econômicos e

38 Cf. G. POSENER, *La première domination perse en Égypte*, 1936.

39 Veja supra, p. 448.

40 Cf. E. BRESCIANI, *La satrapia d’Egitto*, *Studi Classici e Orientali*, 7:132ss., 1958.

41 Veja supra, p. 411.

42 Heródoto VII,1,3.

43 Heródoto III,12; VII,7; Tucídides I,104,1s.

44 Tucídides I,109s.; Deodoro IX,75,77.

45 Veja supra, pp. 434s.

46 C. TRAUNECKER, *Essai sur l’histoire de la XXIX^e Dynastie 399-380 av. J.-C.*, BIFAO, 79:395-436, 1979.

47 Veja supra, pp. 419s.

48 M. W. STOLER, *Management and Politics in Later Achaemenid Babylonia*, 1977; L. SCHÖBER, *Untersuchungen zur Geschichte Babyloniens und der oberen Satrapien von 323-303 v. Chr.*, 1981 (EH, 3/147).

administrativos. No período persa, a Mesopotâmia significava essencialmente a cidade de Babilônia. Todo o peso estava na cidade; ela era tida como uma capital teoricamente no mesmo nível de Susã e Ecbátana. Os grandes reis gostavam de residir lá e o fizeram muitas vezes. Cambises e Xerxes foram instalados por seus pais como vice-reis de Babilônia: aí eles tinham oportunidade de se preparar, num quadro político de dimensões menores, para sua futura profissão. A importância de Babilônia também se torna visível no fato de que aí, várias vezes, estouraram levantes que atingiram os grandes reis de modo sensível e motivavam reações desproporcionalmente duras. No ano de 522, Babilônia estava do lado de Gaumata-Pseudosmerdes contra Dario I, e, na própria cidade, dois “reis” chamados Nabucodonosor tentaram tomar o poder, um logo após o outro. Dario respondeu com uma intervenção vigorosa, destruiu partes da cidade⁴⁹ e aumentou o número de funcionários persas em substituição aos nativos babilônios. De maneira muito pior transcorreu a crise sob Xerxes. Provavelmente em 484 e 482, os pretendentes nativos ao trono, *Bel-shimanni* e *Shamash-eriba*, levantaram-se contra os persas. O general Megabizos sufocou os levantes, e Xerxes ordenou a destruição de *Esangila* e *Etemenanki* (templo de Marduque e a torre de degraus), a fundição da estátua de Marduque, assim como a prisão e execução de numerosos sacerdotes⁵⁰. A cidade de Babilônia perdeu o *status* especial que tivera até então e foi degradada à condição de simples capital de satrapia — o que, entretanto, não impediu os grandes reis de continuar gostando de morar lá. Heródoto visitou a cidade mais ou menos em 450 e a descreveu como tão imponente e importante quanto antes⁵¹.

Durante o período persa aumentou consideravelmente a enfeudação de terras babilônicas a funcionários e pessoal militar: os aquinhoados com feudos eram obrigados a pagar tributos e a prestar serviços ao rei. Do ponto de vista econômico, a época se caracteriza por uma inflação continuamente ascendente e também pelo decréscimo da influência econômica do patrimônio do templo em favor de casas bancárias e comerciais privadas, como, p. ex., *Murashu & Filhos* em Nippur⁵². A própria cidade de Babilônia internacionalizou-se mais e mais: tornou-se um lugar de encontro de povos e religiões, bem como um notável local de cultivo das ciências, sobretudo da astronomia, matemática e filologia. Depois de ter derrotado, em 331, o último exército de Dario III Codomanos em Gaugamela⁵³, no norte da Assíria, Alexandre entrou sem resis-

49 Cf. F. M. T. de LIAGRE BÖHL, De verwoesting van Babylon door Darius I en Xerxes in het licht van babylonische en bijbelse bronnen, *Hervormde Theologische Studies*, 16:261-278, 1961, IV (coletânea em homenagem a B. Gemser).

50 Cf. ID., Die babylonischen Prätendenten zur Zeit des Xerxes, *BüJ*, 19:110-114, 1962.

51 Cf. F. WETZEL, Babylon zur Zeit Herodots, *ZA.NF*, 14:45-68, 1944.

52 Veja supra, p. 436.

53 G. WIRTH, Zwei Lager bei Gaugamela; zur grossen Konfrontation, 31 v. Chr., *Quaderni Catanesi*, 3:5-61, 1981.

tência e triunfalmente na cidade de Babilônia. Ele pode ter pensado em fazer de Babilônia a capital de seu império mundial; em vez disso, a morte o surpreendeu aí mesmo no dia 10 de junho de 323.

Sobre a *Síria* e a *Palestina* igualmente não se sabe muito⁵⁴; além disso, a parte palestinese meridional do corredor só será tratada nos capítulos seguintes. Primeiro, os persas, sob Ciro II, haviam tratado o corredor, juntamente com a Mesopotâmia, como uma única grande satrapia, *Babili u Eber Nari*, “Babilônia e Transeufrates”. O mais tardar na época de Dario I, Transeufrates (em aramaico: *‘Abar Nah’ara*, “além do rio”) foi separado e constituído autonomamente como 5ª satrapia do império. Os sátrapas, em sua maioria da família de Belesys, provavelmente residiam em Trípoli (*Tarablus*), na costa fenícia⁵⁵. As metrópoles comerciais fenícias, no entanto, não eram tidas como súditos, mas como “aliados” dos soberanos persas; estes precisavam urgentemente da frota fenícia e, por isso, continuaram com a política cautelosa dos assírios para com as cidades costeiras⁵⁶. A 5ª satrapia estava subdividida em províncias (hiparquias), das quais estão documentadas as seguintes: Samaria (*Samerina*)⁵⁷, talvez Iduméia com a metrópole de Laquis⁵⁸, Amom sob o “escravo” amonita Tobias⁵⁹, posteriormente também Judá⁶⁰.

Os demais detalhes conhecidos referem-se quase que exclusivamente à costa fenícia. Segundo a inscrição fenícia no sarcófago de Eshmunazar de Sidom (KAI 14), Xerxes concedeu aos sidônios a Planície de Sarom, ao sul do Monte Carmelo, com as cidades portuárias de Dor e Jafa, talvez em gratidão pelo apoio da frota sidônia na luta contra os gregos e, certamente, a fim de manter Sidom como aliado. Mais de cem anos depois, entretanto, foi justamente Sidom que, em 350/49, sob seu rei Tennes, se separou do império persa⁶¹. Os acontecimentos foram desencadeados ou, pelo menos, promovidos pela fracassada tentativa de reconquista do Egito, que Artaxerxes III Ochos

54 Cf. K. GALLING, Politische Wandlungen in der Zeit zwischen Nabonid und Darius, in: *Studien*, pp. 1-60; J. ELAYI, L'Essor de la Phénicie et le passage de la domination assyro-babylonienne à la domination perse, *DAI, Baghdader Mitteilungen*, 9:25-38, 1978.

55 Assim K. GALLING, op. cit., pp. 47s. Como alternativa entraria em cogitação Damasco.

56 Veja supra, p. 344.

57 Ed 4.7s.; Ne 2.19. Cf. A. ZERTAL, The Pahwah of Samaria (Northern Israel) during the Persian Period; Types of Settlement, Economy, History and New Discoveries, *Transeuphratène*, 3:9-30, 1990; P. CALMEYER, Die sog. fünfte Satrapie und die achaimenidischen Dokumente, *ibid.*, pp. 109-129.

58 Cf. K. GALLING, Denkmäler zur Geschichte Syriens und Palästinas unter der Herrschaft der Perser, *PJB*, 34:59-79, especialmente 77s., 1938; cf., além disso, o ensaio muito interessante e crítico de C. H. J. de GEUS, Idumaea, *JEOL*, 26:53-74, 1979/80.

59 Ne 2.19. Cf. U. HÜBNER, *Die Ammoniter*, 1992, pp. 213-215.

60 Veja infra, p. 478.

61 Deodoro XVI, 41ss. Quanto à cronologia dos reis de Sidom, cf. T. KELLY, Herodotus and the Chronology of the Kings of Sidon, *BASOR*, 268:39-56, 1987.

informam mais acerca dos efeitos das guerras persas sobre o sistema de poder das cidades gregas — sobretudo Atenas, Esparta e Tebas — do que sobre suas conseqüências para o império persa. Em todo caso, a situação só mudou em favor da Grécia quando os macedônios, sob Filipe II (359-336), conseguiram superar a rivalidade das cidades-Estado, unir os gregos e, com isso, iniciar a formação de uma nação grega. Os frutos dessa política foram colhidos por Alexandre Magno, que, no ano de 333, venceu Dario III Codomanos na batalha de Issos, assumindo, depois disso, a herança do império persa. O Oriente unificado pelos aquemênidas caiu no colo de Alexandre como uma maçã madura (A. Alt). Com isso começou para o Oriente Próximo o período do helenismo.

Capítulo 2

O início da restauração em Jerusalém e Judá

O exame do novo estilo e dos princípios da política religiosa e cultural dos persas em relação aos povos subjugados¹ facilita a resposta à pergunta pelas conseqüências que o domínio dos persas teve para Jerusalém e Judá. Será que se cumpriram as esperanças que se haviam depositado em Ciro, II entre os exilados na Babilônia e também na Palestina? Será que, depois de 539 a.C., Javé ainda podia dizer a respeito de Ciro: “Ele é meu pastor, e cumpre tudo o que eu quero” (Is 44.28)? Será que, por sua iniciativa, se deram o regresso dos exilados e o restabelecimento da ordem na terra natal palestinese²?

As fontes veterotestamentárias que estão à disposição do historiador para responder tais perguntas são diferenciadas em termos de espécie e valor. Em primeiro lugar, entram em cogitação os livros de Esdras e Neemias, que estão em estreita conexão com a Obra Historiográfica Cronista, surgida ao final do séc. 4 ou, talvez, só no séc. 3³. A análise literária desses livros é difícil e sua relação exata com Crônicas é controvertida⁴. Comumente se supõe que Esdras

1 Veja supra, pp. 447-449.

2 Bibliografia selecionada: P. R. ACKROYD, *Exile and Restoration; a Study of Hebrew Thought of the 6th Century BC*, 1968; ID., *Israel under Babylonia and Persia*, 1970; J. M. MYERS, *The World of the Restoration*, 1968; M. SMITH, *Palestinian Parties and Politics that Shaped the Old Testament*, 1971; S. S. WEINBERG, *Post-Exilic Palestine; an Archaeological Report*, *Israel Academy of Sciences and Humanities*, IV:78-97, 1971; E. STERN, *The Material Cultures of the Land of the Bible in the Persian Period, 538-332 BCE*, 1973 [em hebraico]; W. S. McCULLOUGH, *The History and Literature of the Palestinian Jews from Cyrus to Herod, 550 BC to 4 BC*, 1975; W. F. LOFTHOUSE, *Israel after the Exile, 6th and 5th Centuries BC*, 1979 (Clarendon Bible OT, 4); E. M. MYERS, *The Persian Period and the Judean Restoration; from Zerubbabel to Nehemiah*, in: *Ancient Israelite Religion* (coletânea em homenagem a F. M. Cross), 1987, pp. 509-521; P. R. DAVIES, ed., *Second Temple Studies; 1. Persian Period*, 1991 (JSOT, Suppl. Ser., 117).

3 Diferentemente S. JAPHET, *The Supposed Common Authorship of Chronicles and Ezra-Nehemiah Investigated Anew*, VT, 18:330-371, 1968; quanto a isso, em tom crítico, M. A. THRONVEIT, *Linguistic Analysis and the Question of Authorship in Chronicles, Ezra and Nehemiah*, VT, 32:201-216, 1982.

4 Bibliografia selecionada: E. MEYER, *Die Entstehung des Judenthums*, 1896 (reimpressão em 1965); M. NOTH, *Überlieferungsgeschichtliche Studien*, 1943 (2. ed. em 1957), pp. 110-216; C. C. TORREY, *The Chronicler's History of Israel; Chronicles — Ezra — Nehemiah Restored to its Original Form*, 1954; S. MOWINCKEL, *Studien zu dem Buche Ezra-Nehemia I-III*, in: *Skrifter utgitt av Det Norske Videnskaps-Akademi i Oslo*, II NS 3,5,7, 1964/5; U. KELLERMANN, *Nehemia; Quellen, Überlieferung und Geschichte*, 1967 (BZAW, 102); W. T. in der SMITTEN, *Die Gründe für die Aufnahme der Nehemiaschrift*

e Neemias tenham sido, originalmente, partes integrantes da obra cronista e só tenham sido separados dela posteriormente e por razões não bem claras. Muito mais provável, entretanto, é a suposição de que se trate de duas obras diferentes de um mesmo autor, sendo Crônicas uma descrição da história sagrada, com base em fontes que já eram consideradas “canônicas” (a Obra Historiográfica Deuteronomista); e sendo Esdras e Neemias, por outro lado, uma descrição da história “pós-canônica” ou, como se poderia dizer: da história contemporânea⁵. Em todo caso, os livros de Esdras e Neemias contêm, em parte, material documental contemporâneo e bastante primoroso, o qual foi trabalhado com relativo cuidado pelo cronista. Trata-se de trechos de diferentes gêneros: uma coletânea de documentos aramaicos sobre a reconstrução de Jerusalém e do templo (Ed 4.6-6.18); uma descrição da missão de Esdras, composta pelo cronista com base em material mais antigo que não é mais possível reconhecer com exatidão (Ed 7-10); o chamado memorial de Neemias (Ne 1.1-7.5; 12.27-13.31)⁶; listas com conteúdos diversos (utensílios do templo: Ed 1.8-11a⁷; os exilados que regressaram: Ed 2.1-67 = Ne 7.6-68⁸; os companheiros de Esdras: Ed 8.1-14; os participantes na construção do muro de Jerusalém: Ne 3.1-32, etc.). Acrescentam-se a isso dois ou, no máximo, três escritos proféticos do livro dos 12 profetas: 1. Ageu, um relato sobre a atuação do profeta no ano de 520 a.C., quase uma “crônica da construção” do segundo templo⁹; 2. Zacarias, i. é, principalmente as chamadas “visões noturnas” do profeta, dos anos de 520-518 a.C. (Zc 1-8); 3. Malaquias, um escrito profético anônimo, provavelmente da 1ª metade do séc. 5, mas que não é muito promissor do ponto de vista histórico.

in das chronistische Geschichtswerk, BZ.NF, 16:207-221, 1972; ID., *Esra*; Quellen, Überlieferung und Geschichte, 1973 (Studia Semitica Neerlandica, 15); F. M. CROSS, A Reconstruction of the Judean Restoration, JBL, 94:4-18, 1975; B. PORTEN, The Documents in the Book of Ezra and the Mission of Ezra, *Shnaton*, 3:175-196, 1978/9; A. H. J. GUNNEWEG, Zur Interpretation der Bücher Esra-Nehemia; zugleich ein Beitrag zur Methode der Exegese, SVT, 32:146-161, 1981; ID., Die aramäische und die hebräische Erzählung über die nachexilische Restauration — ein Vergleich, ZAW, 94:299-302, 1982; H. G. M. WILLIAMSON, The Composition of Ezra I-IV, JThSt.NF, 34:1-30, 1983; W. DUMBRELL, The Purpose of the Book of Chronicles, JETHS, 26:257-266, 1983; S. L. MCKENZIE, *The Chronicler's Use of the Deuteronomistic History*, 1985 (HSM, 33); I. KALIM, Die Abfassungszeit der Chronik — Forschungsstand und Perspektiven, ZAW, 105:223-233, 1993.

5 Cf. especialmente T. WILLI, *Die Chronik als Auslegung*; Untersuchungen zur literarischen Gestaltung der historischen Überlieferung Israels, 1972, pp. 176-184, 1972 (FRLANT, 106). Reticente é a opinião de P. R. ACKROYD, *Chronicles — Ezra — Nehemiah: the Concept of Unity*, in: ZAW 100 Suppl., 1988, pp. 189-201, e D. TALSHIR, A Reinvestigation of the Linguistic Relationship between Chronicles and Ezra-Nehemiah, VT, 38:165-193, 1988.

6 Cf. G. v. RAD, Die Nehemia-Denkschrift, in: *Gesammelte Schriften*, 1964, vol. 1, pp. 297-310.

7 Cf. K. GALLING, Das Protokoll über die Rückgabe der Tempelgeräte, in: *Studien zur Geschichte Israels im persischen Zeitalter*, 1964, pp. 78-88.

8 Cf. K. GALLING, Die Liste der aus dem Exil Heimgekehrten, in: op. cit., pp. 89-108; R. KLEIN, Old Readings in I Esdras; the List of Returnees from Babylon (Ezra 1 = Nehemiah 7), HThR, 62:99-107, 1969.

9 Assim K. GALLING, op. cit., p. 135.

Segundo a descrição do Livro de Esdras, já no primeiro ano de seu governo como rei da Babilônia (538), Ciro II começou a lidar com o problema do templo em Jerusalém e dos exilados judeus. Dificilmente devemos supor que, nesse caso, ele tenha desenvolvido uma iniciativa própria, pois, considerando as dimensões do território por ele dominado, seu interesse no destino dessa área pequena e periférica do sul da Palestina não pode ter sido muito grande. Talvez a atenção da chancelaria real tenha sido dirigida para a causa por meio de exilados que moravam na Babilônia: pode ser que eles tenham deixado claro que estaria na hora de promover uma reparação do dano causado por Nabucodonosor II, uma vez que Ciro assumira a sucessão jurídica dos reis do império neobabilônico. Ciro II foi induzido a baixar um decreto imperial, que existe em duas formulações bastante divergentes: a formulação aramaica original (Ed 6.3-5) e uma edição hebraica, aparentemente revisada (Ed 1.1-4). Os textos têm o seguinte teor:

1. Esdras 6.3-5:

(3) No primeiro ano do rei Ciro, o rei Ciro ordenou: Quanto ao assunto da casa de Deus em Jerusalém: a casa deve ser reconstruída como um local onde se oferecem sacrifícios e “os fundamentos” devem ser conservados. Sua altura, “30 côvados, seu comprimento, 60 côvados”, sua largura, “20” côvados. (4) Três camadas de blocos de pedra e “uma” camada de madeira. E os custos devem ser assumidos pelo fisco real. (5) Além disso, os utensílios de ouro e prata da casa de Deus que Nabucodonosor tirou do templo em Jerusalém e levou a Babel devem ser devolvidos, para que “tudo” vá para seu lugar no templo em Jerusalém e “encontre seu local” na casa de Deus.¹⁰

2. Esdras 1.1-4:

(1) No primeiro ano de Ciro, rei da Pérsia — para que a palavra de Javé “por intermédio de” Jeremias se cumprisse —, Javé despertou o espírito de Ciro, rei da Pérsia, para que ele mandasse proclamar e [publicar] através de edito, em todo o seu reino, o seguinte: (2) Assim falou Ciro, rei da Pérsia: Todos os reinos do mundo me foram dados pelo Deus dos céus, Javé, e Ele mesmo me encarregou a construir-Lhe uma casa em Jerusalém de Judá. (3) Com qualquer um de vós (que pertença) a Seu povo, seu Deus esteja com ele! Que vá para Jerusalém de Judá e construa a casa de Javé, o Deus de Israel — este é o Deus de Jerusalém. (4) A cada um que restou de cada lugar onde mora como forasteiro dependente, as pessoas de seu lugar devem apoiar com prata, ouro, bens e gado, além de doações voluntárias para a casa de Deus em Jerusalém.¹¹

É evidente que as duas formulações do edito de Ciro não coincidem e

10 A tradução segue ID., *ibid.*, pp. 63s.; aí também se encontra a fundamentação das discrepâncias em relação ao texto massorético.

11 Não há objeções a fazer ao texto. Só no v. 1 deve-se, com 2 Cr 36.22, ler *b'fi* em vez de *mippi*, do texto massorético.

que a segunda apresenta contradições e tensões em relação à primeira. A relação entre ambas é um problema muito discutido¹². O edito hebraico — com Kurt Gallig, seria melhor chamá-lo de “proclamação” — tem como data o primeiro ano de Ciro, rei da Pérsia. Isso soa como se se pensasse no primeiro ano de governo de maneira geral — mas obviamente se refere a 538 a.C., o primeiro ano de Ciro como rei da Babilônia. O edito aramaico fala simplesmente do primeiro ano do rei Ciro (*Koresh malka*). A proclamação hebraica liga a ordem para construir o templo com a permissão para o regresso dos exilados, sobre a qual o edito aramaico não perde sequer uma palavra. Este, no entanto, regulamenta o financiamento da construção do templo, enquanto que a proclamação hebraica trata dessa questão, que de modo algum é indiferente, de uma maneira esquisita: os babilônios devem prover os exilados que regressavam de todo o necessário, até de donativos para o templo jerosolimita — babilônios no país, não o tesouro do Estado¹³! Ora, não há a menor dúvida, e ninguém nega que o edito aramaico seja a cópia de um documento autêntico do arquivo da administração do tesouro persa em Ecbátana. O documento cabe no contexto de uma correspondência oficial que o sátrapa Tatenai (em grego: *Hystanes*) de Transeufrates manteve no ano de 518, ou pouco mais tarde, com a chancelaria de Dario I em Susã. Essa correspondência trata da licença régia para a reconstrução do templo jerosolimita, da qual o sátrapa duvidava. Dario I mandou pesquisar nos arquivos, trouxe o edito de Ciro à luz e o citou em sua resposta ao sátrapa. Essa correspondência (Ed 5.6-6.12) foi copiada e guardada em Jerusalém; mais tarde, ela foi reunida com outros documentos referentes à reconstrução de Jerusalém para formar a coletânea de documentos de Ed 4.6-6.18, a “crônica aramaica de Jerusalém”.

Até este ponto existe concordância entre os historiadores. Controvertida, porém, é a autenticidade da proclamação hebraica de Ed 1. Em seu favor já foram usados muitos argumentos, inclusive a ponderação, convincente à primeira vista, de que Ciro II dificilmente teria permitido a reconstrução do templo, em 538 a.C., mas, ao mesmo tempo, ignorado e silenciado a respeito da questão do retorno dos exilados. Isso parece ainda mais improvável considerando-se que o estímulo para a licença de construção do templo certamente partira de exilados — será que eles não fizeram nada em favor de seu retorno

12 Cf. R. de VAUX, *Les décrets de Cyrus et de Darius sur la reconstruction du Temple*, RB, 46:29-57, 1937 = *Bible et Orient*, 1967, pp. 83-113 = *The Decrees of Cyrus and Darius on the Rebuilding of the Temple*, in: *The Bible and the Ancient Near East*, 1971, pp. 63-96; E. J. BICKERMAN, *The Edict of Cyrus in Ezra 1*, JBL, 65:249-275, 1946; L. ROST, *Erwägungen zum Kyrosedikt*, in: *Verbannung und Heimkehr*; coletânea em homenagem a W. Rudolph, 1961, pp. 301-307; K. GALLING, *Die Proklamation des Kyros in Esra 1*, in: op. cit., pp. 61-77; W. T. in der SMITTEN, *Historische Probleme zum Kyrosedikt und zum Jerusalemer Tempelbau von 515*, *Persica*, 6:167-178, 1974.

13 Assim, sem dúvida, corretamente K. GALLING, op. cit., pp. 74-76.

ou pelo menos nada conseguiram neste ponto? Contudo, tudo isso de nada adianta; os argumentos em favor da “inautenticidade” da proclamação hebraica de Ciro são tão fortes, que não podem ser eliminados por nada e por ninguém. Esdras 1.1-4 foi inventado e formulado pelo cronista, que tinha à sua frente Ed 6.3-5, que foi interpretado à luz de sua teologia. Isso pode ser demonstrado em muitos pormenores: o v. 1 é totalmente cronista; a titulação “rei da Pérsia” não existe antes de Dario I; a proclamação “em todo o seu reino” colide com o fato de o texto estar, em termos de conteúdo, dirigido apenas aos exilados — que, aliás, falavam aramaico! — e a babilônios; por trás da fórmula topográfica notavelmente exata “Jerusalém de Judá” (vv. 2s.) está a denominação provincial persa “Judá” (*Yehud*), que só surge no séc. 5 a.C.¹⁴; fórmulas como “seu (de Javé) povo” (v. 3) e “cada um que restou” (v. 4) têm um cunho claramente bíblico-teológico e não podem ter constado num edito persa; a solução do problema do financiamento é influenciada por Ed 7.16. Sobretudo, porém, é evidente que o cronista datou o regresso dos exilados, de modo anacrônico, em 538 a.C., embora ele realmente só tenha ocorrido mais tarde¹⁵. Ele tinha de fazer isso, pois era de opinião que em Jerusalém e em Judá não havia pessoas suficientes e adequadas às quais pudesse ser confiada a construção do templo. Além disso, ele se situava na tradição dos exilados e de Dêutero-Isaías, segundo a qual o verdadeiro Israel vivia no exílio babilônico e não na antiga pátria. Era evidente que uma obra tão importante quanto a construção do templo não poderia ser realizada sem a colaboração decisiva do verdadeiro Israel. Numa só palavra: deve-se abandonar a tese da autenticidade da proclamação hebraica de Ciro em Ed 1.1-4. Ela é um testemunho da teologia do cronista.

A construção do segundo templo começou apenas no ano de 520 a.C. Portanto, será que o edito de Ciro de 538 não surtiu efeito num primeiro momento? Isto só é correto em parte, pois, afinal, Ciro encarregou um funcionário de transportar de volta os utensílios do templo e as preciosidades que Nabucodonosor II levava para a Babilônia. Esse funcionário tinha o nome babilônico de Sesbazar (em hebraico: *Sheshbazzar*) = *Shamash-ab(a)-uçur*¹⁶. Lamentavelmente se sabe muito pouco a respeito de sua missão. Seu nome consta numa carta do sátrapa Tatenai para Dario I do ano de 518: o sátrapa comunica que realizou uma viagem de inspeção a Jerusalém para informar-se *in loco* sobre a construção do templo em andamento. Nessa oportunidade, os “anciãos de Judá” se teriam reportado ao edito de Ciro de 538 e à atividade

14 Veja infra, p. 478.

15 Veja infra, p. 465.

16 Cf. P.-R. BERGER, *Zu den Namen SSBRS und SN'SR*, ZAW, 83:98-100, 1971; P. E. DION, *SSBSR and SSNWRY*, ZAW, 95:11s., 1983.

de Sesbazar: “Também os utensílios de ouro e prata da casa de Deus, os quais Nabucodonosor tirara do templo em Jerusalém e levava para o templo de Babilônia, o rei Ciro tirou do templo de Babilônia, e eles foram entregues a alguém chamado Sesbazar, a quem ele investira como *peha*. E a este ordenou: Toma estes utensílios, vai e deposita-os no templo de Jerusalém; e a casa de Deus deve ser reconstruída em seu local! Então o dito Sesbazar veio e colocou os fundamentos da casa de Deus em Jerusalém; e desde então se está construindo nela até agora, mas ainda não está terminada.” (Ed 5.14-16.) Nesta informação estão habilmente misturados a verdade e o disfarce diplomático. A colocação da pedra fundamental do segundo templo não aconteceu por intermédio de Sesbazar, mas somente 18 anos mais tarde, sob Zorobabel¹⁷. Todavia, os anciãos estavam interessados em fazer o sátrapa acreditar que Ciro não apenas ordenara a construção do templo considerada crime pelos adversários, mas que de fato também havia acontecido algo. Do contrário, pareceria que a ordem do grande rei não fora cumprida.

Não se pode contestar, no entanto, a informação de que Sesbazar teria sido responsável por transportar de volta os utensílios do templo¹⁸ e ocupado o cargo de *peha*. O termo *peha* provém do acádico (*bel pahati*) e, comumente, designa o administrador, o procurador da província, o governador¹⁹. No entanto, é inteiramente improvável que, em 538 a.C., Judá tenha tido o *status* de província persa na satrapia de Transeufrates²⁰. Portanto, no caso de Sesbazar — como mais tarde também no caso de Zorobabel e Esdras — *peha* significa outra coisa: o encarregado especial do governo central persa, o comissário²¹. Com vistas às tarefas descritas em Ed 5.14-16, isto significa: Sesbazar veio a Jerusalém como “comissário de reparação”. É plausível supor que ele tenha sido judaíta, apesar de seu nome babilônico, assim como, mais tarde, Zorobabel²².

17 Quanto ao problema, cf. F. I. ANDERSEN, Who Built the Second Temple?, *Australian Biblical Review*, 6:1-35, 1958; A. GELSTON, The Foundation of the Second Temple, VT, 16:232-235, 1966.

18 Quanto à importância dos utensílios do templo para a teologia do cronista, cf. P. R. ACKROYD, The Temple Vessels — a Continuity Theme, SVT, 23:166-181, 1972.

19 Cf. T. PETIT, L'évolution sémantique des termes hébreux et araméens *phh* et *sgn* et accadiens *pahatu* et *shaknu*, JBL, 107:53-67, 1988.

20 Veja infra, pp. 477s. De forma um pouco diferente S. E. McEVENUE, The Political Structure in Judah from Cyrus to Nehemiah, CBQ, 43:353-364, 1981.

21 Cf. A. ALT, Die Rolle Samarias bei der Entstehung des Judentums, in: ID., *Kleine Schriften*, 1934, vol. 2, pp. 316-337, especialmente 333s.

22 Mais do que isso dificilmente se poderá supor com razões historicamente sustentáveis. A antiga suposição, que remonta a E. MEYER, *Die Entstehung des Judentums*, 1896, p. 77 — ou será mais antiga ainda? —, de que Sesbazar seja idêntico a Senazar (em hebraico: *Shen'açzar*), um filho de Joaquim mencionado em 1 Cr 3.18, fracassa por causa de argumentos linguísticos (v. supra, nota 16). Por último essa opinião foi esponsada por: W. F. ALBRIGHT, *The Biblical Period from Abraham to Ezra*, 1963, p. 86; J. M. MYERS, *Esra-Nehemiah* (1965); F. M. CROSS, A Reconstruction of the Judaeen Restoration, JBL, 94:4-18, 1975; N. AVIGAD, Bullae and Seals from a Post-Exilic Judaeen Archive, *Qedem*, 4:1ss., 1976; Y. AHARONI, *The Land of the Bible*, 2. ed., 1979, vol. 2, cap. V,4,2. Quanto à crítica, cf. também W.

Talvez ele de fato tenha se empenhado pela nova construção do templo, mas fracassado por causa da adversidade das condições. O cronista utilizou as informações de Ed 5.14-16, mas o fez a seu modo. Ele chama Sesbazar com o título obscuro e, sem dúvida, não-histórico de “o príncipe de Judá” (em hebraico: *hannasi lihuda*) e afirma que o regresso dos exilados teria ocorrido já naquela época (Ed 1.7-11). Embora isto não esteja certo, pode estar correto que o encarregado especial do governo não foi sozinho da Babilônia para Jerusalém, mas obviamente com uma comitiva. É possível que também houvesse exilados em sua companhia, para que ele não ficasse privado de conselho de peritos. Desse modo pode-se falar, por fim, de uma espécie de “vanguarda” de exilados dispostos a voltar ou, pelo menos, supô-la.

O regresso dos exilados para Jerusalém e Judá não ocorreu já em 538 a.C., mas apenas nos anos 20 do séc. 6, sob Cambises ou talvez só sob Dario I²³. Isto é inteiramente compreensível. Os exilados não podiam, por assim dizer, partir da noite para o dia e atropeladamente. O desligamento da Babilônia, onde entretimes já se criava a terceira geração, tinha de ser feito com cautela. Havia negócios a realizar, vínculos a desfazer, dificuldades a resolver. Seguramente, o entusiasmo com o regresso manteve-se dentro de certos limites por parte de muitas pessoas que haviam se acostumado a viver ali. Por outro lado, às famílias que regressavam tinham de ser conferidas propriedades de terra na Palestina, se possível de acordo com a situação pré-exílica. Isso, sem dúvida, não era tão simples, pois a Palestina, durante o tempo do exílio, de modo algum fora uma terra baldia e desabitada²⁴, que se pudesse retomar, sem mais nem menos, como propriedade. Direitos antigos e novos tinham de ser comparados e ponderados, demandas antigas e novas tinham de ser consideradas. Para que isso acontecesse de maneira adequada e, na medida do possível, sem atritos, o grande rei persa — Cambises ou Dario I — nomeou um procurador especial: o davidida Zorobabel (em hebraico: *Zerubbabel*, em acádico: *Zer-Babili?*), que, segundo 1 Cr 3.19, era neto de Joaquim. Obviamente, do lado persa não se tencionava restaurar a monarquia davídica em Jeru-

RUDOLPH, *Chronikbücher*, 1955, p. 29 (HAT, I,21). — Uma teoria muito interessante foi apresentada por P. SACCHI, L'esilio e la fine della monarchia davidica, *Henoch*, 11:131-148, 1989. Segundo ela, a monarquia davídica continuou existindo no início do período pós-exílico; Sesbazar e Zorobabel eram tanto reis quanto governadores persas — um estado ao qual só se pôs fim sob Dario I, através de um complô de sacerdotes numa situação semelhante à de uma guerra civil (Zc 12). Cf. também F. BIANCHI, Zorobabele re di Giuda, *Henoch*, 13:133-150, 1991. Tudo isso vai muito além do que se pode depreender dos textos, e o mesmo se aplica à concepção de que Sesbazar e Zorobabel teriam sido a mesma pessoa: J. LUST, The Identification of Zerubbabel with Sheshbassar, ETL, 63:91-95, 1987; M. SAEBO, The Relation of Sheshbassar and Zerubbabel Reconsidered, *Svensk Exegetisk Arsbok*, 54:168-177, 1989.

23 Cf. A. A. AKARYA, The Chronology of the Return from the Babylonian Captivity, *Tarbiz*, 37:329-337, 1967/8.

24 Veja supra, pp. 439-441.

salém e Judá. Mas os persas eram suficientemente prudentes para não encarregar dessa missão delicada um funcionário persa ou babilônio, i. é, alguém que fosse estranho à terra e ao povo; serviram-se, antes, da autoridade moral da família davídica. Zorobabel recebeu plenos poderes do grande rei (Ed 6.6-10): de suas tarefas faziam parte a construção do templo e a reinserção dos exilados (Ed 2.2). Também ele usava o título de *peha* (Ag 1.1)²⁵, que, como no caso de Sesbazar, também não designa o “governador de província”, mas o “comissário”, neste caso o “comissário de repatriação”²⁶.

Em Ed 2 = Ne 7 é transmitida uma lista de regressantes estruturada de modo pormenorizado e cuidadoso: um documento oficial, resultado da atividade do comissário de repatriação²⁷. Da lista se depreende que 42.360 pessoas retornaram à velha pátria; não estão incluídas crianças menores de 12 anos e servos (vv. 64-67)²⁸. O número de escravos e escravas era de 7.337, o de cantores e cantoras era de 245²⁹. Não se pode excluir totalmente a possibilidade de que, nesse caso, também tenham sido consideradas pessoas que permaneceram no país, na medida em que, na esteira do reajuntamento das famílias, ficaram novamente reunidas em associações familiares (*bet 'abot*)³⁰ com os exilados. Elucidativa é a estruturação do registro de estado civil da lista: 1. membros das grandes famílias que devem ser considerados cidadãos plenos e possuem propriedade de terra (vv. 3-19[20?]); 2. membros de famílias sem propriedade rural (“homens/filhos do lugar X”, vv. 20[?]-35), de localidades das montanhas e da região de colinas, mas não da planície litorânea e da Baía de Berseba; 3. linhagens de sacerdotes (vv. 36-39); 4. levitas (v. 40); 5. cantores do templo (v. 41); 6. guardas dos portões (v. 42); 7. servos do templo (e os chamados “filhos [= descendentes] dos escravos de Salomão” nos vv. 43-58)³¹. Num apêndice (vv. 59-63) são mencionadas famílias que não tiveram condições de comprovar sua origem israelita, além de sacerdotes cujos nomes faltavam nos registros genealógicos e que, por isso, foram excluídos do sacerdócio. A lista anexa de doações (vv. 68s.) revela um notável bem-estar dos que regressaram: eles não eram “pés rapados”. De modo geral, a lista dá uma excelente idéia da estrutura da sociedade judaíta depois do exílio.

25 Em Ed 6.7, *pahat y'hudaye* provavelmente é secundário.

26 A. ALT, op. cit., p. 335. Cf. também S. A. COOK, *The Age of Zerubbabel*, in: H. H. ROWLEY, ed., *Studies in the Old Testament*, 1950, pp. 19-36; S. JAPHET, *Sheshbazzar and Zerubbabel; against the Background of the Historical and Religious Tendencies of Ezra-Nehemiah*, ZAW, 94:66-98, 1982. Não convincente em todas as partes é J. ALLONI, *The Returning Exulants under Zerubbabel and Their Relations with the Samaritans*, *Shnaton*, 4:27-61, 1980.

27 Bibliografia: v. supra, p. 460, nota 8.

28 Os números dos versículos a seguir seguem a versão da lista em Ed 2.

29 Esse número segundo Ne 7.67.

30 Cf. J. P. WEINBERG, *Das beit 'abot im 6.-4. Jh. v.u.Z.*, VT, 23:400-414, 1973.

31 Bibliografia: v. supra, p. 437, nota 22.

Sob Zorobabel, então, de fato também se começou com a reconstrução do templo³². O pano de fundo da política internacional se caracterizava pela crise dinástica do império dos aquemênidas, na passagem de Cambises para Dario I — ligada ao nome do mago Gaumata-Pseudosmerdes — e pelos levantes relacionados com o início do governo de Dario I³³. Embora Dario tenha se tornado senhor da situação e, exteriormente, estivesse tudo calmo no corredor siro-palestinese, era possível sentir em toda parte a agitação que percorria as satrapias. Pouco tempo depois (520), passaram a atuar, em Jerusalém, dois profetas, convocando para a construção do templo: Ageu e Zacarias. Dos livros proféticos transmitidos sob seus respectivos nomes se depreende com toda a clareza que a reconstrução do templo foi iniciada apenas então — e não já em 538, sob Sesbazar, como afirma Ed 5.14-16. Ageu 1.2-4 afirma: “(2) Assim falou Javé dos Exércitos: Este povo diz: Não veio (ainda) o tempo em que a casa do Senhor deve ser edificada. (3) Veio, pois, a palavra de Javé, por intermédio do profeta Ageu, dizendo: (4) Acaso é tempo de habitardes vós em [...] casas apaineladas, enquanto que esta casa permanece em ruínas?”³⁴ A isso deve-se juntar Zc 4.9: “As mãos de Zorobabel lançaram os fundamentos desta casa, elas mesmas a acabarão.” Tudo isso é inteiramente inequívoco.

A atividade profética de Ageu dirigia-se à classe alta de Jerusalém que fora repatriada. Esta fundamentava — assim se deve concluir de Ag 1.5-11 — sua hesitação quanto à nova construção do templo na pobreza da comunidade, na parca produção dos campos, na miséria econômica generalizada à qual todo o mundo tinha de fazer frente³⁵. O profeta, no entanto, interpreta a miséria como conseqüência da hesitação em construir o novo templo: Javé está retendo a produção da terra porque não ganha seu templo (1.5,9-11; 2.15-19)! Quando, então, Zorobabel colocou a pedra fundamental e foi dado andamento

32 Cf. K. GALLING, *Serubbabel und der Hohepriester beim Wiederaufbau des Tempels in Jerusalem*, in: *Studien*, pp. 127-148.

33 Veja supra, pp. 450s. Dario mandou registrar os acontecimentos na inscrição trilingüe de *Behistun* (em persa, elamita, babilônio) (TUAT I,4, 419-450), da qual apareceu uma versão em aramaico entre os textos de Elephantina; cf. A. COWLEY, *Aramaic Papyri of the 5th Century B.C.*, 1923, pp. 248-271. Quanto a isso, v. E. N. v. VOIGTLANDER, *The Bisitun Inscription of Darius the Great, Babylonian Version*, 1978 (Corpus Inscriptionum Iranicarum, I/II, 1); R. BORGER, *Die Chronologie des Darius-Denkmal am Bahistun-Felsen*, in: *Nachrichten der Göttinger Akademie der Wissenschaften, philosophisch-historische Klasse 1982/83*, 1982.

34 No v. 2, a palavra ‘et, “tempo”, está erroneamente escrita duas vezes; leia-se *lo ba* em vez de *lo 'et-bo*, do texto massorético. A fórmula introdutória desajeitada do v. 3 provavelmente é um acréscimo posterior. No v. 4, deve-se ler *b' battim* em vez de *b' battekem*, do texto massorético; o sufixo falta em uma parte da tradição da LXX, na Vulgata e nos Targuns.

35 Parece que ninguém teve a idéia de requerer dinheiro do tesouro persa reportando-se ao edito de Ciro. Mas talvez o texto do edito nem fosse conhecido com exatidão; afinal, seu teor de fato só apareceu na resposta de Dario I ao sátrapa Tatenai.

à construção, no ano de 520, Ageu consolou a comunidade pela lentidão com que progredia o trabalho e pelos resultados modestos. Entre os idosos que regressaram certamente havia ainda alguns que podiam lembrar-se do templo salomônico. Eles comparavam a nova construção com o grande modelo do passado e consideravam-na “lastimável”. A estes Ageu anunciou uma grande intervenção de Javé: céus e terras seriam abalados e os povos trariam suas preciosidades para Jerusalém (2.1-9). Trata-se do tema profético da “peregrinação dos povos para o Sião”³⁶ que é abordado aqui. Não há dúvida de que o novo templo será mais glorioso do que o antigo! Admira um pouco o fato de que Ageu tenha entrado no cânone bíblico, pois o que ele anunciou, na verdade, não aconteceu, e todo o mundo podia ver o modesto segundo templo. Os pósteros, porém, devem ter interpretado a glória do templo e a peregrinação dos povos ao Sião como acontecimentos escatológicos. Ageu, no entanto, considerava o dia de Javé, no qual os impérios seriam despedaçados, como iminente. Nesse contexto, ele proclamou Zorobabel como messias: “Naquele dia — dito de Javé dos Exércitos — tomar-te-ei, ó Zorobabel, filho de Sealtiel, servo meu — dito de Javé —, e te farei como um anel de selar, pois te escolhi — dito de Javé dos Exércitos!” (Ag 2.23.) Deparamo-nos, aqui, pela primeira vez na história do messianismo israelita, com a proclamação messiânica de uma pessoa determinada, concreta e existente, e não de uma pessoa esperada apenas para o futuro³⁷. Não sabemos como o próprio Zorobabel reagiu a isso nem o que se pensava sobre isso na sede do sátrapa da Mesopotâmia e de Transeufrates, ou mesmo na corte do grande rei persa.

Mais ou menos ao mesmo tempo de Ageu — em geral, porém, um pouco mais tarde — atuou o profeta Zacarias, filho de Ido (Ed 5.1; 6.14), um homem de origem sacerdotal (Ne 12.16), que talvez tenha vindo com Zorobabel da Babilônia. Oito ou sete³⁸ grandes visões, recebidas no decurso de uma noite, constituem a parte principal de seu legado profético: as chamadas visões noturnas (Zc 1.7-6.15)³⁹. A respeito da construção do templo fala-se em 1.16s. e 4.6aβb-10a, sendo que permanece incerto se esses ditos fazem parte originalmente do contexto das visões noturnas ou se foram inseridos redacionalmente no mesmo. De grande interesse é a contribuição de Zacarias para o messia-

36 Cf. Is 2.1-5.

37 Cf. K. M. BEYSE, *Serubbabel und die Königserwartungen der Propheten Haggai und Sacharja*, 1972. De modo crítico A. S. van der WOUDE, *Serubbabel und die messianischen Erwartungen des Propheten Sacharja*, in: ZAW 100 Suppl., 1988, pp. 138-156; cf. também P. L. REDDITT, *Zerubbabel, Joshua, and the Night Visions of Zechariah*, CBQ, 54:249-259, 1992.

38 Com a exclusão de Zc 3 como acréscimo com a finalidade de fundamentar a instituição do sacerdócio pós-exílico; cf., por último, H. GESE, *Anfang und Ende der Apokalyphtik, dargestellt am Sacharjabuch* (1973), in: ID., *Vom Sinai zum Zion*, 1974, pp. 202-230.

39 Cf. L. G. RIGNELL, *Die Nachtgesichte des Sacharja*, 1950; K. GALLING, *Die Exilswende in der Sicht des Propheten Sacharja*, in: *Studien*, pp. 109-126.

nismo: ele proclamou o comissário de repatriação Zorobabel e o sacerdote Josué como soberanos messiânicos: um como chefe político profano e o outro como chefe espiritual da comunidade (4.1-6aα, 10b-14; 3.1-10[?]; 6.9-15[?]). Essa esquisita divisão da dignidade messiânica é um sintoma do aumento da importância do sacerdócio na época pós-exílica. Com o fim da monarquia davídica, os sacerdotes — desde a reforma josiânica, os do templo de Jerusalém — haviam perdido seu *status* de funcionários régios. Não era mais o rei que estava à frente dos sacerdotes, mas o sumo sacerdote. Ao que parece, Josué foi o primeiro ocupante desse novo cargo, o qual ganharia grande importância no período helenístico e na primeira fase do domínio romano.

Quando a nova construção do templo foi iniciada no ano de 520, haviam se passado, afinal, 18 anos desde a promulgação do edito de Ciro. A construção do templo, portanto, não se realizou mais por incumbência direta do grande rei persa, mas sim com base na iniciativa da comunidade, promovida por Ageu e Zacarias, contando com a cooperação ativa de Zorobabel. Pode-se imaginar que o empreendimento da construção tenha despertado resistências⁴⁰. Fala-se delas, mesmo que um tanto obscuramente, em Ed 4.1-5: eram “os inimigos de Judá e de Benjamim” (em hebraico: *çare Yehuda u Binyamin*, v. 1), o “povo da terra” (*‘amm ha’areç*, v. 4)⁴¹, pessoas que declaravam terem sido assentadas por Assaradão (v. 2). Isso aponta para a classe alta da capital da província, Samaria, que de fato podia ter interesse em impedir que surgisse um centro cültico ao lado do centro político da província. A província de Samaria deveria ser um círculo com um ponto central, mas não uma elipse com dois focos. Contudo, a avaliação histórica da questão é dificultada pelo fato de Ed 4.6 informar que a objeção formal dos samaritanos teria ocorrido só decênios mais tarde, no início do governo de Xerxes. Visto que os acontecimentos que tiveram lugar quando da inspeção feita pelo sátrapa de Transeufrates — da qual se falará logo — permanecem incompreensíveis se não houvera resistência anteriormente, será necessário contar com duas fases da resistência samaritana contra Jerusalém: 520-518 e 486/5 a.C. Na primeira fase, os samaritanos inicialmente se ofereceram para participar da construção do templo. Se essa oferta houvesse sido aceita, então, mais tarde, se teria podido encarar o templo jerosolimita como uma espécie de santuário provincial samaritano. Samaria poderia, obviamente, também reivindicar o direito de participar de sua administração e utilização. Entretanto, Zorobabel e os que

40 Cf. O. MARGALITH, *The Political Background of Zerubbabel's Mission and the Samaritan Schisma*, VT, 41:312-323, 1991.

41 Cf. J. P. WEINBERG, *Der ‘am ha’ares des 6.-4. Jh. v.u.Z.*, Klio, 56:325-335, 1974.

estavam à sua volta recusaram, e o fizeram reportando-se ao edito de Ciro, que lhes permitia a construção do templo sozinhos e sem intromissão estranha⁴².

Aí chegou em boa hora o sátrapa Tatenai (Histanes) de Transeufrates — provavelmente o primeiro dignitário dessa satrapia instalada por Dario I — para inspecionar a província de Samaria, que fazia parte de sua jurisdição. Isso deve ter acontecido entre 520 e 515, mais provavelmente em 518 ou 517, dado que a reorganização administrativa do império levada a efeito por Dario I começara mais ou menos em 518⁴³. Embora isso não esteja escrito em nenhum lugar, é plausível que os samaritanos tenham aproveitado a oportunidade para denunciar os jerosolimitas ao sátrapa. Tatenai, de fato, viajou a Jerusalém para examinar o assunto (Ed 5.3-6.12); afinal, não era de se excluir a possibilidade de que se tivessem de sufocar maquinações antiimperiais nesta cidade da província. Aparentemente, em Jerusalém não se tinha à disposição uma cópia do edito de Ciro. O sátrapa, evidentemente, não podia confiar e acreditar nas alegações dos jerosolimitas; afinal, ele era um dos mais graduados funcionários da administração do império e respondia ao grande rei com sua cabeça. Ninguém podia levar a mal que ele procedesse de acordo com o princípio: *quod non est in actis, non est in mundo*⁴⁴! Por isso, iniciou uma correspondência com a corte imperial, e Dario mandou pesquisar nos arquivos da administração do tesouro em Ecbátana. Então apareceu a versão aramaica do edito de Ciro, e Dario se apressou em confirmá-la e renová-la expressamente. Ele assumiu a função de construtor-chefe real, tirando o empreendimento do controle da administração da satrapia (Ed 6.6-12). Com isso também se tirou o vento que enchia as velas da classe alta de Samaria. Nisto, provavelmente, reside o motivo de a segunda fase da resistência ter iniciado (Ed 4.6) apenas depois de morte de Dario I (486), por certo também sob outro signo: provavelmente sob os primeiros momentos de suspeita sobre uma possível separação de Judá da província de Samaria⁴⁵.

No ano de 515 a.C., a construção do segundo templo estava terminada; o edifício foi inaugurado festivamente (Ed 6.15-18). O que estranha é que não se fale de Zorobabel nem nesse contexto nem mais tarde⁴⁶; seus vestígios se

perdem no escuro. Esse desaparecimento silencioso deu ensejo à invenção de romances. Ponderou-se que Zorobabel talvez se tenha fiado demasiadamente na proclamação messiânica dos profetas Ageu e Zacarias e, assim, se tenha tornado suspeito para o governo persa central; os persas o teriam tirado de circulação por causa de maquinações políticas. Todavia, ponderações desse tipo não levam a nada. Simplesmente precisamos admitir que nada sabemos sobre o resto da trajetória e sobre o final da vida de Zorobabel. E, neste caso, o melhor é supor que tenha acontecido algo normal: Zorobabel cumprira suas tarefas como procurador do governo persa e, então, abandonou a cena política. Talvez ele tenha voltado para a Babilônia — e aí, evidentemente, o governo persa central pode ter auxiliado, aplicando o princípio válido em todo o mundo e em todos os tempos: “O mouro fez sua obrigação, o mouro pode ir.”

42 Ed 4.1-5; a nota a respeito da corrupção dos conselheiros (v. 5) é obscura e não pode ser enquadrada historicamente.

43 Veja supra, pp. 450s.

44 O que não está nos autos simplesmente não existe.

45 Nada depõe em favor da suposição de J. Morgenstern de que tenha havido uma rebelião que Xerxes teria suprimido por ocasião de sua campanha do Egito, oportunidade em que teria destruído o segundo templo; cf. J. MORGENSTERN, Jerusalem — 485 B.C., HUCA, 27:101-179, 1956; 28:15-47, 1957; 31:1-29, 1960. Isso são especulações. Também não existe nenhuma espécie de referência a mais uma reconstrução do templo.

46 Entretanto, também não se fala do sumo sacerdote Josué!

Capítulo 3

A conclusão da restauração em Jerusalém e Judá

As décadas entre a inauguração do segundo templo (515) e a conclusão da restauração em Jerusalém e Judá (depois de 450) podem ser chamadas “obscuras” com o mesmo direito que o “século obscuro” antes da aparição de Alexandre Magno¹. Praticamente inexitem fontes literárias diretas² para esse período de tempo³. Também com as fontes indiretas a situação é ruim. Entra em cogitação um escrito profético anônimo, transmitido sob o nome de Malaquias, que já foi mencionado acima⁴; a atuação desse profeta provavelmente se situa no período antes de 450 a.C. Além disso, deve-se contar com a possibilidade de que um ou outro trecho do profetismo pós-exílico se situe nesse período de tempo — só que, em regra, também não é possível datá-los sequer de maneira aproximadamente exata. É plausível suspeitar que isto se aplique a algumas passagens — não todas — da chamada coletânea de Trito-Isaías (Is 55-66)⁵, sobretudo a Is 60-62. Todavia, tudo isso não é seguro. Sob tais circunstâncias, o historiador está diante da tarefa ingrata e, a rigor, também insolúvel: a de se imaginar, pelo menos em traços básicos, como se conformou a situação em Jerusalém e Judá depois de 515 a.C.

De qualquer forma, uma coisa está clara: quanto ao restabelecimento do culto no templo de Jerusalém, de modo algum se haviam superado ainda todos os problemas. A vida social, econômica, política e, em sentido amplo, espiritual carecia urgentemente de ordens e princípios praticáveis. Muita coisa sugere que o Deuteronômio continuava “em vigor”, não tanto porque, um século antes, o rei Josias o havia anunciado e feito dele a base de uma renovação da aliança, mas sim porque era encarado como escritura sagrada e, desde o início, fora tido como tal⁶. O fato de que o Deuteronômio não caíra no

esquecimento evidencia-se na existência da Obra Historiográfica Deuteronomista e na circunstância de que ninguém teve a idéia de reverter a centralização do culto e, quem sabe, instalar, aqui e acolá, novamente santuários a Javé no interior do país. Entretanto, o que quer dizer “em vigor”? Afinal, será que havia, depois da saída de Zorobabel, uma instância que pudesse encarregar-se da questão e transformar leis existentes em realidade concreta? O sumo sacerdote no segundo templo? Possivelmente, mas seu papel parece ter permanecido restrito ao templo, nos primeiros séculos pós-exílicos. Em todo caso, em Jerusalém e Judá reinava uma situação extremamente desagradável, sobre a qual fica-se sabendo alguns pormenores a partir do Livro de Malaquias: os sacerdotes não exerciam seu cargo de modo devido (1.6-14; 2.1-9), os leigos eram acusados de leviandade frente à religião e à vida (2.17; 3.6-10; 3.13-19), adultérios e divórcios aumentavam (2.14-16; 3.5), ganhou terreno a prática de matrimônios mistos com mulheres estrangeiras (2.11[?]; Ne 13.23-27 e passim)⁷ e outras coisas do gênero. Numa só palavra: a restauração recém começara; de modo algum estava encerrada. Ela foi concluída pelos descendentes dos que viveram no exílio babilônico.

A situação global do império persa, em aproximadamente 450 a.C., favorecia esforços de restauração; pois, abstraindo dos princípios da política interna persa, em consequência da qual se estabelecia a ordem em praticamente todas as partes do império⁸, havia necessidades políticas imediatas, que faziam a calma e a ordem parecer urgentemente desejáveis no corredor siro-palestinese. No ano de 460 havia iniciado o levante egípcio de Inaros contra Artaxerxes I, que o general Megabizos só conseguiu debelar seis anos mais tarde (454). Depois disso, Megabizos foi nomeado sátrapa de Transeufrates e, nessa função, em 448, ele próprio tentou uma revolta contra o poder central persa. É verdade que a mão de Longimanus era longa o suficiente para resolver dificuldades desse tipo de maneira relativamente rápida. Todavia, sob essas circunstâncias evidentemente o corredor e, em especial, a parte meridional da Palestina ganharam em peso: como corredor de passagem entre a Mesopotâmia e o Egito e como interior da satrapia de Transeufrates. Essas perturbações temporárias da estabilidade interna do império persa constituem o pano de fundo político diante do qual se deve ver o envio daqueles dois homens que concluíram a restauração em Jerusalém e Judá: Esdras e Neemias.

1 Veja infra, pp. 490-496.

2 Veja vol. 1, p. 19.

3 Quanto a Ed 4.6-23, veja infra, p. 479.

4 Veja supra, p. 460.

5 Quanto ao caráter desse profetismo, cf. agora W. LAU, *Schriftgelehrte Prophetie in Jes 56-66; eine Untersuchung zu den literarischen Bezügen in den letzten elf Kapiteln des Jesajabuches*, 1994 (BZAW, 225).

6 Veja supra, pp. 403s.

7 Cf. B. GLAZIER-McDONALD, *Intermarriage, Divorce and the bat-'el nekar: Insights into Mal 2.10-16, JBL*, 106:603-611, 1987. Não se pode descartar inteiramente a suspeita de que o dito de MI 2.10-16, infelizmente mal conservado em termos textuais, não fale de outra coisa senão da questão do matrimônio misto. Acaso isso seria um leve indício de que a atuação profética de Malaquias só se enquadra na época de Neemias? Espero tratar desta questão alhures.

8 Veja supra, pp. 445s.

Ou será Neemias e Esdras? Esta é justamente a questão. A relação temporal dos dois entre si é tão problemática quanto a cronologia dessa época em geral. As causas residem na situação desfavorável das fontes⁹ e na disposição e revisão do material das fontes pelo cronista¹⁰. Num primeiro momento, não há motivo para duvidar das informações cronológicas do memorial de Neemias. Segundo Ne 1.1 e 2.1, Neemias chegou a Jerusalém no 20º ano de Artaxerxes; segundo Ne 5.14 e 13.6, ele se demorou aí durante 12 anos. A que Artaxerxes isto se refere, depreende-se de um dos documentos de Elefantina¹¹, do ano de 408 a.C., no qual são citados os “filhos de Sambalá, governador de Samaria” (*Sn’blt pht Shmryn*). Esse Sambalá (em acádico: *Sin-uballit*) certamente é idêntico ao governador samaritano de igual nome que é mencionado várias vezes no memorial de Neemias, e sempre de modo nada amável, como adversário de Neemias¹². Portanto, a missão de Neemias se situa no período de governo de Artaxerxes I Longimanus (465/4-425), mais precisamente nos anos de 445/4-433/2 a.C. Depois, Neemias voltou para a corte persa, retornando, entretanto, “depois de algum tempo” (Ne 13.6) novamente para Jerusalém — ninguém sabe quando e por quanto tempo; em todo caso, foi antes da morte de Artaxerxes I (425).

Muito mais difíceis se apresentam as coisas no caso de Esdras. O documento que narra sua missão (Ed 7.12-26), redigido em aramaico imperial, não está datado, mas cita igualmente “Artaxerxes, o rei dos reis” (v. 12). Que, neste caso, também se trate de Artaxerxes I é a opinião do cronista, que faz Esdras chegar e atuar em Jerusalém antes de Neemias. Assim, ambos ainda atuaram por algum tempo lado a lado — segundo a disposição e revisão do

material feitas pelo cronista. A isso parece corresponder a informação de Ed 7.7-9: Esdras chegou a Jerusalém no 7º ano de Artaxerxes. Se, de fato, foi Artaxerxes I, então ele chegou lá em 458 a.C. No entanto, contra essa cronologia levantam-se objeções. Foi Neemias que construiu o muro ao redor de Jerusalém¹³. Segundo Ed 9.9, porém, Esdras parece ter encontrado uma “circunvalação” (*gader*) em Judá e Jerusalém. Ou será que o termo, sobretudo por causa da menção de Judá, é uma metáfora para designar a proteção e guarda de Javé? Além disso, cai na vista o fato de que Esdras e Neemias nunca são mencionados juntos no texto original dos livros de igual nome; as poucas exceções devem ser atribuídas ao cronista ou a revisores pós-cronistas¹⁴. Pode-se, ainda, argumentar que Neemias, em suas medidas de política populacional (Ne 7.4-73), aparentemente não teve qualquer consideração com aqueles que regressaram junto com Esdras (Ed 8.1-14).

Tudo isso sugere que se situe a atuação de Esdras depois da de Neemias. E essa seqüência também é a que melhor se encaixa no quadro geral da situação. A missão de Neemias, se encarada do ponto de vista da política persa e não do cronista, certamente era mais importante do que a de Esdras. Quando Neemias chegou em Jerusalém em 445/4 a.C., topou com circunstâncias anárquicas aí, que seriam incompreensíveis se Esdras já tivesse anteriormente colocado em vigor “a lei do Deus dos céus” (Ed 7.12), cuja função deveria consistir justamente num reordenamento radical da situação. O cronista se desvia dessa dificuldade fazendo Esdras esperar com o anúncio da lei durante 13-14 anos, até o aparecimento de Neemias (Ne 8/9) — como se Esdras houvesse mandriado em Jerusalém, com a lei do Deus dos céus debaixo do braço. Isto é inteiramente inverossímil. Se, porém, Esdras seguiu a Neemias, então existem duas possibilidades: ou sua atuação se situa nos últimos anos de Artaxerxes I, antes de 425 — não sabemos o término da segunda estadia de Neemias em Jerusalém —, ou no período de governo de Artaxerxes II Mneumon (404-359/8). No segundo caso, poder-se-ia levar Ed 7.7-9 a sério: o 7º ano de Artaxerxes II é 398/7. No primeiro caso, a cronologia de Ed 7.7-9 precisa ser considerada sem valor.

Isso é tudo o que se pode dizer responsabilmente. Uma cronologia realmente segura da seqüência Neemias — Esdras não existe. Mesmo a tentativa interessante de avançar pelo caminho da contemporaneidade de ambos com os sumos sacerdotes em exercício (Ne 3.1; Ed 10.6) lamentavelmente não leva a nada, visto que não conhecemos com suficiente exatidão a genealogia

9 Veja supra, p. 472.

10 Bibliografia com posições controversas: A. van HOONACKER, Néhémie et Esdras; une nouvelle hypothèse sur la chronologie de l'époque de la restauration, *Le Muséon*, 9:151-184, 317-351, 389-401, 1890; H. M. WIENER, The Relative Dates of Ezra and Nehemiah, *JPOS*, 7:145-158, 1927; H. H. ROWLEY, The Chronological Order of Ezra and Nehemiah (1948), in: *The Servant of the Lord*, 1965, pp. 135-168; J. BRIGHT, The Date of Ezra's Mission to Jerusalem, in: *Y. Kaufmann Jubilee Volume*, 1960, pp. 70-87; F. MAZZACASA, Esdras, Nehemias y el Año Sabático, *Revista Bíblica*, 23:1-8, 1961; J. MORGENTERN, The Dates of Ezra and Nehemiah, *Journal of Semitic Studies*, 7:1-11, 1962; M. W. LEESEBERG, Ezra and Nehemiah: a Review of the Return and Reform, *Concordia Theological Monthly*, 33:79-90, 1962; G. da DELICETO, Epoca della partenza di Hanani per Gerusalemme e anno della Petizione di Neemia ad Artaserse; Neem. 1,1 e 2,1, *Laurentianum*, 4:431-468, 1963; K. GALLING, Bagoas und Esra, in: *Studien*, pp. 149-184, especialmente 158-161; J. A. EMERTON, Did Ezra Go to Jerusalem in 428 B.C.?, *JThSt.NS*, 17:1-19, 1966; U. KELLERMANN, Erwägungen zum Problem der Esradatierung, *ZAW*, 80:55-87, 1968; R. ZADOK, Remarks on Ezra and Nehemiah, *ZAW* 94: 296-298, 1982; E. CORTESE, I problemi di Esdra — Neemia (e Cronache) oggi, *BeO*, 25:11-19, 1983; H. G. M. WILLIAMSON, *Ezra and Nehemiah*, 1987; K. G. HOGGLIND, *Achaemenid Imperial Administration and the Missions of Ezra and Nehemiah*, 1992 (SBL, Diss. Ser., 125).

11 Cowley nº 30, linha 29.

12 Ne 2.10,19; 3.33; 4.1; 6.1s.,5,12,14; 13.28. Quanto ao memorial de Neemias, cf. também J. BLENKIN-SOPP, The Mission of Udjahorresnet and those of Ezra and Nehemiah, *JBL*, 106:409-421, 1987.

13 Veja infra, pp. 479s.

14 Em Ne 8/9, Neemias seguramente é secundário. Em Ne 12.26, deveria riscar-se um do 1 Ed 9.49, Neemias foi acrescentado.

e a sucessão no cargo dos sumos sacerdotes jerosolimitas¹⁵. Em resumo: o cronista fez Esdras atuar antes de Neemias por razões teológicas compreensíveis; contudo, a seqüência inversa deve, com toda a probabilidade, ser preferida em termos históricos¹⁶.

3.1. Neemias

Neemias, filho de Hacalias¹⁷, descendia de exilados que não regressaram à Palestina, mas haviam ficado na Babilônia. Ponderou-se se ele também não poderia ter sido um davidida, como Zorobabel¹⁸; mas isso é inteiramente incerto e, em todo caso, impossível de comprovar. Ele havia feito carreira e conseguido chegar ao cargo de copeiro do grande rei persa (*mashqe lammelek*, Ne 1.11), em Susã. Era, portanto, um homem bem-sucedido, que tinha relações pessoais com o grande rei — ao mesmo tempo um exemplo de quão longe judaítas exilados podiam chegar. Por intermédio de seu irmão Hanani e alguns judaítas que haviam vindo para Susã, ele obteve informações mais detalhadas sobre as circunstâncias deploráveis reinantes na velha pátria (Ne 1.2s.): o muro da cidade de Jerusalém ainda estava em ruínas, quase um século e meio depois da catástrofe de 587/6 a.C.¹⁹, e não havia mais portões na cidade. Isso comoveu Neemias e, certamente, também tocou sua sensibilidade para a realidade e para o que era factível. Ele aproveitou seu cargo e conseguiu de Artaxerxes I a incumbência régia oficial de atuar como comissário de reconstrução persa (Ne 2.1-8). Provavelmente, sugeriu que uma Jerusalém sem muros, destruída, era tanto um deslustre do ponto de vista ótico quanto, do ponto de vista militar, um perigo para a existência do domínio persa no corredor siro-palestinense. Viajou bem equipado a Jerusalém: com uma carta de recomendação aos governadores das províncias da satrapia de Transeufrates (*pah^awot 'eber hannahar*, Ne 2.7,9) — não ao próprio sátrapa! — e com uma ordem a um administrador do patrimônio real, que se referia a fornecimentos de madeira. Além disso, Artaxerxes I providenciara escolta militar.

Quando, em 445/4 a.C., Neemias chegou a Jerusalém, ele era comissário persa de reconstrução. No entanto, é de se perguntar se ficou nisso. Albrecht Alt defendeu a opinião de que ele ainda obteve muito mais de Artaxerxes I: a saber, a transformação de Judá em província autônoma, ao lado de Samaria, dentro da satrapia de Transeufrates²⁰. Embora isso não seja dito expressamente em lugar nenhum, de fato há certa probabilidade de que seja verdade. Neste caso, não se deveria partir dos títulos. O título persa *Tirshata*, p. ex., significa “Excelência”, e é usado por Zorobabel (Ed 2.63 = Ne 7.65,70) e Neemias (Ne 8.9; 10.2); ele não diz nada sobre a função de quem o usa²¹. Também a designação *peha* (em acádio: *bel pahati*) tem vários significados: refere-se ao sátrapa (Ed 5.3,6; 6.6,13; Ne 3.7), ao governador da província (Ed 8.36; Ne 2.7,9) ou ao comissário do governo (Ed 5.14: Sesbazar; Ag 1.1,14; 2.2,21: Zorobabel). Igualmente pouco claro é o termo *medina* (Ed 2.1 = Ne 7.6; Ne 1.3; 11.3): ele pode designar a satrapia, a província ou, também, apenas uma sub-região administrativa.

Essenciais e, por fim, decisivas são, antes, considerações históricas objetivas. Quando o sátrapa de Transeufrates chegou a Jerusalém para a inspeção, em 518/7 a.C., negociou aí não com um governador, não com Zorobabel, mas com os “anciãos dos judeus” (Ed 5.3ss.). Mesmo que aqui ainda se pudesse dizer que a construção do templo era tida como assunto religioso, estando fora da competência do governador, ficaria esquisito que este, como subordinado do sátrapa, não houvesse sido também seu interlocutor. As coisas estão muito claras na segunda fase da resistência dos samaritanos contra Jerusalém (antes de 450): o governador de Samaria e seus funcionários apelaram como queixosos ao grande rei (Ed 4.8ss.), e a ordem de impedir a construção do muro em Jerusalém não foi dada ao governador de uma província de Judá, mas aos queixosos samaritanos (Ed 4.17-26). Também na incumbência de Neemias, que foi a Jerusalém em missão política, fala-se de cartas de recomendação aos “governadores de Transeufrates” (Ne 2.7,9) — no contexto da viagem de Neemias! —, mas não de uma recomendação ao governador de Judá, que, se houvesse existido, deveria ter sido a instância competente em primeiro lugar.

15 F. M. CROSS, veja supra, pp. 459s., nota 4. Quanto à crítica, cf. G. WIDENGREN in: J. H. HAYES & J. M. MILLER, eds., *Israelite and Judaean History*, 1977, pp. 505-509.

16 A seqüência tradicional, contudo, encontra repetidamente defensores, com perspicácia e com argumentos; cf. em especial U. KELLERMANN, ZAW, 80:55-87, 1968, e L. McFALL, Was Nehemiah Contemporary with Ezra in 458 BC?, *The Westminster Theological Journal*, 53:263-293, 1991. Fracassamos devido à insuficiência de nossas fontes.

17 Cf. H. H. ROWLEY, Nehemiah's Mission and Its Background [1954/5], in: *Men of God; Studies in Old Testament History and Prophecy*, 1963, pp. 211-245; U. KELLERMANN, *Nehemia; Quellen, Überlieferung und Geschichte*, 1967 (BZAW, 102).

18 Cf. W. T. in der SMITTEN, Erwägungen zu Nehemias Davidizität, *Journal of the Study of Judaism in the Persian, Hellenistic and Roman Period*, 5:41-48, 1974.

19 Diferentemente A. SOGGIN, *Einführung in die Geschichte Israels und Judas*, 1991, p. 204.

20 A. ALT, Die Rolle Samarias bei der Entstehung des Judentums, in: *Kleine Schriften*, 1934, vol. 2, pp. 316-337, especialmente 331ss.; cf. também E. STERN, Seal-Impressions in the Achaemenid Style in the Province of Judah, BASOR, 202:6-16, 1971; ID., The Province of Yehud: the Vision and Reality, *The Jerusalem Cathedra*, 1:9-21, 1981. Em tom crítico, p. ex., R. NORTH, Civil Authority in Ezra, in: *Studi in onore E. Volterra* 6, 1969, pp. 377-404; M. SMITH, *Palestinian Parties and Politics that Shaped the Old Testament*, 1971, pp. 193-201. Quanto à totalidade da questão, cf. também M. du BUIT, La Judée sous l'empire perse, *Le Monde de la Bible*, 11:31-33, 1979; J. W. BETLYON, The Provincial Government of Persian Period Judea and the Yehud Coins, JBL, 105:633-642, 1986; H. G. M. WILLIAMSON, The Governor of Judah under the Persians, *Tyndale Bulletin*, 39:59-82, 1988.

21 Cf. W. T. in der SMITTEN, Der Tirshata' in Esra-Nehemia, VT, 21:618-620, 1971.

De tudo isso deve-se concluir que os persas, depois de 539, num primeiro momento não alteraram a ordem territorial em Judá²² criada por Nabucodonosor II, i. é, subordinaram Jerusalém e Judá, como anexo meridional, à autoridade do governador de Samaria. Isso parece ter-se modificado sob Neemias, provavelmente não logo no início de sua atividade, mas no decurso da mesma. Isso é corroborado pelos seguintes argumentos:

1. Os conflitos entre Samaria e Jerusalém, que tinham sua causa principalmente na antiga ordem territorial, tornaram-se de novo virulentos²³ no início da atividade de Neemias e, depois disso, pararam.

2. Neemias autodenomina-se, pela primeira vez, “governador na terra de Judá” (*peha b'e'ereç Yehuda*, Ne 5.14s.; 12.26)²⁴; como tal, ele tinha direito a um salário (*Iehem happeha*, Ne 5.18), do qual, porém, não fez uso²⁵.

3. As medidas tomadas por Neemias em Jerusalém e Judá²⁶ ultrapassavam de longe os poderes de um comissário de reparação.

4. Em 408 a.C., mais ou menos, está inequivocamente documentado o cargo de “governador de Judá” (*pht Yhwd*) nos textos de Elefantina²⁷.

5. Aproximadamente no tempo de Neemias iniciam as inscrições nos pegadores de jarras e as impressões de selos, um pouco mais tarde também moedas, com o nome *Yehud* como designação oficial da província persa²⁸.

Tomando-se isso tudo em conjunto, toma-se plausível tirar a seguinte conclusão: em algum momento, não definível com maior exatidão, durante a primeira ou a segunda estada de Neemias em Jerusalém, os persas separaram Judá da província de Samaria e a constituíram como província autônoma. Neemias foi seu primeiro governador.

Entretanto, no começo ainda não se estava nesse ponto. Neemias mal havia chegado em Jerusalém e já enfrentou dissabores. Ele entrou em conflito com Sambalá, o governador da província de Samaria, e com o “escravo amonita Tobias” (Ne 2.10), i. é, um funcionário da administração provincial samaritana, pelo qual não se tinha apreço em Jerusalém por causa de sua origem

incerta, e o qual tinha a tarefa de cuidar da subprovíncia de Amom²⁹. Isso tinha suas razões. É que a construção do muro de Jerusalém tivera uma história preliminar. Já no início do governo de Xerxes, portanto aproximadamente em 485 a.C., os samaritanos haviam se queixado de Jerusalém junto ao grande rei (Ed 4.6); aparentemente não houve reação daquela vez. No tempo de Artaxerxes I, repetiu-se a queixa. Funcionários da administração provincial em Samaria observavam com desconfiança os esforços pela reconstrução do muro que cercava a cidade de Jerusalém. Eles relataram ao grande rei a respeito disso pela via oficial, através da chancelaria do sátrapa de Transeufrates. O relato encontra-se em língua aramaica imperial em Ed 4.8-16³⁰; ele veio a fazer parte dos documentos aramaicos que dizem respeito à construção do segundo templo³¹. Os funcionários acreditavam ter de alertar: Jerusalém sempre já fora uma cidade rebelde e, agora, possivelmente se tornaria um perigo para a satrapia de Transeufrates e, por conseguinte, para todo o império. Nós chamaríamos isso de um considerável exagero; no entanto, atrás dessa denúncia naturalmente se encontrava a velha rivalidade entre Samaria e Jerusalém. Artaxerxes I de fato foi induzido a proibir, mediante decreto, o prosseguimento dos trabalhos de construção (Ed 4.17-26). Susã estava distante de Jerusalém e de Samaria; lá era muito difícil avaliar como as coisas de fato estavam. Com o envio de Neemias como comissário de reconstrução, contudo, o decreto imperial estava superado. Se ele foi formalmente anulado, não o sabemos.

Ora, sobre esse pano de fundo torna-se claro e compreensível que Neemias tinha de pôr mãos à obra com cuidado, para tornar o empreendimento tão livre de perturbações quanto possível. Depois de três dias, ele empreendeu, primeiramente, sua famosa cavalgada noturna de reconhecimento, em absoluto segredo e acompanhado apenas por alguns poucos fiéis (Ne 2.11-15)³². Daí persuadiu a direção (*s'eganim*) da comunidade jerosolimita a construir o muro, dividiu-o em seções e mandou começar o trabalho em todos os lugares ao mesmo tempo³³. A mão-de-obra necessária ele recrutou em Jerusalém e nas vilas de Judá (Ne 3.1-32)³⁴. Ao que tudo indica, Neemias estava interessado em

22 Veja supra, pp. 426, 431.

23 Veja nesta página e na próxima.

24 A forma *peham* de Ne 5.14 não existe; leia-se *peha*.

25 Ne 5.15, todavia, causa dificuldades: aí Neemias fala dos “primeiros *pahot* antes de mim”, mas com isso ele naturalmente pode estar se referindo também a comissários estatais persas ou talvez aos governadores de Samaria como chefes da administração da sub-região de Judá.

26 Veja infra, pp. 480-482.

27 Cowley nº 30, linha 1; 31, linha 1.

28 Cf. B. KANAEL, *Ancient Jewish Coins and Their Historical Importance*, BA, 26:38-62, 1963; L. Y. RAHMANI, *Silver Coins of the 4th Century BC from Tel Gamma*, IEJ, 21:158-160, 1971; N. AVIGAD, *Bullae and Seals from a Post-Exilic Judean Archive*, *Qedem*, 4, 1976.

29 Assim U. HÜBNER, *Die Ammoniter*, 1992, pp. 213-215.

30 Redatores foram dois altos funcionários: Reum, o *b'e'el-'em* (< em acádio: *bel temi*), “senhor do comando” ou algo similar, provavelmente uma espécie de conselheiro relator; Sinsai, *sa'ra*, “o escrivão”, o secretário supremo da satrapia.

31 Veja supra, p. 462.

32 Cf. A. ALT, *Das Talot von Jerusalem* [1928], in: ID., *Kleine Schriften*, vol. 3, pp. 326-347; J. SIMONS, *Jerusalem in the Old Testament*, 1952, pp. 437-458.

33 Quanto ao muro de Neemias, cf. M. AVI-YONAH, *The Walls of Nehemiah — A Minimalist View*, IEJ, 4:239-248, 1954; R. GRAFMAN, *Nehemiah's "Broad Wall"*, IEJ, 24:50s., 1974; E.-M. LAPEROUSAZ, *Quelques remarques sur le rempart de Jérusalem à l'époque de Néhémie*, *Folia Orientalia*, 21:179-185, 1980.

34 Cf. N. A. BAILEY, *Nehemiah 3:1-32: An Intersection of the Text and the Topography*, PEQ, 122:34-40, 1990.

terminar o trabalho com a maior rapidez possível. Mesmo assim, não pôde evitar totalmente algumas reações da parte dos adversários. Eles obviamente haviam ficado sabendo da coisa, mas, num primeiro momento, se limitaram a ridicularizar o empreendimento da construção e, por conseguinte, também o próprio Neemias (Ne 2.19s.; 3.33-38). O funcionário Tobias afirmou nas deliberações com Sambalá, o governador da província: “Deixa que construam — se uma raposa pular em cima, derrubará seu muro de pedra.” (Ne 3.35.)

Contudo, a questão não ficou só nessas escaramuças verbais. Sambalá e Tobias reuniram uma coalizão antijerosolimita dos vizinhos fronteiriços de Judá (Ne 4.7-14): Samaria ao norte; teoricamente também a subprovíncia de Amom ao leste; os árabes — cujo chefe, Gesém, é mencionado nominalmente em outros lugares (Ne 2.19; 6.1ss.)³⁵ — ao sul, no território da posterior Iduméia; e os asdoditas, i. é, os filisteus, a oeste³⁶. Planejou-se um assalto que poderia ter tido conseqüências graves se Neemias não tivesse ficado sabendo de nada. Mas ele ficou sabendo e pôde encaminhar medidas de defesa — e, como o ataque contava com o fator surpresa, os adversários desistiram dele. Neemias tirou as conseqüências disso e organizou um serviço de vigilância e prontidão, a fim de tornar algo semelhante impossível para o futuro (Ne 4.16-20). Depois disso, os adversários se restringiram a ameaças e tentativas de intimidação (Ne 6.1-14). Desse modo, a obra pôde ser concluída num período espantosamente curto de 52 dias (Ne 6.15). Neemias instituiu dois comandantes militares, seu irmão Hanani e o comandante da fortificação (*çar habbira*), Hananias³⁷, e baixou normas para o abrir e fechar dos portões da cidade (Ne 7.1-3). Em seguida, decretou um chamado *synoikismos* [= sinecismo] para completar os habitantes de Jerusalém: recrutaram-se voluntários, além de se escolher, por sorteio, uma décima parte dos habitantes das localidades do interior de Judá; e essas pessoas foram reassentadas em Jerusalém (Ne 7.4s.; 11.1s.). Com isso Neemias extrapolou as competências de um comissário de reconstrução; pode-se perguntar se a essa altura ele já não fora nomeado procurador da província de Judá, que se tornara independente de Samaria. Por fim, seguiu-se a inauguração festiva do novo muro da cidade (Ne 12.27-47).

35 Ele é conhecido a partir de inscrições antigas do norte da Arábia como xeque de um subgrupo da federação de tribos de Qedar: *Gusam b. Sahr*, ao sul da Palestina e no Hedjaz setentrional. Cf. I. RABINOWITZ, *Aramaic Inscriptions of the 5th Century BCE from a North-Arab Shrine in Egypt*, JNES, 15:1-9, 1956; W. J. DUMBRELL, *The Tell el Makhuta Bowls and the “Kingdom” of Qedar in the Persian Period*, BASOR, 203:33-44, 1971. Quanto à história de Qedar no período persa e helenístico, cf. de modo geral E. A. KNAUF, *Ismael*, 2. ed., 1989, pp. 103-108 e acréscimos à p. 156.

36 Cf. A. ALT, *Judas Nachbarn zur Zeit Nehemias* [1931], in: ID., *Kleine Schriften*, vol. 2, pp. 338-345.

37 Cf. W. T. In der SMITTEN, *Nehemias Parteigänger*, BiOr, 29:155-157, 1972.

Não se devem ter idéias exageradas a respeito do tamanho e da extensão do muro da cidade, construído por Neemias. Não se pode sequer pressupor que ele seguiu exatamente o curso do muro existente na Idade do Ferro e destruído por Nabucodonosor II em 587/6 a.C.; pois este muro passava no lado oriental da colina do sudeste, num nível bastante baixo da ladeira, em geral não mais de 20 m acima do atual fundo do Vale do Cedrom. Aí embaixo não foram achados, até agora, nem restos de muro nem cacos do séc. 5 a.C. Ninguém ainda conseguiu comprovar arqueologicamente restos inequívocos do muro de Neemias. De qualquer modo, apareceram cacos de cerâmica do séc. 5 no lado oriental da coroa da colina, um pouco abaixo das posteriores fortificações helenísticas do muro, que antigamente se consideravam jebusitas e davídicas. Isso sugere concluir que o muro de Neemias passava em cima, na margem da coroa da colina, e que a ladeira, outrora dividida em terraços, era desabitada. É possível reconstruir mais ou menos, em grandes traços, o curso do muro, em conexão com resultados de escavações mais antigas. O muro compreendia uma área bastante menor do que o da Idade do Ferro II. Permanece incerto se e até que ponto estavam incluídas partes da cidade situadas a noroeste da colina do sudeste.³⁸

Depois de concluir a construção do muro, Neemias dedicou-se à estabilização da ordem interna em Jerusalém e Judá. Ele encontrou Judá dividido em distritos (em hebraico: *pelek* < em acádio: *pilku*), dos quais alguns — certamente não todos — são mencionados na lista dos que participaram da construção do muro (Ne 3.1-32): Jerusalém (vv. 9 e 12), Bete-Haquerém (*En Karim*, v. 14), Mispa (*Tell en-Nasbe*, vv. 15 e 19), Bete-Zur (*Hirbet et-Tubeqa*, v. 16), Queila (*Hirbet Qila*, vv. 17s.). Somando-se a estes distritos as diversas localidades mencionadas na mesma lista, verifica-se que o território de Judá tinha a mesma extensão que aparentemente Nabucodonosor II já lhe havia dado no ano de 598/7 a.C.³⁹ A antiga cidade calibita de Hebrom (*el-Halil*) não fazia parte de Judá, mas, sim, Jericó (*Tell es-Sultan* junto a *Eriha*) (Ne 3.2,22) — o que chama a atenção, pois antes de 722 a.C. Jericó havia pertencido ao território do Reino do Norte, Israel. Será que temos aí um resquício da expansão josiânica⁴⁰ que se deixara ou se esquecera de reverter⁴¹?

Nesse território Neemias ordenou uma anistia geral e a devolução de terras hipotecadas ou vendidas, depois de deliberar sobre a questão numa

38 Pormenores em K. M. KENYON, *Jerusalem; die heilige Stadt von David bis zu den Kreuzzügen*, 1968, pp. 137-144; E. OTTO, *Jerusalem — die Geschichte der Heiligen Stadt*, 1980, pp. 100-109 (*Urban-Taschenbücher*, 308); H. G. M. WILLIAMSON, *Nehemiah's Wall Revisited*, PEQ, 116:81-88, 1984. Quanto ao tamanho e à forma de Jerusalém: E.-M. LAPERROUSAZ, *Jérusalem à l'époque perse (étendue et statut)*, *Transeuphratène*, 1:55-65, 1989.

39 Veja supra, pp. 425s.

40 Veja supra, pp. 396s.

41 A lista das localidades da província (*m^ddina*) de Judá em Ne 11.25-35 parece espelhar um estágio posterior da história territorial de Judá. Quanto a detalhes, cf. M. AVI-YONAH, *The Holy Land from the Persian to the Arab Conquest*, 1966, pp. 11-22.

assembléia popular (Ne 5.1-13). Seguramente, estas medidas não eram muito populares. Seu objetivo deve ter sido eliminar ou, pelo menos, amenizar os crassos contrastes sociais que se haviam introduzido em toda parte — certamente, não por último, porque os exilados regressados e seus descendentes reivindicavam as propriedades de terra de seus pais⁴². O próprio Neemias deu o bom exemplo: ele próprio não tinha nem comprou qualquer propriedade de terra em Judá; além disso, desistiu de receber salário, satisfazendo-se com a doação dos gêneros alimentícios necessários para manter-se vivo (Ne 5.14-19).

Medidas adicionais, das quais algumas cabem na segunda estada de Neemias em Jerusalém⁴³, são relatadas em Ne 13:

1. O sumo sacerdote Eliasibe havia concedido ao funcionário responsável pela subprovíncia de Amom, Tobias, o direito de usar um “apartamento” (*lishka*) no templo em Jerusalém. Não sabemos se seu parentesco com Tobias foi a única razão para esse gesto ou se atrás disso se ocultava uma política de abertura para fora. Em todo caso, Neemias suspendeu decididamente esse direito de uso; colocou, por assim dizer, Tobias na rua (Ne 13.4-9). Afinal, Tobias era um de seus antigos adversários. No entanto, seria possível que esse não tenha sido o único motivo de Neemias; talvez ele também estivesse interessado no fechamento, na exclusividade da comunidade para fora. Talvez Ne 13.28-31 deponha em favor desta hipótese.

2. Na mesma linha se situa o procedimento de Neemias contra a prática de matrimônios mistos (Ne 13.23-27). Matrimônios mistos com mulheres estrangeiras — são mencionadas mulheres de Asdode, i. é, da terra dos filisteus, de Amom e Moabe — haviam se tornado habituais e freqüentes. Por meio de maldições e bordoadas, Neemias forçou um juramento solene de que, no futuro, o povo deixaria de realizar tais matrimônios. Nada consta no sentido de que matrimônios mistos já existentes tenham sido desfeitos⁴⁴.

3. Neemias tomou medidas para garantir a provisão dos levitas. A entre-

ga dos tributos destinados a eles havia sido tratada com bastante desleixo. Ele formou uma comissão fiscalizadora integrada por líderes da comunidade (*s^cganim*), sacerdotes e levitas (Ne 13.10-14).

4. Neemias também se empenhou pela rigorosa guarda do descanso sabático em Jerusalém e, com isso, impôs a concepção dos exilados contra a prática desleixada reinante na velha pátria. Ele decretou uma regulamentação do mercado: comerciantes judeus e tírios que quisessem colocar suas mercadorias à venda no sábado eram impedidos de entrar em Jerusalém, tendo sido instituída uma guarda de levitas junto aos portões da cidade (Ne 13.15-22).

Vê-se que as medidas de Neemias, que visavam a estabilização da ordem externa e interna, se estendiam até a esfera da prática da religião. Isso, entretanto, ocorreu de maneira um tanto hesitante e de modo algum era central. Neemias aparentemente não considerou tarefa sua dar à própria comunidade cultural uma nova ordem. Justamente isso foi o objeto da missão de Esdras.

3.2. Esdras

Lamentavelmente a situação das fontes sobre a missão de Esdras é muito mais desfavorável do que sobre a de Neemias. O único documento autêntico que possuímos é a ordem de serviço para Esdras, formulada em aramaico imperial, em Ed 7.12-26. Todo o resto foi fortemente trabalhado pelo cronista, o que, contudo, não exclui a possibilidade de que ele tenha tomado material bom e confiável por base de sua descrição. Mas esse material passou pelo crivo da teologia cronista e é marcado por sua concepção sobre o desenrolar e o significado das coisas. A parte da tradição sobre Esdras é mais “cronista” do que a parte sobre Neemias. A consequência disso é que sobre Esdras se consegue descobrir menos fatos historicamente seguros do que sobre Neemias⁴⁵. Se, num primeiro momento, quisermos descrever a missão de Esdras de modo bem geral, então podemos apoiar-nos na “ordem de serviço”, que informa que Esdras teve em mãos “a lei do Deus dos céus”, tendo sido autorizado pelo grande rei a colocar em vigor essa lei em Jerusalém e Judá (Ed 7.12,14,21,23,25s.). Essa tarefa, a saber, a inauguração de uma nova ordem fundamentada e fixada por escrito para a comunidade, cabe tanto nos últimos anos de Artaxerxes I Longimanus quanto no tempo de Artaxerxes II Mnemon, em todo caso na época posterior à atuação de Neemias⁴⁶.

42 Cf. J. P. WEINBERG, *Demographische Notizen zur Geschichte der nachexilischen Gemeinde in Juda*, *Klio*, 54:45-58, 1972; ID., *Die Agrarverhältnisse in der Bürger-Tempel-Gemeinde der Achämenidenzeit*, *Acta Antiqua Academiae Scientiarum Hungaricae*, 22:473-486, 1974; W. SCHOTTROFF, *Zur Sozialgeschichte Israels in der Perserzeit*, *Verkündigung und Forschung*, 27(1):46-68, 1982.

43 Ne 13.6s. É questionável se se deve, de fato, falar de duas “estadas”. O texto também pode ser interpretado no sentido de que Neemias foi convocado pelo grande rei para apresentar um relatório e, depois de cumprir essa obrigação, voltou novamente para Jerusalém. Será que a viagem estava relacionada com sua investidura como governador da província de Judá? Ou surgiram dificuldades por causa da política possivelmente autônoma do sumo sacerdote Eliasibe, que poderia estar direcionada para um acordo com a administração persa e não para um distanciamento em relação a ela? Assim A. SOGGIN, *Einführung in die Geschichte Israels und Judas*, 1991, pp. 209s.

44 Veja infra, p. 488. Quanto aos pressupostos jurídicos e às condições globais, cf. E. LIPINSKI, *Marriage and Divorce in the Judaism of the Persian Period*, *Transeuphratène*, 4:63-71, 1991.

45 Entretanto, não se deveria chegar ao ponto de colocar em dúvida a historicidade da pessoa de Esdras e declará-lo uma ficção criada por círculos de autores pós-exílicos; quanto a isso, v. a bibliografia em A. SOGGIN, *Einführung in die Geschichte Israels und Judas*, 1991, pp. 207s.

46 Veja supra, pp. 474s.

Esdras, filho de Seraías, era sacerdote (Ed 7.12) de uma família zadoquida de Jerusalém⁴⁷ que havia sido deportada para a Babilônia em 598/7 ou 587/6. Novamente são os círculos de exilados babilônicos dos quais partiram os impulsos para o reordenamento da situação na velha pátria. Não sabemos se o próprio Esdras induziu o grande rei a efetivar sua missão oficial e seu envio, ou se o estímulo partiu de círculos da diáspora que talvez tenham sido motivados a fazê-lo por parte de Jerusalém. Em todo caso, Esdras recebeu um encargo especial que lhe dava o direito de usar o título de “escriba da lei do Deus dos céus” (em aramaico: *safar data di-²lah sh^emayya*; Ed 7.12,21). O cronista traduziu essa designação oficial da seguinte maneira para seus leitores: “um escriba, bom conhecedor da Tórá de Moisés, dada por Javé, Deus de Israel” (em hebraico: *sofer makir b^etorat Moshe ²asher natan Yhwh ²lohe Yisra’el*; Ed 7.6). Além disso, ele também utilizou a abreviação “o escriba; Esdras” (em hebraico: *‘Ezra hassofer*; Ed 7.11; Ne 8.1,4s.,9,13; 12.26,36). Isso levou à concepção inadequada de que Esdras teria sido um precursor dos posteriores escribas judaicos, um homem como os *hierogrammateis* do Novo Testamento. Isso também influenciou, de maneira duradoura, a história da interpretação da figura de Esdras, especialmente o papel a ele atribuído no surgimento do cânone veterotestamentário⁴⁸. Tudo isto é altamente significativo do ponto de vista da história do pensamento e da teologia, mas é historicamente incorreto. A palavra *safar* é uma designação em aramaico imperial para funcionários; as funções são indicadas pelo genitivo que a complementa. Portanto, Esdras era “funcionário da lei do Deus dos céus”, ou melhor — para evitar que se pense num cargo vitalício, já que Esdras tinha apenas uma missão especial — “comissário de Estado para a lei do Deus dos céus”. Sua missão estava restrita à satrapia de Transeufrates (Ed 7.25s.). A introdução da lei do Deus dos céus estava concebida de tal maneira que todos os judeus da satrapia se lhe submetessem na medida em que se sentissem pertencentes à comunidade cúltica de Jerusalém. Esdras estava autorizado a instituir juízes (em aramaico: *shaf²tin w^edayyanin*) que deviam julgar e decidir processos segundo essa lei⁴⁹.

47 Em Ed 7.1-5, sua genealogia passa por Zadoque e vai até Aarão. Essa genealogia é colocada em dúvida por A. H. J. GUNNEWEG, *Esra*, 1985, pp. 119s.: “uma versão abreviada e secundária de 1 Cr 5.27-40”.

48 Cf. 4 Ed 14.18-48: o fundamento de uma concepção que permaneceu atuante, passando pela Idade Média, até os tempos da Reforma, da ortodoxia protestante e do iluminismo, posteriormente em geral no sentido de que Esdras era tido como coletor e classificador dos escritos canônicos; cf. Elias LEVITA, *Massoreth hammassoreth*, 1538 (tradução para o alemão de J. S. Semler, 1772), e o *Tratado Político-Teológico* de Espinoza, do ano de 1670.

49 Bibliografia selecionada: C. C. TORREY, *Ezra Studies*, 1911; H. H. SCHAEEDER, *Esra der Schreiber*, 1930 (Beiträge zur historischen Theologie, 5); H. CAZELLES, *La mission d’Esdras*, VT, 4:113-140, 1954; W. T. In der SMITTEN, *Esra*; Quellen, Überlieferung und Geschichte, 1973 (Studia Semitica Neerlandica, 15); K. KOCH, *Ezra and the Origins of Judaism*, *Journal of Semitic Studies*, 19:173-194, 1974. Não é convincente a posição de O. MARGALITH, *The Political Role of Ezra as Persian Governor*, ZAW, 98:110-112, 1986. Cf., além disso, quanto à comprovação da autenticidade da ordem de serviço de Esdras em Ed 7.12-26, K. KOCH, *Der Artaxerxes-Erlass im Esrabuch*, ÄAT, 30:87-98, 1995.

Lamentavelmente não se consegue responder de modo satisfatório as perguntas: de que lei se trata e de onde ela procede? O cronista certamente entendeu que se tratava do Pentateuco, que, em sua época, há tempo já gozava de autoridade canônica. Todavia, isso não precisa estar certo do ponto de vista histórico. São poucas as informações que a ordem de serviço de Esdras contém sobre a lei. A rigor, só ficamos sabendo que ela se encontrava “em sua mão” (Ed 7.14) — e disso não podemos concluir nada: nem que a lei tenha surgido ou sido compilada nos círculos da diáspora babilônica, nem que Esdras a tenha trazido junto da Babilônia para Jerusalém, e nem mesmo que tenha sido uma lei nova, até então não conhecida e não válida. Inclusive, a última afirmação tende a ser inverossímil, pois Ed 7.25 pressupõe que essa lei já era conhecida por uma parte dos judeus da diáspora na satrapia de Transeufrates. Logo, o caráter e a origem da lei de Esdras permanecem totalmente obscuros. No máximo é possível dizer que, com grande probabilidade, a lei entrou no cânone veterotestamentário e que, portanto, nós ainda a possuímos; pois é difícil imaginar que uma lei através da qual “Israel”, de certo modo, foi reconstituído, depois do colapso do Estado e da época de transição, não tenha se tornado canônica. Ainda mais que “a lei do Deus dos céus” preenchia uma das condições principais da canonização: a lei era de Javé, ou seja, proveniente de Javé, para não dizer formulada por Ele. Além disso, no tempo de Esdras o processo de canonização de partes importantes dos escritos veterotestamentários já há tempo estava em curso, chegando, não muito depois, a uma primeira conclusão. Mas qual é o escrito veterotestamentário que entra em cogitação? A insegurança a respeito disso evocou diversas tentativas de solução, nenhuma das quais pode postular ser a última palavra a respeito do assunto⁵⁰.

1. A lei de Esdras era o Pentateuco completo e pronto ou quase concluído (p. ex., Julius Wellhausen, Hans Schaeder, Otto Eissfeldt, Artur Weiser, Kurt Galling, Sigmund Mowinckel, William F. Albright). Esta é a opinião do cronista, e ela de fato caberia excelentemente do ponto de vista objetivo, pois então se poderia dizer que o reordenamento da comunidade se baseava naquele corpo textual que, no tempo subsequente, ganhou de longe a maior importância religiosa no judaísmo, sendo, de modo geral, “coração e língua”⁵¹ do cânone veterotestamentário. No entanto esta tese, à qual eu me associo de bom grado, não pode ser nem comprovada nem refutada.

2. A lei de Esdras era o chamado Escrito Sacerdotal no Pentateuco (p. ex., Abraham Kuenen, Bernhard Stade, Eduard Meyer, Alfred Bertholet, Carl

50 Uma visão panorâmica muito boa, com nomes, opiniões e crítica em U. KELLERMANN, *Erwägungen zum Esragesetz*, ZAW, 80:373-385, 1968.

51 *Sit venia verbo*, tomado da doutrina egípcia dos deuses, de Mênfis; veja supra, pp. 419s.

Steuernagel, Adolphe Lods, Hans-Joachim Kraus). Também esta hipótese não é de se excluir. Não se deveria usar contra ela o argumento de que o Escrito Sacerdotal seria essencialmente narração histórica e não lei⁵². Ele contém “lei” suficiente para justificar o termo. Então se deveria presumir que a redação sacerdotal de todo o Pentateuco (R^P), i. é, a inserção dos materiais mais antigos no Escrito Sacerdotal, tenha ocorrido no período entre Esdras e o cisma samaritano⁵³.

3. A lei de Esdras era uma compilação de materiais legais que foram inseridos na narrativa do Pentateuco (p. ex., Rudolph Kittel, Martin Noth, Gerhard von Rad): portanto, textos como a Lei da Santidade (Lv 17-26), mas também Lv 1-7; 11-15, etc. — só que não sabemos quais foram. Caso se pense principalmente na legislação sacra, então se deveria perguntar se esta teria sido suficiente para a reorganização da comunidade sob Esdras. Caso se pense, além disso, no Código da Aliança (Êx 20.22-23.33) e em passagens semelhantes, então também isto é possível. Nada, no entanto, pode ser comprovado ou refutado.

4. A lei de Esdras era uma forma do Deuterônômio (p. ex., L. E. Browne, R. A. Bowman, W. M. F. Scott, Ulrich Kellermann). Também isto cabe muito bem, pois, como a Torá é o coração do AT, assim o Deuterônômio é o centro canônico da Torá. Além disso, o Deuterônômio é a lei de um povo e, como tal, com um pouco de interpretação, excelentemente apropriado para um povo que está começando a se constituir como comunidade cúltica. É possível que a ordem de serviço de Esdras (Ed 7.12-26) contenha inclusive reminiscências do Deuterônômio⁵⁴. Buscar mais argumentos a partir de Ed 8-10 e Ne 8-12 é problemático e desaconselhável, por causa do cunho cronista desse capítulos. Por fim, também não se deveria objetar que o Deuterônômio já teria estado em vigor há muito tempo e, portanto, não poderia ter sido colocado em vigor apenas por Esdras. Por certo ele estava em vigor há muito e era considerado escritura sagrada. No entanto, também se pode entender o ato de introdução da lei por Esdras no sentido de que ele retomou um documento religioso já vigente, o renovou e transformou o mesmo na base de um reorganização da comunidade — de modo análogo à renovação da aliança sob o rei Josias (2 Rs 23.1-3)⁵⁵. Entretanto, também esta hipótese não é comprovável ou refutável.

5. A lei de Esdras era uma forma originária do chamado Rolo do Templo

de Qumran (11 Q T ou 11 Q 19-20)⁵⁶. Mas esta concepção⁵⁷ dificilmente é verossímil, em vista do caráter do Rolo do Templo como obra da “literatura exegética” e por causa do conteúdo.

6. Esdras não colocou em vigor ou renovou nenhuma espécie de documento religioso. A lei (em aramaico: *dat*) à qual se refere a ordem de serviço é lei imperial persa, segundo a qual Esdras tinha de cumprir suas tarefas de inspetor. Neemias 8/9 deve ser mantido separado de Ed 7-10. Em Ne 8/9, Esdras desempenha o papel de leitor da Torá, na festa do ano novo, no contexto de um culto que permite entrever a sinagoga de tempos posteriores. A “lei” de Esdras (*dat*) e a Torá só foram correlacionadas, i. é, identificadas⁵⁸ pelo redator cronista de Ed 7.6. Também esta concepção não pode ser excluída. Contudo, ela compromete fortemente o cronista, que, neste caso, não teria apenas interpretado e exaltado os acontecimentos, mas os teria compreendido de modo basicamente errôneo. Esdras, assim como o conhecemos, seria, então, produto da teologia cronista e quase sem fundamento na realidade histórica, no que diz respeito à reorganização da comunidade: esta é a consequência dessa tese.

Em suma: não o sabemos. Também de resto não sabemos muito sobre pormenores da missão de Esdras. Ele tratou de fazer com que a influência dos exilados babilônicos se tornasse ainda mais forte do que antes. O grande rei permitiu o regresso voluntário daqueles que queriam se juntar a Esdras (Ed 7.13): 1.771 pessoas, sem contar mulheres e crianças (Ed 8.1-20) — qualquer que seja a confiabilidade deste número. É necessário imaginar-se que, afinal, haviam se passado pelo menos um século e meio, provavelmente mais, desde o início do exílio babilônico — e ainda havia grupos de pessoas voltando para a Palestina! Além disso, Esdras se empenhou em arranjar dinheiro. Ele obteve do grande rei uma oferenda única para o “Deus de Israel, cuja morada está em Jerusalém” (7.15), i. é, soube tirar partido da política religiosa tolerante dos persas. Além disso, obteve a licença de realizar, na província da Babilônia, uma espécie de coleta doméstica em favor do templo jerosolimita (7.16,19). As necessidades do templo não atendidas por essa coleta — as despesas correntes, portanto — deveriam, dentro de limites fixados, ser cobertas com recursos públicos (7.20-22): uma renovação dos privilégios já concedidos por Dario I^o. Por fim, Esdras conseguiu isenção de impostos para todo o pessoal ligado ao culto do templo em Jerusalém (7.24).

52 Cf. K. ELLIGER, Sinn und Ursprung der priesterlichen Geschichtserzählung [1952], in: ID., *Kleine Schriften*, pp. 174-198.

53 Veja infra, pp. 492-494.

54 Compare Ed 7.25 com Dt 31.12s.; 16.18; 4.6. Assim U. KELLERMANN, op. cit., p. 380.

55 Se houver disposições deuterônicas por trás de Ne 13.4-31 — como U. KELLERMAN, op. cit., pp. 381-383 me parece ter exposto de modo convincente —, isso ainda não é, diante da importância do Deuterônômio, uma prova para a seqüência Esdras-Neemias, defendida por Kellermann.

56 Tradução para o alemão com comentários em J. MAIER, *Die Tempelrolle vom Toten Meer*, 1978 (Uni-Taschenbücher, 829).

57 Cf. C. HOUTMAN, Esra and the Law, OTS, 21:91-115, 1981; B.-Z. WACHOLDER, *The Dawn of Qumran; the Sectarian Torah and the Teacher of Righteousness*, 1983; também manifesta concordância G. GARBINI, *Storia e ideologia nell'Israele antico* (versão em inglês, 1988), pp. 168s.

58 R. RENDTORFF, Esra und das “Gesetz”, ZAW, 96:165-184, 1984.

59 Veja supra, p. 470.

Capítulo 4

O século obscuro

Para o século obscuro, entre Neemias e Esdras, de um lado, e Alexandre Magno, de outro, não dispomos de quaisquer fontes literárias imediatas ou diretas no AT. A obscuridade vai além de Alexandre e se estende para os sécs. 3 e 2 a.C. Só a respeito da época do soberano selêucida Antíoco IV Epifanes (175-164) estamos um pouco melhor informados através do 1º Livro dos Macabeus, surgido pelo final do séc. 2 ou na 1ª metade do séc. 1 a.C.¹. Evidentemente deve-se contar com a possibilidade de que textos do profetismo anônimo ou pseudepigráfico se situem no século obscuro e no período depois de Alexandre Magno: p. ex., Dêutero-Zacarias (Zc 9-14)², Is 23, talvez também Is 24-27 e 33, Joel e Jonas³. Contudo, em regra, não se podem datar esses e outros textos com precisão, exceto Zc 9.1-8: um dito ou uma combinação de ditos atrás dos quais deve estar a campanha de Alexandre ao longo da costa fenícia no ano de 332 a.C.⁴. E, mesmo que fossem possíveis datações mais exatas, dificilmente esses textos algum dia alcançariam o *status* de fontes históricas diretas por causa do caráter desse profetismo tardio⁵.

Não é diferente o caso de Salmos avulsos que podem ter surgido no século obscuro. Como fontes de primeira linha devem ser tidos os papiros de Elefantina⁶, mas eles já acabam em 399 a.C. Também entram em cogitação os

papiros de uma caverna no *Wadi ed-Daliye*, a mais ou menos 14 km ao norte de Jericó⁷, descobertos em 1962 e ainda não totalmente publicados. Eles provêm de meados do séc. 4 a.C. e contêm documentos jurídicos e administrativos com informações interessantes sobre a família de Sambalá. Deve-se esperar sua publicação⁸. O exame da tradição grega é decepcionante⁹. Durante a época dos persas, ela se concentra no conflito entre helenos e persas e, a partir de meados do séc. 4, especialmente na ascensão dos macedônios. E quando, de fato, contém informações sobre a parte meridional do corredor siro-palestinese — como, p. ex., Flávio Josefo no 11º livro de suas *Antiguidades*¹⁰ —, então essas informações, olhadas mais de perto, evidenciam-se como anedotas difíceis ou impossíveis de serem comprovadas, destinadas a fazer o século obscuro parecer um pouco mais claro.

Sob estas condições é totalmente inútil querer reconstruir o transcurso da história do judaísmo palestinese, nem mesmo em seus traços principais. O historiador que não dispõe de fontes literárias diretas não pode escrever história. Não é possível fazer mais do que mencionar alguns poucos e fracos lampejos. Um deles refere-se ao relacionamento do centro jerosolimita com a colônia militar de Elefantina, aquele “resto empedernido de judaísmo não-reformado em país distante”¹¹. No ano de 408 a.C., os colonos judeus dirigiram-se, simultaneamente, a Bagoas, o governador da província de Judá, e aos filhos do ex-governador samaritano Sambalá, Delaías e Selemias, haviam sucedido a seu pai no governo, sem que soubéssemos exatamente em que funções e com que competências¹². Estavam em pauta a autorização e o apoio para a reconstrução do templo de Javé, destruído em meio a distúrbios locais no ano de 410¹³, e a retomada do culto. Digno de nota, neste caso, é que os judeus da diáspora se subordinaram a Jerusalém, embora com algumas restrições. Entretanto, não tinham muita clareza a respeito das competências, senão dificilmente teriam enviado sua petição aos filhos de Sambalá — ao que parece,

1 Veja infra, p. 499.

2 Cf. I. WILLI-PLEIN, *Prophetie am Ende*; Untersuchungen zu Sacharja 9-14, 1974 (BBB, 42).

3 Antigamente se preferia datar o livro de Habacuque por volta de 332 a.C. ou depois deste ano; cf. B. DUHM, *Israels Propheten*, 1922, pp. 399-404. No entanto, isso é insustentável; cf. J. JEREMIAS, *Kultprophetie und Gerichtsverkündigung in der späten Königszeit*, 1970, pp. 55-110 (WMANT, 35). J. BLENKINSOPP, *A Jewish Sect of the Persian Period*, CBQ, 52:5-20, 1990, quis concluir (com base em Is 66.1-5; 53.1-11a; MI 3.13-21; Ed 9-10) que se tratava de movimentos separatistas na comunidade pós-exílica durante o início da época persa. Mas isso permanece inteiramente incerto.

4 Cf. K. ELLIGER, *Ein Zeugnis aus der jüdischen Gemeinde im Alexanderjahr 332 v. Chr.; eine territorial-geschichtliche Studie zu Sach 9,1-8*, ZAW, 62:63-115, 1950. M. DELCOR, *Les allusions à Alexandre le Grand dans Zach 9,1-8*, VT, 1:110-124, 1951; I. WILLI-PLEIN, op. cit., pp. 105-108. De modo diferente, mas dificilmente acertado, Z. J. KAPERA, *Biblical Reflections of the Struggle for Philistia at the End of the 8th Century B.C.; Part III: Judgment on the Neighbouring Countries (Zech. 9,1-8)*, *Folia Orientalia*, 22:295-308, 1981-84.

5 Veja infra, pp. 495s.

6 Veja supra, pp. 434s.

7 Cf. F. M. CROSS, *Papyri of the 4th Century BC from Daliyeh; a Preliminary Report on Their Discovery and Significance*, in: D. N. FREEDMAN & J. C. GREENFIELD, eds., *New Directions in Biblical Archaeology*, 1969, pp. 45-69; ID., *A Reconstruction of the Judean Restoration*, JBL, 94:4-18, 1975; P. W. & N. LAPP, eds., *Discoveries in Wadi ed-Daliyeh*, 1976 (AASOR, 41).

8 Acresce-se a isso um papiro com nomes judaítas e pesos de *sheqel*, provavelmente depositado por ocasião de uma fuga; cf. H. ESHEL & H. MISGAV, *A Fourth Century B.C.E. Document from Ketef Yeriho*, IEJ, 38:158-176, 1988.

9 Uma compilação das fontes gregas para o Oriente Próximo nos sécs. 6-3 a.C. se encontra em P. HÖGEMANN, *Alexander der Grosse und Arabien*, 1985.

10 C. G. TULAND, *Josephus, Antiquities, Book XI; Correction or Confirmation of Biblical Post-Exilic Records?*, AUSS 4:176-192, 1966, provavelmente emite um juízo por demais otimista.

11 J. WELLHAUSEN, *Israelitische und jüdische Geschichte*, 7. ed., 1914, p. 178.

12 Cowley, nº 30.

13 Veja supra, p. 453.

les nada sabiam sobre as tensões entre Jerusalém e Samaria. De qualquer modo, Bagoas e Delaías chegaram a um acordo e agiram em conjunto¹⁴. Nesse caso, não é apenas interessante que, em torno da questão em pauta, um acordo tenha sido possível, mas também que se deu a licença para a realização do culto a Javé fora de Jerusalém¹⁵, para o que, ao que tudo indica, o sátrapa do Egito não era suficiente e provavelmente também não estava em condições: um complexo de relacionamentos bastante complicado e decerto muito sensível. Lamentavelmente não se conhece mais a respeito disso. Além disso, não sabemos se a revolta do rei Tennes, de Sidom, contra Artaxerxes III Ochos, em 350/49 a.C., teve conseqüências para Samaria e Judá¹⁶. Querer descobrir tais conseqüências a partir das camadas de destruição do período persa em algumas cidades palestinas (Hazor, Meguido, ‘*Atlit, Tell ed-Duwer, Jericó*’)¹⁷ vai além do que é metodologicamente permitido e do que se pode saber. E não é melhor a situação de outras suposições: o melhor é abandoná-las à própria sorte¹⁸.

Por fim, na última fase da hegemonia persa, os samaritanos se separaram da religião do judaísmo jerosolimita — ou, se não chegou a haver separação, pelo menos houve progressos nessa direção. Fala-se do “cisma samaritano” e da formação de uma comunidade samaritana independente, que ergueu seu próprio santuário no Garizim (*Djebel et Tör*), junto a Siquém: ele é mencionado pela primeira vez em 2 Mac 6.2, mas provavelmente é mais antigo, mesmo que talvez não tenha sido construído já no período persa. Todavia, a obscuridade da época também envolve esses acontecimentos¹⁹. O que Flávio

Josefo relata a respeito disso em Ant. XI,8,3-7 (§§ 313-347 Niese) pertence à esfera da lenda²⁰. Ninguém está em condições de indicar uma data exata, mais ainda: de dizer precisamente se o cisma foi produzido por um rompimento dramático datável ou se foi o resultado de um longo processo de alheamento que se estendeu por séculos e só se aquietou, por assim dizer, no séc. 1 a.C. No final, a última alternativa é a mais provável.

Do ponto de vista político, ambas as grandezas, o Norte samaritano e o Sul judaíta, já há tempo haviam trilhado caminhos distintos, podendo-se também dizer que, desde o início, eles estiveram e permaneceram politicamente separados. Desde que, em 722 a.C., os assírios haviam liquidado o último resto do Reino do Norte, Israel, acrescentou-se à separação política o início de uma alheação religiosa (2 Rs 17), ligada com e promovida pela miscigenação continuada da população rural nativa com pessoas estranhas que vinham de fora, de modo especial, naturalmente, na própria cidade de Samaria e nas outras localidades maiores da região²¹. A restauração pós-exílica tinha inequivocamente Jerusalém como centro e causou um recrudescimento da rivalidade, sobretudo através das reformas de Neemias e Esdras. Certamente não é um acaso que a tradição samaritana sempre tenha relacionado o cisma com a pessoa de Esdras, ao passo que Flávio Josefo relacionou-o com Neemias e os sambalatidas: desse modo as perspectivas se complementam. Na verdade, está claro que a comunidade restaurada e consolidada estruturalmente por Neemias e estabilizada em termos religiosos por Esdras nada tinha a ver com o *mixtum samaritanum*, assim como, inversamente, a rigorosa exclusividade da comunidade jerosolimita eliminava, por assim dizer, já de saída possíveis aproximações por parte dos samaritanos.

Portanto, é perfeitamente justificado tratar do cisma samaritano neste capítulo, mesmo que ele se houvesse completado apenas no período helenístico ou até só no início do período romano. Para os samaritanos, o Pentateuco era a única Escritura Sagrada: eles o levaram junto para o cisma, se assim se pode dizer, e o transmitiram autonomamente²². Deste fato não se devem nem se podem tirar outras conclusões históricas. É errado concluir, a partir da forma textual do Pentateuco Samaritano, que corresponde ao desenvolvimento

14 Cowley, nº 32.

15 Cowley, nº 32, linha 9, fala de ofertas de alimentos e incenso (*mnht' lbwnt'*); provavelmente os sacrifícios sangrentos estavam reservados para Jerusalém.

16 Deodoro XVI, 41-46. Veja supra, pp. 455s.

17 Assim D. BARAG, The Effect of the Tennes Rebellion on Palestine, BASOR, 183:6-12, 1966. Quanto à arqueologia da época babilônico-persa, cf. PVZ, pp. 687-718, com o apêndice de L. Mildenberg sobre as moedas da província persa de Yehud, às pp. 721-728.

18 Cf. G. WIDENGREN, in: J. H. HAYES & J. M. MILLER, eds., *Israelite and Judaeon History*, 1977, pp. 499-503.

19 Bibliografia selecionada: H. H. ROWLEY, Sanballat and the Samaritan Temple [1955/6], in: ID., *Men of God*, 1963, pp. 246-276; ID., The Samaritan Schism in Legend and History, in: G. W. ANDERSON & W. HARRELSOON, eds., *Israel's Prophetic Heritage*, 1962, pp. 208-222; J. D. PURVIS, *The Samaritan Pentateuch and the Origin of the Samaritan Sect*, 1968 (Harvard Semitic Monographs, 2); J. R. COGGINS, The Old Testament and Samaritan Origins, *Annual of the Swedish Theological Institute in Jerusalem*, 6:35-48, 1968; J. MacDONALD, *The Samaritan Chronicle No II (or Sefher Ha-Yamim)*; from Joshua to Nebuchadnezzar, 1969 (BZAW, 107); P. SACCHI, Studi samaritani, RSLR, 5:413-440, 1969; H. G. KIPPENBERG, *Garizim und Synagoge*, 1971; J. R. COGGINS, *Samaritans and Jews: the Origins of Samaritanism Reconsidered*, 1975; R. PUMMER, Antisamaritanische Polemik in jüdischen Schriften der intertestamentarischen Zeit, BZ.NF, 26:224-242, 1982; R. EGGER, *Josephus Flavius und die Samaritaner: eine terminologische Untersuchung zur Identitätserklärung der Samaritaner*, 1986; M. COGAN, For We, like You, Worship Your God; three Biblical Portraits of Samaritan Origins, VT, 38:286-292, 1988; A. D. CROWN, ed., *The Samaritans*, 1989; ID., Redating the Schism between the Judaeans and the Samaritans, JQR, 81:17-50, 1990/91.

20 Cf. R. MARCUS, Josephus on the Samaritan Schism, in: *Josephus VI*; Loeb Classical Library, 1937, pp. 498-511.

21 O quanto a pré-história do cisma samaritano é longa pode ser percebido também no fato de que a fonologia do samaritano conservou traços de Israel do Norte; quanto a isso, cf. E. A. KNAUF, El Shaddai — der Gott Abrahams?, BZ.NF, 29:97-103, 1985, especialmente pp. 98s.

22 No ano de 1961, durante uma conversa em Nablus, o sumo sacerdote dos samaritanos resumiu o assunto na seguinte fórmula ingênua, mas marcante: “*We don't believe in the temple of Solomon!*” [“Nós não acreditamos no templo de Salomão!”]

textual global do séc. 1 a.C., que o cisma não pode ter ocorrido antes do séc. 1. Igualmente errôneo é datar o cisma o mais cedo possível e concluir, a partir da exclusividade do Pentateuco entre os samaritanos, que a literatura profética ainda não teria tido validade canônica nesse período. O emaranhado de alheamento político e religioso que, por fim, acarretou o cisma samaritano é por demais antigo e complicado para que suposições como estas tenham um mínimo de probabilidade.

A obscuridade do século e seu caráter de fase intermediária antes do início do período helenístico poderiam induzir-nos a subestimá-lo. Isto seria um juízo histórico equivocado e perigoso. Antes, embora saibamos pouco a seu respeito, o século obscuro deve ter sido um século extraordinariamente vívido do ponto de vista intelectual e religioso — entendendo “século” sempre em sentido indeterminado que permite adicionar ainda a primeira fase da época helenística. Neste século se situa a formação de partes consideráveis da literatura veterotestamentária. Se a forma básica do Pentateuco, ampliada pelo Escrito Sacerdotal, já não existia no tempo de Esdras²³, então ela se formou agora. Da mesma forma surgiu — provavelmente não já no séc. 4, mas só no séc. 3 — a Obra Historiográfica Cronista (1 e 2 Crônicas, Esdras, Neemias). A isso se acrescentam o Livro de Jô e as compilações redacionais da literatura profética e sapiencial, não se devendo esquecer das formas preliminares do Saltério. Com isso, de modo algum se mencionou tudo. Em não poucos casos, apenas se pode supor o surgimento dessa literatura nos sécs. 4/3 a.C., sem, no entanto, o poder comprovar.

Somente essas indicações já permitem perceber que havia irrompido a era dos escritos sagrados. Na verdade, para ser exato, ela já havia irrompido mais cedo; e sua característica não se esgota no fato de que neste período se produziram e se coletaram escritos que foram incorporados nos cânones judeu e cristão. Trata-se, antes, de uma nova qualidade de literatura, mais exatamente: atribui-se, agora, a determinados escritos a qualidade de serem sagrados, de se originarem direta ou indiretamente de Deus. A marca dessa época é “a ligação entre religião e literatura”²⁴, i. é, o surgimento do fenômeno da religião fundada num livro, num primeiro momento ao lado e, finalmente, em substituição à religião centrada no culto²⁵. Já o Deuterônomo havia aparecido como escrito sagrado²⁶. No período pós-exílico cresceu a convicção, impulsionada e fomentada pelo Deuterônomo, de que a palavra e a vontade de Deus não

23 Veja supra, pp. 485s.

24 J. WELLHAUSEN, op. cit., p. 188.

25 Cf. S. HERRMANN, Kultreligion und Buchreligion, in: *Das ferne und das nahe Wort*; coletânea em homenagem a L. Rost, 1967, pp. 95-105.

26 Veja supra, pp. 403s.

alcançam mais as pessoas pela via da tradição oral ou da abordagem direta — p. ex., através de mensageiros proféticos — mas, sim, na forma de textos sagrados escritos. Não se diz mais: “Ouvi a palavra de Javé!” (Is 1.10 e passim), mas, sim: “Investigai na Escritura de Javé e lede!” (Is 34.16)²⁷. É óbvio que aqui se trata apenas de uma apresentação dos traços básicos, que simplifica a multiplicidade de fato existente. Na era dos escritos sagrados, em todo caso, ocorre a formação das características da canonicidade qualitativa de textos sagrados — certamente mais uma vez reforçada pela atuação de Esdras —, como são descritas de forma clássica por Flávio Josefo, *Contra Apionem I, 8* (§§ 38-42 Niese), pelo ano de 90 d.C. Os textos formam cada vez mais o centro da religião. Começam a ser lidos no culto²⁸, e isso, por sua vez, é o início da gradativa substituição do culto de sacrifícios pelo culto da palavra, o pressuposto para o surgimento da sinagoga.

Aqui, naturalmente, não é possível desenvolver e comprovar isso de modo detalhado com exemplos. Algumas poucas indicações devem bastar. O redator sacerdotal (R^P), ao qual devemos a inserção de literatura mais antiga no Escrito Sacerdotal — e, assim, o conteúdo básico do Pentateuco —, considerou todo o seu material prévio como texto sagrado e assim o tratou²⁹. Algo semelhante se aplica ao autor da Obra Historiográfica Cronista³⁰ e a grande parte do profetismo pós-exílico tardio. Justamente no profetismo é possível tornar claras as linhas básicas do processo. Ao passo que antigamente os profetas de Israel eram mensageiros carismáticos de Deus, diminuem agora a indisponibilidade e a contextualidade da palavra profética, e, por fim, terminam por completo. Em lugar disso, ganha crescente importância um traço que, embora já estivesse pré-formado na era clássica do profetismo, não estava ainda totalmente desenvolvido: os profetas aparecem como intérpretes de uma tradição sagrada já existente, uma tradição que há muito tempo e de modo crescente se havia fixado em textos. A interpretação tem, como antes, a pretensão de ter a autoridade divina. A autoridade de Javé, originalmente localizada de forma direta na palavra pronunciada pelo profeta, se desloca para o texto sagrado. Trito-Isaías (Is 56-66) e Dêutero-Zacarias (Zc 9-14) fornecem exemplos impressionantes desse profetismo que interpreta o texto.

Com isso, simultaneamente, se altera o próprio conceito de profeta, pois textos sagrados, sustentados pela autoridade de Deus, precisam ter sido escritos por homens santos que comunicam a autoridade de Deus. “Profeta” se

27 Cf. H. DONNER, “Forscht in der Schrift Jahwes und lest!”; ein Beitrag zum Verständnis der israelitischen Prophetie [1990], in: *Aufsätze zum Alten Testament*, 1994, pp. 199-212.

28 Cf. Ne 8/9!

29 Cf. H. DONNER, Der Redaktor; Überlegungen zum vorkritischen Umgang mit der Heiligen Schrift [1980], in: op. cit., pp. 259-285.

30 Cf. T. WILLI, *Die Chronik als Auslegung*, 1972 (FRLANT, 106).

torna crescentemente sinônimo de “escritor sagrado”. Ora, visto que não apenas os escritos proféticos em sentido mais estrito eram tidos como sagrados, mas também outros — o Pentateuco, os livros históricos —, seus supostos autores tornam-se “profetas”. Este já era o ponto de vista, p. ex., do cronista. E essa concepção continua atuante até no linguajar dos cristãos, que qualificam o AT, em seu todo, como “escrito profético” e o AT e o NT juntos como “escritos proféticos e apostólicos”³¹. Sob o efeito da lei sobre os profetas no Deuteronômio (Dt 18.9-22), formou-se, na era dos escritos sagrados, o conceito pré-crítico de “profeta literário”³².

O século obscuro, em seu todo, teve grande importância para o surgimento e a primeira forma do judaísmo. Embora o saibamos apenas por inferências, são inferências que fazem sentido. No tempo de Neemias e Esdras foi começada a construção do judaísmo sobre os fundamentos do Israel pré-exílico. Nas fontes literárias da 2ª metade da época helenística vem à luz o judaísmo incipiente como grandeza acabada. Portanto, ele deve ter-se formado no tempo intermediário — e precisamente isso é confirmado, de modo indireto, pelos escritos sagrados e por suas interpretações dentro do AT. O judaísmo formou-se como uma comunidade religiosa que se dirigia a si mesma: a comunidade do templo de Jerusalém³³. Nela imperava, com rigorosa exclusividade, o princípio da teocracia, representada organizacionalmente como hierocracia dos sacerdotes e complementada pela nomocracia da Torá. O próprio Deus era tido como regente da comunidade, no sentido espiritual e no sentido secular. Ele era representado, em Jerusalém, pelo sumo sacerdote, que passou a ocupar paulatinamente a função de etnarca; e a Torá era considerada a vontade de Deus que se tornou escrita. O sumo sacerdote, por sua vez, necessitava de um pessoal de culto cuidadosamente estruturado e bem organizado, e a Torá precisava da constante interpretação pela corporação dos escribas que, a partir de então, passou a se desenvolver.

Determinado e protegido por essas condições globais, surgiu o fenômeno fascinante da piedade judaica: com uma severa observância da lei, uma expectativa escatológica fantasiosa, uma vida comunitária regrada com base nas Sagradas Escrituras e em ordens sapienciais de vida que, por fim, também se tornaram escritos sagrados. Quando, no ano de 332 a.C., Alexandre Magno, passando pela costa do Mediterrâneo, marchou para o Egito e seu general, Parmênio, atacou e tomou o interior palestinese, ambos não terão tido consciência de que fruto estavam colhendo de passagem.

31 Cf. Ef 2.20; 2 Pe 1.19 e passim.

32 Quanto à problemática, cf. H. DONNER, Prophetie und Propheten in Spinozas Theologisch-politischem Traktat [1974], in: op. cit., pp. 239-258.

33 Cf. S. STIEGLER, *Die nachexilische JHWH-Gemeinde*; ein Beitrag zur alttestamentlichen Ekklesiologie, 1994 (BEATAJ, 34).

Olhar para o futuro

As linhas principais da história do judaísmo palestinese no período helenístico-romano até a Segunda Revolta Judaica

A conquista do Oriente Próximo por Alexandre Magno, nos anos de 333-331 a.C., deu início ao período helenístico do Oriente e de todo o mundo antigo em torno do Mar Mediterrâneo¹. O judaísmo palestinese ficou sob o domínio helenístico, depois romano, e foi influenciado pela cultura mundial helenística, que foi e permaneceu determinante também para o *Imperium Romanum*². Ora, aqui se vai defender a concepção de que tudo isso não faz mais parte da temática de uma história do povo de Israel, pois a mudança de Israel para o judaísmo, do Estado para a comunidade, da religião cultural para a religião baseada em livros, ocorrida nos primeiros dois séculos pós-exílicos, é mais fundamental, mais profunda e mais ampla do que todas as mudanças que o judaísmo experimentou posteriormente em sua longa e grande história. Certamente não faz sentido participar do debate pouco frutífero sobre o fim da história do povo de Israel. Para as pessoas que estão nela, a história não tem

1 Cf. M. CARY, *A History of the Greek World, 323 to 146 BC*, 2. ed., 1951, reimpressão 1977; P. GRIMAL, ed., *Der Hellenismus und der Aufstieg Roms*; die Mittelmeerwelt im Altertum, 1965 (Fischer Weltgeschichte, 6); W. TARN, *Die Kultur der hellenistischen Welt*, 3. ed., 1966; M. ROSTOVZEFF, *Gesellschafts- und Wirtschaftsgeschichte der hellenistischen Welt*, 1955/6, 3 vols.; H. BENTSON, *Herrscher-gestalten des Hellenismus*, 1975; C. PRÉAUX, *Le monde hellénistique*; la Grèce et l'Orient de la mort d'Alexandre à la conquête romaine de la Grèce (323-146 a.C.), 1978 (La Nouvelle Cléo, 6); M. M. AUSTIN, *The Hellenistic World from Alexander to the Roman Conquest*; a Selection of Ancient Sources in Translation, 1981.

2 Cf. V. TSCHERIKOVER, *Hellenistic Civilization and the Jews*, 1959; S. K. EDDY, *The King Is Dead*; Studies on the Near Eastern Resistance to Hellenism, 1961; E. BICKERMANN, *From Ezra to the Last of Maccabees*; Foundations of Post-Biblical Judaism, 1962; D. S. RUSSEL, *The Jews from Alexander to Herod*, 1967; M. HENGEL, *Judentum und Hellenismus*; Studien zu ihrer Begegnung unter besonderer Berücksichtigung Palästinas bis zur Mitte des 2. Jh. v. Chr. [1969], 2. ed., 1973 (Wissenschaftliche Untersuchungen zum Neuen Testament, 10); A. MOMIGLIANO, *Hochkulturen im Hellenismus*; die Begegnung der Griechen mit Keltern, Römern, Juden und Persern, 1979 (Schwarze Reihe, 190); J. MAIER, *Grundzüge der Geschichte des Judentums im Altertum*, 1981 (Grundzüge, 40); H. G. KIPPENBERG, *Religion und Klassenbildung im antiken Judäa*, 1982 (Studien zur Umwelt des Neuen Testaments, 14); P. SCHÄFER, *Geschichte der Juden in der Antike*; die Juden Palästinas von Alexander dem Grossen bis zur arabischen Eroberung, 1983. Cf., além disso, também B. Z. WACHOLDER, *Biblical Chronology in the Hellenistic World* *Chronicles*, HThR, 61:451-481, 1968.

fim antes do dia do Juízo Final. O que está em pauta não é mais do que uma conclusão razoável da exposição e esta deveria ocorrer no ponto em que se pode perceber a cesura mais clara e historicamente mais importante: em Alexandre Magno, depois da história do Israel antigo e da época de formação do judaísmo.

O fato de que a respeito disso se podem ter e se defendem diversas opiniões está relacionado com a equivocidade do conceito “Israel”. Este conceito já não era inequívoco no período pré-exílico. Ele designava a federação pré-estatal das tribos, o Reino do Norte sob Saul, Davi, Salomão e, a partir da divisão do reino até 722 a.C., também a grandeza ideal da comunhão de todos os adoradores de Javé, o povo eleito, o povo de propriedade de Deus. Nesta forma religiosa, ideal, ele continuou vivo. A comunidade do segundo templo, o judaísmo em geral, se designava e ainda se designa Israel, e isto por razões religiosas claras e compreensíveis. O fato de que, de tempos em tempos, reiteradamente se associaram conteúdos políticos a esse conceito é verdade, mas também historicamente secundário. Em primeiro plano permanece a identidade do novo com o antigo Israel, fundamentada em termos religiosos. Quem se envolve nisso como historiador tem de saber o que faz e medir as conseqüências. Sua descrição da “história de Israel” não pode se encerrar em lugar algum, pois a história do judaísmo perdura até o presente e continuará no futuro. Esta é uma posição perfeitamente defensável³, se bem que só com uma consciência histórica aguçada do problema, pois sob tais pressupostos dever-se-ia escrever a história do judaísmo. Com isso, a história do Israel antigo assumiria a função de uma pré-história do judaísmo: ela se tornaria, por assim dizer, um capítulo preliminar, da mesma maneira como se pode tratar da história romana como história preliminar da italiana.

A “História do Povo de Israel” aqui apresentada não segue esse modelo. Ela termina declaradamente com Alexandre Magno e com a entrada do judaísmo no período helenístico. A razão principal disso reside na cesura histórica acima referida. À essa razão principal associam-se razões pragmáticas secundárias que, simultaneamente, também constituem o motivo pelo qual, ainda assim, a exposição é continuada com um “olhar para o futuro” ou “olhar prospectivo” até a Segunda Revolta Judaica, embora apenas nas linhas principais. Em primeiro lugar, é útil e importante para a compreensão histórica também do que se passou anteriormente perseguir a história do “novo Israel” ainda por algum tempo, para poder relacionar seus primeiros movimentos, desdobramentos e tendências com a história do “antigo Israel”. Em segundo

3 Recentemente defendida, no âmbito de língua alemã, por G. FÖHRER, *Geschichte Israels; von den Anfängen bis zur Gegenwart* [1977], 5. ed., 1990 (*Uni-Taschenbücher*, 708).

lugar, o AT não é apenas uma coletânea de documentos de “Israel”, mas também do judaísmo — sua forma canônica é até exclusividade do judaísmo. Em terceiro lugar, pode parecer vantajoso conduzir a exposição até o período de formação do cristianismo incipiente, para não deixar totalmente fora de consideração o período do NT. Contudo, isso não pretende nem pode ser mais do que um “olhar para o futuro”. O bastão deve ser passado adiante para o historiador do judaísmo incipiente e da chamada história contemporânea do NT⁴.

1. Alexandre e os diádocos

As fontes para a história do judaísmo palestinese no período helenístico, de Alexandre Magno até a conquista do Oriente pelos romanos, encontram-se apenas em sua menor parte no AT. Com exceção de trechos do mais tardio profetismo⁵ que são difíceis ou até impossíveis de datar, entram em cogitação sobretudo o Livro de Daniel, surgido entre 167 e 165 a.C., e os dois Livros gregos dos Macabeus: 1 Mac para o período de 175-135/4 a.C., surgido por volta ou depois de 100 a.C.; 2 Mac para o período de 180-161 a.C., surgido, talvez, por volta de 125 a.C., baseando-se, em parte, na obra perdida de Jasão de Cirene⁶. A fonte principal é Flávio Josefo, com os livros XII-XIV das *Antiguidades Judaicas* e com o primeiro livro da *Guerra Judaica*. A isso se juntam lampejos da literatura grega e latina: principalmente de Apião de Alexandria, Curtius Rufus, Diodorus Siculus, Eupólemos, Nicolau de Damasco, Políbio e Estrabão. Para a história territorial sob o domínio ptolomeu devem-se indicar os papiros de Zenon⁷. Por fim, merecem consideração algumas inscrições dispersas e os resultados de escavações arqueológicas⁸.

No ano de 332 a.C., Alexandre veio do norte e, passando ao longo da costa fenícia, marchou até o Egito. A resistência da metrópole comercial e da ilha fortificada de Tiro o obrigou a um sítio de sete meses: durante esse tempo, ele mandou construir o dique — ainda hoje existente e entrementes muitíssimo

4 Entre os trabalhos mais recentes v. especialmente C. SAULNIER, *Histoire d'Israël; de la conquête d'Alexandre à la destruction du temple* (331 a.C. — 135 d.C.), 1985, vol. III.

5 Veja supra, p. 490.

6 Cf. R. DORAN, *Temple Propaganda; the Purpose and Character of 2 Maccabees*, 1981 (CBQ Monograph Series, 12); J. A. GOLDSTEIN, *II Maccabees; a New Translation with Introduction and Commentary*, 1983 (Anchor Bible, 41 A).

7 M. ROSTOVZEFF, *A Large Estate in Egypt in the 3rd Century B.C.*, 1922 (University of Wisconsin Studies in the Social Sciences and History, 6); V. TSCHERIKOVER & A. FUKS, *Corpus Papyrorum Judaicarum*, 1957, vol. I; P. W. PESTMAN et al., *A Guide to the Zenon Archive (P. L. Bat. 21)*, 1981 (Papyrologica Lugduno-Batava, 21 A/B).

8 Uma compilação panorâmica com indicações bibliográficas em P. SCHÄFER, in: J. H. HAYES & J. M. MILLER, eds., *Israelite and Judaean History*, 1977, pp. 549-559.

alargado — que transformou a ilha numa península. Alexandre perdeu mais dois meses com o sítio e a conquista de Gaza. Então, porém, ele se apressou para chegar até o Egito, deixando o interior siro-palestinense para o general Parmênio, que quase não enfrentou resistência digna de menção em nenhum lugar. Apenas Samaria (*Sebastye*) teve de ser tomada militarmente, e, quando os samaritanos também ainda se insurgiram contra o novo governador Andrômaco, o veterano general Perdicas, por castigo, transformou a cidade numa colônia macedônia⁹. Num primeiro momento, não houve conseqüências político-territoriais: Alexandre assumiu dos persas a satrapia de Transeufrates e investiu Parmênio como seu regente¹⁰. A respeito de Jerusalém não se ouve dizer nada. A famosa visita de Alexandre a Jerusalém¹¹ situa-se no reino da lenda¹².

Após a morte de Alexandre (323) na Babilônia, travaram-se as lutas dos diádocos pelo poder, também pela posse do corredor siro-palestinense. Adversários eram Ptolomeu I Soter, Selêuco I Nicator e Antígono Monoftalmo, com seu filho Demétrio Poliorketes. Até a batalha de Ipsos, na Frígia (301), entre Antígono e uma coalizão dos outros diádocos sob o comando do general Lisímaco, o domínio sobre a Palestina mudou várias vezes — portanto, até que os dois grandes reinos diádocos orientais se consolidassem: o reino ptolomeu egípcio¹³, com seu centro na recém fundada Alexandria (*Iskenderiye*), e o reino selêucida mesopotâmico-sírio com a capital em Antioquia (*Antakya*), perto da foz do Orontes. Nessa divisão provisória do império de Alexandre, a Palestina e a costa fenícia ficaram, num primeiro momento, para os ptolomeus (301-200/198).

A província da Ásia Menor chamava-se oficialmente “*Syria e Phoinike*” (Síria e Fenícia), mas também era chamada de “*Koile Syrie*” (Coelesíria)¹⁴. Ao que tudo indica, ela não recebeu um funcionário superior comparável aos sátrapas persas, mas era administrada a partir do centro, de Alexandria, provavelmente pela chancelaria do *dioiketes*, o ministro da economia e das finanças, que era o segundo homem depois do rei. De resto, a política territorial ptolomaica se caracterizava pela tendência ao tamanho reduzido das unidades territoriais. Assumiam-se ou formavam-se hiparquias relativamente pequenas (também designadas de eparquias, correspondendo às províncias persas; em hebraico: *m^edínot*) e, abaixo delas, toparquias ainda menores (corres-

pondendo aos distritos persas; em hebraico: *p^elakim*). A isso se juntavam colônias gregas, comumente em cidades que eram integradas às unidades territoriais citadas ou então se tornavam autônomas através da concessão do direito de cidade (*polis*); a última alternativa aconteceu de modo hesitante sob os ptolomeus e, posteriormente, de modo mais freqüente sob os selêucidas. Aqui estão as raízes da urbanização do corredor siro-palestinense, que foi completada sob o domínio romano. Por fim, havia domínios reais, que certamente estão por trás da propriedade fundiária, situada a oeste e a leste do Jordão, do *dioiketes* Apolônio (261-246), no tempo de Ptolomeu II Filadelfo (285-246), e são citados nos papiros de Zenon¹⁵. São conhecidas as seguintes hiparquias palestineses:

1. *Judéia*, sob os sumos sacerdotes de Jerusalém. Há razões para supor que a Judéia gozasse de uma autonomia parcial dentro da administração e do sistema tributário ptolomaico.

2. *Samaria*, i. é, a colônia macedônia da cidade e a população (*ethnos*) do campo com o templo dos samaritanos cismáticos sobre o Garizim (*Djebel et-Tor*).

3. *Galiléia*, com a colônia grega autônoma de Citópolis (Bete-Seã, *Besan*), provavelmente um subúrbio da hiparquia.

4. *Iduméia*, formada de duas partes, a Iduméia Oriental com o subúrbio de Adoraim (*Dura*), e a Iduméia Ocidental com a metrópole de Marissa (Maresha, *Tell Sandahanne*), que era habitada principalmente por sidônios helenizados.

5. *Asdode*, i. é, a região filistéia, com a capital Jâmnia (*Yabne*).

Na planície litorânea surgiram algumas cidades autônomas (Jope, Ascalom, Gaza¹⁶) e uma pequena hiparquia na Planície de Sarom, ao sul do Carmelo. Esta última correspondia, mais ou menos, à antiga província assíria de *Du'ru*¹⁷; seu subúrbio parece ter sido Torre de Straton¹⁸, a posterior Cesaréia Marítima (*Qesarye*). Dor (*el-Burdj* junto a *et-Tantura*), como fortificação real, estava fora desse sistema complicado. Na Transjordânia, a política ptolomaica de redução das unidades territoriais maiores era visível de modo especialmente

9 Possivelmente os papiros do *Wadi ed-Daliye* se situam nesse contexto; veja supra, pp. 490s.

10 Pormenores em F.-M. ABEL, *Alexandre le Grand en Syrie et en Palestine*, RB, 43:528-545, 1934; RB, 44:42-61, 1935.

11 Flávio JOSEFO, Ant. XI,8,4-6 (§§ 321-345 Niese).

12 Cf. G. DELLING, *Alexander der Grosse als Bekenner des jüdischen Gottesglaubens*, *Journal for the Study of Judaism*, 12:1-51, 1981.

13 Cf. M. L. STRACK, *Die Dynastie der Ptolomäer*, 1897 (reimpresso em 1979).

14 Quanto a esse nome, cf. GALLING, *Studien*, pp. 201-203.

15 Pormenores a respeito da política territorial em V. TSCHERIKOVER, *Palestine under the Ptolemies; a Contribution to the Study of the Zenon Papyri*, *Mizraim*, 4-5:9-90, 1937; M. AVI-YONAH, *The Holy Land from the Persian to the Arab Conquest*, 1966; S. MITTMANN, *Zenon im Ostjordanland*, in: *Archäologie und Altes Testament*; coletânea em homenagem a K. Galling, 1970, pp. 199-210; R. S. BAGNALL, *The Administration of the Ptolemaic Possessions outside Egypt*, 1976 (Columbia Studies in the Classical Tradition, 4).

16 Cf. A. KASHER, *Gaza during the Greco-Roman Period*, *The Jerusalem Cathedral*, 2:63-78, 1982.

17 Veja supra, p. 354.

18 Quanto a isso, cf. A. RABAN, *The City Walls of Straton's Tower; Some New Archaeological Data*, *BASOR*, 268:71-88, 1987; R. ARAV, *Some Notes on the Foundation of Straton's Tower*, *PEQ*, 121:144-148, 1989.

inequívoco. Aí houve a fundação da cidade de Filadélfia, como sucessora da antiga Rabate-Amom, e a divisão de províncias e distritos. Os pormenores têm de ser omitidos aqui¹⁹. Deve-se registrar que os nabateus, que habitavam o território do antigo Edom desde o séc. 6/5 a.C., conservaram sua independência²⁰.

O domínio dos ptolomeus sobre “Síria e Fenícia” não era nada incontestado. Os selêucidas mesopotâmico-sírios cobiçavam o corredor e faziam de tudo para conquistá-lo. Durante o séc. 3 a.C. ocorreram nada menos do que cinco “guerras sírias”, em cujo decurso os ptolomeus conseguiram, num primeiro momento, assegurar suas posses na Ásia Menor: 1ª Guerra Síria (274-271), entre Ptolomeu II Filadelfo (285-246) e Antíoco I Soter (281-261); 2ª Guerra Síria (260-253), sob o selêucida Antíoco II Theos (261-246); 3ª Guerra Síria (246-241), entre Ptolomeu III Euergetes (246-221) e Selêuco II Kallinikos (246-226); 4ª Guerra Síria (221-217), entre Ptolomeu IV Filopator (221-204) e Antíoco III, o Grande (223-187). As movimentadas ocorrências dessas quatro primeiras guerras²¹ não podiam ficar sem efeitos em Jerusalém. Embora não saibamos muito a respeito disso, é possível perceber que começou a formar-se lentamente um partido pró-selêucida em Jerusalém. O sumo sacerdote Onias II suspendeu o pagamento de tributos, na 3ª Guerra Síria. Mais ou menos ao mesmo tempo, entretanto, ocorreu a ascensão dos tobiadas²². Os membros dessa família ambiciosa passaram a não se restringir mais a seu território transjordânico ao redor de ‘*Araq el-Emir*, mas interferiram decididamente na política jerosolimita, e o fizeram em favor dos ptolomeus. José, filho de Tobias, tornou-se o chefe do partido ptolomaico em Jerusalém; por causa de sua lealdade, até exerceu, entre mais ou menos 240 e 218, o cargo de supremo coletor de impostos de toda a província da Coelesíria. Nessa função ele se aproveitou rigorosamente da força econômica da Judéia para si e para os seus, agudizando as contradições sociais no campo; ocorre que os amigos dos ptolomeus eram os ricos. Quando, depois da 4ª Guerra Síria, eram ineludíveis a perda de poder e o ocaso do reino ptolomaico, ocorreu uma cisão dentro da família dos tobiadas: José bandeou-se para o lado selêucida, en-

quanto que seu filho Hircano permaneceu leal e teve de se retirar para ‘*Araq el-Emir*. Os sumos sacerdotes, que desde Onias II eram pró-selêucidas, durante a 2ª metade do séc. 3 a.C. não chegaram a destacar-se por sua competência política.

Na 5ª Guerra Síria (201-200/198), finalmente, Antíoco III conseguiu derrotar arrasadoramente o general ptolomaico Scopas, na batalha de Panion (Paneas, *Banyas*); isto foi no ano de 200 ou, segundo outros, no ano de 198 a.C. Com isso, “Síria e Fenícia” passaram para os selêucidas, e essa alteração de domínio foi confirmada pelo acordo de paz com Ptolomeu V Epifanes (204-181), no ano de 194/3. O domínio dos selêucidas²³ durou de 200/198 até 135 a.C. Em Jerusalém, Antíoco III²⁴ se apoiou nas forças pró-selêucidas que há muito já haviam trabalhado em favor da mudança de domínio: os membros da família de sumos sacerdotes dos oníadas, entre os quais se enaltece especialmente Simão II, o Justo (Eclo 50.1-24), e os tobiadas, que detinham o controle político. Antíoco III veio muito a seu encontro. Flávio Josefo, Ant. XII,3,3 (§§ 138-144 Niese), transmitiu um decreto no qual são concedidos privilégios consideráveis à comunidade do templo jerosolimita e à Judéia: libertação de prisioneiros, isenção de impostos e diminuição dos tributos de gêneros alimentícios por três anos, isenção de impostos, em princípio, para o pessoal do culto, para o conselho dos anciãos (*gerousia*) e os escribas (*grammateis*)²⁵. A política de benevolência selêucida para com Jerusalém, entretanto, não durou muito, uma vez que logo a seguir Antíoco III teve de aceitar sensíveis perdas de poder. A ascensão de Roma na 2ª Guerra Macedônica levou à batalha de Magnésia (190) e, em seguida, à paz de Apaméia (188), na qual os selêucidas perderam para os romanos todos os territórios europeus e muitos territórios da Ásia Menor pertencentes a seu reino. A perda de poder dos selêucidas continuou com fracassos ocorridos sob Selêuco IV Filopator (187-175) — e isso foi acompanhado, em Jerusalém, por uma selvagem luta pelo poder entre os oníadas e os tobiadas, em que houve mudanças rápidas, lamentáveis e, muitas vezes, indignas no cargo de sumo sacerdote. Jerusalém se tornou mais e mais uma cidade helenística (*polis*), com *gymnasion*, *ephebeion*, constituição helenística e com famílias de aristocratas totalmente ou, pelo menos, amplamente helenizadas. A cidade se enca-

19 Quanto à hiparquia de Amanite, cf. U. HÜBNER, *Die Ammoniter*, 1992, pp. 218ss.

20 Quanto à história e cultura dos nabateus, cf. N. GLUECK, *Deities and Dolphins; the Story of the Nabataeans*, 1965; M. LINDNER, ed., *Petra und das Königreich der Nabatäer*, 1970, 2. ed. 1989; ID., ed., *Petra; neue Ausgrabungen und Entdeckungen*, 1986; P. C. HAMMOND, *The Nabataeans — Their History, Culture and Archaeology*, 1973 (Studies in Mediterranean Archaeology, 37); E. A. KNAUF, *Ismael*, 2. ed., 1989, pp. 92-111 e os adendos às pp. 156-160; ID., BN, 22:30-34, 1983; A. KASHER, *Jews, Idumaeans and Ancient Arabs; Relation of the Jews in Eretz Israel with the Nations of the Frontier and the Desert during the Hellenistic and Roman Era*, 1988 (Texte und Studien zum antiken Judentum, 18).

21 Os embates dos diádocos em torno das áreas de interesse e de domínio no Oriente Próximo estão retratadas e interpretadas apocalipticamente em Dn 11.2-45.

22 Quanto a isso, cf. U. HÜBNER, *Die Ammoniter*, 1992, pp. 219-225; às pp. 217s. o autor se posiciona criticamente a respeito da “peça especulativa” de B. MAZAR, *The Tobitads*, IEJ, 7:137-145, 229-238, 1957.

23 Cf. A. BOUCHÉ-LECLERCQ, *Histoire des Séleucides (323-64 avant J.C.)*, 1913/4, 2 vols.; T. FISCHER, *Seleukiden und Makkabäer; Beiträge zur Seleukidengeschichte und zu den politischen Ereignissen in Judäa während der 1. Hälfte des 2. Jh. v. Chr.*, 1980.

24 Cf. H. H. SCHMITT, *Untersuchungen zur Geschichte Antiochos' des Grossen und seiner Zeit*, 1964 (Historia Einzelschriften, 6).

25 O texto do decreto, em grego, em TGI, 76s.; tradução em TGI, 3. ed., 89s. Cf. também E. BICKER-MANN, *La Charte séleucide de Jérusalem [1935]*, in: *Studies in Jewish and Christian History*, 1980, pp. 44-85.

minhava a passos largos para a crise, que surge com a resistência dos círculos fiéis à lei, que — de modo algum sem razão — consideravam a reforma constitucional um desprezo da Torá. A crise alcançou seu apogeu quando Antíoco IV Epífanes (175-164)²⁶ apareceu em Jerusalém, no contexto da 6ª Guerra Síria contra Ptolomeu VI Filometor (181-145), para acabar com os distúrbios que aí aconteciam. Ele conquistou a cidade duas vezes, em 169 e 168 a.C., depois que os romanos o impediram, por ultimato, de prosseguir com a guerra contra o Egito. Jerusalém tornou-se uma colônia militar helenística; iniciaram-se perseguições aos judeus fiéis à Torá e, para coroar tudo, no dia 6 de dezembro de 167 a.C. Antíoco IV mandou erigir um altar a Zeus olímpico em cima do grande altar de holocaustos do templo: a “abominação da desolação” do Livro de Daniel (Dn 11.31; 12.11). Isto foi o sinal para a eclosão da Revolta dos Macabeus.

A política territorial selêucida era exatamente oposta à dos ptolomeus: os soberanos preferiam grandes unidades territoriais, segundo o modelo das satrapias persas, divididas em províncias e distritos numerosos e cambiantes. Ao mesmo tempo, avançava vigorosamente o processo de helenização do Oriente, sustentado pelo número crescente de cidades gregas com um elevado grau de autonomia. Os pormenores nem sempre são facilmente apreensíveis²⁷. Depois da morte de Antíoco III (187), todo o território de Transeufrates foi subordinado a um “vice-rei” (*strategos, protarxes*) e dividido em duas grandes províncias: “*Seleukis*” (Síria) e “*Koile Syria e Phoinike*” (as antigas posses asiáticas dos ptolomeus). A grande província da Coelesíria, por sua vez, estava subdividida em várias eparquias (também designadas de *mereis*). O número exato destas não é conhecido e, decerto, também mudou. Em todo caso, percebe-se de modo inequívoco a tendência a formar grandes unidades: seguidamente aparecem várias hiparquias ptolomaicas reunidas numa eparquia selêucida. Em solo palestinese havia quatro eparquias:

1. *Samaria (Samaritis)*: Bem como no início do período persa²⁸, a Judéia pertencia à eparquia de Samaria (1 Mac 3.10). Entretanto, no decurso da Revolta dos Macabeus, a Judéia foi elevada ao *status* de eparquia, para aliviar o eparca samaritano. Os primeiros eparcas judaicos foram Nicanor e Báquides; no ano de 150 a.C., então, o sumo sacerdote hasmoneu Jônatas assumiu esse cargo. A eparquia da Samaria também englobava a Galiléia (1 Mac 10.30) e ainda, segundo Josefo (Ant. XIII,2,3 [§ 50 Niese]), a Peréia transjordânica e talvez a cidade portuária de Jope.

26 Cf. O. MORKHOLM, *Antiochus of Syria*, 1966 (Classica et Mediaevalia, 8); R. ABOS PADILLA, *Plädoyer für Antiochus IV. Epiphanes*, 1984.

27 Cf. M. AVI-YONAH, op. cit., pp. 42-51.

28 Veja supra, pp. 477s.

2. *Iduméia*: aumentada pela hiparquia ptolomaica de Asdode-Jâmnia. Gezer (*Tell Djezer*) tornou-se uma fortificação real para garantir a segurança da estrada para Jerusalém.

3. *Paralia*: a planície litorânea do *Ras en-Naqura* até o *Wadi'l-'Arish* (1 Mac 11.59; Josefo, Ant. XIII,5,4 [§ 146 Niese]), subdividida em várias unidades menores. Visto que a eparquia é mencionada pela primeira vez sob Antíoco V Eupator (164-162)²⁹, talvez ela tenha sido fundada durante ou pouco depois da Revolta dos Macabeus. Seu território estava dividido em duas partes, no meio das quais passava, na altura de Jâmnia (*Yabne*), Asdode (*Esdud*) e Jope (*Yaffa*), um corredor das eparquias de Samaria e Iduméia em direção ao Mar Mediterrâneo. Dor gozava do *status* de fortificação real, como sob os ptolomeus.

4. *Galaaditis*: a Transjordânia, incluindo os distritos de Gaulanitis, Bata-néia, Traconitis, Auranitis, Amonitis e Moabitis — mas sem a Peréia (a região dos tobíadas), que pertencia à eparquia de Samaria.

Nisso tudo, os selêucidas favoreciam a helenização das cidades: ou instalando comunidades greco-helenísticas especiais com direitos políticos dentro dos municípios (assim em Jerusalém, Aco/Ptolemaida, Hipo, Citópolis, Gaza, etc.) ou, então, através da helenização de cidades que anteriormente quase não haviam sido tocadas pela cultura e pelos costumes helenísticos. Neste último caso, não raro as localidades recebiam novos nomes, ocasionalmente vários em seguida: Dã/Antioquia (*Tell el-Qadi*), várias cidades com o nome de Selêucia na Transjordânia, Gadara/Antioquia/Selêucia (*Umm Qes*), etc. É óbvio que, na esteira da progressiva urbanização, a língua grega ganhava cada vez mais terreno. Também a cultura material, o traçado da cidade, a construção de templos e prédios públicos correspondem àquilo que se pode encontrar em todo o âmbito do Mar Mediterrâneo.

Não é muito fácil dizer que efeitos a helenização teve sobre a comunidade cúltica jerosolimita e, em geral, sobre o judaísmo palestinese³⁰. Todavia, devem ter sido consideráveis, sobretudo, naturalmente, sobre os círculos abastados e cultos. O helenismo era um poder formativo que não podia deixar de

29 Cf. B. ISAAC, A Seleucid Inscription from Jamma-on-the-Sea; Antiochus V Eupator and the Sidonians, IEF, 41:132-144, 1991.

30 Quanto a essa questão, cf. a monografia básica de M. HENGEL, *Judentum und Hellenismus*, 2. ed., 1973 (Wissenschaftliche Untersuchungen zum Neuen Testament, 10). A título de complementação, também W. HAASE, ed., *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*, vol. 21: *Religion*, 1984; Além disso, G. DELLING, *Perspektiven der Erforschung des hellenistischen Judentums*, HUCA, 45:133-176, 1974; A. KASHER, *Jews and Hellenistic Cities in Eretz-Israel*, 1990 (Texte und Studien zum antiken Judentum, 21); I. SHATZMAN, *The Armies of the Hasmonaeans and Herod; from Hellenistic to Roman Framework*, 1991 (Texte und Studien zum antiken Judentum, 25).

exercer influência mesmo numa religião tão exclusiva e com marcas tão fortes como a judaica, seja seduzindo, seja provocando rejeição. Vestígios múltiplos disso encontram-se na literatura: na historiografia, na literatura sapiencial, no incipiente apocalipsismo e em outros lugares. Não podemos supor que uma comunidade cultural cujos sumos sacerdotes usavam nomes oficiais como Jasão³¹ e Menelau tenha permanecido intocada pelo espírito helenístico³². E o que vale para o judaísmo palestinese vale muito mais e em grau ainda mais elevado para o judaísmo da diáspora, nos países do Mar Mediterrâneo. A grande comunidade judaica em Alexandria é o exemplo mais impressionante disso. Em seu meio surgiu paulatinamente, desde o séc. 3 a.C., a tradução grega do AT: a Septuaginta, sem dúvida a mais significativa contribuição do judaísmo helenístico para a história religiosa e intelectual de todo o judaísmo³³.

2. A Revolta dos Macabeus e a dinastia hasmonéia

Nos anos de 169-167 a.C.³⁴, Antíoco IV interferiu profunda e duradouramente na vida da cidade de Jerusalém, da comunidade do segundo templo e de todo o país da Judéia: em 169 ele saqueou o templo e entrou no Santo dos Santos — aos olhos dos judeus fiéis à lei, um sacrilégio horrendo (1 Mac 1.16-28; 2 Mac 5.15s.). Em 168, mandou o misarca Apolônio assaltar e devastar Jerusalém (1 Mac 1.29-35; 2 Mac 5.24-26), instalou uma colônia helenística na fortaleza de Acra³⁵, proibiu — sob pena de morte — todo o

culto judaico (1 Mac 1.41-51) e fundou, em dezembro de 167, o culto de Zeus Olímpico na sagrada praça do templo e sobre o Garizim, o do Zeus Xenios (1 Mac 1.54; 2 Mac 6.2). Com isso havia irrompido sobre o segundo templo a “abominação da desolação” (Dn 11.31; 12.11)³⁶. Esta foi a última gota; eclodiu a guerra religiosa. O sinal partiu da pequena localidade de Modein (*el-Midye*), a mais ou menos 10 km a leste de Lida (*Ludd*). Lá vivia o sacerdote Matatias, da estirpe de Hasmom³⁷, com seus cinco filhos, João, Simão, Judas, Eleazar e Jônatas. Matatias não apenas se recusou a oferecer sacrifícios pagãos, mas também matou um judeu que o fez e o funcionário selêucida que o havia exigido (1 Mac 2.1-26). Como não podia permanecer mais em Modin, em 166 a.C. ele foi para as montanhas e para o Deserto de Judá, com seus filhos e com outros sequazes, cujo número não parava de aumentar. A partir de lá, começou a guerrilha contra tropas selêucidas e judeus apóstatas (1 Mac 2.27-48): uma guerra na qual seu filho Judas, com o apelido Macabeu (em aramaico: *maqcabay*), “o homem do martelo”, se distinguiu, desde o início, de forma especial. Quando Matatias faleceu, ainda no ano de 166, Judas Macabeu tornou-se o cabeça do movimento que, por causa dele, é chamado de “movimento dos macabeus, revolta macabéia”. Judas era um guerreiro rude, um homem “semelhante a um leão em suas ações e como um leãozinho que se atira urrando sobre sua presa” (1 Mac 3.4), contudo, simultaneamente, também um político de nível, que conduziu à vitória o movimento por ele liderado, acabando com o sacrilégio religioso de Antíoco IV³⁸.

Nos anos de 166/5 a.C., Judas Macabeu travou três batalhas vitoriosas contra o assustado poderio militar selêucida³⁹: junto ao Alto Bete-Horom (*Bet 'Ur el-foqa*) contra o general Seron (1 Mac 3.13-26), junto a Emaús (*'Amwas*)

31 Sobre as inscrições em sua sepultura: N. AVIGAD & P. BENOIT, IEJ, 17:101-113, 1967. Cf. também H. ROWLEY, Menelaus and the Abomination of Desolation, in: *Studia Orientalia*; J. Pedersen dedicata, 1953, pp. 303-315.

32 Quanto à prática posterior sob os hasmoneus, cf. I. TAL, The Greek Names of the Hasmoneans, JQR, 78:1-20, 1987/88.

33 A carta pseudepigráfica de Aristéias, que narra a tradução da Torá para o grego por incumbência de Ptolomeu II Filadelfo (285-246), é legendária. Sua intenção consiste em afirmar a cooperação divina na tradução, portanto em assegurar dignidade canônica à Septuaginta. A carta origina-se do final do séc. 2 a.C. ou do início do séc. 1 a.C. Tradução para o alemão em E. KAUTZSCH, ed., *Die Apokryphen und Pseudepigraphen des Alten Testaments*, 1900, vol. 2, pp. 1-31.

34 A cronologia selêucida é muito bem conhecida, não por último com base na “Lista dos Selêucidas” do Museu Britânico; cf. A. J. SACHS & D. J. WISEMAN, A Babylonian King List of the Hellenistic Period, *Iraq*, 16:202-211, 1954; J. SCHAUENBERGER, Die neue Seleukidenliste BM 35603 und die makkabäische Chronologie, *Biblica*, 36:423-435. Tradução também em ANET, 3. ed., pp. 566s.

35 A localização da Acra é um problema permanente da topografia de Jerusalém. Em quase todos os anos da época inicial da publicação da ZDPV (desde 1878) encontram-se manifestações a esse respeito, e o mesmo ocorre em numerosas publicações científicas estrangeiras acerca da Palestina. A questão, até hoje, não está satisfatoriamente respondida. A concorrência se dá principalmente entre três localizações: no terreno da cidadela (*el-Qal'a*), nas proximidades do palácio dos hasmoneus no lado noroeste do antigo bairro judaico, e no lado sudeste da praça do templo. Na sequência dessas propostas, cf.: K. KENYON, *Jerusalem*; die heilige Stadt von David bis zu den Kreuzzügen, 1968, p. 146; M. AVI-YONAH, *Encyclo-*

pedia of Archaeological Excavations in the Holy Land, 1976, vol. II, p. 603; Y. TSAFRIR, The Location of the Seleucid Akra in Jerusalem, in: *Jerusalem Revealed, Archaeology in the Holy City*, 1968-1974 (1975), pp. 85s. Em minha opinião, também a concepção mais antiga de que a Acra teria se situado na colina sudeste não está totalmente descartada. Quanto ao exame crítico das fontes, cf. G. J. WIGHTMAN, Temple Fortresses in Jerusalem; Part I: The Ptolemaic and Seleucid Akras, *Bulletin of the Anglo-Israel Archaeological Society*, 9:29-40, 1989/90.

36 Quanto às razões dessas medidas que, no fundo, não correspondiam à política religiosa selêucida, cf. também H. L. JANSEN, *Die Politik Antiochos' IV.*, 1943.

37 Cf. Flávio JOSEFO, Ant. XII,6,1 (§ 265 Niese); Bell. Jud. I,3 (§ 36 Niese) — daí vem a designação “hasmoneus”.

38 Cf. B. NIESE, *Kritik der beiden Makkabäerbücher*; nebst Beiträgen zur Geschichte der makkabäischen Erhebung, 1900; E. BICKERMANN, *Der Gott der Makkabäer*; Untersuchungen über Sinn und Ursprung der makkabäischen Erhebung, 1937; J. G. BUNGE, Zur Geschichte und Chronologie des Untergangs der Oniaden und des Aufstiegs der Hasmonäer, *Journal for the Study of Judaism in the Persian, Hellenistic and Roman Period*, 6:1-46, 1975; B. BAR-KOCHVA, *Judas Maccabaeus*; the Jewish Struggle against the Seleukids, 1989; D. J. HARRINGTON, *The Maccabean Revolt*; Anatomy of a Biblical Revolution, 1988.

39 Cf. F.-M. ABEL, Topographie des campagnes machabéennes, RB, 32:495-521, 1923; 33:201-217, 371-387, 1924; 34:194-216, 1925; 35:206-222, 510-533, 1926.

contra os generais do vice-rei Lísias, Ptolomeu Nicanor e Górgias (1 Mac 3.27-4.25), e junto a Bete-Zur (*Hirbet et-Tubeqa*) contra o próprio Lísias (1 Mac 4.26-35). Na 2ª metade do ano de 164 a.C., então, ele foi a Jerusalém, cercou a Acra, para poder agir sem ser atrapalhado, e eliminou, lance por lance, as conseqüências da política religiosa de Antíoco IV, chegando até à solene reinauguração do templo profanado, no dia 14 de dezembro de 164. A memória deste dia é celebrada, até hoje, na festa judaica de Hanucá (1 Mac 4.36-59; 2 Mac 10.5-8; Josefo, Ant. XII,8,6-7 [§§ 316-327 Niese])⁴⁰. Para libertar seus correligionários judeus oprimidos, mas certamente também para ampliar sua esfera de poder, os macabeus empreenderam, em seguida, exitosas campanhas na Galiléia e na Transjordânia⁴¹, na Iduméia e na planície litorânea (163). Quando, porém, Judas, depois da morte de Antíoco IV, se preparava para sitiá-la guarnição selêucida na Acra em Jerusalém, Lísias — que exercia a regência para o menor de idade Antíoco V Eupator (164-162) — avançou com forte poderio militar, inclusive com elefantes de guerra, e derrotou os macabeus em Bete-Zacarias (*Beth Iskarye*), começando, por sua vez, a sitiá-la Jerusalém (1 Mac 6.17-54). Desavenças selêucidas internas, no entanto, levaram, depois de pouco tempo, a uma oferta de paz por parte de Antíoco V, a qual Judas aceitou. Ela praticamente suspendia as ordens de Antíoco IV, do ano de 167, que haviam sido o motivo imediato da guerra. O movimento dos macabeus chegara ao alvo.

As coisas poderiam e, na opinião de muitos, também deveriam ter ficado nisto, visto que o lado selêucida se mostrara disposto à paz. No ano de 162 a.C., subiu ao trono Demétrio I Soter (162-150), filho de Selêuco IV Filopator, e mandou eliminar Antíoco V e Lísias. Ele estava interessado em manter a paz no corredor, a qual também foi aparentemente favorecida, na Judéia, pelo fato de, com Alcimo, um membro legítimo da família zadoquida ocupar de novo o cargo de sumo sacerdote (1 Mac 7.1-25). Contudo, agora se evidenciou que no movimento macabeu havia mais do que a princípio se podia perceber. Ele começou a desenvolver uma agressiva dinâmica própria, com o objetivo de livrar-se totalmente das cadeias do domínio selêucida e conseguir independência política. Nem todos concordavam com a ampliação política do conflito. O partido dos “piedosos” (*hasidim*), que provavelmente é mais antigo do que o movimento dos macabeus, estava satisfeito com o alcançado e nada mais desejava senão poder praticar sua religião sem estorvos. Dele provieram, mais tarde, os fariseus. Do outro lado, Judas Macabeu e seus seguidores procuraram internacionalizar o conflito através de um pacto de apoio com Roma (1 Mac

8.17)⁴². Com os dois agrupamentos defrontavam-se os círculos helenizantes dos saduceus, preponderantemente membros das famílias sacerdotais aristocráticas, que provavelmente possuíam o apoio do sumo sacerdote Alcimo. Este, no entanto, entrou num apuro tal em Jerusalém, que teve de pedir ajuda a Demétrio I. No ano de 161 (ou 160) a.C., recomeçaram as ações bélicas: primeiro, Judas Macabeu derrotou arrasadoramente o general selêucida Nicanor em Adasa (*Hirbet 'Adase*), ao sul de Mispa (*Tell en-Nasbe*) (1 Mac 7.26-50), mas depois os macabeus sofreram uma derrota pesada, em abril de 160 a.C., no lugarejo não identificado de Elasa, perto de Jerusalém (1 Mac 9.1-22). Nessa batalha Judas Macabeu perdeu sua vida. Seus seguidores se retiraram para o deserto de Judá, na medida em que o comandante militar selêucida Báquides não os pegou, escolheram o irmão de Judas, Jônatas, como chefe e voltaram à guerrilha, como no início do levante macabeu.

No período subsequente, distúrbios graves, complicados e de longa duração em torno do trono selêucida permitiram que Jônatas tivesse uma ascensão lenta e constante (1 Mac 9.23-12.53). Os pormenores não podem ser descritos aqui. Em todo caso, Jônatas soube aproveitar-se habilmente do favor inconstante dos rivais pretendentes ao trono selêucida. A princípio, ele residiu em Micmás (*Muhmas*), porém mudou-se para Jerusalém em 152 a.C., onde se tornou sumo sacerdote — o primeiro de uma longa série de sumos sacerdotes hasmoneus que se estende até os tempos de Herodes. Em seguida, também recebeu as insígnias do poder político (1 Mac 10.15-21) e, por assim dizer, lançou a pedra fundamental para o reinado hasmoneu. Foi sucedido por seu irmão mais velho, Simão (142-135/4), que conseguiu ampliar consideravelmente o domínio sobre a Judéia. Em 141 a.C., ele conquistou a Acra em Jerusalém e, em 140, fez-se investir como etnarca (também *hegoumenos*; em hebraico: *nasi*), sumo sacerdote (*archiereus*) e comandante militar (*strategos*) (1 Mac 13.42; 14.25-49): uma acumulação de cargos que indica competências “régias” supremas nas esferas civil, religiosa e militar, apesar de se evitar o título *basileus*, “rei”⁴³. Simão cultivou relações com Roma e Esparta e alcançou consideráveis ampliações territoriais para a Judéia em direção ao norte e ao

42 Cf. T. LIEBMANN-FRANKFORT, Rome et le conflit judéo-syrien (164-161 av.n.ère), *L'Antiquité Classique*, 38:101-120, 1969; W. WIRGIN, Judah Maccabee's Embassy to Rome and the Jewish-Roman Treaty, *PEQ*, 101:15-20, 1969; A. GIOVANNINI-MÜLLER, Die Beziehungen zwischen Rom und den Juden im 2. Jh. v.Chr., *Museum Helveticum*, 28:156-171, 1971; D. TIMPE, Der römische Vertrag mit den Juden 161 v.Chr., *Chiron*, 4:133-152, 1974; T. FISCHER, Zu den Beziehungen zwischen Rom und den Juden im 2. Jh. v.Chr., *ZAW*, 86:90-93, 1974.

43 Quanto à possibilidade de uma relação do SI 110 com a investidura do hasmoneu Simão, cf. H. DONNER, Der verlässliche Prophet; Betrachtungen zu I Makk 14,41ff. und zu Ps 110 [1991], in: ID., *Aufsätze zum Alten Testament*, 1994, pp. 213-223. Essa tese tem, como se sabe, uma idade venerável; cf., p. ex., B. DUHM, *Die Psalmen*, 1899, pp. 254-256 (KHC, XIV).

40 Cf. E. NODET, La dédicace, les Maccabées et le Messie, *RE* 93:321-375, 1986.

41 Cf. K. GALLING, Judäa, Galiläa und der Osten im Jahre 164 v.Chr., *PJB*, 36:43-77, 1940.

oeste, sem ser atrapalhado em suas campanhas militares pelos fracos selêucidas. Seu período de governo foi tido como tempo de paz e prosperidade (1 Mac 14.4). Na historiografia do 1º Livro dos Macabeus ressoam tons salomônicos, quase messiânicos. Junto com dois de seus filhos, Simão foi assassinado num banquete em Doque, junto a Jericó (*'Ayn Duq*), por seu genro Ptolomeu. Embora este aspirasse ao domínio, não o conseguiu obter, pois o filho de Simão, João, havia sido alertado e se impôs como sucessor de seu pai.

Com este filho, que, com o nome de João Hircano I (135/4-104), ocupou os cargos de seu pai, começou o reinado da dinastia dos hasmoneus⁴⁴, embora o próprio João Hircano não tenha assumido o título de rei. Pouco depois do início de seu governo, Antíoco VII Sidetes (138-129) ocupou a Judéia e sitiou Jerusalém. Contudo, não pôde colher os frutos dessas campanhas, a princípio exitosas, por causa da situação geral de fragilidade do reino selêucida. Depois de Antíoco ter sido morto na guerra contra os partos (130-129), a Judéia era, de fato, independente, e João Hircano, um regente soberano sob uma suserania selêucida apenas nominal. Nos anos após 129 a.C., ele ampliou seu território para diversos lados: na Transjordânia, conquistou Mádaba (*Madeba*) e as localidades circunvizinhas — portanto, a região de *el-Belqa* —; no norte, Siquém e o santuário samaritano sobre o Garizim; no sul, as localidades de Adora (*Dura*) e Maressa (*Maresha*, *Tell Sandahanne*). Mandou circuncidar à força os idumeus e fez deles membros da comunidade cúltica de Jerusalém (Flávio Josefo, Ant. XIII,9,1 [§§ 254-258 Niese]). No ano de 108/7 a.C., por fim, ele também conquistou Samaria (*Sebaste*) e Citópolis-Bete-Seã (*Besan*). Apesar, ou talvez justamente por causa de todos esses sucessos políticos e militares, seu domínio não era incontestado. A resistência provinha sobretudo dos círculos dos fariseus, que tinham suas origens nos “piedosos” (*hasidim*)⁴⁵, os antigos aliados dos macabeus. Para os fariseus, o governo dos hasmoneus há muito se tornara por demais mundano-político e muito pouco religioso (Josefo, Ant. XIII,10,5s. [§§ 288-298 Niese]). Para obter um equilíbrio de forças, João Hircano se apoiou no partido dos saduceus, de orientação helenís-

tica, i. é, na rica aristocracia sacerdotal. Percebe-se que o Reino Hasmoneu não era popular nem se firmara internamente. Constantes conflitos internos caracterizaram todo o período dos hasmoneus.

Sob Aristóbulo I (104-103) evidenciaram-se, pela primeira vez, os traços de tenebrosa degeneração na família dos hasmoneus: Aristóbulo colocou na prisão sua mãe, que João Hircano havia designado sua sucessora, deixando-a morrer de fome aí. Colocou atrás das grades também três de seus irmãos e assassinou um quarto. Ele assumiu o título de rei e obrigou os itureus à circuncisão (Josefo, Ant. XIII,11,3 [§§ 318s. Niese]); portanto, ampliou seu território até a fronteira setentrional da Galiléia. Alexandre Janeu (103-76), o terceiro filho de João Hircano I, casou-se com Salomé Alexandra, a viúva de seu irmão Aristóbulo. Suas guerras, cheias de vicissitudes⁴⁶, finalmente o levaram, apesar de muitos reveses, a possuir toda a Palestina, inclusive grande parte da Transjordânia e da planície litorânea, estendendo-se até Rinocorura (perto de *el-'Arish*). Ele se envolveu em reiterados conflitos bélicos com os nabateus, que, sob os reis Obodas I (cerca de 93-85) e Aretas III (cerca de 85-62)⁴⁷, haviam ampliado seu domínio, a partir de seu território original na antiga região dos edomitas, para o norte — até Damasco. Ao mesmo tempo, também procuraram acesso ao Mar Mediterrâneo na direção oeste. Internamente, o antagonismo com os fariseus alcançou seu apogeu. Temporariamente reinou uma situação semelhante à de uma guerra civil, que o inescrupuloso Alexandre Janeu enfrentou com um sangrento regime de terror. Quando ele faleceu, durante o sítio de Ragaba (*er-Ragib*), na Transjordânia, Salomé Alexandra (76-67) apoderou-se do trono, proporcionando ao Reino Hasmoneu uma trégua através de um governo pacífico, visando um acordo com os fariseus. Ela transformou seu filho mais velho, o indeciso príncipe herdeiro Hircano (II), em sumo sacerdote; já ao mais novo, um homem decidido, Aristóbulo II, ela manteve sob controle enquanto estava viva. Depois da morte de Salomé, os dois irmãos brigaram por sua sucessão (Josefo, Ant. XIV,1,2-4 [§§ 4-18 Niese]). Aristóbulo derrotou Hircano junto a Jericó, depois o sitiou no castelo de Baris⁴⁸, no lado setentrional da praça do templo em Jerusalém, obrigando-o a render-se e, de certa maneira, a aposentar-se. Isto, no entanto, apenas por pouco tempo; pois entrementes Antípater, provavelmente governa-

44 Cf. S. ZEITLIN, *The Rise and Fall of the Judaean State*, 1962, vol. I; J. EFRON, *Studies on the Hasmonean Period*, 1987 (Studies in Judaism in Late Antiquity, 39); A. KASHER, *The Changes and Ethnic Composition of the Hasmonaean Army*, JQR, 81:325-351, 1990/91.

45 Cf. J. WELLHAUSEN, *Die Pharisäer und die Sadducäer; eine Untersuchung zur inneren jüdischen Geschichte* [1874], 3. ed., 1967; L. FINKELSTEIN, *The Pharisees; the Sociological Background of Their Faith* [1938], 3. ed., 1946; R. MEYER, *Tradition und Neuschöpfung im antiken Judentum, dargestellt an der Geschichte des Pharisäertums*, 1946 (Sitzungsberichte der Sächsischen Akademie der Wissenschaften, philosophisch-historische Klasse, 110,12); J. NEUSNER, *From Politics to Piety; the Emergence of Pharisaic Judaism*, 1973; C. THOMA, *Der Pharisäismus*, in: J. MAIER & J. SCHREINER, eds., *Literatur und Religion des Frühjudentums*, 1973, pp. 254-272; J. KAMEN, *The Hasideans and the Origin of Pharisaism; a Study in 1 and 2 Maccabees*, 1988 (SBL, Sept. and Cogn. Studies, 24); A. J. SALDARINI, *Pharisees, Scribes and Sadducees in Palestinian Society; a Sociological Approach*, 1989.

46 Cf. M. STERN, *The Political Background of the Wars of Alexander Jannai*, *Tarbiz*, 33:325-336, 1963/4 (hebraico); E. STERN, *Judea and Her Neighbors in the Days of Alexander Jannaeus*, *The Jerusalem Cathedral*, 1:22-46, 1981; S. GIBSON & D. URMAN, *Three Coins of Alexander Jannaeus from El'Al in the Golan Heights*, *Bulletin of the Anglo-Israel Archaeological Society*, 10:67-72, 1990/91.

47 Cf. A. NEGEV, *The Chronology of the Middle Nabatean Period*, *Yediot*, 31:189-202, 1966/67.

48 Quanto a isso, cf. G. J. WIGHTMAN, *Temple Fortresses in Jerusalem; Part II: The Hasmonean Baris and Herodian Antonia*, *Bulletin of the Anglo-Israel Archaeological Society*, 10:7-35, 1990/91.

dor da Iduméia, havia posto o sul sob seu controle e começou a apoiar Hircano. Ele o persuadiu a fugir para Petra, junto ao rei dos nabateus, Aretas III, que prometeu conduzi-lo ao trono jerosolimita em troca da cedência de territórios da Transjordânia. Chegou a criar-se a situação singular de um sítio nabateu a Jerusalém e à praça do templo, que colocou Aristóbulo II em grande aperto. Todavia, Pompeu já esperava em Damasco para tirar proveito da briga dos irmãos. Este foi o glório fim da dinastia hasmonéia.

3. A Palestina sob o domínio dos romanos⁴⁹

As legiões da república romana, que haviam começado a se engajar politicamente no Oriente já desde mais ou menos 200 a.C., passaram, nos anos sessenta do séc. 1 a.C., como um rolo compressor por cima dos países do Oriente Próximo e eliminaram os restos do Reino Selêucida, assim como os pequenos estados e também o Reino Hasmonéu na Palestina. No ano de 64/3 a.C. Pompeu Magno apareceu na Síria; em 63, entrou em Jerusalém, sitiou e conquistou a área do templo, provocou um banho de sangue, entrou e profanou o Santo dos Santos e assumiu a Judéia como Estado-vassalo de Roma sob a fraca autoridade do sumo sacerdote Hircano II, do qual tirou o título de rei⁵⁰. Os detalhes do indigno espetáculo de como os notáveis de Jerusalém se empenharam pelo favor dos romanos e de como, ao mesmo tempo, se combatiam entre si não podem ser apresentados aqui. Pode-se ler tudo isso no 14º livro das *Antiguidades Judaicas* de Flávio Josefo (Ant. XIV,3-16), inclusive as constantes trocas de domínio e os sangrentos dramas familiares em Jerusalém. Mais importante é examinar os resultados político-territoriais do reordenamento do Oriente, em especial da Palestina, levado a efeito pelos romanos⁵¹. Com as partes ocidentais do Reino Selêucida os romanos formaram a província da Síria, à qual pertencia a Palestina. Seus primeiros procuradores, que tiveram grande participação na reorganização da situação

palestinense, foram M. Emílio Scauro (63-57) e A. Gabínio (57-55). Os romanos tinham interesse em dissolver o Reino Hasmonéu e anular a maioria de suas conquistas. Eles diminuíram o Estado tributário judeu, tiraram-lhe o acesso ao Mar Mediterrâneo e desvincularam do território as cidades helenísticas, nas quais estavam muito interessados como dóceis alunos da civilização greco-helenística⁵². Devem-se mencionar sobretudo as seguintes cidades:

a) na planície litorânea: Dor (el Burdj junto a et-Tantura), Torre de Straton (mais tarde Cesaréia Marítima⁵³, Qesarye) Aretusa (provavelmente a bíblica Afeque, na época helenística Pegai, desde Herodes Antipátrida, Ras el-'Ayn), Apolônia (Arsuf), Jope (Yaffa), Jâmnia (Yabne), Azoto (Asdode, Esdud), Gaza (Gazze);

b) no interior da Cisjordânia: Samaria (Sebastye) e Maressa (Maresha, Tell Sandahanne);

c) na Transjordânia setentrional: a associação de cidades da Decápole, provavelmente fundada entre 64 e 61 a.C.⁵⁴. Segundo Plínio, nat. hist. V,74, pertenciam a ela: Damasco, Filadélfia ('Amman), Rafana (er-Rafe ao norte de Sheh Meskin), Citópolis (Besan), Gadara (Umm Qes), Hipos (em aramaico: Susita, em árabe: Qal'at el-Höçn, na margem oriental do Lago de Genezaré), Dium (Tell el-Ash'ari?), Pela (Tabaqat Fahil), Gerasa (Djerash) e Canata (el-Qanawat no Hauran). O número e a ordem dessas cidades, mais tarde, se modificaram várias vezes e consideravelmente: Damasco e Rafana caíram fora, Abila (Tell Abil, a aproximadamente 20 km a leste de Gadara) entrou, etc.

O território judaico remanescente, descontando esses territórios urbanos, compreendia: a Judéia com inclusão das toparquias Lida (Ludd), Haramata (Rentis), Aferema (et-Tayyibe) e Acraba ('Aqrabe); a região de Gezer (Tell Djezer); a Iduméia oriental; a Galiléia (sem a Planície de Meguido); a Peréia, como estreita faixa de terra entre Amatus ('Ammata, na saída do Wadi Radjib), no norte, e Maqueros (Hirbet el-Mukawer), no sul. Gabínio dividiu esse território em cinco distritos com as capitais Jerusalém, Gazara (Gezer), Jericó, Amatus e Séforis (Saffurye). Em 47 a.C., Julio César anulou novamente essa divisão e acrescentou Jope e a Planície de Meguido. Na rápida mudança de medidas político-territoriais percebe-se que os romanos, na primeira fase de sua hegemonia na Palestina, estavam impedidos, por sua insegurança subjetiva

49 Bibliografia básica: U. BAUMANN, *Rom und die Juden; die römisch-jüdischen Beziehungen von Pompeius bis zum Tode des Herodes* (63 v.Chr.-4 v.Chr.), 1983 (*Studia Philosophica et Historica*, 4); P. BILDE, *Flavius Josephus between Jerusalem and Rome; His Life, His Works and Their Importance*, 1988 (*Journal for the Study of the Pseudepigrapha*, Suppl. Ser., 2); B. ISAAC, *The Limits of Empire; the Roman Army in the East*, 1990.

50 Cf. F.-M. ABEL, *Le siège de Jérusalem par Pompée*, RB, 54:243-255, 1947.

51 Cf. E. BÄMMEL, *Die Neuordnung des Pompeius und das römisch-jüdische Bündnis*, ZDPV, 75:76-82, 1959; ID., *The Organization of Palestine by Gabinius*, *Journal of Jewish Studies*, 12:159-162, 1961; E. M. SMALLWOOD, *Gabinius' Organisation of Palestine*, *Journal of Jewish Studies*, 18:89-92, 1967; A. D. MOMIGLIANO, *Ricerche sull'organizzazione della Giudea sotto il dominio romano (63 a.C.-70 d.C.)*, 1934, 2. ed. 1967; E. M. SMALLWOOD, *The Jews under Roman Rule*, 2. ed., 1981; J. S. McLAREN, *Power and Politics in Palestine; the Jews and the Governing of their Land 100 BC-70 AD*, 1991 (JSNT, Suppl. Ser., 63).

52 A respeito da política de urbanização dos romanos no Oriente, veja A. H. M. JONES, *The Cities of the Eastern Roman Provinces*, 1937, 2. ed. 1971.

53 Cf. H. K. BEEBE, *Caesarea Maritima; Its Strategic and Political Significance to Rome*, JNES, 42:195-207, 1983.

54 Cf. H. BIETENHARD, *Die Dekapolis von Pompeius bis Traian; ein Kapitel aus der neutestamentlichen Zeitgeschichte*, ZDPV, 79:24-58, 1963, agora em: *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*, II, 8; S. T. PARKER, *The Decapolis Reviewed*, JBL, 94:437-441, 1975; além disso, B. ISAAC, ZPE, 44:67-74, 1981.

e por dificuldades objetivas, de tomar as rédeas firmemente em suas mãos. Evidenciou-se que a Palestina não podia ser medida com o mesmo côvado romano como, p. ex., a Gália, a Britânia ou a Dalmácia.

Por isso, provavelmente não foi inoportuno para os romanos que um de seus mais fervorosos e inescrupulosos admiradores, o idumeu judaizado Herodes, filho de Antípater, lhes tenha tirado parte da preocupação pela Palestina. Já nos anos quarenta do séc. 1 a.C., Herodes, junto com seu irmão Fasael, havia se tornado um dos homens mais poderosos na Judéia. Ambos os irmãos eram comandantes militares e governadores distritais (*strategoi*), além de adversários conjurados do hasmoneu Antígono (40-37), investido pelos partos. A invasão da Palestina pelos partos obrigou Herodes a fugir para Roma, onde, no ano de 40 a.C., o senado o nomeou formalmente rei da Judéia. Seu domínio, entretanto, primeiro tinha de ser imposto no país, e para tanto os romanos, depois de uma hesitação inicial, prestaram um eficiente auxílio militar, sob o comando supremo do procurador da província da Síria, C. Sósio. No ano de 37 a.C., Sósio e Herodes conquistaram Jerusalém, e, depois disso, Herodes se pôs energeticamente a construir uma estrutura estatal relativamente autônoma, embora dependente dos romanos⁵⁵. Ele ocupava, dentro do Império Romano, a posição de “rei aliado” (*rex socius*), i. é, estava imediatamente subordinado ao *princeps* e ao senado e não respondia perante o procurador da província da Síria. Ele tinha de fornecer tropas auxiliares e assegurar a fronteira do império contra os nabateus no leste e no sul. Para seu reinado extraordinariamente longo (37-4), mais uma vez Flávio Josefo é a fonte principal: Ant. XV,1-XVII,8 e Bell. Jud. I,18-33. Quase sem esforço Herodes conseguiu o favor dos romanos, mesmo depois de seu protetor, Marco Antônio, ter sido derrotado por Otaviano na batalha de Actium (31). Através de doações, de superposição administrativa e, ocasionalmente, também através de conquista, tomou conta de mais e mais áreas, que tornaram seu território no mínimo tão grande quanto o dos hasmoneus, dos quais se sentia herdeiro. Pouco depois de 31 a.C., ele recebeu de Otaviano Augusto as frutíferas terras ao sul do Vale do Jordão, sobretudo o oásis de Jericó, que Marco Antônio havia dado de presente à rainha egípcia Cleópatra VII como domínio. Entre 30 e 23 a.C. acrescentaram-se numerosas cidades helenísticas: Gaza (*Ghazze*),

Antedon (*Têda* junto a *Ghazze*), Apolônia (*Arsuf*), Torre de Straton (cujo nome foi mudado para *Caesarea maris* ou *maritima* em homenagem a Augusto, *Qeçarye*), Gadara (*Umm Qes*), Hipos (*Qal'at el-Höçn*), Paneas (*Banyas*), etc. Herodes ampliou Samaria faustosamente e chamou-a de *Sebaste*, “cidade do imperador” (em latim: *Augusta*), em homenagem a Augusto. Aproximadamente em 23 a.C. e mais tarde ele também ganhou as regiões de Traconites, Auranites e Batanéia na Transjordânia Setentrional. Nisso tudo ele se empenhou pela colonização intrajudaica das áreas recém adquiridas, apesar da forte promoção da cultura helenística, sendo também neste aspecto um sucessor dos hasmoneus. Fora de sua esfera de domínio permaneceram Dor e a parte ocidental da serra do Carmelo, a baía de Aco, partes da Decápolis, Amonitis e Moabititis. Herodes levou habilmente em conta as diferenças entre as cidades e as áreas rurais: embora as cidades helenísticas fossem autônomas *de iure*, elas se encontravam sob a inspeção de funcionários régios; e na “terra do rei”, habitada preponderantemente por judeus, valiam ao mesmo tempo a autoridade do sinédrio de Jerusalém e a administração estatal herodiana⁵⁶. Em quase todas as partes do país, Herodes realizou infatigavelmente obras colossais⁵⁷. Ele fez brotar do chão cidades inteiramente novas (p. ex., Fasaelis = *Hirbet Façayil*, ao norte de Jericó), mandou renovar cidades antigas (p. ex., Cesaréia Marítima, Antipátride, Samaria) e construir em toda parte palácios, templos para o culto ao imperador e fortificações. Em especial as fortificações, na forma de restos impressionantes, são visíveis até hoje como testemunhas do luxo, mas também do medo e do terror: a cidadela de Jerusalém (*el-Qal'a*) com as três imponentes torres de Fasael, Hípico e Mariane; Hircânia (*Hirbet Mird*, na planície de *el-Buqe'a*); Herodeion com a sepultura de Herodes (*Djebel Ferdes* ou *Furedis*, junto a Belém); Massada (*es-Sebbe*, na margem ocidental do Mar Morto); Cipros (*Aqbet Djabr*), acima do palácio de inverno de Herodes junto a Jericó (*Tilal Abu'l-'Alayik*); Alexandreion (*Qarn Çartabe*, onde o *Wadi Far'a* desemboca no Vale do Jordão); Maqueros, no lado oriental do Mar Morto (*el-Meshneqe* junto a *Hirbet el-Mukawer*). Algumas delas já existiam sob os hasmoneus, mas receberam sua forma definitiva através de Herodes⁵⁸. A partir de 20/19 a.C., Herodes dedicou-se à ampliação de Jerusalém, sobretudo do templo e da área sagrada a ele pertencente (*Haram esh-She-rif*). O esplendor e a magnificência desse complexo de construções sacras são

55 Cf. S. PEROWNE, *The Life and Times of Herod the Great*, 1956; W. E. FILMER, *The Chronology of the Reign of Herod the Great*, JThSt.NS, 17:283-298, 1966; I. SANDMEL, *Herod; Profile of a Tyrant*, 1967; A. SCHALIT, *König Herodes; der Mann und sein Werk*, 1969 (*Studia Judaica*, 4); M. STERN, *The Reign of Herod and the Herodian Dynasty*, in: *Compendia Rerum Judaicarum ad Novum Testamentum*, I,1, 1974, pp. 216-308. Quanto a todas as questões da história contemporânea e cultural, cf. naturalmente também G. VERMÈS; F. MILLER; E. SCHÜRER, *History of the Jewish People in the Time of Jesus Christ*, 1973ss.; J. LEIPOLDT & W. GRUNDMANN, *Umwelt des Urchristentums*, 1965-1967, 3 vols.

56 Quanto às questões político-territoriais e administrativas, cf. M. AVI-YONAH, op. cit., pp. 86-101.

57 Cf. D. M. JACOBSON, *King Herod's "Heroic Public Image"*, RB, 95:386-403, 1988.

58 Cf. O. PLÖGER, *Die makkabäischen Burgen* [1955], in: ID., *Aus der Spätzeit des Alten Testaments*, 1971, pp. 102-133; G. HARDER, *Herodes-Burgen und Herodes-Städte im Jordangraben*, ZDPV, 78:49-63, 1962; Y. TSAFRIR, *The Desert Fortresses of Judaea in the Second Temple Period*, *The Jerusalem Cathedra*, 2:120-145, 1982.

descritos detalhadamente e com admiração por Flávio Josefo em Ant XV,11 e Bell. Jud. V,5⁵⁹.

É óbvio que isso tudo não pôde ser realizado sem o intensivo e violento emprego de todas as forças. E Herodes, apesar de conseguir um período de paz para seu país dentro da *pax Romana*, não passava de um tirano. Ele espalhou terror e derramou sangue — correspondendo inteiramente à imagem dele que a lenda do assassinato de crianças em Belém (Mt 2) esboça⁶⁰. Mandava assassinar em série adversários efetivos ou supostos. Neste sentido não poupava nem sua própria família nem a dos hasmoneus, com a qual estava aparentado através de sua segunda mulher, Mariane, a sobrinha-neta do sumo sacerdote Hircano II. Foram vítimas de seu ódio e desconfiança: sua sogra Alexandra, sua mulher Mariane, seus filhos Alexandre, Aristóbulo e Antípater — este poucos dias antes da morte de Herodes —, o octogenário ex-sumo sacerdote Hircano (II), o sumo sacerdote Aristóbulo e muitos outros. Sua maneira inescrupulosa de lidar com o cargo de sumo sacerdote, que ele, por razões políticas, manipulava para lá e para cá, o tornou ainda mais odiado nos círculos da comunidade cultural jerosolimita do que ele, de qualquer modo, já era como estrangeiro e amigo dos romanos⁶¹. Todos os seus esforços de se portar como judeu e nem mesmo a construção do templo puderam alterar algo nesse fato. O partido saduceu estava fraco e era dominado com facilidade por Herodes. Para os fariseus e, de modo especial, para os piedosos simples do interior ele representava a corporificação do mal e do desprezível. Quando, no ano de 4 a.C., ele faleceu em Jericó, depois de uma doença dolorosa, e foi sepultado com pompa no Herodeion, o país respirou aliviado.

Contudo, havia poucos motivos para isso, visto que durante sua vida Herodes não havia conseguido resolver satisfatoriamente o problema de sua sucessão. Ele não achava ninguém a quem quisesse entregar o reino em toda a sua extensão; por isso o dividira testamentariamente entre seus filhos mais moços. Como o testamento tinha de ser homologado pelo imperador Augusto, os filhos de Herodes fizeram fila nas portas de Roma: cada um queria conseguir para si o mais que pudesse. Augusto seguiu basicamente o testamento de Herodes e, com isso, fundou os quatro estados sucessórios de Herodes:

1. Judéia, Iduméia⁶², Samaria e a região costeira de Cesaréia Marítima

sob o etnarca Arquelau. As cidades de Gaza, Gadara e Hipos foram excluídas e subordinadas diretamente ao procurador da província da Síria.

2. Galiléia e Peréia sob o tetrarca⁶³ Herodes Antipas.

3. Batanéia, Traconitis, Auranitis, Gaulanitis, Paneas e Ulata (a região de Hule) sob o tetrarca Felipe.

4. Azoto (Asdode), Jâmnia e Fasaelis como posse de Salomé, a irmã de Herodes, sob a inspeção do etnarca Arquelau.

Os sucessores de Herodes continuaram com a construção e ampliação de cidades helenísticas em seus respectivos territórios: Arquelau fundou Arquelaide no Vale Ocidental do Jordão (*Hirbet el-'Odja et-tahta*); Herodes Antipas completou, por volta do ano de 18 a.C., Tiberíades (*Tābarye*) e Lívias/Júlias no Vale Oriental do Jordão (*Tell Iktanu* com *Tell er-Rame*); Filipe ampliou Paneas (*Banyas*) e a chamou de Cesaréia de Filipe, além de Betsaida na extremidade setentrional do lago de Genezaré, com o novo nome de Júlias⁶⁴.

O experimento dos estados sucessórios herodianos, no entanto, estava fadado ao fracasso⁶⁵. Nenhum dos filhos de Herodes possuía o perfil do pai. Fonte principal é novamente Flávio Josefo: Ant. XVII,13-XIX,9 e Bell. Jud. II,7-12. A conseqüência dos distúrbios que logo começaram foram freqüentes alterações territoriais produzidas ou pelo menos sancionadas pelos romanos. Já em 6 d.C., Augusto desterrou Arquelau para Viena, na Gália (Vienne, ao sul de Lyon), transformando o primeiro e maior dos estados sucessórios herodianos na região administrativa procuratória da Judéia, sob o governo de “procuradores”, com sede em Cesaréia Marítima, dos quais Pôncio Pilatos (26-36)⁶⁶ é o mais conhecido. A Judéia foi dividida em 11 toparquias: Jerusalém, Gofna (*Djifna*), Acraba (*'Aqrabe*), Târna (*Tibne*), Lida (*Ludd*), Emaús (*'Amwas*), Betlefeza (*Bet Nettif*), Iduméia, En-Gedi (*'En Djidi*), Herodeion (*Djebel Ferdes*) e Jericó (*Eriha*). A administração e o exército dos romanos respeitavam, na medida do possível, o caráter especial da comunidade cultural de Jerusalém: exigia-se o juramento ao imperador, mas não a participação no culto ao imperador. Por volta de 10 d.C. faleceu Salomé; o Vale Meridional do Jordão ficou como domínio para a imperatriz Lívia, e mais tarde para o imperador Tibério. O tetrarca Herodes Antipas, a autoridade governamental de

59 A respeito de Jerusalém no período herodiano e pós-herodiano, veja a obra clássica de J. JEREMIAS, *Jerusalém no tempo de Jesus*, 2. ed., São Paulo, Paulinas, 1986.

60 O ódio lançado sobre ele em círculos judeus e mais tarde cristãos é sem precedentes. Cf., p. ex., B. A. SCHALIT, Die frühchristliche Überlieferung über die Herkunft der Familie des Herodes; ein Beitrag zur Geschichte der politischen Invektive in Judäa, *Annual of the Swedish Theological Institute*, 1:109-160, 1962.

61 Cf. E. M. SMALLWOOD, High Priests and Politics in Roman Palestine, *JThSt.NS*, 13:14-34, 1962.

62 Cf. M. GIHON, Idumea and the Herodian Limes, *IEJ*, 17:27-42, 1967.

63 Lutero: *Vierfürst* (príncipe quádruplo) — um título grego de pequenos dinastas da Ásia Menor e do Oriente Próximo, pressupondo originalmente a figura de um território coeso, organizado de acordo com os quatro pontos cardeais (regiões do mundo).

64 Cf. M. AVI-YONAH, op. cit., pp. 102-107.

65 Cf. A. H. M. JONES, *The Herods of Judaea*, 1938, 2. ed. 1967; S. PEROWNE, *The Later Herods; the Political Background of the New Testament*, 1958.

66 Cf. J.-P. LÉMONON, *Pilate et le gouvernement de la Judée*, 1981.

Jesus, manteve-se por um tempo relativamente longo (4 a.C.-39 d.C.)⁶⁷. Primeiramente ele residiu em Séforis (*Çaffurye*), e mais tarde em Tiberíades (*Tābarye*). Sua falta de escrúpulos, e mais ainda a ambição de sua esposa Herodias, uma neta de Herodes, por fim fizeram-no cair. Depois de ter de suportar uma derrota contra os nabateus, em 36 d.C., e de também tentar obter ainda o título de rei, ele se tornou suspeito para os romanos. O imperador Calígula o depôs em 39 d.C., desterrando-o para Lugdunum, na Gália (Lyon). Seu território passou para Agripa I, um neto de Herodes favorecido por Calígula. A tetrarquia de Filipe (4 a.C.-34 d.C.) passou, depois da morte do tetrarca, primeiro para o pró-consul da Síria e, em 37 d.C., igualmente para Agripa I.

Esse neto de Herodes, que se demorava mais em Roma do que na Palestina e que ganhou o favor dos imperadores Calígula⁶⁸ e Cláudio, entre 41 e 44 conseguiu reunir mais uma vez quase todo o território de seu avô sob seu cetro⁶⁹. Calígula transformou-o em rei, e, em 41 d.C., Cláudio lhe passou a região administrativa procuratória da Judéia, o território de seu tio desterrado, Arquelau. Agripa I superou razoavelmente os distúrbios que surgiram no império por causa da tentativa de Calígula de forçar todos os súditos a prestar culto ao imperador. Na medida do possível, ele ficou de fora — também quando a situação se agravou perigosamente em Alexandria⁷⁰ e Jerusalém por causa da exigência de culto ao imperador. Quando, depois do assassinato de Calígula, Cláudio desistiu de impor o culto ao imperador entre os judeus, Agripa I já havia se colocado na direção em que soprava o vento. Em Jerusalém ele se apresentava como um judeu piedoso e, nas cidades helenísticas de seu reino, como um homem de cultura e costumes greco-romanos. Quando, em 44 d.C., ele faleceu repentinamente em Cesaréia Marítima⁷¹, o imperador Cláudio não deixou o território para seu filho Agripa (II), de 17 anos, mas restabeleceu a região administrativa procuratória da Judéia, agora aumentada por todos os territórios que Agripa I havia conquistado. Como indenização, Agripa II recebeu o pequeno reino de Calcis (*el-'Andjar*) na *Biqā'* entre o Líbano e o Antilíbano (50 d.C.), que, pouco depois, trocou por um território maior, formado por partes das ex-tetrarquias de Herodes Antipas e de Filipe. Seu governo chegou ao fim, de fato, com a Primeira Revolta Judaica (66-70/74). Mas os romanos o deixaram formalmente no cargo até sua morte, no ano de 100 d.C., sem que ele tivesse a menor influência sobre os

destinos da Palestina. Depois de 100, os territórios dos estados sucessórios herodianos foram destinados definitivamente às províncias romanas da Síria e Judéia.

4. As duas revoltas judaicas

A história preliminar das duas revoltas judaicas (66-70/74 e 132-135) remonta pelo menos à época posterior à fundação da província procuratória da Judéia (6 d.C.). Ela se relaciona com a resistência religiosa e política contra o domínio estrangeiro romano, com o conflito que tinha de resultar necessariamente entre as realidades políticas e o caráter religioso particular do judaísmo.

Será que Jesus e seus 12 discípulos se situam na história preliminar das revoltas judaicas⁷²? Esta pergunta deve ser respondida negativamente não só porque a atuação de Jesus quase não deixou vestígios na historiografia secular contemporânea⁷³, mas sobretudo porque o caráter do movimento criado por Jesus era decididamente religioso, porém justamente não anti-romano em termos políticos. Jesus anunciou a irrupção do reino de Deus de tal modo que se poderia, no máximo, equivocarse temporariamente pensando que ele pregasse a libertação política do domínio estrangeiro romano, preparando-se para concretizá-la como messias. Na história do tributo (Mc 12.13-17 par.) ele declara: “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus!”, e o Evangelho de João o faz dizer diante de Pilatos: “Meu reino não é deste mundo” (Jo 18.36) — isto atina com o fundamental e essencial de sua mensagem e simultaneamente fundamenta por que os primeiros cristãos permaneceram passivos nas revoltas judaicas. De fato, não é possível perceber que a comunidade jerosolimita primitiva tenha se envolvido nos preparativos para a Primeira Revolta Judaica, desconsiderando totalmente que, para as autoridades religiosas e os partidos político-religiosos, ela decerto deve ter parecido uma seita pequena e um tanto obscura, das quais havia muitas. O cristianismo incipiente espalhado pela missão do apóstolo Paulo e de outros missionários nos países do mundo mediterrâneo estava totalmente distante dos problemas judaicos na Palestina e se encontrava num caminho que, por fim, tinha de levar e acabou levando à separação da religião cristã do judaísmo.

O conflito eclodiu depois do restabelecimento da região administrativa procuratória da Judéia, no ano de 44 d.C. Guiados, não por juízo político, mas sim por interesses políticos concretos, impelidos por paixão religiosa e estimu-

67 Cf. F. F. BRUCE, Herod Antipas, Tetrarch of Galilee and Peraea, *Annual of the Leeds University Oriental Society*, 5:6-23, 1963-65; H. W. HOEHNER, *Herod Antipas*, 1972 (Society for New Testament Studies, Monograph Series, 17); C. SAULNIER, Hérode Antipas et Jean le Baptiste, RB, 91:362-376, 1984.

68 Cf. J. P. V. D. BALSODN, *The Emperor Gaius (Caligula)*, 1934.

69 Cf. J. MEYSHAN, The Coinage of Agrippa the First, IEJ, 4:186-200, 1954.

70 Cf. E. M. SMALLWOOD, *Philonis Alexandrini Legatio ad Gaium*, 1961, 2. ed. 1970.

71 Cf. At 12.21-23.

72 Cf. G. AULÉN, *Jesus in Contemporary Historical Research*, 1976; E. Bammel & C. F. D. Moule, eds., *Jesus and the Politics of His Day*, 1983.

73 Flávio JOSEFO, Ant. XVIII,3,3 (§§ 63s. Niese), é uma interpolação cristã; de outra opinião é G. VERMÉS, The Jesus Notice of Josephus Re-Examined, JJS, 38:1-10, 1987. Restam três menções feitas de passagem: Flávio JOSEFO, Ant. XX,9,1 (§ 200 Niese); SUETÔNIO, *Vita Caesarum*, Cláudio, cap. 25; TÁCITO, Ann. XV,44.

lados pelo grande exemplo dos macabeus, agrupamentos político-religiosos radicais agiam contra o domínio romano na Palestina: os zelotes (“fervorosos”) e os sicários, com o punhal (*sica*) na vestimenta⁷⁴. Eles estavam dispostos a tudo e cuidavam para que o país não tivesse sossego. Disso, porém, também cuidavam a seu modo os procuradores romanos: Ventídio Cumano (48-52), Antônio Félix (52-60), Pórcio Festo (60-62), Albino (62-64) e Gêssio Floro (64-66). Faltou-lhes muitas vezes a necessária habilidade no trato com a comunidade judaica, sensível em questões de fé, e consideravam a Judéia principalmente como fonte de seu enriquecimento pessoal. As tensões cresceram e encaminharam-se para uma solução violenta: para a guerra que Flávio Josefo descreveu, em todos os pormenores, como contemporâneo, participante e testemunha ocular, em Bell. Jud. II-VII.

Provocados por excessos e impertinências da parte do procurador Gêssio Floro, em 66 d.C. ocorreram graves distúrbios e eclodiu a guerra, a princípio em Cesaréia Marítima, mas depois também em Jerusalém⁷⁵. Os revoltosos, sob a liderança de Eleasar, um filho do sumo sacerdote, conquistaram a praça do templo, pouco depois também o forte de Antônia, e obrigaram a guarnição romana a se refugiar nas três torres da cidadela de Herodes. Fracassaram algumas tentativas de apaziguamento do rei Agripa II e dos fariseus, e, por fim, a tentativa de intervenção militar do sumo sacerdote. O sumo sacerdote foi morto, e ateou-se fogo a seu palácio, bem como à residência dos hasmoneus e a partes da cidadela de Herodes. A revolta espalhou-se pelo interior do país e aí progrediu rapidamente. O forte de Massada caiu nas mãos dos revoltosos. O procurador da Síria, C. Céstio Galo, que chegou às pressas para socorrer a aflita guarnição jerosolimita, conseguiu chegar até Jerusalém, mas teve de se retirar sem realizar seus propósitos, sendo assaltado e derrotado no caminho de Bete-Horom (*Bet 'Ur*). Na breve pausa que se seguiu, os líderes dos revoltosos procuraram organizar militarmente todo o país. Eles formaram regiões com comandantes militares: um deles, na Galiléia, era o posterior historiador Josefo, outro o líder zelote extremista João de Giscala (*el-Djish*). Tornava-se cada vez mais claro que Roma tinha de se engajar de modo mais vigoroso do que provavelmente havia estado em suas intenções a princípio.

74 Cf. M. HENGEL, *Die Zeloten*; Untersuchungen zur jüdischen Freiheitsbewegung in der Zeit von Herodes I bis 70 n.Chr., 1961 (Arbeiten zur Geschichte des Spätjudentums und Urchristentums, 1); ID., *Zeloten und Sikarier*; zur Frage nach der Einheit und Vielfalt der jüdischen Befreiungsbewegung 6-74 n.Chr., in: *Josephus-Studien*; coletânea em homenagem a O. Michel, 1974, pp. 175-196; S. A. APPELBAUM, *The Zealots; the Case for Reevaluation*, *Journal of Roman Studies*, 61:155-170, 1971; D. M. RHOADS, *Israel in Revolution 6-74 C.E.; a Political History Based on the Writings of Josephus*, 1976; M. GODMAN, *The Ruling Class of Judaea; the Origins of the Jewish Revolt against Rome, AD 66-70*, 1988.

75 Cf. C. ROTH, *The Zealots in the War of 66-73*, *Journal of Semitic Studies*, 4:332-355, 1959; ID., *The Pharisees in the Jewish Revolution of 66-73*, *Journal of Semitic Studies*, 9:295-319, 1964; além disso, também ID., *The Historical Implications of the Jewish Coinage of the First Jewish Revolt*, *IEJ*, 12:33-46, 1962.

Assim, pois, o imperador Nero enviou o general T. Flávio Vespasiano à Palestina, o qual, depois de preparar-se cuidadosamente, chegou a Aco/Ptolemaida na primavera do ano de 67 d.C., junto com seu filho Tito. Então teve início um combate renitente pela Galiléia e pela Transjordânia Setentrional; de modo algum os romanos conseguiram quebrar rapidamente a resistência dos judeus. Embora Séforis (*Çaffurye*) tenha sido entregue sem combates, outras localidades tiveram de ser sitiadas ou esmagadas com ações militares violentas: Jotapata (*Hirbet Djefat*) na borda setentrional da Planície de *Sahl el-Battof*, Tiberíades e Magdala/Tariquéia (*el-Medjdel*), Gamala na Transjordânia (*Tell el-Ehdeb*), o Monte Tabor (*Djebel et-Tor*) e Giscala (*el-Djish*). O inverno de 67/68 d.C. as legiões passaram em Cesaréia Marítima e Citópolis (*Besan*), enquanto que, sob o impacto das vitórias romanas, irromperam em Jerusalém graves desavenças entre a população e os zelotes radicais, as quais paralisaram a força de defesa e causaram grande prejuízo à revolta. Nesse momento, ou um pouco mais tarde, a comunidade cristã primitiva deixou a cidade da morte e ressurreição de seu Senhor e mudou-se para Pella (*Tabaqat Fahil*), para uma região quase intocada pelos acontecimentos⁷⁶.

Na primavera de 68 d.C., Vespasiano estreitou cada vez mais o anel em torno de Jerusalém: conquistou a Peréia — sem a fortificação de Maqueros —, a planície litorânea, a região das colinas, a Iduméia, Samaria, Jericó, até que restou Jerusalém como uma ilha no mar romano. A morte de Nero em junho de 68 e o subsequente ano dos três imperadores, 68/69 — com os breves governos dos Galba, Oto e Vitélio — forçaram uma pausa mais demorada, durante a qual as desavenças em Jerusalém alcançaram seu apogeu. Simão bar Giora, um chefe de quadrilha antizelote, apoderou-se da cidade e obrigou o líder zelote João de Giscala a entrincheirar-se com seus fiéis na área do templo: uma imagem de anarquia e dissolução. Quando Vespasiano, em meados de 69, se preparava para sitiar Jerusalém, as legiões orientais o proclamaram imperador. Ele foi imediatamente a Roma e deixou a conclusão da campanha para seu filho Tito. Este começou a atropelar a cidade no início do ano de 70 d.C. — e então aconteceu algo que não se esperaria em vista da briga dos defensores entre si: a cidade resistiu de maneira encarniçada por meses, e os romanos só conseguiram tomar conta dela muito lentamente, parte por parte. Por fim, em agosto de 70 o templo pegou fogo, seguiu-se a conquista da cidade superior ocidental e da cidadela, e, em setembro de 70,

76 Cf. S. G. F. BRANDON, *The Fall of Jerusalem and the Christian Church*, 2. ed., 1957; S. G. SOWERS, *The Circumstances and the Recollections of the Pella Fight*, *ThZ*, 26:305-320, 1970; G. LÜDEMANN, *The Successors of the Pre-70 Jerusalem Christianity; a Critical Evaluation of the Pella Tradition*, in: E. P. SANDERS, ed., *Jewish and Christian Self-Definition*, 1980, vol. I, pp. 161-173; J. VERHEYDEN, *De vlucht van de christenen naar Pella*, 1988 (Bruxelas, Akademie der Wissenschaften, Klasse der Letteren 50, 127); C. KOESTER, *The Origin and Significance of the Flight to Pella Tradition*, *CBQ*, 51:90-106, 1989.

estava tudo acabado. Tito mandou perpetrar um banho de sangue horrível, saquear a cidade e destruí-la de tal modo que em muitas partes não ficou pedra sobre pedra. João de Giscala e Simão bar Giora foram presos e levados a Roma, onde tiveram de decorar a marcha triunfal que Tito organizou no ano de 71. Os relevos no arco de Tito do Foro Romano dão até hoje um testemunho impressionante do final da Guerra Judaica.

Entretanto, ela ainda teve um poslúdio dramático. Quando Tito deixou o país, os fortes herodianos de Herodeion (*Djebel Ferdes*), Maqueros (*el-Mesh-neqe* junto a *Hirbet el-Mukawer*) e Massada (*es-Sebbe*), ainda estavam nas mãos dos revoltosos. O procurador da Judéia, Lucílio Basso, e as tropas da Xª Legião Fretense conseguiram, sem grande esforço, fazer os dois primeiros render-se. Mas com Massada não foi assim! Lá se encastelara, desde 66, um destacamento de zelotes (sicários) sob a liderança de um galileu chamado Eleasar. Lucílio Basso não chegou mais a se ocupar com eles. Seu sucessor, porém, L. Flávio Silva, teve de sitiá-la fortificação segundo todas as regras da arte, do verão de 73 até a primavera de 74, debilitando os defensores lentamente pela fome⁷⁷. Esse embate extraordinário, que findou quando todos os defensores — com exceção de duas mulheres com cinco crianças — se suicidaram, foi magistralmente descrito por Flávio Josefo em *Bell. Jud.* VII,8-9 (§§ 252-406 Niese), e as escavações complementaram e confirmaram sua descrição⁷⁸. Só com a queda de Massada a Guerra Judaica estava realmente terminada.

Vespasiano logo tirou as conseqüências político-territoriais disso. A Judéia, até então uma região administrativa procuratorial sob a autoridade formal do legado sírio, agora tornou-se província independente sob a direção de um *legatus Augusti pro praetore*, de *status* senatorial. O legado residia em Cesaréia Marítima. A *Legio X Fretensis*, no entanto, com a qual Tito havia conquistado Jerusalém, não foi estacionada na sede do legado, mas junto à Jerusalém destruída. A província englobava a planície litorânea do Carmelo até Ráfia (*Refah*), a Iduméia, Judéia, Samaria, partes da Galiléia e Peréia, assim como algumas cidades da Decápole. Depois da morte de Agripa II, ainda foram acrescentadas: Tiberíades, Tãriquéia, a Gaulanitis e as partes de Peréia que até então estavam sujeitas ao “rei” Agripa II. Depois de 70/74, os romanos não se ocuparam dos assuntos internos da comunidade religiosa judaica, assim como não o haviam feito antes — pelo menos teoricamente. A

77 Antigamente se supunha que o ano de 73 d.C. fosse o ano da queda de Massada. No entanto, de duas inscrições entrementes encontradas resulta que L. Flávio Silva só se tornou procurador da Judéia no ano de 73. Portanto, a cronologia se desloca um ano adiante. Cf. W. ECK, *Die Eroberung von Masada und eine neue Inschrift des L. Flavius Silva Nonius Bassus*, ZNW, 60:282-289, 1969.

78 Cf. Y. YADIN, *Masada; Herod's Fortress and the Zealot's Last Stand*, 1966.

religião judaica era “religião permitida” (*religio licita*) no Império Romano. O grêmio supremo (sinédrio) constituiu-se novamente fora de Jerusalém e com uma nova composição: em Jâmnia, ao sul de Jafa (Jope), com participação essencial dos escribas fariseus (*hierogrammateis*). Esse conselho de 72 “anciãos”, ao contrário do antigo sinédrio jerosolimita, não tinha mais nenhuma importância política. Sua incumbência principal consistia no cultivo e na interpretação da Sagrada Escritura e em sua aplicação à vida diária judaica. Jâmnia tornou-se o local de implantação do rabinismo escriba⁷⁹, que logo ficou famoso através de nomes como o de rabi Johanan ben Zakai⁸⁰ e rabi Gamaliel II. Esse desenvolvimento foi — assim se poderia dizer — a conseqüência do desenvolvimento do judaísmo em geral: este há tempo já havia se tornado religião de um livro, e o fim do culto de sacrifícios, dado com a destruição do templo, nada mais era do que o fim de um desenvolvimento há muito preparado. Com o templo jerosolimita, o judaísmo tinha perdido um símbolo central — porém um símbolo cuja correspondência na realidade já se havia tornado marginal há mais tempo.

No período entre as duas revoltas situam-se alterações territoriais que afetaram mais fortemente a periferia da Palestina do que o núcleo do território da Cisjordânia. A urbanização progrediu, surgiram novas cidades helenísticas, p. ex. Capitolias (*Bet Ras*, a cerca de 5 km ao norte de *Irbid*) sob o imperador Nerva (96-98). Sobretudo, porém, se encaixa nesse espaço de tempo a sujeição do reino dos nabateus e a instituição da província romana da Arábia⁸¹ sob Trajano, no ano de 106 d.C. A capital da província era Petra, mas o local de estacionamento da *Legio III Cyrenaica* era Bosra no *Hauran* (*Boçra eski Sham*). Essa construção se assemelha à relação entre administração civil e militar na província vizinha da Judéia (Cesaréia Marítima — Jerusalém). Ainda sob Trajano (98-117) foi iniciada e parcialmente concluída a grande estrada de ligação entre Damasco (e Bosra) e Aila (Elate) no Golfo de Ácaba — a *Via Nova Traiana*. Ela passava, como o faziam muitas vezes as estradas romanas, sobre o traçado de uma via norte-sul utilizada há muito tempo, e foi conectada à malha viária das províncias vizinhas que se tornava cada vez mais densa.

Com a queda de Massada termina a historiografia de Flávio Josefo. Para o tempo subsequente só estão disponíveis bem poucas fontes que são insuficientes, de modo que não se pode dizer praticamente nada a respeito da história

79 Cf. S. J. D. COHEN, *The Significance of Yavneh; Pharisees, Rabbis and the End of Jewish Sectarianism*¹¹, HUCA, 55:27-53, 1984.

80 Cf. J. NEUSNER, *A Life of Yohanan ben Zakai*, 2. ed., 1970 (*Studia Post-Biblica*, 6).

81 Cf. G. W. BOWERSOCK, *Roman Arabia*, 1983.

do judaísmo palestense entre as duas revoltas⁸². Isto é mais lamentável ainda na medida em que, sob o imperador Adriano (117-138), ocorreu mais uma vez uma tentativa de restabelecer a existência política de “Israel”: a Segunda Revolta Judaica (132-135). Também sobre ela e sua história preliminar estamos mal informados. Entram em cogitação poucas informações em Cássio Dio LXIX, 12-14, e em Eusébio de Cesaréia, hist. eccl. IV,6,8 — além de moedas e observações literárias dispersas a respeito de detalhes⁸³. Além disso, entre os textos achados no *Wadi Murabba'at* e no *Nahal Hever* no Deserto de Judá encontraram-se cartas do líder da segunda revolta⁸⁴. Mesmo assim, não é mais possível reconstruir com segurança os motivos e o transcurso da revolta⁸⁵. Cássio Dio informa que a rebelião teria estourado quando Adriano, por ocasião de sua grande viagem ao Oriente (129-131), ordenou a reconstrução de Jerusalém e a transformação da cidade na *Colonia Aelia Hadriana Capitolina* romana. Na *Historia Augusta* de Élio Spartiano (Adriano, cap. 14), no entanto, lemos que a proibição da circuncisão, decretada pelos romanos, teria desencadeado a revolta. A informação de Cássio Dio deve ser historicamente mais provável, mesmo que os motivos decerto tenham sido mais diversificados e complexos do que sabemos.

O líder do levante foi um homem chamado Simeão ben *Kos'ba*. O nome de seu pai ou de sua linhagem deu margem a interpretações modificantes. Autores cristãos informam que rabi Aquiba, com base em Nm 24,17, lhe teria conferido o título de dignidade messiânica Bar Kochba (*Bar Kok'ba*), “filho das estrelas, estrela”, e com esse nome ele entrou para a história, embora ele próprio não tenha se denominado assim — em todo caso, não nos textos do

82 B. ISAAC, *Judea after AD 70*, *Journal of Jewish Studies*, 35:44-50, 1984; G. VELTRI, *Enteignung des Landes oder Pax Romana?; zur politischen Geschichte der Juden nach 70* (Josephus, Bell. 7, §§ 216-218), *Frankfurter judaistische Beiträge*, 16:1-22, 1988.

83 Cf. H. BIETENHARD, *Die Freiheitskriege der Juden unter den Kaisern Trajan und Hadrian und der messianische Tempelbau*, *Judaica*, 4:57-77, 81-108, 161-185, 1948; A. REIFENBERG, *Ancient Jewish Coins*, 2. ed., 1947, pp. 33ss., tabuínas XII-XV; A. FUKS, *Aspects of the Jewish Revolt in A.D. 115-117*, *Journal of Roman Studies*, 51:98-104, 1961; M. PUCCI, *La rivolta ebraica al tempo di Traiano*, 1981; S. APPLEBAUM, *The Second Jewish Revolt (A.D. 131-135)*, *PEQ* 116:35-41, 1984.

84 *Wadi Murabba'at*: J. T. MILIK & R. de VAUX, *Discoveries in the Judaean Desert*, 1961, vol. II, pp. 7-168; *Nahal Hever*: Y. YADIN, *IEJ*, 11:40-50, 1961, e 12:235-257, 1962. Uma listagem de todos os textos em J. A. FITZMYER, *The Dead Sea Scrolls; Major Publications and Tools for Study*, 2. ed., 1977, pp. 41-49 (Sources for Biblical Study). Cf. Y. YADIN, *Bar Kochba; Archäologen auf den Spuren des letzten Fürsten von Israel*, 1971.

85 Quanto aos motivos: H. MANTEL, *The Causes of the Bar Kokhba Revolt*, *JQR*, 58:224-242, 1967/68; T. D. BARNES, *Trajan and the Jews*, *JJS*, 40:145-162, 1989. Quanto ao transcurso: J. A. FITZMYER, *The Bar Cochba Period [1962]*, in: *Essays etc.*, 1971, pp. 305-354; P. SCHÄFER, *Der Bar Kochba Aufstand; Studien zum zweiten jüdischen Kriege gegen Rom*, 1981; A. KLONER, *Underground Hiding Complexes from the Bar Kokhba War in the Judean Shephelah*, *BA*, 46:210-221, 1983; B. ISAAC & A. OPPENHEIMER, *The Revolt of Bar Kokhba; Ideology and Modern Scholarship*, *JJS*, 36:33-60, 1985; M. MOR, *The Bar-Kokhba Revolt and Non-Jewish Participants*, *ibid.*, pp. 200-209.

Wadi Murabba'at e de *Nahal Hever*. Na tradição talmúdica, no entanto, ele é chamado de *Bar Koziba*, “filho da mentira, mentiroso”: uma indicação clara do fracasso do movimento e da perda da dignidade messiânica. O que aconteceu exatamente e como aconteceu, não sabemos. Em todo caso, “Israel” se levantou sob a liderança de Simão Bar Kochba e libertou Jerusalém. Aí Simão realmente governou por breve tempo, dando início a uma nova era: as moedas do levante documentam os anos 1 e 2. Onde estava e o que fazia a *Legio X Fretensis*⁸⁶? Até onde se estendiam a influência e o domínio de Simão além de Jerusalém? O que aconteceu em Jerusalém? Tudo isso é desconhecido. De qualquer modo, moedas com a inscrição “o sacerdote Eleasar” permitem concluir que foi restabelecido o culto de sacrifícios no local do templo e que talvez até se tenha começado a reconstruir o templo: um empreendimento anacronístico e um equívoco trágico. E, além disso, está claro que o domínio de Simão não pode ter estado restrito a Jerusalém, pois ele se envolveu numa guerrilha com os romanos, nas montanhas e no Deserto de Judá, que a princípio de modo algum deixou de ter êxito. Não é possível definir precisamente a duração desses conflitos. O procurador da província da Judéia, Tineu Rufo, e o legado da Síria, Públio Marcelo, que veio às pressas para prestar ajuda, em todo caso não conseguiram sufocar a rebelião. Então Adriano decidiu enviar à Palestina o procurador da Bretanha, Sexto Júlio Severo. Ele incluiu em seus cálculos a vontade de resistência dos revoltosos, motivada pela religião, evitou batalhas campais abertas com eles e se pôs a sitiá-los e debilitá-los pela fome suas bases e seus esconderijos. Desse modo ele também deve ter reconquistado Jerusalém. No final Bar Kochba defendeu-se no *Hirbet el-Yehud* (“ruína dos judeus”), perto de Betir, mais ou menos a 10 km a oeste de Jerusalém. Ainda hoje é possível ver aí os restos da *circumvallatio* romana. Nessa luta o “filho das estrelas” perdeu sua vida; ninguém sabe de que maneira. A Segunda Revolta Judaica chegara ao fim. Os romanos vingaram-se de modo sangrento. Os adeptos de Bar Kochba foram trucidados sem piedade, vendidos como escravos nos mercados de Manre (*Ramet el-Halil*) e Gaza ou levados para o Egito.

Depois de 135 d.C., Jerusalém de fato foi transformada em *Colonia Aelia Capitolina* e ampliada em estilo helenístico-romano. Na praça do templo foi erguida uma estátua de Adriano a cavalo, e foi inaugurado o culto à tríade divina capitolina — Júpiter, Juno e Minerva. Os judeus que haviam sobrevivido nos escombros de Jerusalém foram expulsos. Além disso, foi proibido a todos os judeus entrar na cidade, sob pena de morte — uma proibição que em breve foi afrouxada até certo ponto e que, no tempo subsequente, comprova-

86 H. GEVA, *The Camp of the Tenth Legion in Jerusalem; an Archaeological Reconsideration*, *IEJ*, 34:239-254, 1984.

damente não foi executada de maneira bem rigorosa. Em Ceparcotnei (*el-Ledjun*, junto a Meguido) os romanos estacionaram a *Legio VI Ferrata*; a partir de então a Planície de Meguido passou a chamar-se *campus maximus legionis*. Sobretudo, porém, a Cisjordânia, com as partes do território transjordânico que lhe pertenciam, na medida em que não foram anexadas à província da Arábia, experimentou mais uma vez uma elevação de *status* no sistema provincial romano: tornou-se província consular, com o novo nome de Síria Palestina.

O olhar sobre a história do judaísmo palestinese no período helenístico-romano deve ser interrompido aqui. De fato não se trata senão de uma interrupção, pois os acontecimentos da Segunda Revolta Judaica não constituem uma cesura realmente importante, que justificasse um final materialmente fundamentado da exposição. Foi uma última tentativa, anacrônica e trágica, de restabelecer a existência política do judaísmo. Seu fracasso não representou o fracasso simultâneo também do judaísmo. As grandes dádivas do judaísmo ao mundo não dependem disso e permaneceram intocadas por isso. Delas também faz parte o cristianismo, surgido historicamente de raízes judaicas. A forma temporal da “estrela de Jacó” (Nm 24.17) se perdera, e começava seu significado eterno.

Tabela cronológica

(Veja a partir da página seguinte.)

ca. 1730-ca. 1580 hicsos
1552-1527 Ahmósis
(18ª dinastia)
1527-1506 Amenófis I
1506-1494 Tutmósis I
1494-1490 Tutmósis II
1490-1468 Hatshepsut
1490-1436 Tutmósis III
1436-1412 Amenófis II
1412-1402 Tutmósis IV
1402-1364 Amenófis III

1364-1347 Amenófis IV
Ecnaton
1334-1306 Haremhab
(19ª dinastia)
1306-1304 Ramsés I
1304-1290 Sethos I
1290-1224 Ramsés II

1224-1204 Merenptah

1186-1184 Sethnacht
(20ª dinastia)
1184-1153 Ramsés III
1153-1070 Ramsés IV-XI
ca. 1069-945 21ª dinastia

945-730 22ª/23ª dinastia
945-924 Shoshenk I

PALESTINA

1004/3-965/4 Davi (?)
965/4-926/5 Salomão (?)

Judá

926-910 Roboão
910-908 Abias
908-868 Asa

HITTITAS

1370-1336 Shuppiluliuma I

ca. 1250-ca. 1220
Tuthaliya IV
ca. 1220-ca. 1205
Arnuwanda III
ca. 1205-ca. 1200
Shuppiluliyama
* * *

Israel

927-907 Jeroboão I
907-906 Nadabe
906-883 Baasa

883-882 Elá
882 Zinri
882/78-871 Onri

ASSÍRIOS

1364-1328 Ashur-uballit I

1468 batalha de Meguido

1285 batalha de Cades
1270 pacto entre Egito e Hatti

1117-1077 Tiglate-Pileser I
1010-970 Ashur-rabi II

935-912 Ashur-dan II

891-884 Tukulti-Ninurta II
884-858 Ashurnasirpal II

Judá**Israel**

| | | | |
|----------------------------|--------------------------|-----------------------------|--|
| 868-847 Josafá | 871-852 Acabe | 858-824/23 Salmaneser | 853 batalha de Cárcar |
| 852/47-845 Jeorão | 852-851 (?) Acázias | | |
| | 852-841 (?) Jorão | | |
| 845 Acázias | 841-814/13 (?) Jeú | | |
| 845-840 Atalia | | 823-810 Shamshi-Adad V | |
| 840-801 Joás | | 811/10-781 Adadnarari III | |
| | 818-802 (?) Jeoacaz | | |
| 801-773 Amazias | 802-787 Jeoás | | |
| | 787-747 Jeroboão II | | |
| ca. 751-664 25ª dinastia | 747 Zacarias | 745-727 Tiglate-Pileser III | |
| 773-736 (?) Azarias/Uzias | | | |
| 756-741 (759-744) Jotão | 747-738 Menaém | | |
| | 737-736 Pecaías | | |
| 741-725 (744-729) Acáz | 735-732 Peca | 727-722 Salmaneser V | 734-732 guerra siro-efraimita |
| | 731-723 Oséias | | 722 conquista de Samaria e fim do Reino do Norte, Israel |
| | *** | | |
| 725-697 (728-700) Ezequias | | 722-705 Sargom II | |
| 716-701 Shabaca | | 705-681 Senaqueribe | 701 Senaqueribe diante de Jerusalém |
| 701-690 Shabataca | | | |
| 690-664 Taharka | 696-642 Manassés | 681-669 Assaradão | |
| 671-655 Assírios | | 669-ca. 630 Assurbanípal | 652-648 guerra entre Assurbanípal e Shamashumukin |
| 664-525 26ª dinastia | 641-640 Amom | ca. 630-612 | |
| 664-610 Psamético I | 639-609 Josias | Ashur-etel-ilani | 622 reforma de Josias |
| | | Sin-shar(ra)-ishkun | |
| 610-595 Neco II | 609 Jeoacaz | 612-605 (?) | 612 queda de Nínive |
| | | Ashur-uballit II | |
| | | *** | |
| 608-598 Jeoaquim | | | |
| 598/7 Joaquim | 605-562 Nabucodonosor II | | 605 batalha junto a Carquemis |
| | | | 598/7 1ª conquista de Jerusalém |
| 598/7-587/6 Zedequias | | | 587/6 2ª conquista de Jerusalém |
| | | | |
| 595-589 Psamético II | | | |
| 589-570 Apries | | | |
| 570-526 Amásis | | | |
| | 562-560 Amel-Marduque | | |
| | 560-556 Neriglissar | | |
| | 556-539 Nabonid | | 539 queda da Babilônia |
| | *** | | |

526-525 Psamético III
525-404 1ª domínio
dos persas (27ª dinastia)

PALESTINA

445/4-433/2 Neemias
ca. 425 (ou ca. 398/7)
Esdras

399-380 Neferites I
(29ª dinastia)
380-343 30ª dinastia
380-363 Nectanebos I
363-360 Tachos
360-343 Nectanebos II
343-332 2º domínio
dos persas (31ª dinastia)
* * *

Ptolomeus

323-285 Ptolomeu I Soter

285-246 Ptolomeu II
Filadelfos

246-221 Ptolomeu III
Euergetes

221-204 Ptolomeu IV
Filopator

204-181 Ptolomeu V
Epifanes

181-145 Ptolomeu VI
Filometor

* * *

301-200/198 Ptolomeus

200/198-135 Selêucidas

559-530 Ciro II
530-522 Cambises II

522-486 Dario I Histaspes

486-465/4 Xerxes I
465/4-425 Artaxerxes I
Longimanus

424-404 Dario II

404-359/8 Artaxerxes II
Mnemon

359/8-338 Artaxerxes
III Ochos
338-336 Arses
336-331 Dario III
Codomanos
* * *

Selêucidas

312-281 Seleuco I Nicator

281-261 Antíoco I Soter
261-246 Antíoco II Teós
246-226 Seleuco II
Calinicos
246-226 Seleuco III
Ceraunos
223-187 Antíoco III,
o Grande

187-175 Seleuco IV
Filopator

175-164 Antíoco IV
Epifanes

538 edito de Ciro

525 persas conquistam o Egito

520 início da construção do 2º templo
515 consagração do 2º templo

460 revolta de Inaros
ca. 450 viagens de Heródoto

359-336 Filipe II da Macedônia
350/49 revolta de Tennes de Sidom

336-323 Alexandre Magno

333 batalha de Issos
331 batalha de Gaugamela

301 batalha de Ipsos

200/198 batalha de Paneas

Hasmoneus
160-142 Jônatas

142-135/4 Simão

135/4-104 João Hircano I

164-162 Antíoco V Eupator
162-150 Demétrio I Soter

153-145 Alexandre I Balas
145-139/8 + 129-125
Demétrio II Nicator

139-129 Antíoco VII
Sidetes

* * *

104-103 Aristóbulo I
103-76 Alexandre Janeu
76-67 Salomé Alexandra
67-63 Aristóbulo II
63-40 Hircano II
40-37 Antígono

ROMANOS

29 a.C.-14 d.C. Otaviano
Augusto

40/37-4 a.C. Herodes

4 a.C.-6 d.C. Arquelau
4 a.C.-39 d.C. Herodes
Antipas

4 a.C.-34 d.C. Filipe

41-44 Agripa I
depois de 50-100 Agripa II

14-37 Tibério
37-41 Calígula
41-54 Cláudio

54-68 Nero

66-70/74 1ª Revolta Judaica

68/69 Galba, Oto, Vitélio
69-79 Vespasiano

79-81 Tito
81-96 Domiciano
96-98 Nerva
98-117 Trajano
117-138 Adriano

132-135 2ª Revolta Judaica

130/29 guerra contra os partos

63 Pompeu em Jerusalém

6 d.C. Judéia se torna província administrada por
procurador romano

26-36 Pôncio Pilatos
48-52 Ventídio Cumano

52-60 Antônio Félix
60-62 Pórcio Festo
62-64 Albino
64-66 Géssio Floro

70 queda de Jerusalém
74 queda de Massada

106 criação da província Arábia